



DANILO ENRICO MARTUSCELLI

CRISES POLÍTICAS E CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

DANILO ENRICO MARTUSCELLI

CRISES POLÍTICAS E CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título
de Doutor em Ciência Política.**

ORIENTADOR: PROF. DR. ARMANDO BOITO JÚNIOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO DANILO ENRICO MARTUSCELLI E
ORIENTADA PELO PROF. DR. ARMANDO BOITO JÚNIOR**

Assinatura do orientador

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

M367c Martuscelli, Danilo Enrico, 1978-
Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil / Danilo Enrico Martuscelli. –
Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Armando Boito Junior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Brasil. Presidente (1990-1992 : Fernando Collor). 2. Brasil. Presidente
(2003-2006: Lula). 3. Neoliberalismo. 4. Brasil - História - Crise de 1992. 5. Brasil -
História - Crise de 2005. I. Boito Junior, Armando, 1949-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Political crises and neoliberal capitalism in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Brazil. President (1990-1992: Fernando Collor)

Brazil. President (2003-2006: Lula)

Neoliberalism

Brazil - History - Crisis of 1992

Brazil - History - Crisis of 2005

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Armando Boito Junior [Orientador]

André Vitor Singer

Carlos Eduardo da Rosa Martins

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Data de defesa: 27-11-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de novembro de 2013, considerou o candidato Danilo Enrico Martuscelli aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Titulares:

Prof. Dr. Armando Boito Júnior (Unicamp) – presidente: Armando Boito Junior

Prof. Dr. André Vitor Singer (USP): André Vitor Singer

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins (UFRJ): Carlos Eduardo da Rosa Martins

Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior. (Unicamp): Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Unicamp): Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Suplentes:

Prof. Dr. Homero Costa (UFRN): _____

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (Unicamp): _____

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (Unicamp): _____

201329452

CAMPINAS
2013

*Para Ana Luísa, Clara, Lila
e Sonia*

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos à Capes, pelo auxílio financeiro garantido à pesquisa. E, sobretudo, às seguintes pessoas:

Ao meu orientador e amigo, Armando Boito Jr., pelos debates que vimos travando desde a iniciação científica, pelo estímulo intelectual e pelos comentários e críticas que teceu cuidadosamente a cada um dos capítulos desta tese.

À professora Rachel Meneguello, pelas contribuições que deu à pesquisa no exame de qualificação.

Aos membros do grupo de pesquisa “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil” com quem pude debater diversos aspectos analisados nesta tese e refletir coletivamente sobre os processos políticos no capitalismo contemporâneo, nas reuniões realizadas entre 1999 e 2009. Agradecimento especial à Andréia Galvão, que me deu contribuições valiosas durante o exame de qualificação.

Aos amigos dos debates sempre acalorados e muito construtivos sobre as classes sociais: Adriano Nascimento, Andriei Gutierrez, Carolina Alves, Elaine Amorim, Henrique Amorim, Jair Batista da Silva, Paula Marcelino e Santiane Arias, e, em particular, ao Leandro Galastri, que me ajudou na tradução do resumo.

Ao amigo José Marcos Novelli, pela ajuda com a bibliografia e pelas discussões sobre a conjuntura recente.

Ao colega Oswaldo Amaral, pelo envio das teses do PED 2005 do PT.

Aos amigos Claudete Soares, Davisson de Souza, Patrícia Trópia, Renato Nucci Jr., Sávio Cavalcante e Tatiana Berringer, pelas leituras, comentários e críticas que fizeram às versões iniciais dos capítulos desta tese. Um especial agradecimento à Patrícia e ao Renato, pela disponibilidade e paciência de ler e enviar contribuições fundamentais para o desenvolvimento da análise de todos os capítulos deste trabalho. Obrigado, meus amigos.

Aos amigos Fernando Alves da Silva e Wagner Batella, pela ajuda na elaboração de tabelas e gráficos e também pela camaradagem/amizade nos momentos bons e nos difíceis.

Aos colegas do blog marxismo21, com quem tenho desenvolvido um importante trabalho de difusão da produção marxista nas redes sociais: Angélica Lovatto, Fernando Ponte, Milton Pinheiro, Muniz Ferreira, Ricardo Figueiredo, Sofia Manzano, especialmente aos amigos Caio Navarro de Toledo e Luciano Martorano, com quem tenho mantido discussões teóricas e políticas há mais tempo.

Aos colegas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), pelo estímulo e pela compreensão, em particular ao atual coordenador e amigo Paulo Monteiro Nunes.

Aos demais colegas e amigos, pelas prosas, convivência, discussões políticas e teóricas, sambas e lutas: Adiles Savoldi, Alejandra Rojas, Anabela Leandro, Ana Elisa Correa, Ana Zultanski, Andréa Silveira, Anna Brito, Antonio Brunetta, Ari Sartori, Aronildo Mueller, Bia Ruela, Carla Luciana da Silva, Carlos Aquino, Carlos Hirth, Celso Mendes, Christy Pato, Daiana Schvartz, Duarte Pereira, Edilson Montrose, Eduardo Conegundes, Eliel Machado, Fábio Carminati, Flávio de Castro, Franck Tavares, Gilberto Calil, Jaqueline Ruszczyk, José Simão Sobrinho, Joseane Sternadt, Leonardo Leitão, Lívia Moraes, Luciana Pacheco, Luciano Nascimento, Lúcio Flávio de Almeida, Luiz Motta, Luiz Passador, Márcio Naves, Marlene Grade, Marilda Rodrigues, Nara Molla, Patrícia Gimeno, Ricardo Machado, Simone Fernandes, Tatiane Vinhal, Uassyr Siqueira. Vicente Ribeiro e Virgínia Fontes.

À família Gomes Henrique, em particular, ao Dorgival e à Maria da Paz, pela acolhida de sempre e pela amizade.

À dona Sonia, pelo carinho, por ter sido a minha primeira grande referência intelectual e também pela disponibilidade de revisar a redação desta tese.

À Ana Luísa e à Clarinha, por todas as traquinagens e por me ensinarem no dia a dia o que é o lado belo da vida. Creio que agora vocês poderão conhecer um pai sem tese...

À minha querida Lila Marília, pelo companheirismo e amor, pela ajuda imensa nesse longo processo de elaboração da tese e por partilhar sonhos, muitos sonhos... Valeu!

“Quando (...) se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula **a luta de classes** e a fisionomia peculiar da época. (...) E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele é realmente e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (Karl Marx. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, pp. 224-225)

“Ignora o que é a própria essência, a alma viva do marxismo: a análise concreta da situação concreta” (Lênin criticando o marxista húngaro Béla Kun na revista *Kommunismus*, p. 260)

RESUMO

Esta tese analisa as crises políticas ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro, a saber: a crise do governo Collor (1992) e a crise do partido do governo (PT), vulgarmente conhecida como crise do “mensalão” (2005). Propomo-nos a discutir essas crises, enfatizando a dimensão das contradições de classe engendradas pelo processo de implementação da política estatal e pela própria iniciativa das classes e frações de classe nas conjunturas de transição ao capitalismo neoliberal e de reformas deste no país.

A crise política de 1992 caracteriza-se como uma crise do governo a qual emergiu de um processo de instabilidade hegemônica e na qual a hegemonia política foi exercida sob a forma de condomínio entre as frações do grande capital, tendo como resultado a destituição do Presidente da República do cargo por um movimento dirigido pela burguesia interna e contando com a base social de apoio predominantemente de setores das classes médias, descontentes com os efeitos gerados pela política estatal. Muito distante de esse processo encerrar a hegemonia política dessas classes que compunham o movimento contra o governo federal, essa crise política poria em evidência os limites da oposição ao neoliberalismo no país. Esta logrou tão somente fazer resistências pontuais e seletivas a alguns pontos do programa neoliberal ou, na melhor das hipóteses, a lutar contra os efeitos dessa política.

A crise política de 2005 caracteriza-se como uma crise do partido do governo, surgindo de um processo de crise de representação política do PT, que passou a sustentar, no governo, os interesses da grande burguesia interna e a acomodá-los no núcleo hegemônico do bloco no poder, sem, com isso, colocar em xeque o poder político da grande burguesia financeira internacional. Trata-se, portanto, de um contexto de reformas no capitalismo neoliberal, no país, criando condições favoráveis para a realização de mudanças na política estatal. Nesse caso, tanto o governo federal quanto a grande burguesia interna sairiam vitoriosos da crise.

ABSTRACT

This thesis analyzes the political crises that occurred in Brazilian neoliberal capitalism, namely the crisis of the Collor government (1992) and the crisis of the ruling party (PT), commonly known as “mensalão” crisis (2005). We propose to discuss these crisis, emphasizing the dimension of class contradictions engendered by the process of implementation of the state policy and the own initiative of classes and class fractions in the transition conjunctures to the neoliberal capitalism and its reforms in the country.

The political crisis of 1992 is characterized as a government crisis which emerged from a process of hegemonic instability and in which political hegemony was exercised in the form of condominium between fractions of the great capital, resulting in the dismissal of the President of Republic from office by a movement driven by interior bourgeoisie and enlisting the social base of predominantly sectors of the middle classes, discontent with the effects generated by state policy. Far from this process constitute the political hegemony of these classes that made up the movement against the federal Government, this political crisis would highlight the limits of opposition to neo-liberalism in the country. This succeeded in doing so only occasional and selective resistance to some points of the neoliberal program or, at best, to fight against the effects of this policy.

The political crisis of 2005 is characterized as a crisis of the ruling party, arising from a process of crisis of political representation of the PT, which now sustain in the government the interests of the great interior bourgeoisie and accommodate them in the core of the hegemonic power bloc, without, however, putting into question the political power of large international financial bourgeoisie. It is therefore a context of reforms in neoliberal capitalism in the country, creating favorable conditions for the realization of changes in state policy. In this case, both the federal government and the great interior bourgeoisie would be victorious from that crisis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O objeto de pesquisa e seu lugar na produção histórico-sociológica recente	1
2. A problemática teórica.....	2
3. Hipótese geral e hipóteses específicas de pesquisa.....	15
4. Procedimentos metodológicos e estrutura da tese.....	16
CAPÍTULO 1 - TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL	19
1. Capitalismo neoliberal: conceito e fenômeno histórico	19
2. Processo político e reações das classes sociais à transição ao capitalismo neoliberal no Brasil.....	24
2.1 A ofensiva imperialista sobre os países dependentes	24
2.2 A explosão das greves e as eleições presidenciais de 1989 no Brasil	35
3. A política econômica e social do governo Collor.....	44
CAPÍTULO 2 - NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE DO GOVERNO COLLOR	87
1. Conflitos entre a grande burguesia financeira internacional e a burguesia interna	87
2. A natureza da crise política de 1992.....	92
2.1 O movimento "Fora Collor"	103
3. A dinâmica interna da crise do governo Collor	120
3.1 O prólogo da crise (de setembro de 1991 a meados de maio de 1992).....	121
3.2 O desencadeamento da crise (do final de maio ao final de julho de 1992).....	125
3.3 O clímax da crise do governo Collor (agosto e setembro de 1992)	128
3.4 O epílogo da crise (de outubro de 1992 a dezembro de 1994).....	131
3.4.1 O Plano Real, o PT e as eleições de 1994	139
CAPÍTULO 3 – REFORMAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL	147
1. O desgaste do neoliberalismo e as eleições de 2002 no Brasil	147
2. O primeiro governo Lula (2003-2006).....	163
2.1 Composição social dos altos cargos do aparelho de Estado no governo Lula	163
2.2 Política governamental, reformas do Estado e interesses de classe	167
2.2.1 A “continuidade sem continuísmo” do tripé macroeconômico	168
2.2.2 Reformas do Estado voltadas para a acumulação de capital	174
2.2.3 Política social, estatismo e trabalhadores pauperizados	185
2.2.4 As contrarreformas sociais e a aristocracia dos trabalhadores assalariados	200
CAPÍTULO 4 – NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE DO PARTIDO DO GOVERNO (PT) EM 2005	221
1. O preâmbulo da crise e a desarticulação política do governo Lula.....	224
2. A deflagração da crise do partido do governo	231
3. O posicionamento da burguesia interna e as manifestações ocorridas durante a crise	244
4. As disputas internas no PT em meio à crise política	261
5. A queda de Antonio Palocci e a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda.....	269
6. A disputa presidencial de 2006 e os realinhamentos eleitoral e político.....	274
CONCLUSÃO	283
REFERÊNCIAS	291

INTRODUÇÃO

1. O objeto de pesquisa e seu lugar na produção histórico-sociológica recente

O objeto desta pesquisa são as crises políticas ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro, a saber: a crise do governo Collor (1992) e a crise do partido do governo, vulgarmente conhecida como crise do “mensalão” (2005).

A tradição de estudos sobre crises políticas que se havia consolidado em décadas passadas no Brasil, não teve sequência na produção histórico-sociológica recente. Assim, as análises acerca das crises políticas acima referidas estão muito distantes de ocupar o mesmo espaço que tiveram os grandes debates acerca da natureza das crises políticas de 1930, 1954 e 1964.

Duas razões fundamentais parecem explicar essa ruptura na produção histórico-sociológica voltada para o estudo das crises políticas:

A primeira delas diz respeito à intensidade do impacto político e social engendrado pelas crises políticas acima indicadas. A deposição de Collor do governo federal, em 1992, não resultou no fim da política neoliberal nem colocou em xeque o regime democrático constituído a partir de meados dos anos 1980. A crise do partido do governo, em 2005, não logrou afastar o PT do poder federal nem pôr em questão as estruturas do capitalismo neoliberal. O mesmo não se pode dizer do alcance das crises de 1930, 1954 e 1964, que criaram, respectivamente, as bases para o desenvolvimento do processo de industrialização no país; para a crise da política populista; e para o estabelecimento de um regime político ditatorial no Brasil. Enfim, quando comparados ao impacto das crises de 1930, 1954 e 1964 é possível dizer que os efeitos políticos e sociais produzidos pelas crises de 1992 e 2005 foram bastante reduzidos. Isso talvez explique o pouco interesse da produção histórico-sociológica atual pela análise dessas crises mais recentes.

A segunda razão explicativa dessa ruptura tem relação com o caráter da produção histórico-sociológica estabelecida no país em décadas passadas. Aquela produção estava muito mais voltada para a análise dos grandes problemas estruturais do desenvolvimento capitalista brasileiro. Isso já não ocorre com os estudos existentes na atualidade, que tendem a omitir a discussão acerca do caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro e a ignorar, com isso, os debates sobre a ação e a estrutura de classes, a natureza de classe do Estado, o processo de acumulação de capital, entre outros fatores.

Os estudos existentes das crises políticas mais recentes, além de escassos, são, na maioria das vezes, pouco analíticos e tendem a descurar da discussão sobre a natureza das crises políticas em questão, apegando-se meramente à descrição dos fatos, à apuração dos traços apenas psicológicos dos agentes envolvidos, à crônica jornalística do cotidiano ou à fulanização da política. No caso da crise de 1992, por exemplo, algumas análises deram excessivo destaque à crítica das características pessoais do presidente Collor, tachando-o de “arrogante”, “provinciano”, “figura messiânica”, “aventureiro”, “consumidor de drogas”, “falsificador”, “*bon vivant*”. Já, em relação à crise de 2005, consideramos que predominou a crônica jornalística policial, empenhada em investigar os corruptos do partido defensor da “ética na política”. Em ambos os casos, portanto, a maioria das análises existentes não logrou abordar a relação dessas crises políticas com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial, sua roupagem neoliberal e as relações de classe constituídas a partir dessa política estatal. Em vez de se ater às correlações entre forças políticas nas conjunturas de crise política de 1992 e 2005, boa parte das análises preferiu ceder à tentação de tomar a crítica moralista como aspecto central na explicação desses acontecimentos, ou, na melhor das hipóteses, valeu-se de repertório institucionalista para o qual o papel das classes sociais na política tem reduzida ou nenhuma importância.

Em sentido diverso, propomo-nos a discutir as crises políticas no capitalismo neoliberal brasileiro, enfatizando a dimensão das contradições de classe engendradas pelo processo de implementação da política estatal e pela própria iniciativa das classes e frações de classe nas conjunturas de transição ao capitalismo neoliberal e de reformas neste modelo no país.

2. A problemática teórica¹

O trabalho de exposição teórica, em regra, enfrenta certas dificuldades: seja as advindas da apropriação teórica das palavras e expressões presentes na linguagem cotidiana – cumprindo-nos diferenciar os sentidos corriqueiro e conceitual dos termos usados –; seja as procedentes da natureza do discurso teórico – incumbindo-nos distinguir conceitos teóricos e conceitos concretos, isto é, conceitos atinentes a objetos abstrato-formais, sem existência na realidade (por

¹ O conceito de problemática, tal qual foi formulado por Althusser, indica a questão ou o problema que informa a “estrutura sistemática típica” da unidade de um determinado pensamento, seja ele ideológico ou científico, ou, nas palavras desse autor: “Não é a matéria da reflexão que caracteriza e qualifica a reflexão, mas nesse nível, a *modalidade da reflexão*, a relação efetiva que a reflexão mantém com os seus objetos, isto é, a *problemática fundamental* a partir da qual são refletidos os objetos desse pensamento”. Louis Althusser. “Sobre o Jovem Marx’ (Questões de teoria)” In: *A favor de Marx* (2. ed.). Rio de Janeiro, 1979, p. 56.

exemplo, o conceito de modo de produção), e conceitos alusivos à singularidade de objetos concretos, referentes às determinações de existência de tais objetos (por exemplo, o conceito de formação social capitalista) –; seja as derivadas do procedimento através do qual o objeto é tratado: o método; seja, enfim, as oriundas da novidade revolucionária da teoria, que ocorre quando uma teoria rompe os moldes da ideologia teórica dominante.²

Essas dificuldades do discurso teórico podem ser evidenciadas quando tomamos como objeto de reflexão os diversos sentidos atribuídos ao conceito de crise política. Sem a pretensão de dar conta de todo o polêmico debate que envolve a caracterização desse conceito, consideramos oportuno abordar algumas questões que têm ganhado relevância na discussão política e acadêmica atual, a fim de que possamos, na sequência, apresentar a definição que consideramos mais adequada para fundamentar nossa pesquisa sobre as crises políticas no capitalismo neoliberal brasileiro. Tal encaminhamento permite que evitemos construir longas digressões de esclarecimento conceitual quando analisamos as conjunturas concretas nos capítulos seguintes, assim como possibilita ao leitor um entendimento mais amplo do nosso ponto de partida teórico.

A análise de Poulantzas acerca das crises, sejam elas políticas, econômicas ou ideológicas, aponta para a importância de se compreender a especificidade do conceito de crise enquanto “situação particular de condensação de contradições”. Ao mesmo tempo, ela sublinha a necessidade de se evitarem duas armadilhas muito comuns nos estudos sobre as crises: a) conceber a crise como um instante disfuncional de um sistema harmônico; b) entender a crise a partir de uma concepção mecanicista, evolucionista e economicista. No primeiro caso, segundo Poulantzas, as contradições e as lutas de classes inerentes à reprodução social são ignoradas, em nome de uma concepção que caracteriza o desenvolvimento das sociedades como um sistema integrado e autorregulado. No segundo, a especificidade do conceito de crise é abolida, e esse fenômeno passa a recobrir todo um estágio ou fase, denotando que uma determinada estrutura de produção encontra-se em “crise permanente e sempre presente”, e contendo, assim, de maneira latente, em sua determinação lógica de desenvolvimento, uma espécie de finalismo redentor.³

Poulantzas discute também a necessidade de se caracterizar a particularidade dos diferentes tipos de crise (econômica, política e ideológica) e compreender suas possíveis correlações, que nem sempre se efetivam, ou, se se efetivam, nem sempre ocorrem num mesmo

² Cf. Louis Althusser. *Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos*. Lisboa, Presença, s/d.

³ Nicos Poulantzas. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado” In: Nicos Poulantzas (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

marco cronológico ou temporal.⁴ Dito de outra maneira, pode haver a defasagem temporal entre um e outro tipo de crise, bem como pode suceder que tais tipos de crises não se combinem em determinado momento histórico.

Certamente o debate teórico em torno do tema das crises, em geral, e das crises políticas, em particular, é extenso e polêmico, ensejando uma série de dificuldades para a análise dos conflitos e das mudanças sociais na contemporaneidade. Com isso, sem a pretensão de resgatar toda a polêmica, propomo-nos a inicialmente realizar uma crítica da análise desenvolvida por Michel Dobry – que têm sua importância pelo fato de se constituir como uma das raras tentativas, senão a única, de sistematizar uma sociologia (ou teoria) das crises políticas –, para, em seguida, apresentar, de maneira mais sistemática, a problemática teórica do marxismo estrutural com a qual trabalhamos para definir o conceito de crise política.

Em sua obra clássica *Sociologie des crises politiques*, Dobry faz uma análise, focando um aspecto principal das crises políticas: a mobilização social. De início, o autor salienta que não é o seu propósito compreender as crises a partir de suas causas objetivas ou através dos seus resultados. Para ele, a tarefa do analista é a de desvendar as características particulares de uma crise política, a partir de seu próprio desenvolvimento, de sua dinâmica interna, porque, nessas conjunturas, o grau de objetivação das relações sociais se estabelece de maneira distinta das conjunturas rotineiras.⁵

Esse autor distingue as “conjunturas rotineiras” e as “conjunturas críticas” (também denominadas conjunturas de crise política ou “conjunturas políticas fluidas”) em termos de lógica da dinâmica interna delas. Dessa forma, enquanto as conjunturas rotineiras são caracterizadas pelo predomínio da lógica de mobilizações setoriais – isto é, a atividade tática dos protagonistas volta-se para campos sociais específicos –; as conjunturas críticas pautam-se pela dinâmica de mobilização multissetorial, caracterizada por um campo social de maior abrangência.⁶

Assim, na visão desse autor, nas conjunturas críticas, há um redimensionamento da atividade tática, conformada por uma maior interdependência entre os atores, ou seja, as ações e os cálculos políticos dos atores tornam-se mais dependentes uns dos outros – o que significa, na prática, uma ampliação da dimensão estratégica, global, em detrimento das dimensões setoriais, específicas. Ademais, Dobry salienta que as conjunturas críticas são caracterizadas, ainda, por

⁴ *Ibidem.*

⁵ Michel Dobry. *Sociologie des crises politiques: La dynamique des mobilisations multisectorielles* (2. ed.). Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1992.

⁶ *Ibidem.*

uma maior rapidez do desenvolvimento dos acontecimentos e, por conseguinte, por mudanças significativas no plano dos cálculos políticos – o que denota que os graus de incerteza e de imprevisibilidade das ações dos atores envolvidos tendem também a se ampliar.⁷

Em linhas gerais, a proposta de Dobry apresenta-se como uma explicação demasiadamente reducionista do fenômeno das crises políticas, uma vez que o autor prioriza apenas um aspecto da crise, a mobilização social, entre as diversas dimensões que a recobrem – o que o leva a uma análise unifatorial do problema em questão –; e que, em decorrência dessa questão inicial, esse estudo tende a se limitar a uma explicação formalista e abstrata das crises – distinguindo as conjunturas em termos de maior ou menor grau de objetivação, de amplitude da atividade tática, de maior ou menor previsibilidade dos cálculos políticos, entre outros aspectos, deixando de lado os elementos objetivos que as caracterizam e as dinamizam, e que estruturam o jogo político. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem que se centra demasiadamente na forma das modalidades de conjuntura e descarta a reflexão acerca do conteúdo dessas modalidades. Veremos, mais adiante, como é possível elaborar um outro entendimento sobre as conjunturas de crise política.

Entendemos, assim, que a análise desse autor carece da investigação das condições objetivas que informam a especificidade de uma determinada conjuntura, para que se possa viabilizar uma compreensão mais ampla desse processo. O que queremos ressaltar é que, entre as condições objetivas que informam as peculiaridades de uma conjuntura particular e os fatores subjetivos que condicionam a dinâmica interna dela, há uma relação de necessidade. Isso não quer dizer que o desfecho ou o resultado de uma conjuntura de crise já esteja inscrito no seu início, mas que é possível analisar os fatores objetivos que permitiram a concretização de uma situação de crise e os fatores subjetivos materializados na própria dinâmica dessas crises, os quais acenam, muitas vezes, para resultados até inesperados pelos agentes, dependendo dos desfechos promovidos pela correlação de forças entre eles.

Consideramos, também, que a perspectiva adotada por Dobry revela uma visão cíclica da história, que estaria condenada a meras repetições de fatos – o que dificulta o entendimento dos diversos tipos de crise política e das distintas dinâmicas que se operam em cada formação social concreta. Isso significa que mesmo as mobilizações sociais – em referência ao foco de exposição do autor – apresentam determinadas peculiaridades, não só no próprio dinamismo das distintas conjunturas, tomado como algo abstrato, mas na dependência, sobretudo, de questões mais

⁷ *Ibidem.*

substantivas, como, por exemplo, a correlação de forças políticas que se desenvolve numa determinada situação concreta, podendo tal dinamismo ser mais ou menos favorável a mudanças nas estruturas que compõem o todo social.

Em suma, embora, num plano formal, o conceito de crise elaborado por Dobry nos permita identificar a especificidade desta e diferenças em relação aos momentos de estabilidade, tal conceito deixa a desejar quando aplicado à caracterização da natureza das crises, ou seja, à análise do seu conteúdo – o que demanda não apenas observarmos sua dinâmica interna, mas, suas causas e resultados.

Já indicamos que o conceito de crise não pode ser generalizado a toda e qualquer circunstância, sob pena de perder sua especificidade histórica e teórica. Também argumentamos que só faz sentido formular um conceito de crise se o relacionarmos com as contradições de classe existentes numa dada formação social. Daí advém a caracterização geral do conceito de crise com a qual trabalhamos, designando uma situação particular na qual se condensam contradições que podem afetar ou envolver um ou mais domínios da vida social.

Entre as análises marxistas das crises, é conhecida a discussão que Lênin faz acerca das condições objetivas de instauração de uma situação (ou crise) revolucionária, na qual se combinam fatores de ordem objetiva e subjetiva. Esse autor indica três sintomas principais de uma crise revolucionária: a) a existência de uma crise na política das classes dominantes, impedindo-as de manterem a dominação de classe como até então vinham fazendo; b) o agravamento exacerbado dos sofrimentos e das necessidades das classes oprimidas; c) a intensificação da atividade de massas, em decorrência dessas duas condições objetivas, de modo que as classes subalternas sejam compelidas a uma “ação histórica independente”. E conclui:

Sem essas mudanças objetivas, que são independentes da vontade, não só de determinados grupos e partidos, mas também da vontade de determinadas classes, uma revolução é, como regra geral, impossível. [...] a revolução não se produz em qualquer situação revolucionária, se produz apenas em uma situação na qual as mudanças objetivas citadas são acompanhadas por uma mudança subjetiva, tais como: a capacidade da *classe* revolucionária de realizar ações revolucionárias de massas suficientemente *fortes* para destruir (ou deslocar) o velho governo, que nunca, nem mesmo nas épocas de crise, “cairá” se não o “fizerem cair”.⁸

Partindo dessa caracterização de Lênin da crise revolucionária, Boito Jr. salienta quatro questões que podem ser aproveitadas para a elaboração de um conceito de crise política: a) num plano mais geral, é possível dizer que há condições objetivas que caracterizam uma revolução

⁸ Vladimir Ilyich Lenin. “La bancarrota de la II Internacional” In: *Obras completas*, vol. XXII, Madri, Akal, 1977, p. 310.

que ocorre numa “conjuntura política específica”; b) uma situação revolucionária é caracterizada por um conjunto complexo e articulado de contradições; c) é necessário identificar o caráter da contradição e o tipo de relação das contradições que agem na conjuntura de crise; e d) a miséria das massas só contribui para uma divisão na cúpula caso estimule o desenvolvimento das contradições entre os de cima e os de baixo.⁹

A consideração das observações acima, com vistas à elaboração de um conceito geral de crise política, implica que se observem os seguintes fatores: a) para que se deflagre uma crise é necessário que haja condições objetivas, que devem se manifestar necessariamente numa dada conjuntura; b) uma crise política é definida por um conjunto articulado e complexo de contradições no domínio político, podendo, por isso, afetar o tipo de Estado, a forma de Estado, a forma de regime, a forma de governo, etc.; c) numa crise política, é preciso refletir sobre o desenvolvimento das contradições, de modo a identificar quais são as contradições principais e secundárias, uma vez que o próprio caráter da crise decorre da relação entre as contradições em processo; d) o agravamento da miséria ou o processo de pauperização e proletarização das massas é um fator condicionante da deflagração de uma crise política, podendo afetar, em graus variáveis, o sistema de dominação de classe e as alianças de classe estabelecidas em determinado momento histórico.

Ainda sobre a caracterização feita por Lênin da crise revolucionária, é interessante observar o destaque dado por Buci-Glucksmann ao papel que a crise na cúpula pode provocar sobre a politização das atividades das massas. Na visão da autora, está presente, em Lênin, a ideia de que a crise das classes dominantes não é só uma das condições objetivas para a derrubada da classe ou fração de classe que se encontra no poder, mas é também uma espécie de elemento ativador da politização das massas: “a forma da crise das classes dirigentes e de seu Estado condiciona a forma da politização das massas”.¹⁰ Isso significa que o caráter da crise política tende a condicionar o alcance da politização das massas, podendo criar um espaço mais ou menos aberto para a crítica popular à orientação de classe da política estatal. Essa questão é decisiva, pois se trata de um contra-argumento à tese de caráter mais subjetivista e voluntarista que confunde e inverte as posições das condições subjetivas e objetivas de determinada crise política, vindo a sugerir que não há estrangimentos decorrentes de questões de ordem estrutural ou das próprias circunstâncias históricas de deflagração de uma determinada crise que limitariam o

⁹ Armando Boito Jr. “O conceito de crise revolucionária: a França de 1789” In: *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.

¹⁰ Christine Buci-Glucksmann. “Sobre o conceito de crise do Estado e sua história” In: Nicos Poulantzas (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 48.

alcance e a radicalidade da politização da ação das massas. Completaríamos esse raciocínio, sustentando a ideia de que, nas situações em que se abre um reduzido espaço para a crítica popular à orientação de classe da política estatal, tende a configurar-se uma crise política “positiva” para as classes dominantes, cujos efeitos sobre o plano das relações de poder entre as classes sociais são bastante diminutos.¹¹ O que não quer dizer que, em outras circunstâncias, a pressão popular não possa acarretar qualquer impacto sobre a forma de Estado, de regime político e de governo, e nem engendrar a constituição de uma situação de crise política “negativa” para as classes dominantes. É o que Saes sustenta na seguinte passagem: “nem toda transformação da forma de Estado e do regime político resulta de uma redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder. A rigor, ela pode também resultar da pressão popular.”¹²

Lênin ajuda-nos a entender o conceito de crise política tendo como referência o processo de transição social no qual pode ocorrer a substituição da velha classe dominante por uma nova. Cabe discutir o conceito de crise política a partir do processo de reprodução social de uma determinada estrutura de produção. Operamos com essa distinção conceitual para pensar a crise política em dois momentos distintos: o da transição social e o da reprodução social.¹³ Isso nos permite compreender, de um ponto de vista metodológico, que, enquanto o primeiro momento faz referência a uma condensação de um conjunto articulado e complexo de contradições, numa conjuntura marcada pela não correspondência entre forças produtivas e relações de produção, podendo se efetivar uma mudança do tipo de Estado; o segundo momento, o da reprodução social de uma estrutura de produção, refere-se às contradições existentes que tendem a condicionar a ocorrência de mudanças no bloco no poder ou nas alianças de classes formadas na cena política, podendo vir a promover alterações, respectivamente, nas formas de Estado, de regime ou de governo.

Nesse sentido, quando se trata de abordar as crises políticas, no estágio de reprodução ampliada do capital, uma das questões que ganha relevância é a da relação existente entre as

¹¹ Retiramos de Saes a noção de crise política “positiva” para as classes dominantes. Na verdade, na análise do sistema presidencialista, Saes trata da possibilidade do advento de dois tipos de crise de governo “positiva” para as classes dominantes: as crises que exprimem o conflito entre Presidência e Parlamento e as crises que se revelam através do conflito entre a Burocracia de Estado e a Presidência. Décio Saes. “A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês” In: *Estado e democracia: ensaios teóricos* (2. ed.). Campinas, IFCH-Unicamp, 1998.

¹² Décio Saes. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas” In: *República do capital*. São Paulo, Boitempo, 2001, p. 124.

¹³ A distinção entre processos de transição social e processos de reprodução social foi reelaborada por Décio Saes a partir da análise de Étienne Balibar sobre a transição de um modo de produção a outro, presente na coletânea de artigos organizada por Louis Althusser e intitulada *Lire Le Capital*. Ver: Décio Saes. “Marxismo e história” . *Crítica Marxista*, n. 1, 1994.

condicionantes econômicas e políticas da crise, ou ainda, das articulações passíveis de se concretizarem entre crise econômica e crise política.

Na “Introdução à edição de 1895” da obra *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx, Engels tende a caracterizar a crise política como um mero epifenômeno, como uma decorrência mecânica das crises econômicas, contradizendo, assim, a própria análise de Marx, que se propõe a entender as crises políticas da conjuntura em questão como resultado de uma teia complexa e articulada de contradições.¹⁴ Se, para Marx, certos acontecimentos econômicos – tais como: a praga das batatas e as más colheitas na França, a crise geral do comércio e da indústria, somada às insatisfações das frações não dominantes da burguesia em relação à aristocracia financeira (que enriquecia às custas da dívida pública), e o apoio dado pelo proletariado à burguesia industrial na luta contra os interesses da aristocracia financeira – são os fatores principais que explicam as revoluções, no final dos anos de 1840,¹⁵ para Engels:

a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e março, e [...] a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, a partir de meados de 1848, e chegara ao seu apogeu em 1849-1850, foi a força vivificante na qual a reação europeia hauriu renovado vigor.¹⁶

Dessa maneira, é possível entrever a relação entre crise econômica e crise política ou entre a economia e a política como uma via de mão única, uma vez que, quer seja na deflagração da crise política, quer seja na sua superação, é o fator econômico o elemento fundamental que determina e governa todo o processo em questão, cabendo à política um mero papel coadjuvante ou secundário. Eis aqui um flagrante caso de explicação mecanicista e economicista para o entendimento do fenômeno das crises do capitalismo.

A análise de Gramsci pode ser considerada um interessante contraponto à análise de Engels acerca das crises políticas. Gramsci elabora o conceito de “crise de hegemonia” ou “crise do Estado em seu conjunto” para caracterizar uma situação na qual ocorre uma disjunção entre os grupos sociais e seus partidos tradicionais, que deixam de ser “reconhecidos como sua expressão por classe ou fração de classe” – o que determina uma situação de claro contraste entre representantes e representados.¹⁷ Esse autor salienta que a crise de representação partidária é o

¹⁴ Friedrich Engels. “Introdução à edição inglesa de 1895 da obra *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*” In: *Textos* (vol. III). São Paulo, Ed. Sociais, 1977.

¹⁵ Karl Marx. “*As lutas de classes na França de 1848 a 1850*” In: *Textos* (vol. III). São Paulo, Ed. Sociais, 1977.

¹⁶ Friedrich Engels. “Introdução à edição inglesa de 1895 da obra *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*”, *op. cit.*, p. 95.

¹⁷ Antonio Gramsci. “Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel” In: *Cadernos do Cárcere* (vol. 3). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 60.

sintoma mais visível de uma crise de hegemonia da classe dirigente,

que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade': e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”¹⁸.

Cabe salientar que, em paralelo à formulação do conceito de crise de hegemonia, Gramsci elabora o conceito de crise orgânica, justamente para estabelecer uma relação de correspondência entre as temporalidades da crise econômica e da crise política.

Para Gramsci, as crises econômicas imediatas “podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal”¹⁹. Nesse sentido, para esse autor, as crises econômicas podem até condicionar as crises políticas, mas não as determinam unilateralmente, como poderia supor uma análise economicista e catastrofista das crises. Isso significa que a ruptura do equilíbrio entre as forças deve-se aos conflitos políticos entre as classes em luta. Em decorrência disso, não se pode conceber a crise de hegemonia como um vazio de poder, mas como uma multiplicidade de poderes.²⁰

Gramsci confere o conceito de crise orgânica à combinação dos contextos da crise econômica e da crise política. Ou seja, a crise orgânica corresponde à coincidência da crise de acumulação de capital, resultante da queda tendencial da taxa de lucro, com a crise de hegemonia que “afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social”²¹. Isso não quer dizer que o conceito de crise orgânica, que expressa a coincidência dos tempos das crises econômicas e das crises políticas, seja equivalente ao conceito de crise revolucionária, formulado por Lênin, que pode designar a situação de duplo poder. Sobre essa questão valem as observações de Buci-Glucksmann, para quem

a crise orgânica não é necessariamente uma crise revolucionária, na medida em que a dualidade de poder muda de conteúdo de classe e de efeito estatal. À dualidade de poder do ponto de vista do proletariado, sucede a dualidade de poder do ponto de vista da burguesia.²²

¹⁸ *Ibidem*, p. 60.

¹⁹ *Ibidem*, p. 44.

²⁰ Cf. Alvaro Bianchi. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. *Novos Rumos*, ano 17, n. 36, 2002.

²¹ *Ibidem*, p. 36.

²² Christine Buci-Glucksmann. “Sobre o conceito de crise do Estado e sua história”, *op. cit.*, p. 58.

O que é interessante observar é que ora o conceito de crise orgânica é visto como uma combinação dos tempos das crises econômicas e da crise de hegemonia, ora é confundido, de modo restritivo, com o conceito de crise de hegemonia. Isso aparece com toda força nas análises de Buci-Glucksmann e Poulantzas, mas não consideramos que se trata de um desvio de interpretação da obra de Gramsci. Antes, acreditamos que seja fruto das oscilações dessa definição na obra desse autor, bem como de certa indeterminação do conceito de crise de hegemonia, perceptível quando se busca compreender a que esfera da vida social esse conceito faz referência. Seria à dimensão política, à dimensão ideológica, à vida social como um todo?

Gramsci utiliza o conceito de crise orgânica para distingui-lo do conceito de crise de conjuntura, retomando a distinção entre estrutura e conjuntura, e, portanto, entre crise estrutural e crise conjuntural. Como assinalamos, o autor se refere também ao conceito de crise orgânica para pensar a coincidência dos tempos da crise econômica e da crise da hegemonia, mas é justamente, nessa segunda definição, que reside a dificuldade de pensar a distinção entre crise orgânica e crise de hegemonia, uma vez que, ao englobar tais conceitos, sob a ideia de que ambos fazem referência ao conjunto das relações sociais, torna-se praticamente inviável pensar a crise, seja orgânica ou de hegemonia, como uma situação particular ou excepcional de condensação ou acúmulo de contradições. O mesmo se diga quanto a formular um conceito de crise política, pois, Gramsci, ao remeter ao conjunto das relações sociais, não explicita a especificidade do domínio político, ou melhor, esse autor não formula claramente a ideia de que “a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes desta condensação de contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado”.²³ Corroborando a análise de Poulantzas, faz-se necessário compreender a crise política como um momento histórico de acúmulo de contradições que rompem com o ritmo do processo da luta de classes,²⁴ e – acrescentamos –, em graus qualitativamente variados, se levarmos em conta os impactos distintos que podem deflagrar os resultados de uma crise política.

Tomando como exemplo as crises políticas revolucionárias, Poulantzas observa que

não são apenas as transições do capitalismo para o socialismo que correspondem às crises políticas das *situações revolucionárias*. As modificações das relações de força, que não atingem, entretanto, esta transformação, geralmente vêm acompanhadas de crises políticas que dão lugar, às vezes, a modificações substanciais do Estado burguês.²⁵

²³ Nicos Poulantzas. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”, *op. cit.*, pp. 8-

9.

²⁴ Nicos Poulantzas. *La crise des dictatures*: Portugal, Grèce, Espagne. Paris, François Maspero, 1975.

²⁵ *Ibidem*, p. 106.

O autor distingue, aí, dois aspectos importantes para a análise das crises políticas: o primeiro refere-se ao fato de que se pode discriminar uma variedade de crises políticas particulares, que podem se combinar ou não num dado momento histórico; o segundo refere-se à relação de forças que se alteram em cada conjuntura política particular, acenando para novos arranjos no âmbito das relações sociais de classe, presentes numa formação social concreta. Em ambos os casos, é importante observar que o conceito de crise política não pode deixar de ser situado numa determinada conjuntura histórica, tampouco pode ser dissociado da relação complexa e articulada das contradições em movimento numa mesma conjuntura.

Em suma, Poulantzas procura situar o conceito de crise política nos termos do próprio desenvolvimento da luta de classes, ou ainda, nos termos da condensação de contradições numa dada situação particular. Nesse sentido, dependendo da forma como a luta se concretize, ou melhor, dependendo das características das contradições em jogo, a crise política pode assumir traços distintos – como procuramos diferenciar acima –, particularizando-se como uma crise revolucionária, uma crise da forma de Estado, uma crise de regime, uma crise de governo etc.

Para aprofundar a discussão sobre as crises políticas nos processos de reprodução social, faz-se necessário retomar e avançar na análise da teoria do bloco no poder, elaborada por Poulantzas.²⁶ É justamente a partir dessa teoria que logramos transcender certo tipo de análise de mera descrição formal das modalidades de crise política.

Nessa perspectiva, é possível indicar ao menos duas situações de crise política que seriam decorrentes de conflitos entre as frações de classe que integram o bloco no poder, isto é: a) nos conflitos existentes entre as frações dominantes pelo exercício da hegemonia política no bloco no poder – o que pode acarretar numa mudança na forma de Estado; e b) nos conflitos entre as frações menos poderosas e as frações dominantes do bloco no poder – o que pode abrir espaço para a instauração de uma nova hegemonia política, para a acomodação dos interesses das frações menos poderosas no interior do núcleo hegemônico, ou ainda, para uma mudança na hierarquia e/ou divisão social do trabalho dos interesses de classe que compõem o bloco no

²⁶ O conceito de bloco no poder foi elaborado por Poulantzas e indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos”. Esse conceito permite-nos entrever que, embora a classe dominante, a burguesia, possua um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com dominante. Essa dominância é resguardada para uma das frações que compõem o bloco no poder, a qual Poulantzas denomina como “fração hegemônica”. Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales* (vol. II). Paris, Librairie François Maspero, 1972, p. 58.

poder. É necessário dizer que tais contradições podem se combinar, numa dada conjuntura, configurando, então, uma crise na cúpula, e abrir maior espaço para a politização da ação das massas populares.

Sobre a questão da hegemonia política no bloco no poder, observamos, ainda, a possibilidade de ocorrência de dois tipos de situações excepcionais de reprodução do todo social nas quais pode vir a registrar-se a defasagem entre o poder político e o poder econômico. O fato de concebermos tais situações não nos coloca de modo algum de acordo com a problemática elitista que tende a dissociar o poder político do poder econômico e, com isso, negar a tese marxista da correlação entre tais poderes. Diferentemente disso, acreditamos que entender tais situações como excepcionais permite-nos compreender a complexidade da deflagração de crises políticas, na reprodução do todo social, bem como suas implicações sobre as relações sociais de classe.

A primeira situação emerge nas conjunturas de instauração de uma nova hegemonia política na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica. Nesse caso, essa força hegemônica fará uso de sua hegemonia política para conquistar a prevalência econômica. Numa conjuntura como essa, abre-se a possibilidade de frações menos poderosas da classe dominante exercerem, por um breve tempo, a hegemonia política do bloco no poder.²⁷

A segunda situação diz respeito à conjuntura de crise hegemônica na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante. Configura-se, então, o que poderíamos chamar, de acordo com Poulantzas, de “instabilidade hegemônica” e, num momento posterior, uma etapa de “incapacidade hegemônica”, em sentido estrito, ou seja, a situação na qual nenhuma classe ou fração hegemônica economicamente consegue impor a sua hegemonia política às outras classes e frações que compõem o bloco no poder.²⁸

Tanto a situação de instabilidade hegemônica quanto a de incapacidade hegemônica podem ser designadas pelo conceito de instabilidade política. No entanto, ao operarmos com tal conceito, distanciamos-nos da problemática teórica que define a instabilidade política como uma disfunção, enfermidade ou anomalia de um dado sistema político autorregulado. Na verdade, procuramos inscrever esse conceito no processo contraditório de desenvolvimento das relações de classe numa formação social específica. Tão logo damos esse tratamento ao conceito de

²⁷ Sobre isso, ver: Décio Saes. “Estado e classe dominante”. *Crítica Marxista*, n. 12, 2001, pp. 161-162.

²⁸ Ver, em especial, a parte III do livro: *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo* (vol. 1). Porto, Portugalense, 1972.

instabilidade política, surge uma nova dificuldade teórica: a de estabelecer a distinção desse conceito com o de crise política. Como é possível entrever, ambos fazem alusão a uma situação de condensação de contradições. O que os distingue é a presença, nessa situação, de uma força social organizada com capacidade de realizar mudanças nas relações de classes vigentes. É justamente o conceito de crise política que designa a existência dessa força social – o que não significa que ela logrará ser bem-sucedida em seu intento, visto que, no processo político, tal força social poderá sofrer reveses. Já o conceito de instabilidade política pode ser empregado para caracterizar uma conjuntura zigzagueante, na qual não se pode observar a presença dessa força social – o que engendra uma situação de inúmeras redefinições da hegemonia, das alianças de classe e das relações de poder em geral.

Para concluir, é preciso fazer um último apontamento sobre a relação entre pressão popular, politização das massas e crise política, nos processos de reprodução social, isto é, nos processos nos quais a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores expropriados não é colocada em xeque.

Já mencionamos que a crise na cúpula tende a propiciar a politização das massas, uma vez que a própria instauração de um conflito no seio das classes dominantes é um forte indício de que os mecanismos de reprodução da dominação de classe e de neutralização da ação organizada e coletiva das classes dominadas estão operando com muito menor intensidade do que nos períodos de estabilidade política. Nessa perspectiva, é possível sustentar que a crise na cúpula é um aspecto decisivo, mas não exclusivo, da instauração da mudança social, mesmo que no interior de uma dada estrutura de produção. Ocorre que, no terreno do capitalismo, os conflitos intraburgueses não podem ser pensados como derivados apenas da concorrência capitalista, quando são alimentados também pelas pressões populares que se manifestam em suas mais variadas formas de luta contra a exploração do trabalho e contra outras formas de opressão, mesmo que tais lutas não questionem o fundamento da relação capital/trabalho. Na impossibilidade de haver uma repartição igualitária da mais-valia global entre os capitalistas e na dificuldade do bloco no poder de oferecer contrapartidas materiais e efetivas às classes dominadas, constituem-se relações políticas instáveis que podem desaguar em crises políticas, as quais podem ser absorvidas ou não pela ordem social. Assim sendo, é preciso observar que, para além do apoio ou das alianças constituídas entre as classes dominadas e o bloco no poder, há toda uma gama de segmentos da classe dominada que se encontram excluídos de tais relações e que tendem a ter seus interesses materiais frustrados. Tal contexto pode abrir espaço para a

crítica ao caráter de classe do Estado e, portanto, para a politização das massas populares e radicalizar o processo de crise política, que deixa de se manifestar como uma crise positiva para as classes dominantes e passa a colocar em risco a sua continuidade no poder.

3. Hipótese geral e hipóteses específicas de pesquisa

A apresentação do objeto desta pesquisa e da problemática teórica com a qual trabalhamos para analisar as crises políticas recentes no Brasil, permite-nos indicar a hipótese geral de que as crises políticas de 1992 e 2005 foram resultantes, respectivamente, do processo de transição ao capitalismo neoliberal e de reformas no interior desse modelo. Para compreender esses fenômenos, torna-se imperativo estudar as contradições de classe que se efetivaram na realidade concreta de cada uma das conjunturas políticas e que explicam a natureza dessas crises políticas.

Tal hipótese geral conflui para a formulação de hipóteses específicas acerca dessas crises políticas. A crise política de 1992 caracteriza-se como uma crise do governo a qual emergiu de um processo de instabilidade hegemônica e na qual a hegemonia política foi exercida sob a forma de condomínio entre as frações do grande capital, tendo como resultado a destituição do Presidente da República do cargo por um movimento dirigido pela burguesia interna e contando com a base social de apoio predominantemente de setores das classes médias, descontentes com os efeitos gerados pela política estatal. Muito distante de esse processo encerrar a hegemonia política dessas classes que compunham o movimento contra o governo federal, essa crise política poria em evidência os limites da oposição ao neoliberalismo no país. Esta logrou tão somente fazer resistências pontuais e seletivas a alguns pontos do programa neoliberal ou, na melhor das hipóteses, a lutar contra os efeitos dessa política. A crise política de 2005 caracteriza-se como uma crise do partido do governo, surgindo de um processo de crise de representação política do PT, que passou a sustentar, no governo, os interesses da burguesia interna e a acomodá-los no núcleo hegemônico do bloco no poder, sem, com isso, colocar em xeque o poder político da grande burguesia financeira internacional. Trata-se, portanto, de um contexto de reformas no capitalismo neoliberal, no país, criando condições favoráveis para a realização de mudanças na política estatal. Nesse caso, tanto o governo federal quanto a burguesia interna sairiam vitoriosos da crise.

4. Procedimentos metodológicos e estrutura da tese

Na análise das conjunturas das crises políticas ocorridas no capitalismo neoliberal no Brasil, articulamos os processos de temporalidade curta, média e longa e procuramos enquadrá-los teoricamente. Isso quer dizer que não compreendemos a análise de conjuntura como sendo um simples compêndio de fatos ou eventos, o que reforçaria a ideia do conjuntural como algo efêmero, sem importância, provisório e superficial, ou uma técnica supostamente neutra e desencarnada de pressupostos teóricos, que poderia prescindir de qualquer tipo de abstração ou de reflexão acerca da lógica dos processos sociais observados. Dito de outro modo, quando nos propusemos a caracterizar as crises políticas de 1992 e 2005, não levamos em conta apenas a discussão sobre a natureza, a dinâmica interna e os resultados alcançados por tais crises, mas procuramos integrar à explicação desses fenômenos a relação que tinham com os processos de mudança política no desenvolvimento capitalista brasileiro. Nessa perspectiva, é que sustentamos que nem a crise do governo Collor, nem a crise do partido do governo (PT) podem ser dissociadas do acúmulo de contradições geradas, respectivamente, pela transição ao neoliberalismo e pelas reformas no modelo neoliberal no Brasil.

Para dar conta da explicação desses fenômenos, recorreremos tanto à pesquisa empírica quanto à pesquisa bibliográfica.

No caso da pesquisa empírica, analisamos: documentos e publicações de entidades patronais, dos trabalhadores e estudantis; pronunciamentos oficiais de membros do governo federal; atas das sessões do Congresso Nacional; dispositivos legislativos, tais como medidas provisórias, projetos de lei e leis homologados ou vetados pelo governo federal; entrevistas concedidas por lideranças políticas à imprensa ou a projetos de construção da memória dos movimentos políticos no país, como, por exemplo, o projeto Memória do Movimento Estudantil; e artigos escritos por importantes personagens nos processos políticos analisados, além de vídeos. Para acessar tais fontes, realizamos a busca em: a) acervos impressos, disponíveis para consulta nas bibliotecas universitárias (Unicamp, USP, PUCCamp e PUC-SP), na biblioteca Mário de Andrade (em São Paulo) e nas sedes de algumas entidades (Fiesp, Febraban, Sindicatos dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, entre outras); b) acervos digitais, existentes na Internet, entre os quais destacaríamos os acervos completos ou parciais de veículos da imprensa, como os da *Folha de S. Paulo*,²⁹ da revista *Veja*,³⁰ do *Jornal do Brasil*,³¹ do *Valor*

²⁹ As edições do jornal *Folha de S. Paulo* publicadas desde 1921 estão disponibilizadas com recurso de busca de palavras-chave em: http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/

Econômico,³² do *Programa Roda Viva* da TV Cultura,³³ entre outros – o que nos permitiu compreender, em vários momentos, o clima do debate público sobre determinadas questões que influíram no desencadeamento das referidas crises políticas, e nos ofereceu pistas importantes para encontrar outras fontes primárias ou secundárias utilizadas nesse estudo; e os acervos de várias organizações políticas, tais como partidos, centrais sindicais, organizações empresariais – que nos possibilitaram identificar resoluções políticas, publicações periódicas, artigos e textos produzidos por seus dirigentes.³⁴

No tocante à pesquisa bibliográfica, fizemos ampla utilização de dissertações e teses acadêmicas, – a propósito, assinalamos que as referências a esse tipo de bibliografia têm sido cada vez mais raras entre os pesquisadores de renome, no campo das Ciências Sociais, que preferem citar apenas textos publicados em editoras ou em periódicos de maior circulação, ignorando uma série de trabalhos de qualidade que podem ser acessados nas diversas bibliotecas digitais de universidades brasileiras. Além dos estudos monográficos, trabalhamos com uma série de artigos publicados em coletâneas ou periódicos e obras nacionais e estrangeiras. Aqui, é preciso observar que concentramos nossos esforços nos estudos do campo da Ciência Política, da Sociologia e da Economia, em especial, em trabalhos que tratam da dinâmica de funcionamento do capitalismo contemporâneo nos âmbitos nacional e internacional. Como já mencionamos, são raros os estudos de fôlego que abordam especificamente o tema das crises políticas ocorridas no Brasil no período mais recente. Há vários trabalhos que abrangem a conjuntura das crises políticas, mas não as tomam como objeto central de análise, daí a dificuldade de situar a nossa pesquisa diante da bibliografia existente.

Passemos a descrever a estrutura da tese. Esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, discutimos o processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil. O objetivo desse capítulo é o de traçar um panorama amplo das contradições atuantes no processo político nacional na virada dos anos 1980 e início dos anos 1990, dando especial ênfase à análise das

³⁰ O acervo completo da revista *Veja* pode ser acessado com o recurso de busca de palavras-chave em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

³¹ O acervo do *Jornal do Brasil* contém cerca de 17.600 edições digitalizadas, publicadas entre 1930 e 1999: http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2

³² O site do jornal *Valor Econômico* dispõe para os assinantes todas as edições desta publicação: <http://www.valor.com.br/>

³³ O acervo do *Programa Roda Viva* disponibiliza todos os vídeos e reproduções textuais das entrevistas realizadas pelo programa desde 1986, ver: <http://www.rodaviva.fapesp.br/>

³⁴ Além da grande quantidade de informações a que podemos ter acesso no mundo virtual, por meio de textos, vídeos e áudios, a internet tem garantido maior agilidade na obtenção dessas informações, com os recursos de buscas disponíveis em vários sites e, permitido maior interação entre os pesquisadores de várias partes do mundo, o que torna a atividade intelectual potencialmente uma atividade mais socializada.

eleições de 1989 e da implementação da política econômica e social do governo Collor. No segundo capítulo, procuramos caracterizar a natureza da crise política deflagrada em 1992, que definimos como uma crise de governo, levando também em consideração não só a dinâmica interna da crise como seus resultados imediatos sobre a conjuntura do governo Itamar. Esses dois primeiros capítulos integram a primeira parte da tese. Nos dois capítulos subsequentes, valemos da mesma estratégia de análise adotada na primeira parte da tese. No terceiro capítulo, analisamos o processo de reformas no capitalismo neoliberal no Brasil, procurando destacar os embates presentes na conjuntura das eleições presidenciais de 2002 e as características principais da política implementada pelo primeiro governo Lula. No quarto e último capítulo da tese, discutimos o caráter da crise política ocorrida em 2005, que se define como uma crise do partido do governo (PT), evidenciando os conflitos atuantes nessa conjuntura e seus efeitos sobre o processo eleitoral de 2006.

CAPÍTULO 1 - TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL

“Quem dá mais? Quem é que dá mais de um conto de réis?
(Quem dá mais? Quem dá mais? Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três!)
Quanto é que vai ganhar o leiloeiro
Que é também brasileiro
E em três lotes vendeu o Brasil inteiro?
Quem dá mais?”
(Noel Rosa. “Quem dá mais?” ou “Leilão do Brasil”)

Este capítulo objetiva analisar a política do governo Collor, levando em consideração o processo de transição ao capitalismo neoliberal e seus efeitos sobre as relações de classe no Brasil. Sem observar as contradições que se inter-relacionam e se acumulam nesse processo, não se logra atingir uma compreensão minimamente satisfatória e objetiva do fenômeno em questão. Assim, julgamos ser pertinente desenvolver uma reflexão sobre o processo contraditório de transição ao capitalismo neoliberal ocorrido no país, antes mesmo de discutir a natureza, a dinâmica e os resultados da crise política deflagrada em 1992.

Dividimos este capítulo em três partes fundamentais. Na primeira, procuramos apresentar brevemente o conceito de capitalismo neoliberal com o qual trabalhamos. Na segunda parte, discutimos a particularidade da transição ao capitalismo neoliberal no país, procurando evidenciar o lugar subordinado do Brasil em relação às potências imperialistas nesse processo. Por fim, buscamos caracterizar a política econômica e social realizada pelo governo Collor, destacando os interesses de classe que tal política representou.

1. Capitalismo neoliberal: conceito e fenômeno histórico

No plano abstrato-formal, é possível dizer que o conceito de capitalismo neoliberal faz referência tanto a uma dimensão estrutural quanto a uma dimensão conjuntural. O termo *capitalismo* é utilizado para caracterizar as formações sociais nas quais há um claro predomínio do modo de produção capitalista sobre os demais modos de produção. Isso quer dizer que, nas formações sociais capitalistas, o modo de produção dominante – o capitalista – é constituído por: uma *estrutura econômica*, fundada na apropriação de trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, e no emprego de trabalho livre no processo de trabalho; e uma *estrutura política*, que se estabelece por meio do caráter universalista de suas instituições (aberta a todos indivíduos, independentemente da classe social de origem) e do direito igualitário (que dissimula a

desigualdade existente no terreno econômico).³⁵ O termo *capitalismo* reporta-se, portanto, às características que são invariáveis ao longo do tempo histórico das formações sociais nas quais predominam as relações sociais de produção capitalistas, produzindo, assim, o efeito ideológico particular de dissimular a desigualdade econômica através da igualdade jurídico-política.

Já o termo *neoliberal* designa o conteúdo da política de Estado e a ideologia particular predominantes em determinada fase do processo de reprodução ampliada do capital. Alude, pois, a uma dimensão de ordem conjuntural e duradoura, na qual as medidas de redução dos custos da reprodução da força de trabalho e dos direitos sociais, de privatização de empresas e serviços estatais e de abertura econômica (comercial e financeira) tornam-se hegemônicas no processo de implementação da política estatal. Do ponto de vista da análise das classes sociais, isso significa que a política estatal, sob o *neoliberalismo*, promove a *ofensiva política* das classes dominantes sobre as classes dominadas – ou a “restauração do poder de classe” –,³⁶ desencadeando a ampliação do poder e dos rendimentos das classes dominantes, especialmente, as situadas no seio do imperialismo hegemônico. Observa-se que, em sendo implementada tal política, cria-se uma relativa unidade política dos interesses da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, essa unidade é atravessada, de ponta a ponta, por contradições e funda-se numa hierarquização interna – o que nos permite entrever o lugar ocupado pela classe ou fração hegemônica que tem seus interesses priorizados por essa política em termos globais.³⁷

Boito Jr. sustenta que cada um dos eixos principais da política neoliberal representa pontos de unidade e de conflito no interior da burguesia, constituindo o bloco no poder. Para ele, tais eixos são basicamente os seguintes: a) desregulamentação do mercado de trabalho e redução

³⁵ Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales*. (vol. I). Paris, Librairie François Maspero, 1972.

³⁶ A expressão “restauração do poder de classe” foi utilizada pioneiramente por Duménil e Lévy para designar o processo de ampliação inaudita dos rendimentos das frações superiores das classes dominantes na era neoliberal. Ver: Gérard Duménil e Dominique Lévy. “O imperialismo na era neoliberal” . *Crítica Marxista*, n. 18, 2004. Embora empregue essa expressão, Harvey observa que “a neoliberalização não significou a restauração do poder econômico das mesmas pessoas”. Não se trata, portanto, de uma restauração do poder das mesmas classes e frações de classes que se encontravam no poder no período anterior, uma vez que uma série de novas atividades começou a fazer parte da engrenagem do capitalismo contemporâneo - como é o caso dos setores de alta densidade tecnológica e de meios de comunicação, que “alteraram significativamente o *locus* do poder econômico da classe alta”. Na verdade, como conclui Harvey, em certos casos, há a manutenção de uma base coerente de poder e, em outros, uma reconfiguração. Ver: David Harvey. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008, p. 40. O problema em questão está na própria ideia de restauração do poder de classe que pode dar a entender a ideia de recomeço de algo que foi interrompido, ou mesmo, levar a aplicação da concepção de poder como soma-zero, ou seja, a concepção segundo a qual o aumento do poder de uma classe significa automaticamente a perda de poder de outra classe, comprometendo assim pensar tal fenômeno sob a ótica das relações de classe, como desejam os autores citados. Talvez a expressão mais adequada para expressar as mudanças qualitativas provocadas pelo neoliberalismo sobre as relações de classe seja a de ofensiva política das classes dominantes sobre as classes dominadas.

³⁷ Para a análise do capitalismo neoliberal no Brasil a partir dessa perspectiva, ver: Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Xamã, 1999; Décio Saes. “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual” In: *República do capital*, *op. cit.*

dos direitos sociais – o que interessa ao conjunto da burguesia e lhe confere unidade enquanto bloco –; eixo que alija da política estatal neoliberal e do bloco no poder os interesses da grande massa de trabalhadores; b) privatização de empresas públicas – o que contempla os interesses da grande burguesia brasileira e do imperialismo, e exclui o pequeno e o médio capital; c) abertura comercial e financeira – o que satisfaz fundamentalmente os interesses do grande capital bancário e do imperialismo, e, de algum modo, prejudica os interesses da grande burguesia industrial.³⁸ Nessa perspectiva, é de esperar que a grande burguesia financeira internacional seja a maior interessada na aplicação integral da política neoliberal, vindo a exercer o papel de fração hegemônica no bloco no poder neoliberal.

No tocante às classes trabalhadoras, é possível dizer que a política neoliberal engendra clivagens no interior desse agregado social, atraindo para a “esfera ideológica neoliberal” segmentos das classes médias e do operariado por combater certas práticas presentes no Estado capitalista, tais como: “a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorve, através do sistema tributário, os precários recursos financeiros do povo e coloca-os à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais”. Assim sendo, “supõem [essas classes] que a liquidação do parasitismo estatal passa pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social”, embora sua adesão ao neoliberalismo não implique “apoio incondicional a *todo* o programa neoliberal”.³⁹

No que se refere à ideologia neoliberal, é possível dizer que sua força encontra-se justamente no modo contraditório como logra articular a doutrina neoliberal (ideologia teórica), que “exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando, de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia”, e a prática neoliberal (ideologia prática), que abrange um conjunto de ações práticas que visam garantir sobretudo os interesses de classe dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo.⁴⁰ Ao chamarmos a atenção para essa dissociação entre doutrina e prática neoliberais, sustentamos a ideia de que é inoperante buscar compreender as identidades ou desvios existentes entre um e outro, visto que:

As políticas neoliberais implementadas pelos Estados capitalistas atuais não podem coincidir integralmente com a doutrina do liberalismo econômico que, em geral, as inspira. Tais políticas não podem concretizar *incondicionalmente* os princípios econômicos liberais, já que elas não são implementadas num espaço social vazio,

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ Décio Saes. “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual” In: *República do capital*, *op. cit.*, p. 89.

⁴⁰ Cf. Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 23.

destituído de qualquer historicidade, e sim em sociedades capitalistas históricas, nas quais a política estatal repercute, há décadas, a influência de outros princípios econômicos.⁴¹

Nesse sentido, ao enfatizarmos a dimensão da análise das contradições e conflitos de classe que se desenvolvem em cada formação social, para compreender o processo de implementação da política neoliberal, distanciamo-nos do enfoque que superestima o papel do movimento intelectual que deu origem ao neoliberalismo – o que resulta em análises que dão centralidade exagerada aos princípios doutrinários do neoliberalismo e descuram de sua caracterização enquanto prática política. Com isso, o que queremos evidenciar é a realidade efetiva do neoliberalismo, não o que seus ideólogos imaginaram sobre esse fenômeno social. Embora seja importante para a luta teórica compreender os fundamentos teóricos presentes nas análises dos principais ideólogos do neoliberalismo, a excessiva ênfase na história intelectual do neoliberalismo pode redundar numa visão voluntarista e vanguardista ou, ainda, numa visão personalista da história do neoliberalismo – a qual reforçaria a ideia do mito das origens e ocultaria as diversas formas de resistência –, visões advogadas por círculos empresariais, pelo keynesianismo, pelo socialismo e pelo intervencionismo estatal em geral, presentes na conjuntura dos anos 1930 a 1970. Dito de outra maneira, a história do neoliberalismo, caracterizada como história de um movimento intelectual, tende a ignorar as relações de classe que tornam o capitalismo neoliberal uma realidade efetiva, ensejando a análise do neoliberalismo pautada por uma visão linear e teleológica do processo histórico. Enquanto linear, não se presta a compreender os movimentos zigzagueantes do processo de implantação do neoliberalismo, resultante tanto de aspectos relacionados à história e à estrutura de constituição de cada formação social, como das resistências das classes e frações de classe à política estatal neoliberal. E, enquanto teleológica, numa versão conservadora e reducionista, considera, o neoliberalismo como o único resultado possível da forma de intervencionismo estatal prevalecente sob a égide do Estado de bem-estar social ou do nacional-desenvolvimentismo; ou, numa versão progressista, tem o neoliberalismo como um processo em contínuo, uniforme e inexorável aperfeiçoamento em relação a um ponto de origem.

Ademais, é preciso entrever que a história do capitalismo neoliberal é marcada por uma configuração variada, podendo estar associada aos seguintes contextos políticos: regimes políticos ditatoriais (p. ex., Argentina e Chile nos anos 1970) ou regimes democráticos (p. ex., França, Alemanha, Brasil); formas de governo presidencialista (p. ex., Brasil, EUA) ou

⁴¹ Ver: Décio Saes. “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual” In: *República do capital*, op. cit., pp. 81-82.

parlamentarista (p. ex., Inglaterra); governos conservadores (p. ex., governos de Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos EUA) ou trabalhistas (p. ex., Austrália e Nova Zelândia nos anos 1980); países imperialistas (p. ex., EUA, Alemanha e Japão) ou países dependentes (p. ex., Brasil, Argentina, África do Sul).⁴² Apesar dessas diferenças presentes no processo de implementação da política neoliberal em escala internacional, é possível sustentar que, em geral, tal política tem se combinado com a imposição de limites e restrições à participação política dos mais variados segmentos sociais, tendendo a creditar ao Executivo, em detrimento do Legislativo, as prerrogativas para a sua realização enquanto prática política. Não consideramos que a política neoliberal seja incompatível com a democracia, como sugere Borón.⁴³ Também não concordamos com a ideia difundida no Brasil de que o neoliberalismo seja compatível com a “consolidação da democracia”, como sugerem, por via indireta, as análises institucionalistas baseadas no conceito de “presidencialismo coalizão”,⁴⁴ que limitam o conceito de democracia à relação harmônica entre Executivo e Legislativo e ignoram não só a importância do exame da relação entre processo de implementação e conteúdo da política estatal, como também o fato de que o regime político constituído no Brasil no pós-1988 conferiu muito mais capacidade de decisão à burocracia estatal. Isso garantiu uma legitimidade burocrática em vez de uma legitimidade representativa, pautada nas ações do Parlamento,⁴⁵ vindo a consolidar, no país, o que Saes chama de “autoritarismo civil” e o que Torre denomina “hiperpresidencialismo”, relegando-se ao segundo plano as funções governativa e representativa dos partidos políticos e fortalecendo-se a figura do presidente da República junto ao conjunto do eleitorado.⁴⁶ Nesse sentido, consideramos que a melhor alternativa analítica é operar com a ideia de que o neoliberalismo impõe óbices à ampliação da participação política e da cidadania em suas múltiplas dimensões (civil, política e social) – o que torna as relações de classe instáveis e vulneráveis a múltiplos deslocamentos, a

⁴² Dado que não é nosso objetivo aprofundar a comparação das experiências internacionais de implantação do neoliberalismo, remetemos o leitor à leitura de alguns textos que abordam de modo mais detalhado e sistemático o caráter desigual, e nem sempre combinado, desse processo: Paul Pierson e Miriam Smith. “Bourgeois revolutions? The policy consequences of resurgent conservatism”. *Comparative Political Studies*, vol. 25, n. 4, 1993; Sebastião Carlos Velasco e Cruz. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2007; Perry Anderson. “Balanço do neoliberalismo”. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (6a. ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

⁴³ Ver: Atilio A. Boron. “Os 'novos Leviatãs' e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina” In: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

⁴⁴ Já realizamos uma crítica a tais análises em outro artigo: Danilo Enrico Martuscelli. “A ideologia do 'presidencialismo de coalizão’”. *Lutas Sociais*, n. 24, 2010.

⁴⁵ Cf. Décio Saes. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas” In: *República do capital*, op. cit.

⁴⁶ *Ibidem*; Juan Carlos Torre. “O encaminhamento político das reformas estruturais”. *Lua Nova*, CEDEC, n. 37, 1996.

depende do modo como a política neoliberal é executada e pactuada. Explicitaremos isso mais adiante.

2. Processo político e reações das classes sociais à transição ao capitalismo neoliberal no Brasil

A abordagem objetiva das reações das classes e frações de classe ao processo de transição ao capitalismo neoliberal implica observar as pressões imperialistas, na década de 1980, pelo pagamento da dívida externa, pela adoção das contrarreformas neoliberais,⁴⁷ pelo fim da reserva de mercado na área de informática, e, ainda, focar a explosão das greves, a partir de meados dos anos 1980 – o que gerou certas dificuldades para a implantação da política estatal neoliberal nessa década. Ademais, é importante compreender a correlação de forças que se projetou numa circunstância histórica fundamental: as eleições de 1989. Sem levar em consideração esses aspectos, não lograremos analisar, de maneira satisfatória, as contradições atuantes na conjuntura do governo Collor.

2.1 A ofensiva imperialista sobre os países dependentes

Escrita no início dos anos 1930, a letra do samba de Noel Rosa “Quem dá mais?” ou “Leilão do Brasil” – trecho em epígrafe, neste capítulo – refere-se à relação histórica de subserviência das classes dominantes brasileiras aos interesses do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo em que denunciava, em tom de ironia, a venda do Brasil inteiro, o Poeta da Vila questionava quanto iria ganhar o leiloeiro, que também era brasileiro, pois a própria subserviência implicava certas contrapartidas econômicas (ou comissões de venda), assim como ausência completa de lisura no trato dos interesses públicos.

Seis décadas mais tarde, com a instauração do processo de transição ao capitalismo neoliberal, seria possível notar a atualidade dos versos do samba. Certamente, o carnaval e os protagonistas do novo enredo não mais seriam os “carcomidos” da República Velha, como eram

⁴⁷ Julgamos ser mais adequado usar a expressão *contrarreforma* para designar um tipo de política estatal, como a neoliberal, que visa reduzir ou suprimir as conquistas sociais dos movimentos operário e popular, obtidas no período do chamado Estado de bem-estar social, no caso europeu ou estadunidense, ou do nacional-desenvolvimentismo, no caso dos países latino-americanos. Em síntese, o neoliberalismo não logra reformar o capitalismo para atender os interesses das classes subalternas, devendo ser caracterizado, portanto, como uma contrarreforma.

caracterizados pelas camadas médias o sistema político e os grupos dirigentes daquele período histórico. Não só os pregoeiros seriam outros, como a forma e o conteúdo dos novos leilões mudariam de fantasia. A analogia entre um momento e outro se encontra no caráter dependente da formação social brasileira diante das pressões do capital imperialista. No entanto, com a emergência de um novo processo de internacionalização do capital e com a reconfiguração da política estatal – que passava a se ocupar da adoção de medidas, como: privatização, abertura econômica e redução dos direitos sociais e trabalhistas –, a forma de dependência consolidada no período mais recente responderia a problemas de forma e de conteúdo bastante distintos daqueles colocados pela conjuntura dos anos 1930 no Brasil.

Estamos de acordo com algumas análises que identificam a existência de três formas distintas de dependência na história recente dos países latino-americanos.⁴⁸ Para os propósitos desta pesquisa, a reflexão sobre a formação social brasileira trabalha com a seguinte periodização: a “antiga” ou “velha” dependência, prevalecente no século XIX até os anos 1930;⁴⁹ a “nova” dependência, predominante nas décadas de 1950 a 1970; e a “novíssima” dependência, que se consolidou no país, fundamentalmente, a partir dos anos 1990.

Na “antiga dependência”, a economia brasileira ocupava o lugar de fornecedora de matérias-primas e de produtos agrícolas aos países imperialistas:

Os países capitalistas centrais tinham, portanto, interesse no bom funcionamento do setor primário-exportador; por isso, realizavam investimentos em infraestrutura física, transporte e energia, etc., e apoiavam financeiramente as operações de comercialização externa dos produtos primários (a esse respeito, convém lembrar o apoio do capital bancário estrangeiro às políticas de valorização do café durante a Primeira República).⁵⁰

A “nova” dependência caracterizou-se pela transferência de capitais forâneos para o processo de industrialização brasileira sob duas formas principais: através de investimentos nos “novos segmentos industriais” e da instalação de filiais das empresas multinacionais no país. Em termos gerais, a política de substituição de importações estava voltada mais propriamente à importação de mercadorias, não promovendo o mesmo tipo de restrição à importação de capitais, vistos pelo Estado brasileiro e pelas classes dominantes locais como garantia do processo de

⁴⁸ Referimo-nos aos trabalhos de: José Luís Fiori. “A globalização e a novíssima dependência” In: *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight, 1995; Décio Saes. “Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência” In: Francis Mary Guimarães Nogueira e Maria Lucia Frizon Rizzotto (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007. Foi Fiori quem cunhou a expressão “novíssima dependência”. Além disso, cabe notar que ambos os autores englobam as formações sociais latino-americanas quando tratam dessas três formas de dependência. Aqui, no entanto, nos restringiremos à análise do Brasil.

⁴⁹ Nesse caso, a forma de dependência se instaurou antes mesmo da proclamação da República.

⁵⁰ Décio Saes. “Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência”, *op. cit.*, p. 160.

industrialização brasileira. Nessa conjuntura, o capital estrangeiro investido produziu o efeito de agregar valor à infraestrutura instalada no país e de dinamizar o próprio mercado interno brasileiro. Isso não excluiu o fenômeno da concentração de renda – tão caro às sociedades latino-americanas – e o alijamento de amplos setores da sociedade do usufruto da chamada “cidadania regulada”, restrita aos segmentos urbanos que tinham suas profissões reconhecidas pelo Estado.⁵¹

Na “novíssima” dependência, as potências imperialistas atribuíram uma nova função à economia brasileira: a de atrair investimentos externos sem a garantia ou contrapartida de promover “políticas ativas de desenvolvimento”. Ou seja, os capitais forâneos que aportaram no país nessa nova forma de dependência, não se destinavam à internalização de conhecimento e de tecnologias de ponta,⁵² tampouco se propunham a ampliar o mercado interno. Visavam apenas ao apoderamento do que já existia, “das fontes de matéria-prima e de energia às empresas de serviços operacionalmente bem-sucedidas, sem nada agregar de novo”, instaurando, assim, um processo de “periferização de segundo grau”.⁵³ Nessas condições, o processo de construção da cidadania a partir da universalização de direitos sociais garantidos pelo Estado foi substituído pela adoção de políticas compensatórias e focalizadas, bem como pela mercantilização dos serviços públicos básicos de atendimento à população, como foram os casos dos serviços educacionais e de saúde.

A questão da dívida externa é outro aspecto que nos permite entrever as diferenças entre a conjuntura dos anos 1930 e 1990. Na análise que faz da dívida externa nos países latino-americanos, Toussaint salienta que, na década de 1930, 14 países suspenderam parcial ou totalmente o pagamento de suas dívidas, logrando certo alento para a reativação do crescimento de suas economias. Essa decisão estava relacionada à “queda dos preços dos produtos exportados” e à “interrupção dos fluxos provenientes dos países imperialistas”.⁵⁴ Se os principais credores da dívida, os Estados Unidos e a Inglaterra, toleraram esse posicionamento unilateral dos países latino-americanos, entre outros motivos, porque estivessem envolvidos com os afazeres da Segunda Guerra Mundial, esse cenário não se repetiria durante a chamada “década perdida”, os anos 1980. Os Estados Unidos, apoiados pelos outros membros do G-7

tinham chegado à conclusão de que sua atitude na década de 1930 permitira a vários países, tradicionalmente pertencentes à sua área de influência, ganhar uma certa

⁵¹ O conceito de “cidadania regulada” foi elaborado por Wanderlei Guilherme dos Santos, em *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

⁵² Ver: José Luís Fiori. “A globalização e a novíssima dependência”, *op. cit.*

⁵³ Décio Saes. “Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência”, *op. cit.*, pp. 161-162.

⁵⁴ Eric Toussaint. *A bolsa ou a vida. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2002, p. 120.

autonomia econômica. Desta vez os Estados Unidos recusaram qualquer anulação e trataram caso a caso com os países devedores. Garantiram assim sua *leadership*.⁵⁵

Essas observações são confirmadas pelas análises de Gonçalves e Pomar, que salientam que, em apenas três anos (1981-1983), a América Latina pagou o dobro do que havia desembolsado pelos serviços da dívida nos anos 1970.⁵⁶ Considerando-se que o “golpe de 79” produziu grande impacto sobre o processo de endividamento das formações sociais dependentes nos anos 1980, é preciso observar que tal medida, aplicada pelo governo estadunidense com o aval do governo inglês, só fez acelerar um processo em curso.⁵⁷ Sobre essa questão, Toussaint observa que a dívida externa do Terceiro Mundo – que havia passado de US\$ 21,5 bilhões para US\$ 47,5 bilhões, entre 1961 e 1969, no período 1970-1980 – ampliou-se oito vezes, passando de US\$ 70 bilhões para mais de US\$ 560 bilhões.⁵⁸ Isso denota um aumento da liquidez nos mercados financeiros durante os anos 1970. Cenário muito distinto dos anos 1980, bastante marcados pela escassez de liquidez – o que, segundo Filgueiras, levou o FMI

a desempenhar um novo papel, de defesa explícita e intransigente dos interesses do capital financeiro internacional, através da imposição aos países periféricos de acordos político-econômicos extremamente rígidos, que possibilitassem o reembolso dos empréstimos realizados.⁵⁹

Foi justamente num clima de escassez de liquidez e de austeridade fiscal que se observou um salto da dívida externa brasileira, de US\$ 55,8 bilhões, em 1979, para US\$ 102,04 bilhões, em 1984, atingindo um total de US\$ 123,43 bilhões no primeiro ano do mandato de Collor de Mello, em 1990. Ou seja, em apenas 11 anos, a dívida externa brasileira aumentou cerca de 121%.⁶⁰ E esse aumento esteve antes atrelado à rolagem dos juros do que à obtenção de novos empréstimos.

Nessa conjuntura de ofensiva do capital financeiro internacional sobre os países dependentes nos anos 1980, “o Banco Mundial e o FMI formaram uma dupla para gerir a crise da

⁵⁵ *Ibidem*, p. 122.

⁵⁶ Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar. *O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. (3a. reimp.). São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2002.

⁵⁷ O “golpe de 79” designa a política praticada pelos EUA, através do *Federal Reserve*, que elevou as taxas de juros internas, em 1979, resultando no aumento exacerbado dos serviços da dívida externa dos países periféricos e, por consequência, no processo de crise dessas economias que foram atingidas por um quadro de hiperinflação e de recessão econômica nos anos 80. Sobre essa questão, ver: Gérard Duménil e Dominique Lévy. “O imperialismo na era neoliberal”, *op. cit.*

⁵⁸ Eric Toussaint. *A bolsa ou a vida...*, *op. cit.*, p. 126. Nessa obra, o autor chama a atenção para o fato de que as autoridades do Banco Mundial e do FMI subestimaram a amplitude e as consequências sociais da crise da dívida nos anos 1980.

⁵⁹ Luiz Filgueiras. *A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições* (1a. reimp.). São Paulo, Boitempo, 2001, p. 72.

⁶⁰ Conjuntura Econômica, fev. 2000 & Banco Central *Apud*: Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar. *O Brasil endividado*, *op. cit.*, p. 40.

dívida e pôr em prática políticas de ajuste. Ao mesmo tempo, transformaram-se em grandes cobradores de dívidas”,⁶¹ passando a funcionar como uma espécie de serviço de proteção ao crédito oferecido pelas grandes potências imperialistas aos países dependentes, a ameaçar de punição os maus pagadores e a exigir, como contrapartida da negociação das dívidas, a adoção das contrarreformas neoliberais:

Os empréstimos das instituições financeiras internacionais [...] *são concedidos sob a forma de um apoio ao balanço de pagamentos*, isto é, consistem em capitais emprestados a curto prazo para financiar importações ou para reembolsar dívidas. Estes empréstimos são invariavelmente acompanhados por condições que impõem uma determinada política a ser seguida. [...]

Os acordos referentes a estes empréstimos de caráter político implicam explicitamente a desmobilização dos recursos internos: *não são jamais combinados com um programa de investimentos*, como é o caso para os empréstimos convencionais.⁶²

É interessante observar, aqui, o papel que cumpriram as cartas de intenções enviadas pelos governos brasileiros ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre 1983 e 1991, esses governos chegaram a emitir nove cartas de intenções, visando à obtenção de empréstimos do FMI. Como contrapartida, propunham-se a adotar determinadas metas econômicas, voltadas, sobretudo, para eliminar a suposta causa principal da inflação: o déficit público. Tais metas não foram cumpridas, devido aos altos índices de inflação registrados em todo o período, e, na prática, as cartas de intenções funcionavam antes como uma espécie de prestação de contas da política adotada por esses governos aos interesses do imperialismo, tendo-se em vista que as potências imperialistas, por serem justamente as principais financiadoras do FMI, ocupavam a maior parte das cadeiras da diretoria dessa instituição.

Durante o governo Collor, foram enviadas duas cartas de intenções ao FMI. Em setembro de 1990, sob o comando da ministra Zélia Cardoso, o Ministério da Economia enviou a primeira carta. O acordo com o Fundo, contudo, não se efetivou. Esse posicionamento do FMI deveu-se, em grande medida, ao descontentamento dos credores internacionais, especialmente dos bancos privados estadunidenses, em relação às propostas de renegociação da dívida externa defendidas pela referida ministra, com apoio do governo federal. As propostas previam atrelar o pagamento da dívida à capacidade de pagamento do país – e não ao volume de dólares gerados no exterior –, inviabilizando-se, assim, o pagamento imediato dos juros em atraso aos credores. Essa indisposição com os banqueiros internacionais pode ser considerada um dos motivos principais

⁶¹ Eric Toussaint. *A bolsa ou a vida...*, op. cit., p. 197.

⁶² *Ibidem*, p. 200. (Grifos nossos.)

da saída da ministra do cargo, em maio de 1991.⁶³ Minella ressalta que os banqueiros nacionais também se mostravam insatisfeitos com Zélia Cardoso, sustentando o abandono do excesso de “dirigismo econômico” adotado pela equipe econômica e a adesão à economia de mercado.⁶⁴

Já a segunda carta foi encaminhada, no início de dezembro de 1991, pelo substituto da ministra, homem de confiança dos banqueiros internacionais, o ministro Marcílio Marques Moreira. Obteve aprovação pela diretoria do FMI no final de janeiro do ano seguinte.⁶⁵ Por meio desse acordo, o Brasil receberia o empréstimo de cerca de US\$ 2 bilhões para, em troca, atingir as seguintes metas econômicas, entre outras: redução da inflação até alcançar, em 1993, 20% ao ano; estancamento do PIB, em 1992, e crescimento de 3%, em 1993, e 5% nos anos seguintes; arrocho salarial através da desindexação dos salários; elevação dos juros até que se conseguisse o controle da inflação; reforma fiscal para indexar os impostos às variações inflacionárias e proporcionar um aumento da arrecadação; abertura comercial e privatizações; reformas para permitir à iniciativa privada e estrangeira investir em áreas controladas pelo setor público, tais como, telecomunicações, mineração, transporte e comercialização de petróleo; rigor no controle dos gastos dos estados, municípios e empresas estatais. Constata-se, pois, uma clara vinculação das metas econômicas com as contrarreformas neoliberais, ou melhor, com os interesses do capital financeiro internacional.

No que se refere ao perfil dos empréstimos tomados pelos governos brasileiros, especialmente entre os últimos anos da década de 1980 e o início dos anos 1990, é possível perceber uma tendência de queda do percentual da dívida externa referente a empréstimos de médio e longo prazo, e uma tendência de aumento do percentual referente aos empréstimos de curto prazo. Se os empréstimos de médio e longo prazo apresentaram trajetória descendente entre

⁶³ Os títulos de algumas matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* indicam claramente um forte descontentamento do capital financeiro internacional com o tratamento dado pela ministra da Economia, Zélia Cardoso, à dívida externa: “FMI suspende acordo com o Brasil até início de negociação com os bancos”, 21 set. 1990; “Zélia diz que credores tentam derrubá-la”, 17 out. 1990; “Bancos querem Zélia fora do acerto da dívida”, 15 fev. 1991; “Zélia Cardoso cai do Ministério da Economia e Marcílio Moreira assume o cargo”, 9 mai. 1991.

⁶⁴ Ary Cesar Minella. “Empresariado Financeiro: organização e posicionamento no início da década de 1990” In: Eli Diniz (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis, Ed. UFSC/IDACON, 1993. O livro de comemoração dos 40 anos da Febraban também faz alusão às insatisfações dos banqueiros nacionais, chegando a apresentar os seguintes comentários sobre a saída de Zélia Cardoso do Ministério da Economia: “A Ministra da Economia saiu do governo em 8 de maio de 1991 e foi substituída por Marcílio Marques Moreira, nome de confiança dos organismos financeiros internacionais. Ela foi embora cercada de indiferença, sem a habitual arrogância, sem os ares de Dama de Ferro tropical, vítima de dois planos econômicos fracassados. Um ano antes, já era a pessoa mais impopular do país”. Ivan Angelo. *Febraban: 40 anos de participação*. São Paulo, DBA, 2007, p. 107.

⁶⁵ Nesse período, a composição da diretoria do FMI era a seguinte: os EUA detinham 19% dos votos, a Grã-Bretanha 6,5 %, a Alemanha 5,7 %, a França 4,7%, o Japão 4,4% e Arábia Saudita 3,4%. Cf. “FMI aprova carta de intenções do Brasil”. *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 1992.

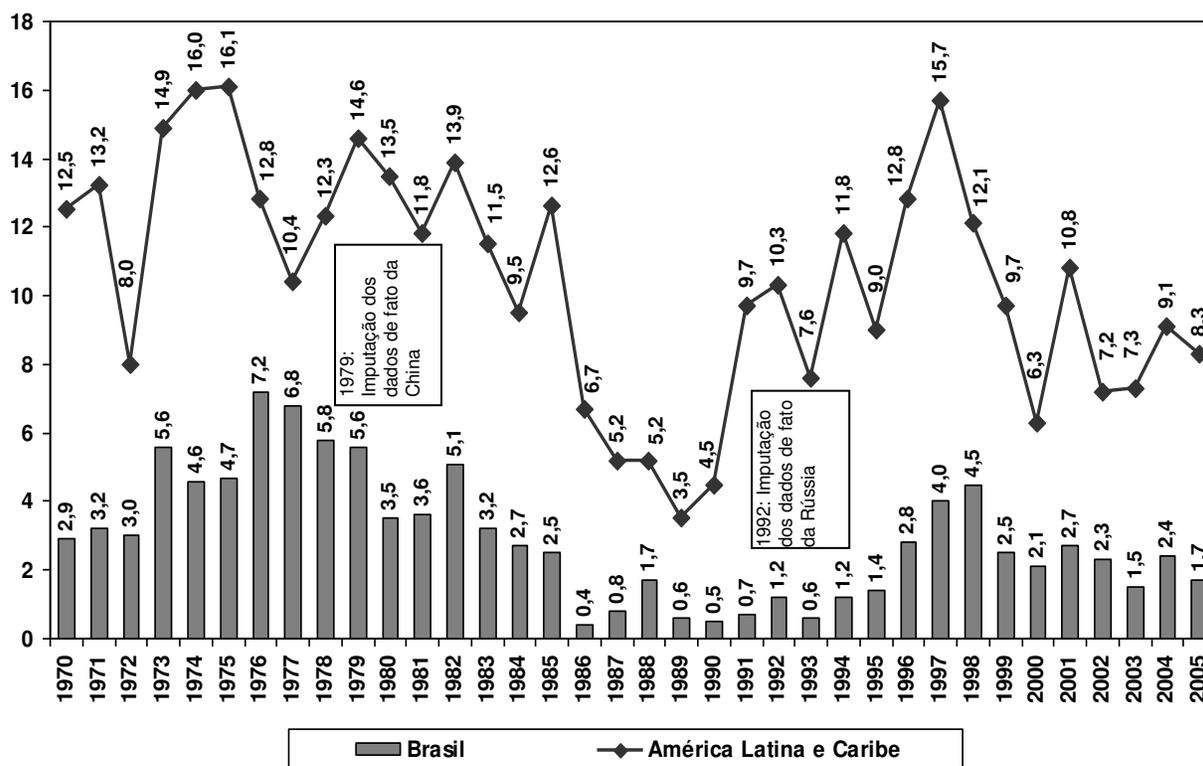
1987-1991 – em bilhões de dólares: 107,51 (1987), 102,55 (1988), 99,28 (1989), 96,54 (1990), 92,99 (1991) –, os empréstimos de curto prazo, ainda que com uma pequena oscilação, mais do que duplicaram no mesmo período – em bilhões de dólares: 13,67 (1987), 10,95 (1988), 16,22 (1989), 26,89 (1990), 30,91 (1991).⁶⁶ Isso corrobora os argumentos de Toussaint acerca do tipo de empréstimos que países como o Brasil passavam a tomar das potências imperialistas, isto é, empréstimos que não visavam necessariamente à aplicação de investimentos duradouros na economia brasileira, mas ao ganho fácil – confirmando-se, portanto, a tendência à novíssima dependência.

O volume crescente de captação de empréstimos de curto prazo combinou-se com o recuo dos investimentos externos diretos no país – o que tem relação com a escassez de liquidez da economia, como já indicamos. Comparando os períodos de 1971-1981 e de 1982-1991, Gonçalves observa que os fluxos médios de Investimento Direto Externo (IDE), no país, representaram uma queda de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 350 milhões, indicando um recuo significativo do estoque de capital estrangeiro investido durante a década perdida.⁶⁷ Ao mesmo tempo em que ocorria um recuo do volume de capital estrangeiro no país, em termos de participação no IDE líquido mundial, a economia brasileira computava uma participação bastante reduzida e tendencialmente decrescente, entre os anos 1980 e o início dos anos 1990, como se pode notar no gráfico a seguir:

⁶⁶ Ver dados em: Conjuntura Econômica, fev. 2000 & Banco Central *Apud*: Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar. *O Brasil endividado*, *op. cit.*, p. 40.

⁶⁷ Reinaldo Gonçalves. *Globalização e desnacionalização*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2006, p. 67.

Gráfico 1 – Brasil e América Latina e Caribe – Participação no IDE líquido mundial (%)



Fonte: Brasil: BCB; Mundo e América Latina e Caribe: CEPAL, FMI/IFS, UNCTAD. Elaboração, revisão e atualização do IEDI.⁶⁸ Adaptado.

No período de crise da dívida externa, a redução dos investimentos de empresas de capital estrangeiro no Brasil, seja através da queda dos fluxos de entrada de recursos de investimento, seja pela ampliação da repatriação do capital e da remessa de lucro,⁶⁹ bem como pela decrescente participação dos IDEs líquidos brasileiros na economia, pode ser considerada como parte do processo de concentração e centralização de capitais nas mãos das grandes potências imperialistas. Isso expressa, ainda, uma enorme dificuldade das classes dominantes locais de conseguirem enfrentar a emergência do fenômeno da novíssima dependência.

Tal fato não impediu os EUA e seus consortes de pressionarem os governos brasileiros pela execução das contrarreformas neoliberais, ao longo dos anos 1980, haja vista o caso da reserva de mercado de informática – que nos parece emblemático. Como observa Tapia, se até a aprovação da Lei de Informática, em outubro de 1984, os EUA adotaram uma posição diplomática em relação ao Brasil, nos anos seguintes, passaram a tratar a reserva de mercado na

⁶⁸ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). *Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: um panorama*, ago. 2006. Disponível em: www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060804_ide.pdf

⁶⁹ Reinaldo Gonçalves. *Globalização e desnacionalização*, op. cit., p. 67.

área de informática como uma “pendência comercial”.⁷⁰ Em setembro de 1985, o governo Reagan solicitou ao United States Trade Representative (USTR) “a abertura de uma investigação contra o Brasil por presumíveis práticas comerciais” na área de informática.⁷¹ Em maio de 1986, através do Economic Policy Council (EPC), o governo estadunidense passou a discutir um pacote de sanções econômicas às exportações brasileiras. Tais sanções foram concretizadas em novembro de 1987, quando o governo Reagan promoveu a elevação das tarifas de exportação de produtos brasileiros e proibiu a importação de produtos de informática:

tenciono aumentar as tarifas para compensar as oportunidades de vendas perdidas por companhias americanas, estimadas em US\$ 105 milhões, e proibir a importação de produtos brasileiros de informática protegidos pela reserva de mercado do Brasil. Tão logo o Brasil reverta esse quadro e decida cumprir seu compromisso com os Estados Unidos estarei preparado para suspender as sanções.⁷²

A estratégia dos EUA era clara: criar um desgaste do setor de informática diante de outros setores exportadores que arcaíam com o ônus dessas sanções, isolá-lo politicamente e, assim, implementar a política de interesse das indústrias de informática estadunidenses.

Aos poucos, o governo Sarney foi abrandando suas posições referentes à reserva de mercado no setor de informática, enquanto se corporificava uma alternativa intermediária entre o “nacionalismo tecnológico”, defensor de um desenvolvimento autônomo de tecnologia, e um liberalismo extremado, proposto pelos EUA, que pretendiam eliminar qualquer resquício de política protecionista na economia brasileira, em nome do livre jogo das forças de mercado e da competitividade.⁷³ A solução adotada e defendida pela Fiesp foi o emprego do modelo de *joint ventures*, que, para as condições políticas da época, representava simultaneamente uma política de conciliação e contradição com os interesses do imperialismo estadunidense, visto que apontava para a associação entre a empresa brasileira e a empresa estadunidense (conciliação) e criava mecanismos para impedir a implementação da proposta liberal extremada de eliminar qualquer tipo de protecionismo às empresas brasileiras (contradição).

O debate prosseguiu, e a burguesia brasileira tentou dar sua última cartada ao defender uma política de abertura gradual da economia brasileira.⁷⁴ No entanto, com a chegada de Collor ao poder, a política de informática, que poderia reservar alguns ganhos à burguesia interna em seu

⁷⁰ Jorge Rubem Biton Tapia. *A trajetória da política de informática brasileira (1977-1991)*: atores, instituições e estratégias. Campinas, Papius/Ed. Unicamp, 1995.

⁷¹ *Ibidem*, p. 177.

⁷² Ver: *O Estado de S.Paulo*, 14 nov. 1987 Apud: *Ibidem*, p. 197.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ O emprego dos conceitos de *imperialismo* e de *burguesia brasileira* não aparecem na obra de Tapia, sendo empregados por nossa própria conta.

conjunto, apontou para uma direção distinta.⁷⁵ A propósito, Tapia salienta que

o governo acenava com o fim do tratamento diferenciado entre o capital nacional e o estrangeiro por meio da introdução de modificações nas regras para formação de *joint ventures* [uma vez que o capital estrangeiro poderia deter o controle da tecnologia], bem como uma maior liberdade para a realização de acordos de licenciamento de tecnologia; com o fim do conceito de prioridade setorial [utilizando-se da crítica ao Estado cartorial] e com a adoção da tarifa aduaneira como único instrumento de proteção à indústria nacional [fazendo prevalecer, assim, o negociado sobre o legislado].⁷⁶

Ademais, o governo ignorou a política de abertura gradual da economia, por compreender que tal medida daria uma sobrevida à prática de reserva de mercado, contrariando, assim, a necessária constituição de uma economia competitiva. Tal comportamento reduziu drasticamente o poder de barganha que a burguesia interna poderia ter frente ao capital estrangeiro, retirando de cena os interesses do pequeno e do médio capital nesse processo e reservando aos grandes grupos nacionais uma posição subordinada diante dos interesses imperialistas.

Nota-se, portanto, que, por conta da elevação da dívida externa e das pressões imperialistas pela implementação da política neoliberal e pelo fim da reserva de mercado no setor de informática, o lado contraditório da relação existente entre a burguesia brasileira e o capital imperialista vinha se reduzindo cada vez mais, cedendo lugar, desde meados dos anos 1980, ao aprofundamento da dependência da formação social brasileira em relação ao imperialismo. Isso denota uma flagrante fragilidade político-ideológica da burguesia interna frente ao imperialismo.⁷⁷ E esse fator acabou afetando, inclusive, a tentativa malsucedida de implementar,

⁷⁵ Em manifestações públicas, ao longo do mandato do presidente Collor, o presidente dos EUA, George H. W. Bush, caracterizou o novo governante brasileiro como um “moderno líder”, justamente por estar afinado com a implementação das contrarreformas neoliberais. Nas palavras de Bush, Collor adotou medidas visando a “reprivatizar empresas, combater a inflação e liberalizar o comércio. Essas são as chaves para o crescimento e a prosperidade no Brasil”. Ver: George H. W. Bush e Fernando Collor. “Remarks at the Welcoming Ceremony for President Fernando Collor de Mello of Brazil”, 18 jun. 1991. Disponível em: http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=3107&year=1991&month=all

⁷⁶ Jorge Rubem Biton Tapia. *A trajetória da política de informática brasileira (1977-1991)*, op. cit., p. 291. As ideias presentes nas duas primeiras sentenças colocadas entre colchetes encontram-se em outras passagens do livro de Tapia; apenas as ideias da última sentença são nossas.

⁷⁷ Os conceitos de “burguesia interna” e “burguesia brasileira” desenvolvidos, respectivamente, por Poulantzas e Gorender, podem ser tomados como análogos na análise da política brasileira. A burguesia brasileira ou interna historicamente não tem se comportado de maneira puramente passiva diante do capital estrangeiro (posição típica de uma burguesia associada ou compradora), nem também tem logrado questionar efetivamente a relação de dependência em relação ao imperialismo (posição que poderia ser assumida por uma burguesia nacional). Trata-se de uma fração burguesa que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora ou associada. Para Poulantzas, tal como na formulação de Gorender, a burguesia interna possui uma base de acumulação própria, estando conectada ao capital imperialista hegemônico; mas é refratária a algumas das políticas de interesse desse capital. Essa fração se comporta de maneira ambígua frente ao capital ou núcleo imperialista hegemônico, dada a sua própria situação contraditória de dependência e de autonomia em relação a esse capital. Ver: Nicos Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Maspero, 1974; Jacob Gorender. *A burguesia brasileira* (8a. ed.). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. O uso do conceito de burguesia interna para analisar a política brasileira nos anos 2000 foi introduzido por: Armando Boito Jr. “O governo Lula e a reforma do neoliberalismo”. *Revista da*

durante o governo Sarney, a Nova Política Industrial, em dezembro de 1985. Essa política, que nunca saiu do papel, foi definitivamente sepultada em junho de 1987:

Desde então, a receita oficial para assegurar a modernização e o dinamismo do parque industrial brasileiro passava privilegiar a ampliação do grau de abertura da economia, a supressão dos entraves burocráticos à atividade empresarial, o tratamento mais flexível para o capital estrangeiro.⁷⁸

A análise das condições históricas que permitiram a ascensão do neoliberalismo no Brasil, leva-nos a observar que, dado o “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo,⁷⁹ a política estatal neoliberal implementada no país e nos demais países dependentes possui traços específicos que não coincidem necessariamente com o caráter da política neoliberal nos países capitalistas avançados. Primeiramente, é preciso destacar que, nos países dependentes, não se desenvolveu um Estado de bem-estar social. As políticas de redução dos custos da força de trabalho e de redução dos direitos sociais foram executadas num contexto em que os constrangimentos institucionais aos interesses do capital imperialista e da grande burguesia brasileira foram pouco expressivos. Em segundo lugar, vale destacar que a lógica do protecionismo *versus* abertura econômica desenvolveu-se de maneira desigual entre os países, cabendo às formações sociais dependentes a função de abrir suas economias para o capital e as mercadorias estrangeiras, e aos países imperialistas ou capitalistas avançados a incumbência de adotar medidas protecionistas. Nas reuniões dos organismos de comércio internacional, a tendência geral era a de sustentar protecionismo para os países “ricos” e abertura econômica para os países “pobres”.

Ademais, a combinação de política estatal neoliberal com novíssima dependência projeta efeitos sobre a constituição do bloco no poder e sobre o sistema de alianças de classe que se constitui nas formações sociais dependentes. Isso significa que, se a política de redução dos custos da força de trabalho e de privatização de empresas e serviços estatais constitui um denominador comum entre as mais variadas formações sociais, embora com intensidades diferentes, a política de abertura econômica tende a possuir uma importância mais decisiva nos arranjos econômicos e políticos das formações sociais dependentes. Indica-se, assim, que, dependendo do lugar do qual se transita ao capitalismo neoliberal, determinado eixo da política

Adusp, n. 34, maio 2005; Décio Saes. “As razões da crise atual” (Palestra proferida na Universidade Metodista de São Paulo), mimeo, 21 set. 2005. Apresentamos uma crítica à tese do fim dos fracionamentos no interior da burguesia no artigo: “A burguesia mundial em questão”. *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.

⁷⁸ Sebastião C. Velasco e Cruz. *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará; Campinas, Ed. Unicamp. 1997, p. 67.

⁷⁹ O conceito de “desenvolvimento geográfico desigual” foi elaborado por David Harvey. Ver: *Neoliberalismo: história e implicações*, op. cit.

estatal pode ter maior ou menor incidência. No caso da abertura econômica, em especial, da abertura comercial, é digno de nota que a maior incidência ocorreu nos países periféricos, resultando no fenômeno que algumas análises chamaram de reprimarização da economia. Ou seja, incidiu no processo de expansão das atividades de baixa densidade tecnológica, de ampliação do setor primário e de indústrias intensivas no emprego de recursos naturais, e, ao mesmo tempo, na contração dos demais setores, como foi o caso dos setores de alta densidade tecnológica – o que só fez acentuar o processo de dependência em relação às grandes potências imperialistas.⁸⁰

Os sucessivos fracassos dos planos de estabilização econômica dos anos 1980 são outro componente interessante para observar as dificuldades dos governos brasileiros em conter a inflação. Sem exceção, todos os planos tiveram um efeito de exíguo prazo, não sendo capazes de deter os altos índices inflacionários e desacreditando as forças sociais identificadas com o que ainda sobrava de desenvolvimentismo no país. Veremos isso de perto mais adiante. Em todo o caso, vale ressaltar que, mesmo tendo sido malsucedido na empreitada, o primeiro governo a executar uma política de combate à inflação casada com um conjunto de contrarreformas neoliberais foi o governo Collor.

2.2 A explosão das greves e as eleições presidenciais de 1989 no Brasil

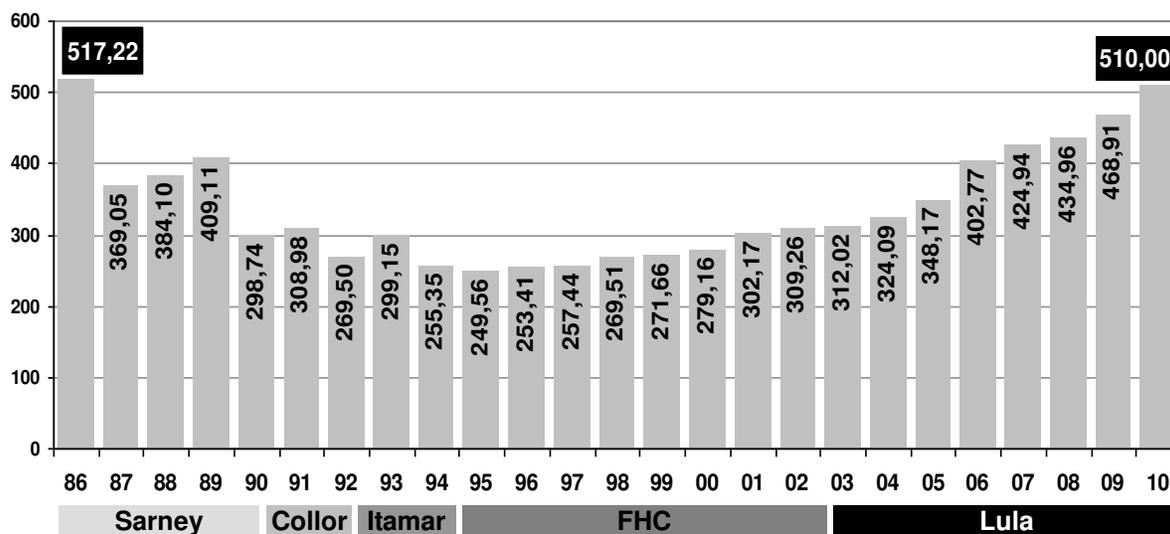
No que diz respeito aos setores organizados da classe trabalhadora, é possível concordar com Filgueiras: a década de 1980 foi uma “década ganha”,⁸¹ uma vez que se marcou pelos seguintes fatos: criação de três importantes organizações de massa – o PT, em 1980, a CUT, em 1983, e o MST, em 1984 –; grandes mobilizações por eleições livres e diretas para a Presidência da República; estabelecimento de um processo constituinte que, sob muitos aspectos, freou as políticas favoráveis aos interesses do capital financeiro internacional; e forte ascensão do movimento sindical, em meados dos anos 1980, com marcado empenho na luta pela reposição salarial. Tratava-se de uma conjuntura que combinava altíssimas taxas de inflação – acachapantes do poder de compra dos trabalhadores – com a política deliberada dos governos brasileiros de arrocho salarial. A propósito, podemos observar, no gráfico abaixo, dados que sinalizam um

⁸⁰ Cf. Enrique Arceo e Eduardo Basualdo. “Documento inicial: Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo” In: Eduardo Basualdo e Enrique Arceo (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Clacso, 2006.

⁸¹ Luiz Filgueiras. *A história do Plano Real...*, *op. cit.*

processo de queda acentuada do salário mínimo real, de 1986 para 1987, alcançando uma média anual de R\$ 387,42, entre 1987 e 1989, seguida de nova queda para uma média anual de R\$ 292,40, durante o governo Collor. Cabe observar, ainda, que, apesar de ter havido uma pequena elevação, em 1993, a média do salário mínimo real durante o governo Itamar foi menor do que a registrada durante o governo Collor, alcançando o valor de R\$ 277,25 – isto é, sofreu uma redução de R\$ 15,15.

Gráfico 2 – Evolução do salário mínimo (em R\$)*



Fonte: Folha de S. Paulo, 13 jun. 2010 – Obs.: * descontada a inflação.⁸²

Foi justamente nessa conjuntura que o país assistiu ao maior número de greves de sua história, atingindo uma média anual de 1.102 greves, entre 1985 e 1989, e de 1.226 greves, entre 1990 e 1992,⁸³ constituindo o que Noronha chamou de “explosão das greves”, distinguindo-se da fase precedente, compreendida entre os anos de 1978 e 1984 e denominada pelo autor como de “expansão das greves”.⁸⁴ Em termos absolutos, o número de greves, no setor privado,

⁸² Gráfico modificado, extraído da página: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2010/06/17/evolucao-do-salario-minimo-real-do-plano-cruzado-ao-governo-lula/>

⁸³ Além de considerar a média de greves em cada um dos períodos assinalados, vale a pena verificar os dados coletados anualmente, a partir de 1989. De acordo com Sandoval, depois que o número de greves atingiu um pico, em 1989, alcançando o número de 3.179 greves, nos dois anos seguintes, embora o número de greves sofresse uma queda, o número de grevistas cresceu progressivamente. Assim, em 1991, foram registradas 1.952 greves, com a participação de 4.654 grevistas; já, em 1991, esses números passaram para 1.128 greves e 6.673 grevistas. Essa tendência se alterou no ano do *impeachment* de Collor, em 1992, quando o número de greves caiu para 624, e o número de grevistas, para 4.518. Ver: Salvador Sandoval. “The crisis of Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s”. *Revista Psicologia Política*, vol. 1, n.1, jan-jul. 2001.

⁸⁴ Na fase de expansão das greves, o autor registrou 214 greves anuais.

predominou com folga sobre o setor público. No entanto, entre os anos de 1985 e 1989, os trabalhadores do setor público foram responsáveis por mais de 70% das jornadas não trabalhadas.⁸⁵ Tal conjuntura foi marcada pela “disseminação da negociação e redução do poder discricionário dos empregadores”,⁸⁶ já que, na conjuntura anterior, uma das questões de grande tensão era o próprio direito de greve, que não estava consolidado pela Constituição vigente. Além disso, as greves caracterizaram-se por serem de longa duração, contrastando com as greves de curta duração da conjuntura mais recente.

No contexto de ofensiva imperialista e de ascensão do movimento grevista no Brasil, ocorreu a primeira eleição presidencial, que teve importância decisiva para o processo de transição ao capitalismo neoliberal e pode ser considerada como uma conjuntura de gestação da situação excepcional de instabilidade hegemônica, instaurada nos primeiros anos da década de 1990. Apresentaram-se ao pleito 23 candidatos, entre os quais, destacamos nomes de forte influência na cena política nacional da época, indicados a seguir com as informações sobre os cargos que ocuparam ao longo dos anos 1980 e com a porcentagem de votos que obtiveram no primeiro turno das eleições de 1989:⁸⁷ Ronaldo Caiado (PSD), que presidiu a União Democrática Ruralista (UDR) no período 1986-1989 (0,68% dos votos); Aureliano Chaves (PFL), que havia sido vice-presidente da República no governo Figueiredo no período 1979-1985 (0,83% dos votos); Roberto Freire (PCB), que atuava, na época, como deputado federal pelo PCB (1,06% dos votos); Ulysses Guimarães (PMDB), que presidiu a Assembleia Constituinte e foi presidente da Câmara dos Deputados durante quase todo o governo Sarney (4,43 % dos votos); Guilherme Afif Domingos (PL), que havia sido secretário de Agricultura e Abastecimento no governo Maluf, tinha presidido a Associação Comercial de São Paulo e a Federação das Associações Comerciais de São Paulo, no período 1982-1987, e atuava como deputado federal (4,53% dos votos); Paulo Maluf (PDS), que havia sido governador do estado de São Paulo, no período 1979-1982, e tinha atuado como deputado federal entre 1983-1987 (8,28% dos votos); Mario Covas (PSDB), que foi deputado federal pelo PMDB (1982-1983), prefeito de São Paulo (1983-1986) e líder da bancada do PMDB na Assembleia Constituinte (10,78% dos votos); Leonel Brizola (PDT), que havia sido governador do estado do Rio de Janeiro entre 1982 e 1986 (15,45% dos votos); Luís Inácio Lula

⁸⁵ Eduardo Garuti Noronha. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”. *Lua Nova*, n. 76, 2009. Sobre essa questão, ver também: Eduardo Garuti Noronha. *Greves na transição brasileira*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1992; Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.

⁸⁶ Eduardo G. Noronha. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, *op. cit.*, p. 133.

⁸⁷ Consideraremos aqui apenas a atuação dos presidenciáveis na conjuntura dos anos 1980, uma vez que alguns deles já tinham uma longa trajetória na vida política nacional.

da Silva (PT), que havia liderado as greves no ABC no final dos anos 1970 e início dos 1980, e tinha sido, até então, o deputado federal mais votado do país (16,08% dos votos); e Fernando Collor de Mello (PRN), que havia sido prefeito de Maceió entre 1979-1982, deputado federal pelo PDS entre 1983 e 1986 e governador do estado de Alagoas pelo PMDB entre 1987-1989 (28,52% dos votos).

As candidaturas que expressavam uma vinculação mais estreita com a política do regime militar, com o governo Sarney ou com o legado da política desenvolvimentista obtiveram uma votação inexpressiva nessa eleição. Cerca de 70% dos votos concentraram-se nas candidaturas que haviam rompido com o governo Sarney durante o seu mandato, como foram os casos de Covas e Collor,⁸⁸ ou encontravam-se desde sempre na oposição a esse governo, como foram os casos de Brizola e Lula.⁸⁹

A propósito da ruptura com o passado, especialmente com o governo Sarney, e da elaboração de um discurso legitimador do novo, cabe registrar um comentário de Collor sobre as duas opções remanescentes no segundo turno das eleições:

A sociedade escolheu Collor e Lula para o segundo turno como um “não” à podridão dessas elites equivocadas e irresponsáveis que habitam o Brasil. Lula e eu somos os fatos novos, as duas faces novas nessas eleições. Eu e ele combatemos o governo Sarney, até porque somos da mesma geração, encarnamos no eleitorado esse anseio por renovação. Temos que modificar a maneira como o poder é operado no país. Infelizmente, até o Lula prega o fortalecimento do Estado em vez de fortalecer a sociedade.⁹⁰

É interessante observar, nesse discurso, como o presidenciável Collor relativiza o caráter moderno da candidatura petista, mas, ao mesmo tempo, procura responsabilizar as elites brasileiras pela “podridão” existente na sociedade brasileira da época. Tal discurso estava em conexão direta com a sua proposta de combate ao Estado cartorial, de “caça aos marajás” e de representação dos interesses dos “descamisados”. Mesmo tendo recebido forte apoio do grande capital nacional e internacional durante sua campanha eleitoral, em diversas ocasiões, ele procurou dissimular essa relação. Tal comportamento pode ser considerado um mero jogo de cena

⁸⁸ Covas foi um dos fundadores do PSDB, que surgiu de um rompimento de um grupo com o governo Sarney e, na sequência, com o próprio PMDB. Collor também abandonou o PMDB para criar o PRN e, durante as eleições de 1989, apresentou-se como um crítico do governo Sarney.

⁸⁹ No caso de Brizola, vale lembrar que, em 1986, ele denunciou o caráter eleitoreiro do Plano Cruzado, que teria sido criado para reduzir as taxas de inflação com o objetivo de viabilizar as eleições para o Congresso Nacional dos deputados e senadores vinculados ao partido de Sarney, o PMDB. Já o nome de Lula estava fortemente associado à oposição à Sarney, tanto no campo parlamentar, quanto no campo extraparlamentar, tendo em vista as estreitas relações entre o partido de Lula, o PT, e a central sindical que representava o sindicalismo combativo e classista no período em questão, a CUT.

⁹⁰ Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva (entrevista). “Duelo de argumentos”. *Veja*, ed. 1.107, 29 nov. 1989, p. 5.

para ganhar a aceitação dos setores mais pauperizados da população brasileira, mas também é um indicativo da pretensão do futuro presidente em forjar certa autonomia política de seu governo diante das classes dominantes no país.

Em face da diversidade tão grande de candidatos com influência política regional ou nacional no pleito presidencial de 1989, é possível afirmar que as próprias classes dominantes no país defrontavam-se com sérias dificuldades em chegar a um consenso sobre uma candidatura preferencial no primeiro turno – o que é o indício de um processo em curso de crise nas relações de representação política, como tentaremos demonstrar a seguir.

Numa palestra realizada no Instituto Roberto Simonsen, em fevereiro de 1992, o presidente da Fiesp, Mario Amato, abordou a ausência de consenso sobre uma candidatura nas eleições de 1989 e salientou que Collor não foi uma escolha ideal, mas fundamentalmente circunstancial, em face da perspectiva antiliberal defendida por seu adversário no segundo turno:

Depois da campanha toda, em que um era Collor, outro era Maluf, outro Afif etc., afunilaram-se dois candidatos. Um deles não representava a economia de mercado nem a livre iniciativa: então, tínhamos que ser contra, o que não nos deixava alternativa: tínhamos que ser favoráveis ao Collor, mesmo que ele não fosse o candidato ideal.⁹¹

Em outubro de 1989, as dificuldades de encontrar um candidato fiel aos princípios do livre mercado e viável eleitoralmente se traduziram com toda força na ameaça – com nítido tom de desespero – que Amato fez, em público, de fugir do país com 800 mil empresários, caso Lula vencesse as eleições.⁹² O temor da vitória de Lula levou o grande industrial a tomar outra iniciativa importante: findo o primeiro turno e diante da possibilidade flagrante de Lula vencer as eleições, Mario Amato organizou, na Fiesp, o Fórum Informal dos Empresários, reunindo os presidentes da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Abram Sizjam, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Paulo Romeu Trussardi, da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flavio Telles de Menezes, e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo Rocha Azevedo, com o objetivo de constituir formalmente um apoio da grande burguesia brasileira à candidatura de Collor, no segundo turno, mesmo que fosse, nesse momento, um apoio meramente pessoal dos empresários reunidos no referido fórum. O posicionamento de Amato, nessa reunião, causou certo mal-estar em alguns dirigentes da Fiesp, que não queriam ver o nome da entidade associado à candidatura Collor. Isso obrigou Amato a redigir uma carta de

⁹¹ Cf. “Painéis de comunicação empresa/imprensa (24 de fevereiro de 1992)”. *Revista da Indústria*, ano 1, n. 2, abr-jun. 1992, p. 55.

⁹² De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a frase na íntegra teria sido a seguinte: “Se o Lula ganhar, vai haver fuga em massa de empresários. Em Portugal, quando os comunistas ganharam, fugiram 80 mil. Aqui, vão fugir 800 mil”. “Empresários criticam apoio de Amato a Collor”. *Folha S. Paulo*, 21 nov. 1989.

esclarecimento público à imprensa, desfazendo qualquer mal-entendido entre a decisão pessoal dele e a da entidade a qual ele presidia. Nessa ocasião, Collor fez questão de rejeitar o apoio da Fiesp à sua candidatura, justamente por não querer ser confundido com o que ele chamava de “empresariado cartorial”. Ao se referir à entidade, em pleno segundo turno, Collor não mediu palavras: “Trata-se do berço do atraso. A Fiesp representa o enlaçamento dos interesses particulares e empresariais aos interesses do Estado”.⁹³

Pouco tempo depois, o presidente da Febraban, Léo Wallace Cochrane Jr., afirmou que era inegável que o programa de Collor estava mais identificado com os interesses dos banqueiros, mas, ao contrário de Amato, ponderou: “Lula não deve meter medo em ninguém”. Concluindo, então, que “a punição aos bancos não é uma coisa boa para o país. Tenho certeza de que o PT chegou ou chegará a esta mesma conclusão”.⁹⁴

No campo dos sindicatos dos trabalhadores, a divisão já existente entre a CUT e a CGT refletiu-se na escolha dos candidatos. A CUT apoiou a campanha de Lula, e a CGT aderiu, também abertamente, à campanha de Collor, o que levou o presidente dessa central, Antonio Rogério Magri, a ser incisivo na escolha: “Quem não ficar com Collor, no segundo turno, não pertence mais à CGT”.⁹⁵ Tal posicionamento levou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, a romper com Magri, por considerar que a CGT não deveria conceder apoio explícito a nenhum candidato. Mesmo não escondendo sua preferência por Collor, Medeiros avaliava que não era adequado à CGT, enquanto entidade sindical, aderir à campanha desse candidato, uma vez que isso poderia ser danoso e comprometer a autonomia da CGT diante do futuro governo. Curiosamente, o futuro fundador da Força Sindical, central criada sob o apanágio do governo Collor e da Fiesp, para difundir a ideologia neoliberal no seio do movimento dos trabalhadores, entendia que, ao dar apoio declarado às candidaturas presidenciais, CUT e CGT estariam se comportando como um sindicalismo pelego.⁹⁶ Declarações como esta comprovam a ideia de que as eleições são momentos férteis e propícios para dissimulações.

A chegada de Collor e Lula ao segundo turno das eleições presidenciais foi marcada pelo acirramento da disputa política entre dois programas de governo que representavam anseios de distintas classes e frações de classe do país naquela conjuntura. A candidatura de Collor estava

⁹³ Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva (entrevista). “Duelo de argumentos”, *op. cit.*, p. 7.

⁹⁴ Léo Wallace Cochrane Jr. (entrevista). “PT não me mete medo”. *Veja*, ed. 1.108, 6 dez. 1989, p. 5-6. De fato, o PT chegou a essa conclusão, mas apenas nos anos 2000, com a eleição de Lula. Quando comparados os governos FHC e Lula, é possível observar que o lucro líquido total dos três maiores bancos (Banco do Brasil, Itau/Unibanco e Bradesco), durante o governo Lula, mais do que quadruplicou, passando de R\$ 32,26 bilhões para R\$ 167,47 bilhões. Ver: “De caixa alta”. *O Globo*, 22 ago. 2010.

⁹⁵ “CGT de Magri adere ao PRN e promete evitar greves”. *Folha S. Paulo*, 21 nov. 1989.

⁹⁶ “Medeiros rompe com Magri por causa de apoio a Collor”. *Folha S. Paulo*, 15 dez. 1989.

vinculada às propostas de adotar as contrarreformas neoliberais no Brasil,⁹⁷ tais como: aplicar políticas de abertura econômica, de privatização e de caráter assistencialista para a população pobre (os chamados “descamisados”); acabar com os privilégios do alto funcionalismo público (a chamada “caça aos marajás”) e combater o Estado cartorial. Isso levava sua candidatura a se sustentar na

aliança tácita entre setores das elites [diríamos: da grande burguesia] (parcelas das burguesias industrial e financeira) com contingentes muito amplos de não assalariados, de assalariados pouco ou nada qualificados e de parcelas das classes médias tradicionais, isto é, setores da tecno-burocracia privada, pública e da burocracia militar.⁹⁸

Já a candidatura de Lula era mais próxima da política de edição de um Estado de bem-estar social no Brasil, uma vez que estava voltada para a aplicação de medidas visando aos seguintes fatores: a exercer maior controle sobre o capital estrangeiro no país; à suspensão do pagamento e à realização de uma auditoria da dívida externa; à valorização das empresas estatais por meio de investimentos diretos e indiretos; à aplicação de investimentos nos setores de tecnologia de ponta (como o setor de informática); à concessão de subsídios agrícolas aos pequenos agricultores; e à execução de uma política de distribuição de renda e de terra. Esse programa de governo logrou obter apoio da “classe operária mais qualificada e das novas classes médias profissionalizadas, embora seja evidente que ele teve votos, também, entre os assalariados do setor público e parcelas das faixas de alta renda”.⁹⁹ Além desses setores, seria preciso incluir, entre os apoiadores, segmentos da burguesia interna que, desde 1987, organizavam-se em torno de um grupo de empresários dissidentes da Fiesp,¹⁰⁰ vindo a formalizar, em 1990, a criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Uma parte dessas frações da burguesia brasileira respaldou a campanha de Lula, como foi o caso do empresário que seria o primeiro coordenador geral do PNBE, Oded Grajew, na época, presidente da Associação Brasileira de Brinquedos (Abrinq).¹⁰¹ Essa aproximação de setores da burguesia interna, especialmente de pequenos e

⁹⁷ Com razão, Oliveira chama a atenção para o fato de que o programa de governo Collor oscilou de uma denúncia à falência do Estado, no primeiro turno, para a conversão ativa ao neoliberalismo, no segundo turno. Ver: Francisco de Oliveira. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

⁹⁸ Cf. José Alvaro Moisés. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, n. 22, 1990, p. 146-147. Baseando-se também em dados socioeconômicos de pesquisas eleitorais, Singer apresentou uma caracterização bem próxima da análise de Moisés acerca da base de apoio à candidatura de Collor. André Singer. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.

⁹⁹ Cf. José Alvaro Moisés. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades”, *op. cit.*, p. 147.

¹⁰⁰ Dissidentes, mas que atuavam na Fiesp mesmo depois da fundação formal do PNBE.

¹⁰¹ As relações entre Lula e o empresário Oded Grajew começaram a ser estabelecidas em meados dos anos 1980. Grajew apresentava-se como um dos primeiros articuladores políticos a fomentar a aproximação do PT com os empresários já naquele período. Oded Grajew. Programa Roda Viva da TV Cultura, exibido em 26 de agosto 2001. Vídeo e transcrição disponíveis em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0763>

médios industriais e de segmentos do grande capital industrial não monopolista com a candidatura de Lula ocorreu sobretudo porque o programa de governo petista contemplava alguns dos interesses dessas frações burguesas.¹⁰² Vale lembrar que, nessa conjuntura, num plano mais geral, o PT defendia a tática antimonopolista, que deveria ser agregada às lutas anti-imperialista e antilatifundiária, assim como, em termos de política de governo, propunha a taxaço de grandes fortunas. Nesse sentido, por mais que a candidatura petista tivesse dificuldades de constituir relações políticas orgânicas com o pequeno e médio empresariado e com os setores não monopolistas do grande capital, era a esses segmentos do capital que muitas de suas propostas dirigiam-se.

A despeito dessas claras clivagens de classe que davam sustentação a cada uma das candidaturas, consideramos que, em vez de resolver, ou mesmo de atenuar, o processo de crise nas relações de representação política na conjuntura em questão, o caráter plebiscitário do segundo turno deu sobrevida a essa crise pelas seguintes razões:

a) O candidato Collor era oriundo de uma sigla de aluguel com reduzida representatividade em âmbito nacional (o PRN). O mesmo ocorria com os outros partidos de sua coligação eleitoral (PSC, PTR e PST), que também não tinham nenhuma expressividade nacional. Ainda que tenha conseguido obter apoio, no segundo turno, do PDC, PDS, PFL, PL, PTB e setores do PMDB,¹⁰³ é preciso observar que toda a campanha eleitoral de Collor esteve centrada na figura do indivíduo-candidato, contribuindo, assim, para o aprofundamento de uma tendência estrutural do capitalismo que é a da personalização da política, na qual a possibilidade de partidos políticos exercerem as funções de representação política ou de governo é praticamente nula.

b) Collor foi eleito presidente com uma vitória apertada sobre o segundo colocado – a diferença entre os dois candidatos foi de apenas 5,71% ou 4.013.634 votos, isto é, um número inferior à soma de votos brancos e nulos que correspondiam a um total de 5,82% ou 4.094.339 votos. Tendo em vista a flagrante diferença de conteúdo existente entre os programas de governo dos postulantes ao cargo de Presidente da República, consideramos que essa pequena diferença de votos tinha um significado especial sobre as relações de representação política constituídas na sociedade brasileira da época, pois indica justamente que o processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil não dependeu da ação de uma classe-sujeito. Antes, derivou de um conjunto

¹⁰² Como observa Bianchi, o PNBE abrangia, em seus primeiros anos de atividade, pequenos e médios industriais, vindo, ao longo dos anos 1990, a ampliar sua base para o setor de serviços. Ademais, cabe ressaltar que a entidade surgiu como crítica do sistema de representação da Fiesp, que conferia reduzido espaço para esses segmentos da burguesia brasileira e estava mais voltada para representar os interesses dos grandes. Alvaro Bianchi. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo, Xamã. 2001.

¹⁰³ Cf. José Alvaro Moisés. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades”, *op. cit.*

de contradições que não estavam ao alcance de serem resolvidas por uma única classe. Nessa perspectiva, a crise nas relações de representação política deve ser considerada como um efeito do próprio processo de transição ao capitalismo neoliberal, no qual a possibilidade de uma classe ou fração de classe se constituir enquanto fração hegemônica e promover a unidade interna da burguesia é muito reduzida – o que resulta numa situação excepcional de instabilidade hegemônica.

c) Se a defesa dos princípios neoliberais e a crítica ao legado do governo Sarney e da política desenvolvimentista colocavam a candidatura de Collor em sintonia com os interesses do imperialismo, do capital financeiro internacional e da grande burguesia brasileira, é interessante notar que a crítica que ele fazia ao “empresariado cartorial”, às elites irresponsáveis, ao alto funcionalismo público indicava certo distanciamento de Collor em relação às próprias classes dominantes no país. Dada a incapacidade das classes dominantes de constituírem uma unidade ou coesão política a partir de seus próprios partidos ou organizações políticas – impotência que era fruto das pressões das classes dominadas, na conjuntura, com a possibilidade iminente de uma candidatura forjada pelo movimento sindical e popular combativo conquistar a Presidência da República, e de certas contradições de setores da burguesia brasileira com o imperialismo –,¹⁰⁴ formou-se um cenário político no qual se fazia necessário à candidatura do campo dominante colocar-se contra as próprias classes dominantes para que seus interesses políticos pudessem ser contemplados. A ironia fina de Mario Amato resume o que vimos afirmando: “Não importa se ele [Collor] gosta de mim ou não. Eu gosto do que ele vai fazer”.¹⁰⁵ Observamos mais uma vez, então, que, para além das vontades dos sujeitos envolvidos no processo, a conjuntura impelia a candidatura de Collor para certa autonomia política em relação às classes dominantes. Prova disso é o próprio conteúdo de suas propostas, que não poderiam sequer ser detalhadas, sob pena de fissurarem-se alianças constituídas e abrir-se espaço político para a candidatura adversária

¹⁰⁴ A coligação eleitoral de Lula adotou a tática de transformar o segundo turno numa espécie de plebiscito entre capital e trabalho. Em um dos programas do horário eleitoral na TV, Lula afirmou: “Agora, de um lado, você tem um candidato que representa o poder econômico, que representa os interesses dos latifundiários, que representa os interesses dos grandes empresários, que representa os interesses dos banqueiros, que representa os interesses de alguns donos de grandes cadeias de comunicação, alguns donos de grandes cadeias de supermercados. E, de outro lado, você tem um candidato que representa um conjunto da sociedade brasileira representada pelo povo oprimido deste país: os camponeses; os setores médios da sociedade; os intelectuais e o funcionalismo público; o pequeno e médio lavrador; o pequeno e médio empresário; o pequeno e médio comerciante; os descalços; os despossuídos deste país, aqueles que, por mais que trabalhem, não conseguem conquistar o direito da sua cidadania.” Ver: “Íntegra do discurso de Lula na televisão”. *Folha de S. Paulo*, 29 nov. 1989. O vídeo encontra-se disponível em: *O primeiro programa de Lula no segundo turno* – 1989: http://www.youtube.com/watch?v=kSbX1d2mqk&feature=results_video&playnext=1&list=PLACE3EA28BE5982

crescer politicamente.

As eleições de 1989 foram um momento decisivo para a transição ao capitalismo neoliberal. Incapazes de se valerem de seus próprios partidos ou organizações para contemplarem seus interesses políticos, as classes dominantes no Brasil tiveram que os substituir por uma espécie de *condottiero* que, mesmo contrariando alguns dos seus interesses, constituía-se como a única força capaz de garantir, de maneira improvisada, a sua unidade política interna. Numa conjuntura de gestação de uma instabilidade hegemônica, coube a um *condottiero* que encarnava em sua campanha a constituição de uma nova política econômica e social, a política estatal neoliberal, a função de promover a unidade mínima dos interesses da burguesia brasileira para efetivar a transição ao capitalismo neoliberal – processo que seria movido por novas contradições, na medida em que os princípios políticos genéricos defendidos em campanha passariam a se transformar em medidas políticas efetivas. São exatamente essas medidas que analisaremos na seção seguinte.

3. A política econômica e social do governo Collor

A análise da política econômica e social do Estado burguês nos remete à problemática do “Estado dual”, formulada por Saunders e ratificada por Saes.¹⁰⁶ Nessa perspectiva, é possível identificar, no processo de execução da política estatal, certa divisão do trabalho entre os ramos do aparelho de Estado, de modo que o ramo central passa a lidar mais diretamente com as questões voltadas para a acumulação de capital, e o ramo local, com as questões relacionadas à reprodução da força de trabalho. Sem operar com uma visão estrutural do Estado burguês, Saunders propõe uma fusão entre a teoria marxista – que seria útil para analisar as questões sobre acumulação de capital – e a teoria pluralista – que seria mais adequada para tratar do consumo.¹⁰⁷ Ainda que concordemos com a ideia de Saunders sobre a existência de certa divisão do trabalho entre os ramos do aparelho de Estado, é das reflexões de Saes que retiramos as conclusões mais importantes. Segundo esse autor, o “Estado atrai politicamente as classes trabalhadoras para o polo local, atenuando, desse modo, a sua intervenção nas questões tratadas pelo polo central”.¹⁰⁸ Isso significa que é insuficiente a mera análise da função de acumulação do capital e da função de

¹⁰⁶ Ver: Peter Saunders. *Social theory and urban question* (2. ed.). London/New York, Routledge, 1989; Décio Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80” In: *República do capital*, op. cit.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ Décio Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80” In: *República do capital*, op. cit. p. 69.

reprodução da força de trabalho nos ramos do aparelho de Estado. É necessário ter-se em conta que uma característica do Estado burguês é o predomínio da primeira função sobre a segunda – o que não impede que esse predomínio seja atenuado ou neutralizado nas conjunturas de ofensiva política dos trabalhadores sobre os domínios do capital. Salientamos, ainda, que a divisão do trabalho aqui indicada deve ser compreendida como uma distinção analítica das funções estatais em questão, ou seja, uma distinção metodológica – em termos gramscianos –, visto que os ramos do Estado não existem efetivamente de maneira separada na realidade concreta.

A utilização de medidas provisórias para implementar a política econômica e social, durante o primeiro ano de governo, e a reduzida participação dos partidos políticos na composição dos ministérios são aspectos importantes que nos permitem entrever, ainda, as dificuldades do governo Collor em constituir uma sólida base de apoio político.¹⁰⁹ A solução encontrada por esse governo, para executar a política neoliberal, foi insular, da intervenção das classes e frações de classe, as principais instâncias de políticas voltadas para a acumulação de capital. Evidenciam esse fenômeno tanto a introdução da política neoliberal, através de medida provisória, quanto tentativas de forjar o “entendimento nacional”, sem oferecer nenhuma contrapartida às partes envolvidas, em especial, aos trabalhadores, assim como desenvolver a liberalização do movimento de capitais. Para além de considerar que as medidas adotadas foram obra de um presidente aventureiro, carateca ou usuário de cocaína,¹¹⁰ esse fenômeno expressa a situação de instabilidade hegemônica pela qual o país passava, isto é, o caráter conflituoso e complexo do processo de transição subordinada ao capitalismo neoliberal, e o alcance restrito da democracia sob a égide do neoliberalismo.

A medida provisória (MP), dispositivo criado pela Constituição de 1988, na prática, substituiu o decreto-lei dos governos militares, uma vez que possui força de lei enquanto não é aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se, portanto, de um instrumento político fundamental para que o Executivo possa neutralizar as eventuais reticências à política econômica e social que surjam no Congresso Nacional. De acordo com Figueiredo e Limongi, a MP altera o *status quo* e

¹⁰⁹ De acordo com Meneguello, os partidos políticos com representação no Congresso detinham apenas 28% dos ministérios durante o governo Collor. Com a reforma ministerial, realizada em fevereiro de 1992, esse governo conseguiu ampliar tal número para 47%. Rachel Meneguello. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998. Ademais, vale destacar que, independente da tentativa de buscar alianças de última hora, no Congresso Nacional, Collor blindou as principais instâncias decisórias da intervenção dos partidos políticos, preferindo um perfil técnico para ocupar os cargos de ministro da Economia e de presidente do Banco Central.

¹¹⁰ Referimo-nos às diversas análises que dão demasiada atenção aos traços psicológicos ou às características pessoais do presidente Collor, o que as leva a descurar daquilo que é, para nós, central: a natureza da política econômica e social implementada pelo governo Collor.

interpõe aos parlamentares a lógica da política do fato consumado, inviabilizando, assim, em certas circunstâncias, a rejeição de tais medidas. Ou ainda, a MP é uma peça fundamental para o Executivo induzir o Congresso Nacional à cooperação.¹¹¹ No entanto, cabe ressaltar que essa relação de cooperação do Congresso em relação ao Executivo, muito antes de ser criada ou fundada pelas MPs, é reforçada por esse instrumento legiferante utilizado pelo Executivo. Além disso, é preciso observar que, num país como o Brasil, marcado pela existência de partidos frágeis do ponto de vista governativo e representativo, os efeitos das MPs tendem a ser altamente coercivos – como foram, sobretudo, na conjuntura em que ainda não haviam sido criados dispositivos para impedir a reedição de medidas provisórias –, somados ao mecanismo do veto do Presidente da República, que salvaguarda o Executivo de ações refratárias à sua política advindas do Congresso Nacional.

Diferentemente de Figueiredo e Limongi, operamos com a ideia de que as instituições políticas não são desencarnadas de relações de classe. Nesse sentido, vale observarem-se as dificuldades impostas pelas medidas provisórias, no Congresso Nacional, à organização da burguesia interna e de segmentos de classe média e do operariado, o que só fortalece a política adotada pelo Executivo, propensa a contemplar os interesses do grande capital internacional. Contudo, mesmo sob esses constrangimentos políticos e econômicos, os parlamentares alinhados aos interesses da burguesia interna e de segmentos das classes médias e do operariado procuraram contradizer a lógica política subjacente a algumas medidas provisórias, como veremos mais adiante.

Comparado aos governos anteriores e sucessores, o governo Collor aplicou um número reduzido de medidas provisórias, sendo que a maioria delas se concentraram no primeiro ano de governo (ver tabela 1). Por conta de pressões do Judiciário, em especial, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do Congresso Nacional, em particular, do bloco de oposição ao governo federal, esse artifício político foi praticamente abandonado nos dois anos seguintes de governo. A propósito, convém lembrar o projeto de lei complementar, apresentado pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), em 6 de março de 1991, visando a proibir a reedição de MPs não votadas pelo Congresso. Com isso, a oposição buscou limitar a ação legiferante do Presidente da República. No entanto, como nos adverte Tosi Rodrigues:

Manobras regimentais dos líderes governistas adiaram a votação por duas semanas consecutivas. A 20 de março, finalmente votado, o projeto recebeu 247 votos a favor e 178 contra. Faltaram cinco votos para sua aprovação (maioria simples, 252). As “negociações”

¹¹¹ Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. “As medidas provisórias e o papel do Congresso na aprovação dos planos Verão e Collor” In: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

de Collor com a oposição davam resultado: quatro deputados do PDT, inclusive o líder da bancada, chegaram “atrasados” à votação e vários deputados “sarneyzistas” alinharam-se ao governo, evitando a aprovação do projeto Jobim.¹¹²

Apesar da iniciativa do governo de conquistar apoio para não aprovar o projeto Jobim, consideramos que a adoção de medidas provisórias não pode ser considerada o aspecto dominante da política do governo Collor e muito menos o principal fator explicativo do isolamento político desse governo, visto que tal expediente foi limitado tanto em termos numéricos quanto em termos de duração temporal. O mesmo se pode dizer sobre os vetos presidenciais, em termos comparativos com outros governos. Antunes chama a atenção para o fato de que, após a aprovação da Medida Provisória nº. 168, de 15 de março de 1990, que instituiu o Cruzeiro como moeda nacional e confiscou a aplicação de ativos financeiros em poupança, “Collor vetou praticamente todos os acordos feitos pelos seus representantes parlamentares”. Isso que explicaria, entre outros fatores, o caráter bonapartista desse governo.¹¹³ Ocorre, no entanto, que, em termos quantitativos e comparativos, o governo Collor esteve muito aquém de seus sucessores. Enquanto nesse governo, cerca de 74,2% dos projetos de lei de iniciativa do Legislativo foram vetados em sua integridade pelo presidente, no governo Itamar esse número subiu para 92,7%, atingindo 91,5% no primeiro mandato de FHC, e, finalmente, 100% no segundo mandato desse presidente.¹¹⁴ Tal prática governamental parece comprovar a tendência ao autoritarismo civil sob a égide do neoliberalismo, mas não explica o caráter excepcional do governo Collor em termos de autocracia. Além disso, consideramos que a tentativa de limitar a reedição das MPs, nessa conjuntura, foi uma tática malsucedida de resistir à ascendência dos interesses do grande capital nacional e internacional sustentada pelo Executivo. A derrota da tentativa de limitar a reedição não deve ser subestimada, pois indica claramente os meios políticos encontrados pelo grande capital monopolista para imprimir uma política desfavorável aos interesses do pequeno e médio capital e dos setores não monopolistas do grande capital, e, em maior escala, das classes populares. Não se trata, portanto, apenas de um detalhe de forma institucional da execução da política estatal. Contraditoriamente, a redução de MPs ao longo do mandato de Collor, indica relativa vitória das forças de oposição ao governo.

Aqui, vale registrar também que o impacto das medidas provisórias não pode ser

¹¹² Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000, p. 143.

¹¹³ Ricardo Antunes. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, Autores Associados, 2004, p. 8. Voltaremos à discussão sobre os conceitos de bonapartismo, populismo e estatismo no capítulo 3.

¹¹⁴ Luís Gustavo Mello Grohmann. *O veto presidencial no Brasil: 1946-1964 e 1990-2000*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciência Política (IUPERJ), 2003.

analisado simplesmente pelo número total das que foram editadas, devendo-se ter em conta, sobretudo, o conteúdo delas e os efeitos que produziram ao longo do governo.¹¹⁵ Isso quer dizer que se faz necessário observar a relação entre as MPs e a implementação do neoliberalismo no Brasil. E, como já salientamos, as primeiras medidas provisórias executadas pelo Plano Collor desempenharam o papel de criar as bases institucionais do neoliberalismo.

¹¹⁵ Sobre a questão do número de medidas provisórias (MPs), é preciso notar que, de acordo com o art. 62 da Constituição Federal, as medidas provisórias entram em vigor assim que promulgadas, devendo ser encaminhadas ao Congresso Nacional, que teria até 30 dias para avaliá-las, aprová-las e transformá-las em lei. Passado esse período, mesmo tendo sido rejeitada, não havia nenhum dispositivo constitucional que impedisse o presidente da República de reeditar uma determinada MP. Foi a partir da Emenda Constitucional (EC) nº. 32, de 11 de setembro de 2001, que a reedição de MPs ficou impedida, tendo sido estendido o prazo de sua prescrição de 30 para 60 dias, podendo ser ampliado por mais 60 dias, totalizando um prazo máximo de 120 dias. Observamos, assim, que, mesmo tendo impedido a reedição de MPs, a EC não criou mecanismos para neutralizar os efeitos criados pelas MPs, nem criou restrições para a edição das chamadas MPs “árvores de Natal” ou “Frankstein”, como ficaram conhecidas no debate político as MPs que versavam e legislavam em um único texto sobre uma gama muito variada e ampla de assuntos.

Tabela 1 – Medidas provisórias em números (1988-2009)

Ano	Presidente	MPs originárias	MPs reeditadas	Total
1988	Sarney	15	9	24
1989		97	6	103
1990 *		20	0	20
1990	Collor	75	68	143
1991		9	2	11
1992**		4	2	6
1992	Itamar	4	0	4
1993		48	48	96
1994		86	319	405
1995	FHC (1º. Mandato)	29	408	437
1996		34	615	649
1997		40	680	720
1998		53	750	803
1999	FHC (2º. mandato)	47	1040	1087
2000		23	1088	1111
2001		33	478	511
2002		82	-	82
2003	Lula (1º. mandato)	58	-	58
2004		73	-	73
2005		42	-	42
2006		67	-	67
2007	Lula (2º. mandato)	63	-	63
2008		36	-	36
2009		27***	-	27
Total		1075	5503	6578

Fonte: Legin – Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados/ Portal do Senado Federal/ Portal da Presidência da República (Apud: Newton Tavares Filho. “Excesso na edição de medidas provisórias”. *Consultoria Legislativa*, Câmara dos Deputados, janeiro, 2008, p. 3)

* até março de 1990; ** até setembro de 1992;¹¹⁶ *** foram incluídas no cômputo duas MPs que foram revogadas parcialmente.

Para uma caracterização minimamente satisfatória da natureza do governo Collor, faz-se necessário analisar alguns aspectos centrais de sua política econômica e social, em particular, os dois planos de estabilização monetária, executados em março de 1990 (Plano Collor I) e janeiro

¹¹⁶ Nesse quadro, não estão computadas as MPs rejeitadas pelo Congresso Nacional. Foram acrescentados aos dados coletados por Tavares Filho, os números de 2008 e 2009. Ver: Newton Tavares Filho. “Excesso na edição de medidas provisórias”, *op. cit.*

de 1991 (Plano Collor II) – que se igualam por não lograrem efetivamente conter as altas taxas inflacionárias nem a recessão econômica no país –, e as contrarreformas neoliberais que vieram acompanhadas desses planos, sobretudo, as políticas de abertura econômica (comercial e financeira), de privatização e de redução dos direitos sociais e trabalhistas. Sem levarmos em conta essas questões, estaremos longe de entender a complexa trama de relações políticas e sociais constituídas durante o governo. Cabe salientar, ainda, que o Plano Collor I desempenhou um papel mais decisivo que o Plano Collor II no processo de implementação do neoliberalismo no Brasil, visto que foi desse pacote econômico adotado em 1990 que saíram as principais diretrizes para uma economia voltada ao “livre mercado”.

No conjunto das 22 medidas provisórias originárias que deram fundamento ao Plano Collor I, também conhecido como Plano Brasil Novo, é possível observar o predomínio de elementos de ruptura sobre os elementos de continuidade com os planos de estabilização econômicos executados pelos governos brasileiros antecedentes. Entre os aspectos de ruptura, chamam-nos atenção o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros – considerado por Carvalho o elemento central desse plano de estabilização –¹¹⁷ e sua combinação com a implementação do programa de contrarreformas neoliberais. Entre os elementos de continuidade, destacamos a política de congelamento de preços e salários, e o próprio resultado do plano, isto é, sua incapacidade de conter o processo inflacionário no país e a recessão econômica decorrente desse processo. Outra questão a ser destacada é que o PMDB, que era o partido com o maior número de parlamentares no Congresso Nacional, assumiu todas as relatorias das 22 MPs. Isso lhe conferiu certo protagonismo na discussão do Plano Collor I.¹¹⁸ Mesmo tendo apoiado a maioria das MPs do governo, o PMDB atuou, através das relatorias, como um forte neutralizador da “profusão de emendas” que começaram a surgir no processo de discussão e deliberação das MPs.¹¹⁹ Também adveio desse partido a iniciativa de modificar a redação do texto original da maioria das MPs, em especial, as relacionadas ao confisco da poupança (MP 168), à política salarial (MP 154) e ao programa de privatizações (MP 155).

Na análise de Carvalho, o bloqueio da liquidez deve ser entendido como “a suspensão (parcial ou total, temporária ou definitiva) do direito ao exercício da liquidez de ativos

¹¹⁷ Carlos Eduardo Carvalho. “As origens e a gênese do Plano Collor”. *Nova Economia*, n. 16, 2006.

¹¹⁸ Nessa conjuntura, PFL e PRN fizeram pressões ao PMDB para que cedesse algumas relatorias em troca da presidência de algumas comissões, mas nenhuma delas foi atendida.

¹¹⁹ Ver: Guilherme Stolle Paixão e Casarões. *A economia política do governo Collor*: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 2008.

financeiros”.¹²⁰ O autor procura recuperar a história dessa proposta de bloqueio da liquidez, que teria sido inicialmente discutida por economistas como Luiz Gonzaga Beluzzo e Júlio Gomes Almeida, e a assessoria econômica da campanha presidencial de Ulysses Guimarães. Com o malogro de tal campanha, antes mesmo de encerrar o primeiro turno, essa proposta foi levada pelo também economista da Unicamp, Antonio Kandir, à assessoria econômica da campanha de Lula, e apresentada pelo assessor econômico de Lula, Aloizio Mercadante. No entanto, a proposta não foi bem acolhida pelo Comitê de Lula, o que levou Mercadante a organizar reuniões paralelas ao plano de governo com um grupo mais reduzido, daí advindo a denúncia de Collor, feita em campanha, de que Lula, se eleito, iria promover um “confisco” das cadernetas de poupança. Finalmente, depois do segundo turno, Kandir, que havia apoiado Covas (no primeiro turno) e Lula (no segundo turno), encaminhou a proposta de bloqueio da liquidez à assessoria da campanha do presidente eleito, que a havia repudiado em campanha, e, no início de janeiro, tal proposta foi acolhida por Collor, passando Kandir a fazer parte da equipe de economistas do novo governo.¹²¹

Carvalho observa que esse quadro demonstra que, no contexto de hiperinflação e recessão econômica, as candidaturas presidenciais não dispunham de uma política de estabilização própria, tendo esta sido forjada a partir do próprio debate acadêmico em curso no final dos anos 1980.¹²² A discussão dos meandros da elaboração da referida proposta coloca-nos em melhores condições de compreender os motivos que levaram um dos críticos do pacote econômico, Aloizio Mercadante, a tecer comentários elogiosos ao bloqueio da liquidez adotado pelo Plano Collor I, em programa transmitido pela extinta TV Manchete.¹²³

¹²⁰ Carlos Eduardo Carvalho. “As origens e a gênese do Plano Collor”, *op. cit.*, p. 105.

¹²¹ Mercadante já chegou a afirmar, em entrevista, que Kandir teria participado de apenas uma reunião com os economistas do PT, tendo apresentado uma proposta de choque para a hiperinflação brasileira, o que gerou insatisfação geral no Comitê do PT. Na mesma entrevista, o economista petista sustentou, de maneira equivocada, que Kandir teria apoiado Collor no segundo turno. Cf. Aloizio Mercadante. “Aloizio Mercadante Oliva (1954)” In: Guido Mantega e José Márcio Rego (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros* (vol. II). São Paulo, Editora 34, 1999. Essa vinculação de Kandir com a candidatura de Collor é desmentida, como vimos, por Carvalho e ainda pelo próprio Kandir em entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura: “Na época do início do governo Fernando Collor, realmente pedi uma licença, caracterizei muito a minha ida como uma ida técnica. Tanto que a primeira providência que fiz foi justamente declarar o meu voto, que tinha sido Mário Covas no primeiro turno e Lula no segundo turno. E para deixar bem caracterizado por que ia [fazer parte do governo Collor]... E [fui] basicamente, porque achava que tinha que contribuir do ponto de vista de evitar o caminho fácil da hiperinflação como mecanismo de resolução do problema emergencial.” Antonio Kandir. Programa Roda Viva da TV Cultura, exibido em 22 de julho de 1997. Vídeo e transcrição disponíveis em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/465/entrevistados/antonio_kandir_1996.htm

¹²² Carlos Eduardo Carvalho. “As origens e a gênese do Plano Collor”, *op. cit.*

¹²³ Cf. “Mercadante elogia Zélia pelo Plano”. *O Globo*, 19 mar. 1990; “PT aplaude o programa e apresenta sugestões”. *Jornal do Brasil*, 19 mar. 1990. Vale ressaltar que a imprensa tentou apresentar Mercadante como um apoiador do pacote econômico como um todo, quando, na verdade, o economista petista teria apoiado apenas o bloqueio da liquidez. Na entrevista à qual nos referimos acima, Mercadante afirma que tinha, na época, vários

O bloqueio da liquidez foi aplicado por meio da Medida Provisória nº. 168, de 15 de março de 1990, que mais tarde foi aprovada, sem alterações, pelo Congresso Nacional e convertida pelo presidente Collor na Lei nº. 8.024, de 12 de abril de 1990. Tratava-se de uma política do governo federal que estabelecia que, num prazo de 18 meses, o limite de saques não poderia ultrapassar Cr\$ 50 mil cruzeiros, para contas correntes e cadernetas de poupança; Cr\$ 25 mil cruzeiros ou 20% dos ativos aplicados em *overnight* ou em conta remunerada; e 20% para fundos de curto prazo.¹²⁴ Em tese, ficariam retidos, no Banco Central, cerca de US\$ 115 bilhões.

Na discussão dessa MP, o PMDB procurou apresentar um projeto de lei de conversão, o PLV nº. 31, de 1990, que estabelecia entre os seus pontos principais: a) a ampliação do limite de saques da poupança de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 600 mil, a serem liberados em três parcelas de NCz\$ 200 mil cruzeiros, a serem pagas em julho e outubro de 1990, e janeiro de 1991 (art. 6.º), visando sobretudo a atenuar o impacto do plano sobre os pequenos poupadores – leia-se: parcelas das classes médias e camadas inferiores da burguesia interna; b) a conversão em cruzeiros de recursos em cruzados novos destinados a programas de investimentos do setor privado, pagamento de compromissos contratados até 15 de março para aquisição de imóveis habitacionais, financiamentos de projetos de cooperativas habitacionais e quitação de saldos devedores de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (art. 21), com vistas a manter o nível de atividade econômica e o emprego; c) a garantia de linha especial de crédito às empresas para financiamento integral da folha de pagamento, desde que assegurada a estabilidade de emprego de 90 dias aos seus funcionários, constituindo-se, assim, num mecanismo para evitar a demissão em massa (art. 25); d) a responsabilização civil e criminal do Ministro da Economia e do presidente do Banco Central no caso de a lei não ser cumprida (art. 26); o que impunha constrangimentos à ação do núcleo duro da política estatal; e) a prestação de contas trimestral da execução da política monetária do Executivo para o Congresso Nacional (art. 27, § 1º), o que permitia maior fiscalização e controle do Congresso Nacional sobre as ações do Executivo.¹²⁵

Quando colocado em votação, os líderes do PSDB, PCdoB, PCB, PDT, PSB, PMDB e PT

questionamentos em relação ao plano, concernentes aos pequenos poupadores, à política de financiamento visando ao crescimento econômico, à dívida externa, mas que teria sido educado com a ministra Zélia Cardoso de Melo. Ocorre que, na mesma entrevista, ele faz alusão à posição acertada do bloqueio da liquidez, ao sustentar que: “num quadro de hiperinflação, com 89% de inflação ao mês, a margem de manobra de qualquer governo é muito pequena, e eu não via nenhuma possibilidade de debelar a inflação sem o enxugamento da liquidez”. Aloizio Mercadante. “Aloizio Mercadante Oliva (1954)”, *op. cit.*, p. 372.

¹²⁴ Um cruzeiro (Cr\$) correspondia a um cruzado novo (NCz\$).

¹²⁵ Diário do Congresso Nacional, 8 abr. 1990, p. 2089-2092. Ver também: Otávio Piva. *Presidencialismo sem coalizão: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor*. Porto Alegre, Mestrado em Ciências Sociais (PUC-RS), 2010.

orientaram seus parlamentares a aprovarem o PLV nº. 31/90. Já os líderes do PFL, PTB, PDS, PDC, PRN e PST sustentaram a rejeição desse projeto de lei, defendendo, assim, o texto original da MP. O projeto de lei foi então submetido à votação nominal. Entre os que eram favoráveis à sua aprovação, só se verificou indisciplina partidária no PMDB. Dos 128 parlamentares desse partido presentes no momento da votação, 47 votaram contra o projeto de lei de conversão. No cômputo geral, o projeto obteve 206 votos, sendo derrotado por 249 votos contrários.¹²⁶ Tal derrota do projeto de flexibilização da MP, apresentada pelo relator Osmundo Rebouças (PMDB-CE), foi ainda maior no Senado Federal, quando as lideranças do PMDB e do PSDB passaram a defender a MP original, já que esta havia sido aprovada por “aclamação” em votação simbólica na Câmara dos Deputados, após a rejeição do PLV nº. 31/90. No total, 55 senadores votaram favoráveis à aprovação da MP, oito foram contrários e quatro abstiveram-se.¹²⁷

Diante do quadro de recessão econômica em que se inseria o Brasil no início dos anos 1990, chegamos à conclusão de que tal decisão pode ser considerada evidente tendência dos parlamentares de colaborarem com o governo com vistas a evitar o mal pior. No entanto, Piva destaca alguns pronunciamentos feitos por deputados federais do PMDB, do PT e do PSB que acusam o governo federal de ter-se valido do oferecimento de vantagens individuais e grupais para obter apoio dos parlamentares ao plano de estabilização econômica. Releva-se aqui o pronunciamento do líder do PMDB, que representava a maior bancada na Câmara Federal, o deputado federal Ibsen Pinheiro, proferido depois da aprovação da MP, no dia 18 de abril de 1990:

Queríamos o debate político, a troca de ideias, não de vantagens. Lamentavelmente, o Senhor Presidente da República preferiu o caminho oposto. Enveredou pelo rumo perigoso das cooptações individuais ou grupais, onde a moeda de troca é raramente o interesse público. É sempre o interesse individual ou grupal, geralmente algum interesse ilegítimo. Em nome de um Brasil novo, recorre aos métodos do Brasil velho, reatando um tipo de relacionamento que avilta os dois poderes e compromete a convivência harmônica e independente determinada. [...]

Preocupa-nos seriamente, Sr. Presidente, o governante que não se impõe limites e faz a prática do que antes condenava, reinaugurando o pernicioso escambo das trocas fisiológicas que supostamente o levaram à oposição e, certamente, o carregaram depois à vitória eleitoral.¹²⁸

Conquanto houvesse ocorrido essa perda na votação de um dos pontos mais importantes do Plano Collor I, vale ressaltar que a posição adotada pelo PMDB e pelo PSDB de “oposição

¹²⁶ Apenas um parlamentar se absteve na votação.

¹²⁷ Ver. Otávio Piva. *Presidencialismo sem coalizão...*, *op. cit.*

¹²⁸ Tomamos como referência a citação feita por Otávio Piva. *Presidencialismo sem coalizão...*, *op. cit.* No entanto, acrescentamos a ela, outras passagens com base na leitura do pronunciamento na íntegra: Diário do Congresso Nacional, 19 abr. 1990, p. 2625.

crítica” – que significava aguardar o governo editar as medidas para, só depois, avaliá-las e manifestar-se a favor ou contrário –¹²⁹ foi uma constante durante o governo Collor. O perfil do bloco de parlamentares formado para se opor à MP 168, ao conteúdo da própria MP e ao projeto de lei de conversão de lei poderia nos levar à afirmação de que esse bloco estaria representando apenas parcelas das classes médias, que vinham adotando como estratégia de fuga da hiperinflação aplicações em poupança, conta concorrente e *overnight*. No entanto, consideramos essa interpretação limitada, visto que ela ignora o vínculo da política defendida pelo referido bloco parlamentar com os interesses das camadas inferiores da burguesia interna. Ainda que os parlamentares do PMDB e de outras forças políticas fizessem alusão aos “pequenos poupadores”, na verdade, não estavam reportando-se apenas às classes médias, mas, também, aos interesses da pequena e da média burguesia interna, que tiveram suas aplicações confiscadas pelo governo federal. As tentativas de impor limites à ação legiferante do Executivo foi outra demonstração de força dessas frações burguesas em relação aos interesses do grande capital monopolista internacional e nacional. A crítica à prática fisiológica utilizada pelo governo Collor para aprovar a principal medida provisória do Plano Collor I também pode ser enquadrada no rol de resistências da burguesia interna.

A partir dessas e de outras evidências, como procuraremos tratar mais adiante, sustentamos que os interesses da burguesia interna reinavam no terreno dos partidos de oposição ao governo, durante o governo Collor, e seria justamente essa fração de classe que exerceria o papel de força dirigente principal do movimento "Fora Collor".¹³⁰ Aqui é preciso retomar o argumento que já apresentamos acerca do papel neutralizador que cumpriram as medidas provisórias no sentido atenuar os dissensos existentes no Congresso Nacional. A aprovação da MP não significa, portanto, que a burguesia interna era mera coadjuvante do processo político em questão; indica, antes, as dificuldades dessa fração burguesa em resistir às políticas de interesse do grande capital monopolista internacional, especialmente num Congresso Nacional que funcionava sob a lógica da patronagem.

Acossada pelo imperialismo e pelo movimento grevista, restou à burguesia interna

¹²⁹ Retiramos a noção de “oposição crítica” da análise de Rogério Bastos Arantes. *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo, Sumaré, 1997 *Apud*: Guilherme Stolle Paixão e Casarões. *A economia política do governo Collor*, *op. cit.*

¹³⁰ Essa ideia diverge da hipótese defendida por Sallum Jr. e Casarões segundo a qual a frente partidária pró-*impeachment*, formada por PMDB, PSDB e PT, era “a expressão parlamentar de uma coalizão sociopolítica democratizante que incluía organizações de classe média, de classe operária e de pobres urbanos e vertebrou o eleitorado urbano e, em especial, das cidades maiores, em favor da democracia”. Brasília Sallum Jr. e Guilherme Stolle Paixão e Casarões. “O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo”. *Lua Nova*, n. 82, 2011, p. 193.

entrincheirar-se no Congresso Nacional para tentar viabilizar algum espaço de negociação com a política do capital financeiro internacional. Dada a fragilidade política dos partidos, seria equivocado identificar os interesses da burguesia interna com algum partido em específico, mas a existência do bloco parlamentar formado por parcelas consideráveis do PMDB, do PSDB e também pelo PDT e PSB – que, em diversas ocasiões, se mantiveram na oposição ao governo – permite-nos associá-los aos interesses dessa fração de classe burguesa. Com relação à ideia de fração reinante, vale ressaltar que esse fenômeno indicava a incapacidade ou dificuldade do imperialismo em conseguir se fazer representar na cena política, ao mesmo tempo que se encontrava em disputa pelos rumos da política do governo Collor, sem que se consolidasse a hegemonia política de uma fração em particular, na conjuntura em questão. Saliente-se, aqui, que as oscilações identificadas no posicionamento de parcelas consideráveis de parlamentares do PMDB e do PSDB devem ser entendidas menos como resultante da adesão total desses partidos à política do imperialismo e muito mais como acentuação de um dos polos da contradição ou da dependência em relação ao imperialismo que configurava a ação da burguesia interna.

Em relação às outras diretrizes do pacote econômico aplicado no início do governo Collor, resalte-se a política de congelamento de preços e salários, prevista pela MP 154 e convertida na Lei nº. 8.030/90. Na votação no Congresso Nacional, havia sido proposto um projeto de lei de conversão nº. 28/90, de autoria do relator e deputado federal Tidei de Lima (PMDB-SP). Tanto a MP quanto o PLV foram alvo de críticas do PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB por não alterarem a lógica do arrocho salarial. No entanto, o governo federal logrou fazer um amplo acordo com as maiores bancadas do Congresso Nacional e aprovar esse PLV nº. 28/90. Os partidos que aderiram ao entendimento com o governo Collor foram os seguintes: PFL, PRN, PL, PDC, PST, PTB, PDS, PMDB, PSDB, PSC, PTR. Dos 441 parlamentares em condições de votar na Câmara dos Deputados, apenas 91 foram contrários à aprovação do PLV e outros dois se abstiveram. No cômputo dos que votaram contra o PLV recomendado pela liderança do governo federal estavam: 25 deputados do PDT, 20 do PMDB, 17 do PT, 11 do PSDB, 6 do PSB, 6 do PCdoB, 3 do PCB, 2 do PFL e 1 do PL. Nas discussões sobre a MP e o PLV, os deputados do PT, em especial, Paulo Paim (PT-RS), Tarso Genro (PT-RS) e Lula (PT-SP) colocaram em evidência o caráter conservador da proposta do PMDB, prevista no PLV, que oferecia aos trabalhadores ganhos abaixo da inflação.

O governo Collor também obteve maioria com folga na votação nominal do Senado Federal, logrando 53 votos de um total de 64 – 10 foram contrários e um se absteve. Tratemos de

observar o conteúdo da matéria:

No caso do congelamento dos preços, o governo federal retomava a mesma política dos planos de estabilização anteriores, que colocavam as frações burguesas em conflito permanente com a fiscalização – vejam-se os casos das redes de supermercados que, desde o final dos anos 1980, vinham sendo matéria de ampla fiscalização dos governos brasileiros. Além disso, numa situação que combinava explosão de greves por aumento salarial, confisco da poupança, hiperinflação, recessão econômica e abertura comercial ampla, a política de congelamento só poderia servir para comprometer a fruição dos negócios dos donos das redes de supermercado e dos industriais. A posição do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, expressa em 1989, indica muito bem o que pensava a burguesia brasileira acerca da política de congelamento de preços: “A CNI sempre foi e sempre será contrária ao princípio do congelamento de preços e salários, porém compreende a necessidade de frear o trem-bala da inflação. Este expediente, entretanto, haverá de ser flexível e o mais curto possível, sob pena de se jogar o Plano [Verão] no chão”.¹³¹ Postura semelhante adotou a Fiesp, após a divulgação do Plano Collor II, sustentando que era contra, por princípio, ao congelamento de preços.¹³²

No que se refere ao congelamento salarial, é possível dizer que, na proposta original do governo, combinavam-se três diretrizes principais: livre negociação, desindexação e arrocho salarial. No entanto, a maioria parlamentar sustentou a proposta de reposição trimestral automática das perdas salariais, com o intuito de evitar justamente as diretrizes originais propostas pelo governo para a política salarial. Além disso, os congressistas aprovaram as seguintes medidas: a reposição, a partir de setembro, das perdas salariais decorrentes do plano; o aumento real de 6,09% ao bimestre para o salário mínimo, a partir de julho; a abertura de linhas de créditos especiais para as empresas executarem os pagamentos de suas folhas salariais, desde que concedessem estabilidade aos trabalhadores; e um dispositivo que proibia o efeito suspensivo à decisão judicial. No entanto, o governo vetou todas essas mudanças.¹³³

No quesito política salarial, é possível afirmar que a política do governo Collor hesitou em relação à proposta de livre negociação, que vinha sendo defendida pelos empresários desde o final dos anos 1980.¹³⁴ Como salienta Galvão: “Se, por um lado, o governo Collor alterou a

¹³¹ Albano Franco. “Agilidade é essencial”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 21, n. 237, jan, 1989, p. 3.

¹³² Ver posicionamento da Fiesp em: Alvaro Bianchi. *Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nas crises dos anos 1980 e 1990*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 2003.

¹³³ Cf. Ricardo Franzoi, Ronaldo Herrlein Jr., Carlos Henrique Horn e Fernando da Silva Calvete. “Salários e sindicatos sob o Plano Collor”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 18, n. 4, 1991.

¹³⁴ Cf. Andréia Galvão. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2007; Ricardo

política salarial, estabelecendo a livre negociação entre 'empregados e empregadores', por outro lado acabou por adotar outras medidas que, na prática, estabeleciam limites à negociação”.¹³⁵ Isso pode ser analisado por meio de algumas medidas adotadas pelo governo as quais ora pendiam para a livre negociação salarial, como foi o caso da Lei nº. 8.030/90, ora pendiam para a restrição do seu alcance, vindo a estabelecer critérios bem definidos para a reposição e o abono salariais – vejam-se os casos da MP nº. 193, de 25 de junho de 1990 e suas reedições mês a mês, com pequenas reformulações ao longo do ano de 1990.

Sobre a questão do arrocho salarial, Pacheco Filho observa que, de junho de 1990 a janeiro de 1991, vigorou “uma reposição parcial das perdas salariais acentuando a tendência de queda do poder aquisitivo dos salários, já configurada antes de sua vigência”.¹³⁶ Em seu primeiro ano de governo, Collor dava mostras de que não tinha interesse em negociar a política salarial com o Congresso Nacional, em especial, com o PDT, PSB e PT e setores do PMDB e do PSDB, pois encontraria aí muitas resistências à perspectiva do arrocho salarial que pretendia imprimir em sua gestão. No campo extraparlamentar, o governo tentou, a partir de setembro de 1990, constituir as câmaras tripartites, envolvendo representantes do governo, do empresariado e do sindicalismo dos trabalhadores (especialmente as centrais sindicais CUT e CGT).¹³⁷ Tais câmaras receberam o nome de “entendimento nacional”. Constituídas sob a lógica da livre negociação, tinham como objetivo maior o controle da inflação, mas também envolviam questões decisivas para o governo Collor, como, por exemplo, o controle da atividade grevista no país, que se encontrava em franco ascenso naquele momento, e a tentativa do governo de ampliar sua base de apoio político. A CUT, que era reconhecida como uma central combativa e avessa à negociação, após certa hesitação, resolveu participar dessas reuniões, que malograram em dezembro do mesmo ano, por conta da impossibilidade de serem atendidas as reivindicações do movimento sindical, centradas na defesa da reposição das perdas salariais pela inflação. Na prática, embora o governo tentasse estabelecer critérios para a reposição salarial, prevaleceu a lógica da desindexação salarial.

A tendência ao arrocho salarial não se alterou, no ano seguinte, com a implantação do Plano Collor II, no final de janeiro de 1991. Por meio da edição da MP 295, o governo federal

Franzoi, Ronaldo Herrlein Jr., Carlos Henrique Horn e Fernando da Silva Calvete. “Salários e sindicatos sob o Plano Collor”, *op. cit.*

¹³⁵ *Ibidem*, p. 152-153.

¹³⁶ Calino Pacheco Filho. “Emprego e salário: versão Collor II”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 19, n. 1, 1991, p. 48.

¹³⁷ Sobre a relação entre centrais sindicais e entendimento nacional, ver: Andréia Galvão. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*, *op. cit.*; Armando Boito Jr.. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, *op. cit.*

estabeleceu que o salário mínimo sofreria apenas dois reajustes anuais, um em fevereiro e outro em agosto. No entanto, após pressões parlamentares, a MP 295 foi convertida na Lei nº. 8.178, que estabelecia abonos salariais fixos, até o mês de agosto, e reajustes salariais pela variação da cesta básica de alimentos. Um dos elementos controversos da MP 295 foi a tentativa de unificar a data-base, proposta rejeitada pelo empresariado e sem consenso por parte do sindicalismo dos trabalhadores.¹³⁸ Outras medidas foram articuladas pelo governo, mas sem sucesso em conter a tendência ao achatamento dos salários, como se pode notar no Gráfico 2, acima.

Ainda sobre a política salarial, é preciso ressaltar os ataques que o governo Collor tentou impingir aos aposentados e pensionistas. Em setembro de 1991, o governo aprovou um aumento de 147,06% do salário mínimo, mas aplicou um reajuste de apenas 54,6% para os beneficiários da Previdência Social. Isso levou vários aposentados e pensionistas a abrirem ações judiciais questionando a decisão do governo. Em meados de novembro de 1991, a 2ª. Vara da Justiça Federal de Brasília deu ganho de causa aos aposentados e pensionistas, e estabeleceu que o governo deveria pagar os 147,06% de aumento mais o retroativo desde setembro. Entretanto, um pouco antes de se encerrar o ano, o Supremo Tribunal Federal suspendeu o pagamento desse aumento de 147%, o que fez aflorar a mobilização dos aposentados. Depois de organizar vários protestos no país, mover uma série de ações judiciais contra a decisão do governo e derrubar o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Magri, os aposentados e pensionistas conseguiram obter vitória e ganhar a causa, em agosto de 1992, quando o governo decidiu criar um calendário para o pagamento do reajuste. A mobilização dos 147% foi mais um elemento a colocar em evidência o caráter conservador do governo Collor e aprofundar o processo de isolamento desse governo.¹³⁹

Outro elemento importante presente nas medidas provisórias editadas pelo Plano Collor I foi a política de demissão de servidores públicos, a qual envolvia não só o chamado “enxugamento da máquina estatal”, como também se relacionava, em escala mais ampla, às altas taxas de desemprego gerada nos setores público e privado pela política econômica e social executada.

A reforma administrativa realizada por meio do assim chamado Plano Brasil Novo, previa a extinção de dezenas de órgãos públicos, a redução do número de ministérios (de 23 para 12) e também a privatização de empresas estatais. Nos primeiros anos da década de 1990, o governo

¹³⁸ Andréia Galvão. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil, op. cit.*

¹³⁹ Sobre esse movimento, ver: Julio Assis Simões. “A maior categoria do país’: notas sobre a constituição do aposentado como ator político”. *Anais do 18º. Encontro Nacional da Anpocs*, 1994.

estipulava que cerca de 360 mil servidores públicos seriam demitidos, exonerados ou colocados em disponibilidade, por se encontrarem “ociosos” na administração federal direta e indireta. No plano retórico, o governo apontava para a necessidade de realizar uma verdadeira “caça aos marajás” com vistas a resgatar a moralidade da administração pública e também a conter o déficit público. Far-se-ia, pois, necessário reduzir o número de servidores públicos. Com isso, Collor colaborou para desorganizar o aparelho estatal, na virada dos anos 1980 para os anos 1990, segundo análise da administração pública brasileira feita por Martins, que observa:

A configuração das altas estruturas estatais (ministérios ou secretarias) era redesenhada de maneira contínua e errática [...]; os salários da administração federal foram cada vez mais corroídos, e a burocracia foi desmoralizada por ataques verbais indiscriminados. Os melhores quadros migraram para o setor privado e algumas das principais ilhas de excelência (IBGE, Ipea, Receita Federal, entre outros) foram parcialmente desmanteladas. Por último, a administração pública tornou-se vítima da corrupção generalizada.¹⁴⁰

Tais medidas adotadas por Collor dificultavam sobremaneira a atuação da burocracia estatal como força social nessa conjuntura, contribuindo, assim, para a desarticulação política do próprio governo. A combinação de reduzida incidência dos partidos da coalizão governamental no alto escalão do governo, o discurso operado desde a campanha eleitoral de caça aos marajás, a satanização do Estado como agente promotor de desenvolvimento, a realização de uma ampla reforma administrativa transformando profundamente o *modus operandi* da máquina estatal, o fomento à política de privatização de empresas do setor siderúrgico e petroquímico, todos esses eram elementos para neutralizar a ação da burocracia estatal enquanto força social. Nessa perspectiva, os discursos de várias forças políticas, desde parlamentares, passando por entidades representantes dos trabalhadores, até chegar às entidades patronais que denunciavam o caráter autocrático do governo, relutante em negociar sua política econômica e social, só reforçavam essa incapacidade política da burocracia em articular interesses de classe e colocavam em evidência as tentativas malsucedidas do presidente de se apresentar como o salvador da pátria ou um ente acima das classes. Chamamos a atenção, portanto, para as dificuldades do governo de garantir a lógica de sacrifícios mútuos entre as frações dominantes, de modo a assegurar relativa autonomia da burocracia estatal, diante de tais frações, e de implementar a política neoliberal no país. As oscilações desse governo foram fruto dos conflitos entre interesses forâneos e nacionais, entre interesses ligados à atividade produtiva e improdutiva, entre grande capital e médio e pequeno capital, entre bloco no poder e classes dominadas. Numa situação de instabilidade hegemônica,

¹⁴⁰ Luciano Martins. “Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral”. *Cadernos ENAP*, n. 8, 1997, p. 10.

esse feixe de contradições se entrecruzava tornando a crise do governo algo muito provável.

Sob a lógica do neoliberalismo, o combate aos servidores públicos se fazia necessário não só pelos gastos gerados à folha de pagamento da União, mas também porque era um dos setores mais ativos do movimento grevista nacional. Comparado ao setor privado, o setor público tendencialmente realizou, entre o final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, um número menor de greves, mas foi o setor que mais acumulou jornadas de horas paradas com as greves. Assim, a política de demissões dos servidores públicos pode ser considerada, por outras vias, um claro combate do governo federal a um dos mais ativos movimentos grevistas do país. Embora tivesse anunciado, nos primeiros meses de governo, que demitiria ou colocaria em disponibilidade cerca de 360 mil servidores públicos, os levantamentos parciais produzidos pela Secretaria de Administração Federal (SAF), com 186 dos 205 órgãos da administração federal direta, indireta e de empresas públicas, até outubro de 1993, indicavam que a reforma administrativa promovida pelo governo Collor teria levado à redução de 184.679 servidores públicos federais, representando 19% do total, sendo que 98.204 teriam sido demitidos e 84.475 colocados em disponibilidade. A SAF também identificou que 15.500 servidores teriam sido demitidos de maneira ilegal, visto estarem protegidos pela estabilidade sindical, pelo período eleitoral ou por se encontrarem em licença maternidade.¹⁴¹

Não foram apenas os servidores públicos que sofreram com demissões. Diante da incapacidade do governo Collor de contornar a recessão econômica e também da adoção das contrarreformas neoliberais – como foi o caso da abertura comercial, que discutiremos mais adiante –, fatores que geravam enormes dificuldades especialmente para as indústrias no país, as taxas de desemprego quase duplicaram, segundo os dados da pesquisa mensal de emprego e desemprego do IBGE, durante os dois anos e seis meses de gestão, passando de 3,4%, em 1989, para 6%, em 1992.

Embora o desemprego em massa possa ser considerado um constrangimento para a ação do movimento grevista,¹⁴² isso não impediu o sindicalismo brasileiro de realizar um dos maiores

¹⁴¹ Esses dados encontram-se disponíveis na matéria: “Itamar pode reintegrar demitidos por Collor”. *Folha de S. Paulo*, 5 out. 1993.

¹⁴² Reconhecido historicamente como um elemento estrutural de desarticulação da luta sindical dos trabalhadores, o desemprego em massa tende a impactar o movimento sindical, levando-o a problemas de ordem organizacional e política, tais como: crescentes taxas de dessindicalização, redução do número de greves e derrotas no campo da luta reivindicatória contra o patronato. Não queremos dizer que o desemprego em massa é a única determinação do processo de desarticulação do sindicalismo, mas entendemos que o desemprego em massa desempenha um efeito desmobilizador sobre os trabalhadores. No contexto de agravamento das condições socioeconômicas dos trabalhadores, o medo do desemprego ou de demissão tem um peso sobre a ideologia dos trabalhadores, orientando-os até mesmo a aceitarem medidas de redução de direitos trabalhistas, em troca da estabilidade no emprego. Anderson faz as seguintes observações sobre esse aspecto: “A análise dualista para a qual

registros de greves da história brasileira. A combinação entre altos índices inflacionários, recessão econômica, arrocho salarial, demissão em massa e aumento do número de greves preocupava os dirigentes das principais entidades patronais, no início dos anos 1990, no país. O presidente do complexo CNF-Febraban-Fenaban, Léo Wallace Cochrane Jr., em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, chegou a manifestar, abertamente, certo temor com a possibilidade do advento de uma explosão social no país, ao afirmar que:

Na inflação tudo é transitório. Um belo dia acontece a explosão, que não é, exatamente o clima ideal para o trabalho, expansão de investimentos e educação das novas gerações. Poder-se-ia dizer que os mais ricos conseguem proteger-se contra a inflação, porque utilizam o dinheiro para proteger o dinheiro. Se isto em parte é verdade, não é menos verdade que, a longo prazo, isso provoca desequilíbrios tão grandes no quadro social que a situação se torna insustentável.

Essa grande massa que chamamos, abstratamente, de povo um dia se revolta. São os cidadãos humildes que não podem levar o pão para os seus filhos. É o trabalhador honesto que dia a dia vê o seu salário deteriorar e que não tem como sustentar a família. Se o povo fosse apenas uma entidade metafísica, as elites poderiam pensar assim.¹⁴³

Esse pronunciamento público do banqueiro da Febraban coloca em evidência que embora os bancos obtivessem ganhos fáceis com a inflação, os altos índices inflacionários eram vistos como fator de instabilidade social e deveriam ser controlados de algum modo. A opção de controle dos banqueiros era implementarem-se as contrarreformas neoliberais. Ademais, os banqueiros sustentavam a necessidade de fomentar a negociação com os trabalhadores para solucionar os conflitos. Para resgatar o que chamava de “paz social”, Alencar Rossi, Superintendente de Relações de Trabalho da Febraban/Fenaban, chegou a sugerir a proposta negocial baseada num sistema de trocas: da parte do trabalhador, deveria ser cobrado maior desempenho e produtividade, enquanto que a empresa deveria oferecer melhores condições de trabalho e qualidade de vida aos trabalhadores.¹⁴⁴ O fator produtividade era considerado um elemento decisivo nas negociações entre empresários e trabalhadores. Esse discurso não era diferente entre os industriais, que tratavam o aumento salarial como algo indissociável do

as notas de Gramsci geralmente tendem, não permite um tratamento adequado dos *constrangimentos econômicos que agem diretamente para reforçar o poder de classe da burguesia*; entre outros, o medo do desemprego ou de demissão, que pode, em certas circunstâncias históricas, produzir uma ‘maioria silenciosa’ de cidadãos obedientes e de eleitores submissos entre os explorados. Tais constrangimentos não envolvem nem a convicção do consentimento, nem a violência da coerção”. (Grifos nossos.). Ver: Perry Anderson. “As antinomias de Antonio Gramsci”. *Crítica Marxista*, São Paulo, Juruê, 1996, p. 39. Isto é, o desemprego em massa, enquanto uma forma de constrangimento econômico dos trabalhadores, pode ser considerado uma importante arma de que dispõem as classes dominantes para avançar contra a luta sindical, em especial, a empregada pelo sindicalismo classista e combativo.

¹⁴³ Léo Wallace Cochrane Jr. “Elites não têm vocação suicida”. *Folha de S. Paulo*, 17 mar. 1990.

¹⁴⁴ Alencar Rossi. “As novas tendências nas relações de trabalho”. *Revista da Indústria*, n. 25, ano II, 1º. trim. 1990.

aumento da produtividade.¹⁴⁵ Dessa proposta de associar aumento salarial com o aumento da produtividade surgiria, nos últimos dias do mandato de Itamar Franco, no final de 1994, por meio da MP 794, a regulamentação da Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR) – que seria reeditada, com mudanças, pelo governo FHC até se transformar na Lei nº. 10.001/2000. Salientamos, no entanto, que os sindicatos dos comerciários de São Paulo e dos metalúrgicos de Guarulhos, Osasco e São Paulo, todos ligados à base sindical da Força Sindical, já vinham instituindo, na prática, a PLR, favorecendo, segundo Trópia, a prática da “remuneração variável”;¹⁴⁶ o mesmo se pode dizer das montadoras do ABC, em especial, a Mercedes, localizada na base do sindicalismo cutista, que foi uma das pioneiras a instituir a participação nos resultados, no início dos anos 1990, antes da edição da MP.¹⁴⁷

Nessa conjuntura, a preocupação com a crise que se instaurava era grande. Não foram poucos os seminários organizados pelas entidades empresariais, como a CNI e a Fiesp, para discutir as relações capital-trabalho. No caso da Fiesp, o presidente da entidade, na época, Mario Amato, foi um dos grandes entusiastas da via negocial com os trabalhadores e do lema “negociar até a exaustão”. Interpelando os sindicalistas presentes no Seminário sobre Desenvolvimento Industrial, realizado no Palácio das Convenções do Parque do Anhembi, coordenado por Lula, Amato foi incisivo na ideia de se estabelecer a harmonia entre capital e trabalho, ao afirmar:

Eu os convido, pois, a se unirem aos empresários, para juntos começarmos um sistema novo de produção no Brasil. Sinto-me feliz por estar aqui, entre os senhores sindicalistas. Vou a qualquer outro lugar onde me quiserem ouvir e pregar essa ideia, que considero maravilhosa, de união entre o capital e o trabalho. Com o nosso trabalho, vamos endireitar o Brasil.¹⁴⁸

Esse chamado à união entre capital e trabalho, defendido por banqueiros e industriais, no país, embora fosse carregado de uma grande dose de retórica desprovida de conteúdo, acabou resultando em práticas negociais efetivas, como, por exemplo, o próprio malsucedido “entendimento nacional”, no segundo semestre de 1990, ao qual as centrais sindicais aderiram, na tentativa de encontrarem soluções para as demissões em massa e para as perdas salariais provocadas, sobretudo, pelo Plano Collor. Exemplo mais efetivo ocorreu em 1992, através das

¹⁴⁵ Mario Amato. “Novo desafio”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 23, n. 254, jun., 1990; Mario Amato. “Acabar com a quadrilha”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 23, n. 259, nov., 1990.

¹⁴⁶ Patrícia Vieira Trópia. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

¹⁴⁷ Andréia Galvão. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1996.

¹⁴⁸ Mario Amato. “As novas relações capital-trabalho (Palestra proferida no Seminário sobre Desenvolvimento Industrial, realizado no palácio das Convenções do Parque Anhembi, em 14 de agosto de 1991, promovido pela Anhembi Turismo e coordenado por Lula)”. *Revista da Indústria: nova série*, n. 1, ano 1., jan-mar. 1992, p. 12.

câmaras setoriais, em especial, do setor automotivo, quando as mesmas temáticas foram discutidas por empresários, trabalhadores e governo, visando à superação da recessão econômica.

Diante de uma situação de grave recessão no país e das pressões patronais pela negociação, é possível observar, nesse período, o surgimento do fenômeno do sindicalismo propositivo, que privilegia as “negociações dentro da ordem” – a “ação no plano institucional”, fazendo concessões ao capital e aos governos.¹⁴⁹ Galvão sustenta que, enquanto o período 1990-1992 pode ser considerado a fase de gestação do sindicalismo propositivo, a fase seguinte, 1992-1995, seria marcada pelo fortalecimento desse tipo de ação sindical.¹⁵⁰ Durante sua gestação, que coincide com os anos Collor, o sindicalismo propositivo tornou-se realidade por conta de vários fatores, entre os quais: a derrota de Lula e a vitória da proposta neoliberal nas eleições de 1989; a alteração dos estatutos da CUT – o que reforçou a posição da Articulação Sindical, tendência sindical mais moderada –; o entendimento nacional organizado pelo governo Collor, colocando, na mesa de negociação, empresários, governos e centrais sindicais; a ascensão de novas lideranças sindicais mais dispostas à negociação; o surgimento da Força Sindical, que forçou a CUT a amenizar seu radicalismo; a participação da CUT nas câmaras setoriais; e a proposta dessa central da implantação do contrato coletivo de trabalho, no qual se pretendia estabelecer um tipo de ação sindical que desse prioridade ao negociado sobre o legislado.¹⁵¹

O surgimento da Força Sindical, no cenário sindical, em 1991, teve sua importância para reforçar a via negocial e conter a influência do sindicalismo combativo no meio operário. Além de pregar a desregulamentação do mercado de trabalho e defender a privatização, isto é, fazer apologia ao neoliberalismo, essa central sindical, expressão do “sindicalismo de resultados”, em diversas ocasiões, realizou atos em defesa da política neoliberal. Em maio de 1991, a Força Sindical esforçou-se por boicotar a greve geral organizada pela CUT e CGT contra a política recessiva do governo Collor, acusando o protesto de ultrapassado e retrógrado.¹⁵²

Ao contrário dos governos antecessores, o governo Collor transformou efetivamente a política de privatizações das empresas estatais numa política de Estado, legitimando-a socialmente como meio de debelar o déficit público.¹⁵³ Através da MP 155, incluída no Plano

¹⁴⁹ Para uma análise do sindicalismo propositivo, consultar: Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil, op. cit.*; Andréia Galvão. “A CUT na encruzilhada: impacto do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”. *Ideias* (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, organizado por Armando Boito Jr.), ano 9, 2002.

¹⁵⁰ *Ibidem.*

¹⁵¹ *Ibidem.*

¹⁵² Cf. Patrícia Vieira Trópia. *Força Sindical..., op. cit.* Mais adiante, analisaremos a participação da Força Sindical nos processos de privatização ocorridos durante o governo Collor.

¹⁵³ De acordo com Velasco Jr., durante o governo Sarney, foram privatizadas 17 empresas, o que provocou a

Collor I, o governo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND), possibilitando a participação do capital estrangeiro na compra das estatais, não excluindo a possibilidade de estabelecer um limite por razões de interesse nacional e proibindo algumas empresas de serem privatizadas, como a Petrobras e as empresas de serviços postais, de telecomunicações e de transmissão de dados as quais exercessem atividades exclusivas da União. Além disso, a MP permitia o uso de títulos da dívida pública interna para aquisição de empresas.

Na tramitação no Congresso Nacional, a MP 155 sofreu algumas importantes modificações. A relatoria da matéria ficou sob a responsabilidade inicial de João Agripino (PMDB-PB), que acabou ingressando no PRN, tendo que passar a relatoria ao deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que apresentou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº. 27/90. O debate sobre a questão da política de privatização indica claramente quais forças no Congresso Nacional se opunham a um dos pilares básicos da política neoliberal (a privatização) e encontravam-se mais vinculadas aos interesses da burguesia interna e de setores das classes médias e do operariado. Os parlamentares mais alinhados à esquerda caracterizaram a proposta de privatização como uma iniciativa que iria liquidar o patrimônio público do país e entregá-lo ao capital estrangeiro. Denunciavam o caráter antinacional da proposta e alertavam ainda para seus efeitos desindustrializantes. Quando flexibilizavam o discurso contrário à privatização, procuravam defender maior controle do Congresso Nacional sobre o processo de privatização e respeito à soberania, e aos interesses nacionais na venda das empresas – o que implicava a defesa da restrição ao capital estrangeiro na compra das ações das empresas estatais a serem leiloadas. Dois pronunciamentos de deputados federais que antecederam a votação do PLV 27/90 revelam as preocupações em relação aos efeitos desnacionalizantes da política de privatização, os quais decorreriam tanto da abertura ao capital estrangeiro, quanto da incapacidade econômica das burguesias locais de competirem pela compra das empresas estatais nos leilões de privatização:

Respondam, governistas! Quais são os grupos brasileiros que, nesta hora, poderão adquirir ações de empresas estatais? [...] Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Governo Collor de Mello, como todos os governos, é temporário. Os objetivos superiores de uma nação são permanentes e perenes. É preciso apelar aos dirigentes dos partidos políticos para impedir que, neste ano de 1990, quem sabe acossados por uma crise e por um momento de opinião pública favorável, venhamos a abrir e descaracterizar, desmontar e destruir o patrimônio público deste país. Privatizar não pode significar entregar o Brasil. (Nelton Friedrich – PSDB-PR)¹⁵⁴

arrecadação de cerca de US\$ 549 milhões e a transferência de US\$ 620 milhões de dívidas ao setor privado. Ver: Licínio Velasco Jr. “Privatizações: mitos e falsas percepções”. 1999. Disponível em: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_06.pdf

¹⁵⁴ Diário do Congresso Nacional, 12 abr. 1990, p. 2301.

Como lançar um programa de privatização quando não há liquidez nem para comprar açúcar? Quem vai adquirir as ações que vão ser privatizadas? Evidentemente que essas ações só poderão ser adquiridas pelos grupos internacionais. [...]
Não estamos contra a modernidade, Sr. Presidente. Estamos contra a entrega total do País, estamos contra este roubo gigantesco que se prepara contra o Patrimônio da Nação. Defendemos antes de tudo, o povo brasileiro, que vive na fome, na miséria e no analfabetismo. (Fernando Santana – PCB-BA)¹⁵⁵

Em resposta às críticas que recebeu acerca do caráter desnacionalizante da política de privatização, o relator do PMDB sustentava que havia uma modificação feita pelo PLV, limitando a entrada de capital estrangeiro, critério não previsto pela MP: “limitamos em 33% o capital votante, 49%, a totalidade desse capital acionário nas empresas e a totalidade, até, de 90% ou 100%, dependendo de autorização legislativa.”¹⁵⁶

A resistência à política de privatização das empresas estatais foi apresentada ainda sob a forma de declaração de voto contra a MP nº. 155/90, assinada pela Frente Parlamentar Nacionalista. O documento foi apresentado pelo deputado federal Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que, em seu pronunciamento, qualificou essa MP e o PLV nº. 27/90 “como atentados à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico do País”.¹⁵⁷ No texto da declaração de voto, constavam sete itens que se prestavam a denunciar o “processo de alienação da soberania nacional” presente na MP e no PLV: 1) a conversão de títulos da dívida externa em ações e ativos das companhias estatais, o que permitiria aos bancos credores adquirirem as empresas por ¼ do valor das ações; 2) a abertura ao capital estrangeiro na compra das empresas estatais, conferindo-lhes poder de veto, tendo em vista que poderiam adquirir 49% do capital social dessas empresas; 3) a entrega das empresas estatais nas mãos da iniciativa privada sob a forma de comodato; 4) a delegação de poderes ilimitados à comissão diretora do programa de privatizações; 5) a concessão de serviços públicos privativos de Estado às empresas que adquirissem as estatais; 6) o afrouxamento do processo legislativo que previa o exame das privatizações caso a caso; 7) a criação do gestor das privatizações, que seria escolhido pelo presidente da República e receberia cerca de US\$ 60 milhões de remuneração.

Observamos que há diferenças entre o total de assinaturas do documento apresentado antes da votação da matéria, como tática de interpelar os congressistas, e o total de assinaturas entregues depois da votação, para cumprir o protocolo regimental (ver tabela 2). No entanto, consideramos que, de modo algum, essa diferença – decorrente da ausência das assinaturas de

¹⁵⁵ Diário do Congresso Nacional, 12 abr. 1990, p. 2304-2305.

¹⁵⁶ Diário do Congresso Nacional, 12 abr. 1990, p. 2313.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

vários parlamentares que haviam se pronunciado contra a MP e o PLV – anula a presença significativa de parlamentares que eram contrários à política de privatização por seu caráter antinacional, já que a entrega do documento, após a votação, era meramente protocolar. Na votação em si, houve uma ampliação, ainda que pouco representativa, do número de parlamentares contrários ao PLV, mas é difícil avaliar se, entre os favoráveis ao projeto de lei de conversão, havia parlamentares inclinados a aprovar a MP encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional. Chamamos a atenção, aqui, para o significado do apoio concedido ao governo, visto que a bancada parlamentar mais alinhada ao governo procurou valer-se da tática de apoiar a aprovação do PLV, em vez de correr o risco de encaminhar a votação da MP. Diante de um PLV que previa restrições à participação de capital estrangeiro nos processos de privatização e conferia maior controle sobre esses processos ao Congresso Nacional, a coalizão governamental teria sido constrangida a optar pela zona de menor tensão com os interesses representados no Legislativo, contando ainda com a possibilidade de o presidente da República vetar alguns dispositivos no texto final aprovado. No nosso entendimento, essa votação indica o caráter heterogêneo das forças de oposição ao governo presentes no Congresso Nacional, sobretudo, em sua relação com o capital estrangeiro. Enquanto alguns parlamentares posicionaram-se contra a proposta desnacionalizante de privatização do governo federal, outros concordaram com o texto do PLV – que, diferentemente do texto original da MP, restringia a participação de capital estrangeiro na compra das estatais e colocava tal processo de privatização sob controle do Congresso Nacional –, sustentando, assim, uma posição típica de burguesia interna. Além disso, dada a fragilidade dos partidos políticos no país e a situação de instabilidade hegemônica, é interessante perceber como o posicionamento diante dos aspectos centrais da política neoliberal – o polêmico ponto das privatizações – ultrapassava as fronteiras de cada partido tomado individualmente, abrindo espaço para a formação de frentes parlamentares.

Tabela 2 – Votação nominal da MP 155/90 por partidos e parlamentares de oposição ao governo

Partidos	1ª. declaração de voto contra a MP 155.		2ª. declaração de voto contra a MP 155.	
	Deputados federais	Senadores	Deputados federais	Senadores
PDT	20	2	12	0
PMDB	18	4	13*	4
PT	15	0	10	0
PSDB	10	0	9**	0
PCdoB	6	0	5	0
PSB	6	2	4	2
PCB	3	0	2	0
PRP	1	0	1	0
PMN	1	0	1	0
TOTAL	80	8	57	6

Esta tabela foi elaborada com base nos dados do Diário do Congresso Nacional.

* Nesse caso, sete deputados deixaram de assinar a segunda declaração, e dois novos nomes passaram a integrar a lista de assinaturas.

** Nesse caso, dois deputados deixaram de assinar a segunda declaração, e um novo nome passou a integrar a lista de assinaturas.

Do total de 452 parlamentares presentes na 27ª. Sessão Conjunta, em 10 de abril de 1990, para a votação do PLV, 354 votaram favoráveis à matéria, 95 foram contrários e dois se abstiveram. Entre as lideranças das bancadas, PSDB, PMDB, PDS, PFL, PDC, PST, PSC e PRN recomendaram o voto “sim”; os demais partidos, PCdoB, PDT, PT, PCB e PSB recomendaram o voto “não”. A seguir, apresentamos o quadro de votação do PLV, procurando averiguar sua porcentagem em relação ao número total de parlamentares votantes de cada partido e o grau de indisciplina partidária.

Tabela 3 – Votação nominal do PLV n°. 27/90 e indisciplina partidária

Partido	Número total de votantes presentes na sessão	Número de votos favoráveis ao PLV	Indisciplina partidária em relação à indicação do líder de bancada
PMDB*	136	120**	11,76%
PFL*	87	85	2,29%
PSDB	54	39	38,46%
PDT***	28	0	0,00%
PDS	28	28	0,00%
PTB	24	24	0,00%
PRN	23	23	0,00%
PT	17	0	0,00%
PDC	15	0	0,00%
PL	13	11	15,38%
PSB	7	0	0,00%
PCdoB	6	0	0,00%
PCB	3	0	0,00%
PST	3	0	0,00%
PRP	1	0	Não se aplica
PCN, PLP, PPB, PSC, PSD, PTR****	1	1	Não se aplica

Este quadro foi elaborado com base em dados do Diário do Congresso Nacional.

* Um deputado se absteve na votação.

** A despeito de constar o nome do Adroaldo Streck (PDT-RS) na lista de votantes, não há nenhuma indicação do voto dele.

*** Acrescentamos aqui o voto de Luiz Soyer (PMDB-GO), que solicitou à mesa a inclusão de seu voto após o anúncio do resultado da votação.

**** Corresponde a um voto de cada partido, o que significa que a PLV contou com mais seis votos.

Os dados da tabela acima indicam que partidos com três ou mais votantes, como PDT, PT, PSB, PCdoB, PCB eram integralmente refratários ao Projeto de Lei de Conversão, assim como à MP. Cabe ressaltar, aqui, que parcela significativa do PSDB (15 deputados) se somou a essa frente partidária. Proporcionalmente, em menor medida, entrevemos que, no próprio PMDB, havia insatisfações em relação ao PLV, já que 15 deputados votaram contra o projeto. Na divisão por estados, chama-nos a atenção a quantidade de deputados do estado do Rio de Janeiro que

votaram contra o PLV: 20 de um total de 44, correspondendo a um total de 45,45% dos votos. No Senado, após a vitória com folga da proposta do relator na Câmara Federal, sucedeu-se apenas a votação simbólica.

Observamos que, nas votações das emendas ao PLV, a de nº. 28, proposta pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), foi a única a ser encaminhada sob o regime de votação nominal. A proposta desse deputado era a de transferir ao Congresso Nacional o poder de autorizar a privatização das empresas criadas por lei: “Toda e qualquer alienação de ações que implique perda do controle acionário de empresas por parte da União, somente poderá ser efetuada com prévia autorização do Congresso Nacional”. A polêmica emenda propunha-se a limitar o poder do Executivo no processo de privatização. Tal emenda também foi derrotada, por 309 votos contrários, 99 favoráveis e três abstenções. Com um número de votantes inferior ao da votação do PLV, precisamente 41 a menos, o interessante é observar que a adesão à proposta da oposição foi ampliada, tendo recebido apoio de 18 deputados do PSDB e de 22 deputados do PMDB – lembrando que, na votação anterior, 15 deputados de cada um desses partidos haviam sido contrários ao PLV. Tais dados demonstram as dificuldades da oposição de frear as iniciativas do governo; ao mesmo tempo, indicam que partidos como PMDB e PSDB, cujos deputados em sua grande maioria apoiaram as propostas do governo, possuíam setores que compunham alianças com a oposição em várias votações.

A despeito das derrotas da oposição nas votações supracitadas, acerca da política de privatização, a análise do PLV aprovado no Congresso Nacional e o veto parcial do presidente Collor nos permitem entrever como a burguesia interna, com o apoio de representantes das classes médias e do operariado, procuraram neutralizar alguns dos pontos que imprimiam à venda das empresas estatais uma lógica de desnacionalização e de entrega de tais empresas ao grande capital monopolista internacional. Concordamos com Almeida e Moya quando afirmam que o Congresso Nacional não impediu a consecução do processo de privatização no Brasil, mas também não deixou de influir na definição de seu marco institucional.¹⁵⁸ Vejamos alguns pontos essenciais, transformados em lei ou rejeitados:

a) **Ampliação do escopo de empresas não privatizáveis:** o PLV ampliou a lista de empresas não privatizáveis previstas no texto original. Faziam parte dessa nova lista: o Banco do Brasil, instituições financeiras de caráter regional (Banco da Amazônia), o Instituto de Resseguro do Brasil e empresas de setores considerados estratégicos.

¹⁵⁸ Maria Hermínia Tavares de Almeida e Mauricio Moya. “A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 34, 1997.

b) **Restrição à participação do capital estrangeiro nos processos de privatização:** o texto original da MP não estabelecia de maneira objetiva nenhum limite, preferindo fazer alusão à ideia de que a venda da empresa estatal não poderia implicar dano aos interesses nacionais. Já o PLV aprovado passou a permitir ao Congresso Nacional suspender a privatização de qualquer estatal, por meio de decreto legislativo (art. 12º.). Embora esse artigo tenha sido vetado pelo presidente da República, é importante observar que o PLV passou a limitar em 40% do capital votante a participação do capital estrangeiro na compra das estatais, criando, assim, um critério mais objetivo – que, inclusive, não foi vetado pelo Presidente da República.¹⁵⁹ Vale lembrar, aqui, que o primeiro relator da MP, filiado ao PMDB, chegou a afirmar a importância de criar limites para a entrada de capital estrangeiro no país, a fim de se evitar a internacionalização da economia brasileira.

c) **Imposição de limites à concentração de capitais na aquisição das empresas estatais:** o artigo 11º., alínea j, do PLV previa que a alienação das ações das empresas privatizadas deveria vir acompanhada da “elaboração de plano de pulverização de ações” ou de “apresentação de justificativa de sua inviabilidade”. Tal dispositivo, caso fosse aprovado, criaria dificuldades para as grandes empresas adquirirem o monopólio exclusivo das empresas estatais. O presidente Collor vetou esse dispositivo, alegando que era favorável à democratização do capital, mas sustentando que o referido plano de pulverização das ações seria contrário ao “espírito do Programa [Nacional de Desestatização]” por impor “uma restrição permanente e, em alguns casos, inviável, à venda das ações, retardando, desnecessariamente, o processo de desestatização e desvalorizando, compulsoriamente, o patrimônio público”. É curioso observar esse argumento de valorização do patrimônio público, quando as ações das empresas estatais vendidas no governo Collor foram subvalorizadas graças ao uso das moedas podres.¹⁶⁰

d) **Morosidade e celeridade nos processos de privatização:** além do dispositivo acima mencionado, o PLV continha outros mecanismos que poderiam produzir o efeito de tornar moroso o processo de privatização, confrontando, assim, a lógica de reduzir a predominância do Estado no controle das grandes empresas. Os vetos dos incisos II e III do artigo 13º. e do artigo 14º. do PLV indicam claramente a necessidade de que o governo desse “celeridade” às privatizações e atendesse tais interesses. O inciso II do artigo 13º. do PLV determinava que o processo de alienação das empresas deveria ser precedido por auditoria a ser realizada pela Caixa

¹⁵⁹ Durante o primeiro governo FHC, esse percentual foi alterado, permitindo ao capital estrangeiro ter acesso a 100% do capital votante das empresas privatizadas.

¹⁶⁰ Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Econômica Federal (CEF). Em suas justificativas para o veto, Collor apontava a necessidade de que a auditoria fosse realizada por empresa contratada por meio de licitação, uma vez que uma auditoria realizada por empresa do setor público, como a CEF, poderia tornar o processo menos transparente, comprometendo, assim, a sua lisura e o cumprimento de normas estabelecidas. Aqui, o governo operava com o argumento neoliberal acerca do caráter pouco eficiente e fisiológico da máquina pública, para legitimar, inclusive, a privatização da auditoria das empresas estatais a serem privatizadas. No que se refere ao inciso III do artigo 13º., o PLV determinava que o preço mínimo das ações ou dos ativos das empresas a serem privatizadas seriam estabelecidos por avaliação elaborada pela CEF. Nesse caso, o discurso da transparência foi retomado e vinculado à tese de que a finalidade da CEF não seria fazer laudos de questões que exigissem conhecimento técnico especializado. Por fim, o artigo 14º., que estabelecia que as vendas das estatais ocorreriam sempre sob a forma de pagamento à vista, com exceção dos casos em que as ações das empresas fossem compradas por seus empregados. A razão do veto desse artigo foi expressa na passagem a seguir, indicativa de que o pagamento à vista não era sinônimo de celeridade – o que implica dizer que não havia tanta urgência para eliminar a suposta causa da recessão, isto é, o déficit público:

A obrigatoriedade da venda à vista constitui limitação exagerada ao Programa Nacional de Desestatização, podendo, até mesmo, inviabilizar algumas alienações – desejáveis do ponto de vista do objetivo do Programa –, em momentos de aperto da liquidez da economia. Sob tal aspecto, a limitação em foco fortaleceria a posição do capital estrangeiro, que não sofre o aperto da liquidez interna, tendo, portanto, melhores condições para realizar operações à vista.¹⁶¹

e) **Controle do Congresso sobre o processo de privatização:** embora tenha vetado o artigo 12º. do PLV, que delegava ao Congresso Nacional o poder de excluir empresas do edital de privatização, Collor acabou mantendo o texto do artigo 5º. do PLV, que estabelecia que o Congresso Nacional ficaria incumbido de aprovar os nomes da Comissão Diretora do PND indicados pelo Presidente da República. No entanto, vale ressaltar, ele vetou o parágrafo 1º. do artigo 5º., que indicava que a Comissão Diretora seria formada pelos seguintes membros: “a) um presidente; b) um representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; c) um representante da Confederação Nacional da Indústria; d) um representante das confederações gerais dos trabalhadores”. Em seu lugar, nada colocou, apenas mencionou que a Comissão deveria abranger especialistas no tema, como previsto no texto original da MP, e não poderia

¹⁶¹ Fernando Collor de Mello. *Mensagem n. 364 da Presidência da República ao Senado Federal*, 12 abr. 1990, pp. 6-7.

excluir também representantes dos ministérios da Infraestrutura e do Trabalho e da Previdência Social. No final das contas, Collor deixou a composição da Comissão Diretora sem uma definição específica de membros, ampliando os poderes do Executivo para determinar o número e os nomes daqueles que considerasse mais convenientes para realizar a política de privatização. Vale observar, ainda, que o Presidente da República também interditou a possibilidade de representantes da burguesia industrial e dos trabalhadores participarem da Comissão. Pode-se questionar o papel efetivo que tais representantes poderiam ter nessa Comissão. No entanto, salientamos que a presença de tais membros na composição poderia acarretar processos de negociação delicados, ainda mais numa conjuntura de recessão econômica. Isso fez com que Collor optasse por despolitizar a composição da Comissão e por dar primazia ao seu arbítrio na escolha dos membros e na definição de seu tamanho.

Enfim, a tentativa de transferir o controle dos processos de privatização para o Congresso Nacional pode ser considerada um meio encontrado pela burguesia interna, com o apoio de representantes de parcelas das classes médias e do operariado, para conter o avanço das próprias privatizações, sem, contudo, entrar em guerra direta com os maiores interessados na venda das estatais. A ampliação do número de empresas não privatizáveis, a tentativa de limitar a concentração de poderes do Executivo no processo de implementação das privatizações, a imposição de limites à participação do capital estrangeiro e ao processo de concentração de capitais, e os mecanismos constituídos para retardar a execução do processo de privatização são indicadores importantes da tentativa da burguesia interna de resistir, mesmo que de maneira pontual e seletiva, à ofensiva imperialista. Observamos, ademais, que o Collor teve que recorrer à instituição do veto para neutralizar essas resistências no Congresso Nacional.

A política de privatização adquiriu sua forma institucional por meio da Lei nº. 8.031, de 12 de abril de 1990, mas tal política só veio a ser implementada, com efeito, um ano depois. As empresas privatizadas pelo governo Collor estavam fundamentalmente ligadas ao setor de siderurgia, petroquímica e produção de fertilizantes. No período 1991-1992, foram privatizadas 18 empresas estatais, arrecadando-se cerca de US\$ 4 bilhões com as vendas das empresas, entre as quais, destacamos as seguintes: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) – 36,9% do montante total; Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) – 19,7%; Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita) – 11,5%; Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – 8,6%; Petroflex Indústria e Comércio S.A. (Petroflex) – 5,8%. A arrecadação das demais empresas privatizadas fez individualmente um valor muito reduzido, não chegando a ultrapassar 2,6% do montante

total da receita das vendas.¹⁶²

Se é verdade que, com apenas a venda de uma única empresa, a Usiminas, a política de privatização do governo Collor conseguiu arrecadar um valor superior ao de todas as privatizações realizadas ao longo dos anos 1980, indicando, com isso, que um primeiro passo importante havia sido dado para o processo de reconfiguração da política estatal, vale salientar que o programa de privatizações realizado por esse governo, tomado de maneira isolada, esteve muito aquém de possibilitar o pagamento do déficit público e de conter as pressões do capital imperialista pela abertura da economia brasileira.

Como a Lei nº. 8.031/90 permitia aos compradores adquirir ações das empresas estatais sem usar a moeda corrente, o Cruzeiro, foi ampla a utilização das chamadas “moedas podres” na compra das empresas (ver tabela abaixo). Isto é, as empresas estatais foram negociadas por Collor a partir de títulos públicos oriundos de dívidas não honradas pelo governo, o que significa que as empresas passavam a ser adquiridas pela metade do preço que valiam.¹⁶³ A propósito, citamos a análise de Cano:

os problemas com as “moedas podres” são de duas ordens: a escolha arbitrária (e inconstitucional) de *quais delas* podiam ser aceitas nos leilões e o fato de que, embora valessem no mercado secundário algo como 45% de seu valor nominal, foram aceitas por seu valor integral (salvo os da dívida externa, que tiveram deságio de 25%), proporcionando ganhos extraordinários para seus vendedores (que se livravam do “mico”) e compradores (que compravam ativos pagando cerca da metade do seu valor).¹⁶⁴

¹⁶² BNDES. Relatórios Anuais 1991-1992 *Apud*: Monica Piccolo Almeida. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niterói, Tese de Doutorado em História (UFF), 2010.

¹⁶³ Cf. Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (6. reimp.). São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1999.

¹⁶⁴ Wilson Cano. “Brasil: o sonho acabou?” In: *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, Ed. Unesp, 2000, p. 254.

Tabela 4 - Moedas utilizadas nas privatizações por ano:

Moeda	1991	1992
Debêntures da Siderbrás	38,00%	19,20%
Certificados de privatização	21,00%	27,30%
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento	17,00%	14,00%
Dívidas vencidas e renegociadas	14,00%	25,50%
Títulos da Dívida Agrária	5,00%	8,40%
Títulos da Dívida Externa	2,00%	1,70%
Cruzados Novos	1,00%	0,30%
Cruzeiro (moeda corrente)	2,00%	1,00%
Letras Hipotecárias da CEF	-----	2,60%

Tabela criada com base nos dados disponíveis em: BNDES. Relatórios de Atividades 1991-1992 *Apud*: Monica Piccolo Almeida. *Reformas neoliberais no Brasil, op. cit.*

Dada a grande amplitude do uso de “moedas podres” na compra das estatais durante o governo Collor, é possível concluir, em concordância com a análise de Almeida, que, nesse momento da história brasileira, **“a privatização não pode ser considerada como elemento-chave para o saneamento das contas públicas”**¹⁶⁵.

No tocante ao capital estrangeiro, observamos reduzida participação na aquisição das empresas estatais no início dos anos 1990. Nessa conjuntura, os investimentos de capital estrangeiro foram destinados a apenas nove das 18 empresas privatizadas, atingindo o valor de US\$ 174 milhões – ou 4% do valor arrecadado pela União.¹⁶⁶ Ao menos três fatores explicam esse fenômeno: a) as restrições legais criadas para a participação de capital estrangeiro no Programa Nacional de Desestatização, as quais estavam ligadas às resistências de certas frações da burguesia à entrada de capital estrangeiro no país, e foram efetivadas pelo Congresso Nacional; b) a recessão pela qual passou a economia brasileira durante os anos Collor, o que desestimulou a aplicação de capital estrangeiro em face do grande risco que esse capital forâneo correria; c) a própria tendência de concentração de capitais nos países da tríade e de escassez de liquidez na economia mundial, nesse contexto histórico – como já foi indicado neste capítulo.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Monica Piccolo Almeida. *Reformas neoliberais no Brasil, op. cit.*, p. 291.

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ De acordo com Chesnais, a mundialização do capital, ocorrida nas últimas décadas, acarretou um forte processo de concentração dos Investimentos Diretos Externos (IDE) na tríade composta por EUA, Japão e Europa, o que tem fomentado: a formação de oligopólios mundiais, mas também a rivalidade entre eles; a tendência à marginalização dos países em desenvolvimento, que assistem a um recuo da emissão de IDEs e de tecnologias a

Quando comparada aos governos sucessores, consideramos que a política de privatização implementada pelo governo Collor esteve longe de sintonizar-se plenamente com os interesses do capital financeiro internacional. Em termos de arrecadação com a venda das estatais, o governo Collor encontra-se numa posição inferior ao seu sucessor direto, o governo Itamar. Em comparação ao governo FHC, não só o montante do valor arrecadado é bastante inferior, como também dois elementos principais contrastam com a política de privatização do governo Collor: o predomínio do capital estrangeiro e a utilização de moeda corrente.¹⁶⁸ Isso nos leva a observar que, na política de privatização do governo Collor, os interesses imperialistas estavam distantes de ser contemplados de maneira satisfatória como vieram a ser pelo governo FHC. Na tabela abaixo, é nítida a diferença da participação do capital estrangeiro e das empresas nacionais no processo de privatização, em duas conjunturas distintas.

Tabela 5 - Participação do capital estrangeiro e das empresas nacionais na compra de empresas estatais no Brasil:

Tipo de investidor	Receita de vendas (em US\$ milhões)	%	Receita de vendas (em US\$ milhões)	%
Investidor estrangeiro	398	5	41737	53
Empresas nacionais	3116	36	20777	26
	1990-1994		1995-2002	

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil (1990-1994 e 1995-2002). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/Priv_Gov.PDF

Ainda sobre o processo de privatização, observamos que a política adotada pelo governo Collor dividiu o movimento sindical. CUT e Força Sindical trilharam caminhos opostos. Como já dissemos, no início dos anos 1990, a CUT começou a abandonar a linha de ação sindical combativa (de confronto), passando a aderir à linha propositiva (de negociação). Com isso, essa central sindical começava a abrir a possibilidade de negociar com os empresários e governos neoliberais. No entanto, no caso específico da política de privatização, ao longo de todo o

partir dos anos 1980; reduzidas taxas de crescimento econômico; aumento do desemprego estrutural e da concentração de renda e emergência de vários choques monetários e financeiros. Ver: François Chesnais. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

¹⁶⁸ Monica Piccolo Almeida. *Reformas neoliberais no Brasil, op. cit.*

governo Collor, a CUT atuou contrariamente às privatizações dos setores siderúrgicos e petroquímico, vindo a participar, inclusive, do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), em 1991, a organizar o Comitê de Defesa das Estatais da Baixada Santista, a promover campanhas nacionais para coletar assinaturas contra as privatizações, a organizar atos de protesto contra as privatizações, nas bolsas de valores nas quais os leilões eram realizados – embora esses atos de protesto tenham contado com um número muito reduzido de participantes.¹⁶⁹

No caso da Força Sindical, observamos um apoio ativo às privatizações. Como salienta Trópia, a Força Sindical não só aderiu à política de desregulamentação do mercado de trabalho, como deu um apoio decisivo às privatizações realizadas durante o governo Collor, em especial, da Usiminas e da Acesita.¹⁷⁰ As lideranças da Força Sindical exerceram um papel importante no processo de legitimação das privatizações, pois, ao difundir o “mito do trabalhador investidor”, incentivavam os trabalhadores a participar nos clubes de investimentos das empresas privatizadas. Essa adesão da Força Sindical à política de privatização evidenciou que “o apoio popular ao neoliberalismo não poderia ser desconsiderado”.¹⁷¹

Tendo em vista que a queda das alíquotas de importação foi pouco significativa no governo Sarney, passando de uma média de 45%, em 1988, para 41%, em 1989, podemos considerar que o processo de liberalização comercial ocorreu efetivamente apenas no governo Collor, resultando na redução da alíquota de importação para 32,2%, em 1990; 25,3%, em 1991; e 21,2%, em 1992.¹⁷² O importante, aqui, é observar o lugar ocupado por essa política de abertura comercial na trajetória da economia brasileira, nos primeiros anos da década de 1990. Como já sublinhamos, nessa conjuntura, o país enfrentava as pressões do capital financeiro internacional pela implementação da política neoliberal, com vistas a sanar o problema do déficit público, considerado a causa principal da crise econômica. O imperialismo estadunidense insistiu, inclusive, com ameaças, para que os governos brasileiros abandonassem as políticas de protecionismo comercial, em especial, as voltadas ao setor de informática, sob a alegação de que uma economia só se tornaria competitiva e moderna se aderisse à onda do que chamamos aqui de contrarreformas neoliberais.

Ao mesmo tempo que sofria essas pressões do imperialismo e do capital financeiro

¹⁶⁹ Cf. Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, op. cit., pp. 175-176.

¹⁷⁰ Patrícia Vieira Trópia. *Força Sindical...*, op. cit.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 54.

¹⁷² Cf. Simão Davi Silber. “Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento”, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/simao.pdf>.

internacional pela abertura da economia, o país passava por um processo crônico de hiperinflação e forte recessão econômica. Além disso, o governo Collor, nas duas edições de seu plano de estabilização, valeu-se da política de congelamento de preços. No caso do Plano Collor II, editado no início de 1991, a perspectiva era a de que o congelamento de preços fosse aprovado por tempo indeterminado. Isso dificultava sobremaneira a possibilidade de que os industriais repassassem os óbices da recessão e da inflação aos preços das mercadorias, o que levou os setores organizados da indústria a criticarem essa política.

Cabe ressaltar que uma das emendas aprovadas e incorporada ao PLV nº. 6/91 do Plano Collor II estabelecia que a concessão de recursos nacionais aos bancos de financiamento estava restrita às empresas nacionais, excluindo-se daí o capital estrangeiro. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ); recebeu o apoio dos líderes de bancada dos seguintes partidos na Câmara Federal: PDT, PT, PSDB, PCdoB, PSB, PCB e PMDB; sendo aí aprovada por 198 a 169 votos e, no Senado, por 31 a 23 votos.¹⁷³ Tal votação revela as dificuldades do governo federal em implementar o neoliberalismo no Brasil e indica claramente a natureza das resistências a essa política no Congresso Nacional, uma vez que, mesmo de maneira pontual, procurava reservar a destinação de recursos públicos para o financiamento de empresas nacionais.

O Plano Collor II também era visto como resquício indelével do intervencionismo estatal e ainda como instrumento que havia sido aplicado em outros planos de estabilização, ao longo dos anos 1980, mas que efetivamente não lograra resolver o problema inflacionário. Somando-se a isso as pressões do movimento sindical pela reposição das perdas salariais e a ausência de um efetivo parque industrial no país, podemos concluir que a adoção da política de abertura comercial só poderia ter como consequência a ampliação dos efeitos da recessão para a economia nacional.

Numa conjuntura adversa como essa, os industriais procuraram preservar seus negócios, valendo-se da tomada de algumas iniciativas, como: a) a luta pela desindexação salarial e a difusão da prática da livre negociação nas relações com os trabalhadores – o que os levou a participarem das câmaras tripartites e apresentarem-se como um dos principais incentivadores delas durante o governo Collor; b) a realização de um verdadeiro programa de demissões em massa como meio de atenuar os efeitos da folha de pagamento de suas empresas sobre seus rendimentos; c) a defesa intransigente de uma política de abertura gradual da economia brasileira.

¹⁷³ Extraímos esses dados da pesquisa de Otávio Piva. *Presidencialismo de coalizão...*, *op. cit.*

Quanto a essa última iniciativa, observamos que, na cartilha neoliberal publicada pela Fiesp, intitulada *Livre para crescer*, embora a burguesia industrial paulista adotasse como lema as políticas de “liberalização, desregulamentação e privatização”, no que se refere à abertura econômica, seu posicionamento foi favorável à execução de uma política de abertura gradual às mercadorias e capitais estrangeiros:

A abertura ao exterior, entendida aqui como um processo gradual de liberalização do setor externo da economia brasileira aos fluxos de comércio e de capitais, tem o objetivo de criar um ambiente competitivo que possibilite uma alocação melhor de recursos entre setores, com um mínimo de distorções.¹⁷⁴

Ou ainda:

A desmontagem de tal aparato de controle dos fluxos comerciais é uma tarefa urgente e de alta relevância para a recuperação econômica e o crescimento na próxima década: uma reforma desse tipo relançaria a economia brasileira na economia mundial e criaria as condições para o aumento da produtividade interna e a expansão dos investimentos. Mas existe um *timing* correto para a tomada dessas medidas para que elas representem um conjunto consistente e não errático de sinais para a alocação de recursos.¹⁷⁵

Observando-se o impacto da política de abertura comercial do governo Collor sobre as indústrias brasileiras, é possível entrever que o que estava em jogo não era apenas o *timing* da abertura, como sugere o documento da Fiesp, mas também a relação de dependência de setores da indústria em relação às mercadorias importadas de alto valor agregado. Ao analisar, nas publicações da Fiesp e CNI, as declarações dos diferentes segmentos industriais, chamou-nos a atenção o fato de que os setores mais voltados para o mercado interno tenderam a ser contrários à abertura comercial, o mesmo ocorrendo com os setores de produção de mercadorias de alta tecnologia. Posicionamento diferente foi adotado pelos segmentos industriais que têm sua produção alicerçada no mercado externo, ou então, que são fortemente dependentes de mercadorias de alto valor agregado. Esses setores tenderam a fazer uma defesa da abertura comercial. Isso significa que a relação com o mercado externo ou interno e de dependência ou autonomia quanto aos produtos de alta tecnologia pode levar – como de fato levou – os industriais a serem mais ou menos reticentes em relação à política de abertura comercial.¹⁷⁶

No caso da CNI, é interessante observar a propaganda que a entidade encabeçou em defesa da abertura comercial. No nosso entender, o discurso empregado parecia indicar mais o temor dos industriais de se isolarem da onda neoliberal do que a possibilidade de tirar proveito

¹⁷⁴ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. *Livre para crescer*. São Paulo, Cultura, 1990, p. 131.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 132.

¹⁷⁶ Bianchi também aborda essas complexas relações do empresariado industrial com a abertura comercial. Ver: Alvaro Bianchi. *Ministério dos industriais:..., op. cit.*

efetivo dessa política:

Que venham os gringos.

Venham de onde vierem eles aqui encontrarão um povo que recebe bem e que sabe o que é bom.

Porque já nos acostumamos a conviver com produtos da mais alta qualidade, fabricados por nossa gente. Não é por acaso que nossos sapatos vão para a Europa, nossos carros e aviões para a América do Norte e nossa construção está na América Latina, África e Oriente Médio. Cheguem de onde chegarem, eles aqui encontrarão mais de 200 mil indústrias, que fabricam o nosso desenvolvimento e colocam este país continente entre as 10 maiores economias do mundo, empregando milhões de brasileiros.

Que venham os gringos.

Nossa indústria aceita o desafio.¹⁷⁷

Além disso, ressaltamos que o impacto da política de abertura comercial sobre a indústria no país, durante os anos Collor, foi desigual. Como nos lembra Bianchi, após dois anos de execução dessa política, já era possível analisar seus efeitos:

A análise setorial permite ver a dimensão da retração industrial. Com exceção dos setores de produtos alimentares, bebidas, fumo, perfumaria e da extrativa mineral, todos os demais viram sua produção cair. As quedas mais acentuadas foram registradas nas indústrias mecânica, de plásticos, do vestuário, de material elétrico e da metalurgia, justamente as mais afetadas, em um primeiro momento, pela abertura das importações.¹⁷⁸

Nesse sentido, sustentamos que, embora a propaganda neoliberal, difundida pelo governo e por empresários, afirmasse que a abertura comercial levaria o país a ingressar numa economia de mercado competitiva, seus efeitos mais imediatos foram os de produzirem a queda da produção de segmentos inteiros da indústria brasileira e de aprofundar tanto a recessão econômica como o caráter dependente da economia brasileira diante dos países imperialistas.

Os industriais também fizeram uso de uma tática defensiva para conter os efeitos perversos da abertura comercial sem precisar confrontá-la diretamente, seja sustentando a redução dos impostos e interpelando os trabalhadores para a defesa dessa bandeira – ao denunciar os excessivos encargos contratuais, o presidente da CNI, Albano Franco, chegou a afirmar que: “Temos de reduzir encargos, elevar salários e melhorar benefícios. Hoje, a maioria dos recursos se perde nas 'burocracias dos benefícios'. O trabalhador não está interessado nisso. Ele quer mais dinheiro no bolso e isso é justo” –;¹⁷⁹ seja sustentando que seriam necessárias duas correções na abertura comercial para que se promovesse a competitividade: “a retirada dos impostos do

¹⁷⁷ Ver: *Revista Indústria e Produtividade*, contracapa das edições 259 e 260, nov. e dez. 1990, texto assinado pelas seguintes entidades: CNI, SENAI, SESI e Instituto Eivaldo Lodi.

¹⁷⁸ Alvaro Bianchi. *Ministério dos industriais:...*, *op. cit.*, p. 244-245.

¹⁷⁹ Albano Franco. “Os salários brasileiros são injustos”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 24, n. 267, jul. 1991, p. 3.

processo produtivo e o fim dos impostos em cascata, tipo Finsocial e PIS”;¹⁸⁰ seja defendendo a ideia de que a alta tributação seria sinônimo de sonegação – o que levou o então vice-presidente da CNI e deputado federal pelo PL (ES), Jones Santos Neves, ao despautério de afirmar que: “A campanha pela redução do tributo é, simultaneamente, uma campanha pela valorização do caráter”.¹⁸¹ Declarações como esta denotam que, dada a dificuldade de confrontar abertamente a política de abertura comercial de interesse do imperialismo, implementada pelo governo Collor, a burguesia industrial procurou criar subterfúgios de sobrevivência, lançando-se na busca pela redução dos impostos e, ao mesmo tempo, interpelando os trabalhadores para juntarem-se nessa luta que, supostamente, seria universal e que poderia contemplar igualmente os interesses de todos.

No caso dos banqueiros, a questão da abertura comercial restringiu-se praticamente ao debate sobre a reserva de mercado na área de informática, uma vez que a automação bancária era um dos temas centrais que vinham sendo discutidos pelos bancos na referida conjuntura. Em certa medida, a reserva de mercado beneficiou os conglomerados financeiros que controlavam algumas das maiores empresas nacionais do setor. No entanto, a política demandada pela Febraban foi de exigir o fim da reserva de mercado, considerada o verdadeiro obstáculo para a automação bancária. Para os banqueiros, essa reserva de mercado gerava distorções que “resultaram em serviços de altos custos, pouco eficientes e de baixa qualidade, que não permitem aos bancos atuar como um melhor nível de presteza e qualidade”¹⁸². Enfim, a reserva de mercado teria que ser extinta por não conseguir garantir o trinômio de ouro: “tecnologia, preço e qualidade”. Mesmo nesse segmento, é possível observar que a política de reserva de mercado não era tão consensual como se poderia crer, gerando divisões entre aqueles que possuíam investimentos no setor de informática e aqueles que vinham implantando um processo avançado de automação bancária, como era o caso dos grandes bancos nacionais, representados pela Febraban.

No tocante ao movimento sindical, a questão da abertura comercial não foi confrontada diretamente, tendo sido debatida a partir de seus efeitos. Isso significa que o sindicalismo brasileiro, na conjuntura em questão, não se mobilizou contra a abertura comercial, preferindo, realizar atos e protestos contra o desemprego e a demissão em massa ou contra a política

¹⁸⁰ Ver: Jorge Gerdau Johannpeter. “É preciso ter pressa (Entrevista)”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 25, n. 274, set.-nov., 1992, p. 5.

¹⁸¹ Jones Santos Neves. “Tributo e caráter”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 24, n. 267, jul., 1991, p. 11.

¹⁸² Ver: Informativo FEBRABAN/FENABAN, dezembro de 1990 *Apud*: Ary Cesar Minella. “Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90”, *op. cit.*, p. 88.

recessiva do governo Collor, em 1990, chegando até mesmo a organizar uma greve geral, em 1991.¹⁸³ Até mesmo as organizações dos trabalhadores mais combativas foram conduzidas a aceitar passivamente a política governamental e a descurar da crítica às causas da recessão econômica, do desemprego, do arrocho salarial e de outros efeitos que o neoliberalismo implementado por Collor produziu em suas primeiras investidas. No caso da abertura comercial, em particular, o movimento sindical adotou um comportamento subordinado às posições tomadas pelos industriais. Tal fenômeno pode ser um indicador das dificuldades encontradas pelo movimento sindical para questionar a dominação ideológica tradicionalmente exercida pelos setores ligados à atividade produtiva.

Diante do fracasso em conter a inflação, do quadro de recessão econômica e das dificuldades políticas do governo em implantar as bases institucionais e políticas do neoliberalismo, o presidente Collor e sua equipe econômica tentaram dar seu último importante suspiro ao apresentarem ao Congresso Nacional, em meados do segundo semestre de 1991, o Programa de Saneamento Financeiro e de Ajuste Fiscal, popularmente conhecido como Emendão. Esse programa foi formulado por meio do Projeto de Emenda Constitucional nº. 51/91. Totalmente fundamentada nos princípios neoliberais, essa foi uma das últimas iniciativas de maior alcance adotada pelo governo Collor de agradar os interesses imperialistas e do grande capital em geral e aplicar, à risca, um conjunto de medidas que lhes eram bastante favoráveis. Entre as principais medidas, destacamos as seguintes: a) a supressão temporária do dispositivo constitucional que estabelecia o limite de 12% aos juros cobrados nos empréstimos bancários e aplicações financeiras – isso contemplava uma demanda dos banqueiros que exigiam o mínimo de regulação no sistema financeiro nacional; b) a vinculação da aposentadoria por idade ao tempo de serviço de todos os trabalhadores, a partir do critério de 60 anos de idade e 35 anos de serviço (homens) e 55 anos de idade e 30 anos de serviço (mulheres), impedindo, assim, os trabalhadores com idade avançada, que ficassem desempregados, de ter acesso a esse direito social; c) a desobrigação da União de aplicar os 18% da receita corrente, previstos na Constituição, no ensino público, e a abertura da possibilidade de que universidades públicas cobrassem mensalidades de seus alunos, uma vez que o ensino público ficaria restrito ao 1º. e 2º. graus, fortalecendo-se, assim, a privatização do ensino público em escala nacional; d) os ataques aos direitos conquistados pelos servidores públicos por meio da instituição do princípio da redutibilidade para

¹⁸³ Para uma análise das mobilizações contra o desemprego, ver: Davisson Charles Cangussu de Souza. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativos e de reserva*. São Paulo, Tese de Doutorado de Sociologia (USP), 2010.

os salários de servidores públicos, militares, juízes e procuradores, de retirada do direito do servidor que se aposentasse por invalidez de receber os mesmos rendimentos de quando estava na ativa, de desvinculação dos aumentos salariais dos ativos e inativos, de suspensão da estabilidade dos servidores públicos, até 31 de dezembro de 1993, de transferência da atribuição do Congresso Nacional ao Executivo de implementar, com exclusividade, a concessão de reajustes salariais aos servidores públicos; e) o pagamento da dívida dos estados por meio da redução de 65% para 60% do limite de gastos com pessoal, da retenção de 3% da arrecadação do Imposto de Renda que antes eram destinados a programas de financiamento do setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, da retenção de 40% da arrecadação do PIS-PASEP que antes eram enviados ao BNDES, da vinculação de uma parcela dos 60% restantes da arrecadação do PIS-PASEP que antes eram aplicados no pagamento do seguro-desemprego, da retenção de 5% de ICMS, até o final de 1993, os quais, antes, os estados transferiam para os municípios; f) a transferência do Congresso Nacional para o Executivo da competência de criar ou extinguir cargos, empregos ou funções na estruturação da administração federal; a transferência do Senado para o Executivo da competência de fixar limites para as dívidas imobiliárias de estados e municípios; g) a redução do orçamento do Congresso Nacional em 2,1% e do Judiciário em 4,2%; h) a proibição de estados e municípios de emitirem títulos; i) o fim da distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; j) a atribuição ao STF de trazer para sua responsabilidade, desde que solicitadas pela Advocacia Geral da União ou pela Procuradoria Geral da República, ações que colocassem em risco a ordem, a saúde e as finanças públicas, entre outros dispositivos.

Como se pode notar, o Emendão propunha-se a realizar mudanças profundas no regime de previdência social, no regime de trabalho dos servidores públicos, na destinação dos recursos previstos para as áreas sociais, que passariam a ser alocados no pagamento da dívida dos estados e municípios e na desregulamentação da economia. Por não ter logrado evitar a chaga inflacionária nem reverter o quadro de recessão econômica, o governo federal passou a eleger a Constituição Federal de 1988 como o grande impasse à realização plena da “modernidade” neoliberal, ficando em plena sintonia com os anseios do parasitismo do capital portador de juros.

A radicalidade conservadora dessa proposta do governo sofreu resistências no Congresso Nacional, e o Emendão acabou sendo derrotado. Como observa Barbosa, Collor enviou o Emendão ao Congresso Nacional num momento em que seu governo já se encontrava em descrédito. Em 10 de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados pronunciou-se sobre a admissibilidade da proposta e estabeleceu seu desmembramento em cinco

novas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que tratariam de cinco eixos temáticos distintos: PEC 55/91 (reforma fiscal), PEC 56/91 (desregulamentação da economia), PEC 57/91 (ação avocatória de competência do STF), PEC 58/91 (regulamentação sobre transplante de sangue e proibição de comércio de sangue) e PEC 59/91 (reforma administrativa e universitária). Barbosa sintetiza o destino de cada uma das PECs:

[A PEC 59/91] foi retirada a pedido do Presidente da República pelo Aviso n°. 436, de 13 de maio de 1992, enquanto a PEC n°. 55/1991 foi considerada prejudicada em junho de 1993, em face da Emenda Constitucional n°. 3, de 1993 [que alterou os artigos 40, 42, 102, 103, 155, 156, 160, 167 da Constituição Federal]. Após uma tramitação acidentada, as três propostas restantes foram encaminhadas pela Mesa Diretora da Câmara ao Congresso Revisor, na qualidade de “proposta de emenda revisional”. Nenhuma delas, entretanto, foi objeto de consideração ao longo da revisão constitucional, e as três terminaram arquivadas em 1994.¹⁸⁴

Diante do malogro dos dois planos econômicos e do Emendão, restou ao governo Collor aprovar medidas de desregulamentação da economia na base do conta gotas. Entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, a Febraban vinha se empenhando na conquista de algumas reivindicações que atendiam os banqueiros nacionais e internacionais. Aqui, cabe observar que os banqueiros nacionais comportavam-se como burguesia associada, visto que não apresentavam pontos de contradição com o capital estrangeiro. Entre as principais reivindicações apresentadas pela Febraban arrolavam-se: a) a defesa da **desregulamentação financeira**, o que englobava críticas aos dispositivos constitucionais que visavam regulamentar o sistema financeiro, especialmente, o artigo 192 da CF – o discurso do presidente do complexo CNF-Febraban-Fenaban, Cochrane Jr., explicita bem esse anseio:

todos queremos passar ao Primeiro Mundo, e isto significa menor regulamentação. E o que se vê em todo o Mundo: modernidade no sistema financeiro é desregulamentação: a melhor norma é não ter norma – exceto, naturalmente, as que implicam fiscalização e controle;¹⁸⁵

b) a **defesa da redução da carga tributária**: os banqueiros pressionavam o governo federal pela redução da carga tributária, encontrando, nesse caso, aliados nos mais distintos segmentos sociais, em especial, entre os industriais, tendo em vista que os banqueiros sustentavam que o fundamento das altas taxas de juros que os enriqueciam e penalizavam o setor produtivo encontrava-se justamente no excesso de tributos e impostos que precisavam pagar ao Estado; c) a

¹⁸⁴ Leonardo Augusto de Andrade Barbosa. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Brasília, Tese de Doutorado em Direito (UnB), 2009, p. 221-222.

¹⁸⁵ Léo Wallace Cochrane Jr. *Apud*: Ary Cesar Minella. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros”. *Ensaio*, FEE, 1994, p. 519.

defesa da harmonia capital/trabalho e da livre negociação entre patrões e trabalhadores.¹⁸⁶

Tratemos de analisar a principal reivindicação: a defesa da abertura financeira.

As duas principais medidas tomadas por Collor em relação à abertura financeira não passaram por discussão e deliberação do Congresso Nacional, ficando restritas aos membros do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Referimo-nos ao Anexo IV da Resolução 1.289/87, homologado por meio da Resolução 1.832, de 31 de maio de 1991, alguns dias depois da posse de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia, e à Carta Circular 2.259, de 20 de fevereiro de 1992.

Ao longo dos anos 1990, o Anexo IV tornou-se a principal via legal para o ingresso de investimento estrangeiro no Brasil, representando, nesse período, cerca de 80% ou mais do total do patrimônio líquido dos investimentos externos. Os recursos externos viabilizados pelo Anexo IV atingiam a cifra dos US\$ 3 bilhões, em 1992, e, cinco anos depois, haviam se ampliado mais de dez vezes, alcançando o montante de US\$ 32 bilhões.¹⁸⁷ Esse dispositivo legal criado pelo governo Collor foi de fundamental importância para garantir a entrada no Brasil de investidores institucionais, como, por exemplo: os fundos de pensão, carteiras próprias de instituições financeiras, companhias seguradoras e fundos mútuos de investimento constituídos no exterior, sem estabelecer critérios de composição, capital mínimo necessário e prazo de permanência.¹⁸⁸

A Carta Circular 2.259, emitida pelo Banco Central, dava novo sentido às contas CC-5, criadas em 1969, destinadas aos não residentes no Brasil, constituindo-se num importante expediente de evasão de divisas, isto é, de expatriação de capitais do país. De acordo com Pereira, duas foram as mudanças promovidas nas contas CC-5. A primeira alteração foi a relativa à abrangência da definição dos não residentes, que passou a abrigar não só as pessoas físicas ou jurídicas em trânsito pelo país, como também as contas livres de instituições financeiras do exterior: “abriu a possibilidade para que instituições financeiras estrangeiras, não autorizadas a funcionar no país, pudessem ter, em bancos brasileiros, conta de depósitos de livre movimentação para o exterior”. A segunda mudança nas contas CC-5 referiu-se à abrangência dos recursos financeiros que poderiam ser livremente enviados para o exterior, permitindo a tais instituições financeiras o recebimento de depósitos em moeda nacional não derivados da conversão de moeda

¹⁸⁶ Ver: Ary Cesar Minella. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros”, *op. cit.*

¹⁸⁷ Dados extraídos, respectivamente, da Anbid e do Bacen *Apud*: Eduardo Barbosa Nogueira. *Marco regulatório do investimento de portfólio no Brasil dos anos 90*. Campinas, Trabalho de Conclusão de Curso em Economia (Unicamp), 2001

¹⁸⁸ Sobre isso, ver: Maria Cristina Penido de Freitas e Daniela Magalhães Prates. “A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências”. *Economia e Sociedade*, n. 17, 2001.

estrangeira injetada no país.¹⁸⁹ Como observa Paulani: “Abriu-se com isso a possibilidade de qualquer agente, independentemente de ser ou não residente, enviar sem restrições recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não residente”.¹⁹⁰

Em linhas gerais, é possível dizer que as duas medidas adotadas pelo presidente Collor correspondem a uma abertura financeira que favoreceu o ingresso de capital especulativo no país, promoveu a desnacionalização das riquezas financeiras e, além do mais, expressaram o caráter legiferante do Executivo, que tomou de assalto a elaboração da legislação brasileira sobre movimentação de capitais, sem colocá-la em debate no Congresso Nacional. Sobre essa última questão, vale observar, como faz Pereira, que, em dezembro de 2003, duas procuradoras da República, Valquíria Nunes e Raquel Nascimento, protocolaram uma ação na Justiça Federal, acusando quinze dirigentes do Banco Central e do Banco do Brasil de crime de improbidade administrativa por transformarem o sistema rígido de controle das divisas em moeda doméstica, prevista em lei, num sistema que liberalizava as divisas por meio de uma nova regulamentação definida em órgão de hierarquia constitucional inferior ao Congresso Nacional.¹⁹¹ Isso nos leva a concluir que, por encontrar resistência no Congresso Nacional para aprovar matérias de interesse exclusivo da grande burguesia financeira, o governo Collor passou a neutralizar tal instância legislativa através de resoluções, circulares e cartas circulares emitidas pelos ramos do aparelho de Estado em que se situavam os interesses dessa fração de classe, o CMN e o BC – o que demonstra os interesses aos quais o governo estava mais fortemente vinculados, sua audácia em romper com os preceitos constitucionais, para promovê-los, e os limites dessa empreitada, que teve que ser executada de maneira alheia à instância competente: o Congresso Nacional.

Certamente, não logramos analisar todos os aspectos relacionados à política econômica e social do governo Collor. No entanto, entendemos que conseguimos apresentar as questões mais polêmicas e indicar as reações que as diferentes classes e frações de classe tiveram na referida conjuntura. Consoante o que foi analisado, é possível observar que o processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil foi permeado por contradições que contribuíram progressivamente para minar a base de apoio político do governo Collor e criar as condições objetivas e subjetivas para a sua queda. Analisando as reações das classes sociais diante da

¹⁸⁹ Raimundo Pereira. “O Banco Central dos fora-da-lei”. *Rebellion*, 4 fev. 2004. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/040204pereira.htm>

¹⁹⁰ Leda Maria Paulani. “O Brasil como plataforma de valorização financeira internacional (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” In: *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo, Boitempo, 2008, pp. 41-42.

¹⁹¹ Ver: Raimundo Pereira. “O Banco Central dos fora-da-lei”, *op. cit.*

política neoliberal implementada por esse governo, salientamos que a crítica popular ao caráter de classe dessa política não conseguiu ganhar adesão de massa. Isso significa que as resistências ao neoliberalismo manifestaram-se predominantemente sob a forma de reticências pontuais a um ou outro aspecto da política econômica e social, no caso das classes dominantes, ou sob a forma da luta contra os efeitos da política neoliberal, como constatamos, a partir das ações do sindicalismo propositivo em fase de gestação. Não se constituiu, pois, um verdadeiro movimento antiliberal na conjuntura do governo Collor. Cabe salientar também que esse governo não conseguiu realizar a contento as medidas exigidas pelo capital financeiro internacional, criando um verdadeiro impasse, nos primeiros anos, para a questão da dívida externa – o que levou a ministra Zélia Cardoso a deixar o cargo.

Outro ponto a ser salientado e que teve repercussões sobre o processo de crise do governo foram os conflitos envolvendo o Executivo e o Congresso Nacional. Tais conflitos atravessaram toda a conjuntura do governo Collor, que encontrou enormes dificuldades de constituir uma base sólida e estável de apoio no Congresso Nacional. Tal falta de apoio político não pode ser considerada apenas pelo reduzido número de partidos que compunham a equipe governamental, mas fundamentalmente pela forma centralizadora como Collor procurou imprimir sua política, criando obstáculos para a participação política nos processos decisórios fundamentais, e pelo conteúdo da política desse governo que afetava os interesses de amplos setores representados no Congresso Nacional.

A partir dessa análise que acabamos de realizar, encontramos-nos em melhores condições de discutir a particularidade da conjuntura da crise política deflagrada em 1992, em especial, caracterizar, de modo mais detalhado, as condições que permitiram a queda do presidente Collor.

CAPÍTULO 2 - NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE DO GOVERNO COLLOR

“Minha gente, não me deixem só.”
(Fernando Collor)

“Anos Rebeldes. Próximo capítulo: Fora Collor! Impeachment Já!” (UNE e UBES)

A análise do processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil permitiu-nos entrever o jogo complexo de contradições que marcou a conjuntura brasileira do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Muito distante de interpretar o ascenso do neoliberalismo no país como um processo inevitável e inexorável, consideramos importante evidenciar as contradições que se produziram, o que nos levou a observar que a adesão à política estatal neoliberal foi atravessada por *hesitações* e *resistências seletivas* a determinados eixos fundamentais, típicas de uma conjuntura ziguezagueante e de mudanças significativas no plano das relações de classe.

Tal processo engendrou uma situação de instabilidade hegemônica, na qual nenhuma classe ou fração de classe logrou se erguer à condição de fração hegemônica e, portanto, a dar coesão à unidade do bloco no poder, o que não nos impede de observar que os interesses da grande burguesia financeira internacional encontravam-se em linha ascensional, e os interesses da burguesia interna, em linha descendente em relação à posição que ocupavam na política governamental.

Para tratar da crise do governo Collor, dividimos o presente capítulo em três partes principais. Na primeira, propomo-nos a situar sinteticamente os conflitos emergentes entre a grande burguesia financeira internacional e a burguesia interna na conjuntura em questão. Na segunda parte, abarcaremos a análise da natureza dessa crise política e do caráter de classe do movimento "Fora Collor". Por fim, retomando aspectos debatidos anteriormente, abordaremos a dinâmica interna da crise e seus resultados no período do governo Itamar.

1. Conflitos entre a grande burguesia financeira internacional e a burguesia interna

Na conjuntura do início dos anos 1990, a grande burguesia financeira internacional era a fração burguesa que se encontrava numa linha ascensional (ofensiva) e estava melhor posicionada

politicamente para influenciar a política estatal. Em termos gerais, a grande burguesia financeira estava interessada na aplicação integral da política neoliberal. Tal fração de classe encontrava apoio, ora difuso, ora declarado, de segmentos das classes médias e do operariado que aderiram à ideologia antiestatista ao realizarem a crítica do Estado cartorial, do funcionalismo público, da precariedade dos serviços públicos e da concentração de investimentos em empresas estatais. Isso os levou a defenderem as privatizações como meio de promover a eficiência do Estado. Além disso, tais segmentos tenderam a apoiar a flexibilização de direitos trabalhistas, sob a alegação de que assim se poderia garantir o emprego dos trabalhadores e evitar ou neutralizar os processos de demissão em massa.

Já a burguesia interna situava-se na linha descendente do processo político, agregando, sob sua influência, outros setores das classes médias e do operariado. A burguesia interna opunha-se à abertura econômica, indiscriminada, às mercadorias (comercial) e ao capital estrangeiro (financeira), daí advindo o discurso anunciado, repetidas vezes, em defesa da “abertura gradual” – o que indica, simultaneamente, adesão e resistência à política de abertura econômica. No âmbito do Congresso Nacional, por força das pressões institucionais para a cooperação com a política governamental e do quadro de recessão econômica, a burguesia interna teve muita dificuldade de se opor permanentemente aos interesses do capital financeiro internacional, advindo as críticas a tais interesses das camadas inferiores da burguesia interna ou de setores dessa fração de classe menos dependentes do capital estrangeiro. Entre os segmentos das classes médias e do operariado que se situavam próximos à linha sustentada pela burguesia interna, é possível observar que suas reivindicações eram marcadas por um conteúdo fortemente defensivo, na medida em que concentravam suas ações políticas na luta contra os efeitos da política estatal, tais como: arrocho salarial, aumento do desemprego e recessão econômica.

Durante o governo Collor, foram *principalmente* certos setores do PMDB e do PSDB que se inclinaram a representar os interesses da burguesia interna no Congresso Nacional. No entanto, observamos que essa relação de representação apresentou-se bastante instável durante o período analisado.

A existência de uma vinculação do PMDB e do PSDB aos interesses da burguesia interna necessita ser melhor desenvolvida para não causar equívocos interpretativos. É preciso salientar que essa relação de representação se constituiria de maneira instável na conjuntura aqui analisada e estaria muito longe de abranger a totalidade de parlamentares dos dois partidos. Contudo, observamos que setores consideráveis do PMDB e do PSDB procuraram atuar criticamente no que se refere às políticas estatais mais vinculadas aos interesses do grande capital estrangeiro,

visando a conferir apoio crítico às políticas de privatização e de abertura econômica ou a reclamar da ausência de instrumentos macroeconômicos que pudessem viabilizar uma política industrial e o crescimento econômico do país. O caráter mais radicalizado ou moderado dessa crítica indica as divisões existentes no seio da burguesia interna: de um lado, os interesses da pequena e média burguesia interna, tendencialmente mais refratários aos interesses da burguesia imperialista; de outro lado, os interesses da grande burguesia interna, mais voltados para a conciliação com a política reivindicada pela burguesia imperialista.

A compreensão da relação de representação política do PMDB e PSDB passa também pela análise da trajetória desses dois partidos na conjuntura do final dos anos 1980 e idos dos anos 1990.¹⁹² Nos debates da Assembleia Nacional Constituinte e na conjuntura do governo Sarney, alguns pontos polêmicos animaram cisões no interior do PMDB: os debates sobre a forma de governo (presidencialismo vs. parlamentarismo) e o tempo de duração do mandato do Presidente da República (quatro ou cinco anos). Os setores do PMDB mais alinhados ao governo federal faziam a defesa do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos. Nesse processo, surgiu, do interior do PMDB, o Movimento de Unidade Progressista (MUP), que apoiava o parlamentarismo, o mandato de quatro anos, a proposta de eleições diretas para Presidente da República e fazia críticas à política econômica do governo Sarney e às suas alianças com setores considerados fisiológicos, em especial, o PFL. O MUP nasceria em 1987, vindo a desaparecer três anos depois, não logrando tornar-se uma organização autônoma em relação ao PMDB nem mesmo constituir hegemonia dentro desse partido. O grupo dissidente que conseguiu efetivamente romper com o PMDB e constituir uma organização autônoma foi o PSDB, partido criado fundamentalmente por um grupo de parlamentares oriundos do PMDB, em março de 1988. Os parlamentares do PSDB defendiam propostas semelhantes ao MUP, no que tangia à forma de governo e ao tempo de mandato presidencial – o que levou alguns membros do MUP a se vincularem à nova organização –, mas sustentavam sobretudo a necessidade de romper com o governo Sarney, a partir de uma linha política denominada “moderna social-democracia”, que se caracterizava pelas seguintes orientações: pela defesa de uma reformulação da social-democracia tradicional, em especial, seu conteúdo excessivamente favorável à intervenção do

¹⁹² Para uma análise acerca dos processos de ruptura no interior do PMDB e de criação do PSDB, ver: Celso Roma. “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, 2002; Timothy J. Power. “Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à brasileira?” In: José Antonio Giusti Tavares (org.). *O que esperar da social democracia no Brasil?* Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 2003; André Pereira Guiot. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História (UFF), 2006.

Estado na economia; pela crítica das práticas fisiológicas existentes na política nacional, o que levava o PSDB sustentar, tal como o PT, a “desprivatização do Estado” e a denunciar os setores mais alinhados à cultura privatista, como o PFL – que, curiosamente, se tornaria a segunda principal legenda partidária da base de apoio ao candidato FHC nas eleições presidenciais em 1994. Somado a isso, um dos eixos centrais da linha política do novo partido era a preocupação com a questão da redistribuição de renda, o que justificava, em certa medida, sua adesão ao pensamento social-democrata.

Analisando o MUP e o PSDB, Power identifica algumas diferenças entre os dois agrupamentos: a) enquanto o PSDB constituía-se a partir de lideranças reconhecidas nacionalmente, como Covas, FHC e Montoro, o MUP não possuía nenhum notável; 2) o MUP estava mais próximo politicamente da ala nacionalista de esquerda do antigo MDB, isto é, de um nacionalismo econômico fortemente estatista. Já o PSDB agregava setores da assim chamada moderna social-democracia e que eram críticos do nacionalismo econômico. Em linhas gerais, o autor caracteriza o PSDB, em seu processo de formação, com um partido de centro-esquerda e apresenta alguns fatores que atestam tal perfil político-ideológico, entre os quais se destacam: a) as votações nominais dos parlamentares do partido na Assembleia Nacional Constituinte, demonstrando que o partido votou mais com a esquerda do que com a direita, recebendo do DIAP – órgão que avalia o comportamento dos parlamentares em questões de interesse dos trabalhadores – nota 8,16, aproximando-se do PT, que recebeu 9,87, e distanciando-se do PFL e da média da Assembleia Nacional Constituinte, que obtiveram, respectivamente, notas 2,45 e 4,94 – esses indicadores se confirmariam no estudo feito pela Fiesp, entidade que representa a grande burguesia industrial, que avaliava o posicionamento dos parlamentares em questões relacionadas aos interesses do empresariado: o PSDB obteve nota 4,68, o PT 3,33, a Assembleia Nacional Constituinte 7,29 e o PFL 9,46 –; b) o apoio dado pelo PSDB à candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989; c) as alianças feitas pelo partido nos estados durante o pleito estadual em 1990, indicando uma maior aproximação do PSDB com o campo da esquerda – PDT (alianças em 13 estados), PCdoB (em 10), PCB (em 6), PSB (em 4) e PT (em 3) – e maior distanciamento em relação aos partidos mais conservadores – PDS (alianças em 3 estados) e PFL (em 4); e d) a recusa em participar do governo Collor.¹⁹³

O processo de mudanças significativas no programa político do PSDB ocorreu a partir do ingresso do partido no governo Itamar, mais especificamente, quando FHC assumiu um dos

¹⁹³ Timothy J. Power. “Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à brasileira?”, *op. cit.*

principais postos do novo governo: o ministério da Fazenda, em maio de 1993, e trouxe para sua equipe um conjunto de especialistas com forte atuação no setor financeiro, advindos da escola de economistas da PUC-Rio e de outros *think tanks* liberais. Para Power, foi nesse período que o PSDB rompeu com sua perspectiva de centro-esquerda.¹⁹⁴ Essa tese é confirmada pela análise de Guiot, ao observar que, sob o processo de implementação do Plano Real, comandado por FHC, ocorreu o fenômeno da “banqueirização do partido”, abrangendo tanto o forte ingresso de antigos militantes em postos de destaque no sistema financeiro, como a entrada expressiva no partido de novos filiados com ampla circulação nos meios empresariais e financeiros.¹⁹⁵ Isso significa, no nosso entender, que o PSDB passou por um processo de crise de representação partidária, entre 1992 e 1994, sendo levado a se afastar de interesses mais claramente identificados com a burguesia interna e a aproximar-se dos interesses da grande burguesia financeira internacional. Aqui se vislumbram os efeitos políticos produzidos pela chegada desse partido à Presidência da República, num processo de superação da situação de instabilidade hegemônica e de consolidação de uma nova hegemonia política.

Deslocando-se o foco do plano parlamentar para o das entidades representativas do empresariado, é possível encontrar, no Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), um instrumento de defesa dos interesses da burguesia interna. Ao analisar o PNBE, na fase de seu surgimento, ou seja, entre o final de 1980 e o início dos anos 1990, Bianchi elenca uma série de reivindicações que se encontravam na pauta dessa entidade, entre as quais, destacamos: a defesa de maior democratização da Fiesp, do estabelecimento do voto direto no processo eleitoral de escolha dos dirigentes dessa entidade, da antecipação das eleições da Ciesp – o que poderia permitir uma maior intervenção de pequenos e médios empresários na definição dos rumos da atuação dessas entidades, fortemente influenciadas pelos interesses das grandes empresas monopolistas. Aqui se pronunciava a reivindicação por maior representatividade, em especial, da Fiesp; a reivindicação por maior participação na formulação e definição da política industrial do governo Collor; o apoio crítico às privatizações, aliado à defesa de instrumentos que evitassem o aprofundamento do processo de concentração de capitais nos setores das empresas privatizadas; o apoio crítico à abertura comercial, visto como uma política que poderia levar o país à desindustrialização. Em resumo:

para o PNBE, o Estado deve garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento da economia, a educação básica até o segundo grau, a assistência à infância, à velhice, aos deficientes, aos desvalidos e aos desempregados, o combate à endemia e o estímulo à

¹⁹⁴

Ibidem.

¹⁹⁵

André Pereira Guiot. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira..., op. cit.*

produção e ao desenvolvimento tecnológico. Deve, também, reprimir os abusos do poder econômico, principalmente a ação dos oligopólios, e proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira, pelo menos durante uma fase de transição até a abertura total do mercado. O Estado deve, ainda, garantir os direitos mínimos dos trabalhadores e normatizar e mediar as relações capital-trabalho.¹⁹⁶

Como expressão dos interesses das camadas inferiores da burguesia interna, notamos que o PNBE propunha uma ação política crítica ao neoliberalismo *tout court*, ao desenvolvimentismo de tipo nacionalista e a políticas que eram favoráveis aos setores monopolistas do capital. Além disso, procurava apontar críticas ao modelo vigente de legislação trabalhista, considerado envelhecido por prever forte intervencionismo estatal, o que levava a entidade a defender a contratação coletiva de trabalho, fundada numa relação capital-trabalho na qual o negociado teria primazia sobre o legislado, daí advindo a defesa enfática do entendimento nacional e das câmaras setoriais durante o governo Collor.¹⁹⁷

Enfim, numa situação de instabilidade hegemônica, as ações promovidas pela burguesia interna, com o apoio difuso ou declarado de setores das classes médias e do operariado, foram decisivas para acirrar as disputas entre o Congresso Nacional e o Executivo, o que levou à intensificação gradual do processo de isolamento político do presidente Collor e, posteriormente, à sua saída forçada do Executivo federal.

2. A natureza da crise política de 1992

A reduzida base de apoio político ao governo Collor e, conseqüentemente, seu isolamento político advieram não só das pressões da frente política dirigida pela burguesia interna, mas derivaram de vários fatores, entre os quais destacamos: a vitória apertada de Collor sobre a candidatura adversária num pleito essencialmente plebiscitário; a baixa influência política nacional do partido político do candidato eleito; a implementação, via medidas provisórias, de um pacote econômico contendo os pilares básicos da institucionalização de uma nova política estatal no Brasil, a política neoliberal; as dificuldades do governo Collor em conseguir uma base estável de apoio no Congresso Nacional; os conflitos existentes entre o governo e os credores internacionais na questão do pagamento da dívida externa; a incapacidade do governo, por meio de dois planos de estabilização monetária, de conter o quadro de hiperinflação, recessão

¹⁹⁶ Alvaro Bianchi. *Hegemonia em construção...*, op. cit., p. 102.

¹⁹⁷ *Ibidem*. Cabe esclarecer que o conceito de burguesia interna não foi utilizado por Bianchi em sua análise do PNBE.

econômica, desemprego e arrocho salarial; a política agressiva de abertura comercial implantada pelo governo, o que gerou a quebra de várias empresas e a ocorrência de demissões em massa; os ataques do governo federal ao funcionalismo público; a intensificação das greves e das mobilizações contrárias ao seu governo; o insucesso do governo quanto a efetivar o pacto social com empresários e trabalhadores. Esses fatores, entre outros, ajudam-nos a caracterizar as condições objetivas que levaram o governo Collor ao naufrágio, e a compreender o lugar ocupado pelas denúncias de corrupção envolvendo os membros da cúpula governamental, inclusive, o Presidente da República, nesse processo.

Ao fazer um balanço dos dois anos do governo Collor, o jornal *Folha de S. Paulo*, em matéria publicada em 15 de março de 1992, noticiou que mais de 200 inquéritos haviam sido abertos na Procuradoria Geral contra membros da equipe governamental, sendo eles acusados de tráfico de influência, de realizar compras superfaturadas e de constituir contratos sem licitação.¹⁹⁸ Os casos mais impactantes de denúncias foram os que envolveram: Rosane Collor, esposa do Presidente da República, que terminou afastada da direção da Legião Brasileira de Assistência (LBA) sob acusação de comprar cestas básicas superfaturadas; Antonio Rogério Magri, ex-ministro do Trabalho e da Previdência, ao qual foi imputada a denúncia de receber suborno de empreiteiras para viabilizar verbas do FGTS para obras públicas; e Alcení Guerra, ex-ministro da Saúde, que foi responsabilizado por autorizar a realização de compras superfaturadas de bicicletas e equipamentos hospitalares. O próprio Exército chegou a sofrer inquérito por superfaturamento na aquisição de uniformes e roupas de cama.

No início de maio de 1992, quando Pedro Collor denunciou o esquema PC Farias, envolvendo seu irmão, o presidente Collor, não só a rejeição ao governo era bastante acentuada, como as denúncias de corrupção contra o alto escalão governamental já eram fatos conhecidos pelo noticiário. No entanto, as denúncias de corrupção contra o governo promanadas de um membro da família do Presidente da República podem ser consideradas a faísca que faltava para que toda a floresta incendiasse. Desse modo, as denúncias do caso PC Farias envolvendo a participação do chefe do Estado cumpriram a função de acelerar um processo em curso de desgaste do governo.

De acordo com Weyland, a descoberta de práticas de corrupção por si só não é um fator determinante para derrubar nenhum político, mas, na conjuntura do governo Collor, alguns fatores foram decisivos para tornar os escândalos de corrupção fatais para o Presidente da

¹⁹⁸ Ver: “Corrupção cerca o governo”. *Folha de S. Paulo*, 15 mar. 1992.

República, entre eles: o quadro de recessão econômica, que tornava a “opinião pública” menos tolerante à prática de corrupção na cúpula do governo; a ausência de uma base consistente de apoio político; e o fato de o governo ter atacado os centros de poder durante sua gestão.¹⁹⁹ Weyland, além de destacar os aspectos que fizeram com que as denúncias de corrupção no governo Collor surtiram efeitos políticos sobre a conjuntura histórica em questão, sustenta que o isolamento político do Presidente da República e a centralização do poder realizada por esse governo acabaram estimulando a prática de corrupção e a distribuição de patronagem, isto é, criaram as condições propícias à difusão de práticas de corrupção nesse governo.²⁰⁰

Não se pode ignorar o caráter parasitário do Estado burguês e, portanto, o fato de que a corrupção é um traço estrutural desse Estado e funcional para a sustentação e reprodução da dominação política da burguesia. No entanto, isso não nos exige de analisar os fatores conjunturais que contribuem para a difusão da prática de corrupção em determinado governo. Com isso, queremos salientar que a prática de corrupção pode ter maior ou menor repercussão política, dependendo do modo como determinado governo burguês procura executar sua política econômica e social. Assim sendo, faz-se necessário à análise combinar os fatores estruturais e conjunturais que explicam o fenômeno da corrupção em determinado governo, bem como suas implicações para a própria estabilidade política.

Para efeito de análise, vale a pena ressaltar que o presidente Collor não recorreu ao artifício da distribuição de cargos de confiança aos partidos políticos com influência no Congresso Nacional nem incluiu efetivamente os partidos aliados na composição dos ministérios. Para garantir a aprovação de sua política econômica e social, esse governo adotou a tática de compra de votos dos partidos de patronagem, especialmente, daqueles com maior presença no Congresso Nacional: PFL, PTB, PRN, PDC e PDS – que tendencialmente se orientam para a pilhagem dos recursos públicos garantidos pelo Estado burguês,²⁰¹ não chegando a agir como “Schlemihl invertidos”, ou seja, como “sombras que perderam seus corpos”, mas propriamente como Schlemihl autênticos, já que costumam vender suas sombras em nome de interesses paroquiais.²⁰² Tratou-se, portanto, de uma solução que tornava o governo Collor mais vulnerável

¹⁹⁹ Kurt Weyland. “The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian democracy”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 35, n. 1, 1993.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ Fazemos aqui uma utilização livre do conceito de partido de patronagem, elaborado por Weber, para designar os partidos que estão vocacionados a ocupar postos administrativos visando beneficiar tão somente seus próprios cargos, contribuindo, assim, para a privatização ilícita dos recursos públicos. Ver: Max Weber. “Concepto y naturaleza de los partidos” In: *Economía y sociedad*. México (D.F.), Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 229.

²⁰² Na obra “O 18 Brumário”, Marx emprega a metáfora do “Schlemihl invertido” para descrever o comportamento dos contrarrevolucionários que, no contexto francês de meados dos anos 1850, desejavam impor a

à chantagem política e, com isso, criava condições favoráveis à implosão de sua base de apoio nas circunstâncias em que a implementação de sua política governamental ou a divisão de certas benesses entre os membros da base aliada não satisfizessem um ou outro agrupamento político.

A adoção da tática de compra de votos dos partidos de patronagem mostrou suas implicações, com nitidez, quando, no início de junho de 1992, a frente parlamentar de oposição logrou aprovar a instalação da CPI do caso PC Farias e proceder aos primeiros inquéritos. No final do mesmo mês, a base já limitada dos apoiadores do governo Collor começou a ruir, impossibilitando o Presidente da República de conter as investigações que estavam em vias de colocar sua cabeça a prêmio. No dia 26 de agosto, com a aprovação do relatório dessa CPI, sustentando-se o envolvimento de Collor em negócios escusos, a situação política tornou-se ainda mais crítica. Mobilizações massivas exigindo a saída do Presidente, nos meses de agosto e setembro, realizaram-se justamente com a proximidade das eleições municipais, o que impeliu os candidatos a se afastarem do Presidente corrupto se quisessem se tornar elegíveis, sem contar que houve participação ativa de alguns governadores e prefeitos nos atos que reivindicavam a saída de Collor. Em São Paulo, o governador, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB), e a prefeita da capital, Luiza Erundina (PT), tiveram presença marcante nos palanques dos atos ocorridos principalmente a partir do mês de setembro. Exigindo a renúncia do Presidente e realizando uma crítica à política recessiva do governo Collor, a atuação desses representantes políticos foi decisiva para minar as chances – já diminutas – de Collor de continuar no cargo de Presidente da República.

A conjuntura que antecedeu a aprovação do relatório da CPI foi marcada pelo início das primeiras grandes manifestações, quando Collor se envolveu num episódio quixotesco. Em pronunciamento público, convocou a população para sair às ruas, no dia 16 de agosto, com as cores da bandeira brasileira, sinalizando, assim, apoio ao Presidente da República. A resposta dada pelos manifestantes foi emblemática: as ruas foram tomadas por pessoas vestidas de preto, indicando que estavam de luto, pois discordavam dos rumos que a política nacional vinha tomando com o governo Collor. Tal episódio ficou conhecido como “Domingo negro”.

Na conjuntura em questão, faz-se necessário observar que os conflitos entre o Executivo e o Congresso Nacional adquiriram uma dimensão bastante importante para compreendermos a

ordem ao proletariado insurgente, valendo-se das atitudes mais mesquinhas e repugnantes possíveis. Karl Marx. “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos* (vol. III), São Paulo, Edições Sociais, 1977. Schlemihl é o personagem central da obra “A história fantástica de Peter Schlemihl”, escrita por A. Von Chamisso na Alemanha do início do século XIX, que vende a sua sombra em troca de uma bolsa que produz sem cessar moedas de ouro.

própria queda do presidente Collor, no final de setembro de 1992. Como já observamos, ao longo de todo o processo político, desde a edição das primeiras medidas provisórias, formou-se uma verdadeira frente parlamentar de oposição. Esta procurou obstar-se à política do governo, impetrando ações por inconstitucionalidade das MPs, com o objetivo de deslocar o controle do processo de privatização para o Congresso Nacional e de limitar a participação do capital estrangeiro nesse processo, ou mesmo, de pressionar o governo por medidas que ampliassem o mercado interno, como é possível entrever-se nas discussões sobre a questão salarial. Outra iniciativa importante tomada pelos representantes dessa frente parlamentar foi a de exigir maior participação no processo de implementação da política governamental. Isso surtiu alguns efeitos, como: a queda do número de medidas provisórias, a partir do segundo ano de governo; a reforma ministerial de 1992, na qual o governo tentou ampliar sua base de apoio; a tentativa malsucedida do governo de atrair quadros do PSDB para a equipe governamental, no primeiro semestre de 1992; entre outros exemplos.

No próprio processo de discussão da admissibilidade do *impeachment* do presidente Collor, essa frente parlamentar de oposição foi decisiva para a queda do Presidente da República. A tabela 6 indica que a base aliada do governo e o próprio partido do Presidente resolveram pular do barco antes que este afundasse junto com eles:

Tabela 6 – Resultado final da votação do pedido de *impeachment* do Presidente Collor (Câmara dos Deputados)

Partido	Base do governo?*	A favor	Contra	Abstenção	Ausente	Total
PMDB	Não	99	0	0	1	100
PFL	Sim	64	15	0	9	88
PSDB	Não	40	0	0	0	40
PDT	Não	39	0	0	3	42
PT	Não	35	0	0	0	35
PDS	Sim	34	8	0	3	45
PTB	Sim	25	4	1	1	31
PRN	Sim	21	8	0	0	29
PDC	Sim	17	0	0	2	19
PL	Não	15	0	0	2	17
PTR	Não	14	1	0	0	15
PSB	Não	11	0	0	0	11
PST	Não	8	0	0	0	8
PCdoB	Não	5	0	0	0	5
PPS	Não	3	0	0	0	3
PSC	Não	2	1	0	2	5
PSD	Não	1	0	0	0	1
PRS	Não	1	0	0	0	1
PRP	Não	1	0	0	0	1
PV	Não	1	0	0	0	1
Sem partido		5	1	0	0	6
Total		441	38	1	23	503

Elaborada com dados de “Governistas tentaram evitar implosão”. *Folha de S. Paulo*, 30 set. 1992.

* Os dados sobre base do governo constam do trabalho de Rachel Meneguello. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*, *op. cit.* São dados que se referem à participação dos partidos na composição dos ministérios do governo Collor após a reforma ministerial de fevereiro de 1992.

Sem exceção, todos os partidos da base aliada do governo votaram majoritariamente a favor do *impeachment* do presidente Collor. Consideramos, assim, que o Congresso Nacional exerceu um papel de direção no processo de *impeachment*, o qual, de acordo com o art. 85 da

Constituição Federal, recebe um tratamento criminal, uma vez que o Presidente da República só pode ser deposto se cometer ato de improbidade administrativa ou desrespeitar as leis ou decisões judiciais.²⁰³ Como todo esse processo se concentra na figura do Presidente da República, tal dispositivo, além disso, tende a reforçar o duplo efeito ideológico de personificação do Estado, típico dos regimes presidencialistas, ao gerar, nas massas populares, a ideia de que o aparato estatal se resume num único indivíduo e ao estabelecer uma relação líder/massa em termos de afinidade psicológica ou de conduta individual, ocultando, assim, os interesses de classe e o programa político que essa liderança política representa. Tal fenômeno da dupla personificação do Estado só contribuiu, portanto, para despolitizar o processo de *impeachment* do presidente Collor.²⁰⁴

No tocante ao papel dirigente do Congresso Nacional no *impeachment* de Collor, vale salientar mais uma vez que, durante esse governo, formou-se uma frente parlamentar de oposição agregando, entre os partidos com maior base, o PT, o PDT, o PSB e setores do PMDB e PSDB. Essa frente era dirigida principalmente pela burguesia interna, que visava conquistar maior espaço na política econômica e social do governo Collor. Seriam justamente esses partidos – com exceção do PDT, que defendeu muito tardiamente o *impeachment* – que iriam encabeçar o processo de admissibilidade do *impeachment* do presidente Collor, controlar a relatoria do processo (no caso, o PMDB) e assumir o total de 12 das 22 cadeiras da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A participação ativa do Congresso Nacional no processo de aprovação do *impeachment* de Collor é uma, entre outras evidências, de que o regime político não foi colocado em questão na conjuntura analisada. A própria instalação da CPI para apurar as denúncias de corrupção (art. 58, § 3º., da Constituição da República Federativa do Brasil, doravante CF);²⁰⁵ o respeito aos trâmites de instauração de processo contra o Presidente da República (art. 51, inciso I, e art. 52,

²⁰³ Sobre essa questão do tratamento criminal do processo de *impeachment* pela Constituição brasileira, ver: Fábio Konder Comparato. “O processo de *impeachment* e a importância constitucional do caso Collor” In: Keith S. Rosenn e Richard Downes (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

²⁰⁴ Essa questão já foi discutida em nosso mestrado: *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2005. Usamos a ideia da “dupla personificação do Estado” por empréstimo a Décio Saes. “A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês” In: *Estado e democracia, op. cit.*

²⁰⁵ Art. 58, § 3º - “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

inciso I, da CF);²⁰⁶ a utilização do dispositivo do *impeachment* para demovê-lo do cargo, quando comprovado ter cometido crime de responsabilidade (art. 85 da CF);²⁰⁷ o cumprimento do ritual de cassação do mandato do Presidente da República, com a admissão da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, o afastamento do Presidente da República do cargo e a subsequente instauração do processo no Senado Federal, no caso de crime de responsabilidade (art. 86 da CF);²⁰⁸ e a posse do vice-presidente, no caso de vacância do cargo de Presidente da República (art. 79 da CF),²⁰⁹ são importantes evidências do enquadramento constitucional dessa crise política. Isso contribuiu para tirar de cena qualquer tentativa de colocar em risco o arcabouço institucional do regime político em vigor no início dos anos 1990.

O abstenseísmo político dos militares na crise política pode ser considerado outro indicador da inexistência de uma crise do regime político durante o governo Collor. Para Velasco e Cruz, o fato de os militares não se apresentarem como protagonistas na crise do governo seria uma das evidências da singularidade dessa crise política. Para ele, a saída de cena dos militares deve ser buscada na

²⁰⁶ “Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado; [...]

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles”. Em 1999, com a Emenda Constitucional nº. 23, a redação do inciso I do art. 52 foi alterada para: “processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.”

²⁰⁷ “Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

²⁰⁸ “Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º - O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º - Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º - O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.”

²⁰⁹ “Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.”

crise de identidade vivida pelos militares como resultado conjugado da degradação material experimentado pela organização castrense – equipamentos, material de consumo, salários –, pelo crescente questionamento de seu papel em decorrência das mudanças geopolíticas implicadas no *dêbacle* da União Soviética, bem com das transformações políticas e culturais impulsionadas internamente pelo avanço da democratização.²¹⁰

De acordo com Castro e D'Araújo, seria equivocado afirmar que os militares se ausentaram totalmente da cena política, uma vez que, em várias ocasiões, reuniram-se com parlamentares e com o próprio Presidente para discutir os rumos da crise política.²¹¹ A entrevista com o ministro da Aeronáutica no governo Collor, o brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, indica que, impossibilitados de agir autonomamente na conjuntura em questão, os militares foram forçados a se subordinar aos encaminhamentos dados por líderes parlamentares para resolver a crise política que acometia o país naquele período. O líder da Câmara dos Deputados, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB), é inclusive apontado, no trecho citado abaixo, como motorista (guia) de um carro desgovernado:

A imagem do presidente pretendia ser a de um grande caçador de marajás: contra a corrupção, contra isso, contra aquilo. Quando foi acusado, justa ou injustamente — não quero entrar num conceito de valor —, de atos que significavam o aproveitamento de recursos públicos; quando aquilo tudo foi apresentado como um conluio de Máfia, do qual o presidente seria o grande dirigente, tudo isso gerou um estado de revolta e de insatisfação. Perdeu-se o controle. Como um carro ladeira abaixo, sem freio. Quem dirigia aquilo, na ocasião, era o Ibsen Pinheiro, que tentava apenas impedir que o veículo batesse nas árvores e nos postes. Ou seja, que não se adotasse uma linha fora da lei. E nós, militares, nos reuníamos, acompanhávamos passo a passo aquele processo, e, embora alguns episódios sugerissem que alguma coisa devia ser feita, ninguém propôs nada de concreto. Mas parecia que alguma coisa deveria ser feita para frear aquele movimento, para impedir a distorção dos fatos. Surgiam sugestões e nós abandonávamos... Não quero ser injusto com ninguém, imaginar que alguém tenha proposto que a gente fechasse o Congresso ou que a gente fizesse do presidente o grande líder nacional, com censura. Não houve nada disso. Mas é claro que nós nos reunimos e pensamos no que fazer. Até onde ia esse processo. E sempre concluimos que havia necessidade de acompanhar o processo. Primeiro, não interferindo nele, enquanto ele se mantivesse dentro da lei e da ordem; e, segundo, mantendo a tranquilidade dentro das Forças Armadas, para que radicais não surgissem, nem de um lado nem do outro. E isso foi feito. Nós fomos felizes nessa ação de reunião periódica das forças, para dar explicação aos oficiais, pedir que chamassem os comandantes, mantivessem os comandantes informados. Sempre foi uma preocupação de, acompanhando o processo, manter a força coesa, disciplinada, à margem do processo político.²¹²

A conclusão que Castro e D'Araújo tiram a partir das várias entrevistas que fizeram com os militares é a de que o abstenseísmo político dos militares na conjuntura de crise do governo

²¹⁰ Sebastião C. Velasco e Cruz. “O impeachment: uma crise singular” In: *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64* (Coleção Trajetória 3). Campinas, Gráfica do IFCH/Unicamp, 1997, pp. 404-405.

²¹¹ Celso Castro e Maria Celina D'Araújo (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

²¹² *Ibidem*, pp. 155-156.

deveu-se a cinco fatores principais: a) o temor das Forças Armadas de serem julgadas pela opinião pública, que já as havia acuado bastante no processo de transição de regime e agora conferiam apoio de peso à saída do presidente Collor; b) a ausência de aliados civis exigindo a intervenção dos militares, seja para depor, seja para manter o Presidente da República; c) o próprio ritmo do processo de crise que impedia os militares de uma melhor compreensão do que estava ocorrendo; d) as dificuldades de Collor em relacionar-se com os militares; e) o respeito ao papel das instituições, isto é, as Forças Armadas não questionaram publicamente a forma de tramitação do processo de *impeachment* do Presidente da República.²¹³

Dois aspectos ignorados pelas análises acima apresentadas foram decisivos para que as Forças Armadas evitassem uma intervenção direta no processo de crise do governo Collor. O primeiro deles diz respeito ao próprio grau de politização da crise, podendo ser caracterizada como uma crise política “positiva” para as classes dominantes – o que dispensava as Forças Armadas de uma intervenção ativa, na conjuntura, em defesa da manutenção da ordem social. O segundo aspecto diz respeito ao lugar que passavam a ocupar as Forças Armadas a partir da aprovação do texto constitucional de 1988. Consideramos que a assim chamada “redemocratização” não conseguiu colocar limites efetivos ao processo de militarização do aparelho de Estado, em curso desde o período da ditadura militar. Isso fez com que o poder concedido às Forças Armadas, no texto constitucional, fosse superdimensionado. Como consta no art. 142 da CF:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e *destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*²¹⁴

Portanto, as Forças Armadas encontravam-se numa situação muito cômoda, tendo em vista que detinham a prerrogativa constitucional de agir, numa eventual radicalização da crise política, sem necessidade de pedir autorização ao Congresso Nacional. Para Saes, justamente essa presença das Forças Armadas sobre o conjunto do aparelho de Estado brasileiro, no pós-processo constituinte de 1988, ou seja, como “rede estatal paralela”, é um dos fatores que configura a democracia no país como uma democracia limitada.²¹⁵ Numa situação de crise política positiva,

²¹³ *Ibidem.*

²¹⁴ Grifos nossos.

²¹⁵ Décio Saes. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectiva” In: *República do capital, op. cit.* O conceito de “rede estatal paralela” foi empregado por Nicos Poulantzas, na obra “La crise des dictatures”. Eis a explicação do conceito: “*Rede*, pois atravessa os diversos ramos e aparelhos do Estado; *paralela*, pois funciona por detrás da aparência dos aparelhos de Estados, que a ocultam cuidadosamente; *estatal*, pois, ainda que em geral

as Forças Armadas não precisaram correr o risco de se confrontar com a “opinião pública”, que estava nas ruas “clamando” por ética na política e reivindicando a saída de Collor, e a posse de Itamar Franco. Isso não quer dizer que os militares tinham “apego à democracia”, já que, como observou Zaverucha, nessa conjuntura, os militares vinham criticando a política recessiva de Collor e reivindicando melhores salários e ampliação de recursos para as Forças Armadas, e seriam “mais bem favorecidos jogando-se o jogo de acordo com os mecanismos democráticos”.²¹⁶ Os militares não estavam errados: ao assumir o governo, Itamar nomeou nove ministros militares, concedeu aumento salarial aos militares e ampliou as dotações orçamentárias das Forças Armadas.²¹⁷

Se não podemos qualificar a crise política de 1992 como uma crise de regime político, tampouco podemos caracterizá-la como uma crise que coloca efetivamente os interesses da grande burguesia financeira internacional na defensiva. Em nossa dissertação de mestrado, sustentamos a ideia de que o discurso contra a corrupção e pela ética na política empregado pelo movimento "Fora Collor" expressava uma insatisfação difusa contra os efeitos da política neoliberal do governo Collor, sendo apresentado como uma crítica à recessão econômica, ao desemprego em massa, ao arrocho salarial, ao descontrole inflacionário.²¹⁸ Isso significa que a política neoliberal não foi questionada, de fato, pelas entidades que hegemonizavam o chamado Movimento pela Ética na Política (MEP).²¹⁹ No decorrer das investigações dos atos do presidente Collor, é possível entrever que até mesmo a crítica aos efeitos da política neoliberal perdeu progressivamente a importância, no discurso do MEP, que passou a dar centralidade à luta contra a corrupção e ao aprofundamento das investigações dos atos do Presidente da República, como evidenciam as palavras de ordem defendidas por organizações do movimento: “Basta de corrupção”, “Pelo fim da impunidade”, “CPI pra valer” e “Impeachment já”.²²⁰ É preciso destacar, além disso, que ao menos uma entidade influente no MEP defendia, ainda que de maneira crítica, as políticas de privatização e de abertura comercial, e apresentava-se como

parapública, constitui um recurso permanente da burguesia para a manutenção e a salvaguarda de seu poder”. Nicos Poulantzas. *La crise des dictatures...*, *op. cit.*, p. 117.

²¹⁶ Jorge Zaverucha. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 108.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Ver: Danilo Enrico Martuscelli. *A crise do governo Collor e a tática do PT*, *op. cit.*

²¹⁹ De acordo com Bocchi, foi o Movimento Opção Brasil (MOB), constituído em novembro de 1991, que lançou as condições para o MEP, uma vez que a matriz discursiva de ambos os movimentos estava pautada no combate à corrupção e na luta contra os efeitos da política governamental. Ver: Carmen Priscila Bocchi. *Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 1996.

²²⁰ Inicialmente, a coordenação geral do MEP foi contrária à inclusão da palavra de ordem “Impeachment já”, defendida pela CUT, por entender que era necessário aguardar as investigações da CPI. *Ibidem*.

contrária ao “autoritarismo do executivo”, o que significava exigir maior participação no processo de implementação da política governamental. Essa entidade era justamente o PNBE, ao qual já fizemos referência. A defesa da posse do vice-presidente Itamar Franco, presente no discurso hegemônico do movimento "Fora Collor", também indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura. Na verdade, é possível identificar certa ambiguidade no discurso de algumas entidades ativas no movimento "Fora Collor" as quais apostavam ser possível contrapor-se efetivamente ao neoliberalismo, garantindo a posse de Itamar, em vez de convocar eleições gerais e apresentar uma candidatura presidencial alternativa.²²¹ Não deixa de ser ingenuidade acreditar que a posse de Itamar, vice de um presidente eleito com uma plataforma política neoliberal, pudesse propiciar uma derrota ao neoliberalismo no Brasil, ainda mais num contexto de ofensiva burguesa neoliberal e de refluxo do movimento operário em escala internacional. O próprio processo político subsequente à queda de Collor demonstra que o neoliberalismo e as classes e frações de classes que apoiavam essa política estiveram muito longe de ser confrontados.

Ao defendermos que a crise política de 1992 não se caracterizou como uma crise de regime político ou uma crise do neoliberalismo, somos levados a discutir mais detalhadamente as condições subjetivas dessa crise, isto é, a natureza do movimento "Fora Collor".

2.1 O movimento "Fora Collor"

Já salientamos que os representantes da burguesia interna presentes no Congresso Nacional exerceram o papel dirigente no processo de crise do governo Collor. No entanto, é preciso observar que as forças mobilizadoras/motrizes do movimento em prol do *impeachment* de Collor não se encontravam no Congresso Nacional, mas nos atos e protestos de rua, configurando aquilo que podemos chamar de movimento "Fora Collor". Cabe observar que empregamos a ideia

²²¹ O caso da crise política peruana, ocorrida no primeiro semestre de 1992, que resultou no autogolpe presidencial, no fechamento temporário do Congresso Nacional e na supressão da Suprema Corte, poderia servir de exemplo para sustentar o argumento de que a radicalização do processo de crise no Brasil poderia levar o país para o mesmo caminho. No entanto, como observa Coutinho, o que diferencia as duas experiências é justamente a existência de um pacto político nacional no Brasil e a sua inexistência no Peru. Daí os resultados da crise serem bem distintos. Ver: Marcelo Coutinho. “Em caminhos opostos: uma análise comparativa das crises brasileira e peruana de 1992”. *Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires, Programa Regional de Becas CLACSO. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2001/coutinho.pdf>. Nesse sentido, não se pode afirmar categoricamente que a convocação das eleições gerais, realizada pelas tendências e correntes mais à esquerda, poderia colocar a democracia no país, mesmo que limitada, em situação de risco ou ser tratada como uma simples fraseologia esquerdizante.

de movimento "Fora Collor", pois a defesa da saída do Presidente da República – via renúncia ou *impeachment* – foi o único ponto de consenso entre as diferentes forças sociais que compunham esse movimento no auge da crise política, isto é, nos meses de agosto e setembro de 1992.

O lema "Fora Collor" tem suas raízes no próprio pleito presidencial de 1989 que conferiu vitória apertada do presidente eleito sobre Lula. Observamos aqui o caráter plebiscitário dessa eleição, que colocava, de um lado, um defensor do programa neoliberal e, de outro, uma candidatura que investia na possibilidade de editar um Estado de bem-estar social no Brasil, ainda que numa conjuntura de ofensiva burguesa-neoliberal, de crise do capitalismo de Estado e de crise da social-democracia clássica em nível mundial. Dadas as dificuldades do governo Collor em conter os surtos inflacionários e os efeitos prejudiciais gerados por sua política sobre a economia nacional, em especial, sobre as classes trabalhadoras, o lema "Fora Collor" passou a ganhar relativa projeção no segundo semestre de 1991, tornando-se objeto de acirrados debates na sociedade brasileira, sobretudo, na CUT, no PT e na UNE.

No caso da CUT, a corrente que comandava a direção dessa central, a Articulação Sindical, julgava que não havia condições políticas para exigir a saída do Presidente, preferindo organizar a oposição ao governo, mantê-lo até o final do mandato e utilizar como lema político o “Diga não a Collor”. Tal diretriz foi tomada no contexto do 4º. Congresso da CUT (CONCUT), em setembro de 1991. As correntes que constituíam a oposição sindical, tais como CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista e outras menores, a despeito das divergências existentes entre elas, apostavam na luta pelo *impeachment* de Collor, sintetizada na palavra de ordem "Fora Collor", e na realização de eleições gerais para todos os cargos.

Em 1992, diante do acirramento da crise do governo, a Articulação Sindical passou a adotar o lema “Não Colla Mais”, vindo a sustentar o mote “CPI pra valer, *impeachment* e pelo fim do governo Collor”, em julho desse ano, durante a 5ª. Plenária Nacional da CUT. Diferentemente das oposições sindicais, a direção majoritária da CUT apostava na saída diplomática do Presidente da República, o que a levava a reforçar todos os instrumentos considerados legítimos para viabilizá-la, a saber: a apuração efetiva dos casos de corrupção no governo pela CPI; a aplicação do dispositivo constitucional do *impeachment*, no caso de se confirmar o fato de que o presidente Collor tivesse cometido crime de responsabilidade; e a posse do vice Itamar após o *impeachment*. Além disso, é preciso entrever que, no contexto da crise do governo, a Articulação Sindical passou a secundarizar a luta contra a política econômica do governo Collor, o que se coadunava com as vestes do sindicalismo propositivo em processo de gestação e indicava, portanto, o caráter moderado e legalista da ação política dessa central nessa

conjuntura. Tal posicionamento produziu impactos sobre as mobilizações e protestos organizados pela CUT contra o governo Collor. Não fossem as iniciativas tomadas pelas oposições sindicais, à revelia da direção cutista, a participação dessa Central nos atos e mobilizações poderia ter sido bastante reduzida.

Em relação à UNE, a direção dessa entidade, ligada à UJS/PCdoB, sustentou, no segundo semestre de 1991, a palavra de ordem “Fora Collor” e a defesa de novas eleições gerais, mas alterou tal posicionamento em maio do ano seguinte, quando deixou de fazer menção à reivindicação por eleições gerais. No entanto, o 42º Congresso da UNE (CONUNE) aprovou, por ampla maioria, a bandeira “Fora Collor e Eleições Gerais”, que, nesse contexto, dada a debilidade organizativa da UNE, era uma palavra de ordem de consumo interno da própria entidade.²²² Ainda que fosse presidente da UBES e ligado ao MR-8, na conjuntura de crise do governo Collor, Totó Parente parece indicar de maneira muito clara como o lema “Fora Collor” era abordado pelo movimento estudantil em geral naquele período: “O movimento estudantil tinha a bandeira do FORA COLLOR!, mas ninguém fazia ideia de como isso aconteceria de verdade”.²²³ Um mês depois do 42º CONUNE, reafirmando o posicionamento tomado inicialmente pelo PCdoB, a direção da UNE redefiniria sua linha política e passaria a defender a proposta do “Impeachment Já”. Nota-se aqui que a entidade abandonava a bandeira das eleições gerais e reconhecia a necessidade de substituir Collor por Itamar.²²⁴

Em consonância com seu braço sindical na CUT, a corrente majoritária do PT, a Articulação, também defendeu, no 1º Congresso Nacional desse partido, ocorrido no final de 1991, a proposta de o PT manter-se na oposição ao governo Collor, colocando-se contrariamente aos efeitos da política neoliberal e à corrupção no governo. Seria nessa situação política que essa corrente lançaria o lema “Feliz 94” como forma de apresentar o PT como alternativa eleitoral nas eleições presidenciais de 1994 e também como indicativo de que o PT não empreenderia esforços para remover Collor da presidência naquele momento. Nesse Congresso, o partido aprovou a resolução de que só pediria o *impeachment* de Collor, caso fosse caracterizado “jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente”. As correntes trotskistas, O Trabalho e Convergência Socialista, seguiram um rumo diferente da direção do partido e sustentaram o “Fora Collor” – o que teria se transformado em um dos motivos principais da exclusão da

²²² Ver: Vito Giannotti. *Collor, a CUT e a pizza*. 2. ed. São Paulo, Página Aberta, 1993.

²²³ Entrevista Totó Parente In: Sérgio Sá Leitão e Barbara Axt (org.). *Fora Collor: a incrível aventura da geração que derrubou um presidente*. Rio de Janeiro, Diagrama, 2002, p. 63.

²²⁴ Ver: Vito Giannotti. *Collor, a CUT e a pizza*. 2. ed. *op. cit.*

tendência Convergência Socialista dos quadros do PT, em maio de 1992.²²⁵

A propósito do movimento "Fora Collor", que adquiriu um caráter de massa, nos meses de agosto e setembro de 1992, destacamos três aspectos fundamentais para analisá-lo: a) a predominância do discurso contra a corrupção e pela “ética na política”; b) o enquadramento constitucional do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor e da defesa da posse de Itamar Franco; c) o caráter de classe média das mobilizações.

No que se refere ao discurso contra a corrupção, essa bandeira ganhou impulso a partir das denúncias de Pedro Collor, publicadas pela revista *Veja*, no início de maio de 1992, quando este acusava o irmão, o então Presidente da República, de participar de negócios escusos com o testa de ferro do governo, Paulo César Farias (PC Farias). Essa bandeira fortaleceu-se, com a instalação da CPI do caso PC Farias, no dia 1º de junho de 1992. É nesse contexto que se constituiu o chamado Movimento pela Ética na Política (MEP), tendo como objetivo precípuo acompanhar e apoiar as investigações do caso PC Farias. Convocado pela OAB, esse movimento contou com a participação de importantes entidades, tais como a CUT, a CGT, o PNBE, a UBES, a UNE e a CNBB, entre outras. Das 260 entidades participantes, cerca de 91 eram entidades sindicais. Havia ainda muitas entidades ligadas à Igreja Católica, várias seções da OAB e poucas entidades estudantis – embora, como veremos, a participação dos estudantes tenha sido decisiva no movimento "Fora Collor".²²⁶

No início de junho de 1992, enquanto as centrais sindicais, como a CUT e a CGT, defendiam a saída do presidente Collor, a OAB procurava aguardar pelas apurações da CPI. Esse fenômeno indicava a existência de divergências táticas no interior do MEP. No entanto, o discurso contra a corrupção e pela ética na política acabou sendo a tônica dominante desse movimento. Nessa perspectiva, cabe indagar: qual seria o significado desse discurso na conjuntura em questão?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o discurso contra a corrupção apresentado pelo MEP não tinha nenhuma relação com a crítica à corrupção difundida pelo udenismo, que visava combater a política populista dos governos brasileiros nos anos 1950 e 1960. Diferentemente do caráter conservador da crítica udenista da corrupção, o Movimento pela Ética na Política fundava

²²⁵ Para uma análise das posições da CUT, ver: Dossiê: “Os sindicalistas e o impeachment de Collor”, *op. cit.*; Luciana Ferreira Tatagiba. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1998; Vito Giannotti. *Collor, a CUT e a pizza*, *op. cit.* Para uma análise dos debates internos do PT nessa conjuntura, ver: Danilo Enrico Martuscelli. “O PT e o impeachment de Collor”. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2, 2010.

²²⁶ Informações retiradas de: Centro Pastoral Vergueiro (CPV). Dossiê: Os sindicalistas e o impeachment de Collor, abr. 1995.

sua crítica na luta contra os efeitos da política neoliberal. Isso significa que o MEP sustentava uma bandeira progressista de luta contra a recessão, as altas taxas de inflação, o desemprego, o arrocho salarial, ou mesmo de oposição genérica ao neoliberalismo sem, com isso, apresentar uma alternativa política concreta. Aqui, aliás, reside a maior debilidade desse movimento, que não logrou formular um programa político nem elaborar uma crítica ao caráter de classe da política neoliberal.

Em segundo lugar, vale destacar que essa crítica difusa ao neoliberalismo continha, em suas entrelinhas, o fetiche do Estado, que tendencialmente exerce forte atração, enquanto ideologia, sobre as classes médias. Isso significa que o discurso contra a impunidade, difundido pelo MEP, ao sugerir que, retirando-se os políticos corruptos da administração pública, o Estado poderia recuperar seu bom funcionamento e atender os interesses da sociedade como um todo, acabava ignorando o caráter de classe do Estado. Não queremos, com isso, sustentar a ideia de que o discurso contra a corrupção esteja fadado a se apresentar sob a forma de fetiche do Estado, uma vez que, em determinadas circunstâncias históricas, pode vincular-se à crítica popular à natureza de classe da política estatal – discurso que esteve muito distante de ganhar força na conjuntura do governo Collor.

Em síntese, é possível caracterizar o discurso contra a corrupção como uma ideologia, entendida como doutrina e ação prática. No plano doutrinário, esse discurso indica que a corrupção no governo pode ser resolvida desde que os políticos desonestos sejam demovidos de seus cargos e presos. Tal assertiva pode ser constatada nos refrãos que agitavam as manifestações de rua, entre os quais destacavam-se: “Eia, eia, eia/ Collor na cadeia”; “O Collor vai ganhar/ Uma passagem pra sair desse lugar/ Não é de trem, de metrô, nem de avião/ É algemado, de camburão/ Eta, Collor ladrão”; “PC, PC/ Vai pra cadeia e leva o Collor com você”; “Sou brasileiro/ De coração/ Por isso quero ver o Collor na prisão”; “É ou não é/ Piada de salão/ O Chefe da quadrilha é o presidente da nação”; “Arrá, urru/ Queremos Collor no Carandiru”; “Eu não quero nem saber/ Se cabeças vão rolar/ Ele rouba em Brasília/ Ela na LBA/ Cadeia Já”.²²⁷ Já, em sua manifestação prática, a crítica da corrupção foi utilizada como um meio de desgastar politicamente o Presidente da República e de fazer o enfrentamento contra os efeitos deletérios provocados pela política econômica e social implementada pelo governo federal.

Em relação ao enquadramento constitucional do movimento "Fora Collor", é possível dizer que ele se manifesta por meio da defesa da renúncia de Collor e da posse de Itamar Franco.

²²⁷

Esses refrãos foram reproduzidos na publicação: Sérgio Sá Leitão e Barbara Axt (org.). *Fora Collor, op. cit.*

Tomando como referência algumas organizações influentes do movimento "Fora Collor", tais como a UNE, o PT e a CUT, é possível verificar que, em todas elas, a opção pela posse de Itamar Franco foi confrontada pela proposta de realização de eleições gerais. A CGT também sustentou a posse de Itamar com base num conjunto de propostas que previam o cancelamento do programa de privatização do governo federal e a retomada da USIMINAS.

No caso da Força Sindical, a adesão de seu presidente, Luiz Antonio Medeiros, ao movimento "Fora Collor" deu-se tardiamente – há menos de um mês antes da votação do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor, ocorrida no dia 29 de setembro de 1992. Contrastando com as demais entidades aqui analisadas, a Força Sindical defendeu a posse de Itamar e a continuidade da política neoliberal implementada por Collor, e realizou atos conjuntamente com a Fiesp, ou, nas palavras do presidente dessa central:

Sou pelo *impeachment* do presidente Collor, que prestaria um serviço ao país se renunciasse logo, mas não posso abrir mão da modernização, como outras entidades queriam [...] É justamente nisso e na defesa da privatização que a Força Sindical se diferencia das outras centrais.²²⁸

A defesa da posse do vice-presidente, Itamar Franco, presente no discurso hegemônico do movimento "Fora Collor", também indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura.

Por fim, cabe discutir o caráter de classe do movimento "Fora Collor". Nesse ponto, vale a pena reforçar que esse movimento não contou apenas com a participação dos carapintadas, como ficaram conhecidos os estudantes, em sua maioria de classe média, que fizeram importantes mobilizações exigindo a renúncia do governo. Ignorado por boa parte das análises, o movimento operário também se fez presente em algumas mobilizações massivas em defesa do *impeachment* de Collor. É certo que as mobilizações operárias foram localizadas, não tiveram o mesmo nível de organização das manifestações estudantis e, em alguns casos, contaram com a ajuda dos empresários, que dispensavam seus funcionários para os protestos.²²⁹ No entanto, a título de registro, cabe ressaltar ao menos dois exemplos de manifestação operária nessa conjuntura: a manifestação dos metalúrgicos da região do ABCD, realizada no dia 26 de agosto de 1992 e contando com 60 mil pessoas, segundo a PM, ou 100 mil manifestantes, segundo os

²²⁸ “Medeiros mede sua força hoje na Sé”. *Jornal do Brasil*, 11 set. 1992.

²²⁹ A prática de dispensar os trabalhadores para participarem dos atos públicos foi inclusive apoiada pela Fiesp, na ocasião da realização do ato organizado pela Força Sindical na Praça da Sé, no dia 11 de setembro de 1992. Ver: “FIESP decide liberar o ponto dos trabalhadores para ato público no dia 11”. *Gazeta Mercantil*, 1º. set. 1992.

organizadores,²³⁰ e a de Osasco, outra grande manifestação operária, contando com a presença de cerca de oito mil pessoas, segundo a PM, ou 15 mil trabalhadores, segundo os organizadores.²³¹

Engajados como a principal força motriz/mobilizadora das manifestações massivas do movimento "Fora Collor", os estudantes acabaram roubando a cena política nessa conjuntura, podendo ser qualificados, inclusive, como “agente substituto” das classes burguesa e proletária, incapazes de se manifestarem de maneira autônoma no momento histórico aqui analisado.²³² Apesar do protagonismo do presidente da UNE, Lindberg Farias, nos palanques das principais manifestações, foram os estudantes secundaristas o principal segmento estudantil nos protestos. Como reconhecem os próprios dirigentes estudantis da época, a UBES – e não a UNE – era a entidade que mais conseguia mobilizar os estudantes para as manifestações. De acordo com Darlan Montenegro, na época diretor de políticas educacionais da UNE:

O peso dos dois [dos movimentos estudantis universitário e secundarista] não é igual. O peso do movimento secundarista é totalmente determinante. Todas as passeatas tinham sempre muito mais secundaristas do que universitários: no Rio, em São Paulo. O peso da UNE na direção do movimento é menor, o que, inclusive, deixava seus diretores meio irritados, com razão – afinal, a UNE era a entidade famosa, conhecida, a UNE heroica, a UNE dos anos 60, da luta contra a ditadura. Então, quando a imprensa, por exemplo, procurava as pessoas pra darem declaração, era, de preferência, a diretoria da UNE. A grande figura do Fora Collor é o Lindberg, então presidente da UNE. Mas quem botava gente na rua, muito mais do que a UNE era o movimento secundarista.²³³

Um aspecto que não pode deixar de ser tratado, quando se analisa a participação dos estudantes, nessa conjuntura, é a relação existente entre a categoria estudante e a condição de classe média. Ressaltamos esse fator, pois a maioria das análises tem conferido interpretação diversa sobre o assunto. Mesmo quando fazem menção à condição de classe média dos estudantes, os estudos sobre o movimento "Fora Collor" não procuram observar, na própria condição de classe média, os aspectos ativadores das insatisfações dos estudantes em relação ao governo Collor.

O estudo de Rodrigues, por exemplo, dá peso demasiado à influência da mídia, em especial, do seriado *Anos Rebeldes*, exibido, na época, pela Rede Globo, para explicar a presença

²³⁰ “ABC também protesta”. *Jornal do Brasil*, 27 ago. 1992; “Operários do ABC saem às ruas”. *Diário Popular*, 27 ago. 1992.

²³¹ “Operários protestam em Osasco”. *Diário Popular*, 3 set. 1992.

²³² Extraímos a ideia de “agente substituto” da análise de Décio Saes. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 19.

²³³ Ver: Darlan Montenegro. Entrevistado por Ana Paula Goulart e Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 22 jul. 2004, p. 7. Sobre o mesmo assunto, ver: Mauro Panzera. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 1º. maio 2005, p. 16. Lindberg Farias. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 12 jul. 2005, p. 10. Essas entrevistas encontram-se disponíveis em: www.mme.org.br.

dos estudantes nas ruas. Ademais, iguala-se à caracterização que a grande imprensa fazia dos carapintadas, estigmatizando as mobilizações dos estudantes como predominantemente festivas.²³⁴ É certo que o seriado da Globo exerceu algum tipo de influência sobre a organização das manifestações de rua organizadas pelos estudantes, sendo aludido sob a forma de faixas e cartazes com a inscrição “Anos rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor!” ou por meio de convocatórias para as mobilizações que se valiam da composição “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso, que era a música de abertura do seriado. No entanto, não se pode exagerar na sua importância, sob pena de se defender o argumento elitista que concebe as massas como amorfas (no caso, os manifestantes) e fortemente influenciáveis pelas elites (no caso, através da grande imprensa). Na verdade, é possível dizer que a cobertura do movimento "Fora Collor" pela grande mídia decorreu da força das mobilizações do segundo semestre de 1992, e que os estudantes souberam se aproveitar da minissérie para organizar suas lutas nesse contexto. Na mesma linha de raciocínio de Rodrigues, Groppo tende a apresentar esse movimento como oriundo de uma vontade dos estudantes de cabularem as aulas, repercutindo um argumento que naturaliza a visão do jovem estudante como imaturo e irresponsável.²³⁵

Outras análises, como a de Tosi Rodrigues, tendem a criticar a ideia de que o movimento estudantil estaria renascendo nessa conjuntura, ao demonstrar a reduzida base de organização das principais entidades estudantis desse período.²³⁶ Se é verdade que o movimento estudantil encontrava-se fracamente organizado até a explosão da crise, não se deve subestimar sua importância, quando comparado ao movimento estudantil brasileiro de 1968, pois, do ponto de vista dos resultados obtidos por cada um dos movimentos, os estudantes que se mobilizaram para debelar a ditadura militar não foram tão bem-sucedidos como aqueles que, em 1992, lograram derrubar o primeiro Presidente da República eleito democraticamente após o fim do regime ditatorial no Brasil. Além disso, é preciso ressaltar que, com todas as debilidades, o movimento estudantil do "Fora Collor" não pode ser caracterizado como um movimento puramente espontaneísta, já que, desde a abertura política, vinha ocorrendo, entre os secundaristas e os universitários, um processo de reativação de suas entidades representativas que, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, realizaram lutas importantes em defesa da meia-entrada para os estudantes em atividades culturais, contra o aumento do transporte coletivo, contra os reajustes

²³⁴ Vera Marisa de Souza Rodrigues. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia (Unicamp), 1997.

²³⁵ Luís Antonio Groppo. “As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens 'carapintadas'” In: Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho, Otavio Luiz Machado. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife, Ed. UFPE, 2008.

²³⁶ Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando...., op. cit.*

das mensalidades escolares e em defesa de mais verbas públicas para a educação pública.

A análise dos estudantes feita por Mische sustenta que os jovens, no início dos anos 1990, não se mobilizaram mais através da “identidade participativa de estudante”, como nos anos 1960, mas por meio de uma nova identidade, a identidade de cidadãos, o que fez com que o movimento estudantil perdesse sua capacidade de mobilização juvenil no período mais recente.²³⁷ Ao focar a ideia de identidade de cidadãos contraposta à identidade estudantil, a autora parece perder de vista os elementos que levaram os estudantes a se mobilizarem contra o governo Collor e a silenciarem ou a recorrerem a diferentes reivindicações em outras circunstâncias históricas. Além disso, como observamos mais adiante, a autora ignora o fato de que os manifestantes reafirmaram sua condição de estudantes na conjuntura do "Fora Collor" – o que torna sua análise questionável do ponto de vista teórico e histórico.

Diferentemente dessas análises, operamos com a tese de que, para a compreensão das mobilizações estudantis, faz-se necessário entrever a relação entre estudante e condição de classe. Nessa perspectiva, consideramos que a participação massiva dos estudantes no movimento "Fora Collor" só pode ser explicada se se levarem em conta os fatores da política econômica e social que afetavam a situação de classe dos estudantes. Para além de considerar o movimento estudantil da época como uma mera massa de manobra do seriado *Anos Rebeldes*, é preciso considerar que os estudantes resolveram ir às ruas, exigindo a saída de Collor, pois os interesses de classe aos quais estavam vinculados, vinham sendo atacados pela política governamental de Collor. Antes mesmo de adentrar a aspectos concretos da prática estudantil na conjuntura, vale a pena tecer algumas observações teóricas sobre a polêmica questão da relação entre estudante e classe social.

Algumas análises têm-se dedicado a discutir a particularidade do comportamento dos jovens ou dos estudantes em relação à população em geral. Uma das teses apresentada é a de que o “radicalismo” ou o “inconformismo” juvenil decorre da ampliação dos espaços de sociabilidade da juventude, antes restrita ao ambiente familiar. Nesse sentido, é possível observar uma especificidade do comportamento juvenil, na medida em que o jovem transita do espaço familiar para um ambiente social mais amplo, o que o leva a questionar a realidade vivida até então.²³⁸ Nota-se aqui que a categoria juventude é tomada como objeto central de análise e é entendida

²³⁷ Ann Mische. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, 1997.

²³⁸ Argumento presente nas análises de: Otávio Ianni. “O jovem radical” In: Sulamita de Brito (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968; Seymour Martin Lipset. “O comportamento da juventude universitária” In: Sulamita de Brito (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

como um grupo social homogêneo e caracterizado por comportamento tendencialmente radical. Tal tipo de análise é questionado por Bourdieu, que entende que a divisão entre jovens e velhos é matéria de disputas em toda e qualquer sociedade, e que qualifica a ideia de juventude como unidade social como uma “manipulação evidente”, tendo em vista que as divisões de sexo, classe social, inserção no mercado de trabalho e/ou no aparelho escolar influem sobre o comportamento juvenil demarcando clivagens internas importantes.²³⁹

Outros estudos têm-se debruçado na análise da prática estudantil procurando diferenciá-la do comportamento do restante da população. Habermas *et alii* sustentam que os estudantes possuem uma vida política mais ativa comparada à população em seu conjunto, devido a três determinantes escolares específicos: a) ao caráter temporário da situação de estudante que os leva a relativizarem o cumprimento das exigências próprias da condição profissional; b) à submissão por parte dos estudantes à constante pressão pedagógica; c) ao grau de instrução superior e ao nível de informação relativamente alto que os estudantes possuem em relação à população em geral.²⁴⁰ Nesse caso, os argumentos apresentados pelos autores isolam os determinantes escolares dos determinantes sociais, realizando o caminho inverso das análises de Ianni e de Lipset, mas concluindo de maneira semelhante ao sugerir que os estudantes constituem uma categoria social homogênea. Se, no primeiro caso, a inserção do jovem no aparelho escolar tem pouca importância para a compreensão do comportamento juvenil, na segunda análise, são os vínculos sociais que possuem pouca relevância para entender a prática estudantil.

Entre as análises que procuraram conectar as dimensões escolar e social para entender a prática, podemos indicar o estudo realizado por Poerner acerca do movimento estudantil brasileiro. Por considerar que, nas sociedades brasileira e latino-americana em geral, os elementos arcaicos da estrutura social têm forte presença, a prática dos estudantes desses países tende a se diferenciar do comportamento dos estudantes europeus ou estadunidenses, já que, nessas formações, ocorreram avanços consideráveis em termos de modernização das estruturas sociais. Nessa perspectiva, o autor defende que o estudante brasileiro é um “oposicionista nato”, pois decepciona-se com as dificuldades de acesso à universidade, colocadas pelo vestibular concorrido; em seguida, revolta-se ao perceber que o caráter arcaico da universidade é decorrente da própria estrutura arcaica do país: “A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo

²³⁹ Pierre Bourdieu. “A 'juventude' é apenas uma palavra” In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

²⁴⁰ Jürgen Habermas, Ludwig von Friedeburg, Ch. Oehler e Friedemann Weitz. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral” In: Sulamita de Brito (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*, *op. cit.*

estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual”.²⁴¹ Embora procure colocar em evidência a heterogeneidade da prática estudantil nos termos de sua inserção em formações sociais de capitalismo avançado ou dependente, o autor ignora ou subestima a existência de movimentos estudantis de direita ou condiciona a ação desses grupos à influência norte-americana.²⁴²

Os limites das análises acima referidas encontram-se na própria ambição dos autores de tentarem identificar o que distingue os jovens e os estudantes do restante da população, o que os leva a essencializarem a situação dos jovens e dos estudantes a partir de determinantes exclusivos, como o tamanho do espaço de sociabilidade, o aparelho escolar ou a estrutura social de determinado país. De fato, tais análises criam obstáculos para a compreensão da prática estudantil na conjuntura. Assim sendo, preferimos recorrer aos trabalhos de Poulantzas, Foracchi, Saes e Martins Filho, que nos permitem entrever a relação entre categoria social (estudante) e situação de classe.

Poulantzas não analisa a prática estudantil em si, mas formula um conceito de categoria social que nos ajuda a entender essa prática. Para ele, a categoria social define-se por critérios predominantemente políticos e ideológicos, e cumpre o papel de funcionamento do aparelho de Estado e da ideologia. Nesse caso, poderíamos acrescentar outras instituições como a escola. Cabe observar, no entanto, que o que define fundamentalmente o conceito de categoria social é o fato de esta possuir uma “adscrição de classe”, ou seja, uma categoria social não pode ser tomada como separada das classes sociais nem pode ser identificada exclusivamente com uma única classe, visto que “as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única”.²⁴³ Quando tomamos como ponto de partida a análise dos estudantes, podemos caracterizá-los, assim, como uma categoria social que possui adscrição heterogênea de classe.

São justamente os trabalhos de Foracchi, Saes e Martins Filho que nos ajudam a refletir sobre essa adscrição heterogênea de classe dos estudantes.²⁴⁴ Para tais autores, é preciso refletir sobre um duplo aspecto para compreender a prática estudantil: de um lado, sobre a relação entre o

²⁴¹ Artur José Poerner. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 33.

²⁴² Essa crítica ao trabalho de Poerner foi extraída do artigo: Mateus da Fonseca Capssa Lima e Diorge Alceno Konrad. “Estudantes, trabalho e classes sociais”. *Revista Latino-Americana de História*, vol. I, n. 3, mar. 2012.

²⁴³ Nicos Poulantzas. “As classes sociais”. *Estudos Cebrap*, n. 3, 1973, p. 25.

²⁴⁴ Ver: Marialice Mencarini Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Nacional, 1965; Décio Saes. “Entrevista: Cara a Cara com Décio Saes”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 1, 1978; Décio Saes. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 2, 1978; João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Unicamp), 1986.

aparelho escolar e as condições de ação política ou reivindicativa dos estudantes, e, de outro, sobre o caráter da relação de dependência existente entre o estudante e a família, pois esta funciona como caução econômica (manutenção) e ideológica (aspirações sociais e perspectivas de carreira) do estudante. Desse modo, é a família que fornece as condições materiais para que o jovem possa se tornar estudante, o que significa que os vínculos de dependência econômica e ideológica do estudante em relação à família é que determinam sua situação de classe.²⁴⁵

Dado o caráter excludente do aparelho escolar no Brasil, seria totalmente improcedente argumentar que os filhos do operariado compunham a base social principal dos matriculados no ensino médio e superior na conjuntura em questão. Na verdade, em países nos quais os níveis de desigualdade social são alarmantes, como é o caso brasileiro, é de esperar que os filhos do operariado encontrem na atividade laboral a única forma de ascender socialmente, sendo forçados, desde cedo, a dividir o tempo de vida escolar com emprego, geralmente precário, o que lhes impede de alongarem os estudos. Já os filhos de classe média logram atingir um tempo de escolaridade muito superior ao dos filhos do operariado, pois suas famílias oferecem as condições materiais propícias para prosseguirem nos estudos e concluí-los até o nível superior, sem que tenham necessidade de enfrentar o cotidiano difícil do mercado de trabalho, em especial, as atividades mais precárias.²⁴⁶

Na ausência de dados mais sistematizados sobre os estudantes participantes do movimento "Fora Collor", sustentamos, de maneira aproximativa, que é de supor que a maioria deles, oriundos do ensino médio (na época, chamados de secundaristas) e do ensino superior, pertencia às famílias de classe média.²⁴⁷ Dias destaca que, além da preponderância das classes médias no meio estudantil, havia outra justificativa importante para o predomínio da classe média nas manifestações de rua, a saber, o fato de essas manifestações terem ocorrido, no mais das vezes, durante dias úteis e em períodos nos quais a maioria dos jovens trabalhadores estavam cumprindo sua jornada de trabalho, o que teria propiciado a participação de jovens não trabalhadores ou pertencentes às classes mais abastadas.²⁴⁸ Embora o autor não faça menção à ideia de “métodos de luta” dos estudantes, é possível concluir que tais métodos são um indicador importante para atestar o caráter de classe média do movimento estudantil dos envolvidos no movimento "Fora Collor", já que organizar manifestações em períodos que os jovens e estudantes

²⁴⁵ Ver: Marialice Mencarini Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, op. cit.

²⁴⁶ Ver: Décio Saes. “Classe média e escola capitalista”. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.

²⁴⁷ A despeito da importância do movimento "Fora Collor", salientamos que são raros os estudos que se debruçam sobre a análise da prática estudantil nesta conjuntura.

²⁴⁸ Ver: Luiz Antonio Dias. “Política e participação juvenil: os 'cara-pintadas' e o movimento pelo impeachment”. *História Agora* – a revista de história do tempo presente, jan. 2008.

trabalhadores não poderiam participar, evidencia que as entidades estudantis envolvidas nos atos estavam contando com a participação de um tipo de manifestante que é estudante, mas que não trabalha.

Alguns refrãos cantados nas manifestações de rua indicam que os jovens ou estudantes trabalhadores não recebiam o mesmo tipo de tratamento dos estudantes não trabalhadores, já que seu conteúdo não fazia qualquer referência à situação laboral dos jovens, como por exemplo: “Estudante unido/ Derruba o collorido” e “Não vai dar/ Assim não vai dar/ Eu quero estudar/ O Collor não quer deixar”. Trata-se de refrãos que enfatizam a situação de estudante dos manifestantes, distinguindo-os dos jovens que trabalham, sejam eles estudantes ou não. Em outro refrão, vimos sobressair a situação de dependência dos estudantes em relação à família e os efeitos prejudiciais que a política governamental havia gerado sobre as condições socioeconômicas dessas famílias: “Um, dois, três/ Quatro, cinco, mil/ O bolso do meu pai/ Não é o Banco do Brasil”. Por fim, podemos observar o princípio da distinção expresso pelos manifestantes em tom de preconceito de classe em relação aos trabalhadores pauperizados, que eram identificados como os principais responsáveis pela eleição do presidente corrupto: “Você está descamisado/ Pé no chão, passando fome?/ Bem feito, quem mandou votar no homem?”.²⁴⁹ Ainda que não se possa levar às últimas consequências a importância desses refrãos cantados nas manifestações para a organização do movimento "Fora Collor", no mínimo, eles fornecem pistas para entender a adscrição de classe dos estudantes ali presentes.

Observando a conjuntura do governo Collor, é possível verificar que, numa série de aspectos, foram criados prejuízos para os interesses das classes médias. No primeiro aceno do governo, as classes médias tiveram seus rendimentos aplicados em poupança confiscados, reduzindo-se, assim, a margem de manobra que tinham para enfrentar a chaga inflacionária que acometia a sociedade brasileira nesse período. Os altos índices inflacionários também atingiam as mensalidades escolares, na época, um tema que se encontrava em evidência, chegando a aparecer, inclusive, nas propostas governamentais dos presidencialistas em 1989 e a ser tema central das mobilizações estudantis realizadas nos últimos anos da década de 1980 e início dos anos 1990. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 4 de maio de 1993, data na qual a UNE e a UBES organizaram manifestações em todo país contra o aumento das mensalidades escolares, o presidente da UNE, Lindberg Farias, denunciava o abuso dos reajustes, atestando, com base nos dados do Dieese que, entre janeiro de 1987 a março de 1993, as mensalidades escolares teriam

²⁴⁹ Esses refrãos também foram extraídos da publicação: Sérgio Sá Leitão e Barbara Axt (org.). *Fora Collor...*, *op. cit.*

sofrido um aumento de 267% acima da inflação.²⁵⁰ A alta dos preços das mensalidades escolares trazia implicações sobre o tempo e a qualidade dos estudos dos filhos das classes médias. Numa situação de recessão econômica, arrocho salarial e altos índices de desemprego, as famílias de classe média tornavam-se presa fácil da inadimplência, o que as levava ao endividamento ou a matricular seus filhos em escolas mais populares ou em escolas privadas de *status* inferior, se quisessem garantir a eles a continuidade dos estudos. Isso gerava certo inconformismo nessas famílias, que percebiam que não só o prolongamento dos estudos de seus filhos, como também o próprio *status* das escolas nas quais eram obrigados a matriculá-los estavam em declínio. Evidenciava-se, assim, certa frustração em relação à possibilidade de seus filhos não conseguirem superar sua condição social atual pela via da escolarização e, portanto, da valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual.²⁵¹ É importante salientar ainda a tentativa malsucedida de Collor, por meio do Emendão, de instaurar a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, o que também entrava em confronto com os anseios e aspirações das famílias de classe média de ocuparem os espaços universitários e transformarem o diploma de graduado de seus filhos num instrumento de acesso aos postos mais bem remunerados e com melhor *status* do mercado de trabalho. Outro aspecto a ser ressaltado foram os duros ataques promovidos pelo governo Collor contra o funcionalismo público, categoria que abrange predominantemente trabalhadores de classe média. Desde a campanha eleitoral, Collor vinha dando disparos contra os servidores públicos, considerados genericamente como um dos principais responsáveis pelo déficit público e pela ineficiência da máquina estatal. Como já assinalamos, uma das primeiras iniciativas do governo foi a de fechar o cerco contra o funcionalismo e colocar milhares de servidores públicos em situação de disponibilidade. Tal posicionamento feria os interesses das classes médias, não só porque atacava uma das bases principais do emprego dessas classes, o emprego público, como também contrariava a lógica da ideologia meritocrática (crença na ideia de que as diferenças sociais decorrem fundamentalmente da hierarquia de dons e méritos), à qual a classe média é apegada, na medida que o concurso público, como meio de acesso à carreira na administração pública, era colocado em questão pelo governo com a política de redução do número de servidores públicos. Esses e outros fatores foram decisivos para ativar as insatisfações das classes médias contra o governo, levando-as a ter uma presença majoritária nas manifestações de rua, por meio do movimento estudantil, e a pedirem a saída do Presidente da República.

²⁵⁰ Ver: Lindberg Farias. “Invertendo prioridades”. *Folha de S. Paulo*, 4 maio 1993.

²⁵¹ Sobre a relação entre prolongamento da escolarização e classe social e entre trabalho intelectual/manual e classe média, ver: Décio Saes. “Classe média e escola capitalista”, *op. cit.*

Somado a isso, vale a pena observar que o discurso hegemônico contra a corrupção, nessa conjuntura, possuía um forte atrativo para as classes médias, em especial, para os estudantes, que recorreram à crítica da corrupção como tática de desgaste do governo. Tal crítica/denúncia funcionava como uma espécie de ideologia, já que fazia referência à ideia de que a existência de corrupção no governo prejudicava a todos, mas ocultava o fato de que tal crítica era revestida de questionamento dos efeitos da política governamental que estariam impactando negativamente os interesses das classes médias. Nesse sentido, é possível sustentar que a crítica à corrupção no governo assume aqui um conteúdo progressista, já que as classes médias mobilizadas operavam numa conjuntura na qual o conjunto da classe trabalhadora tinha seus interesses preteridos, não se colocando em questão a existência de políticas governamentais que favorecem o operariado em detrimento da classe média. Se assim fosse, poderia engendrar-se certa inclinação conservadora entre os manifestantes, que passariam a verbalizar críticas a tais políticas governamentais por considerá-las negativas ao processo de diferenciação social das classes médias enquanto classe que agrega fundamentalmente trabalhadores não manuais. Ademais, observamos que as mobilizações dos estudantes de classe média contra o presidente corrupto estavam marcadas por um caráter político-corporativo,²⁵² uma vez que eram oriundas de demandas específicas dos estudantes (luta contra o aumento das mensalidades, luta em defesa da educação pública, etc.), mas transcendiam esse universo ao se projetarem contra a execução e os efeitos da política governamental, a corrupção existente no governo, e exigirem a saída do Presidente da República. Aliás, é preciso salientar que o uso da crítica da corrupção no governo como via de questionamento da política governamental e de desgaste do governo de plantão não era novidade no país, sobretudo, se tomarmos como referência outros momentos de crise política no país.

Em 1930, as classes médias valeram-se das denúncias de corrupção para desgastar os representantes da política da República Velha, qualificando-os como carcomidos e chegando até mesmo a abrir uma comissão de inquérito, nos primeiros meses do governo Vargas, para puni-los. Nesse caso, predominou a denúncia do processo eleitoral viciado pela chamada política do café com leite, que expressava a hegemonia das forças dos estados de Minas Gerais e São Paulo na escolha dos presidentes da República. A crise política de 1930 teve como consequência a

²⁵² Seguimos aqui a distinção estabelecida por Saes acerca da natureza dos objetivos do movimento estudantil. De acordo com esse autor, no primeiro nível, os objetivos são puramente corporativos e designam reivindicações internas ao ambiente escolar; no segundo nível, os objetivos do movimento estudantil apresentam-se como político-corporativos por traduzirem simultaneamente demandas corporativas e, de maneira indireta, políticas – o que leva os estudantes a se posicionarem perante o Estado e as classes sociais. Num nível mais radicalizado, teríamos os objetivos puramente políticos, que traduziriam, de modo direto e aberto, a relação do movimento estudantil com o Estado e as lutas sociais. Ver: Décio Saes. “Entrevista: Cara a Cara com Décio Saes”, *op. cit.*

efetivação de uma política de desenvolvimento industrial e de integração, ainda que parcial e precária, dos trabalhadores à política estatal. Isso significa que a crise de 1930 produziu efeitos sobre a estruturação do núcleo hegemônico do bloco no poder e foi determinante para que o país ingressasse numa nova fase do capitalismo. Nesse sentido, é possível dizer que as denúncias de corrupção colaboraram, ainda que de maneira diluída, para que se alterasse a correlação de forças existente e se promovessem algumas mudanças no sistema hegemônico – o que coloca em evidência o caráter progressista delas naquela conjuntura.

A crise política de 1953-1954, que resultou no suicídio de Vargas, teve uma conotação diferente. Porquanto a burguesia comercial, atrelada ao imperialismo, procurava impor uma política refratária ao desenvolvimento industrial e valia-se das denúncias de corrupção como instrumento de luta para acabar com o “mar de lama do Catete”, como defendiam os udenistas, havia um elo de unidade entre essa fração de classe e a burguesia industrial na luta contra o movimento popular em ascensão. Novamente, a crítica da corrupção aparecia em cena, mas com uma conotação conservadora, já que visava a derrotar políticas favoráveis aos interesses dos trabalhadores – ainda que tais políticas fossem restritas a uma parcela dos trabalhadores urbanos – e a neutralizar as forças sociais que se identificavam com o movimento popular naquele momento. Nesse caso, a denúncia de corrupção possuiu um alcance muito maior do que a havida na crise de 1930.

O golpe político-militar de 1964 também foi outra importante crise política no Brasil na qual as denúncias de corrupção marcaram presença de uma perspectiva conservadora. Com esse golpe, as frações burguesas uniram-se contra os seguintes fatores: a ameaça do comunismo, anunciada pela nova onda de ascensão dos movimentos populares entre o final dos anos 1950 e idos de 1960; a constituição de uma “República de sindicalistas” no governo João Goulart, tendo em vista as relações mantidas entre o governo e os movimentos sindical e popular; a adoção por parte desse governo de medidas que contrariavam os interesses do grande capital e favoreciam os interesses dos trabalhadores, como se caracterizavam a partir das reformas de base propostas pelo governo de Jango. Tal crise pode ser considerada uma importante fase de reestruturação do bloco no poder, o que levou os grandes grupos monopolistas, nacionais e internacionais, a projetarem-se na cena política. Nessa ocasião, as denúncias de corrupção tiveram presença entre as forças de oposição ao governo de João Goulart. Erguendo-se nos embates políticos como defensores da ordem social, os golpistas colocavam-se na luta contra as forças sociais alinhadas ao governo de João Goulart. Cabe ressaltar, no entanto, que dado o caráter politizado dessa crise política, o lugar

ocupado pelas denúncias de corrupção contra o governo era reduzido, especialmente quando comparado a outras crises aqui analisadas.

Chama-nos a atenção o fato de que as denúncias de corrupção marcaram presença nos embates políticos travados nessas conjunturas, mas emergiram totalmente descoladas da crítica ao caráter parasitário do Estado burguês. Entendemos que, dependendo de sua conotação, a denúncia de corrupção pode ser considerada um indicador do alcance e dos limites da plataforma reivindicatória dos grupos, segmentos e classes sociais que fazem uso desse instrumento político para obter maior influência na cena política ou para atingir seus interesses econômico-corporativos de curto e médio prazos. Nessa perspectiva, é possível indicar que a tática da denúncia de corrupção presente em todas as crises políticas de 1930, 1954, 1964, 1992 e 2005, ainda que com presença e importância variadas, funcionou como uma espécie de mecanismo de alusão/ilusão, típico das ideologias políticas. Isso significa que essa tática alude à existência de corrupção no governo, enquanto ilude, na medida em que oculta os interesses de classe que dão base material a ela. Trata-se, portanto, de um expediente que tende a despolitizar não só a crítica popular à política estatal, como também os conflitos intraburgueses. Ademais, as denúncias de corrupção têm geralmente forte apelo junto às classes médias, porque traduzem, por uma via específica, o fetiche de Estado (ou estatismo). Dessa maneira, a tática da denúncia de corrupção impressa sob a direção política de determinadas frações do bloco no poder pode lograr atingir alguns segmentos das classes médias e ter, nesses segmentos, um forte aliado político no combate às políticas de interesse do proletariado. Ou ainda, o fetiche de Estado pode se combinar aqui com o medo da proletarização e tornar as classes médias uma importante aliada de frações do bloco no poder. Não é isso o que ocorreu na conjuntura de 1992, já que aí os efeitos perversos da política governamental afetavam a classe trabalhadora em seu conjunto. Não foi, portanto, o medo da proletarização que moveu as classes médias para a luta contra o presidente corrupto, mas uma série de medidas tomadas pelo presidente Collor que atingiram diretamente os interesses particulares dessas classes, levando-as a se moverem contra o caráter recessivo da política adotada pelo governo federal.

Pelo exposto até aqui, concluimos que as classes médias constituíram a principal força motriz/mobilizadora das manifestações de massa, nos meses de agosto e setembro de 1992. No entanto, a força dirigente foi a burguesia interna, situada no Congresso Nacional, que levou às últimas consequências o dispositivo constitucional do *impeachment*. Embora seja possível dizer que outras classes e frações de classe estavam presentes nas ruas e no Congresso Nacional, mobilizando-se contra o governo, é importante detectar quais delas exercem maior influência em

cada um desses espaços de intervenção política e quais delas ocupam o lugar de direção, e de força motriz do processo. Além disso, faz-se necessário entrever que, a despeito das manifestações de rua apresentarem-se como suprapartidárias, e os próprios manifestantes verbalizarem forte insatisfação com as eventuais tentativas de partidizar o movimento "Fora Collor" ou de ceder palanques para as forças partidárias – revelando, assim, certa ideologia antipartidária refratária às formas de organização coletiva –, no processo geral, é possível observar que as ações do movimento estudantil subordinaram-se às iniciativas tomadas pela frente parlamentar de oposição. Ou melhor, embora as decisões dos congressistas em defesa do *impeachment* de Collor tenham sido influenciadas pelas fortes mobilizações de massa realizadas principalmente pelos estudantes, em nenhum momento, as prerrogativas institucionais dadas aos parlamentares para aprovar o pedido de *impeachment* foram colocadas em risco pelo movimento estudantil. Isso significa que o movimento estudantil foi dirigido pela frente parlamentar de oposição.

Essa unificação de interesses, num espaço curto de tempo, indica que o processo de transição ao capitalismo neoliberal no Brasil alimentou contradições no seio da própria burguesia, traduzindo-se em tensões entre o Executivo e o Congresso Nacional. Como o traço marcante da política estatal neoliberal de Collor era seu caráter antipopular, não seria sensato esperar que os setores prejudicados por essa política fossem se alinhar aos interesses dos grupos monopolistas e imperialistas. Foi justamente o perfil regressivo da política executada por Collor o que impulsionou as classes médias a irem às ruas exigir sua saída e, ao mesmo tempo, a formarem uma frente política com a burguesia interna para emplacar uma derrota política ao Presidente da República.

3. A dinâmica interna da crise do governo Collor

A análise empreendida até aqui, acerca do processo de transição ao capitalismo neoliberal e da natureza da crise do governo Collor, permitiu-nos ter uma visão mais ampla das condições históricas e políticas que tornaram possível a deflagração da crise política de 1992. Cabe agora discutir a dinâmica interna da própria crise visando compreender seus resultados e efeitos sobre a conjuntura em questão. Nesse sentido, consideramos que para atingir uma visão mais global desse processo político, faz-se necessário articular as relações existentes entre natureza, dinâmica interna e resultados da crise do governo Collor.

Em linhas gerais, é possível distinguir quatro momentos fundamentais da crise do governo Collor. O primeiro deles situou-se entre os meses de setembro de 1991 e maio de 1992. Foi um período no qual se produziram condições para que a continuidade de Collor na Presidência da República fosse colocada em risco. **Eis aqui o prólogo da crise política.** O momento seguinte teve início no final do mês de maio e encerrou-se no final do mês de julho de 1992. Abrangeu o período no qual as denúncias de Pedro Collor começam a produzir efeitos, acarretando na instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do caso PC Farias, na apuração dos principais depoimentos, na constatação das relações entre PC Farias e Collor, em negócios escusos, e no surgimento das primeiras manifestações de rua. Nesse momento, **a crise do governo se desencadeava.** O terceiro momento abarcou os meses de agosto e setembro de 1992, quando se intensificaram as mobilizações de rua, ganhou força o movimento que exigia a saída de Collor da Presidência da República, foi aprovado o relatório da CPMI, abrindo condições efetivas para a aprovação do *impeachment* de Collor, e foi votado finalmente o *impeachment*. **Tratava-se do clímax da crise política.** O quarto momento começou no mês de outubro de 1992 e encerrou-se em dezembro de 1994, com o fim do mandato do presidente Itamar. Esse período abrangeu as primeiras iniciativas do novo governo, marcadas por fortes hesitações em relação à herança neoliberal de seu antecessor, as tentativas de Itamar de ampliar o leque de alianças no Congresso Nacional e a implementação do Plano Real pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e sua repercussão no processo eleitoral. Demarcou, portanto, **o epílogo da crise política.**

Longe de sustentar uma visão linear do processo de crise do governo Collor, como se cada momento fosse determinado por uma evolução gradual, contínua e necessária que possibilitaria a emergência do momento seguinte, compreendemos que o recurso a essa periodização política nos propicia observar os deslocamentos das contradições e ziguezagues da conjuntura que tornaram possível o *impeachment* de Collor. Tratemos de analisar as características fundamentais de cada um dos momentos políticos acima descritos.

3.1 O prólogo da crise (de setembro de 1991 a meados de maio de 1992)

O prólogo da crise do governo Collor não coincide com o momento crucial de deflagração da crise em si, mas abrange o período no qual se engendrou mais nitidamente o acúmulo de contradições que tornaram a crise política uma realidade. É possível notar que, em setembro de

1991, segundo o IPC-Fipe, a inflação atingia a escala dos 16,21%, elevando-se significativamente, no mês seguinte, para 25,17% e superando, assim, a marca registrada em janeiro do mesmo ano, quando o Plano Collor II foi implementado e a inflação alcançava os 21,02%. Com isso, o segundo plano de estabilização monetária aplicado pelo governo apresentava fortes indícios de fracasso na tentativa de conter a inflação. Somente em julho de 1994, após a implantação do Plano Real, a inflação atingiria níveis inferiores a 20%. As taxas trimestrais do PIB brasileiro, registradas em 1991, são também importante indicador das dificuldades do governo Collor de promover uma política de crescimento econômico. No primeiro trimestre de 1991, o PIB situava-se na casa dos 6,95%. No trimestre seguinte, sob o impacto do Plano Collor II, o PIB se elevaria para 7,92%, vindo a cair nos dois trimestres seguintes, alcançando 2,12%, no terceiro, e 1,04%, no quarto trimestre. Acompanhavam esse processo o arrocho salarial e as demissões em massa, o que agravava ainda mais a situação econômica do país. Além disso, como já indicamos em outro momento, foi nessa conjuntura do final de 1991 que começam a surgir várias denúncias de corrupção envolvendo membros da alta cúpula governamental e até a primeira dama, provocando a derrubada de ministros e a saída de Rosane Collor da presidência da LBA. Concomitantemente, certas organizações e grupos de esquerda começaram a sustentar ou ao menos debater a bandeira do "Fora Collor". Este foi o caso do PT, do PCdoB, da CUT e da UNE. Nessa conjuntura, forças de centro-esquerda e certas parcelas do empresariado nacional começaram a defender a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo, previsto para ocorrer em 1993, e a indicar o parlamentarismo como remédio para a ingovernabilidade gerada pela equipe de Collor.²⁵³ Diante desse cenário, o governo procurou tomar três iniciativas importantes visando se recompor politicamente. Em meados do segundo semestre de 1991, tentou implementar o Emendão, a fim de aprofundar as reformas neoliberais no país, mas sofreu resistências no Congresso Nacional, saindo derrotado. Em janeiro de 1992, com vistas a se garantir politicamente perante os credores internacionais, o governo selou acordo de pagamento da dívida externa com o FMI e o Clube de Paris. Esta se constituiu como mais uma tentativa do governo de atender as demandas da burguesia financeira internacional e aprofundar o quadro de agravamento econômico pelo qual o Brasil já passava. No mês seguinte, Collor promoveu uma reforma ministerial, ampliando a representatividade partidária de 28% para 47% no Congresso Nacional. No final de março, empregou a tática de aproximação com o PSDB, visando incorporar quadros desse partido no alto escalão

²⁵³ Sobre isso, ver: Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando...., op. cit.*

governamental. No entanto, como sustenta Rodrigues:

Antes que o partido se decidisse, um dos membros do diretório nacional, o cientista político Hélio Jaguaribe, já aceitara o posto de secretário de Ciência e Tecnologia. Na reunião da Executiva Nacional do PSDB, no dia 2 [de abril], o assunto “adesão” era o único ponto de pauta. De um lado, o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, a quem o presidente acenara com a chancelaria, de outro o grupo ligado a Mário Covas, contrário à adesão. Foram exatos oito votos a oito, cabendo o voto de Minerva ao presidente, Tasso Jereissati, que decidiu que o partido deveria permanecer fora do governo.²⁵⁴

Essas tentativas do governo de ampliar o leque de alianças no Congresso Nacional mostraram-se frustradas, na medida em que não foram criados mecanismos que oferecessem contrapartidas efetivas para os grupos e forças políticas que vinham resistindo, ainda que pontualmente, a determinados aspectos da política neoliberal implementada nessa conjuntura. Tratava-se de forjar uma aliança meramente formal, com a entrega de alguns postos no governo e o atendimento de interesses paroquiais, mas que não se traduziam em mudanças nos rumos da política econômica e social – o que levava o governo a assumir cada vez mais a “fisionomia do PFL”.²⁵⁵ Numa situação de recessão econômica, de crescentes denúncias de corrupção no governo e de aprofundamento da política neoliberal, a instabilidade política tendia a atingir aspectos críticos, a ponto de uma pequena faísca provocar incêndio em toda a floresta. Foi justamente isso que ocorreu, no início de maio, com a publicação das denúncias de Pedro Collor na revista *Veja* contra o ex-tesoureiro da campanha presidencial, PC Farias, acusado de tráfico de influência. Ademais, Pedro Collor também indicava que havia dado ciência ao Presidente da República sobre as ações de seu tesoureiro – o que aumentava a gravidade do problema.

Em resposta, o governo e a família do presidente Collor procuraram estigmatizar Pedro Collor, que chegou a ser acusado pela própria mãe de insanidade mental. Poucos dias depois, ainda em meados de maio, o irmão do presidente Collor foi desligado das organizações Arnon Mello, pertencente à família. Para além das intrigas familiares, setores do empresariado, entre eles, Mário Amato, e algumas lideranças políticas procuraram amenizar a gravidade do assunto, sustentando que se tratava de mero conflito familiar ou que se tratava de tema a ser resolvido pelo Poder Judiciário e não pelo Congresso – tática que se inscreve na tentativa de liquidar ou despolitizar o debate incitado pelas denúncias de corrupção, visto que as resistências à política governamental existentes no Congresso Nacional já eram bastante conhecidas. O temor de que as denúncias tivessem repercussão sobre o conteúdo da política econômica era grande, e, nesse

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 174.

²⁵⁵ *Ibidem*.

sentido, era preciso tomar cautela em relação a qualquer iniciativa que pudesse desestabilizar o governo. Tal quadro teve consequências sobre a conjuntura, levando certos partidos não alinhados plenamente ao governo, como PMDB, PSDB, PDT e PPS, a serem contrários à instalação imediata de uma CPI para averiguar o caso, preferindo aguardar investigações da Polícia Federal antes de tomarem uma posição final. Diferentemente, o PT assumiu a defesa da abertura da CPI e organizou-se, por meio de sua bancada parlamentar, para viabilizar o requerimento. Aqui, ganharia destaque a atuação do deputado José Dirceu e do senador Eduardo Suplicy, ambos do PT, que exerceram liderança política decisiva tanto no que se refere ao processo de abertura da CPI, quanto ao aprofundamento das investigações das denúncias contra PC Farias e o próprio presidente Collor

Para instaurar uma CPI que analisasse as denúncias, fazia-se necessário apresentar requerimento com a assinatura de um terço dos senadores (isto é, 27 senadores) **ou** um terço dos deputados federais (isto é, 171 deputados). No caso de uma CPMI, era preciso obter a assinatura de um mínimo de 27 senadores e 171 deputados – o que era mais difícil de atingir. No entanto, no intervalo de uma semana após a publicação da matéria na revista *Veja*, no dia 18 de maio, o cenário político já havia mudado, ao ganhar visibilidade no noticiário, consumando-se a entrega do Requerimento n.º. 52, de 27 de maio de 1992, ao Congresso Nacional para a instalação da CPMI visando “apurar fatos nas denúncias do Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO, referente às atividades do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, capazes de configurar ilicitude penal”.²⁵⁶ Inicialmente, o documento circulou no Congresso Nacional com a assinatura de alguns senadores e deputados que haviam encabeçado o processo junto aos seus partidos de origem, tais como Humberto Lucena e Genebaldo Correia pelo PMDB; Eduardo Suplicy, Eduardo Jorge e José Dirceu pelo PT; Fernando Henrique Cardoso e José Serra pelo PSDB; Eden Pedroso e Maurício Corrêa pelo PDT; Luiz Carlos Haully pelo PST; e José Paulo Bisol pelo PSB. Já o documento final apresentado ao Congresso Nacional alcançou um total de 36 assinaturas de senadores e 179 de deputados, o que assegurou regimentalmente a abertura da CPMI. Tal cenário começava a comprometer o futuro de Collor na Presidência da República, tendo em vista os fortes vínculos existentes entre ele e PC Farias. A crise política estava desencadeada.

²⁵⁶ Diário do Congresso Nacional, 28 maio 1992, p. 681.

3.2 O desencadeamento da crise (do final de maio ao final de julho de 1992)

A crise política teve início quando uma força social se moveu para derrubar o presidente Collor. Isso ocorreu quando se concretizou a abertura do processo de abertura da CPI do caso PC Farias e com os desdobramentos políticos engendrados por ela. A CPMI do caso PC Farias foi instaurada no dia 1º de julho de 1992. Foi composta por 22 parlamentares titulares, sendo 11 senadores e 11 deputados, e 22 suplentes, entre estes, 11 senadores e 11 deputados. PMDB, PSDB, PT, PDT e PSB ficaram com sete titulares e seis suplentes, entre os senadores, e com cinco titulares e cinco suplentes, entre os deputados, assegurando maioria na CPMI. A presidência da CPMI ficou sob a responsabilidade de Benito Gama (PFL), a vice-presidência com Maurício Correia (PDT) e a relatoria com Amir Lando (PMDB). Além disso, a CPMI contou com o apoio de seis sub-relatorias que se dividiram nos seguintes eixos temáticos: Assuntos Internacionais, Assuntos Bancários, Assuntos Fiscais, Assuntos da Área da Saúde, Assuntos da Área de Aviação e Assuntos das Relações Empresariais. No total, a Comissão realizou 35 reuniões, entre as quais, 23 foram destinadas à escuta de depoimentos.²⁵⁷

A repercussão política dos depoimentos foi muito desigual. Os dois primeiros depoentes foram os personagens que estavam tomando o centro das atenções: Pedro Collor (no dia 4 de junho) e PC Farias (no dia 9 de junho). Pedro Collor ratificou as acusações feitas a PC de Farias, envolveu o ex-secretário de Collor, Cláudio Francisco Vieira, no processo, sustentando que este havia sido informado das ações de PC Farias quanto à prática de tráfico de influência, extorsão e corrupção, mas procurou amenizar as denúncias feitas ao irmão. PC Farias reconheceu que havia tido envolvimento com fraude eleitoral e tráfico de influência.²⁵⁸ De acordo com Tosi Rodrigues, até meados de junho, o governo manteve-se na defensiva, mas tal comportamento tomou outro rumo na segunda metade do mesmo mês, já que Collor procurou: “1) acelerar ao máximo os trabalhos da Comissão, inclusive apoiando os avanços dos trabalhos no recesso de julho, para evitar que o desgaste provocado pelas apurações chegasse a agosto; 2) esvaziar o debate sobre o *impeachment*; 3) desqualificar os depoentes que atingissem o Planalto na CPI (...).”²⁵⁹ Na verdade, após a instalação da CPMI, a tática adotada pelas forças políticas alinhadas ao governo foi a de dar agilidade às investigações com vistas a encerrá-las e centrá-las exclusivamente na figura de PC Farias – o que retirava de cena a figura do Presidente da República e,

²⁵⁷ Cf. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada de acordo com o Requerimento nº. 52/1992.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando...., op. cit.*, p. 192.

consequentemente, o fantasma do *impeachment* que rondava a Casa da Dinda.

No mês de junho, a CPMI ouviu dez depoimentos. No final do mesmo mês, as investigações começaram a perder fôlego, e o governo logrou momentaneamente recompor suas forças. Sem a existência de um fato novo, as investigações dificilmente chegariam à constatação dos vínculos existentes entre PC Farias e Collor. No entanto, no dia 27 de junho, a revista *Isto é* publicou matéria que circularia na edição do dia 1º de julho, com o motorista do Presidente da República, Francisco Eriberto Freire França, denunciando as relações escusas existentes entre PC Farias e Collor, e indicando a secretária da presidência, Ana Acioli, como responsável por fazer as intermediações financeiras que permitiam a Collor cobrir despesas da Casa da Dinda e de familiares com dinheiro enviado por PC Farias. Foi a partir desse momento que o primeiro jornal da grande imprensa, a *Folha de S. Paulo*, publicou matéria, no dia 30 de junho, exigindo a renúncia de Collor, em nome da “governabilidade”. Cabe lembrar aqui que, nos primeiros dias de governo, Collor havia ordenado à Polícia Federal fazer uma diligência nesse jornal para averiguar se a *Folha* cobrava pela publicidade em cruzados novos ou na nova moeda criada pelo governo. Tal medida criou profundo mal-estar entre a direção do jornal e o Presidente da República, permeando todo o mandato deste. E a vingança tardou, mas não falhou. Aqui, vale a pena ressaltar que o ataque à figura do Presidente, promovido pela *Folha* seguia a tática política adotada pela grande imprensa em geral que, aderindo à defesa da saída de Collor em momentos distintos, procurava dissociar esse processo da continuidade da implementação da política neoliberal, considerada um verdadeiro trunfo a colocar o país nos rumos da “modernização”.²⁶⁰ Em nome da “governabilidade” neoliberal, a grande imprensa dirigia, então, suas ações na tentativa de evitar que o processo movido contra o presidente Collor respingasse na implementação da política econômica. Quando se consumou a aprovação do relatório da CPI e foi aceito o pedido de abertura do processo de *impeachment*, a grande imprensa chegou ao consenso de que era necessário remover Collor de seu cargo e garantir a posse do vice-presidente Itamar Franco para dar continuidade à política neoliberal.

É importante mencionar aqui que, ao longo de todo o processo, empregaram-se diferentes estratégias para despolitizar a crise política. Em primeiro lugar, apareceu a proposta de retirar do Congresso Nacional e transferir para o Judiciário a responsabilidade de averiguar as denúncias de

²⁶⁰ Para uma análise do comportamento dos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* no contexto da crise do governo Collor, ver: Francisco Fonseca. *O consenso forjado*. São Paulo, Hucitec, 2005. A análise dos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* produzidos na mesma conjuntura, foi realizada também por Rodrigo de Carvalho. *A Era Collor: da eleição ao impeachment*. São Paulo, Fund. Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2012. Para uma análise da atuação da revista *Veja* na referida crise, ver: Carla Luciana Silva. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel, Ediuoeste, 2009.

corrupção. Na sequência, foi utilizada a política de circunscrever as denúncias à pessoa de PC Farias para evitar que as investigações atingissem o Presidente da República. Por fim, quando o envolvimento do presidente Collor com a prática de corrupção tornou-se fato amplamente conhecido no noticiário, foi adotada a tática de dissociar a figura deste do conteúdo da política neoliberal que o governo vinha implementando.

A partir do depoimento de Eriberto França, a figura de Collor foi empurrada para a boca da cena. Nesse momento, começaram a aparecer as primeiras manifestações de rua, em várias partes do país, exigindo a saída de Collor. Tais manifestações, contudo, não tinham ainda o caráter massivo que assumiriam nos meses de agosto e setembro. O governo, então, valia-se das estratégias as mais diversas para obter apoio e fazer refluir as investigações: fez propaganda do acordo da dívida externa celebrado com o FMI; atacou duramente a CUT, estigmatizando-a como “sindicalismo do golpe”; reuniu-se com empresários para tentar encontrar soluções para a crise; liberou verbas públicas para atender demandas dos partidos de patronagem no Congresso Nacional; atrasou, via Banco Central, a entrega de documentos à CPMI; e tentou impor recesso aos trabalhos do Congresso Nacional. Até que, no dia 20 de junho, a Receita Federal apresentou provas de que a empresa Brasil Jet, pertencente a PC Farias, havia realizado pagamentos para gastos particulares do presidente Collor. Nesse contexto, o principal partido aliado do governo, o PFL, começou a enfrentar cisões internas entre dois grupos: um que defendia a abertura do processo de *impeachment*, e outro que era contrário a isso. Portanto, a própria base do governo começava a se dividir, o que complicava ainda mais a situação de Collor. O governo tentou a última cartada com o segundo depoimento de Cláudio Vieira, realizado no dia 27 de junho, que inventou a Operação Uruguai – história desmentida posteriormente por outra secretária da Presidência, Sandra Fernandes de Oliveira –, alegando que os recursos depositados na conta do Presidente e de seus familiares eram oriundos de empréstimos tomados no Uruguai e não, das contas de PC Farias. Por falta de comprovação, tal depoimento entrou no descrédito, colocando, na mesma situação, o presidente Collor. No início de agosto, o inquérito saía da esfera restrita do Congresso Nacional e ganhava efetivamente as ruas. Tinha-se o início do clímax da crise do governo Collor.²⁶¹

²⁶¹ Para um acompanhamento detalhado dos principais fatos ocorridos durante a crise do governo Collor, consideramos imprescindível a leitura do livro: Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando...., op. cit.*

3.3 O clímax da crise do governo Collor (agosto e setembro de 1992)

A crise política transcendeu efetivamente a esfera do Congresso Nacional a partir do início do mês de agosto, quando as manifestações de rua contra o governo federal, iniciadas no mês de julho, tornaram-se manifestações massivas. Depois do chamado Domingo Negro, ocorrido no dia 16 de agosto – quando, como já mencionamos, os manifestantes saíram às ruas de preto em resposta ao pedido de Collor para que o apoiassem saindo de verde e amarelo –, e com a proximidade da data de aprovação do relatório final da CPI do caso PC, prevista inicialmente para ocorrer no dia 11 de agosto, mas adiada para o dia 26 do mesmo mês, as manifestações, que tendiam a se concentrar nas capitais e cidades brasileiras de grande porte, acabaram se difundindo nas cidades menores, como atesta o relato de Totó Parente, na época, presidente da UBES:

No mesmo dia [no dia 25 de agosto], rolaram manifestações imensas no Rio e em Recife, com mais de 100 mil pessoas em cada uma. E o movimento começou a pipocar nas cidades menores. Tinha gente ligando a toda hora... “Alô, aqui é de Chapecó, Santa Catarina. Vamos fazer um ato amanhã, com cinco mil pessoas. Será que vocês podem enviar alguém da UNE ou da UBES?”²⁶²

A adesão ao pedido do *impeachment* de Collor já era, então, bastante forte no Congresso Nacional. De acordo com o Datafolha, no dia 17 de agosto, ela alcançava 173 deputados. Nove dias depois, esse número se ampliaria para 300, faltando apenas 36 novas adesões para tornar-se realidade a remoção de Collor do cargo de Presidente da República. Essa forte adesão dos parlamentares ao pedido de *impeachment* indicava simultaneamente a gravidade do processo em curso, o isolamento político do Presidente e, principalmente, o crescimento das mobilizações em prol da saída dele. Pode-se questionar o alcance político dessas mobilizações e até mesmo caracterizá-las como despolitizadas, tendo em vista a supremacia que a bandeira da luta contra a corrupção assumiu nesse processo. No entanto, é preciso observar que não é uma operação simples e nem uma prática comum remover um Presidente da República de seu cargo.

No dia 26 de agosto, o relatório da CPI foi aprovado pela comissão por 16 votos a 5.²⁶³ Nas 371 páginas do relatório, chamam-nos a atenção algumas observações preliminares feitas

²⁶² Totó Parente In: Sérgio Sá Leitão e Barbara Axt (org.). *Fora Collor...*, *op. cit.*, pp. 44-45.

²⁶³ Votos favoráveis ao relatório: PMDB (senadores Amir Lando, Antonio Mariz, Iram Saraiva, Pedro Simon; deputados Odacir Klein e Marcelo Barbieri); PDT (senador Maurício Corrêa; deputado Miro Teixeira); PSDB (senador Mario Covas; deputado Antônio Carlos Thame); PT (deputado José Dirceu); PSB (senador José Paulo Bisol); PFL (senador Raimundo Lira); PTB (senador Valmir Campelo); PDS (Aécio Borba); PDC (deputado Sérgio Brito). Votos contrários: PRN (senador Ney Maranhão; deputados José Carlos Vasconcelos e Elísio Curvo); PFL (senador Odacir Soares); PTB (deputado Roberto Jefferson).

pelo relator Amir Lando sobre a conjuntura do governo Collor. Nestas, Lando critica a profusão de medidas provisórias editadas pelo Executivo durante o primeiro ano de governo, caracterizando-as como “medidas de choque” e como “tormenta”, e concluindo que tais medidas teriam levado o país à “estagnação, recessão e deterioração, não apenas econômica, mas, infelizmente, agora, também moral.”²⁶⁴ Em particular, o relator fazia referência crítica tanto à MP 168/90 quanto à MP 150/90. Foram justamente essas medidas provisórias que promoveram, respectivamente, o confisco das poupanças – principal instrumento utilizado para neutralizar os efeitos prejudiciais da inflação sobre os salários dos trabalhadores de classe média e rendimentos de pequenos e médios proprietários – e a reforma administrativa, que atacou duramente o funcionalismo público. No caso dessa reforma, o relator foi incisivo ao afirmar que: “O serviço público foi indiscriminadamente posto sob suspeita e sobre o funcionalismo suspendeu-se a espada de Dâmoçles da disponibilidade, cujos efeitos perniciosos, antes de trazer economia e eficácia, trouxeram medo, angústia, recuo e insegurança”.²⁶⁵ Abrira-se caminho para a atuação na administração pública federal dos “corretores de verbas públicas” ou dos “alquimistas do 'bolo de noiva””, como foram caracterizados pelo relator os executores de tráfico de influência e principais beneficiados no processo de troca de favores com o governo.

Nas conclusões do relatório, há a apresentação de fortes indícios de que, pelos atos cometidos, o presidente Collor poderia ser processado por crime de responsabilidade:

a verdade mais elementar é que não se pode ocultar à Nação que, no curso dos trabalhos, ficou evidente que o Sr. Presidente da República, de forma permanente e ao longo de mais de dois anos de mandato, recebeu vantagens econômicas indevidas, quer sob a forma de depósitos bancários feitos na conta de sua secretária, Sra. Ana Acioli, da sua esposa e da respectiva secretária, Sra. Maria Isabel Teixeira, da sua ex-mulher, da sua mãe e da sua irmã, quer sob a forma de recursos financeiros para aquisição de bens, tais como o veículo Fiat Elba, ou, finalmente, sob a modalidade de benfeitorias, melhorias e acessões diretamente realizadas no imóvel de sua propriedade, situado na Rua Aristeu de Andrade, nº. 40 apartamento 1102, em Maceió, pagas pela EPC – Empresa de Participações e Construções, recursos estes originários, direta ou indiretamente, do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Omitiu-se, em consequência o Chefe de Estado do seu dever funcional de zelar pela moralidade pública e de impedir a utilização do seu nome por terceiros para lograrem enriquecimento sem causa, ensejando que práticas à margem da moral e dos bons costumes pudessem ser perpetradas.²⁶⁶

No dia 1º. de setembro, a OAB e a ABI encaminharam ao presidente da Câmara dos Deputados o pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor. No dia seguinte, o Datafolha já indicava a adesão de 349 deputados ao pedido de *impeachment*, o que era suficiente para

²⁶⁴ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, *op. cit.*, p. 30.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 30.

²⁶⁶ *Ibidem*, pp. 369-370.

aprová-lo, e o jornal *Folha de S. Paulo* estampava na capa a seguinte notícia: “PFL abandona Collor e Câmara já examina o pedido de impeachment”. Isso confirmava o isolamento político de Collor, tendo em vista que o PFL, principal partido da base aliada do governo, havia liberado sua bancada para a votação do *impeachment*.

O governo tentou efetivar algumas manobras para derrotar a proposta de *impeachment*, valendo-se da distribuição de cargos e de verbas públicas para ganhar aliados, e de ações que tentavam viabilizar o dispositivo do voto secreto no dia da votação do *impeachment*. No dia 8 de setembro, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, estabeleceu que a tramitação do processo seria determinada pelo “rito sumário” e pelo voto aberto, além de criar uma comissão que seria responsável por elaborar parecer sobre a abertura do processo a ser aprovado pelo plenário. Tais decisões contrariavam os interesses da equipe governamental, que entrou com mandado de segurança junto ao STF, com pedido de liminar na qual questionava o rito processual. Logrou, com isso, adiar em uma semana o prazo para que o presidente Collor fizesse sua defesa. A votação sobre o rito processual seguiu seu rumo, pois Collor havia retirado seu recurso contra a votação, aguardando decisão final do STF, que deu ganho de causa à proposta de Ibsen Pinheiro. Finalmente, o parecer favorável à abertura do processo, elaborado pelo relator da Comissão Especial da Câmara, foi votado no dia 24 de agosto. Em meio a essa disputa de forças, foram decisivas as manifestações de ruas em defesa da saída do presidente Collor que pipocaram em vários cantos do país e agregaram um grande contingente de participantes. Não seria o caso de relatar as manifestações, pois correríamos o risco de sermos imprecisos.²⁶⁷

Em termos gerais, o que se pode observar é que, com a tramitação do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, duas reivindicações principais ganharam projeção política, tornaram-se hegemônicas e conferiram relativa unidade às mobilizações realizadas no mês de setembro de 1992: a bandeira pela saída de Collor da Presidência da República e a defesa da posse de Itamar Franco. Embora houvesse críticas à segunda proposta, já que algumas correntes minoritárias defendiam a realização de eleições gerais, no geral, as principais entidades representativas e atuantes naquela conjuntura concordavam com a posse de Itamar. Com a conformação desse quadro político, é possível dizer que o resultado da votação favorável ao *impeachment* de Collor, realizada no dia 29 de setembro, não representava nenhuma surpresa para as forças então atuantes, dado que, naquele momento, o Presidente da República encontrava-se bastante isolado politicamente. Acrescente-se que as proximidades das eleições municipais e o

²⁶⁷ É possível encontrar uma referência parcial da abrangência das manifestações na obra de Tosi Rodrigues. Ver: Alberto Tosi Rodrigues. *O Brasil de Fernando a Fernando...., op. cit.*

estabelecimento do voto aberto colocavam todos os holofotes sobre os parlamentares e partidos que se manifestariam sobre o processo em questão, o que dificultou ainda mais uma posição de apoio ao presidente.

3.4 O epílogo da crise (de outubro de 1992 a dezembro de 1994)

Os primeiros meses do governo Itamar foram marcados por indefinições quanto ao rumo da política econômica e social. Entre outubro e dezembro de 1992, o governo interino viveu à espera da deposição definitiva de Collor, a ser realizada pelo Senado Federal e que só viria a ocorrer no final de dezembro. Outros fatores colaboraram para animar o estado de indefinição da política adotada pelo substituto do presidente deposto, entre os quais, destacamos: a) a participação ativa da burguesia interna e das classes médias no processo de derrubada do presidente Collor – o que, em certo sentido, impactou o processo de implementação da política neoliberal, ainda que a crítica ao neoliberalismo não tenha sido o mote principal do movimento "Fora Collor" e tenha perdido força em pleno auge da crise política, quando o único ponto de consenso entre as forças mobilizadas era a deposição de Collor; b) as contradições existentes entre o vínculo histórico do novo presidente com a defesa do nacionalismo, suas críticas ao neoliberalismo *tout court* e sua participação num governo que fora eleito apoiando-se num programa político de viés neoliberal; c) as tentativas do novo governo de neutralizar a oposição ao governo Collor e atrair para sua composição lideranças do PMDB, do PSDB e até mesmo do PT, como foi o caso da ex-prefeita de São Paulo, Luiz Erundina – que aceitou o convite de Itamar para assumir o Ministério da Administração sem consultar a direção do PT e acabou sendo suspensa do partido; d) as sucessivas mudanças de ministro da Fazenda – antes de FHC ser nomeado para esse ministério, em maio de 1993, Itamar já havia contado com três outros nomes no cargo, em menos de oito meses, respectivamente: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende. Sobre essa questão, vale mencionar que a chegada de Itamar à Presidência da República foi acompanhada pela saída do ministério da Fazenda do homem de confiança dos banqueiros internacionais, Marcílio Marques Moreira, o que assinala os efeitos produzidos pelas lutas de resistência ao neoliberalismo, ainda que tais resistências fossem pontuais e seletivas.

Certamente, a lista de evidências que comprova o clima de indefinição da política governamental, naquele momento, não se esgota com os exemplos apresentados. Em termos gerais, é possível observar que o governo Itamar tentou tomar iniciativas para atender algumas

das reivindicações presentes entre as forças que organizaram o movimento "Fora Collor", entre as quais destacamos: a regulamentação das mensalidades escolares, a regulamentação da política salarial, a ampliação do número de empregos formais, a pequena reativação do crescimento econômico, a adoção de um modelo de privatização distinto do aplicado no governo Collor, a realização de abertura comercial combinada com política de incentivos às exportações, a não realização efetiva da revisão constitucional e a promoção da queda da inflação depois da implantação do Plano Real.

Pressionado pelo movimento estudantil, que vinha realizando várias manifestações contra o abuso das mensalidades escolares cobradas pelas instituições de ensino privadas, o governo Itamar editou, ao longo de 1993, uma série de medidas provisórias, visando alterar dispositivos presentes na Lei n.º 8.170, de 17 de janeiro de 1991, que estabelecia regras para o reajuste das mensalidades escolares. Com a MP n.º 343, de 12 de agosto de 1993, o art. 4.º da referida lei, em vez de estabelecer genericamente que: "São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos de transferências ou o indeferimento das matrículas dos alunos cuja inadimplência não decorrer de encargos fixados definitivamente e reajustados nos termos desta lei.", o novo texto dava respaldo jurídico aos alunos inadimplentes, ao determinar que: "É vedada a limitação ou restrição do exercício das atividades escolares e administrativas correlatas, por motivo de inadimplência do aluno." Essa redação seria complementada/ajustada pela MP n.º 349, de 10 de setembro de 1993: "Art. 4.º. É vedada a limitação ou restrição do exercício das atividades escolares e administrativas correlatas, por motivo de inadimplência do aluno, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis", sendo reeditada pelas MP n.º 358, de 13 de outubro de 1993, e MP n.º 369, de 11 de novembro de 1993, até ser convertida na Lei n. 8.747, de 9 de dezembro de 1993, com a seguinte redação: "Art. 4.º. É vedada a limitação ou restrição do exercício das atividades escolares, por motivo de inadimplência do aluno, pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, ficando assegurado aos estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o art. 20 da Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968." Observamos que, a partir da MP n.º 349, as mudanças realizadas na redação do texto legislativo feriram progressivamente os interesses dos alunos inadimplentes ao incorporarem o dispositivo das sanções legais, estabelecer um prazo de 60 dias para limitar as atividades escolares dos alunos inadimplentes e abrir a possibilidade aos estabelecimentos de ensino de processarem os alunos devedores por meio da aplicação de legislação de emissão e cobrança de duplicatas (títulos de crédito) que institui prazo para pagamento da dívida contraída.

Em 1994, o governo Itamar tomou outra iniciativa em relação à regulamentação das

mensalidades escolares, ao editar a MP n°. 524, de 7 de junho de 1994, que estabelecia mecanismos para conversão das mensalidades escolares em URV. Com essa MP, o cálculo das mensalidades passaria por um novo critério: para a cobrança da mensalidade de março, seria adotada como parâmetro a média aritmética dos valores cobrados em cruzeiros reais nos quatro meses anteriores (novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994). Tal valor seria convertido em URV e cobrado sem reajuste até fevereiro de 1995. Nesse sentido, os aumentos salariais dos professores obtidos pelo dissídio coletivo não poderiam ser repassados para o preço das mensalidades. Além disso, as escolas ficariam obrigadas a pagar os valores excedentes, cobrados entre março e junho de 1994, em três parcelas. Por fim, a MP determinava, em seu art. 5º., o seguinte: “São proibidos a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos de transferência, o indeferimento de renovação das matrículas dos alunos ou a aplicação de quaisquer penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência do aluno, sem prejuízo das demais sanções legais.”. Tratava-se de uma importante conquista do movimento estudantil, que conseguiria manter as mensalidades escolares sem reajuste por um período de 12 meses. A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) entrou com requerimento de inconstitucionalidade, mas a apreciação desse requerimento foi considerada inviável pelo STF, visto que nem o Congresso Nacional chegou a votar essa MP no prazo legal de 30 dias, nem o governo federal chegou a reeditá-la. No entanto, meses depois, o governo Itamar editou nova medida provisória com pequenas alterações de redação, o que sinalizava a iniciativa do governo em atender as reivindicações dos estudantes e de driblar as pressões dos proprietários dos estabelecimentos de ensino. Referimo-nos à MP n°. 612, de 8 de Setembro de 1994. No dia 7 de outubro, o governo reeditou esse dispositivo legislativo, através da MP n°. 651, mas alterando o critério de conversão das mensalidades, que deixaria de ser pautado pela média aritmética dos quatro meses anteriores a março de 1994, passando a ser construído a partir de acordo entre as partes contratantes (escolas e pais/filhos) em consonância com a lei de criação do plano de estabilização monetária. As duas últimas reedições dessa MP, salvo algumas pequenas alterações, mantiveram essa regra. Com base nessas informações, observamos novamente que, a despeito de iniciativas de tentar garantir a aprovação de matéria que atendia reivindicações importantes do movimento estudantil, o governo Itamar não logrou conter os abusos das cobranças de mensalidades, pois efetivamente não aprovou uma regulamentação específica para reger os reajustes e flexibilizou, por meio de medidas provisórias, os critérios de cobrança das mensalidades que eram mais prejudiciais aos donos dos estabelecimentos escolares. Com a queda da inflação provocada pela implantação do Plano Real, a lógica de aumento abusivo das

mensalidades escolares perpetrada pelos donos das escolas perdeu força, ainda que provisória e parcialmente, deixando, nos anos seguintes, de ser um tema de grande visibilidade política no país. Isso não significou que os proprietários das instituições de ensino privado tenham perdido força política durante o governo FHC ou que o movimento estudantil tenha deixado de lutar contra o aumento das mensalidades escolares.

No que se refere à política salarial, o governo Itamar ampliou a intervenção estatal ao impor restrições à livre negociação salarial.²⁶⁸ No entanto, é preciso observar que o conteúdo das três leis aprovadas nesse governo variou e oscilou entre uma posição que permitia reajustes salariais efetivos e outra posição mais regressiva. A primeira lei aprovada durante o seu mandato foi a de n°. 8.542, de 23 de dezembro de 1992, separando os trabalhadores em quatro grupos de acordo com sua data base, garantindo reposição salarial integral no fim do quadrimestre para trabalhadores que recebessem até seis salários mínimos e estabelecendo antecipações bimestrais de 60% da inflação acumulada no bimestre. No dia 31 de julho de 1993, o presidente Itamar Franco vetou o Projeto de Lei n°. 3.610, de 1993 (n° 127/93 no Senado Federal), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela Câmara dos Deputados, que estabelecia reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação do mês anterior e unificava todas as datas-base. Itamar Franco alegava que tal reajuste provocaria aceleração da inflação e deterioraria o salário real.²⁶⁹ No mesmo dia, ele encaminhou ao Congresso Nacional a MP 340, que mantinha a separação dos trabalhadores em quatro grupos de datas-base e o reajuste integral quadrimestral para os trabalhadores que recebessem até seis salários mínimos. A principal mudança proposta restringiu-se quanto aos trabalhadores que recebessem até seis salários mínimos, aos quais estariam garantidas antecipações mensais “em percentual correspondente à parte da variação do IRSM [Índice de Reajuste do Salário Mínimo] que exceder a 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão”, mantendo-se a livre negociação para os salários superiores a seis salários mínimos. Tal MP foi convertida na Lei n°. 8.700, de 27 de agosto de 1993.

Em comparação à política salarial de 1992, o governo Itamar promoveu avanços. No entanto, em relação ao projeto de lei vetado, constatou-se flagrante o retrocesso. Em 28 de fevereiro de 1994, o governo propôs nova mudança na política salarial, ao editar a MP 434. Essa medida provisória tinha como ponto central a instituição da URV e do programa de implementação do Plano Real. No que se refere à política salarial, estabelecia os critérios para a

²⁶⁸ Sobre isso, ver: Andréia Galvão. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil, op. cit.*

²⁶⁹ Itamar Franco. Mensagem n. 473, de 31 de julho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/VETO_TOTAL/1993/Mv473-93.htm

conversão dos salários em Unidade Real de Valor (URV), tomando como parâmetro a média do valor nominal dos salários dos meses de novembro e dezembro, de 1993, e janeiro e fevereiro, de 1994. Além disso, adotava o critério de reposição mensal dos salários de acordo com a variação da inflação calculada pelo IPC-r. Como observa Arandia:

No patamar em que atualmente se encontra a inflação mensal, acima dos 40%, a nova regra salarial traz uma clara vantagem sobre a sua antecessora, pois garante o repasse integral da inflação aos salários todos os meses, enquanto a política salarial anterior, com redutor, repassava em torno de 70% da inflação mensal.²⁷⁰

Embora, propiciasse uma melhora nos salários dos trabalhadores, tal medida depois de ser reeditada, foi convertida na Lei n°. 8.880, de 27 de maio de 1994, não logrando promover reajuste salarial que tomasse como referência o salário de “pico” (conversão salarial pelo seu mais alto poder de compra), reivindicação sustentada por parcelas do movimento sindical no período. Cabe ressaltar, ainda, que o governo Itamar, a despeito de promover maior intervenção do Estado na questão salarial – o que configurou uma versão limitada de livre negociação –, foi um dos entusiastas da livre negociação salarial nas câmaras setoriais, editando, ao final de seu mandato, a lei que regulamentava a Participação nos Lucros e Resultados, já referida no capítulo precedente. Além disso, em termos gerais, durante o seu governo, o arrocho salarial não foi contido, tendo a média anual do salário mínimo real sofrido queda de R\$ 15,15, quando comparada aos anos Collor. Ocorre que a política de arrocho salarial aparenta ter sido mais forte no governo Collor, pois tomando como referência os períodos 1986-1989 e 1990-1992, torna-se mais acentuada a queda da média anual do salário mínimo real que passava de R\$ 419,87 para R\$ 292,40.

No que se refere aos dados referentes à taxa anual média de desemprego, de acordo com IBGE/PME, os resultados apresentados pelo governo Itamar são melhores para os trabalhadores do que os manifestos durante a conjuntura do governo Collor. Se a taxa de desemprego tinha se elevado 2,6%, entre 1989 e 1992, atingindo 7,2%, em 1992, durante os anos Itamar, continuaria a aumentar, mas em proporções bem menores, ou seja, 1,1%, entre 1992-1994, alcançado a média anual de 8,3%, em 1994. O que nos leva a falar em “proporções bem menores” tem relação com o número de empregos formais criados pelos dois governos, colocando-se em evidência o contraste existente entre eles. De acordo com informações do MTE/Rais, enquanto, no governo Collor, foram fechados 2.124.000 postos de trabalho; durante os anos Itamar, foram criados 1.394.000

²⁷⁰ Alejandro Kuajara Arandia. “Avaliação do emprego e dos salários no contexto de lançamento do Programa de Estabilização Econômica”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 22, n.1, 1994, p. 70

empregos formais.²⁷¹ Isso significa que, ainda que timidamente, o governo Itamar concretizou uma política menos favorável à ampliação do número de desempregados do que a aplicada pelo seu antecessor. Esses dados são ratificados quando se compara o PIB médio registrado nos dois governos. Se com Collor, o PIB médio do país decresceu 1,3%, com Itamar, esse índice elevou-se 5%, representando o maior PIB médio registrado entre 1986 e 2010, de acordo com os dados que temos disponíveis sobre esse período.²⁷² Tais dados nos permitem concluir que, sob o governo Itamar, ocorreu uma reativação, ainda que pequena, do crescimento econômico do país.

O governo Collor inaugurou o processo de privatização em 1991. Nesse ano, privatizou quatro empresas, proporcionando uma receita de venda em torno US\$ 1,61 bilhão. Em 1992, o governo federal privatizou 14 empresas e arrecadou cerca de US\$ 2,40 bilhões, devendo-se registrar que parte dessas empresas foram vendidas ao capital privado durante o governo interino de Itamar Franco, como foi o caso da Acesita. Em 1993, houve uma queda do número de empresas privatizadas, sendo privatizadas seis empresas, mas o valor das receitas foi superior ao do ano anterior, atingindo aproximadamente US\$ 2,62 bilhões. No ano seguinte, registrou-se nova elevação do número de empresas privatizadas, isto é, o governo Itamar privatizou nove empresas, mas não logrou ampliar a arrecadação, que ficou em torno de US\$ 1,96 bilhão.²⁷³ Esses dados nos permitem indicar que, sob o governo Itamar, ocorreu uma queda do número de empresas privatizadas e um aumento da arrecadação do governo com as privatizações. Em relação às privatizações, não podemos deixar de mencionar que, ao menos em termos de discurso, o presidente Itamar manifestou críticas ao uso de moedas podres na compra das estatais, tendo defendido a ampliação do emprego de moeda corrente (dinheiro vivo) nos processos de privatização – proposta que esteve muito distante de ser contemplada na venda da CSN, que contou com apenas 3,8% de moeda corrente. Itamar também reivindicou a elevação dos preços mínimos das estatais colocadas à venda, as quais, vinham sendo subvalorizadas nas propostas iniciais, e ainda procurou apresentar proposta de definição de empresas estratégicas nas áreas de petróleo, telecomunicações e energia, as quais passariam a necessitar de autorização expressa do Congresso Nacional para serem vendidas –²⁷⁴ lembrando que, desse modo, Itamar retomava um dos dispositivos vetados por Collor quando aprovou a lei que instituiria o Programa Nacional de Desestatização.

²⁷¹ Dados extraídos do excelente banco de dados: <http://brasilfatosedados.wordpress.com>

²⁷² Cf. IBGE/IPEA. Dados extraídos de: <http://brasilfatosedados.wordpress.com>

²⁷³ Dados extraídos de BNDES *Apud*: Luiz Filgueiras. *História do Plano Real, op. cit.*

²⁷⁴ Sobre as iniciativas do governo Itamar frente ao programa de privatização, ver: Edilson José Gracioli. *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda 1989-1993)*. Campinas, Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 1999.

Graciolli caracteriza o posicionamento de Itamar, no que se refere às privatizações, como marcado por oscilações, visto que, a despeito das críticas pontuais que apresentou ao programa, em nenhum momento, o novo presidente apresentou uma crítica global às privatizações.²⁷⁵ Somos levados a concluir que o governo Itamar apresentava posições muito próximas às forças de oposição ao governo Collor, em especial, à burguesia interna, que resistia de maneira seletiva e pontual ao programa neoliberal.

No que se refere à política de abertura comercial, salientamos que o governo Itamar deu continuidade à política implementada por Collor, reduzindo ainda mais a alíquota anual média simples de importação, que caiu progressivamente no início dos anos 1990, passando de 26,03%, no período 1990-1992, para 15,25%, nos dois anos de governo Itamar.²⁷⁶ No entanto, os efeitos dessa política foram atenuados, na conjuntura em questão, já que, como observa Sallum Jr.:

os fracassos dos programas de estabilização lançados a partir do início do governo Collor (exceção feita ao Plano Real), a recessão vigente na maior parte do período e a preservação de uma política cambial favorável às exportações e prejudicial às importações desestimularam novos investimentos industriais e restringiram a concorrência dos produtos estrangeiros. Em contrapartida, a indústria doméstica encontrou no Mercosul uma válvula de escape à recessão interna e às dificuldades de competir no plano mundial.²⁷⁷

Tal assertiva nos leva a concluir que a implementação da abertura comercial e seus efeitos sobre a economia nacional só podem ser analisados num contexto político e econômico mais amplo, já que as mudanças mais significativas em termos de desindustrialização e desnacionalização da economia brasileira só vieram a ocorrer efetivamente com o governo FHC, como já observamos no capítulo anterior.

Outra questão que marca a conjuntura do governo Itamar é o processo de revisão constitucional. A aprovação da Constituição Federal de 1998 foi uma grande derrota para as forças políticas que desejavam fazer o Brasil transitar ao neoliberalismo, durante o processo constituinte, visto que, sob diversos aspectos e observados seus limites, o conteúdo do texto aprovado concretizou uma série de direitos sociais reivindicados pelos trabalhadores no país. É interessante lembrar que, durante os anos Collor, o então Presidente da República e amplos setores do empresariado responsabilizaram a Constituição de 1988 pela recessão econômica dos

²⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁶ Dados extraídos de: André Averbug. “Abertura e integração comercial brasileira na década de 90”, 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Comercio_Exterior/199910_7.html

²⁷⁷ Brasília Sallum Jr. “Liberalismo e desenvolvimentismo no Brasil dos anos 90” In: Glauco Arbix, Mauro Zilbovicius e Ricardo Abramoway (orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Unesp/Edusp, 2001, pp. 325-326.

primeiros anos da década de 1990, pois o texto constitucional continha uma série de dispositivos que criavam óbices à execução de uma verdadeira “modernização neoliberal”. No final de 1993, quando o debate da revisão constitucional foi colocado em evidência, as aspirações neoliberais mais radicais de reformular a Constituição vieram à tona, visando adequar o texto às diretrizes do chamado livre jogo das forças de mercado. No cômputo geral, a tentativa de promover a revisão constitucional em si e com conteúdo neoliberal foi derrotada. Das 17 mil emendas relatadas, somente seis foram aprovadas,²⁷⁸ sendo que, destas, apenas duas tinham grande relevância política: a Emenda Constitucional de Revisão n.º. 1, de 1.º de março de 1994, que reduziu o mandato do Presidente da República de cinco para quatro anos; e a Emenda Constitucional de Revisão n.º. 5, de 7 de junho de 1994, que criou o Fundo Social de Emergência, tornando-se um dispositivo importante para o governo aplicar a política de ajuste fiscal.²⁷⁹ No bojo da discussão da revisão constitucional, foi constituída a CPI do Orçamento, vulgarmente conhecida como CPI dos Anões do Orçamento, já que se tratava da abertura de inquérito contra parlamentares que possuíam baixa estatura física e haviam se envolvido em fraudes na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Do total de 37 parlamentares inquiridos, o relatório final requereu a cassação de 18. Dentre estes, apenas seis foram cassados – Carlos Benevides (PMDB-CE), Fábio Raunhetti (PTB-RJ), Feres Nader (PTB-RJ), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), José Geraldo (PMDB-MG) e Raquel Cândido (PTB-RO) –; quatro renunciaram antes do julgamento – Cid Carvalho (PMDB-MA), João Alves (sem partido-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Genebaldo Correia (PMDB-BA) –; e outros oito foram absolvidos: Aníbal Teixeira (PTB-MG), Daniel Silva (PPR-RS), Ézio Ferreira (PFL-AM), Flávio Derzi (PP-MS), João de Deus (PPR-RS), Paulo Portugal (PP-RJ), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO).²⁸⁰ Tal processo produziu efeitos negativos sobre a consecução da revisão constitucional. Destaque especial ganharia a cassação de Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara dos Deputados, naquele contexto, e figura importante no processo de *impeachment* de Collor. Esse fato colocava o Congresso Nacional numa situação delicada e criava certo constrangimento para aprovar medidas antipopulares via revisão constitucional.

²⁷⁸ Dados extraídos de: Marcos André de Melo e Sérgio de Azevedo. “O processo decisório da reforma tributária e da previdência social – período de 1994 a 1998”. *Cadernos Enap*, n. 15, 1998.

²⁷⁹ Retomaremos essa questão no próximo capítulo.

²⁸⁰ Informações retiradas do site do Museu da Corrupção (MUCO): http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=272:escandalo-dos-anoes-do-orcamento&catid=34:sala-de-escandalos&Itemid=53

3.4.1 O Plano Real, o PT e as eleições de 1994

Um aspecto fundamental para compreender a queda da inflação no governo Itamar, a vitória de FHC nas eleições de 1994 e a consolidação do bloco no poder neoliberal no Brasil é a implementação do Plano Real. Em junho de 1993, o Ministério da Fazenda pôs em prática o plano de austeridade fiscal, o chamado Plano de Ação Imediata (PAI), produzindo um corte nos gastos do governo de cerca de US\$ 6 bilhões, previstos para 1993. Tal plano seria reconhecido como a 1ª. fase daquilo que inicialmente fora chamado de “Plano da Verdade”, mas que acabou se instituindo como “Plano Real”, nome que teve decisiva importância na luta de ideias, já que o qualificativo “real” indicava que, diferentemente dos outros planos de estabilização, este iria *de fato* debelar os altos índices inflacionários. É importante observar que a divulgação do PAI lançou a figura de FHC para o primeiro plano da cena e, em certa medida, apagou a visibilidade do presidente Itamar nas decisões econômicas mais importantes. No processo de divulgação do novo plano, certas forças políticas organizaram-se para defender e cobrar a execução de três diretrizes fundamentais existentes no PAI: o ajuste fiscal, o aprofundamento da política de privatização e o combate à sonegação, constituindo aquilo que ficou conhecido como movimento “Decola Brasil”. Tal movimento manifestava-se não só favorável ao PAI, mas também procurava expressar apoio público ao seu principal mentor: o ministro da Fazenda, FHC. Num primeiro momento, o “Decola Brasil” foi organizado por Ruth Escobar, ligada ao PSDB e representante da classe artística, e Luiz Antonio de Medeiros, presidente da Força Sindical e representante dos sindicalistas. Posteriormente, ingressou na coordenação do movimento o presidente recém-eleito da Fiesp, Carlos Moreira Ferreira. Esse movimento chegou a alugar um Boeing e dois jatinhos para organizar a ida de artistas, empresários e sindicalistas a Brasília para dar apoio ao PAI e pressionar o Congresso Nacional para aprová-lo. CUT e CGT negaram-se a dar apoio a esse movimento, por considerar que seus propósitos estavam voltados ao aprofundamento da política neoliberal no país. Banqueiros e empreiteiros não foram incluídos no movimento, chegando a receber até mesmo críticas públicas de uma das principais organizadoras do “Decola Brasil”, a atriz Ruth Escobar. Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, Medeiros elenca o conjunto de inimigos da sociedade que seriam combatidos pelo “Decola Brasil”:

Quem são esses verdadeiros inimigos da sociedade? Como disse no discurso de lançamento da campanha, são os políticos fisiológicos – aqueles que o empresariado selvagem, que vive de benesses do Estado, financia em troca de favores.

São aqueles governadores e prefeitos que sugam os recursos do tesouro, mas não pagam suas dívidas, não cumprem suas obrigações, não assumem seus encargos e dilapidam o

dinheiro do contribuinte em obras não prioritárias e superfaturadas.

São os superfuncionários das estatais, que levam vida de príncipe enquanto os pobres funcionários ganham salários de fome.

São aqueles que, de olho nas eleições do próximo, apostam no “quanto pior, melhor”, não querem colaborar e jogam as fichas no fracasso de qualquer plano.²⁸¹

Seguindo a sequência dos parágrafos do texto acima, é possível dizer que está contida na plataforma política do “Decola Brasil”: a crítica ao Estado cartorial, a defesa da responsabilidade fiscal; a crítica à corrupção, que alimenta a interação entre governos e empreiteiras; a retomada da crítica aos marajás que ocupam os altos cargos das estatais; e, finalmente, a crítica ao PT e à CUT, que estariam interessados em eleger Lula em 1994. Tal movimento já indicava, no início do governo Itamar, suas pretensões políticas voltadas para o aprofundamento da política neoliberal no país e seu candidato preferencial: FHC.

Quanto ao conteúdo e ao programa de execução, é possível dizer que, diferentemente dos planos de estabilização monetária anteriores, o Plano Real não se ancorava em políticas de congelamento de preços e de salários ou mesmo no confisco da poupança. Suas diretrizes centrais estavam alinhadas ao tripé macroeconômico neoliberal: abertura econômica, privatização de empresas e serviços, e supressão ou redução de direitos sociais. Além disso, a elaboração desse plano de combate à inflação e seus impactos positivos nos primeiros meses de implementação foram decisivos para elevar seu elaborador principal, o ministro FHC, e seus acólitos – ou seja, seus assessores oriundos do meio financeiro e dos *think tanks* liberais – à condição de grandes empreendedores, que conseguiram acabar com a inflação. Fortalecia-se, assim, o nome desse ministro, na corrida presidencial, frente ao seu principal oponente: o candidato Lula. Enquanto, em maio de 1994, Lula contava com 42% das intenções de voto e FHC com apenas 16%, no final de julho, portanto poucos dias após a implementação da nova moeda, os candidatos estavam praticamente empatados, ficando Lula à frente com uma diferença de apenas 3% dos votos: 32% a 29%. No começo de agosto, FHC passou a liderar as pesquisas e, nos meses seguintes, logrou ampliar a distância em relação à candidatura de Lula, chegando a obter, na última pesquisa, 48% das intenções de voto contra os magros 22% de Lula. Com o impacto inicial do Plano Real, FHC alcançou a marca dos 54,28% de votos válidos e levou a eleição já no primeiro turno.²⁸²

De fato, os efeitos iniciais do Plano Real tiveram impacto significativo sobre o processo eleitoral e ajudaram a construir a candidatura de FHC, que, mesmo antes da implementação desse

²⁸¹ Luiz Antônio de Medeiros. “Ou tudo ou nada”. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1993.

²⁸² Dados retirados do Datafolha, ver: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_01101994.pdf

plano, já aparecia como o “escolhido” pelos “grandes” eleitores, ou seja, pelos grandes credores internacionais e pela grande burguesia local.²⁸³ Além disso, a mudança sensível de alguns indicadores econômicos antes da implementação do Plano Real, tais como: a queda da inflação, a recuperação parcial do poder aquisitivo das famílias de baixa renda e a expansão da demanda e da atividade produtiva nos primeiros meses de sua implementação,²⁸⁴ criaram expectativas positivas em relação aos rumos que a economia e a política nacionais vinham tomando, o que reforçava a candidatura de FHC ao pleito presidencial. Contribuíram também para a vitória eleitoral de FHC outros fatores, entre os quais se destacam: a) as divisões internas no PT decorrentes das disputas pela hegemonia na Direção Nacional (1993); b) a ausência da parte do PT de uma proposta concreta de combate à inflação; e c) o reduzido consenso entre os economistas do partido sobre o impacto inicial do Plano Real.

No período imediatamente posterior à queda de Collor, o PT passou por uma crise interna, quando ocorreu a cisão da corrente majoritária do partido, a Articulação, dando origem à Articulação/Hora da Verdade, que, já em setembro de 1993, passou a se chamar Articulação de Esquerda. Tal fato político pode ser considerado um dos indicadores das mudanças programáticas pelas quais o partido vinha passando.²⁸⁵ Essa cisão ocorreu devido ao grande descontentamento de um grupo de militantes ligados à Articulação em relação ao processo de burocratização do partido. No “Manifesto aos petistas” (também conhecido como “Manifesto A Hora da Verdade”), que deu origem ao grupo dissidente, a indignação desses militantes era apresentada da seguinte maneira:

Radicalmente democrático, construído de “baixo para cima”, o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direção e bases; é notório o esvaziamento das instâncias – dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição e o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o companheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade. [...] Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em “notáveis” por força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. [...] Ninguém, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT.²⁸⁶

²⁸³ Sobre o processo de “fabricação do eleito”, ver: Jacob Gorender. “A hegemonia burguesa - reforçada pela prova eleitoral de 94”. *Crítica Marxista*, n. 2, 1995.

²⁸⁴ Cf. João Machado. “Debate econômico na campanha Lula”. *Teoria e debate*, n. 27, dez.1994/fev. 1995. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/economia-debate-economico-na-campanha-lula>

²⁸⁵ Sobre a cisão da tendência, ver: Clóvis Bueno de Azevedo. *A estrela partida ao meio: ambiguidades no pensamento petista*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.

²⁸⁶ “Manifesto aos petistas” In: Valter Pomar (org.). *Socialismo ou barbárie: documentos da Articulação de Esquerda (1993-1999)*. São Paulo, Viramundo, 2000, p. 16. Este manifesto foi lançado no dia 4 de fevereiro de 1993.

Tais insatisfações levaram os signatários do “Manifesto A Hora da Verdade”, junto da Democracia Socialista e de outros segmentos do partido, a apresentarem ao 8º. Encontro Nacional do PT a tese “Uma opção de esquerda”, que venceu a tese da Articulação, denominada “Unidade na Luta”, por uma diferença de 46 votos (189 a 143 votos), tornando-se a tese-guia no mesmo encontro.²⁸⁷ No entanto, o que parecia se constituir como uma rearticulação da esquerda no interior do PT, na prática, não passou de uma mudança circunstancial, influenciada em parte pelos efeitos das lutas travadas no país no início dos anos 1990, em especial, do movimento “Fora Collor”. Durante o 10º. Encontro Nacional do PT, realizado em 1995, a Articulação recuperaria a maioria no Diretório Nacional, com diferença de apenas dois votos sobre a chapa adversária, e elegeria Zé Dirceu para presidente do partido, com apoio de Lula, vindo a constituir o Campo Majoritário.²⁸⁸

É preciso dizer também que, nessa conjuntura, o PT não logrou elaborar uma proposta concreta de combate à inflação, alternativa à que vinha sendo construída e executada pelo governo Itamar e que pudesse orientar o partido nos debates acerca do processo de implantação do Plano Real e que viesse a ser implementada desde o início do governo Lula. Além disso, o PT subestimou a importância que o tema da inflação teria no pleito presidencial de 1994, e isso teve um efeito negativo para a candidatura Lula.

Pode-se observar que duas análises dividiram a direção desse partido no período na tentativa de encontrar soluções para o problema da inflação brasileira. Uma delas defendia a ideia de “ataque frontal à inflação”, encontrando, na reforma institucional da área monetária, baseada numa âncora cambial interna, o caminho para fazer submeter o interesse privado à estabilização. Tal abordagem tinha como seu mentor intelectual o economista Paulo Nogueira Batista Jr.²⁸⁹ A outra análise, defendida pelo economista Paul Singer, apontava para uma solução gradualista para o problema inflacionário. Segundo Singer, a estabilização só poderia ser alcançada através da “adoção de regras que impe[dissem] o repasse dos custos das lutas distributivas aos preços,

²⁸⁷ *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1998.

²⁸⁸ Informações retiradas da página eletrônica da tendência Articulação de Esquerda: <http://pagina13.org.br/apresentacao/quem-somos/>

²⁸⁹ As linhas gerais dessa proposta podem ser observadas em: Paulo Nogueira Batista Jr. “Contra a inflação, o ataque frontal” (entrevistado por Carlos Eduardo Carvalho e Fernando Haddad) . *Teoria e debate*, n. 23, dez. 1993/fev. 1994. De acordo com Machado, tal proposta teria sido alterada, ampliada e apresentada ao Diretório Nacional do PT, pouco antes do 9º. Encontro Nacional do partido, realizado entre 29 de abril e 1º. de maio de 1994, sendo, mais tarde, publicada na coletânea: Eduardo Matarazzo Suplicy, João Machado, Luiz Carlos Meregé, Odilon Guedes e Paulo Nogueira Batista Jr. *Combate à inflação, "Plano Real" e campanha eleitoral*. São Paulo, mimeo, dez. 1994. Ver: João Machado. “Debate econômico na campanha Lula”, *op. cit.*

mediante a negociação coletiva de preços e salários em conjuntos interdependentes”.²⁹⁰ Em suma, enquanto que a primeira abordagem ressaltava a importância de se assegurarem limites institucionais às ações dos grupos capitalistas, a segunda apresentava a negociação coletiva como solução para o problema inflacionário. Paul Singer sustentava que os altos índices de inflação só poderiam ser combatidos, caso se consolidasse a aliança entre empresários e trabalhadores no país:

ela [a proposta econômica central] é crucial tanto para estabelecer laços de colaboração com os setores capitalistas dispostos a se engajar na sua realização, quanto para aumentar a coalizão social que dará governabilidade ao governo Lula durante toda extensão de seu mandato²⁹¹.

As diferenças entre as duas propostas não estavam apenas restritas ao modo de implementação do plano de estabilização – “ataque frontal” ou “gradualismo” –, mas também relacionavam-se ao papel da intervenção do Estado na economia, já que a primeira proposta dava primazia ao legislado, em detrimento do negociado, e a segunda procurava seguir o caminho inverso. Tais diferenças indicam as dificuldades do partido de encontrar consenso sobre uma proposta de combate à inflação.

Tanto nas resoluções do 9º. Encontro Nacional quanto no programa de governo “Lula presidente - Uma revolução democrática no Brasil”,²⁹² aprovado no mesmo Encontro Nacional, o PT defendeu a tese de que o combate à inflação deveria se combinar com um vasto conjunto de reformas estruturais e estar vinculado à implementação de políticas de desenvolvimento e de distribuição de renda. O partido entendia que a inflação não era uma questão que pudesse ser resolvida apenas com um simples plano de estabilização. Na análise acerca do novo plano de estabilização do governo Itamar, o PT denunciava o vínculo desse plano com o programa neoliberal, em especial, com as medidas de sobrevalorização cambial e juros altos, que reforçariam a lógica de beneficiar o setor exportador e a especulação financeira no país, deixando de fomentar o mercado interno e as políticas de investimento de longo prazo. Ocorre, porém, que a crítica ao caráter neoliberal do plano econômico não se traduziu em propostas concretas para realizar o enfrentamento à política do governo federal, e isso acabou gerando dificuldades para o PT na disputa eleitoral, tendo em vista que o problema inflacionário ocupava o centro das atenções no país, exigindo soluções imediatas, e que o candidato FHC apresentava-se no pleito presidencial como o mentor de um plano de combate à inflação – o Plano Real.

²⁹⁰ Paul Singer. “A batalha decisiva”. *Teoria e debate*, n. 25, jun. 1994. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/batalha-decisiva-limitacoes-do-cenario?page=full>

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² Ver: *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*, *op. cit.*

No período entre a criação da URV (Unidade Real de Valor), em março de 1994, e a implantação do Real, em julho de 1994, o PT apontou críticas em relação à questão salarial do plano, o que o levou a defender, no Congresso Nacional, a garantia de ganhos e a reposição de perdas salariais, assim como o controle dos preços. No entanto, o governo federal relutou em negociar com o Congresso os artigos do plano econômico que tratavam da questão salarial, apesar de o Plano prever perdas salariais nos primeiros meses.

A propaganda governista de defesa do Plano Real intensificou-se nesse momento, apresentando o programa de estabilização como a única saída para o combate à inflação. O conteúdo do plano confinaria anos mais tarde o país num árduo processo de desindustrialização e desnacionalização da economia, tendo em vista que as taxas de câmbio sobrevalorizadas, a crescente taxa de juros para assegurar o baixo índice inflacionário e a livre conversibilidade com a moeda estrangeira eram medidas econômicas que facilitavam a entrada de capitais estrangeiros no país, impulsionavam a importação de mercadorias, gerando déficits na balança comercial e motivavam a privatização das empresas estatais.

Por não possuir uma política própria de contenção imediata dos altos índices inflacionários e por não haver consenso no PT acerca do impacto inicial do Plano, o partido passou a adotar posições ambíguas em relação ao Plano Real, situando-se entre a denúncia à concepção geral do plano – o que levou a candidatura Lula a ser taxada de “candidatura da inflação” – e a formulação de críticas pontuais a aspectos do plano, o que implicava dar legitimidade ao Plano Real. Com a execução desse Plano, nos meses de agosto e setembro, e a proximidade das eleições presidenciais, a candidatura Lula passou por sérias dificuldades políticas, em parte, resultantes da relutância de alguns dirigentes do PT em reconhecer a centralidade do tema da inflação na disputa presidencial; em parte, decorrentes da situação perversa criada pelo próprio Plano Real, que logrou dar respostas ao problema crônico das altas taxas de inflação no país e promover, ainda que circunstancialmente, a recuperação parcial dos salários e a ampliação do crédito e do consumo.

No período de implantação do Plano Real, o debate que se travou no partido apontava fundamentalmente duas abordagens sobre os seus efeitos imediatos: a abordagem catastrofista e a abordagem que ficou conhecida como “efeito psicológico”.

A abordagem catastrofista teve como seus maiores representantes os economistas Aloizio Mercadante, Guido Mantega, Jorge Eduardo Mattoso, Maria da Conceição Tavares e Paul

Singer.²⁹³ Todos eles previam um fracasso econômico e social do Plano Real, nos primeiros meses após a sua implantação, entendendo que o plano econômico do governo federal não conseguiria conter os altos índices inflacionários, promoveria o estancamento da atividade produtiva e provocaria perdas salariais.

Já a abordagem do “efeito psicológico” tinha como principais defensores Eduardo Matarazzo Suplicy, João Machado, Luiz Carlos Merege, Odilon Guedes e Paulo Nogueira Batista Jr. Eles previam a possibilidade de sucesso do Real, nos primeiros meses, o que acarretaria na queda da inflação, na recuperação do poder de compra dos salários dos segmentos de baixa renda e no aumento da demanda e da atividade produtiva. Tal grupo de economistas chegou até mesmo a publicar uma coletânea de artigos intitulada “Combate à inflação, Plano Real e campanha eleitoral”, em dezembro de 1994, na qual procuravam apresentar o conteúdo de uma política de estabilização e responsabilizar os expoentes da abordagem catastrofista pelo fracasso da campanha de Lula, já que teriam subestimado os efeitos imediatos do Plano Real. Em resposta, Guido Mantega qualificou o livro como uma “intriga inoportuna”.

As divergências entre os economistas do PT tornaram-se tão acirradas que o balanço da campanha de Lula, em vez de ser matéria de debate interno do partido, ocupou as páginas do jornal *Folha de S. Paulo*, nos meses de novembro e dezembro de 1994. No artigo “A campanha de Lula, o PT e o desafio do real”, assinado por Eduardo Suplicy e Paulo Nogueira Batista Jr., os economistas sustentavam que os resultados eleitorais da candidatura Lula foram bastante tímidos e apontavam para o fato de que o candidato Lula ficou desarmado para enfrentar o debate econômico colocado na boca da cena pela implementação do Plano Real, pois a maioria dos economistas do partido subestimou o adversário e os efeitos iniciais do Plano:

o equívoco básico do partido e da maioria de seus economistas foi não ter percebido a tempo a enorme importância que a população, especialmente os mais pobres e mais sujeitos ao imposto inflacionário, atribuía à estabilidade, permitindo assim que a questão fosse relegada a segundo plano na campanha e no programa de governo.

A segurança que caracterizava as observações críticas de Lula sobre os problemas sociais e políticos não chegou a ser acompanhada de proposições claras sobre o que fazer no campo da economia, em especial no combate à inflação. [...]

No nosso entender, o que poderia ter distinguido Lula mais claramente de Fernando Henrique teria sido a apresentação de um programa que combinasse uma preocupação tão forte com a estabilização quanto com as questões de distribuição da renda e do combate à miséria. [...]

As divergências, normais entre economistas, acabaram deixando de ser arbitradas pela

²⁹³ Ver artigos publicados na imprensa: Aloizio Mercadante. “O real e a belíndia”. *Folha de S. Paulo*, 17 jul. 1994; Guido Mantega. “As fantasias do Real”. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 1994; Maria da Conceição Tavares. “O Plano, a URV, o real e os economistas”. *Folha de S. Paulo*, 15 maio 1994; “Semana de cão prepara entrada do real”. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1994; “A novela do Plano Real ainda continua”. *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 1994; Paul Singer. “A paulada na inflação saiu pela culatra”. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 1994.

coordenação e por Lula. Os responsáveis pela direção da campanha decidiram dedicar menos tempo ao debate da questão econômica do que à denúncia do caráter conservador das alianças de Fernando Henrique.

Quando veio o real, a desorientação do discurso econômico do partido ficou mais evidente. Parte da assessoria econômica do PT agarrava-se à esperança de que os trabalhadores "cairiam na real" quando abrissem o primeiro holerite no início de agosto. Ataques pouco criteriosos ao programa econômico do governo terminavam por consolidar a impressão de que Lula e o PT não percebiam a importância da estabilização, facilitando a imputação da pecha de "candidato da inflação" e a propagação da versão de que Lula "acabaria com o real".²⁹⁴

No artigo "O PT, o Plano Real e as eleições", publicado quase um mês depois, os economistas Guido Mantega e Jorge Eduardo Mattoso acusaram o "seleto grupo" de economistas ligados a Suplicy e Batista Jr. de defenderem um plano de estabilização de caráter conservador por oporem um "monetarismo dolarizante" a um "monetarismo nacional" e ignorarem a necessidade de criar uma proposta de estabilização mais abrangente, voltada para a retomada do crescimento e negociada com a sociedade.²⁹⁵ Tal resposta só confirmaria a recusa dos expoentes da abordagem catastrofista em reconhecer o erro político de subestimar os efeitos imediatos do Plano Real e de deixar de apresentar um plano de estabilização alternativo e de aplicação imediata para fazer a disputa política e ideológica com a candidatura adversária.

Em linhas gerais, é preciso ressaltar que tais divergências indicam que o partido tornou-se refém do caráter plebiscitário do Plano Real, opondo seu elaborador, que havia conseguido debelar a inflação, e seu opositor, que considerava o plano nada mais do que um "estelionato eleitoral". Com isso, as divergências expostas publicamente entre os economistas do partido só contribuíram para desarmar o PT para as disputas políticas de caráter mais estratégico que se apresentavam naquele contexto.

Dadas as dificuldades impostas para fazer oposição ao neoliberalismo, é possível considerar as eleições de 1994 como uma circunstância histórica decisiva para a consolidação no bloco no poder neoliberal e para a superação da situação de instabilidade hegemônica que marcou o final dos anos 1980 e os primeiros anos da década de 1990.

²⁹⁴ Eduardo Mattarazzo Suplicy e Paulo Nogueira Batista Jr. "A campanha de Lula, o PT e os desafios do real". *Folha de S. Paulo*, 8 nov. 1994.

²⁹⁵ Guido Mantega e Jorge Eduardo Mattoso. "O PT, o Plano Real e as eleições". *Folha de S. Paulo*, 5 dez. 1994.

CAPÍTULO 3 – REFORMAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL NO BRASIL

“O inferno são os outros” (fala de personagem criado por Jean-Paul Sartre na peça *Entre quatro paredes.*)

1. O desgaste do neoliberalismo e as eleições de 2002 no Brasil

A política neoliberal sempre enfrentou resistências nas mais variadas formações sociais em que foi adotada. No entanto, é possível observar que, a partir de meados de 1990, ela começou a passar por forte processo de desgaste, em escala internacional, relacionado aos seguintes fatores: a) ao caráter excludente do neoliberalismo, que imprime a dinâmica da privatização dos ganhos e da socialização das perdas, ampliando consideravelmente as riquezas e rendimentos da população 1% mais rica do mundo, enquanto retira direitos sociais e trabalhistas conquistados e alarga a extensão dos bolsões de pobreza; b) à lógica antinacional, desindustrializante e especulativa, voltada a atender quase que exclusivamente os interesses dos agentes nitidamente vinculados às atividades improdutivas, em especial, da grande burguesia financeira, engendrando um processo de acumulação de capital dominado e hegemônico pelo capital portador de juros; c) às crises cambiais e financeiras acarretadas por esse modelo de capitalismo, as quais se tornaram frequentes, intermitentes e impactaram a economia de diversos países;²⁹⁶ d) aos processos de resistência às políticas neoliberais, às suas instituições e aos principais interesses beneficiados por essa contrarreforma, os quais começaram a tomar feição, ainda que de maneira desigual, em várias partes do mundo, sob a consigna de movimento

²⁹⁶ Nos anos de 1994 e 1995, ocorreu o chamado “efeito tequila”, resultante de um processo de desvalorização cambial do peso mexicano. Isso gerou a fuga de investidores do México e, em países como o Brasil, acabou levando o governo federal a aplicar uma política de câmbio sobrevalorizado e de juros altos. Em meados de 1997, a crise explodiu na Ásia, configurando aquilo que ficou conhecido como “crise asiática”. Países como Tailândia, Malásia, Coreia do Sul e Filipinas sofreram forte processo de desvalorização de suas moedas nacionais, o que impactou, de alguma maneira, as economias russa e brasileira nos anos subsequentes. Em 1998, a crise eclodiu na Rússia, combinando desvalorização dos preços de *commodities*, em especial, do gás e do petróleo, desvalorização do rublo (moeda russa) e declaração de moratória do país para o pagamento da dívida externa. O ano de 1999 selou a sorte do regime de câmbio semifixo, sustentado pelo governo FHC. A moeda brasileira (o real) passou por um forte processo de desvalorização, levando o governo brasileiro a adotar o regime de câmbio flutuante, vigente até os dias de hoje. Foi nessa conjuntura que o governo FHC afrouxou relativamente a política neoliberal, constituindo o tripé câmbio flutuante, metas de inflação e geração de superávit primário, bem como dando início aos programas de transferência de renda.

altermundialista;²⁹⁷ e) às vitórias eleitorais de candidaturas que se apresentavam como críticas da ortodoxia do livre mercado, ainda que, no plano das ações efetivas de seus respectivos governos, alguns desses novos governos tenham realizado uma série de concessões políticas aos interesses do capital financeiro internacional,²⁹⁸ não logrando consolidar, assim, uma política econômica e social que conseguisse superar o modelo capitalista neoliberal.

A indicação dos fatores que expressam o processo de desgaste do neoliberalismo em âmbito internacional, ainda que distante de se apresentar como uma caracterização exaustiva dos fenômenos aqui assinalados, é útil para a compreensão da conjuntura em que ocorreu a vitória de Lula nas eleições de 2002. Se Collor venceu as eleições de 1989 numa conjuntura inicial de ascenso da política neoliberal em escala internacional, de crise do capitalismo de Estado e da política desenvolvimentista, Lula venceria as eleições num contexto de desgaste do capitalismo neoliberal, numa conjuntura aberta, no caso específico do Brasil, para a aplicação de reformas no modelo neoliberal e, conseqüentemente, para a consolidação de uma versão moderada de neoliberalismo – que poderíamos chamar de neoliberalismo mitigado ou de social-liberalismo.²⁹⁹

²⁹⁷ A ideia de altermundialismo é a que melhor caracteriza os movimentos que pretendiam transcender o capitalismo neoliberal. Como afirma Arias, não é adequado utilizar a noção de movimento antiglobalização para se referir a esses movimentos, pois eles não eram contra toda e qualquer forma de globalização, mas contra a globalização neoliberal. Ver: Santiane Arias. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. Campinas, Doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2011. Em 1994, no México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) organizou manifestações contra as tentativas imperialistas dos EUA de consolidarem o North American Free Trade Agreement (NAFTA). Tais manifestações estariam na origem do movimento altermundialista. Outros protestos marcariam a segunda metade dos anos 1990, entre os quais, destacamos: a greve geral francesa, promovida pelos trabalhadores do sistema público contra as reformas neoliberais, em 1995; a marcha dos 100 mil, organizada pelo MST, em 1997, colocando um dos principais movimentos populares do mundo em cena contra os ditames neoliberais aplicados pelos governos do PSDB no Brasil. Além disso, em âmbito mundial, uma série de manifestações começou a tomar corpo contra as instituições que representavam o poder do capital financeiro e eram reconhecidas como as principais difusoras da política neoliberal em escala internacional. Com elas, surgiu a Batalha de Seattle (EUA), em 1999, reunindo milhares de manifestantes contrários à reunião da OMC; na sequência e no mesmo ano, ocorreram as manifestações contra a reunião promovida pelo FMI em Colônia (Alemanha). Depois foi a vez da Batalha de Praga (República Checa) contra o encontro realizado pelo FMI e Banco Mundial, em 2000. Em 2001, ocorreram, em Gênova (Itália), as manifestações contrárias à reunião dos sete países mais ricos do mundo acrescida da Rússia (o chamado G-8), assim como a forte mobilização dos trabalhadores desempregados na Argentina, os quais ficaram conhecidos como “piqueteros”. O ano de 2001 também foi importante para a organização do movimento altermundialista, uma vez que marcou a fundação do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Brasil), visando aglutinar as forças progressistas e de esquerda, e contrapor-se ao Fórum de Davos, constituído pelos empresários e dirigentes estatais das grandes potências imperialistas.

²⁹⁸ O fenômeno propagou-se entre o final dos anos 1990 e os anos 2000, com mais intensidade, no continente latino-americano. As vitórias de Hugo Chávez (Venezuela), em 1998, Lula (Brasil), em 2002, Nestor Kirchner (Argentina), em 2003, Tabaré Vázquez (Uruguai), em 2004, Evo Morales (Bolívia), em 2005, Rafael Correa (Equador), em 2007, expressariam o processo de desgaste das políticas mais claramente identificadas com o Consenso de Washington e com o receituário ortodoxo neoliberal.

²⁹⁹ Em tom provocativo, Bresser Pereira caracteriza o significado do social-liberalismo ao afirmar que: “Da mesma maneira que a social-democracia foi por muito tempo acusada de trair os ideais do socialismo, agora, acusa-se o social-liberalismo de trair os ideais da social-democracia [...] A diferença fundamental entre a social-democracia e o social-liberalismo não está na defesa dos direitos sociais, mas no papel maior dado ao mercado e à competição na coordenação da economia e da própria organização do Estado e dos serviços sociais e científicos que financia.” Luiz

O fato para o qual chamamos a atenção é o da impossibilidade de um governo editar medidas de caráter social-democrata num contexto de hegemonia política do capital financeiro internacional. Isso significa que as mudanças promovidas pelos governos petistas³⁰⁰ estavam inscritas no campo de abrangência dessa hegemonia, caracterizando-os como promotores de reformas no modelo capitalista neoliberal.

Para entendermos os conflitos deflagrados ao longo do primeiro governo Lula e que culminaram na crise do PT, enquanto partido do governo, em 2005, faz-se necessário analisar a conjuntura da vitória eleitoral de Lula, em 2002, bem como as medidas adotadas por esse governo em seu primeiro mandato.

O pleito presidencial de 2002 indicaria claramente os sinais de desgaste do neoliberalismo no Brasil, em especial, de sua versão extremada. Desde o segundo semestre de 2001, quando o debate sobre a sucessão começou a ser forjado, as principais forças políticas do país procuraram desvincular-se de qualquer relação com o chamado “malanismo” – que representava a política empreendida pelo então ministro da Fazenda, Pedro Malan, e que se sustentava na aceitação ativa do Consenso de Washington.³⁰¹ Mesmo a candidatura alinhada ao governo federal foi forçada a admitir a necessidade de construir uma alternativa à política econômica e social da era Malan. A afirmação de um papel mais ativo do Estado na economia, a defesa da queda da taxa de juros e a busca por uma política mais voltada para os setores vinculados à atividade produtiva eram pautas presentes nos programas de governo das forças políticas eleitoralmente relevantes. Ainda que com fortes divergências internas, ao menos no plano retórico e da discussão dos programas de governo, tais forças políticas procuravam se distanciar da herança malanista.

Esse processo de distanciamento, mesmo que retórico, em relação ao malanismo produziu efeitos políticos na conjuntura em questão. Impedido de reeleger FHC pela segunda vez, o PSDB enfrentou fortes tensões internas na definição do futuro presidenciável que o partido apresentaria nas eleições de 2002. Esses conflitos acirraram-se principalmente entre dois críticos do malanismo: o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB/CE), e o ministro da Saúde, José Serra (PSDB/SP). Como ambos defendiam o fim da era Malan, o teor do conflito expressava disputas de ordem regional sobre os rumos políticos do PSDB. Tasso, embora se apresentasse como herdeiro político de um tucano paulista, o ex-governador Mario Covas, ao fazer crítica ao

Carlos Bresser-Pereira. “Esquerda nacional e empresários na América Latina”. *Lua Nova*, n. 70, 2007, p. 93.

³⁰⁰ Utilizamos a expressão “governos petistas” apenas de modo indicativo para facilitar a redação, pois não existem efetivamente governos partidários no Brasil.

³⁰¹ Apesar das mudanças ocorridas na política econômica e social do segundo governo FHC, vale ressaltar que o economista Pedro Malan foi ministro da Fazenda durante os dois mandatos.

grupo político ligado a José Serra, não deixava de demonstrar insatisfações em relação à hegemonia do PSDB paulista. Além disso, ele reclamava de certo privilégio da candidatura Serra por parte do governo FHC, notadamente, do próprio Presidente da República, que havia deixado de liberar recursos para o estado do Ceará, aberto um processo de investigação da vida de Tasso e realizado aproximações com o principal adversário do partido na região cearense: o PMDB. Mesmo com a definição do nome da candidatura de Serra pela Executiva Nacional do PSDB, em janeiro de 2002, Tasso tentou defender a realização das prévias, mas foi forçado pelo partido a desistir. Os conflitos entre Tasso e Serra atravessaram toda a conjuntura eleitoral e indicavam claramente a ausência de unidade interna no PSDB.

Consideramos que os conflitos regionais existentes no interior do PSDB sobredeterminavam as contradições existentes entre a burguesia associada e a burguesia interna, o que, em grande medida, impactava a dinâmica interna desse partido. Tais conflitos eram resultantes de contradições existentes no seio da burguesia interna, ou seja, entre as burguesias que se encontravam alijadas do circuito dominante de capital, em especial, as burguesias instaladas nas principais capitais nordestinas, e as burguesias instaladas no eixo Rio-São Paulo – em particular, a burguesia industrial paulista, representada pela Fiesp, que exercia maior influência sobre a execução da política estatal, quando comparada a outras burguesias industriais regionais. Seria justamente nessa conjuntura que a defesa do desenvolvimento regional começaria a ganhar força, expressando não só a necessidade de expansão do processo de valorização de capital (ponto de unidade entre as camadas da burguesia interna), mas também o interesse de determinadas camadas da burguesia interna com influência regional de ocuparem uma posição mais cômoda no âmbito da política industrial, sem precisarem entrar em confronto com as burguesias situadas nos centros econômicos mais dinâmicos do país. De alguma maneira, os conflitos regionais existentes no PSDB, nesse período, manifestavam-se como contradições secundárias existentes no seio da burguesia interna.

Cabe ressaltar que a cizânia não afetava apenas o PSDB, mas envolvia a coalizão política governamental como um todo. Aliado do PSDB nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, o PFL tentou emplacar a candidatura da então governadora do estado do Maranhão, Roseana Sarney. Inicialmente apoiada por Tasso, com quem tentava reeditar a aliança política PSDB-PFL, Roseana conseguiu se destacar nas pesquisas eleitorais do fim de 2001, chegando a atingir, segundo o Datafolha, cerca de 21% das intenções de voto, no início de janeiro de 2002. Roseana tentou se apresentar como alternativa à candidatura Serra, mas sua sorte foi selada com a Operação Lunus. No mês de março de 2002, a Polícia Federal apreendeu R\$ 1,3 milhão na sede

da construtora Lunus Participações, da qual Roseana era sócia, juntamente com seu marido Jorge Murad. A apreensão desse dinheiro não declarado pela presidenciável custou-lhe a própria candidatura, levando-a a desistir do pleito presidencial. De acordo com Fortes, essa operação teria sido criada pela candidatura Serra, para impossibilitar uma candidatura própria pelo PFL.³⁰² Com a desistência de Roseana e a indicação de Serra para candidato pelo PSDB, estava inviabilizada a renovação de uma aliança em nível nacional do PFL com o PSDB nas eleições de 2002.

No PMDB, as indefinições quanto ao lançamento de candidatura própria marcaram o debate interno no partido, que resolveu se coligar com o PSDB e indicar o nome de Rita Camata como vice na chapa presidencial de Serra. No entanto, a aproximação do PSDB com o PMDB estaria muito longe de fortalecer ou contornar a situação de debilidade com a qual se defrontava a candidatura governista. A identificação de Serra com o legado de FHC só contribuía para reduzir as chances eleitorais de o PSDB continuar no governo federal, tendo em vista os efeitos sociais visíveis provocados pela política monetarista efetivada, ainda que com algumas mudanças de um mandato para outro, ao longo dos últimos oito anos.

Quanto às fracassadas tentativas da candidatura Serra-Camata de se distanciar da política monetarista prevalecente no governo FHC, é preciso esclarecer os termos com os quais trabalhavam para sustentar a política da “continuidade sem continuísmo” – ideia usada por Serra durante a campanha de 2002. No programa de governo da “Coligação Grande Aliança – PSDB/PMDB”, intitulado “Trabalho e progresso para todos”, estava manifesta uma grande preocupação em relação à temática do desemprego – o que levaria a referida coligação a priorizar o apoio a determinadas áreas que cumprem mais destacadamente o papel de empregar grandes contingentes de trabalhadores, entre as quais se destacam: agricultura, construção civil, turismo, saúde e educação. Ademais, saliente-se que o conteúdo do programa de governo de José Serra traduzia, em alguma medida, os anseios e interesses da burguesia interna, já que se propunha a realizar mudanças na política econômica que visassem a colocar em condição de disputa os interesses dessa burguesia com os capitais forâneos, no plano das relações internas e externas, sem, no entanto, questionar a hegemonia política do capital financeiro internacional. Isso se traduziria claramente na proposta do candidato tucano de preservar o tripé macroeconômico, câmbio flutuante, metas de inflação e austeridade fiscal (superávit primário); de constituir uma política que privilegiaria as exportações e a substituição competitiva de importações; e de

³⁰² Ver: Leandro Fortes. “Caso Lunus: a verdade dos fatos”. *Carta Capital*, 17 ago. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/caso-lunus-a-verdade-dos-fatos>

priorizar as negociações comerciais com os países que integram o Mercosul, em especial, a Argentina, em detrimento dos acordos estabelecidos em torno da ALCA, que deveriam ser tratados com maior prudência.³⁰³

Resta indicar ainda que os tucanos prometiam, em seu programa, não opor a política econômica à política social e dar continuidade aos programas de transferência de renda. Tais políticas enquadrar-se-iam perfeitamente naquilo que denominamos neoliberalismo mitigado ou social-liberalismo, uma vez que os tucanos reivindicavam conceder fortes incentivos aos setores mais claramente identificados com a atividade produtiva e nacional, preservar as políticas compensatórias sem expansão de direitos sociais e, no fundamental, não apoiar diretrizes que pudessem capitular os interesses do capital financeiro internacional.

A candidatura de Ciro Gomes, lançada pela coligação PPS, PDT e PTB, tentou se apresentar como uma “frente trabalhista”, que era inclusive o nome dado à coligação. No entanto, sob pressões internas e externas para que, ainda no primeiro turno, desistisse da candidatura, essa frente não conseguiu ser bem-sucedida, ficando em quarto lugar, com 11,97% dos votos válidos. As mesmas pressões recaíram sobre a candidatura de Anthony Garotinho, que liderava a coligação PSB, PGT e PSC, atingindo o terceiro lugar, com 17,86% dos votos. Tanto Ciro quanto Garotinho apresentavam-se como alternativas à política do governo FHC, o que os levou a apoiar a candidatura de Lula, no segundo turno, e a isolar a candidatura de José Serra.

Quando refletem sobre o comportamento político da candidatura petista, nessa conjuntura eleitoral, certas análises dão peso excessivo às mudanças bruscas que teriam ocorrido com o PT devido à necessidade desse partido de tentar viabilizar-se eleitoralmente no ano de 2002. No entanto, essa leitura apressada e superficial dos fatos políticos ignora claramente o progressivo processo de adesão passiva do PT ao neoliberalismo, durante os anos 1990,³⁰⁴ a diminuta importância que teve a militância de base do partido, nos processos decisórios fundamentais de definição das diretrizes centrais do programa de governo de 2002, e do arco de alianças político-eleitorais a ser constituído, naquele momento, pela coligação Lula presidente. Isso sem contar a inexistência do fenômeno dos governos partidários na democracia burguesa, no Brasil – o que torna ainda mais reduzida a influência da base partidária sobre os rumos do processo eleitoral e

³⁰³ Ver: Programa do governo José Serra. *Trabalho e progresso para todos*. (mimeo.) ago. 2002.

³⁰⁴ A análise das resoluções dos Encontros e Congressos nacionais do PT, realizados nos anos 1990, permitiu-entrever esse processo de adesão passiva do PT ao neoliberalismo. Ver: Andriei C. G. Gutierrez; Danilo E. Martuscelli; Fernando F. Corrêa. “PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil”. *Ideias* (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, organizado por Armando Boito Jr.), ano 9, 2002.

da composição do governo.³⁰⁵

Para entender a discussão acerca das propostas da candidatura petista, faz-se necessário indicar inicialmente o conteúdo de três documentos apresentados na referida conjuntura, a saber: a) Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002; b) Carta ao Povo Brasileiro; c) Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Brasil de todos.³⁰⁶ Reconhecemos que a análise desses documentos por si só é insuficiente para caracterizar de maneira rigorosa o processo político de formulação do programa de governo e da própria coligação eleitoral encabeçada pelo PT, mas é um ponto de partida fundamental para se compreenderem algumas tendências políticas presentes na conjuntura em questão e que influíram de maneira significativa sobre o comportamento político daquele que seria o futuro partido do governo.

O documento “Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002” foi aprovado no 12º. Encontro Nacional do PT, realizado em Recife (PE), em dezembro de 2001. Nesse contexto, o PT procurava articular oposição ao governo FHC com crítica ao neoliberalismo, produzindo um documento que visava interpelar os setores da sociedade brasileira que manifestavam, ainda que difusamente, uma crítica aos efeitos da implementação da política neoliberal no Brasil. Ao mesmo tempo, é possível caracterizar o documento como um texto de consumo interno do partido, que visava indicar algumas orientações básicas da ação do partido na conjuntura pré-eleitoral. Na medida em que o partido via a necessidade de se tornar viável eleitoralmente e que o termômetro das pesquisas de opinião ratificava essa possibilidade, o PT passaria a operar com lógica diversa, buscando, então,

³⁰⁵ Na verdade, o que existe no país é o fenômeno dos partidos de governo, fenômeno oposto ao dos governos partidários, e que resulta na estatização dos partidos políticos, que passam a ocupar cargos no governo e a ter diminutas chances de confrontar a dinâmica da lógica estatal. É interessante observar que esse fenômeno da estatização dos partidos não coincide com o fortalecimento da função governativa desses mesmos partidos – o que faz abrir uma espécie de descolamento entre as diretrizes gerais defendidas pelo partido e a sua execução na política, quando instado a presidir o Executivo nacional. Dado o caráter tendencialmente despolitizador do fenômeno em questão, é de esperar que algumas lideranças políticas passem a adotar práticas de efetivo controle sobre as decisões partidárias, sem que, para isso, precisem de autorização de qualquer instância partidária, ou adotar práticas de insubordinação às resoluções do próprio partido realizadas a partir da base. Seja no processo de constituição das alianças eleitorais ou na composição e consolidação da equipe governamental, tais lideranças políticas tendem a ignorar as diretrizes partidárias e a atuar livremente sem ter que prestar contas à base partidária, uma vez que apelam para o recurso da política como fato consumado, o que significa dizer que, em certas matérias, só um pequeno grupo de agentes poderá intervir na decisão. Assim sendo, consideramos que essas lideranças não cometeram necessariamente um simples ato de traição, pois são ao mesmo tempo reféns e agentes da lógica de fazer política em que os partidos não exercem efetivamente suas funções governativas. Em resumo, ao assumirem o exercício de funções estatais, as lideranças a que nos referimos assumem o papel político de agentes do Estado e, portanto, passam a agir segundo as relações de classe encarnadas pela institucionalidade governamental.

³⁰⁶ Uma análise descritiva desses documentos pode ser encontrada em: Ralph Machado. *Lula A. C. - D. C.: política econômica antes e depois da “Carta ao Povo Brasileiro”*. São Paulo, Annablume, 2007.

aproximações com outras forças sociais – que, inclusive, situavam-se no campo da direita do espectro político – e diálogo com as chamadas “forças do mercado”, para tranquilizá-las sobre os propósitos do futuro governo. Tal processo corroborava a tendência de adesão do partido ao neoliberalismo, levando-o cada vez mais a manter-se na oposição ao governo antecessor sem, com isso, radicalizar na crítica ao neoliberalismo, pois, afinal, a superação do neoliberalismo passaria a ser entendida como algo dificultado pela “herança maldita”, fazendo prevalecer o discurso de que “o inferno são os outros”.

No documento em questão, o PT sustenta a proposta de constituir um “novo contrato social” e indica os setores que seriam penalizados ou beneficiados pelo “novo modelo de desenvolvimento”. O partido procurava contrapor os setores ligados à atividade produtiva aos segmentos mais claramente vinculados à atividade não produtiva, com vistas à formulação de um novo modelo de desenvolvimento, que atendesse, entre outros interesses, a massa desorganizada da população. O conteúdo de crítica em relação aos ditames do capital financeiro internacional, presente no documento, expressava a insatisfação de amplos setores da sociedade com o neoliberalismo do governo FHC.³⁰⁷

Para dar conta dessas diretrizes políticas, o partido trabalhou com seis dimensões macroestruturais: a) a política ativa de exportação e de “re-substituição” de importações, visando o “equilíbrio” na balança comercial; b) a política de proteção à produção nacional; c) a política de regulação da entrada de capital estrangeiro; d) a política de regulamentação da abertura financeira; e) a política voltada para acordos multilaterais no plano internacional – ganhando relevância o Mercosul, a integração latino-americana, os acordos com potências emergentes (China, Índia e África do Sul). Em relação aos EUA e à União Europeia, o partido apoiava a promoção de acordos bilaterais, pautados em regras democráticas, o que o levaria a condenar a proposta de formação da ALCA.³⁰⁸

Nos termos desse documento, tudo levava a crer que o partido se manteria firme na crítica ao neoliberalismo e realizaria de fato a “ruptura necessária”, como pregava um dos subtítulos dessa resolução. No entanto, os desenlaces da política levaram o PT a apontar a proa de seu barco para outros mares.

A Carta ao Povo Brasileiro veio a público num seminário organizado pelo PT no dia 22 de

³⁰⁷ Ver: *Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002*, 12°. Encontro Nacional do PT, Recife, dez. 2001. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/pt-programas-de-governo>

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 13.

junho de 2002.³⁰⁹ A ideia era apresentar algumas diretrizes gerais do programa de governo antes que tal documento fosse aprovado pela Convenção do Diretório Nacional do PT, prevista para ocorrer no final de junho de 2002. O rito de elaboração desse documento deixa clara a intenção dos membros da direção petista de não politizar a base partidária nem de incorporá-la efetivamente no debate e no processo de deliberação sobre o tema. A proposta inclinava-se a criar um documento de síntese de algumas diretrizes da futura política governamental sem passar pelo crivo da análise e do debate nas instâncias decisórias do PT.³¹⁰ Tratava-se de se formar uma espécie de PT paralelo, com vistas a dar respostas ao enigmático “mercado” e tranquilizar os grandes credores internacionais. Assim sendo, havia a orientação geral do “clube de Ribeirão” para que o documento seguisse à risca alguns preceitos mínimos, entre os quais, ganharam destaque: o cumprimento dos contratos estabelecidos com os credores internacionais; o compromisso com a política de responsabilidade fiscal; e a continuidade das políticas de metas de inflação e de câmbio flutuante. Tais propostas estavam em plena consonância com a política econômica do segundo governo FHC.³¹¹ Quem ficou incumbido de elaborar o texto desse documento-síntese foi o próprio coordenador geral da campanha de Lula da Silva e futuro primeiro ministro da Fazenda, Antônio Palocci.³¹²

Nesse documento, assinado por Lula, havia novamente a referência ao “novo contrato social”, entendido como resultante de uma “ampla negociação nacional”, que não poderia ser forjado por via de “decisões unilaterais do governo” ou por “decreto”. Na verdade, o documento assinalava a ideia de que se faria necessária uma transição para superar o modelo econômico vigente naquele contexto, por considerar que essa superação não se faria “num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país”.³¹³ A partir desse

³⁰⁹ A proposta de elaboração desse documento surgiu num jantar, na cidade de Ribeirão Preto (SP), no mês de maio, no qual estavam presentes: Antonio Palocci, Lula, José Dirceu, Aloizio Mercadante, José Genoíno, Zeca do PT e Guido Mantega. Cf. Antônio Palocci. *Sobre formigas e cigarras*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

³¹⁰ Diferentemente do pleito presidencial de 1989, analisado no capítulo 1, o PT passaria, nesse caso, a criar uma estrutura partidária paralela e alheia às decisões dos Encontros e Congressos nacionais, do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional que, em ordem decrescente de importância, são as instâncias deliberativas principais do partido. Ademais, cabe ressaltar que, ao longo dos anos 1990, o partido passou a forjar a prática de elaborar seus programas de governo em instituições paralelas, como o Instituto da Cidadania, coordenado por Lula, alijando, com isso, a base partidária do processo de construção política.

³¹¹ Para uma análise das mudanças ocorridas na política econômica entre o primeiro e o segundo governo FHC, ver: Gesner Oliveira e Frederico Turolla. “Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas”. *Tempo Social* – USP, vol. 15, n. 2, nov. 2003.

³¹² A narrativa de Palocci sobre o processo de construção da Carta ao Povo Brasileiro parece indicar que os “populares” não foram em nenhum momento seus interlocutores. Ao buscar ouvir a opinião de membros externos ao partido, Palocci sustenta que procurou estabelecer contatos com empresários e formadores de opinião. Antônio Palocci. *Sobre formigas e cigarras*, *op. cit.*

³¹³ Luiz Inácio Lula da Silva. “Carta ao Povo Brasileiro”. São Paulo, 22 jun. 2002, p. 2. [Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>]

entendimento acerca do significado da “transição”, o documento postulava a ideia de que a premissa básica desse processo seria “o respeito aos contratos e obrigações do país”.³¹⁴ Indicava-se, aqui, que o futuro governo Lula não empreenderia esforços para colocar em risco ou mesmo questionar os interesses do capital financeiro internacional naquele momento.

Curiosamente, na crítica que fazia ao governo FHC, o PT acabava assumindo como diretriz algumas políticas que eram centrais no programa de governo de José Serra, sustentando, portanto, tal como os tucanos, a defesa de uma política ativa de exportações e a promoção da “substituição competitiva de importações no curto prazo”. Nesse caso, é importante salientar como o movimento de reformas no modelo neoliberal expressava-se naquele contexto, levando até mesmo partidos que faziam oposição uns aos outros a adotarem conteúdos de política macroeconômica bastante parecidos. Isso nos permite entrever a existência do fenômeno do “monopartidarismo competitivo” na política brasileira, uma vez que facções de um mesmo partido passavam a disputar os rumos da política no país.³¹⁵ E não significa que as diferenças de classe entre tais agremiações partidárias fossem anuladas, mas que as disputas intraburguesas das quais faziam parte seriam tomadas de assalto pela lógica da “pequena política”, abrindo, assim, pouco espaço para a politização das classes sociais e para a ocorrência de mudanças *efetivas* no tipo de desenvolvimento capitalista predominante: o capitalismo neoliberal. Nessa perspectiva, consideramos que a intenção de reformar o modelo não era uma tentativa quixotesca ou isolada, mas indicava o fortalecimento político de certas frações burguesas no bloco no poder – estas tinham sido marginalizadas pela política do capital financeiro internacional e agora tentavam acomodar seus interesses sem colocar em xeque a hegemonia desse capital. Entendemos, pois, que há fortes indícios de que os interesses da burguesia interna foram representados, ainda que de modo desigual, nas elaborações programáticas do PT e do PSDB nas eleições de 2002.

No quesito equilíbrio fiscal, o documento propunha a seguinte diretriz: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos”.³¹⁶ Novamente, o partido editava a oposição entre capital especulativo e atividade produtiva ao apontar para a necessidade de se construir um “Compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social”. A crítica aos juros altos, à iminência da escalada inflacionária, ao aumento da dívida pública e à flutuação

³¹⁴ *Ibidem*, p. 2.

³¹⁵ O conceito de “monopartidarismo competitivo” foi elaborado por Losurdo para caracterizar as aproximações políticas entre democratas e republicanos na formação social estadunidense. Ver: Domenico Losurdo. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

³¹⁶ Luiz Inácio Lula da Silva. “Carta ao Povo Brasileiro”, *op. cit.*, p. 4.

cambial brusca, presentes na Carta ao Povo Brasileiro, corrobora o que vimos acentuando sobre o processo de reformas no capitalismo neoliberal.

Ainda que Lula e seu grupo político visassem tranquilizar o “mercado” (isto é, os grandes investidores internacionais), a leitura mais atenta da Carta permite-nos entrever que, ao mesmo tempo em que propunha manter os contratos com os grandes credores, as diretrizes básicas do documento postulavam a possibilidade de acomodar outros interesses das classes dominantes que vinham sendo excluídos pela política econômica e social dos governos antecessores. Tratava-se de abrir brechas para inserir os interesses da burguesia interna, em especial, os interesses vinculados à atividade produtiva que se encontravam em condições de conformar uma hegemonia política mais estável ao grande capital, visto que, ao contrário do capital portador de juros, exercem forte dominação ideológica sobre os trabalhadores, por justamente estarem ligados à área produtiva, que emprega força de trabalho e produz mercadorias.³¹⁷ Talvez isso explique a relativa estabilidade do “novo contrato social” alcançado pelo governo Lula, em particular, no seu segundo mandato, quando logrou consolidar uma versão mitigada do neoliberalismo no Brasil: o social-liberalismo.

Ao se analisar o contexto da elaboração da Carta ao Povo Brasileiro, não se pode ignorar que os credores internacionais estavam alarmados com o nível da dívida pública do país e com as eleições presidenciais brasileiras, que apontavam para o crescimento de Lula nas pesquisas de opinião e indicavam a possibilidade da não continuidade da política de FHC. Martinez e Santiso entendem que, nos países em desenvolvimento, as eleições presidenciais tendem a se caracterizar como momentos de incerteza para os investidores, o que acaba provocando alterações no mercado. Quando analisam como algumas firmas de investimento de Wall Street reagiram às eleições presidenciais brasileiras de 2002, os autores constatam uma forte desconfiança desses investidores em relação às candidaturas de Lula e Ciro – o que os levava a se aproximarem da candidatura de Serra, ligado ao governo FHC e aos homens de confiança do mercado financeiro em seu governo: Pedro Malan e Armínio Fraga. É importante observar que, após a vitória de Lula no segundo turno das eleições, com 61,27% dos votos válidos contra 38,72% de Serra, a Merrill Lynch publicou relatório sinalizando a possibilidade concreta de o futuro governo garantir a execução de uma política pró-mercado, tendo em vista que os primeiros nomes definidos para compor a equipe econômica do governo Lula estavam bem afinados com os interesses dos

³¹⁷ Saes é quem sustenta a possibilidade de existência dessa dissociação entre hegemonia política e dominação ideológica e a relação privilegiada que os setores burgueses ligados à atividade produtiva possuem diante das classes populares no que se refere ao exercício da dominação ideológica. Ver: Décio Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80” In: *República do capital, op. cit.*

credores internacionais. Entre esses nomes destacavam-se: Antonio Palocci (ministro da Fazenda), Henrique Meirelles (presidente do Banco Central) e vários assessores que fizeram escola no FMI e que comporiam a nova equipe econômica. Embora o referido relatório tivesse sido publicado em inglês, a Merrill Lynch fez questão de fazer um jogo de palavras e publicar o título em português, confirmando a relação amigável do governo com o setor financeiro: “Lula de Mel”.³¹⁸

O programa de governo da Coligação Lula Presidente foi aprovado nos últimos dias de junho de 2002, durante a Convenção do Diretório Nacional do PT, em São Paulo, mas só foi publicizado oficialmente no dia 23 de julho. Tanto a data de aprovação do documento quanto a de publicização ocorreram em período posterior à divulgação da Carta ao Povo Brasileiro e à aceitação pelo Diretório Nacional, apesar de críticas da base partidária, da indicação do empresário industrial e senador mineiro José Alencar como vice-presidente da chapa de Lula da Silva.³¹⁹ Essa tentativa de harmonizar os interesses do capital e do trabalho na própria constituição de uma candidatura presidencial certamente traduzia a possibilidade de que o capitalismo brasileiro forjasse uma nova frente classista, reunindo setores da grande indústria, do agronegócio e dos movimentos popular e sindical interessados na formação de um pacto em defesa do sistema produtivo.³²⁰

O documento “Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos” retomou a fraseologia do “novo contrato social” que orientava o discurso petista desse contexto. Esse programa de governo basicamente aprofundou aspectos fundamentais presentes na Carta ao Povo Brasileiro e retomou algumas propostas do documento do Encontro Nacional de 2001. Através dele, ficamos sabendo que o futuro governo iria honrar todos os contratos; que procuraria incentivar o setor exportador e realizar uma substituição competitiva de importados; que procuraria reduzir as altas taxas de juros, as quais penalizavam o setor produtivo; que

³¹⁸ Ver: Juan Martínez e Javier Santiso. “Financial Markets and Politics: The Confidence Game in Latin American Emerging Economies”. *International Political Science Review*, vol. 24, n. 3, jul. 2003.

³¹⁹ Em programa veiculado pelo PL, em março de 2002, portanto, antes do acerto oficial da coligação com o PT, José Alencar apresentava-se como o “patrão que o Brasil precisa”.

³²⁰ As eleições de 2002 foram um diferencial para a própria candidatura Lula. Tratava-se da primeira eleição presidencial na qual o PT disputava com a realização de prévias eleitorais, internas, para saber quem seria o candidato do partido no pleito presidencial. Na disputa, estavam Lula – que obteve a maioria esmagadora dos votos dos cerca de 172 mil filiados do PT, atingindo 84,4% dos votos – e Eduardo Suplicy – que alcançou a adesão de cerca de 15,6% dos votos. Desde o início das prévias, era anunciada a vitória de Lula, mas a insistência de Suplicy em disputá-las estava associada à ideia de promover um processo de debates entre os militantes do partido e de tentar pleitear a vaga de vice-presidente, elidindo-se, assim, a possibilidade de que seu partido atraísse para esse posto a figura de José Alencar. Os debates vinham ocorrendo nas bases do partido e foram sistematicamente evitados por Lula e pela Executiva Nacional do PT. José de Alencar era o nome com o qual o PT já avançava nas negociações desde o início de 2002 e que, mais tarde, foi referendado pela Direção Nacional do partido, muito embora sob contestação da base partidária.

empreenderia uma reforma tributária com vistas a onerar menos a produção; que preservaria o superávit primário.³²¹

Um dos grandes arquitetos da transição presidencial foi o próprio presidente FHC. No começo de agosto de 2002, reuniu-se com todos os principais presidentiáveis – Ciro, Garotinho, Lula e Serra – para garantir o compromisso da parte de todos eles de que iriam cumprir o acordo acertado com o FMI, no valor de US\$ 30 milhões, e que exigia, como contrapartida, a manutenção da meta do superávit primário na casa dos 3,75%. Tratava-se de realizar uma transição política segura para os investimentos dos grandes credores internacionais.³²²

A materialização desse acordo e a disposição dos presidentiáveis – em especial, de Lula – para honrá-lo, se fossem eleitos, indicava claramente as intenções do capital financeiro internacional e de seus representantes de tomar o leme do processo eleitoral, pois, caso contrário, o processo político em curso poderia abrir demasiado espaço às reformas do modelo e acomodar os interesses de outras classes.

A candidatura de Lula não estava interessada apenas em acalmar os mercados, visto que, na própria conjuntura eleitoral, já dava claros sinais de que manteria, quanto a diversos aspectos, a política econômica do governo FHC, alinhada diretamente aos interesses dos banqueiros internacionais. No entanto, é preciso observar que, apesar de se comprometer com o acordo com o FMI, a candidatura de Lula procurou, sobretudo no segundo semestre de 2002, aproximar-se dos segmentos vinculados ao mercado de capitais (fundos de pensão) e das instituições bancárias nacionais, com vistas a estabelecer alianças em prol de reformas no modelo neoliberal.

Foi nessa conjuntura que Lula pisou pela primeira vez a sede de importantes instituições financeiras, como a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), em visitas realizadas em agosto de 2002. Não se tratava de uma visita para apresentar o programa de governo, mas de uma busca por acordos com os bancos nacionais.

Entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2002, mais precisamente no dia 17 de outubro, foi divulgado o documento “Mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico”, na sede da Fiesp, elaborado pelo grupo de trabalho do qual faziam parte alguns membros da candidatura Lula presidente – Antoninho Marmo Trevisan, Guido Mantega, João Ayres Rabello Filho, João Vaccari Neto, Ricardo Berzoini, Sérgio Rosa e Wagner Pinheiro – e

³²¹ Ver: *Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos*. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/pt-programas-de-governo>

³²² Ver: “Para governo, encontro com presidentiáveis marcou 'virada'”. *Valor Econômico*, 20 ago. 2002. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/307669/para-governo-encontro-com-presidenciais-marcou-virada>

representantes das instituições financeiras ligadas à Bovespa e demais entidades subscritoras do documento Plano Diretor do Mercado de Capitais – Antonio Cury, Carlos Antonio Rocca, Gilberto Mifano, Hécio Fajardo Henriques, Humberto Casagrande Neto, Izalco Sardenberg, Sergio Luiz de Cerqueira Silva e Thomas Tosta de Sá.³²³ Basicamente, o documento estruturava-se em cinco eixos a partir dos quais a candidatura Lula demonstrava, outra vez, os interesses com os quais estava mais afinada:

- a) o primeiro e principal eixo visava ampliar e estimular a constituição de fundos de previdência complementar – o documento sugeria que a elevação da poupança retida por esses fundos poderia ser decisiva para financiar a atividade produtiva no país;
- b) o segundo eixo dizia respeito à utilização dos fundos resultantes de contribuições compulsórias e geridas pelo Estado, tais como FAT e FGTS, para apoiar iniciativas consideradas de “interesse nacional”, tais como: “geração de empregos, responsabilidade social das empresas, sustentabilidade do projeto, democratização de acesso a estes recursos, necessidade de aumentar exportações e substituir importações, aumento da competitividade, etc.”;
- c) o terceiro eixo tratava da execução de uma política tributária que buscasse: a “ampliação da base de contribuintes, a simplificação dos instrumentos de arrecadação e a redistribuição da carga tributária” – nessa seção, sublinhava-se que o mercado de capitais deveria se integrar ao sistema produtivo;
- d) o quarto eixo abordava a necessidade de constituir, no país, um ambiente seguro para os investidores – o que exigiria das autoridades governamentais o uso da “ética” e da “transparência” na tomada das decisões, alterando-se a visão negativa que se tinha dos riscos dos mercados de capitais;
- e) o quinto e último eixo previa a adoção de uma política de juros que não comprometesse a competitividade do mercado de capitais.³²⁴

Em síntese, é possível sustentar que o teor geral desse documento era o de incentivar o mercado de capitais, em especial, os fundos de pensão, com vistas a promover a atividade produtiva no país. Por ter sido lançado na Fiesp, em parceria entre a equipe da candidatura Lula e algumas instituições financeiras, conclui-se que, uma vez no governo, o PT procuraria desenvolver os fundos de pensão, ampliar o alcance do mercado de capitais e estreitar laços entre o mercado de capitais e o setor produtivo.

³²³ Ver a íntegra do documento em: “Mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico”. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57382.shtml>

³²⁴ *Ibidem*.

Na visita à Febraban, a equipe de Lula reuniu-se com cerca de 60 banqueiros, diretores e executivos de instituições financeiras, objetivando a formação de um grupo de trabalho para elaborar pesquisas acerca das possibilidades de redução da taxa de juros e de ampliação do crédito ao setor privado. Novamente, o futuro Presidente lançava mão de uma tática de aproximação entre os bancos instalados no país e o setor produtivo. Os pontos abordados nessa reunião foram basicamente os seguintes: aumento do volume de crédito para o país; ampliação do crédito ao consumidor (via financiamento à habitação); redução da taxa de juros; estímulo aos fundos de previdência complementar. Embora a reunião tivesse sido realizada a portas fechadas, as matérias publicadas pela grande imprensa não deixaram de registrar os elogios dos banqueiros à iniciativa da equipe petista.

As observações acima indicam que o comportamento político do PT nas eleições presidenciais de 2002 em nada se assemelhava ao apresentado nas eleições de 1989. Nestas, Lula procurara apresentar um programa de governo voltado à constituição de um Estado de bem-estar social no Brasil. Nas eleições de 2002, o cenário mudara. Lula não apontava para um capitalismo que transcendesse o neoliberalismo. Muito pelo contrário, apresentava um programa que visava tão somente realizar reformas no modelo neoliberal brasileiro. O resultado disso foi a progressiva aproximação da candidatura petista com segmentos do grande capital e a apresentação de um discurso favorável ao cumprimento de todos os contratos com os agentes do capital financeiro internacional.

As buscas do PT por aproximação de setores da burguesia interna e por articulações políticas com estes, em prol da efetivação de reformas no modelo neoliberal, traduziram-se na própria lista de contribuintes da campanha de Lula em 2002. Certamente, o conhecido caixa um de campanha não representa todo o percentual monetário recebido pelas campanhas presidenciais, mas é um indicador importante para se auferir quais segmentos do empresariado estavam mais próximos de uma ou de outra candidatura. Nesse sentido e para fins de comparação, tomaremos como exemplo alguns dados sobre o financiamento de campanha do PT e do PSDB.

De acordo com Almeida, os bancos e as empreiteiras tenderam a liderar a lista de contribuições de campanha, no Brasil, vindo acompanhados de outros segmentos da economia, tais como: imobiliário, de papel e celulose, químico e petroquímico, siderúrgico, de bebidas e alimentos, e de mineração. Comparando as contribuições destinadas às campanhas presidenciais dos candidatos do PT e do PSDB, nas eleições de 2002, o autor observa que, em termos de montante geral, a candidatura Lula arrecadou um pouco mais do que a candidatura Serra: R\$ 27,9

milhões contra R\$ 27,8 milhões.³²⁵

Na análise dos segmentos econômicos, é possível observar que o setor financeiro foi o maior doador nas campanhas dos dois principais presidenciáveis. No entanto, os tucanos tinham a preferência dos banqueiros que doaram à candidatura Serra R\$ 12,75 milhões – o equivalente a 45,86% do montante total de contribuições recebidas por essa candidatura – e quase a metade desse valor à candidatura Lula (R\$ 6,08 milhões). No que se refere à contribuição dos demais setores econômicos, é possível entrever uma ascendência da candidatura Lula nos seguintes segmentos: construção civil e imobiliário (76,9%), bebidas e alimentos (61,5%), siderúrgico (55%), químico e petroquímico (60,7%); agropecuário (100%), açúcar e álcool (100%), energia (100%); têxtil, couro e vestuário (93%); fabricação de veículos e peças (51,1%); comunicações (51,8%); eletroeletrônico (64,9%), farmacêutico (90,5%), metalúrgico (83,9%) e transporte (100%).³²⁶

O conjunto de questões aqui analisado leva-nos a concluir que as eleições de 2002 foram um momento decisivo para os rumos políticos daquele que seria o futuro partido do governo. No campo da representação política, é possível dizer que a candidatura Lula passava a identificar-se com os interesses da grande burguesia interna, incumbindo ao futuro Presidente a tarefa de implementar políticas que pudessem acomodar os interesses de classe dessa fração no bloco no poder. Seriam as disputas entre os reformistas do modelo neoliberal (a burguesia interna) e os conservadores desse modelo (o capital financeiro internacional) que estariam no centro das discussões nos primeiros anos do governo Lula. Ou melhor, se, no início dos anos 1990, era possível verificarem-se resistências seletivas de setores da burguesia interna ao processo de implementação do neoliberalismo; no início dos anos 2000, as resistências mudariam de perfil, passando a ser sustentadas pela burguesia financeira internacional, que rejeitava a realização de reformas profundas no modelo neoliberal.

O debate mais presente no primeiro governo Lula foi o que pautava a questão da continuidade e/ou descontinuidade com o que fora a era FHC. A análise rigorosa dessa questão só pode ser realizada se considerarmos três aspectos fundamentais: a) a composição ministerial do governo e sua respectiva base de representação junto ao Congresso Nacional; b) a política econômica e social do primeiro governo Lula; e c) as reformas de Estado.

³²⁵ Rodrigo de Almeida. “Caixa 1 dos interesses”. *Insight Inteligência*, n. 36, Ano IX, jan-mar. 2007. Disponível em: http://www.insightinteligencia.com.br/36/PDFs/mat_03.pdf

³²⁶ *Ibidem*. Observação: a porcentagem por setor equivale à relação da contribuição do setor destinada ao candidato sobre o total de contribuições do setor.

2. O primeiro governo Lula (2003-2006)

2.1 Composição social dos altos cargos do aparelho de Estado no governo Lula

O debate acerca da composição dos principais cargos da alta administração do novo governo foi focado inicialmente na identificação daqueles que estavam mais ou menos alinhados aos interesses representados pela assim chamada “herança maldita”. As nomeações de Antonio Palocci para ministro da Fazenda e de Henrique Meirelles para presidente do Banco Central do Brasil foram decisivas para demonstrar que, ao menos nos ramos centrais do aparelho de Estado, o capital financeiro internacional continuaria exercendo forte influência, imprimindo-se de modo marcante no processo de execução da política do governo Lula. Para complementar essa sina pró-mercado, os principais cargos de direção e de confiança do Ministério da Fazenda e do Banco Central foram ocupados por economistas da PUC-Rio e de instituições brasileiras e estrangeiras que estavam em perfeita sintonia com os ditames do pensamento neoliberal.³²⁷

Dado o protagonismo que os ministérios da Casa Civil e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o BNDES tiveram na execução da política do governo Lula, cabe observar que as nomeações para os cargos hierarquicamente superiores desses órgãos estavam em sintonia com setores que são críticos do neoliberalismo extremado, formando-se praticamente um grupo mais afinado com uma perspectiva social-liberal (ou neoliberal moderada) e, portanto, com os interesses da burguesia interna, que é a fração de classe que melhor expressa essa linha política nas condições históricas impostas pelo capitalismo neoliberal brasileiro.³²⁸

As disputas pela hegemonia política repercutem, em grande medida, sobre os ramos do aparelho de Estado, podendo determinar a definição de nomes de ministros ou de cargos de confiança do governo. No geral, durante o primeiro governo Lula, a maior parte dos ministérios

³²⁷ Cf. José Marcos Nayme Novelli. “A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995 e 2006)”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n. 36, 2010. Na narrativa de Antonio Palocci acerca da composição dos cargos de confiança vinculados ao Ministério da Fazenda, é possível entrever que o PT exerceu pouca influência sobre a nomeação dos principais cargos, tendo o ex-ministro dado preferência ao perfil tecnocrático e mais alinhado às teses neoliberais para preencher as vagas de seus subordinados. O mesmo poderia ser dito sobre o não envolvimento do PT na elaboração da Carta ao povo brasileiro. Ver: Antônio Palocci. *Sobre formigas e cigarras, op. cit.*

³²⁸ Durante o primeiro mandato de Lula, os ramos do aparelho de Estado supracitados foram ocupados pelos seguintes nomes: a) *Casa Civil*: José Dirceu (janeiro de 2003 a junho de 2005); substituído por Dilma Rousseff, que ocupava a pasta do ministério de Minas e Energia; b) *Planejamento, Orçamento e Gestão*: Guido Mantega (janeiro de 2003 a novembro de 2004); substituído por Nelson Machado (interino: novembro de 2004 a março de 2005) e, posteriormente, por Paulo Bernardo (março de 2005 a janeiro de 2011); c) *BNDES*: Carlos Lessa (janeiro de 2003 a novembro de 2004); substituído por Guido Mantega (novembro de 2004 a março de 2006) e, na sequência, por Demian Fiocca (mar. 2006 a maio 2007).

foi ocupada por nomes de filiados ao PT. Como indica D'Araujo, a presença do PT foi marcante na composição dos ministérios do primeiro governo Lula, chegando a atingir cerca de 60% do total de pastas ministeriais (33 de 53), enquanto que a representação do partido no Congresso Nacional não lograva ultrapassar a marca dos 20%. Essa autora caracteriza tal fenômeno como “super-representação” do PT. Além disso, D'Araujo observa que, entre os membros da equipe ministerial, havia 26,2% (16 de 53) de oriundos do movimento sindical dos trabalhadores. Quando se observa aqueles que tiveram participação nos movimentos sociais, esse percentual atingiria, no primeiro governo, a marca dos 43,8% (28 de 53) dos cargos ministeriais.³²⁹

No que se refere ainda à ocupação dos altos cargos do aparelho de Estado, é preciso observar que, para os cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) 5 e 6, ocorreria fenômeno semelhante àquele do preenchimento das pastas ministeriais. O que era uma prerrogativa da Presidência da República nos governos anteriores ao governo Lula, tornar-se-ia responsabilidade da Casa Civil, que passaria a controlar a nomeação de 21 mil cargos de DAS.³³⁰

Destacamos também que, apesar de reduzida representatividade, nos cargos ministeriais, de participantes de entidades patronais durante o primeiro governo Lula, observaríamos a presença de dois conhecidos representantes da burguesia interna, dada a trajetória que tiveram diante de organizações patronais da indústria e do agronegócio. Referimo-nos aqui respectivamente a Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues. Entre 2003 e 2007, Furlan foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, isto é, esteve lotado em um ministério que ganharia relativa projeção, tendo em vista os incentivos dados pelo governo Lula ao setor exportador.³³¹ Rodrigues foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre 2003 e meados de 2006 – outro ministério que ganharia notoriedade a partir do fortalecimento dos interesses do agronegócio no governo Lula –, e possuía longa trajetória na presidência de entidades patronais.³³²

Sobre a questão da “super-representação” do PT nos ministérios, consideramos que isso, de modo algum, atesta um processo de partidarização do governo ou de constituição de um governo de partido, uma vez que as funções governativas do PT foram efetivamente diminutas no governo federal pelas seguintes razões:

a) As lideranças políticas do PT que ascenderam aos altos cargos do aparelho de Estado estiveram

³²⁹ Maria Celina D'Araujo. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2009.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ Esse empresário ficou conhecido por presidir o conselho de administração da Sadia S.A. entre 1993 até a sua nomeação como ministro em 2003.

³³² Como, por exemplo, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), a SRB (Sociedade Rural Brasileira) e a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócio).

bastante distantes de constituir-se como um grupo coeso e com interesses próprios, o que nos impede de caracterizá-las como uma camada ou classe detentora do aparelho de Estado. Essa observação pode ser ratificada tanto pelos conflitos que se reproduziram, durante o governo Lula, entre os ocupantes dos cargos ministeriais, quanto pelo mecanismo do clientelismo estatal de que o governo teve que se valer para distribuir os cargos para a base de partidos aliados. Portanto, *não constituíram uma classe detentora do aparelho de Estado*.³³³

b) O trânsito dessas lideranças entre as organizações sindicais e populares produziu efeitos, mas não no sentido de que os trabalhadores, sob o governo Lula, estivessem prestes a obter a hegemonia, como sugeria certa visão caricatural do governo em disputa ou a tese neoudenista de que o governo Lula teria se transformado numa “república de sindicalistas”. Na verdade, a ocupação de cargos por lideranças oriundas do movimento sindical ou popular produzia muito mais o efeito ideológico de que esses movimentos encontravam-se representados no governo e que, portanto, estavam abertas as vias à negociação, diferente da situação existente nas condições políticas do governo FHC, dominado por quadros com fortes vínculos com o mercado financeiro internacional e nacional. O que se projetava como disputa entre os ocupantes das pastas ministeriais eram os interesses das frações de classes dominantes, de modo que os representantes do capital financeiro internacional ocupavam os cargos que davam o tom da política econômica, como eram os casos do Banco Central e o Ministério da Fazenda, enquanto que os membros da alta burocracia estatal, que tinham vínculos com os interesses da grande burguesia interna, procuravam ocupar espaços em instâncias do aparelho de Estado de importância secundária, comparada aos dois órgãos acima mencionados, mas de decisiva relevância para imprimir o

³³³ Na obra *Poder político e classes sociais*, Poulantzas elaborou o conceito de “classe detentora do aparelho de Estado” para designar a classe que monopoliza os altos cargos do aparelho de Estado. Embora o autor trabalhe com a ideia de que as classes e frações de classe podem se alternar na posição de classe detentora do aparelho de Estado – o que significa que a definição desse lugar não é algo dado ou estabelecido de forma definitiva, mas variável segundo os desenlaces da conjuntura política –, consideramos que sua análise tende a ignorar a possibilidade de nenhuma das classes ou frações de classe lograr se constituir enquanto um agregado social, um grupo politicamente coeso, no “topo” do aparelho de Estado. Com isso, queremos dizer que a análise de Poulantzas tende a naturalizar a existência ou presença da classe detentora do aparelho de Estado na conjuntura política, quando, na verdade, sua constituição real ocorre efetivamente apenas em algumas situações históricas particulares, especialmente na de transição do feudalismo para o capitalismo, quando a aristocracia fundiária ocupava os principais cargos do aparelho de Estado, enquanto a burguesia exercia a hegemonia política – vejam-se os casos dos Whigs, na Grã-Bretanha, ou dos Junkers, na Alemanha –; ou de transição da fase do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, quando a pequena burguesia monopolizava os altos cargos do aparelho, enquanto o grande capital exercia a hegemonia política – vejam-se os casos dos partidos fascistas na Alemanha e na Itália ou dos governos social-democratas na França. Vale notar também o exagero vocabular do termo “detentora” (*tenant*, em francês), que sugere a ideia imprecisa de uma classe possuindo ou monopolizando os altos postos do aparelho de Estado. Isso leva Poulantzas a reconstituir, mesmo sem dizer, a problemática da classe-sujeito e a descurar da tese, defendida por ele próprio, segundo a qual o poder não é detido por ninguém, mas exercido sobre determinados grupos ou classes sociais. Ver: Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales* (vol. II), *op. cit.*

processo de reformas no modelo neoliberal, ou seja, nos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Casa Civil; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e no BNDES.³³⁴

c) Para aprovar medidas no Congresso Nacional, o governo valeu-se do apoio dos partidos de patronagem; em geral, partidos frágeis, que se valem do suborno para apoiar o governo de plantão. Tal situação enfraquecia sobremaneira a possibilidade de uma unidade sólida entre os membros dos altos cargos do aparelho de Estado. Isso significa que, na aprovação de determinada política, o apoio ao governo poderia se tornar incerto, em especial, quando tal medida contrariasse os interesses de classe que se vinculavam aos partidos de patronagem, tornando o governo mais e mais vulnerável à chantagem política. Isso significa que o governo Lula não logrou se consolidar como um governo partidário.

d) Há uma dissociação entre a função de classe reinante, ocupada pela grande burguesia interna, e a função de fração hegemônica, ocupada pelos interesses imperialistas. Isso fez com que o partido do governo, que representava os interesses da burguesia interna, tivesse sua função governativa limitada pelos imperativos da política estatal, predominantemente favorável aos interesses do capital financeiro internacional.

Ao considerar esses aspectos, podemos concluir que, em vez de um processo de aparelhamento partidário do governo, ocorreu, de fato, um fenômeno de estatização do PT, quando este alçou ao poder federal. Isso levou à diminuição significativa de sua capacidade governativa e à passagem por um processo acelerado, não mais gradual (como nos anos 1990), de aburguesamento, nos moldes preconizados por Przeworski na análise dos partidos social-democratas.³³⁵ Portanto, na conjuntura do primeiro mandato de Lula, confirma-se a mudança da representação política do PT no governo, que passaria a atuar como fiel escudeiro ou portador dos interesses da burguesia interna e, com isso, a alijar do governo os interesses das classes trabalhadoras, que não se alinhavam à perspectiva social-liberal – plataforma política que indica o limite e a fragilidade da ação da burguesia interna frente ao predomínio dos interesses

³³⁴ Codato sustenta que é preciso observar, no governo Lula, a constituição da “elite da elite” estatal que tinha se posicionado no Banco Central, no Conselho de Política Monetária e no Ministério da Fazenda, órgãos que expressariam o monopólio do processo decisório e a continuidade com a política do governo FHC, oferecendo grandes vantagens ao capital portador de juros, assim como nos ministérios “das exportações”, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (na verdade, o autor se confundiu, pois tratava-se do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, órgãos cuja projeção indicaria uma descontinuidade com o governo anterior e que colocaria em relevo os interesses da “grande burguesia comercial ligada ao agronegócio”. Cf. Adriano Codato. “A elite estatal no governo dos ‘trabalhadores’”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 44, jan. 2005.

³³⁵ Ver: Adam Przeworski. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

imperialistas sob os auspícios do capitalismo neoliberal.

2.2 Política governamental, reformas do Estado e interesses de classe

A análise do primeiro governo Lula permite-nos observar tanto a predominância dos interesses do capital financeiro internacional sobre a política estatal, quanto a emergência no núcleo hegemônico dos interesses vinculados à grande burguesia interna. Embora estes não colocassem em risco a predominância política da burguesia financeira internacional, a todo custo, procuravam pressionar pela implantação de políticas que lhes seriam favoráveis. Desse modo, abriu-se espaço para o surgimento de certos conflitos com os interesses de classe forâneos e voltados especialmente para a atividade improdutiva (ou capital portador de juros). Isso significa que o primeiro governo Lula editou uma série de políticas do interesse de setores da burguesia brasileira, em particular, daqueles mais diretamente ligados à atividade produtiva e à produção para exportação, sem deixar de alimentar os rendimentos dos bancos nacionais que integraram essa iniciativa governamental, na medida em que esse segmento passava a atuar como força indutora da indústria e do agronegócio. Ou melhor, além de adotar medidas favoráveis à indústria e ao agronegócio, em especial, as voltadas a fomentar a produção para a exportação, o governo Lula lançou mão de estratégias para contemplar os interesses dos grandes bancos nacionais no “novo contrato social”. Ao observar o lucro líquido dos 11 maiores bancos do país, podemos concluir que os banqueiros não tinham do que reclamar. Se, até 2001, os rendimentos deles não ultrapassavam a marca de R\$ 5 bilhões anuais, a partir de 2002, tornou-se uma constante obterem lucros líquidos acima de R\$ 10 bilhões, chegando a passar da casa dos R\$ 20 bilhões, em 2005, e atingir quase R\$ 30 bilhões, em 2006.³³⁶

Basicamente, o primeiro governo Lula agiu em três frentes principais:

a) Deu continuidade à política macroeconômica do segundo mandato de FHC, baseada no tripé metas de inflação (juros altos), câmbio flutuante e apreciado, e superávit primário, entre outros dispositivos que fortaleciam a lógica de financeirização da economia brasileira e, em consequência, os interesses dos credores internacionais. É possível, contudo, também identificar elos de descontinuidade em relação ao governo anterior, pois os setores da burguesia interna voltados para o mercado exterior passaram a ganhar maior espaço e influência sobre os rumos da

³³⁶ Cf. DIEESE. “Fusões no setor bancário: emprego e concorrência”. *Nota técnica*, n. 55, nov. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>

política econômica.

b) Aprofundou e inovou na implementação de políticas sociais legadas do período FHC, ao ampliar e unificar as políticas compensatórias de transferência de renda, editar uma política expansiva de crédito consignado, promover um aumento real dos salários e expandir o número de empregos com carteira assinada.

c) Conduziu a aprovação de propostas de reformas ditas “estruturais”, como as reformas previdenciária, tributária, sindical e trabalhista.

Longe de dar conta de todos os feitos do primeiro governo Lula, esses aspectos nos permitem entrever algumas inovações em termos de política estatal que flexibilizou, em certo sentido, o caráter regressivo da hegemonia política exercida nos governos anteriores pelos interesses imperialistas e, ao mesmo tempo, acomodou interesses que vinham sendo aliçados dessa política, como os da grande burguesia interna – que procurava ampliar sua participação no núcleo hegemônico – e da massa de trabalhadores pauperizados – que passava a operar como classe apoio do bloco no poder.³³⁷ Ademais, salientamos que, nessa conjuntura, ficaria visível a presença da aristocracia dos trabalhadores assalariados, situada como peça fundamental para a consecução dos interesses da grande burguesia interna.

2.2.1 A “continuidade sem continuísmo” do tripé macroeconômico

No quesito política macroeconômica, o governo Lula promoveu a “continuidade sem continuísmo”, lema da campanha de Serra em 2002. Em 23 de junho de 2003, o Presidente da República aprovou o Decreto nº. 4.761, autorizando o Conselho Monetário Nacional (CMN) a alterar os termos da Resolução do Banco Central nº. 002972, de 27 de junho de 2002, que estabelecia como metas de inflação para os anos de 2003 e 2004, respectivamente, os índices de 4% e 3,75%, com intervalos de tolerância de menos 2,5% e mais 2,5%. Como o referido Decreto foi homologado no primeiro ano do novo governo (2003), a permissão concedida ao CMN para alterar as metas de inflação aplicava-se somente ao ano de 2004. Assim, por meio da Resolução nº. 003108, de 25 de junho de 2003, foram aprovadas as seguintes metas de inflação: 5,5% (para 2004) – significando um aumento 1,75% em relação à meta aprovada durante o último ano do governo FHC – e 4,5% (para 2005). Em ambos os casos, o intervalo de tolerância era o mesmo

³³⁷ O conceito de classe-apoio foi elaborado por Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales* (vol. II), *op. cit.*

aprovado pela Resolução nº. 002972.

É interessante observar que foi a partir da Resolução nº. 003108 que a meta de inflação passou a ser determinada em 4,5%, índice previsto até para o ano de 2014. Cumpre assinalar que, se considerarmos a inflação efetiva medida pelo IPCA anual, notaremos que, durante o primeiro governo Lula, a única exceção em termos de descumprimento dos intervalos de tolerância foi o ano de 2003, quando se registrou uma inflação de 9,3%. Nos anos seguintes, a inflação efetiva atingiu os seguintes índices: 7,6%, em 2004 (2,1% acima da meta final); 5,69%, em 2005 (1,19% acima da meta); e 3,14%, em 2006 (1,36% abaixo da meta). Salientamos que a queda gradual da inflação efetiva foi acompanhada de um aumento gradual do salário mínimo real, que passou de R\$ 312,02, em 2003, para R\$ 402,77, em 2006 (ver Gráfico 2, no capítulo 1). Vale registrar aqui que os índices de inflação e de salário mínimo atingidos durante o primeiro governo Lula destoam e são diametralmente opostos aos do governo Collor, que arrochou o salário até atingir a cifra de R\$ 269,50, em 1992, e que não logrou conter a hiperinflação – já que a taxa média de inflação ultrapassou a casa dos 1000% durante sua gestão. Em certa medida, é possível dizer que a combinação de hiperinflação e arrocho salarial podem se manifestar como mecanismos de instabilidade governamental – mecanismos que, como veremos, não influíram na crise do partido do governo em 2005. Neste ponto, faz-se necessário observar que tanto a relação entre as cestas básicas adquiridas e o salário mínimo, quanto a relação entre salário mínimo necessário (Dieese) e salário mínimo nominal receberam alterações favoráveis aos trabalhadores. No caso do número de cestas básicas que poderiam ser adquiridas por um salário mínimo, observamos que a média anual elevou-se comedido e progressivamente de um governo para outro: 1,15 (1995-1998), 1,33 (1999-2002), 1,59 (2003-2006) e 1,93 (2007-2010).³³⁸ Dividindo-se a média anual do salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese, pela média anual do salário mínimo nominal, e tomando-se como referência os mandatos dos governos FHC e Lula, observa-se uma queda progressiva das diferenças existentes entre um e outro fator: 7,35 (1995-1998), 6,28 (1999-2002), 5,41 (2003-2006) e 4,58 (2007-2010),³³⁹ o que sinaliza uma melhora gradual e restrita do poder de barganha dos trabalhadores.³⁴⁰ Cabe destacar ainda as descontinuidades existentes no primeiro

³³⁸ DIEESE. “Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012”. *Nota técnica*, n. 106, jan. 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec106PoliticaSalarioMinimo.pdf>

³³⁹ Fizemos cálculo da relação salário mínimo necessário/salário mínimo nominal a partir dos dados disponíveis em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2004>

³⁴⁰ Como consta no site do Dieese, o salário mínimo necessário representa o “salário mínimo de acordo com o preceito constitucional 'salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada

governo Lula, no que se refere à política salarial, tendo em vista os efeitos sobre a conjuntura de crise política. Com base no INPC-IBGE, é possível afirmar que o aumento real do salário mínimo só veio a ocorrer nos dois últimos anos do mandato de Lula. Enquanto que o aumento real girou em torno de 1,23% e 1,19%, respectivamente, em abril de 2003 e maio de 2004, esses números subiram para 8,23%, em maio de 2005, e 13,04%, em abril de 2006.³⁴¹

No tocante à política de juros, a medida do governo Lula foi de elevar a taxa Selic de 24,9%, em dezembro de 2002, para 25,36%, em janeiro de 2003.³⁴² Essa taxa de juros atingiu seu pico entre março e maio de 2003, com o índice de 26,32%, e, na sequência, sofreu redução até atingir a marca de 15,79%, em junho de 2004. No mês seguinte, continuou a crescer, ainda que com pequenas oscilações, até alcançar o índice de 19,75% em agosto de 2005. A partir daí, a taxa de juros sofreu queda progressiva, alcançando, no fim do primeiro mandato, o índice de 13,19%. A despeito de manter a taxa de juros em níveis elevados, quando comparado aos índices internacionais, fato é que, ao analisarmos a evolução da taxa Selic no primeiro mandato de Lula, observamos que o governo logrou reduzir os juros quase pela metade.³⁴³ No caso da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como parâmetro para a política de financiamento do BNDES, é possível observar também uma queda gradual no período 2003-2006, facilitando, assim, a tomada de empréstimos por parte, sobretudo, das grandes empresas ligadas à atividade produtiva. No ano de 2006, a TJLP passou a alcançar os menores índices desde que foi instituída, em novembro de 1994, caindo de 9%, meta fixada para o primeiro trimestre (janeiro-março), para 6,85%, meta fixada para o último trimestre (outubro-dezembro) de 2006. O gráfico 3 indica o declínio dessas duas taxas na conjuntura em questão.

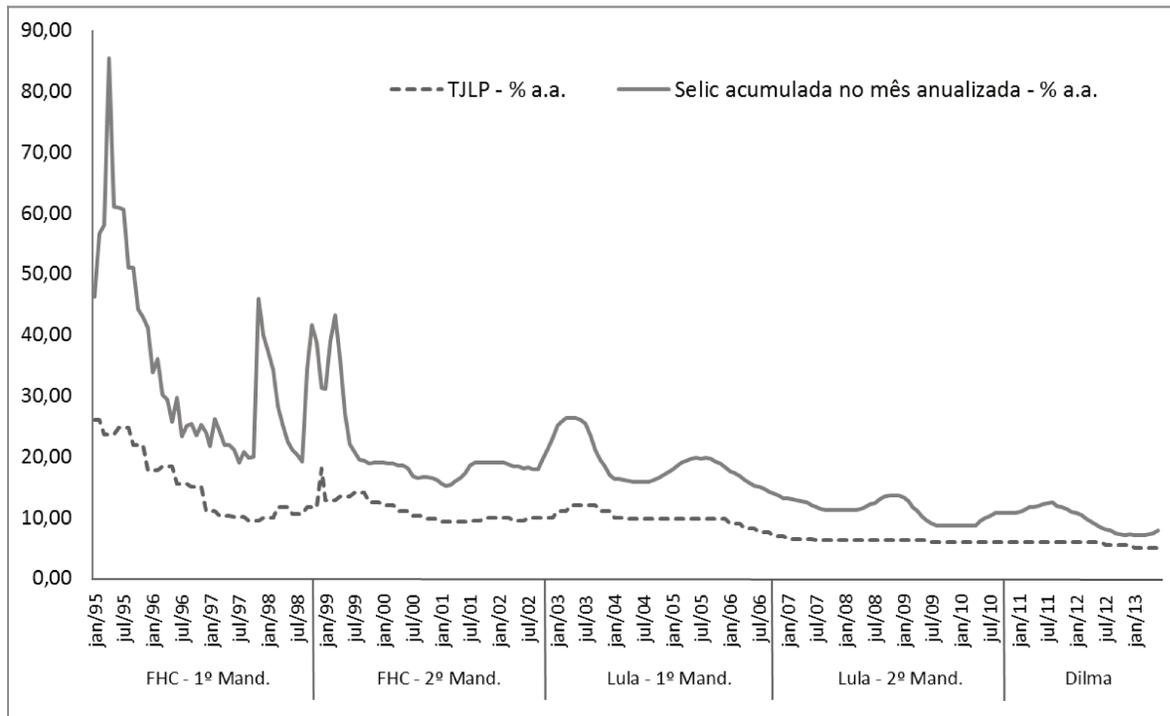
sua vinculação para qualquer fim' (Constituição Federal, cap. II, Dos Direitos Sociais, art. 7º, IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário." Ver: DIEESE. "Salário mínimo nominal e necessário". Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>

³⁴¹ Ver: DIEESE. "Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012", *op. cit.*, p. 3.

³⁴² De acordo com o Banco Central, a taxa Selic: "É a taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas. Esclarecemos que, nesse caso, as operações compromissadas são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação no dia útil seguinte. Ressaltamos, ainda, que estão aptas a realizar operações compromissadas, por um dia útil, fundamentalmente as instituições financeiras habilitadas, tais como bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários." Ver: <http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0> Nesse sentido, a taxa Selic expressa o custo do dinheiro em operações de empréstimo interbancário de curto prazo (com prazo de um dia útil) que tomam como referência de remuneração os títulos públicos.

³⁴³ Ver dados da Taxa Selic em: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>

Gráfico 3 – Evolução da Taxa Selic e da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (1995-2013)



Elaborado com base em dados do Banco Central do Brasil.

O tema das taxas de juros atravessou o debate público durante o primeiro governo Lula e animou disputas acirradas entre os próprios membros da equipe governamental, fazendo com que figuras como José Alencar (vice de Lula), José Dirceu (ministro da Casa Civil), Carlos Lessa (presidente do BNDES) e Guido Mantega (que começou no Ministério do Planejamento, substituiu Lessa no BNDES e depois assumiu o lugar de Palocci no Ministério da Fazenda) ficassem reconhecidos na cena política como os principais membros da equipe governamental que eram críticos da política de juros altos praticada pelos representantes da ortodoxia neoliberal no governo, entre os quais se destacaram: Antonio Palocci (ministro da Fazenda) e Henrique Meirelles (presidente do Banco Central). Para além de ser uma simples disputa entre indivíduos membros da equipe governamental, tanto a crítica às altas de juros, como a sua defesa, indicavam as disputas que estavam em jogo entre os interesses que compunham, naquela conjuntura, o núcleo hegemônico do bloco no poder. Opunham-se, então, os representantes da grande burguesia interna, críticos dos juros altos, e os defensores do capital financeiro internacional.

Resta salientar que foi após a crise política de 2005 que as taxas de juros brasileiras atingiram os menores índices desde o advento do neoliberalismo no Brasil. Isso demonstra que as

frações de classe interessadas em reformar o modelo neoliberal, em certo sentido, foram bem-sucedidas politicamente, tendo em vista que um dos principais instrumentos de rendimento dos banqueiros internacionais e nacionais – os juros – começou a declinar a partir desse momento.

O câmbio flexível foi outra diretriz adotada pelo governo Lula, dando continuidade à política do governo FHC de contenção das altas inflacionárias. Esse governo editou uma política de valorização do real frente às moedas estrangeiras, beneficiando, assim, o setor financeiro.³⁴⁴

De acordo com Bello, comparando-se o mês de abril de 2007 com o mês de dezembro de 2003, a moeda brasileira valorizou-se 33,3%, em relação ao dólar, e 28,1% diante das 13 moedas com as quais o país realizava mais transações comerciais. Enquanto isso, as exportações perdiam 16,7% de rentabilidade.³⁴⁵ Se essa é uma característica geral das altas taxas de câmbio e da depreciação das moedas estrangeiras, cumpre ressaltar que os efeitos do câmbio sobrevalorizado sobre o setor exportador é desigual, vindo a prejudicar algumas empresas e alguns ramos econômicos, e a beneficiar outros.³⁴⁶ Na lista das beneficiadas, encontravam-se as empresas que mais demandam componentes importados para a consecução do processo produtivo, como as de material eletrônico, de comunicação, de máquinas de escritório e de informática. Entre as prejudicadas, estavam as que demandam uma reduzida quantidade de produtos importados e que se valem intensivamente de força de trabalho e insumos, e matérias-primas, como as fabricantes de couro, calçados e produtos de madeira.

No caso específico dos produtores de *commodities*, os superávits comerciais obtidos pelo setor durante o primeiro governo Lula tiveram relação direta com a conjuntura internacional favorável aos fluxos comerciais, o que não só provocou um aumento nos preços dessas mercadorias, como também uma ampliação considerável da demanda por esses produtos.³⁴⁷ Na comparação com os governos FHC, é possível notar que as exportações assumiram um considerável protagonismo durante o primeiro mandato de Lula. Se a taxa média de crescimento do valor das exportações alcançou 4,3% (1995-1998) e 4,5% (1999-2002), com Lula no governo federal, essa taxa elevou-se para 23% (2003-2006).³⁴⁸

O terceiro pilar da política macroeconômica do governo Lula foi a política de geração de superávit primário, diretriz que está diretamente relacionada ao processo de financeirização das

³⁴⁴ Ver: Teresinha da Silva Bello. “Sobrevalorização cambial: causas e efeitos”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1554/1923>

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 17.

³⁴⁶ *Ibidem*; Fernando Pimentel Puga. “Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada”. *Visão do desenvolvimento (BNDES)*, n. 9, 18 ago. 2006.

³⁴⁷ Cf. Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

³⁴⁸ *Ibidem*.

economias capitalistas e que compreende uma sobreposição das receitas sobre os gastos públicos. Não é casual, portanto, que os acordos firmados com o FMI, desde a era FHC, passassem a tratar de um tópico especial:³⁴⁹ o superávit primário, com vistas a garantir o pagamento da dívida pública, seja a contraída em real (interna) ou em moeda estrangeira (externa). Nesse quesito, no primeiro ano de governo, Lula procurou ir além do que havia prometido em campanha. Se, durante a reunião dos presidentes com o presidente FHC, no começo do segundo semestre de 2002, chegou-se a um entendimento de que o Brasil assinaria um acordo com o FMI que previa, entre outras políticas, a geração de um superávit primário de 3,75% do PIB, ao iniciar o novo governo, essa porcentagem foi elevada para 4,25% do PIB. É importante observar aqui, como faz Novelli, com base nos dados emitidos pelo Banco Central, que: “O superávit primário [acrescentaríamos: realizado] foi de aproximadamente 4,5% do PIB entre 2003-2006, frente aos 3,6% do segundo mandato de Cardoso (1999-2002)”.³⁵⁰ O preceito básico dessa política foi justamente o da privatização dos ganhos em benefício dos banqueiros, principais detentores dos títulos da dívida pública, e da socialização das perdas, implicando a redução de investimentos nas áreas sociais ou, na melhor das hipóteses, no atrelamento desses investimentos ao pagamento dos juros da dívida – política também conhecida como de responsabilidade fiscal.³⁵¹

Um mecanismo institucional importante para garantir a geração de superávits primários e, conseqüentemente, o pagamento dos rendimentos dos detentores dos títulos da dívida pública é o que assegura o livre uso pelo governo de plantão de 20% de receitas da União que antes eram destinadas, por obrigação constitucional, às chamadas despesas direcionadas à área social (assistência social, educação, previdência, saúde, etc.). Conhecido atualmente pelo nome de Desvinculação das Receitas da União (DRU), esse dispositivo foi instituído no contexto de criação do Plano Real, por meio da Emenda Constitucional de Revisão nº. 1, de 1994, recebendo o nome inicial de “Fundo Social de Emergência”. Seu prazo de validade estava previsto para se encerrar no exercício de 1995. No entanto, esse poderoso dispositivo que delega ao Executivo a

³⁴⁹ Em março de 2005, o governo Lula deixou de renovar os acordos *Stand-by* com o FMI. Em pronunciamento público, o ministro Antonio Palocci justificava que o país já detinha “credibilidade financeira internacional, independência financeira, crescimento econômico, geração de empregos de qualidade”, garantidos graças à disciplina fiscal que seria mantida, e que, portanto, não precisava solicitar novos empréstimos ao FMI. Na visão de Palocci, a economia brasileira havia sido colocada “em ordem”. Ver: “Pronunciamento do ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV”, 28 fev. 2005. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r280305b.asp>

³⁵⁰ José Marcos Nayme Novelli. “A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995 e 2006)”, *op. cit.*, p. 229.

³⁵¹ O termo responsabilidade tem importância decisiva na luta ideológica, já que sugere que a responsabilidade fiscal é um dispositivo meramente técnico, isto é, uma política socialmente neutra, contra a qual quem se mover será tachado de irresponsável. Ou melhor, trata-se de uma categoria usada para arrefecer as resistências aos interesses de classe contemplados por essa política.

faculdade de retirar verbas destinadas à área social para aplicá-las na conta dos banqueiros, ganhou sobrevida nos anos seguintes. Por meio da Emenda Constitucional nº. 10, de 1996, o “Fundo Social de Emergência” mudou de nome, passando a se chamar “Fundo de Estabilização Fiscal”, mantendo as mesmas diretrizes da Emenda anterior, mas estendendo seu prazo de validade para o final de 1999. Logo em seguida, o dispositivo foi prorrogado por mais quatro anos, por meio da Emenda Constitucional nº. 27, de 2000, passando finalmente a se chamar DRU, com validade sucessivamente prorrogada para até 2015.³⁵² Observando-se o posicionamento do PT sobre esse tema, constata-se que o partido deslocou-se da oposição parlamentar à aprovação desse instrumento de renda mínima dos banqueiros, a fim de garantir sua sustentação política enquanto governo.³⁵³

2.2.2 Reformas do Estado voltadas para a acumulação de capital

Ao longo do primeiro mandato, o governo Lula logrou aprovar uma série de dispositivos que visavam manter o predomínio político do capital financeiro internacional e, ao mesmo tempo, acomodar os interesses da grande burguesia interna. Entre tais dispositivos, consideramos que ganharam relevância aqueles voltados para a abertura econômica, a aprovação da Lei de Falências e das Parcerias Público-Privadas, e a questão da autonomia do Banco Central.

No tocante à abertura econômica, o primeiro dispositivo foi concretizado por meio da Resolução do Banco Central nº. 3.265, de 4 de março de 2005, promovendo a unificação dos mercados de câmbio livre e flutuante, a eliminação da Conta de Não Residentes (CC5) e a ampliação dos prazos para a cobertura cambial das exportações. De acordo com Carcanholo, a unificação dos mercados de câmbio estava em plena sintonia com os ditames do Consenso de Washington, que entende que não deve haver discriminação entre exportadores e importadores, num processo “ótimo” de abertura econômica.³⁵⁴ A extinção da CC5 “significou uma liberalização adicional das *outward transactions*, ao eliminar os limites para que pessoas físicas e jurídicas convertessem reais em dólares e os remetessem ao exterior”.³⁵⁵ Já a dilatação dos prazos

³⁵² Informações retiradas do artigo: Paulo Kliass. “Prorrogação da DRU: Nada a comemorar!”. *Carta Maior*, 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5312

³⁵³ No final de 2011, Dilma Rousseff, pressionando o Congresso Nacional pela aprovação da prorrogação da DRU, conseguiu estender o prazo de validade da bolsa banqueiro para 31 de dezembro de 2015.

³⁵⁴ Marcelo Dias Carcanholo. “Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

³⁵⁵ Daniela Magalhães Prates. “A inserção externa da economia brasileira no governo Lula” In: Ricardo Carneiro (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo, Ed. Unesp, 2006,

incentivou a manutenção das receitas adquiridas pelas exportações em dólares no exterior (30% do total) e a sua aplicação no mercado especulativo de câmbio antes da transformação em reais da quantia recebida em dólares.³⁵⁶ O segundo dispositivo foi efetivado através da Medida Provisória nº. 281, de 15 de fevereiro de 2006, que estabelecia incentivos tributários aos investimentos estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna.³⁵⁷ Tal medida contribuiu para aprofundar a entrada de recursos externos no país, em afinada conexão com o processo de aumento da dívida pública.³⁵⁸ Com essas medidas, o governo Lula mantinha intacto um dos pilares básicos da assim chamada modernização neoliberal: a abertura econômica, cujos frutos da desindustrialização e da transferência patrimonial de ativos para os capitais forâneos já haviam sido plantados na era FHC.

Quando se aborda a questão da abertura econômica, é preciso destacar também o tratamento dado pelo governo Lula à política externa. Neste caso, observamos que o governo procurou atenuar relativamente a lógica de celebrar acordos com as grandes potências imperialistas, EUA e União Europeia, e buscou concretizar alianças comerciais e diplomáticas com os países em desenvolvimento, objetivando não só garantir melhores condições de negociação com os interesses dos países capitalistas hegemônicos, mas também criar novas oportunidades econômicas para a acumulação de capital das empresas brasileiras, seja via exportação de mercadorias, seja via exportação de capitais.³⁵⁹

No campo dos acordos comerciais ou econômicos, é necessário observar o fracasso das negociações da ALCA como resultado das resistências da burguesia agrária estadunidense em ceder na política protecionista, das resistências populares em diversos países latino-americanos ao processo de anexação imperialista que os EUA tentaram impor e também das insatisfações da grande burguesia brasileira com os efeitos deletérios que a aprovação da ALCA teria para as empresas brasileiras, caso os EUA não oferecessem contrapartidas econômicas efetivas. Enquanto o governo brasileiro insistia na crítica aos subsídios agrícolas e barreiras não tarifárias dos EUA, estes respondiam com a defesa da abertura dos mercados, sem abrir mão da política

pp. 136-137.

³⁵⁶ Marcelo Dias Carcanholo. “Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula”, *op. cit.*

³⁵⁷ Daniela Magalhães Prates. “A inserção externa da economia brasileira no governo Lula”, *op. cit.*

³⁵⁸ Cf. Marcelo Dias Carcanholo. “Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula”, *op. cit.*

³⁵⁹ A política de estímulo à exportação de capitais começou efetivamente a ser adotada pelo governo Lula a partir de 2005, quando o BNDES aprovou regulamentação que estabelecia normas para financiamento de Investimentos Diretos no Exterior, ou seja, normatizou processo de financiamento à internacionalização das empresas brasileiras. Os efeitos dessa política serão sentidos mais efetivamente a partir do segundo governo Lula.

protecionista que executavam em favor de suas empresas nacionais. Essas divergências levaram os dois países a adotarem a tática de levar a discussão dos temas mais polêmicos para a OMC, o que resultou no arquivamento do projeto ALCA em 2005. No entanto, o ciclo de negociações da OMC, conhecido como Rodada de Doha, longe esteve de produzir consensos, visto que as grandes potências imperialistas não se dispuseram a negociar a política de abertura econômica para os países dominados e de protecionismo para os países dominantes.

Na reunião ministerial de Cancún, realizada em 2003, o governo brasileiro atuou como uma das principais lideranças na formação do G-20, grupo dos países em desenvolvimento, com vistas a obter concessões dos países centrais nas exportações agrícolas. Oferecia, como contrapartida, a aceitação dos Temas de Cingapura, que objetivavam promover a abertura econômica dos países dominados aos investimentos estrangeiros. Paralelamente à crítica aos subsídios agrícolas, contradizendo os interesses dos produtores rurais das grandes potências imperialistas, o governo Lula procurava difundir, de maneira genérica, um discurso favorável ao livre mercado.³⁶⁰ Tal política seria reafirmada na reunião ministerial da OMC, realizada em Hong Kong, em 2005, quando o governo brasileiro aceitou participar do G-4 (grupo formado por EUA, União Europeia, Brasil e Índia), acolhendo a proposta de redução de impostos sobre produtos industrializados e serviços financeiros, em troca da promessa dos EUA e da UE de promoverem a redução dos subsídios destinados à produção agrícola de seus países. No entanto, tal tratativa não foi concretizada devido às resistências das grandes potências a abrirem suas economias para a entrada de mercadorias que poderiam criar sérias dificuldades para os produtores rurais locais.

Na busca de mecanismos de fortalecimento da pauta exportadora, o governo Lula procurou dar fortes incentivos para a consolidação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Essa proposta, criada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2000, visava a promover obras de transporte e geração de energia que criassem condições materiais para a política de exportação dos países sul-americanos. Para atender as demandas dessa iniciativa, o BNDES chegou até mesmo a criar uma linha de financiamento à exportação de serviços de infraestrutura. Isso acabou servindo aos interesses dos donos das grandes empreiteiras brasileiras, que passariam a ser vistos pelo governo brasileiro como promotores da integração regional.³⁶¹

³⁶⁰ Sobre isso, ver: Armando Boito Jr. “A reunião de Cancún e o nacionalismo de fazendeiro”. *Boletim da Adunicamp*, Unicamp, Campinas, n. 30, 2 out. 2003.

³⁶¹ Sobre essa questão, ver: Mathias Seibel Luce. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais (UFRGS), 2007.

Foi na conjuntura do primeiro governo Lula que o processo de consolidação do Mercosul tomou novo impulso, especialmente com o lançamento da Área de Livre Comércio Sul-Americana, projeto que surgiu em meio ao fracasso das negociações da ALCA e da OMC e estava vinculado à prioridade desse governo de incentivar o Mercosul e a integração regional, sem, com isso, constituir um processo de integração sul-americano que tivesse como norte político o enfrentamento ao imperialismo. Na verdade, tratar-se-ia de um projeto de integração que avançaria nas brechas permitidas pela política imperialista.³⁶²

A nova Lei de Falências foi outro dispositivo que o governo Lula conseguiu aprovar, durante seu primeiro mandato, com vistas a salvaguardar, sobretudo, os interesses do “capital de empréstimo”. Sob o número 11.101, a nova lei foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2003, e sancionada pelo Presidente da República no início de fevereiro de 2004, em substituição ao Decreto-lei nº. 7.661, de junho de 1945. A discussão sobre a formulação de uma nova lei de falências já tramitava no Congresso Nacional desde os primeiros anos da década de 1990, mas seria a partir das iniciativas do Ministério da Fazenda, representado por Palocci, que a tramitação da lei ganharia “agilidade” e seria efetivamente colocada em votação. Nas cartas de intenções dirigidas e enviadas ao FMI em 2003, Palocci sustentava que o objetivo precípuo da nova lei seria o de garantir os “direitos dos credores”, ou seja, dos segmentos da sociedade que detêm capital para viabilizar empréstimos: os banqueiros.³⁶³

Fattorelli observa que a nova Lei de Falências procurou alterar profundamente a lógica que regia o antigo decreto: em vez de dar prioridade ao pagamento das dívidas trabalhistas (salários atrasados e direitos dos trabalhadores) e tributárias (impostos e contribuições que são recolhidos pelo Estado), a nova lei estabelecia uma outra hierarquia, dando prioridade às dívidas bancárias, ou seja, às dívidas contraídas pelas empresas a partir de empréstimos junto aos bancos.³⁶⁴ Na verdade, as dívidas trabalhistas ainda se mantinham como prioritárias, mas, ao contrário do antigo decreto, que não indicava nenhum teto, a nova lei estabelecia o limite de 150 salários mínimos para o pagamento individual aos trabalhadores das dívidas trabalhistas. Por essa razão, essa nova legislação sofreu críticas das principais centrais sindicais, que oscilaram entre a defesa da manutenção do texto do decreto e a defesa da ampliação do valor estipulado pelo texto do projeto de lei. Com o estabelecimento desse novo teto, os trabalhadores não perderiam o direito sobre os montantes que ultrapassassem o valor de 150 salários mínimos, mas perderiam a

³⁶² *Ibidem.*

³⁶³ Ver: Maria Lúcia Fattorelli. “A nova lei de falências”, 15 jul. 2003. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2003/08/02/fattorelli.html>

³⁶⁴ *Ibidem.*

primazia para recebê-los, ficando, assim, à mercê de delonga do processo e até mesmo de nem chegarem à satisfação de seus direitos, na prática. Na nova hierarquia, além do estabelecimento desse teto, representando redução de direitos trabalhistas, as dívidas tributárias que compunham a arrecadação do Estado passavam a ser preteridas em relação às chamadas dívidas com “garantia real”, ou seja, as dívidas bancárias que a empresa em processo falimentar deveria pagar com garantias efetivas, como, por exemplo, a transferência de patrimônio de bens imóveis aos bancos. Na lógica da nova lei, sobressaíram os interesses dos banqueiros em detrimento dos interesses dos trabalhadores e do próprio Estado, constituía-se, assim, uma importante ferramenta de privatização do pagamento das dívidas contraídas pelas empresas falidas.

Como estratégia de convencimento para conseguir aprovar a nova lei, o governo federal adotou o discurso de que ela seria peça fundamental para garantir a redução dos juros e dos *spreads* bancários, tendo em vista as garantias efetivas de que as instituições financeiras passariam a dispor a partir desse regulamento. O governo apresentava um argumento marcadamente circular, apoiado na ideia de que as altas taxas de juros e os crescentes *spreads* bancários seriam resultantes da inadimplência. Como solução, indicava o novo programa de renda mínima dos banqueiros – a nova Lei de Falências – para combater a inadimplência das empresas, promover a redução dos juros e *spreads* bancários e garantir de maneira quase que mecânica e automática o tão propalado “crescimento econômico sustentável”. De fato, a nova Lei de Falências serviria como uma nova fonte de rendimentos das instituições financeiras, uma nova possibilidade de investimentos para os empresários que adquirissem as empresas falidas, uma vez que não herdariam mais as dívidas trabalhistas e tributárias; e significaria um duro ataque aos direitos dos trabalhadores.

Entre os dispositivos que acompanhavam a implantação da política econômica do governo Lula, consideramos que a aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei das PPPs) foi talvez a mais importante para os interesses da grande burguesia interna e fundamental para imprimir a modalidade preferencial de privatização dos governos petistas que, atacando a “privataria Tucana” alicerçada na venda das estatais ao capital privado, adotaria a política de estímulo à concessão de determinadas atividades ou serviços à iniciativa privada.³⁶⁵ Trata-se, portanto, de uma forma de privatização que satisfaz prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, pois oferece a essa fração de classe apoio do Estado para empreender novos

³⁶⁵ Para uma análise da concessão como uma forma de privatização, ver: Paulo Kliass. “Privatização e concessão: sutilezas de uma falsa polêmica”. *Carta Maior*, 23 ago. 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5740

investimentos. Na verdade, consideramos que as parcerias público-privadas (PPPs) fazem parte de um novo consenso ideológico que identificamos com a política social-liberal ou neoliberal moderada que, no lugar de satanizar o Estado como um mal em si, procura tomá-lo como um parceiro na busca de um novo tipo de desenvolvimento. Seria impensável a adoção do modelo das parcerias público-privadas no contexto de implementação do neoliberalismo *tout court*, uma vez que, neste, o Estado é visto como um obstáculo à “modernização”. Nesse novo consenso ideológico, que se apresentava ainda de maneira embrionária, sob o primeiro governo Lula, instaurou-se o reencontro da burguesia brasileira com a burocracia de Estado. Incapaz de defender seus próprios interesses, a longo prazo, diante dos capitais imperialistas, é com o respaldo da burocracia estatal e de instrumentos de política econômica que essa fração de classe passaria a obter uma maior projeção política.

As justificativas apresentadas pelo governo federal para aprovar a Lei das PPPs eram muito próximas das justificativas utilizadas pelos neoliberais para aprovar as privatizações nos governos anteriores. No entanto, é de salientar que se tratava de uma nova modalidade de privatização e de nova relação que a burguesia brasileira passaria ter com a implementação da política estatal. Entre os motivos expostos pelo ministro Guido Mantega para aprovar a nova lei, encontravam-se os seguintes: “a crise fiscal do Estado”; a possibilidade de divisão de riscos entre o Estado e o capital privado; “a viabilização de investimentos em regiões menos desenvolvidas”; e “celeridade na execução dos empreendimentos públicos pelo setor privado”.³⁶⁶ Das quatro justificativas, a primeira e a última estão mais claramente identificadas com o receituário neoliberal. Isso se explica, no caso da primeira delas, por ela constituir-se num dos elementos principais do diagnóstico neoliberal da crise do Estado de bem-estar social ou da crise do nacional-desenvolvimentismo: a crise fiscal do Estado. E, no caso da última justificativa, por valorizar a iniciativa privada, em detrimento do Estado, nos quesitos celeridade, nos processos administrativos e na concretização eficiente de serviços e/ou atividades, como, por exemplo, a realização de uma obra de infraestrutura. Como entende Mello, o ministro Mantega operava com o “binário morosidade/ineficiência do Estado *versus* celeridade/eficiência do setor privado”, isto é, para sustentar politicamente a instituição das parcerias, exaltava as virtudes da esfera privada na promoção do crescimento econômico sustentado. No caso da divisão de riscos, o que se teve, na verdade, foi o estabelecimento de uma relação entre o Estado e o capital privado na qual o primeiro assumiria todos os prejuízos que porventura a parceria sofresse, e o segundo, todas as

³⁶⁶ Cf. Anamaria Ruivo de Mello. *O modelo das parcerias público-privadas: reconstrução de sua lógica e de seu percurso*. Niterói, Dissertação de Mestrado em Sociologia e Direito (UFF), 2006.

garantias de um investimento sem risco. Por fim, a ideia de investir nas regiões menos desenvolvidas nada mais foi do que a criação de oportunidades para o processo de valorização do próprio capital, independentemente se isso geraria ou não bem-estar à população.³⁶⁷

No tratamento dado às PPPs, apesar de fazer menção às áreas de saneamento básico e habitação, entre outras, é flagrante a preferência do governo federal pelos investimentos em infraestrutura, em especial, os relacionados à área de transportes, tendo em vista justamente a política voltada para as exportações sustentada pelo governo Lula. É preciso que se diga aqui que, embora o projeto de lei das PPPs sofresse algumas alterações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, antes de sua aprovação, em linhas gerais, como observa Mello, as resistências à proposta encaminhada ao Congresso Nacional foram muito reduzidas, tendo o governo Lula obtido forte apoio dos setores de oposição, sobretudo do PSDB e do PFL. Apresentada sob a forma de projeto de lei, na Câmara dos Deputados, no dia 19 de novembro de 2003, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 22 de dezembro de 2004 e sancionada pelo presidente Lula oito dias depois, evidenciando a agilidade que o governo conseguiu imprimir à aprovação de uma lei de importância decisiva para sua política voltada ao comércio exterior.³⁶⁸

Outra vitória obtida pela grande burguesia interna, notadamente pelas suas camadas ligadas à atividade produtiva, foi o arquivamento pelo governo Lula da proposta de autonomia legal do Banco Central do Brasil. É preciso lembrar que, sob pressão de instituições do capital financeiro internacional, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vinha, desde seu discurso de posse, sustentando a criação de um projeto de lei que desse autonomia legal ao Banco Central. A primeira medida tomada pelo governo Lula, nos primeiros meses do mandato, foi a de obter aprovação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº. 40. Essa emenda alterava a redação do artigo 192 da Constituição Federal, permitindo a criação de uma lei complementar que materializasse aquela autonomia pretendida por Palocci. Além disso, removia o limite constitucional de 12% ao ano previsto para as taxas de juros reais que existia no texto original. Na Carta de Intenções, encaminhada ao FMI, em 28 de fevereiro de 2003, Palocci e Meirelles já indicavam que a chamada “autonomia operacional” do Banco Central fazia parte de uma série de mudanças estruturais que o governo federal deveria realizar, entre as quais, destacavam-se a privatização de bancos federalizados e a aprovação da Lei de Falências:

Primeiro, o governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulação do setor financeiro — um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 114.

³⁶⁸ *Ibidem*.

Central. Segundo, o governo continuará em seus esforços para que se realizem progressos na venda dos quatro bancos federalizados, como refletido no parâmetro estrutural proposto agora para final de junho. Terceiro, para diminuir o spread bancário e aumentar a disponibilidade de crédito para o investimento, o governo tem a intenção de que uma nova lei de falências seja votada.³⁶⁹

No final de maio de 2003, os acólitos do mercado financeiro manifestavam o dever de casa cumprido e informavam ao FMI que “a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – [havia sido] aprovada.”³⁷⁰ Garagorry coloca em evidência o equívoco que continha a ideia de “autonomia operacional” proposta por Palocci e Meirelles, já que, em termos legais, o BC já dispunha de autonomia para executar a política monetária. A proposta do Ministério da Fazenda e do Banco Central representava, na verdade, um ataque à soberania popular, visto que pretendia retirar do Presidente da República, eleito pelo voto popular, a atribuição de fazer escolhas sobre os rumos da política econômica, delegando-a a um quadro supostamente técnico, que seria representado pelo Banco Central. A proposta sustentada pelos membros da equipe econômica do governo federal, nesse sentido, era a de conceder autonomia plena ao Banco Central para que pudesse atuar com liberdade na “formulação da política monetária e cambial, sem interferência do Executivo, por uma diretoria com mandato fixo, não coincidente com o do Presidente da República”.³⁷¹

Durante todo o primeiro mandato de Lula, Palocci e Meirelles reiteraram a defesa da autonomia do Banco Central e reforçaram o compromisso junto ao FMI de que essa proposta seria encaminhada ao Congresso Nacional. No entanto, é preciso salientar que essa proposta foi derrotada, devido às resistências surgidas dentro e fora do governo.

As resistências no interior do governo à proposta de autonomia legal do Banco Central ganharam destaque nos conflitos envolvendo os ministros Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil), e expressavam claramente as contradições existentes entre os interesses do capital financeiro internacional, representado pelo primeiro ministro, e os interesses da grande burguesia interna, representado pelo segundo ministro. Em manifestações públicas, em vez de se apresentar como radicalmente contra a autonomia legal, Dirceu preferia evitar as cizânias e sustentar a ideia de que a autonomia do BC já existia na prática, não carecendo, assim, de regulamentação

³⁶⁹ Ver: Antonio Palocci e Henrique Meirelles. *Carta enviada ao Diretor-gerente do FMI Horst Köhler*, 28 fev. 2003. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030317.asp

³⁷⁰ Ver: Antonio Palocci e Henrique Meirelles. *Carta enviada ao Diretor-gerente do FMI Horst Köhler*, 28 maio 2003. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030613.PDF

³⁷¹ Jorge Alano Silveira Garagorry. “A independência do Banco Central em debate”. *Lutas Sociais*, n. 11/12, 2004, p. 12.

específica. No entanto, como um dos críticos dos juros altos, a posição de Dirceu recebia acolhida, em especial, dos empresários do setor produtivo, que se encontravam insatisfeitos com a política monetária do governo Lula e exigiam a ampliação da representação no Conselho Monetário Nacional, na época, composto pelo Ministro da Fazenda (presidente), pelo Ministro do Planejamento e pelo Presidente do BC. Em meio aos conflitos entre Palocci e Dirceu, os efeitos dessa disputa intraburguesa começariam a respingar na figura de Henrique Meirelles, que sofreria acusações de remessa ilegal de dinheiro ao exterior, sonegação fiscal e crime eleitoral. Para contornar a situação, em agosto de 2004, a Casa Civil editou a MP 207, conferindo ao presidente do BC o *status* de ministro. O PSDB e o PFL chegaram a interpor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) para evitar essa alteração institucional do cargo de presidente do BC, mas a MP foi aprovada no Congresso Nacional, em dezembro de 2004, transformando-se na Lei nº. 11.036. Embora a grande imprensa tenha centrado foco nos possíveis crimes cometidos por Meirelles, o fato é que a lei aprovada deixava mais distante o sonho do mercado financeiro de tornar o BC independente, tendo em vista que o *status* de ministro não só concedia ao presidente do BC direitos ao foro privilegiado,³⁷² mas passava a integrá-lo no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em companhia de vários empresários, sobretudo, do setor produtivo e desvinculava o BC do Ministério da Fazenda, transformando-o em órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Com isso, estava sepultada a proposta de regulamentar a autonomia operacional do BC.

Em palestra realizada no início de 2004, juntamente com Palocci, no CDES, Meirelles criticou os créditos direcionados, ou seja, os créditos de habitação, o crédito rural, o microcrédito e as linhas de crédito do BNDES, que, por operarem com Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) bastante reduzidas, quando comparadas às taxas de juros de “mercado”, acabavam sendo os principais responsáveis pelos altos *spreads* bancários.³⁷³ Isso levou o presidente do BNDES, Carlos Lessa, a rebater duramente a tese sustentada pelo presidente do BC, acusando-o de regente de uma orquestra que estava empenhada em desmontar o BNDES, em especial, a linha de crédito administrada por esse banco de fomento à produção.

Lessa já era conhecido publicamente como um dos críticos da política de juros altos, sustentada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, e vinha manifestando contrariedade

³⁷² Na eventualidade de cometer algum crime, as ações judiciais movidas contra o presidente do BC passariam a ser analisadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na ocorrência de crimes comuns, e pelo STF ou Senado, no caso dos crimes de responsabilidade.

³⁷³ Ver pronunciamento de Meirelles em: Ata da 10ª. Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizada em 10 de novembro de 2004. Disponível em: www.cdes.gov.br

às intenções dos banqueiros de abocanharem os recursos financeiros do FAT e do FGTS, que alimentavam as políticas de crédito de entidades públicas, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES. Tal polêmica colocava em evidência os conflitos existentes entre os membros da equipe governamental, que encarnavam os interesses de diferentes frações da burguesia brasileira: a reivindicação de reformas no modelo neoliberal (Lessa) ou a resistência à concretização de tais reformas (Meirelles/Palocci).

As conclusões de Lessa sobre o diagnóstico de Meirelles acerca do *spread* bancário nos permitem observar essas dissensões: “Meirelles quer um país onde exista um único instrumento, a moeda, um único senhor, o Banco Central, uma perfeita horizontalidade de suas políticas, que todos paguem exatamente o mesmo juro. Este seria um país neoliberal”.³⁷⁴ Alguns dias depois de levar a público essa crítica à equipe econômica do governo Lula, Lessa foi demitido do cargo de presidente do BNDES, confirmando-se, então, o incômodo dos banqueiros com os membros da burocracia estatal mais inclinados a implementar medidas favoráveis à atividade produtiva. Em resposta, o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ) tomou a iniciativa de organizar um manifesto e realizar um ato de repúdio à demissão de Carlos Lessa. O manifesto chegou a contar com a assinatura de 500 apoiadores, entre os quais, destacavam-se algumas entidades, como o MST, a CUT, a OAB e a ABI. Como agradecimento ao apoio recebido, Lessa fez duras críticas públicas às “contraelites” que queriam se manter distante do povo e rejeitar a execução de qualquer projeto de nação:

Nossas elites querem desfrutar do padrão de vida de Nova York ou de Miami e ter mão de obra doméstica ultrabarata. Querem colocar no exterior uma boa parte da riqueza que aqui construíram. Querem continuar a ganhar o máximo possível aqui e ter sempre aberta a possibilidade de se converterem em seres internacionais, sem nenhuma responsabilidade pelo que acontece no Brasil.

Ao nosso povo, corresponde o desafio de preservar a nacionalidade. E este povo está construindo a Nação Brasileira, consolidando a nossa oportunidade de firmar uma alternativa de civilização.³⁷⁵

Em várias ocasiões, Lessa procurou se definir como neopopulista e neonacionalista, o que o identificava, em grande medida, como um representante de setor da burguesia interna mais refratário ao capital estrangeiro.³⁷⁶ Foi justamente por tentar representar os interesses desse setor da burguesia interna que, no comando do BNDES, Lessa envolveu-se em polêmicas com o

³⁷⁴ Ver: “Gestão de Meirelles é 'pesadelo', diz Lessa”. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2004.

³⁷⁵ Carlos Lessa. “Agradecimento ao apoio popular”, 2004. Disponível em: <http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/chamadas/lessa2.htm>

³⁷⁶ Ver, por exemplo: Carlos Lessa. “Agradecimento ao apoio popular”, *op. cit.*; “Lessa diz ter sido censurado ao sair do BNDES” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2005.

ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um dos principais representantes da grande burguesia interna mais ligada à atividade exportadora: o empresário dos frigoríficos, Luiz Fernando Furlan. Nos primeiros dias de governo, Lessa começou a questionar a subordinação do BNDES a esse Ministério, alegando que, por recomendação de Maria da Conceição Tavares, havia sido indicado para o posto de presidente do BNDES pelo presidente Lula, não por Furlan, o que o levou a elaborar pouco tempo depois um plano estratégico de ações do BNDES (2004-2007) sem consultar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ao qual o BNDES estava formalmente vinculado. Lessa também questionou a proposta de Furlan de criar duas áreas de atuação do BNDES: uma voltada para o mercado interno (banco de fomento para pequenas e médias empresas) e que ficaria sob responsabilidade de Lessa; e outra, voltada para a exportação (BNDES/Eximbank, destinando-se a financiar o comércio exterior), cujo responsável seria indicado por Furlan. Mais tarde, envolveu-se em outra cizânia com Furlan por conta da compra pelo BNDES de 8,5% das ações da Vale Participações (Valepar), sem comunicar o fato ao Conselho de Administração do BNDES, presidido por Furlan, sob a alegação de que a Mitsui (empresa japonesa) estava interessada nas ações e poderia tornar a Vale uma empresa nipo-brasileira.³⁷⁷ Em sua gestão no BNDES, Lessa adotou ainda outra medida que, somada às críticas à política de juros, teria sido um dos principais pontos de conflito com os bancos comerciais: sem informar aos seus superiores, editou ato interno que passava a responsabilizar o BNDES por toda operação de financiamento às empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que ultrapassasse a cifra dos R\$ 10 milhões. Isso limitou as funções de intermediador de bancos nacionais e internacionais, que cobravam 4% de taxa de intermediação das empresas que tomavam empréstimo junto ao BNDES.³⁷⁸

Voltando à questão da autonomia legal do Banco Central, observamos que, apesar das pressões do FMI para que o tema entrasse na pauta do Congresso Nacional e das iniciativas da equipe econômica para sustentar tal proposta, em fevereiro de 2005, no início dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, o presidente Lula encaminhou mensagem ao Congresso listando as prioridades do governo para o exercício de 2005, sem qualquer referência à autonomia do Banco Central. O mesmo se pode dizer do programa de governo de Lula, elaborado para as

³⁷⁷ Ver: “Gravação revela atrito entre Furlan e Lessa”. *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 2004.

³⁷⁸ Sobre isso, ver: Carlos Newton. “Há algo de podre no BNDES, que atua em favor dos banqueiros, ao invés de servir ao desenvolvimento do país”, 30 jul. 2012. Disponível em: <http://www.tribunadainpress.com.br/?p=43417>; Carlos Newton. “Demissão de Carlos Lessa no BNDES foi uma grande vitória dos banqueiros, protegidos por Palocci e Mantega”, 31 jul. 2012. Disponível em: <http://www.tribunadainpress.com.br/?p=43593>.

eleições em 2006, no qual não havia qualquer menção a essa proposta.³⁷⁹

Ademais, é preciso ressaltar que a crítica à autonomia do Banco Central vinha, na conjuntura em questão, acompanhada da crítica aos juros altos e da reivindicação pela ampliação dos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa questão merece destaque, pois indica claramente as insatisfações da grande burguesia interna com as políticas que feriam seus interesses particulares. No caso do CMN, os industriais representados pela CNI e pela Fiesp chegaram a promover campanhas juntamente com a CUT, CGT, Força Sindical, Confederação Nacional dos Bancários e intelectuais da UFRJ, USP, Unicamp e FGV, no primeiro semestre de 2005, exigindo a presença de representantes da sociedade civil no CMN. A proposta era também encorajada pelo presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Jorge Ferreira, que apontava a necessidade de se construir um CMN mais “pluralista” e representativo.³⁸⁰ O fato é que, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, em especial, após a implantação do Plano Real, o CMN teve sua composição reduzida a três membros, sendo que, em alguns momentos de sua história, já havia chegado a contar com até 27 membros. Foi através da MP n°. 542, de 30 de junho de 1994, transformada na Lei n°. 9.069, de 30 de junho de 1995, que o CMN, que até então contava com 20 membros, passou a contar com apenas três. Não se tratava de uma decisão meramente técnica ou de um capricho corporativista de segmentos da sociedade brasileira, já que a reivindicação apresentada de ampliação do CMN visava integrar setores das classes dominantes e da classe trabalhadora nas decisões dos rumos da política econômica.

2.2.3 Política social, estatismo e trabalhadores pauperizados

A análise da política social praticada nos primeiros anos da década de 2000 permite-nos destacar que o governo Lula logrou atender interesses sociais historicamente alijados pelos governos anteriores, em especial, os interesses de setores da massa de trabalhadores mais pauperizada, desorganizada, habitante dos rincões do território nacional e das periferias das cidades médias e metropolitanas. De modo diverso da política implantada até então pelos governos brasileiros, o governo Lula expandiu consideravelmente as políticas sociais focalizadas e compensatórias, caracterizadas como políticas de governo, por estarem associadas às forças

³⁷⁹ Ver: *Lula Presidente – Programa de governo: 2007-2010*, 2006. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

³⁸⁰ Ver: “Abaixo a autocracia”. *Revista da Indústria*, n. 106, abr. 2005.

políticas do governo de plantão, não se convertendo, pois, em direitos sociais – componentes típicos de uma cidadania ampliada, constitucionalizada.³⁸¹

Um dos carros-chefes da política social de Lula foi a implementação da política de combate à pobreza. Tratou-se de uma política inscrita na lógica de reprodução da versão moderada do neoliberalismo, ou melhor, do social-liberalismo brasileiro. Em certa medida, o governo Lula deu continuidade aos programas de caráter assistencial do segundo governo FHC, como o Bolsa Escola (criado em abril de 2001), o Bolsa Alimentação (criado em setembro de 2001) e o Auxílio Gás (criado em janeiro de 2002), aos quais foi acrescido, pelo novo governo, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, isto é, o Programa Fome Zero (instituído em junho de 2003). Com o fracasso operacional do Programa Fome Zero, no início de 2004, o governo Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, centralizando nesse órgão todos os programas sociais acima mencionados, e criou um novo programa, o Programa Bolsa Família (PBF), por meio da Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004.³⁸²

Os dois traços marcantes do PBF seriam a sua abrangência e o impacto que produziria na economia de alguns municípios brasileiros. De acordo com Marques e Mendes, em dezembro de 2004, onze meses depois de sua criação, o programa já estava implantado em 99,5% dos municípios e atingia cerca de 6,57 milhões de famílias. Além disso, em alguns municípios da região Nordeste, o programa chegava a abranger 45% da população total, sendo, então, de extrema importância para a economia local.³⁸³

Do ponto de vista da distribuição dos gastos sociais do governo, excetuando aqueles destinados à Previdência Social, é possível observar um crescimento muito forte dos gastos na área de assistência social, na qual se concentrava o PBF, quando comparada às áreas de saúde, educação e trabalho, de maior impacto para a execução do orçamento (social) da União. Dos gastos sociais totais, excluídos os gastos com Previdência Social, a área de saúde sofreria uma redução de 44,3% (2003) para 38,6% (2006); a área de educação, uma redução de 23,2% para 18,7%, no mesmo período; a área de trabalho passaria por pequenas oscilações, mas manter-se-ia estável, registrando 15,5% (2003) e 15,8% (2006). A alteração mais significativa ocorreria mesmo na área de assistência social, com a progressão de 13,7% (2003) para 20,5% (2006). Quando comparados os anos de 2000 e 2006, notamos que o percentual do orçamento destinado a

³⁸¹ A distinção entre política social de governo e política social de Estado é feita por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves. *A economia política do governo Lula, op. cit.*

³⁸² Ver: Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes. “O Social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 1, 2006, pp. 67-68.

³⁸³ *Ibidem.*

essa área praticamente dobrou, saltando de 9,9% para 20,5%.³⁸⁴

O contraste existente entre os desembolsos realizados pelo governo com o PBF e os programas de transferência de renda remanescentes (Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação) e os efetuados com o pagamento dos juros da dívida pública não deixam dúvidas sobre o lugar subordinado ocupado pela política de combate à pobreza no conjunto da política do governo Lula. Se, entre 2003 e 2006, o governo desembolsou cerca de R\$ 22,5 bilhões para o PBF e os programas de transferência de renda remanescentes –³⁸⁵ ampliação quantitativa e crescente que ocorreu graças ao crescimento econômico do período e não ao aumento do percentual do PIB destinado ao programa –, os recursos gerados pelos superávits primários alcançaram a cifra de R\$ 330,9 bilhões durante o primeiro governo Lula,³⁸⁶ ou seja, superaram em cerca de 14,7 vezes os recursos aplicados nos programas sociais acima mencionados. Nessa perspectiva, é possível concluir que os recursos destinados ao PBF ocupavam um espaço muito reduzido quando comparados com o que o governo gastava com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Não se pode negar o impacto distributivo que um programa como o PBF tem, em especial, para as regiões e famílias mais pobres do país. Isso quer dizer que a iniciativa do governo Lula de expandir os recursos destinados à área de assistência social ofereceu ganhos materiais para várias famílias de trabalhadores pauperizados, para quem, vivendo sob condições de extrema precariedade, poder ter acesso aos produtos de primeiríssima necessidade fez uma enorme diferença. Ocorre, porém, que a política social de governo, de caráter assistencialista, não veio acompanhada de uma política social de Estado visando à ampliação dos direitos sociais. Na verdade, as políticas sociais focalizadas surgiram como uma espécie de substituta das políticas sociais universalizantes, atingindo, sobretudo, grandes massas de trabalhadores desorganizados politicamente e, com isso, criando uma relação de identificação direta, sem nenhuma mediação, entre o Presidente da República e os beneficiários do Bolsa Família.³⁸⁷ O que significa que, sob a

³⁸⁴ Dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, que consta na página www.stn.fazenda.gov.br, mas que retiramos do trabalho de Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves. *A economia política do governo Lula*, op. cit., p. 162.

³⁸⁵ Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania; *Apud*: Antonio Claret Campos Filho. *Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no município de Nova Lima*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Saúde Pública (Fiocruz), 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/Tese_Claret.pdf

³⁸⁶ Cf. Banco Central. *Apud*: Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves. *A economia política do governo Lula*, op. cit., p. 107

³⁸⁷ Cf. Armando Boito Jr. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003; Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes. “O Social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de

implementação dessa política, o efeito ideológico da personalização política na figura do presidente da República potencializa-se e pode contribuir, em grande medida, para a despolitização das massas, cumprindo a função de conter, a curto e médio prazos, a emergência de movimentos reivindicatórios e radicalizados entre os setores mais pauperizados dos trabalhadores no país.

Em 2006, nas eleições para Presidente da República, esse fenômeno apresentou-se com toda força. Se há polêmica em dizer que a reeleição de Lula foi garantida pelo PBF, não se pode ignorar que havia uma maior predisposição dos beneficiários desse programa para votar em Lula, tendo em vista que o candidato do PT recebeu um maior número de votos nos municípios que apresentavam os piores indicadores sociais.³⁸⁸

Singer destaca alguns elementos da política social do governo Lula que foram importantes para a redução da pobreza no país e para a expansão do mercado interno entre os setores de baixa renda, tais como: a) a expansão do crédito por meio das políticas de empréstimos com juros reduzidos à agricultura familiar, de ampliação do acesso ao microcrédito e de bancarização das famílias de baixa renda; b) o aumento real do salário mínimo; c) outros programas específicos, como: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contemplava com um salário mínimo os aposentados e portadores de necessidades especiais com idade mínima de 65 anos e renda familiar per capita inferior a 25% do salário mínimo; o programa Luz para Todos, que visava expandir a eletrificação rural; o processo de regularização das terras quilombolas, a construção de cisternas no semiárido entre outros programas.³⁸⁹ Nesse sentido, são interessantes as observações que o autor faz do alcance político e econômico das medidas adotadas pelo governo Lula, em especial, de sua repercussão na conjuntura da crise política de 2005:

Em particular no ano de 2005, quando eclodiu o escândalo do “mensalão”, ocorreu, segundo classificação de Waldir Quadros, a primeira redução significativa da miséria [redução da massa de miseráveis de 38% para 22%] desde o Plano Real, presumivelmente em consequência do conjunto de medidas tomadas pelo governo Lula. Ou seja, durante a fase em que os atores políticos tinham a atenção voltada para as denúncias do “mensalão”, o governo concluía em silêncio o “Real do Lula” que, diferentemente do original, beneficiava apenas a camada da sociedade que não sai nas revistas.³⁹⁰

No que diz respeito à questão do emprego, é preciso salientar que, embora as taxas de

aplicação de uma agenda neoliberal”, *op. cit.*

³⁸⁸ Cf. Elaine Cristina Licio; Lucio R. Rennó e Henrique Carlos de O. De Castro. “Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, vol. 15, n.1, 2009.

³⁸⁹ André Singer. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 69.

desemprego tenham se reduzido ao longo do primeiro mandato de Lula, elas se mantiveram em níveis bastante elevados, aproximando-se das taxas alcançadas pelo segundo governo FHC, quando os efeitos da implementação da política neoliberal já demonstravam toda a sua força. Se compararmos com a taxa média de desemprego do primeiro governo FHC, observamos que os índices são piores no governo Lula, notadamente, em seus dois primeiros anos de mandato, como atesta a tabela a seguir.

Tabela 7 – Taxa de desemprego no Brasil (1994-2006)

Ano	IBGE	DIEESE (Aberto)	DIEESE (Total)
1994	5,06	8,9	-
1995	4,64	9	-
1996	5,47	9,9	-
1997	5,66	10,2	-
1998	7,6	11,91	19,35
1999	7,64	12,96	21,35
2000	7,14	12,1	19,91
2001	6,24	12,3	19,98
2002	7,14	12,3	20,11
2003	12,31	13,65	21,78
2004	11,47	12,85	20,56
2005	9,82	12,01	18,96
2006	9,97	11,6	17,93

Fonte: IBGE e DIEESE *Apud*: Davisson Charles Cangussu de Souza, *op. cit.*, p. 423

Os dados acima indicam as dificuldades do governo Lula de romper com um dos principais efeitos da política neoliberal: as altas taxas de desemprego. No entanto, é interessante observar que, mesmo sob a égide das altas taxas de desemprego, a partir do segundo ano de governo, o saldo de geração de emprego formal rompeu com a lógica dos anos anteriores. Assim, se, entre 2000 e 2003, foram criados 2.656.522 empregos formais, representando uma média anual de cerca de 664 mil empregos; entre 2004 e 2006, ou seja, em um intervalo menor de anos, foram criados 4.005.943 empregos formais, elevando-se a média anual para 1,33 milhões – isto é, aproximadamente o dobro da média do período anterior.³⁹¹ A ampliação do emprego formal com a manutenção de altas taxas de desemprego parecem elucidar os limites das reformas operadas no

³⁹¹ Ver: “Alta forte do emprego faz massa salarial subir 7,6%”. *Valor Econômico*, 19 jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/868107/alta-forte-do-emprego-faz-massa-salarial-subir-76>

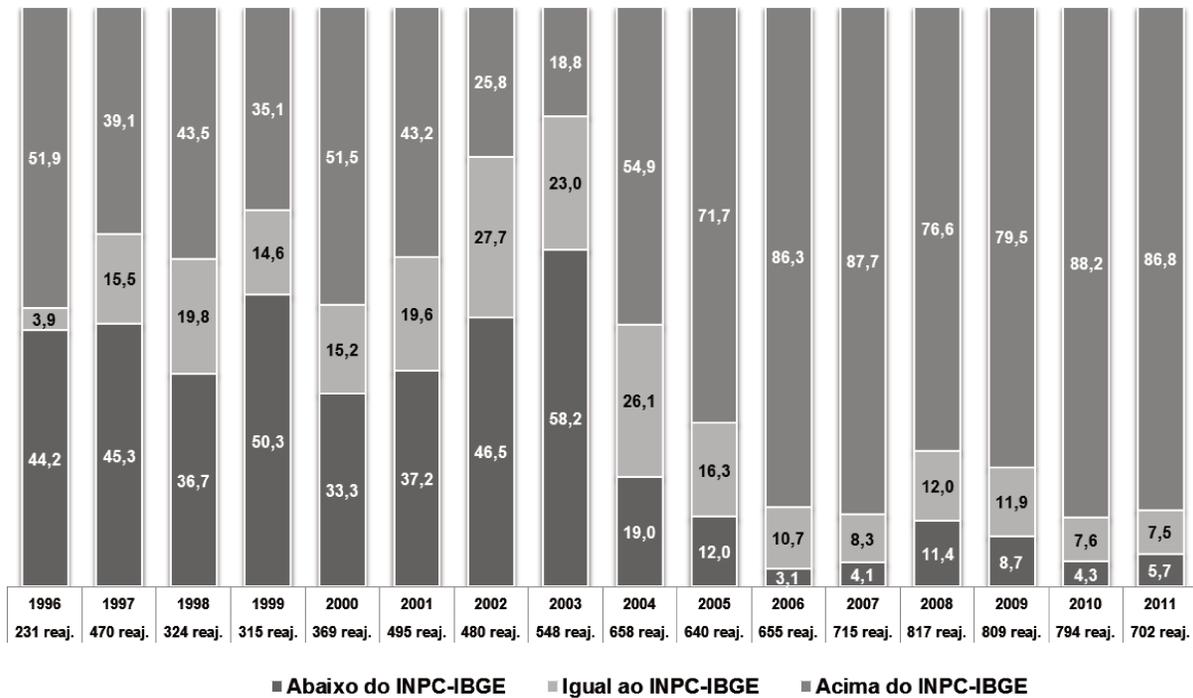
modelo neoliberal pelo governo Lula em seu primeiro mandato. Esse diagnóstico confirma-se quando observamos os dados sobre a faixa de remuneração em que se concentram os empregos criados ao longo dos anos 2000. A parcela de ocupados que receberam até 1,5 salário representou 94,8% do total de 21 milhões de postos de trabalhos criados no período e 59% do total de postos de trabalho existentes no país, tendo crescido no ritmo médio anual de 6,2%. Já as ocupações sem remuneração ou com rendimento de cinco ou mais salários mínimos mensais sofreram queda na conjuntura em questão. Não se pode negar os ganhos materiais obtidos pelas camadas de trabalhadores atendidas por essa ampliação de empregos, mas é necessário observar que elas ficaram longe de poder ser classificadas como classes médias, como sustentam as pesquisas do economista Marcelo Neri. De acordo com Pochmann, essa população emergente está mais identificada com a situação das classes populares que: “por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha”.³⁹²

Chamaram-nos a atenção também os dados referentes aos ganhos salariais reais obtidos pelos trabalhadores nas negociações coletivas, quando comparamos o primeiro mandato de Lula com os anos FHC. De acordo com o Dieese, entre 1996 e 2003, os reajustes acima da inflação registrada pelo INPC-IBGE situaram-se na média anual de 38,61%, atingindo os magros 25,8% em 2002, último ano do governo FHC, e os macérrimos 18,2% em 2003, primeiro ano do governo Lula. Esse cenário mudaria significativamente a partir de 2004, vindo a se estruturar um perfil expressivo de ganhos acima da inflação nos anos seguintes.

Nos últimos três anos do primeiro mandato de Lula, a média anual dos reajustes salariais reais atingiu o percentual de 70,9%. Na comparação entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, chega-se à constatação de que os ganhos reais passaram da média anual de 38,9% para 57,29%. Novamente, é preciso frisar que as reformas no capitalismo neoliberal brasileiro já se faziam presentes nos idos de 2000 e produziam resultados sobre os reajustes salariais. Vale observar também que, em 2005, ano da crise política, os ganhos salariais acima da inflação alcançaram o percentual de 71,7% das negociações coletivas. E, se incluíssemos, nessa conta, os reajustes iguais à inflação, o percentual atingiria a expressiva marca de 88%. Enfim, os primeiros anos do governo Lula colocavam-no numa situação bastante distinta da versão extremada do neoliberalismo no primeiro governo FHC. O gráfico que segue indica claramente o que acabamos de afirmar.

³⁹² Ver: Marcio Pochmann. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012, p. 10

Gráfico 4 – Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, Brasil (1996-2011)



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários.³⁹³

No que se refere à relação entre política social e classes dominadas, Singer sustenta a tese de que, durante o governo Lula, ocorreu um realinhamento eleitoral de modo que o “subproletariado” passou a aderir ao governo por conta de políticas como: Bolsa Família, aumento do salário mínimo e expansão do crédito consignado entre outros programas específicos, enquanto os setores de classe média, tradicionalmente ligados à história do PT, acabaram se distanciando do governo.³⁹⁴ Aqui se faz necessário apresentar duas ressalvas à análise do autor:

a) Diferente de Singer, entendemos que o realinhamento eleitoral não explica por si só as mudanças ocorridas na política brasileira, na virada do primeiro para o segundo mandato de Lula, nem pode ser considerado o fator determinante da compreensão da natureza de classe do governo Lula. Nesse processo, o realinhamento eleitoral foi acompanhado de outros realinhamentos, entre os quais destacamos os seguintes: o realinhamento partidário, dada a ocorrência de alterações na composição do governo, ganhando relevância a maior presença do PMDB, a partir de 2005; o

³⁹³ DIEESE. “Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2011”. *Estudos e pesquisas*, n. 59, mar. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq59balNego2011final.pdf>

³⁹⁴ André Singer. *Os sentidos do lulismo...*, op. cit.

realinhamento sindical, evidenciado pela aproximação política entre a CUT e a Força Sindical, centrais sindicais consideradas adversárias nos anos 1990, pelas divisões na CUT, seguidas da saída de algumas correntes dessa central e pela criação de novas centrais sindicais alinhadas ou não ao governo federal; e, o principal deles, o realinhamento político provocado pelo fortalecimento político da grande burguesia interna, que passou a disputar maior espaço com os interesses da burguesia imperialista e a acomodar seus interesses no núcleo hegemônico da política estatal.³⁹⁵ Além disso, ao sustentar que a política governamental tendeu sempre a achar um ponto de equilíbrio entre a “coalizão rentista”, formada pelo capital financeiro nacional e internacional e pela classe média tradicional, e a “coalizão produtivista”, constituída pelos empresários e trabalhadores da indústria, para garantir duas condições fundamentais para o subproletariado, “inflação baixa” e “aumento do poder de consumo”, o autor acaba subestimando as assimetrias existentes entre as classes dominantes e as classes dominadas. Com isso, ele sugere, por via indireta, que o subproletariado encontrava-se no poder e exercia a hegemonia política, pois, com o governo arbitrando entre as duas coalizões, os interesses do subproletariado não seriam nunca sacrificados. Nessa perspectiva, não há espaço para se pensar na existência de um bloco no poder e, portanto, para colocar em evidência os interesses de classe dominante que predominam sobre a execução da política estatal, podendo vir sugerir a ideia de constituição de um lulismo sem burguesia ou de um lulismo no qual as classes dominantes exercem papel secundário, o que estaria distante da realidade da política brasileira atual.

b) De acordo com Singer, o subproletariado seria formado por segmentos de baixa renda, desorganizados politicamente e apoiadores da solução pelo alto (pela autoridade estatal forte) como a mais eficaz para dirimir as desigualdades sociais. Constituem, portanto, uma fração de classe conservadora: “os eleitores mais pobres buscariam a redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, *evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem*”.³⁹⁶ Eis aqui a chave explicativa do lulismo: o subproletariado, sobre o qual Lula agia com uma “autonomia bonapartista (sem qualquer conotação militar)”. Tal análise tende a subestimar o conservadorismo de classes e frações de classe que combatem a existência e/ou ampliação dos programas sociais do governo Lula, em especial, das políticas de transferência de renda para os trabalhadores pauperizados (ou subproletariado). Em termos gerais, as políticas sociais focalizadas e compensatórias atenderam

³⁹⁵ A nossa posição sobre os realinhamentos aqui mencionados encontra-se melhor desenvolvida na parte final deste capítulo e no capítulo seguinte.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 58.

aspirações de setores historicamente excluídos do consumo de produtos de primeiríssima necessidade e sem perspectiva de ingresso no mercado de trabalho formal. O limite de tais políticas é que elas não vieram acompanhadas da ampliação de direitos sociais, tendo se constituído uma espécie de substituto desses direitos. Nesse sentido, o apoio dado pelo subproletariado aos programas sociais de transferências e ao próprio governo federal pode ser concebido como um apoio difuso à ampliação da cidadania burguesa no Brasil. O subproletariado adere à política executada pela burocracia estatal, porque logra obter concessões materiais efetivas. Evitando outro tipo de reducionismo, com a sugestão de que o subproletariado se caracterizaria por um comportamento puramente progressista, consideramos ser possível sustentar a ideia de que, em matéria de política, o subproletariado combina contraditoriamente uma posição conservadora, marcada pela ideologia do Estado protetor, e uma posição progressista, definida pelo apoio difuso à ampliação da cidadania. A depender da conjuntura, essa situação contraditória e a debilidade organizativa do subproletariado podem levá-lo a apoiar medidas sustentadas pelo bloco no poder, sejam elas regressivas ou não, ou, de maneira diversa, a se somar a outros segmentos da classe trabalhadora, na luta pela expansão da cidadania burguesa, podendo assumir a bandeira da radicalização das reformas, como nos tem demonstrado a experiência de setores do subproletariado que se engajam nas lutas pela reforma agrária, por moradia entre outras.

O debate acerca da relação entre política estatal e classes dominadas nos permite levantar uma questão de grande importância: os conceitos de bonapartismo ou populismo empregados por diferentes estudos para caracterizar os governos brasileiros, na conjuntura mais recente, em especial, os governos Collor e Lula, são adequados? Sem querer nos valer de qualquer pedantismo da novidade, consideramos que o mínimo denominador comum existente entre tais conceitos é o que podemos chamar de estatismo, correspondendo à identificação de frações ou camadas das classes dominadas com a burocracia estatal.³⁹⁷ Tal identificação é resultante de dispositivos ideológicos como o culto do Estado ou mito do Estado protetor, secretado especialmente pelas classes e frações de classe intermediárias e por camadas de classes e frações sem experiência organizativa. Isso significa que a ideologia do fetiche de Estado pode enraizar-se socialmente com maior ou menor intensidade dependendo do lugar ocupado pelos agentes na produção e da conjuntura. Há também dispositivos políticos estruturais que alimentam essa

³⁹⁷ O conceito de estatismo para caracterizar os fenômenos do bonapartismo e do populismo foi extraído de texto teórico produzido por Boito Jr. que, no entanto, prefere a utilização do conceito de populismo para analisar a política brasileira. Ver: Armando Boito Jr. “O populismo no Brasil: natureza, forma de manifestação e raízes sociais” In: *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Gráfica IFCH/Unicamp, Coleção Trajetória 8, 2005.

relação de identificação entre classes dominadas e burocracia estatal. Os efeitos de isolamento produzido pelo direito burguês e de representação produzidos pelo burocratismo são fundamentais para alimentar essa identificação e dificultar as possibilidades de ação autônoma por parte das classes dominadas em relação ao Estado.

Se partirmos do conceito de estatismo para compreender a relação de apoio que determinadas frações de classe ou camadas sociais conferem ao bloco no poder, estaremos em condições de superar certas dificuldades analíticas que nos impõem a utilização dos conceitos de bonapartismo e populismo. O conceito de bonapartismo é débil por conter, em seu próprio nome, a marca de um processo político específico, ocorrido na formação social francesa, em meados do século XIX até a queda de Napoleão III, em 1870. Trata-se também de um conceito que faz alusão ao apoio que os camponeses parcelares, especialmente o campesinato conservador, deram, a princípio, no plano eleitoral, à liderança política de Luís Bonaparte e, posteriormente, à burocracia de Estado na França, por estarem iludidos com a possibilidade de que o sobrinho (Luís) resgatasse a política de distribuição de terras inaugurada pelo tio (Napoleão) e por estarem temerosos com a radicalização das lutas operárias que poderia, no limite, colocar óbices à propriedade privada, em geral, e à pequena propriedade, em particular. Tal apoio não se fundava em nenhuma contrapartida material efetiva e possuía forte caráter reacionário, visto que sustentava ações de contenção à revolução social. Incapazes de defenderem seus próprios interesses, secretavam suas potencialidades políticas na figura de uma espécie de agente que estaria supostamente acima das classes e salvaria a nação do perigo da revolução social. Ou, como indica uma célebre passagem de Marx sobre o fenômeno em questão:

Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra a sua expressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade.³⁹⁸

Ocorre que ao se colocar como representante dos camponeses parcelares, Bonaparte dissimula um componente importante: o de que representa politicamente não os pequenos produtores rurais, mas o bloco no poder burguês. Percebe-se, assim, que, nessa conjuntura, os interesses de classe organizados no bloco no poder sublimavam-se na figura de Bonaparte, que, por seu turno, precisava se apresentar como uma espécie de salvador da nação em crise, para obter apoio do campesinato parcelar. Nesse caso, ganha relevância o estatismo que incide sobre a pequena burguesia, dissolvendo-se, assim, as potencialidades de organização de classe dos

³⁹⁸ Karl Marx. “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, *op. cit.* p. 277.

camponeses parcelares. Aqui o fenômeno do culto do Estado assume a particularidade de culto à propriedade privada.

É certo que outras análises procuraram colocar em evidência o caráter estrutural do bonapartismo, ao tratá-lo como a “verdadeira religião da burguesia moderna”³⁹⁹ ou “tipo de Estado capitalista” –⁴⁰⁰ o que expressa uma relação na qual os interesses políticos do conjunto da burguesia são sustentados pelo Estado, e os camponeses parcelares constituem uma classe-apoio ao bloco no poder, sem nenhuma influência sobre o poder político. Com a finalidade de empregar um termo que não seja impregnado pelas contingências políticas de uma conjuntura particular, entendemos, aqui, que é preciso realçar o aspecto mais geral do chamado bonapartismo e inscrevê-lo numa perspectiva de longo prazo. Para tanto, faz-se necessário caracterizá-lo como uma modalidade de estatismo e, assim sendo, recuperar o conceito base que lhe dá sustentação: o de estatismo.

Recusamos o uso do conceito de populismo por razões distintas, mas com o mesmo objetivo de pôr em evidência o conceito de estatismo. Diferindo do conceito de bonapartismo – que ganhou projeção com a análise de Marx que opera com os conceitos de classe social, representação política e Estado –, o conceito de populismo tem forte relação com a problemática elitista que trabalha com a disjuntiva líder-massas e ignora a existência de um bloco no poder e de uma burocracia de Estado, vindo a sugerir, assim, que o populismo é um fenômeno marcado pela identificação das massas irracionais com a figura de um líder carismático. Para caracterizar o apoio dado por certas frações de classe à política implementada pelos governos brasileiros, entre os anos 1930 a 1964, algumas análises procuraram resgatar o conceito de populismo e inseri-lo, com as devidas retificações, na problemática teórica marxista. Ameaçada pelo caráter regressivo da política oligárquica pré-1930, a baixa classe média, situada basicamente no setor de serviços e com condições de vida muito próximas do operariado,⁴⁰¹ foi a camada social que deu sustentação à construção de uma “política de desenvolvimento”, pautada na defesa de um Estado industrializador e intervencionista (“política de industrialização”) e do sindicalismo de Estado e da legislação trabalhista (“política de integração operária”); e de uma “política de ordem” que se apoia na política de manutenção dos grandes latifúndios e das relações de trabalho existentes no

³⁹⁹ Ver: Friedrich Engels. “Friedrich Engels to Karl Marx in Margate, 13 April 1866”. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1866/letters/66_04_13.htm

⁴⁰⁰ Ver: Nicos Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales* (vol. II), *op. cit.*

⁴⁰¹ Diferentemente da alta classe média, que está mais próxima das condições de vida burguesa e que, portanto, é refratária às políticas de promoção de bem-estar social que possam aproximar os populares de sua vida marcada pela distinção social. A base do udenismo encontrava-se fortemente enraizada na alta classe média.

campo e na política de manipulação operária.⁴⁰²

Aqui entrevemos outra manifestação de estatismo, aquele que incide sobre a baixa classe média e que, ao fazer o culto do Estado protetor, confere apoio às políticas de bem-estar social fundamentadas na lógica de enaltecer o *status* profissional das categorias reconhecidas pelo Estado, em especial, as categorias de classe média, sem, com isso, promover uma igualização socioeconômica entre os trabalhadores e, ao mesmo tempo, neutraliza a ação radicalizada do operariado, já que acaba circunscrevendo sua ação sindical à dinâmica de funcionamento do Estado. Ainda que a política estatal contenha componentes reformistas e, portanto, ofereça certas contrapartidas materiais à baixa classe média, esta confere apoio apenas às frações do bloco no poder mais claramente identificadas com a política industrializante, distancia-se das frações anti-industrialistas e procura distinguir-se do comportamento do operariado por conta do medo da proletarização e do apego ao *status* profissional outorgado pelo Estado. Trata-se, portanto, de um tipo de estatismo que não se funda mais no apego à pequena propriedade, a ser assegurada pelo Estado contra a revolução social, mas na adesão à ideologia meritocrática, na ilusão de que a hierarquia do trabalho baseia-se na competência e méritos individuais, Isso leva essa classe a combinar o culto de Estado protetor com a desvalorização do trabalho manual.

A distinção entre o estatismo fundado no culto à pequena propriedade e o estatismo fundado na ideologia meritocrática é fundamental para problematizarmos a tese de que o fetiche de Estado corresponde exclusivamente a uma ideologia pequeno-burguesa.⁴⁰³ Os interesses da pequena burguesia e da classe média não se confundem, pois tais classes inserem-se no processo de produção de maneira distinta, a despeito de todos os elementos que conferem unidade a elas, como: debilidade organizativa, oscilação entre a política burguesa e a operária, espontaneísmo entre outros. A primeira sustenta a pequena propriedade e a segunda, o meritocratismo, Nessa perspectiva, trata-se de essencialismo ou reducionismo a caracterização do culto (fetiche) do Estado como uma ideologia exclusivamente pequeno burguesa.

Nessa relação entre estatismo e classes dominadas, faz-se necessário observar que, não sendo a classe dominada um agregado social homogêneo, são desiguais os efeitos produzidos pelo estatismo sobre suas diferentes frações e camadas. Ademais, consideramos que, dependendo da conjuntura histórica e das relações materializadas entre bloco no poder e classes dominadas,

⁴⁰² Extraímos essa caracterização da conjuntura 1930-1964 da análise de Décio Saes: *Classe média e sistema político no Brasil, op. cit.*

⁴⁰³ Na análise da política brasileira, a relação entre fetiche de Estado e ideologia pequeno burguesa foi sustentada de maneira original por Francisco Weffort em: *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

certas frações ou camadas sociais estarão mais propícias a ocupar o lugar de classe-apoio do bloco no poder. Isso indica que, no decorrer do processo político, a incidência de certa forma de estatismo sobre determinadas classes, frações ou camadas sociais poderá ser mais determinante para garantir a hegemonia e a estabilidade política do que outras. Nesses termos, somos colocados diante do desafio de observar as relações existentes entre o estatismo, pensado como efeito de isolamento do direito burguês e como fetiche do Estado, e a política estatal que pode, sob determinadas conjunturas, assumir características mais conservadoras ou reformistas e perfil civil ou militar, influenciando, assim, o modo como se estabelece o apoio de determinadas classes, frações de classe e camadas sociais ao bloco no poder.

Julgamos que essa longa digressão seja decisiva para elucidarmos nosso ponto de partida analítico, que objetiva compreender o tipo de estatismo que se manifesta na conjuntura dos governos Collor e Lula. Em primeiro lugar, concordamos com as análises que definem os trabalhadores pauperizados e desorganizados como a fração da classe dominada que confere apoio ao bloco no poder, ainda que essas análises façam uso do conceito de “novo populismo”.⁴⁰⁴ São justamente esses trabalhadores que encontrariam, na ação salvadora do “caçador de marajás” e do defensor dos “descamisados” e “pés descalços”, a possibilidade de garantir seus interesses ameaçados pela radicalização das lutas dos trabalhadores urbanos e organizados. A posição de Collor como defensor dos descamisados foi sustentada, nas eleições presidenciais de 1989, quando o futuro presidente prometeu aos trabalhadores pauperizados e desorganizados a possibilidade de contemplar seus interesses com a caça aos marajás, o combate ao Estado cartorial e ao funcionalismo público, considerados os verdadeiros entraves à melhoria das condições de vida da população brasileira. Era um discurso que oscilava entre a crítica difusa ao Estado intervencionista e a adesão ativa aos preceitos neoliberais. Apesar de ter conseguido o apoio eleitoral dos trabalhadores pauperizados, é possível afirmar que, no plano da ação estatal, descontada a iniciativa de demitir funcionários públicos no primeiro semestre de governo, a estratégia de interpelação desses trabalhadores na propaganda eleitoral não logrou ganhar organicidade, vindo o representante do grande capital a distanciar-se da base que lhe conferiu apoio. Tratava-se de uma espécie de estatismo que produziria efeitos decisivos no processo eleitoral, mas que não conseguiria se concretizar como fenômeno estável e duradouro.

⁴⁰⁴ Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes. “O Social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”, *op. cit.*; Armando Boito Jr. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”, *op. cit.* Para uma crítica ao uso do conceito de populismo para analisar as experiências mais recentes ver: Carlos M. Vilas. “¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del 'neopopulismo' latinoamericano”. *Revista de Sociología e Política*, n. 22, 2004.

A existência de uma instabilidade hegemônica, o fracasso do governo em conter as altas inflacionárias, o aumento do desemprego, acompanhado do arrocho salarial, o caráter regressivo das políticas sociais e de investimentos nessas áreas, o fosso aberto entre o que era preconizado pelo *marketing* político dos programas sociais de Collor e a sua execução efetiva, além das denúncias de corrupção envolvendo a primeira dama na presidência da Legião Brasileira de Assistência, que provocaram a saída desta do cargo, em 1991, reforçavam o caráter superficial das relações mantidas entre a burocracia de Estado, em especial, a figura do presidente Collor, e a massa de trabalhadores pauperizados. Num quadro como este, não havia ilusões que se sustentassem de maneira duradoura em torno da política governamental ou da ação protetora do caçador de marajás. Embora os trabalhadores pauperizados não tenham ido às ruas exigir a saída de Collor da Presidência da República, é importante salientar que eles não se moveram para garantir a sua manutenção na chefia do Estado. Isso indica o caráter instável de uma relação que se sustentava em ilusões ideológicas⁴⁰⁵ sem que houvesse contrapartidas econômicas. Enfim, entrevemos, nesse caso, um tipo de culto ao Estado protetor secretado por trabalhadores pauperizados, mas cuja eficácia restringiu-se ao processo eleitoral ou, na melhor das hipóteses, aos primeiros meses de governo, quando o governo ainda poderia creditar as dificuldades de implementar políticas que contemplassem os interesses dos “descamisados” ou “pés descalços” à “ineficiência” ou ao “inchaço” da máquina estatal.

Já as iniciativas tomadas pelo governo Lula colocaram-no numa relação bem distinta com os trabalhadores pauperizados. Aqui, efetivamente, o fenômeno do estatismo assumiria outra roupagem, quando observadas as relações existentes entre a classe apoio, o bloco no poder e a política estatal. Em linhas gerais, é possível dizer que a relação de apoio se sustentaria em mecanismos ideológicos que levariam a uma identificação dos trabalhadores pauperizados com a figura do líder presidencial, ex-retirante, ex-operário e que falava a língua do povo, e contrapartidas materiais que, ainda que precárias, eram resultantes da adoção e da ampliação do escopo das políticas sociais compensatórias. Tais políticas por não se constituírem sob a forma de política social de Estado e, portanto, sob a forma de direitos sociais, tendiam a fortalecer o sentimento de identificação de seus beneficiados – os trabalhadores pauperizados – com o governo de plantão, em especial, com a instituição presidencial, que se apresentava como a responsável pela existência dessas políticas. Assim como no contexto de implantação do Plano

⁴⁰⁵ Seguindo a problemática althusseriana, não caracterizamos o conceito de ideologia como representação falseada da realidade, mas sim como representação da “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Nesse sentido, é possível dizer que as ideologias não só iludem como também fazem alusão à realidade. Ver: Louis Althusser. “A propósito da ideologia” In: *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 203.

Real, FHC foi alçado à condição de líder político que teria conseguido derrotar a inflação, passando Lula a ser visto como o candidato da inflação, na conjuntura mais recente, Lula seria visto como o patrono das políticas de combate à pobreza, e os tucanos, como aqueles que eliminariam tais políticas, caso retornassem ao governo federal.

É importante salientar que a política social do governo Lula conseguiria criar essa situação de ilusão e contemplação de interesses materiais dos trabalhadores pauperizados devido aos seguintes fatores: a) essa política inseria-se no processo de reformas no modelo neoliberal, ou ainda, numa conjuntura política na qual até mesmo as principais instituições sociais de defesa dos interesses da grande burguesia financeira, como o FMI e o Banco Mundial, já haviam apontando para a necessidade de criar mecanismos de contenção da instabilidade política que vinha sendo alimentada pelo caráter perverso do modelo neoliberal; b) essa política abrangia setores historicamente excluídos pela política estatal no Brasil, ou seja, atendia, ainda que precariamente, interesses que, muitas vezes, não tiveram acesso a direitos sociais mínimos previstos pela cidadania burguesa limitada no país; c) essa política era vista como solução paliativa ou mesmo a única solução possível para neutralizar os efeitos deletérios produzidos por um mercado de trabalho que operava sob a lógica da informalidade laboral, da redução de direitos trabalhistas, da alta rotatividade de trabalhadores, da intensificação e extensão da jornada de trabalho, entre outros aspectos. Dessa maneira, é possível dizer que o fenômeno do estatismo incidiria com mais intensidade sobre os trabalhadores pauperizados e desorganizados, visto que conseguia explorar as insatisfações dessa fração de classe com os limites históricos da cidadania no país, com os efeitos produzidos pela política neoliberal e com a existência de um mercado de trabalho desestruturado. Se os trabalhadores pauperizados cultuavam o Estado protetor, isso decorria dessa série de elementos que impediam ou dificultavam tal fração de classe de se tornar uma força social autônoma.

Diferentemente do estatismo existente na conjuntura 1930-1964, que combinava industrialização, ampliação do mercado interno e constituição de direitos sociais mínimos para os trabalhadores urbanos, o estatismo da conjuntura mais recente seria marcado por um processo de redução dos direitos sociais conquistados e pela ampliação de políticas sociais compensatórias. Enfim, pautar-se-ia pela execução de uma modalidade moderada de política neoliberal.

2.2.4 As contrarreformas sociais e a aristocracia dos trabalhadores assalariados

No plano das contrarreformas de Estado, sobretudo aquelas voltadas à reprodução da força de trabalho, a contrarreforma da Previdência foi a que mais gerou polêmica e produziu relativa politização do debate, haja vista as manifestações realizadas pelos servidores públicos ao longo de 2003. No entanto, é preciso destacar que o governo Lula procurou aprovar outras mudanças na legislação social e logrou ser bem-sucedido em algumas delas, sem enfrentar grandes resistências. Daremos destaque aqui, em ordem de exposição, às reformas: tributária, agrária, sindical e trabalhista, e previdenciária.

Frustrando certas expectativas de realizar uma reforma tributária que estivesse compromissada com a distribuição de renda e a justiça social, o governo Lula deu continuidade aos princípios que norteavam a legislação tributária dos governos tucanos. Ou melhor, a reforma tributária do governo Lula foi marcada pelo princípio neoliberal da “neutralidade tributária”. Como observam Brami-Celentano e Carvalho, embora tenha conseguido avançar na desoneração da cesta básica de consumo, a lógica dominante da reforma tributária do primeiro governo Lula foi a de favorecer a concentração de renda, uma vez que priorizou os impostos indiretos, em detrimento dos impostos diretos sobre rendimentos. Em termos relativos, isso fez com que os rendimentos obtidos pela grande massa de trabalhadores se transformassem no principal instrumento de geração de superávits primários, enquanto os detentores das maiores riquezas no país não tiveram seus interesses sacrificados. Além disso, tal contrarreforma concedeu estímulos à política de exportação e procurou criar mecanismos para neutralizar a guerra fiscal existente União, estados e municípios.⁴⁰⁶

O governo Lula criou uma série de atalhos para driblar as resistências à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº. 42, que daria corpo à reforma tributária. Antes de encaminhar a proposta ao Congresso Nacional, o governo federal procurou discuti-la no CDES, juntamente com a reforma da Previdência, selando uma espécie de pacto com os governadores. Este se concretizou na “Carta de Brasília”, lançada em abril de 2003, na qual se indicavam os pontos passíveis de acordo entre o governo federal e os governos estaduais nas discussões sobre tributação e previdência. No caso da tributação, além de todo o discurso com forte apelo social de defesa da justiça social, do combate à sonegação fiscal, de apoio ao desenvolvimento regional, o

⁴⁰⁶ Alexandrine Brami-Celentano e Carlos Eduardo Carvalho. “A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e justiça social”. *Revista Katálisis*, vol. 10, n.1, jan/jun. 2007.

governo utilizou-se de argumentos que estavam fundados na lógica de geração de superávit primário (neutralidade fiscal) e de apoio ao setor produtivo exportador.⁴⁰⁷ Além desse acordo inicial, o governo procurou “fatiar” ou “escalonar” a reforma, aprovando, no ano de 2003, apenas matérias que eram mais urgentes, tais como: a prorrogação da DRU para 2007, a manutenção da CPMF de 0,38%, a transferência de 25% das receitas da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE) e de R\$ 6 bilhões do Fundo Constitucional de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) para estados e municípios. Além disso, o ICMS deixou de ser aplicado à exportação de mercadorias e serviços, contemplando, assim, os interesses dos setores exportadores. A ausência de propostas que visassem atender demandas históricas das forças de esquerda, como, por exemplo, a defesa da aprovação de lei complementar prevista pelo inciso VII, do artigo 153 da Constituição Federal, que estabelece o Imposto sobre Grandes Fortunas, e a sustentação da proposta de adoção de imposto progressivo sobre os maiores rendimentos são sintomas de que o discurso de defesa da distribuição de renda e da justiça social não passava de uma fraseologia desprovida de conteúdo.⁴⁰⁸

No tocante à reforma agrária, constata-se o predomínio dos interesses da grande burguesia interna sobre os interesses dos trabalhadores rurais. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o governo Lula implantou uma contrarreforma agrária que pode ser atestada por um conjunto de aspectos, entre os quais, ganhava relevância, no primeiro mandato: a) a defasagem existente entre as metas proclamadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado em 2003 e concluído em 2007, e seu efetivo cumprimento – o governo Lula havia se proposto a assentar 520 mil novas famílias (meta 1) e a regularizar as terras de outras 620 mil famílias (meta 2), mas, na prática, cumpriu apenas 31,3% da meta 1 e 17,4% da meta 2 –; b) o favorecimento, pela “banda podre do INCRA”, aos grileiros do setor madeireiro através da indicação dos meios legais para a compra das terras devolutas da União; e c) a aprovação do artigo 118 da Lei nº. 11.196/05 (conhecida como “Medida Provisória do Bem”), que alterou a Lei de Licitações Públicas (Lei nº. 8.666/93), de modo a permitir a regularização, a partir da venda, das terras públicas com até 500 hectares na Amazônia Legal.⁴⁰⁹ Oliveira observa ainda que essa contrarreforma foi orientada pelos princípios de “*não fazê-las nas áreas de domínio do*

⁴⁰⁷ Ver: Carta de Brasília, 22 fev. 2003. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/r030222.asp>

⁴⁰⁸ A lei complementar que regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, sem previsão para ser aprovada.

⁴⁰⁹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira. “A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

*agronegócio e fazê-la nas áreas onde ela possa 'ajudar' o agronegócio” e que, a partir de 2008, o governo Lula teria substituído a reforma agrária pela regularização fundiária, atendendo, então, os interesses do “agrobandidismo”.*⁴¹⁰

Tais conclusões são ratificadas pela análise da política de assentamentos rurais do primeiro governo Lula realizada por Girardi e Fernandes. De acordo com esses autores, a geografia da política dos assentamentos atesta o caráter conservador da reforma agrária, uma vez que a criação deles não ocorreu nas regiões de maior concentração populacional (centro-sul e nordeste), onde se encontram melhores condições infraestruturais para a produção, maior demanda por produtos (mercado consumidor) e rede ampla de serviços básicos de atendimento à população (educação, saúde, eletricidade e saneamento). O governo federal deu prioridade ao aspecto puramente quantitativo da reforma agrária, negligenciando as condições mínimas para que as famílias assentadas pudessem produzir e viver com qualidade, visto que a criação dos assentamentos se deu na área da Amazônia Legal, principalmente em sua região meridional, que além de não possuir as condições adequadas para uma efetiva reforma agrária (infraestrutura, mercado consumidor e serviços básicos), é marcada pela forte presença de atividades agropecuárias tradicionais, de caráter privado.⁴¹¹

Os dados referentes à luta pela terra também são importantes para atestar os limites do governo Lula quanto a alterar a lógica conservadora de reforma agrária executada pelos governos tucanos. Concordamos com Girardi e Fernandes quando afirmam que a relação entre o número de ocupações de terras, de famílias envolvidas nas ocupações e de famílias assentadas não é um bom critério para atestarmos a concretização efetiva da reforma agrária, porque tais números ocultam aspectos geográficos e sociais. Ao analisar as diferenças existentes entre o governo Lula e os dois governos FHC na questão da luta pela terra, chegamos à constatação de que o número de ocupações de terra foi maior no primeiro governo Lula, mas isso não determinou o crescimento médio anual do número de famílias assentadas. Nesse quesito, a dianteira foi ocupada pelo primeiro governo FHC, como podemos observar na tabela a seguir:

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 308.

⁴¹¹ Eduardo Paulon Girardi e Bernardo Mançano Fernandes. “A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora”. *Revista Agrária*, n. 8, 2008.

Tabela 8 – Número de ocupações de terra, famílias em ocupações e famílias assentadas

Período	Governo	Ocupações de terra (total)	Ocupações de terra (média anual)	Famílias em ocupações (total)	Famílias em ocupações (média anual)	Famílias Assentadas (total)	Famílias Assentadas (média anual)
1995-1998	FHC 1	1.985	496,25	301.858	75.464,5	300.363	75.090,75
1999-2002	FHC 2	1.981	495,25	288.913	72.228,25	157.305	39.326,25
2003-2006	Lula 1	2.379	594,75	343.108	85.777	252.019	63.004,75

Elaborada com dados do DATALUTA (Banco de dados de luta pela terra). Disponível em: www.fct.unesp.br/nera

Isso significa que, na conjuntura do primeiro governo Lula, não houve de fato um refluxo das lutas dos movimentos, pois tanto o número de ocupações quanto o número de famílias participantes das ocupações de terra foi superior, ainda que com pouca diferença, em relação aos registrados durante o governo FHC. É interessante observar que, ao procurar incentivar as políticas sociais de governo, vinculadas aos programas sociais de transferência de renda e concessão de crédito,⁴¹² o primeiro governo Lula praticamente abandonou a reforma agrária, deixando o terreno livre para os interesses do agronegócio. Esta é uma questão que a grande imprensa procura ocultar, para regozijo do agronegócio e de seus leitores pertencentes à alta classe média, que preferem indicar que os impasses da luta pela terra derivariam da incipiente política social, compensatória, mas não, do apoio que o governo federal vinha dando aos interesses do agronegócio. Observe-se, ainda, que, a despeito de esse discurso indicar os limitados programas sociais do governo Lula como a causa principal do refluxo da luta pela terra, tais indicadores, contraditoriamente, demonstram que o número de ocupações de terra ampliou-se durante o primeiro mandato de Lula. Enfim, a grande dificuldade dos movimentos de luta pela terra não se encontraria na realização e concretização de um de seus principais instrumento de luta e de pressão política, a ocupação de terra, mas no fato de a execução da política agrária do governo Lula favorecer os interesses do agronegócio.

A política de assentamentos promovida pelos dois governos FHC e pelo primeiro governo Lula determinou o progressivo fortalecimento dos interesses do agronegócio. Ao se considerar as áreas destinadas aos “assentamentos reformadores”, via de regra oriundos da desapropriação da terra – o que promove relativa mudança da estrutura fundiária –, e as áreas voltadas para o

⁴¹² A evolução dos recursos destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) não deixam dúvidas sobre a expansão dos créditos para a agricultura familiar que foi promovida pelo primeiro governo Lula. Comparados os valores disponibilizados para a safra 2002/2003 e para a safra 2005/2006, é possível observar um crescimento de cerca de 85%, passando de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 10 bilhões. Dados retirados da página do Pronaf. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portals/saf/programas/pronaf/2259286>

estabelecimento de “assentamentos não reformadores”, constituídos por “terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental” – o que não implica desapropriação de terra nem alteração da estrutura fundiária – pode-se constatar o caráter perverso e conservador da política agrária do primeiro governo Lula. Enquanto as áreas dos assentamentos reformadores e não reformadores representavam, respectivamente, 9,8 milhões e 3 milhões de hectares, no primeiro governo FHC, e 12,1 milhões e 1,39 milhões de hectares, no segundo governo tucano, a lógica se inverteria no primeiro governo Lula, vindo os assentamentos reformadores a ocupar uma área de cerca de 5,79 milhões de hectares e os assentamentos não reformadores, uma área de 23,49 milhões de hectares.⁴¹³ Tais dados confirmam o caráter regressivo da política agrária do governo Lula.

Para debater as reformas trabalhista e sindical, o governo Lula constituiu, juntamente com entidades nacionais de representação dos trabalhadores e dos empresários, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).⁴¹⁴ Além da ideia de tentar concretizar o “novo contrato social”, ao formar uma instância tripartite para debater temas de grande envergadura para a política nacional, o governo federal inovou também ao trazer à tona a discussão acerca da reforma sindical, à qual, com o apoio das entidades sindicais dos trabalhadores, procurou dar prioridade num primeiro momento.⁴¹⁵

A reforma sindical abrangia uma série de temas polêmicos e controversos, entre os quais, ganhavam destaque os seguintes: a questão da liberdade/autonomia sindical, abrangendo o estabelecimento de critérios mais ou menos rígidos de representação para o funcionamento das entidades sindicais; a definição do órgão responsável para aprovar o reconhecimento legal de tais entidades; o debate sobre unicidade/pluralismo sindical, comportando o estabelecimento de normas para atribuir ou não aos sindicatos o direito de exclusividade de representação; a manutenção ou não das contribuições compulsórias; o reconhecimento legal das centrais sindicais.⁴¹⁶ No geral, a proposta do governo federal tendia a aprofundar a intervenção do Estado

⁴¹³ *Ibidem.*

⁴¹⁴ O Fórum Nacional do Trabalho foi criado pelo Decreto nº. 4.796, de 30 de julho de 2003. De acordo com Almeida, da parte das entidades de representação dos trabalhadores, os sindicalistas da CUT e da Força Sindical exerceram liderança na mesa de negociações, enquanto que, da parte das entidades de representação do empresariado, ganhou destaque a atuação da Febraban, órgão de representação dos banqueiros nacionais e estrangeiros. Gelsom Rozentino de Almeida. “O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical”. *Revista Katálysis*, vol. 10, n. 1, jan/jun. 2007.

⁴¹⁵ Para uma análise das posições da CUT, Força Sindical e da CGT no Fórum Nacional do Trabalho, ver: Naiara Dal Molin. “O Fórum Nacional do Trabalho e as centrais sindicais brasileiras”. *Revista Latino-Americana de História*, col. 1, n. 3, 2012.

⁴¹⁶ Sobre isso, ver: Andréia Galvão. “Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista” In: Edmundo Fernandes Dias (coord). *Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade*. Campinas,

nos sindicatos.⁴¹⁷ Apesar de, a propósito, o governo Lula ter encaminhado ao Congresso Nacional a PEC 369, no início de 2005, essa proposta não foi aprovada, no primeiro mandato, seguindo ainda em tramitação no Congresso Nacional.⁴¹⁸

Os efeitos produzidos pelos debates sobre a reforma sindical foram de duas ordens: a) a criação, entre outras centrais sindicais, da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), da Intersindical e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), as quais se originaram no período do primeiro mandato do governo Lula e do início do segundo mandato, por conta das disputas das concepções e práticas sindicais embutidas na proposta da reforma sindical, somadas a polêmicas da conjuntura (reforma da Previdência, reforma trabalhista, etc); b) a vitória do empresariado, visto que sua preferência pela discussão da reforma trabalhista acabou sendo contemplada no processo político, ainda que tal reforma não tenha assumido propriamente a forma de uma PEC.

Das duas reformas discutidas no âmbito do FNT, a que mais avançou foi a reforma trabalhista, mas, para aprová-la, o governo Lula valeu-se da tática de dividi-la em várias partes, embutindo-a em diferentes projetos de lei, o que dificultou sobremaneira as resistências a ela. Galvão foi quem sistematizou as principais medidas tomadas pelo governo sobre a questão da reforma trabalhista, observando que, ainda que o governo federal tenha tomado iniciativas para reverter a “flexibilização trabalhista”, em linhas gerais, o primeiro governo Lula deu continuidade – se bem que em menor intensidade – à lógica da retirada de direitos trabalhistas colocada em prática pelos governos neoliberais que o antecederam. O quadro 1 nos permite entrever essa questão:

Adunicamp, 2007. O governo tentou legalizar as centrais sindicais com a edição da MP 293/2006, mas esta foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Apenas no ano 2008, com Carlos Lupi (PDT) no comando do Ministério do Trabalho, foi aprovada a Lei n. 11.648 de reconhecimento das centrais sindicais.

⁴¹⁷ Andréia Galvão. “Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista”, *op. cit.*; Maria da Graça Druck. “Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência”. *Observatório Social da América Latina (OSAL)*, CLACSO, ano VI, vol. 19, 2006.

⁴¹⁸ Tonelli e Queiroz indicam três motivos principais para o malogro da reforma sindical: a resistência de parte considerável do movimento sindical, a crise política de 2005 e a inabilidade dos membros do Ministério do Trabalho no encaminhamento da reforma. Ver: Flávio Tonelli e Antônio Carlos Queiroz. “Trabalho e sindicalismo no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

Quadro 1 – Reforma trabalhista do primeiro governo Lula: principais medidas e conteúdo.

Medida	Conteúdo
Suspensão da tramitação do PL 4.302/98	Estende a atuação da empresa de trabalho temporário ao campo, aumenta a duração e o prazo de prorrogação do trabalho temporário e amplia as possibilidades de terceirização para todas as atividades da empresa (tanto as atividades-meio quanto as atividades-fim).
Suspensão da tramitação do PL 5.483/2001	Estabelece a prevalência do negociado pelo legislado.
Revogação da portaria 865/1995	Inibe a atuação dos fiscais do trabalho impedindo-os de multar empresas que descumpram acordos e convenções coletivas e de denunciar acordos contrários à legislação trabalhista.
Aprovação da Lei 10.748/03	Institui o Primeiro Emprego: trata-se de um contrato de duração determinada de, no mínimo, 12 meses, para jovens entre 16 e 24 anos, parcela da PEA em que o desemprego é mais elevado.
Aprovação da Lei 11.196/2005	Permite a contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa. Modalidade de contratação denominada “Pessoa Jurídica” (PJ).
Aprovação da lei de falências	Salário e direitos trabalhistas deixam de ser crédito privilegiado.
Aprovação da EC 45/2004	Reforma do Judiciário: limita o poder normativo da Justiça do Trabalho, condicionando o ajuizamento de dissídios coletivos de natureza econômica ao comum acordo entre patrões e empregados; interfere no direito de greve, ao permitir que o Ministério Público do Trabalho solicite o julgamento de greves em atividades consideradas essenciais.
Aprovação do PL 123/04 e do anexo PL 210/2006	Super Simples: proposta de mudança tributária destinada às micro e pequenas empresas. Lei dispensa as empresas enquadradas nesse regime de fixação de quadro de avisos e da anotação de férias em seus livros de registro, o que impede a verificação do cumprimento dos direitos por parte da empresa (a exemplo das férias e do horário de trabalho). Estabelece que a fiscalização trabalhista, dentre outras, tenha caráter orientador, sendo necessário haver reincidência para o registro de infração (ou seja, na prática, não há penalidades para descumprimento de direitos) e admite que representantes sem vínculo empregatício com a empresa possam representá-la junto à Justiça do Trabalho, o que favorece o surgimento de profissionais contratados exclusivamente para essa finalidade e, portanto, comprometidos com os interesses das empresas que os contratam – dificultando o surgimento do contraditório, comum no depoimento de empregados perante os juízes.

Elaborado com adaptação do texto de Andréia Galvão, “Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista”, *op. cit.*, p. 174-178.

Ainda que as três primeiras medidas indicadas no quadro contradissem a lógica da redução dos direitos trabalhistas posta em prática pelos governos neoliberais, é digno de nota que, no geral, no âmbito da reforma trabalhista do governo Lula, prevaleceu a lógica da precarização dos direitos trabalhistas, em nome da empregabilidade e da inclusão social. Isto é, em função da

redução do desemprego e do trabalho informal, adotavam-se mecanismos institucionais de retirada de direitos trabalhistas dos trabalhadores “incluídos” no mercado de trabalho. A implementação de tais medidas no âmbito da legislação trabalhista foi apresentada sob o discurso da inclusão social, explorando, assim, as contradições no seio do povo e deixando livre o terreno para as empresas nacionais e estrangeiras promoverem, em nome do aumento da competitividade, o que chamam de redução dos encargos sociais – que nada mais são do que uma política de redução de direitos trabalhistas.

A reforma da Previdência realizada pelo governo Lula foi, sem dúvida, a medida mais polêmica de todo o seu primeiro mandato. Além de acirrar as disputas internas do próprio PT, levando à expulsão de quatro parlamentares que votaram contra o projeto no Congresso Nacional, o processo de aprovação dessa matéria foi marcado por fortes e significativas mobilizações dos servidores públicos a ela contrários, sobretudo os de âmbito federal.⁴¹⁹

A aprovação de uma greve por tempo indeterminado, defendida pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais, contrariava a posição da CUT, que apontava antes para a lógica da negociação de pontos da reforma do que do enfrentamento ao governo federal. Historicamente, a CUT foi sempre a principal porta-voz da categoria dos servidores públicos federais, e tais desentendimentos, nessa conjuntura, expressavam claramente os processos de alinhamento ou distanciamento em relação ao governo.

Antes da deflagração da greve por tempo indeterminado, a CUT realizou seu 8º Congresso Nacional (CONCUT) na cidade de São Paulo, reunindo cerca de três mil delegados. O Congresso contou com a presença do presidente Lula, do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, do presidente nacional do PT, José Genoino, e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy – sinalizando a disposição de atrelamento da Central à burocracia de Estado. Nessa ocasião, ocorreu um fato importante na mudança da direção da entidade. O presidente da Central, então, era João Felício, dirigente da APEOESP e membro da corrente majoritária da CUT (a Articulação

⁴¹⁹ A primeira manifestação contrária ao projeto de lei que procurava instituir a reforma da Previdência foi uma paralisação de 24 horas, realizada pelos servidores públicos federais, no dia 8 de abril de 2003, ou seja, antes mesmo de o projeto ser encaminhado ao Congresso Nacional pelo governo federal, no final do mesmo mês. No dia 11 de junho, os servidores públicos organizaram uma manifestação, em Brasília, que chegou a contar com a presença de 20 mil participantes. Em 8 de julho, os servidores públicos federais deram início à greve da categoria, que era formada por cerca de 800 mil funcionários públicos. Nesse contexto, os servidores buscavam se manifestar contra a reforma da Previdência, enfatizando alguns pontos essenciais da mudança, tais como: a criação dos fundos de pensão, o fim da integralidade dos vencimentos e a quebra da paridade entre ativos e inativos. Para elaborar essa cronologia, tomamos como referência os dados do Observatório Social da América Latina (OSAL), vinculado ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso): Brasil – Cronología del conflicto social (enero-abril de 2003; mayo-agosto de 2003; septiembre-diciembre de 2003). Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/institucional/1h.php?idioma=port>. Além disso, valer-nos-emos de dados complementares para realizar a análise do processo de aprovação dessa reforma de Estado.

Sindical). Felício tinha tudo para ser reeleito para a direção do órgão, não fosse seu posicionamento mais crítico à reforma da Previdência, advindo de sua relação com os professores das escolas públicas. Rompendo com a tradição da Central de eleger para um segundo mandato o presidente atual, o nome indicado para concorrer a esse cargo foi o de Luiz Marinho, dirigente do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Na verdade, tal indicação adveio, em grande medida, das afinidades políticas existentes entre Marinho e o presidente Lula, que via, nesse nome, a possibilidade de a CUT adotar uma postura de maior conciliação com o governo federal.

Durante o 8º. CONCURTO, foi aprovada uma resolução que indicava a necessidade de a CUT negociar com o governo, já que “a proposta do governo foi discutida tão somente com os governadores e no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Não houve um processo de negociação da proposta de reforma da Previdência com as entidades representativas dos trabalhadores.”⁴²⁰ A CUT indicava, assim, a ausência de interlocução do governo com as entidades sindicais dos trabalhadores, mas encaminhava, ao mesmo tempo, um conjunto de 13 propostas, entre as quais destacavam-se: a defesa de um teto de 20 salários mínimos (ou R\$ 4.800,00); a adoção da previdência complementar, acima do teto fixado, que fosse gerida por entidades fechadas de previdência pública, sem fins lucrativos e de forma paritária pelo governo e servidores; e a defesa da paridade entre ativos e inativos.⁴²¹

No dia 5 de agosto, o governo federal montou um esquema de escolta aos parlamentares para garantir a votação e a aprovação da reforma da Previdência, no primeiro turno da Câmara Federal – quando seria de fundamental importância o apoio do PSDB e do PFL. Em resposta, no dia seguinte, os servidores públicos organizaram a maior manifestação contrária a essa reforma, chegando a reunir 70 mil manifestantes em Brasília. No dia 19 de agosto, ocorreria nova manifestação, agora organizada pelos servidores da educação, contando com 25 mil participantes. No dia 27 de agosto, a reforma seria aprovada, em segundo turno, na Câmara Federal, com 357 votos favoráveis, dos quais 60 eram oriundos do PSDB e do PFL, 113 votos contrários e seis abstenções. O projeto de lei foi encaminhado ao Senado Federal e aprovado no dia 19 de dezembro.

Melo e Anastasia procuram indicar que tanto o governo FHC quanto o governo Lula foram eleitos como uma coalizão eleitoral minoritária, mas conseguiram obter uma coalizão

⁴²⁰ Resoluções do 8º. Congresso Nacional da CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais-16>, p. 69.

⁴²¹ *Ibidem*.

parlamentar majoritária.⁴²² No entanto, esses autores chamam a atenção para o paradoxo de que, embora a base de apoio do governo Lula tenha sido mais heterogênea do que a de FHC, o que configuraria uma posição mais frágil de Lula no Congresso Nacional, o processo de aprovação da reforma da Previdência desse governo sofreu menor resistência. Para eles, o aspecto mais relevante que diferencia as resistências encontradas por um e outro governo reside no fato de que o governo Lula logrou obter apoio da oposição, em especial, dos governadores eleitos pelo PFL e pelo PSDB, e o apoio formal do PSDB nas votações do Congresso. Como sustentam, “o governo teria sido derrotado, não fossem os votos de treze senadores do PSDB e do PFL”.⁴²³

Com a reforma, o governo Lula logrou aprovar os princípios que já estavam sendo gestados por seu partido. De acordo com Marques e Mendes, a proposta de regime único de Previdência era muito próxima da recomendada pelo Banco Mundial como forma de garantir aposentadorias com valores baixos e de estimular a profusão de fundos de pensão. Para esses autores, ao contrário do que pregavam o PT, o governo Lula e o Banco Mundial, a implantação do regime único de aposentadoria não tinha nenhuma relação com o conceito de cidadania, uma vez que não previa o financiamento da previdência a partir de recursos oriundos de impostos, mas de recursos provenientes das contribuições sobre o salário.⁴²⁴

A CUT também era favorável ao regime único, assim como à complementação da aposentadoria pela via dos fundos de pensão, além de passar a defender, após a vitória de Lula, a organização de tais fundos por cada um dos sindicatos. Em decorrência da aprovação da lei, ainda sob o governo FHC, permitindo a criação de fundos de pensão por entidades sindicais, a Força Sindical encaminhou, já no primeiro mês de governo Lula, a proposta de criação da ForçaPrev – tendo assegurado autorização para entrar em funcionamento em setembro de 2003 e iniciado suas operações no dia histórico dos trabalhadores, o 1º. de maio do ano seguinte. Em linhas gerais, a Força Sindical apoiou a proposta do governo e demarcou posição por sustentar o teto de 10 salários mínimos e a cobrança de contribuição dos inativos.

É preciso salientar que a discussão em torno da reforma da Previdência era travada num ambiente em que setores da esquerda brasileira questionavam os elos de continuidade com o governo FHC, claramente presentes no início do primeiro mandato de Lula. Ainda que muitos compreendessem as dificuldades da transição entre um governo e outro, apontava-se a

⁴²² Carlos Ranulfo Melo e Fátima Anastasia. “A reforma da previdência em dois tempos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, n. 2, 2005.

⁴²³ *Ibidem*, p. 319.

⁴²⁴ Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes. “O governo Lula e a contra-reforma previdenciária”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 18, n. 3, 2004.

necessidade de que o governo iniciasse a “segunda fase” e colocasse em prática a concretização de um “novo modelo de desenvolvimento”, pautado nas ideias de “distribuição de renda” e de “inclusão social”. Tal posicionamento pode ser encontrado no manifesto “Tomar o rumo do crescimento, já!”, assinado por 30 deputados federais do PT e enviado à Presidência da República no dia 29 de maio de 2003.⁴²⁵ Como lembra Marques e Mendes, esse manifesto já abordava a questão previdenciária.⁴²⁶ De fato, não só abordava como sinalizava a necessidade de se realizar uma reforma que expressasse a lógica de “inclusão social” e da “ampliação de direitos”, não podendo se limitar a ser “mero ajuste de caixa”.

Durante as votações da reforma da Previdência, o governo tentou exercer forte pressão sobre sua base de parlamentares e sobre os parlamentares de partidos aliados. Não logrou, contudo, impedir o surgimento de críticas à reforma. Marques e Mendes atestam que 24 deputados petistas votaram com o governo, mas declararam contrariedade em relação à proposta, justificando o voto com o respeito à disciplina partidária. Os deputados Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) votaram contra a proposta do governo e foram expulsos do partido. O mesmo sucedeu à senadora Heloísa Helena (AL), por ela não ter aderido à disciplina partidária.⁴²⁷ Oito deputados optaram pela abstenção, sendo, por isso, suspensos pela direção do PT. No entanto, votaram favoravelmente à cobrança de contribuição dos inativos. Todos os oito eram signatários do manifesto que mencionamos.⁴²⁸

Em nome do respeito à “vontade coletiva” ou à “vontade da maioria” do partido e à “disciplina partidária”, José Genoíno, que, na época, era presidente do PT, procurava justificar o processo disciplinar aberto contra os quatro parlamentares e sua posterior expulsão. Em texto escrito dois dias antes do veredito da expulsão, o presidente do PT agregava mais um item ao rol de motivos que explicariam o banimento dos referidos parlamentares:

⁴²⁵ Os nomes dos deputados petistas e seus respectivos estados são os seguintes: Adão Pretto – RS; Antônio Carlos Biffi – MS; Ary Vanazzi – RS; Cesar Medeiros – MG; Chico Alencar – RJ; Dr. Rosinha – PR; Francisca Trindade – PI; Gilmar Machado – MG; Guilherme Menezes – BA; Henrique Fontana – RS; Iara Bernardi – SP; Iriny Lopes – ES; Ivan Valente – SP; João Alfredo – CE; João Grandão – MS; Lindberg Farias – RJ; Luciano Zica – SP; Luiz Alberto – BA; Luci Choinacki – SC; Maninha – DF; Mauro Passos – SC; Orlando Desconsi – RS; Orlando Fantazzini – SP; Paulo Rubem Santiago – PE; Tarcisio Zimmermann – RS; Terezinha Fernandes – MA; Carlos Vignatti – SC; Walter Pinheiro – BA; Wasny de Roure – DF; Zico Bronzeado – AC. Ver: “Tomar o rumo do crescimento, já!”, 29 maio 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136446.doc>

⁴²⁶ Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes. “O governo Lula e a contra-reforma previdenciária”, *op. cit.*

⁴²⁷ Os parlamentares petistas foram expulsos do partido após decisão tomada por maioria de votos pelo Diretório Nacional do PT, em Convenção Nacional realizada no dia 14 de dezembro de 2004. Em 6 de junho do ano seguinte, três dos quatro parlamentares expulsos (Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena), juntamente com outras lideranças políticas e intelectuais, fundaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que só viria a ter seu registro eleitoral reconhecido em 15 de setembro de 2005.

⁴²⁸ Nomes dos oitos deputados que se abstiveram nas votações: Chico Alencar, Ivan Valente, João Alfredo, Maninha, Mauro Passos, Orlando Fantazzini, Paulo Rubem Santiago e Walter Pinheiro.

A direção do PT articulou alguns pactos com os parlamentares, esclarecendo que eles estavam livres para emitir críticas e opiniões acerca dos rumos do governo. Bastava que votassem de acordo com as deliberações das instâncias partidárias. Todos esses pactos foram rompidos unilateralmente pelos parlamentares incursos no processo disciplinar. Além de fazer uma oposição sistemática ao governo, eles votaram contra as determinações expressas das instâncias partidárias, aliando-se a setores da oposição. Assim, se eles forem expulsos, será em razão da indisciplina partidária.⁴²⁹

Numa cartada só, Genoino omitia uma série de elementos presentes nos conflitos que envolviam não só os quatro parlamentares e o PT, mas também a oposição à reforma da Previdência como um todo. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que, embora o presidente do PT fizesse alusão à “vontade da maioria” do partido, sua análise ocultava uma questão que consideramos importante. De fato, o PT chegou a promover seminários sobre a questão previdenciária. No entanto, a proposta da reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso esteve muito longe de ser formulada pelas bases do partido. Se assim fosse, não poderia representar um retrocesso para um dos principais contingentes sindicais que davam sustentação ao PT: o funcionalismo público. Na verdade, a PEC foi forjada por fora das instâncias de base do partido. Foi inicialmente apresentada pelo ministro Ricardo Berzoini, um dos principais arquitetos da difusão dos fundos de pensão no Brasil, sendo, depois, substituída por um acordo entre o governo federal, o CDES, majoritariamente composto por empresários, e os governadores. Portanto, ao se referir à “vontade coletiva” do partido, Genoino deixava de revelar o fato de que a proposta de reforma da Previdência tinha sido aprovada pelo Diretório Nacional do partido – em reunião no começo de julho de 2003, com 52 votos favoráveis, 26 contrários e quatro abstenções – sem que as bases partidárias houvessem tido oportunidade para debater a matéria.

Outra questão a ser salientada é o fato de o presidente do PT indicar que os parlamentares teriam se aliado à oposição nas votações do Congresso Nacional e que, por isso, cometeram um claro ato de indisciplina partidária. Como já observamos, contraditoriamente a tal parecer, os votos da assim chamada oposição haviam sido decisivos para a aprovação da reforma. Ao tratar o tema das expulsões a partir de argumentos puramente formais, ignorando por completo o conteúdo da proposta enviada para o Congresso Nacional e as consequências deletérias que esta produziria sobre os direitos dos trabalhadores do funcionalismo público, o presidente do PT tentava conferir um caráter de neutralidade tanto à reforma da Previdência quanto à decisão do PT de expulsar os parlamentares, chegando mesmo a sugerir que o conteúdo dessas decisões

⁴²⁹ José Genoino. “Liberdade de opinião e disciplina partidária”. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1212200310.htm>

viabilizariam a inclusão e a justiça social no país.

Alguns anos depois, em livro depoimento, Genoino faria um mea-culpa, confessando que o PT deixou de formular uma agenda própria que fosse diferente da agenda do governo, o que resultou em prejuízos no diálogo com os movimentos sociais e na priorização ao jogo político institucional, caracterizada por ele como “absolutização da governabilidade institucional”.⁴³⁰

As celeumas provocadas pelas votações da reforma da Previdência estavam longe de atingir apenas o terreno dos partidos políticos, gerando fissuras intestinas no PT, processos de abortamento de críticos da política neoliberal das fileiras do partido e aproximações do PT com a oposição no Congresso Nacional. O campo sindical também passaria por tensões e conflitos por conta da reforma da Previdência e de outras reformas que constavam da “agenda” governamental, entre as quais, ganharam destaque as reformas sindical e trabalhista, constituindo aquilo que alguns analistas chamaram de “mudanças no cenário sindical”, “reconfiguração do movimento sindical” ou “novos desafios do sindicalismo”.⁴³¹

Essa reconfiguração do movimento sindical foi marcada pela ocorrência de dissidências no interior da CUT, por aproximações políticas entre as duas principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical, pela criação de novas centrais e pelo reconhecimento das centrais sindicais pelo Estado. Para fins de análise, procuraremos deixar de lado o último ponto, já que sua regulamentação ocorreu apenas no segundo mandato de Lula.

No que diz respeito às dissidências ocorridas no interior da CUT, é preciso observar que a polêmica em torno da reforma da Previdência e as discussões referentes à reforma sindical levaram a CUT ficar dividida em dois blocos no 8º. CONCURTO. De um lado, estavam aqueles que apoiavam o governo Lula, bloco formado pelas correntes Articulação Sindical (Artsind), CUT Socialista e Democrática (CSD) e Corrente Sindical Classista (CSC); de outro lado, encontravam-se aqueles que eram mais críticos ao governo, o bloco formado pelas correntes Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo (MTS), Alternativa Sindical Socialista (ASS) e O Trabalho.⁴³² Dessa cisão, surgiu, em março de 2004, a Coordenação Nacional das Lutas (Conlutas), formada principalmente pelos sindicalistas ligados ao MTS, vindo a ser fundada oficialmente em maio de 2006, num congresso que reunia delegados de sindicatos e dos movimentos populares e sociais.

⁴³⁰ José Genoino. *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda através das memórias de José Genoino* (depoimentos a Denise Paraná). São Paulo, Geração, 2006.

⁴³¹ Ver: Reiner Radermacher e Waldeli Melleiro. “Mudanças no cenário sindical brasileiro sob o governo Lula”. *Nueva Sociedad*, n. 211, 2007; Andréia Galvão. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”. *Outubro* – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 18, 2009; Ângela Maria Carneiro Araújo e Roberto Veras de Oliveira. “El sindicalismo brasileño en la era de Lula”. *Revista Trabajo*, ano 5, n. 8, 2011.

⁴³² Ver: Reiner Radermacher e Waldeli Melleiro. “Mudanças no cenário sindical brasileiro sob o governo Lula”, *op. cit.*

No plano sindical, ainda que a inserção dessa entidade estivesse longe de ocupar o mesmo protagonismo da CUT e da Força Sindical, é interessante observar que seu enraizamento ocorreria de maneira mais efetiva no setor público. Isso parece indicar que a Conlutas conseguiu capitalizar inicialmente as insatisfações de parte do funcionalismo público com as reformas neoliberais editadas pelo governo Lula. Nesse momento, também incorporou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, de base operária. Em maio de 2006, desvincularam-se da CUT os sindicalistas ligados à ASS e outros filiados ao PSOL, formando a Intersindical, que passou, nos anos seguintes, por novas cisões.⁴³³

Consideramos que as aproximações entre a CUT e a Força Sindical produziram efeitos mais visíveis para a conjuntura em questão. De acordo com Galvão, o governo Lula reduziu as diferenças entre as duas centrais. A autora alerta para o fato de que esse fenômeno já ocorria no governo FHC, visto que a CUT vinha aderindo ao sindicalismo-cidadão.⁴³⁴ A partir dessas mudanças pode-se entrever a participação das duas centrais sindicais em atos conjuntos ou em reivindicação de propostas comuns. A realização de megaeventos no 1º. de maio; a defesa do aumento salarial; a campanha de defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, sustentada pela CUT e pela FS, juntamente com outras centrais (CGT, SDS, CAT e CGTB), em 2004; a crítica das altas taxas de juros em 2005, entre outras bandeiras, passaram a coincidir na intervenção política das duas centrais.⁴³⁵ Ademais, chamamos a atenção para o fato de que o debate acerca da questão previdenciária fez aguçar na CUT a ideia de “lutar contra o capitalismo, utilizando as próprias armas do mercado”, formando-se, assim, uma espécie de “novo *ethos* sindical”.⁴³⁶ No que se refere à previdência complementar, Jardim observa que a CUT passou a defender essa bandeira valendo-se do discurso, com forte apelo social, de que a instituição dos fundos de pensão seria um mecanismo importantíssimo para combater a especulação e promover a inclusão. Isso configurava aquilo que essa autora chamou de “domesticação” e/ou “moralização” do capitalismo. No lugar de uma ordem social fundada na lógica do “lucro pelo lucro”, tais agentes estavam dispostos a ressignificar o mercado financeiro e a estabelecer a lógica do “lucro com responsabilidade social, ética e justiça social”.⁴³⁷

⁴³³ Sobre isso, ver: Mario Henrique Guedes Ladosky. *A CUT no governo Lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia (USP), 2010. Tais cisões levaram ao surgimento de duas organizações sindicais com o nome de Intersindical, sendo uma hegemonizada pela ASS, especialmente pelo Sindicato de Metalúrgicos de Campinas, e outra dirigida por setores do PSOL.

⁴³⁴ Andréia Galvão. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”, *op. cit.*, p. 181.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ Maria Chaves Jardim. “Fundos de pensão no Brasil: novo *ethos* sindical”. *Colóquio Internacional Saber e Poder*, Focus/Unicamp, 2008, p. 9.

⁴³⁷ Ver: Maria Aparecida Chaves Jardim. “‘Domesticação’ e/ou ‘moralização’ do capitalismo’ no governo Lula:

Da perspectiva da análise das classes sociais, os debates em torno da reforma da Previdência confirmam em parte o prognóstico de Singer acerca do processo de quebra de vínculos entre setores das classes médias e o governo Lula.⁴³⁸ Mais especificamente, consideramos que o processo de aprovação dessa reforma evidencia as insatisfações de setores da classe média, com presença maciça no funcionalismo público e com interesses duramente afetados pela reforma da Previdência. Tais segmentos da classe média foram justamente os que, dois anos depois, organizaram atos questionando a política econômica e os escândalos de corrupção presentes no governo federal. Esses atos, contudo, não se igualariam à crítica à corrupção realizada pelos setores da alta classe média, organizada, durante o início do segundo mandato de Lula, em torno do movimento que ficou conhecido como “Cansei” e expressando fortes elos com a crítica udenista, tradicional, à corrupção.⁴³⁹

Cabe ressaltar ainda que o debate mais polêmico acerca do conteúdo da reforma da Previdência e de sua relação com as classes sociais adviria do papel que passaram a cumprir os gestores de fundos de pensão das empresas estatais e semiestatais, num processo no qual os planos de previdência complementar seriam efetivamente institucionalizados pelo Estado brasileiro. Aqui, torna-se incontornável o debate suscitado pelo sociólogo Francisco de Oliveira acerca da “nova classe”. Para Oliveira, a constituição dos fundos de pensão, especialmente dos fundos de entidades estatais e semiestatais, teria feito surgir a figura dos gestores desses fundos, que formariam a “nova classe”, tendo em vista os seguintes fatores identitários: possuírem objetivos comuns, advindos do controle exercido sobre o acesso aos fundos públicos – aqui, é bom salientar, o autor não confunde o controle do acesso a esses fundos com a apropriação do lucro privado –; formarem-se sob um novo consenso ideológico sobre o papel do Estado; serem o elo entre o sindicalismo dos trabalhadores e o mercado financeiro; e participarem dos conselhos de administração das empresas privatizadas.⁴⁴⁰ Posteriormente, esse autor reafirmaria a tese da

inclusão social via mercado e via fundos de pensão”. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, vol. 52, n. 1, 2009. Em outro artigo, a autora ainda discute o papel que exerceram os sindicalistas e ex-sindicalistas do setor bancário para a elaboração dessa proposta. Ricardo Berzoini, Luiz Gushiken e Adacir Reis estiveram à frente desse processo que abrangeu três momentos importantes: “Num primeiro momento, o papel de tal ‘elite sindical’ é o de desenvolver a crença em torno dos fundos de pensão; num segundo momento, trabalhar para a ‘reconversão’ de sindicatos e sindicalistas. [...] Finalmente, essa ‘elite’ busca colaborar na formação dos sindicalistas e na difusão dos fundos de pensão enquanto ideário de ‘moralização’ do capitalismo”. Ver: Maria Chaves Jardim. “Nova elite’ no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro”. *Sociedade e Estado*, vol. 24, n. 2, 2009, p. 365.

⁴³⁸ André Singer. *Os sentidos do lulismo...*, *op. cit.*

⁴³⁹ Para uma breve análise do caráter de classe e da ideologia do movimento “Cansei”, ver: Renato Nucci Jr. “Possíveis razões para a oposição de direita do governo Lula”, ago., 2007. Disponível em: http://resistir.info/brasil/a_oposicao_de_direita.html

⁴⁴⁰ Francisco de Oliveira. “O ornitorrinco” In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

“nova classe” e apontaria para o processo de “estatização do PT”, que teria levado a política a ser substituída pela administração e se tornado, dessa maneira, inviável.⁴⁴¹ Em outro artigo, Oliveira observaria que o desaparecimento da política seria resultante do processo de “absolutização” ou “autonomização” do mercado, ou melhor, de financeirização da economia.⁴⁴² Na verdade, ele sustenta que, com o governo Lula, o neoliberalismo passou a se estruturar como uma “dominação de classe sem política”, concluindo que estaria em curso não a definição de uma nova hegemonia, mas de uma “dominação que se instaura pelo terror, diretamente, sem mediações”.⁴⁴³ No entanto, em texto mais recente, a negação da instauração de uma nova hegemonia e a explicação de que a dominação se estrutura fundamentalmente sob a lógica da coerção é substituída, como num passe de mágica, pela ideia de que se teria constituído, no Brasil, uma “hegemonia às avessas”, na qual o elemento “força”, de modo surpreendente, desapareceria, e os dominados passariam a exercer a “direção moral”, sem, com isso, questionarem a dominação burguesa e a exploração capitalista.⁴⁴⁴

A despeito de Oliveira apontar uma série de questões polêmicas para a análise da conjuntura do governo Lula, consideramos que sua análise não é consequente na argumentação para fundamentar a própria polêmica. Isso fica evidente nos seguintes aspectos: a) na ideia *non sense* de querer compatibilizar a formação da nova classe com o fim da política – o que sugere a ideia de que o governo Lula seria um governo marcado pela ausência dos conflitos e contradições de classe; b) nas vacilações em torno do uso do conceito de hegemonia, que, para a compreensão de uma mesma conjuntura, é empregado para designar o momento puro da coerção e do terror, e o momento puro do consentimento; c) no apego ao fetichismo da novidade, ao dar a entender que a transformação da política em administração teria origem no processo de estatização ocorrido com o PT, deixando, com isso, de atentar para o fato – já analisado por Miliband, no final dos anos 1960 – de que tal transformação não é um fenômeno que tem origem no PT, mas é típico do comportamento da “elite estatal” que cumpre a função política de reduzir ou dirimir os conflitos na sociedade capitalista.⁴⁴⁵

Acresce-se a essas observações, a crítica feita por Jardim à análise de Oliveira. Para essa autora, embora o mercado financeiro passasse a acolher certas reivindicações dos gestores dos

⁴⁴¹ Francisco de Oliveira. “O momento Lênin” In: Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo, 2007.

⁴⁴² Francisco de Oliveira. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil” In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Clacso, 2006.

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 287.

⁴⁴⁴ Francisco de Oliveira. “Hegemonia às avessas” In: Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

⁴⁴⁵ Ver: Ralph Miliband. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

fundos de pensão em pautas como “responsabilidade social, participação de pequenos acionistas na gestão dos fundos, investimento ético, fundos de investimentos éticos”, o poder de decisão dos gestores nas relações com os empresários seria bastante diminuto. Ou ainda, a ação desses gestores tenderia a ter mais consequências para o movimento sindical do que propriamente para o mercado financeiro.⁴⁴⁶

Iasi também critica a tese de Oliveira, concluindo que não estaria em processo a formação de uma nova classe social, já que o setor que fazia o gerenciamento dos fundos de pensão não possuía uma autonomia e uma posição específica na divisão social do trabalho. Para ele, esses gestores seriam meros “funcionários” dos verdadeiros protagonistas da cena: a burguesia monopolista, financeira, nacional e internacional. Nessa perspectiva, é que Iasi procuraria situá-los como membros de uma “velha classe”: a pequena burguesia.⁴⁴⁷ Esse autor considera que a qualificação desse setor como pequeno-burguês tem relação com o fato de que o próprio PT passou a ser hegemônico por uma orientação pequeno-burguesa e que a base de apoio a essa orientação poderia ser encontrada na burocracia sindical e partidária.⁴⁴⁸

De modo distinto dos autores analisados, entendemos que as transformações ocorridas no sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, em especial, as ocorridas no âmbito da burocracia das entidades representativas dos trabalhadores assalariados não fez surgir nem uma nova classe social, tampouco traduziu os interesses de uma pequena burguesia. Na verdade, consideramos que tais transformações, resultantes de um processo de moderação política e de aprofundamento da relação de parte do sindicalismo dos trabalhadores com a grande burguesia interna – e não necessariamente com a burguesia financeira internacional –, permitem-nos observar a emergência de uma camada social no seio da classe dos trabalhadores assalariados. Engels e Lenin chamaram essa camada social de “aristocracia operária” ou “aristocracia da classe operária”. Hobsbawm preferiu denominá-las “aristocracia do trabalho” para dar conta de um fenômeno não restrito à classe operária. De nossa parte, preferimos qualificar essa camada social como “aristocracia dos trabalhadores assalariados”, devido a ela associar-se aos setores mais dinâmicos da economia capitalista e abranger trabalhadores operários e de classe média. Enquanto camada social, a aristocracia dos trabalhadores assalariados não lograria atuar na conjuntura como força social, tal como a burocracia estatal. Embora seja possível observar a presença de membros dessa camada social na equipe do governo Lula – como foi o caso do ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, que

⁴⁴⁶ Maria Chaves Jardim. “Fundos de pensão no Brasil: novo ethos sindical?”, *op. cit.*, pp. 23-24.

⁴⁴⁷ Mauro Iasi. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

passou a exercer a função de Ministro do Trabalho, a partir da crise política de 2005 –, consideramos que o papel que desempenharam enquanto membros da burocracia estatal não se iguala à função que exerceram enquanto dirigentes sindicais. No caso brasileiro, a constituição dessa camada social tem se consolidado nos sindicatos com maior capacidade de organização política e maior poder de pressão nas negociações com os patrões, em especial, entre os sindicalistas do setor bancário, petroleiro e metalúrgico. Justamente, nesses segmentos, encontramos trabalhadores com maior presença na burocracia sindical das centrais e confederações sindicais, inseridos nos principais processos negociais com governos e empresários, sobre as políticas para a reprodução da força de trabalho, e mais inclinados a sustentar uma aliança com a grande burguesia interna.

Na análise da composição dos cargos de presidente das duas principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical, é possível entrever a influência desses segmentos. Desde sua fundação, já passaram pela direção da CUT: três metalúrgicos (Jair Meneguelli;⁴⁴⁹ Vicente Paulo da Silva, Vicentinho; Luiz Marinho); um professor da rede pública (João Felício); um eletricitário (Artur Henrique) e um bancário (Vagner Freitas, atual presidente). No caso da Força Sindical, seus três presidentes foram metalúrgicos (Luiz Antônio Medeiros; Paulo Pereira da Silva, Paulinho; Miguel Torres, atual presidente). Certamente, a simples indicação desses nomes não nos permitiria analisar o papel político que cumpriram frente ao sindicalismo. No entanto, consideramos que a presença de determinadas categorias na presidência das principais centrais sindicais brasileiras nos oferecem pistas para refletir sobre a importância que possuem para os rumos do movimento sindical no país.

Foi sob a influência do sindicalismo das categorias acima mencionadas que se forjou o chamado sindicalismo “prestador de serviços” ou de “negócios”. Isso demonstra claramente a possibilidade de certos segmentos prescindirem das legislações social e trabalhista, já que os salários e rendimentos obtidos por esses sindicatos para os trabalhadores ultrapassam os ganhos obtidos pela imensa maioria de trabalhadores que não logram alcançar o mesmo grau de organização de suas categorias.⁴⁵⁰ Não por acaso, justamente esses setores foram os primeiros a assumirem as seguintes práticas:

a) apoiar a participação dos sindicatos dos trabalhadores nos fóruns tripartites de negociação com

⁴⁴⁹ Jair Meneguelli ficou conhecido nos anos 1980 e início dos anos 1990 por presidir o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a própria CUT e liderar importantes greves, passando a ocupar o mandato de deputado federal entre 1995 e 2002. Desde 2003, o ex-sindicalista preside o Conselho Nacional do SESI, instituição ligada às empresas do ramo da indústria que é responsável por cursos de requalificação profissional.

⁴⁵⁰ Sobre essa questão ver: Armando Boito Jr. “A grande ilusão da elite sindical” (entrevistado por Otto Filgueiras). *Gazeta Mercantil*, 13 out. 2004.

empresários e governos, entre os quais, destaca-se a participação no Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), através do qual os sindicalistas passaram disputar recursos para realizar cursos de requalificação profissional, legitimando o discurso de que a causa de desemprego é de responsabilidade do trabalhador e desviando os trabalhadores da luta em prol do ensino profissionalizante público e de qualidade;⁴⁵¹

b) promover processos de negociação, nas câmaras setoriais, com os empresários, destacando-se a câmara do setor automotivo, no início dos anos 1990; e fomentar o cooperativismo como forma de geração de renda e trabalho para os trabalhadores desempregados, assumindo, assim, atribuições típicas do Estado na garantia de direitos;⁴⁵²

c) difundir a prática de “flexiprecarização” da legislação trabalhista, por meio de expedientes como: a aceitação da PLR, instituída na forma da lei – o que constitui uma política de estímulo à produtividade dos trabalhadores que, em troca de rendimentos obtidos por fora da relação salarial, tornam-se cada vez mais inseridos na lógica do trabalhador “colaborador”, isto é, numa espécie de pertencimento à empresa, sendo levados a se sentirem como patrões de si mesmos, na medida em que, produzindo mais, podem auferir maiores ganhos no final de ano;

d) implementar o banco de horas nas empresas, praticamente neutralizando a aplicação de um direito social adquirido – a hora extra – em nome da construção de um tipo de jornada de trabalho pela qual os trabalhadores ficam reféns das demandas do mercado e já não podem mais planejar seus momentos de descanso e de convívio social fora do universo da empresa;

e) fomentar a difusão dos fundos de pensão no país como forma de privatizar a Previdência pública, atrelar a burocracia sindical ao papel de gestora empresarial e propiciar a participação dos sindicalistas gestores dos fundos de pensão nos conselhos de administração das grandes empresas e do BNDES;⁴⁵³ e, mais recentemente,

f) defender o Acordo Coletivo Especial, que dá primazia do negociado sobre o legislado, tornando os trabalhadores desamparados da legislação social nas negociações localizadas com os patrões.

⁴⁵¹ Sobre o assunto, ver: Sandra Regina Zarpelon. *A esquerda não-socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2003.

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ Sobre a importância do papel dos fundos de pensão das estatais (Previ – fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil; Petros – fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás; e Funcef – fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal) para a configuração das aglomerações locais de proprietários de empresas, ver: Sérgio G. Lazzarini. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

É possível caracterizar os dirigentes sindicais dessas categorias profissionais como membros da aristocracia dos trabalhadores assalariados, porque assumem politicamente posição de classe burguesa, sem, com isso, pertencerem à burguesia. Fazendo uso de expressão de Poulantzas, tais trabalhadores são “franjas-limites” de classe que podem influir na prática política do conjunto dos trabalhadores assalariados e, ao mesmo tempo, funcionar como funcionários da burguesia.⁴⁵⁴ Nesse sentido, é importante salientar que, num processo de reformas do modelo neoliberal, a existência dessa aristocracia dos trabalhadores assalariados cumpre um papel fundamental para levar adiante as políticas de interesse da grande burguesia interna, formando uma frente política com esta, na luta contra o neoliberalismo extremado, ou ainda, contra as políticas que visam tão somente atender os interesses da grande burguesia financeira internacional. Esse ponto é decisivo para compreendermos uma série de ações conjuntas promovidas por federações patronais, entre elas a Fiesp, e as principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical, especialmente nos atos que tinham como principal bandeira a crítica dos juros altos e dos *spreads* bancários. A confluência política dessas organizações é um dos elementos fundamentais para se entender o apoio concedido ao presidente Lula no momento mais crítico de seu primeiro mandato e o motivo pelo qual o processo de reformas do modelo neoliberal só tenha se tornado viável nos anos 2000 no Brasil.

⁴⁵⁴

Nicos Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, op. cit.

CAPÍTULO 4 – NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE DO PARTIDO DO GOVERNO (PT) EM 2005

“É fundamental apurar as denúncias, mas não à custa de deter as forças que impelem o crescimento”
(Paulo Skaf, presidente da Fiesp, agosto de 2005)

A crise política deflagrada em meados de 2005 e que se estendeu até meados de 2006 não pode ser deslocada do processo de reformas do capitalismo neoliberal, das contradições de classe decorrentes desse processo e do fenômeno da emergência da grande burguesia interna como força social.

No contexto do primeiro governo Lula, os interesses da grande burguesia interna passaram a se acomodar no núcleo hegemônico do bloco no poder e a ser representados pelo partido do governo, o PT. Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, tal fração de classe já vinha se configurando como fração reinante desde, pelo menos, as eleições de 2002. O processo de crise de representação política transformou o PT do governo num representante da grande burguesia interna. Isso se evidenciou pela própria composição inicial dos ministérios do governo Lula, abrigando alguns de seus representantes, tais como: Furlan, Rodrigues, Dirceu e Mantega; pelo apoio concedido por lideranças petistas, em especial, do senador Aloizio Mercadante, à candidatura vitoriosa do empresário Paulo Skaf para a presidência da Fiesp; e, sobretudo, por uma série de medidas governamentais favoráveis à burguesia interna. Entre estas, destacam-se as seguintes: a queda das taxas de juros (Selic e TJLP), os incentivos governamentais à exportação e ao processo inicial de internacionalização das empresas brasileiras, a aprovação da Lei das PPPs, a derrubada da proposta de autonomia operacional do BC e a substituição de Palocci por Mantega no Ministério da Fazenda.

A composição da equipe ministerial, a forma de implantação da política estatal e, principalmente, o conteúdo dessa política marcavam as contradições existentes entre os interesses da grande burguesia interna e da burguesia associada, sem, com isso, contribuir para deflagrar um processo de politização das massas populares.

A conjuntura do primeiro governo Lula era diversa da conjuntura do governo Collor. Nesta, a burguesia brasileira: a) esteve acuada pelas pressões das potências imperialistas e pela presença de um sindicalismo combativo e classista – embora o sindicalismo propositivo já se encontrasse em processo de gestação, nesse período; b) alinhou-se, aos interesses da burguesia imperialista, por fragilidade política e por temor do avanço das lutas populares; e c) defendeu,

ainda que seletivamente, a implantação do neoliberalismo. Já na conjuntura do primeiro governo Lula, o imperialismo dominante – o imperialismo estadunidense – passou a enfrentar dificuldades políticas diante do processo internacional de desgaste do neoliberalismo; as relações de comércio de mercadorias estabelecidas entre o Brasil e outros países fora do eixo EUA-União Europeia se ampliaram, ganhando destaque as relações com a China e os países latino-americanos; a ALCA foi arquivada; ocorreu um refluxo do movimento sindical, sendo o protagonismo das lutas sociais assumido pelos movimentos de luta pela terra, através das pressões que faziam pela realização da reforma agrária; e, em decorrência deste refluxo, consolidou-se um sindicalismo mais afinado com a via negocial com patrões e governos, tornando-se peça chave para a grande burguesia interna forjar e dirigir uma frente política em prol de reformas no modelo neoliberal.

A crise do partido do governo teve estreitas relações com o processo de estatização do PT ocorrido ao longo dos anos 1990 e intensificado com a chegada de Lula ao governo federal, o que aprofundou a adesão passiva do PT ao capitalismo neoliberal.⁴⁵⁵ Não nos referimos apenas a um fenômeno no qual um partido com forte enraizamento sindical e popular passou a reproduzir, em sua organização interna, a lógica burguesa de funcionamento da política, combinando, em suas decisões internas, democracia parlamentar e compartimentação vertical de tipo militar –⁴⁵⁶ o que implicou a construção de uma série de mecanismos que permitiram e justificaram o descolamento das decisões tomadas pela direção em relação aos anseios das bases partidárias –, mas indicamos um fenômeno que produziu efeitos no próprio comportamento do partido do governo quando este restringiu sua atuação à lógica da política de classe dos interesses que reinavam sobre a cena política e sobre o bloco no poder, e deixou de organizar e politizar as classes populares com as

⁴⁵⁵ Francisco de Oliveira foi um dos primeiros a indicar a existência desse processo de estatização do PT. No entanto, faz-se necessário relacionar essa estatização com a crise de representação política a partir da qual o PT tornou-se porta-voz dos interesses da grande burguesia interna no âmbito da cena política. Entendemos que é possível utilizar a ideia de estatização do PT como contraponto ao enfoque institucionalista de matriz conservadora que concebe a existência, sob o governo Lula, de um processo de aparelhamento do Estado pelo PT, o que teria levado o partido a quebrar a regra supostamente democrática de funcionamento do presidencialismo de coalizão, isto é, de repartição de “poder” com outras agremiações partidárias, abrindo espaço assim, para o surgimento do escândalo do mensalão. Ora, depositar as causas da crise de 2005 no aparelhamento do Estado pelo PT não é só superestimar o significado da ascendência do partido sobre a composição dos altos cargos do Estado, como também ignorar o conteúdo das alianças constituídas pelo PT na conjuntura em questão. Como já indicamos neste trabalho, em diversas situações, o governo Lula contou inclusive com o apoio da chamada oposição para a aprovação de matérias no Congresso Nacional. Isso significa que compreender a cena política, a partir do mero jogo de siglas partidárias, redundaria num tipo de análise limitada que entende as instituições como desencarnadas de relações sociais, ignorando-se, com isso, o conteúdo da política que permite a referida aliança. Ver: Francisco de Oliveira. “Momento Lenin”, *op. cit.*; sobre a questão do aparelhamento como causa da crise de 2005, ver: David Samuels. “A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT” In: Vitor Amorim de Angelo; Marco Antonio Villa (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, EDUFSCar, 2009.

⁴⁵⁶ Para uma análise do partido enquanto aparelho de Estado burguês, ver: Louis Althusser. *Lo que no puede durar en el Partido Comunista*. Madri, Siglo Veintiuno, 1978.

quais possuía vínculo, na perspectiva de garantir ações autônomas em relação à ação estatal.

Ao procurar realizar reformas no modelo neoliberal com o apoio dos partidos de patronagem, o partido do governo sofreu resistências da grande burguesia internacional, e isso fez vir à tona a crise política que produziu fortes efeitos sobre o PT. Quando a crise política estourou, tornaram-se evidentes esses conflitos intraburgueses e os interesses de classe que o partido do governo passaria a representar: os interesses da grande burguesia interna. Para analisar essa conjuntura, é preciso observar as diferenças existentes entre o PT enquanto organização política e o PT enquanto partido do governo. Apesar do progressivo processo de apassivamento do PT ocorrido ao longo dos anos 1990, levando o partido a abandonar sua perspectiva classista e aderir à lógica do PT é “bom de governo” ou do governo para todos, seus vínculos históricos com as lutas sociais e com amplos setores do movimento sindical e popular despertariam muita desconfiança nas classes dominantes e em segmentos das classes médias no país. Não foi por acaso, portanto, que, durante o primeiro mandato de Lula, o PT tenha sido acusado de querer aparelhar o Estado com a acomodação de suas lideranças nos cargos federais. Com todas as concessões que o partido fez à ordem burguesa, o partido ainda permanecia vinculado a amplos segmentos das classes trabalhadoras, e, no plano da luta ideológica, isso tem relevância. No entanto, cabe analisar a outra dimensão do PT: a de sua atuação como partido do governo numa formação social na qual a função governativa dos partidos políticos é bastante reduzida. Foi a aproximação do partido do governo com os interesses da grande burguesia interna que tornou possível, ainda que de maneira limitada, a realização de reformas no modelo neoliberal, para desagrado da burguesia imperialista. O PT passaria por uma crise política, em 2005, por representar os interesses da grande burguesia interna no governo. Isso produziu efeitos sobre a vida política do próprio partido, pois a burocracia estatal que implantou as referidas reformas, assumiu o papel de colonizar as decisões tomadas pelas principais instâncias de deliberação do PT, neutralizando as possibilidades de ação autônoma do partido, particularmente, da burocracia partidária, em relação ao governo. Tal processo de colonização das decisões partidárias pela burocracia estatal lotada no governo Lula indica que quem, de fato, tomava as principais decisões políticas não era o partido, mas os membros da burocracia estatal vinculados ou não ao PT, com influência no processo de implantação da política governamental, agindo em nome de seus interesses, sem necessidade do consentimento das bases partidárias e das instâncias de deliberação do próprio partido.

Em linhas gerais, é possível dizer que a crise do partido do governo, assim como a crise do governo Collor, enquadram-se no rol de crises políticas positivas para as classes dominantes,

com a diferença de que, no caso mais recente, o grau de despolitização chegou a níveis mais expressivos. O que se presenciou, na verdade, foi uma divisão no seio da esquerda: CUT, MST e UNE mobilizaram-se para criticar alguns pontos da política econômica e a corrupção, mas também para defender o presidente Lula; já o PSOL e o PSTU organizaram manifestações para criticar o governo Lula e a corrupção em seu governo e no Congresso Nacional, não acenando para a defesa do presidente Lula. Paralelamente, existia uma incapacidade dos setores de oposição de direita de desgastarem o governo Lula a ponto de obterem base social para pedir o *impeachment* de Lula ou de inviabilizar a candidatura deste, no pleito presidencial de 2006, para a Presidência da República. Observamos, ademais, que tanto as correntes de esquerda e centro-esquerda, como os setores da oposição de direita não conseguiram organizar protestos de rua massivos e de alcance nacional, tal como presenciados em 1992.

1. O preâmbulo da crise e a desarticulação política do governo Lula

Para caracterizar, portanto, a crise do partido do governo, que teria seu ponto culminante nas denúncias de corrupção feitas pelo deputado do PTB e membro da base aliada ao governo, Roberto Jefferson, faz-se necessário observar algumas questões palpitantes na conjuntura que precedeu o momento mais crítico da crise.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que é preciso inverter o raciocínio dos ideólogos da decantada “governabilidade” segundo o qual foram as alianças que determinaram as preferências de política econômica e social do governo Lula. Consideramos que foi a definição da política econômica e social que determinou o campo de abrangência das alianças. Seriam justamente as tensões entre as forças políticas que propunham reformas no modelo neoliberal e as que resistiam a tais reformas que, no fundamental, explicariam as dificuldades do governo Lula em articular-se politicamente junto à base aliada no Congresso Nacional.

O governo Lula iniciou o primeiro ano com uma aliança que compreendia os seguintes partidos: PT, PL, PCdoB, PSB, PTB, PDT, PPS, PCB e PV. Em abril de 2003, o PPB, que havia apoiado Serra no pleito presidencial de 2002, mudaria o nome, em Convenção Nacional, para PP e, em seguida, tornar-se-ia um dos partidos aliados do governo federal, mesmo não recebendo nenhum cargo no primeiro escalão deste. Em dezembro de 2003, o PDT sairia oficialmente da base aliada, com fortes críticas à política neoliberal implementada pelo governo, embora o

ministro Miro Teixeira, ligado a esse partido, tenha deixado o cargo apenas no final de janeiro do ano seguinte. Ao longo do segundo semestre de 2003, o então presidente do PDT, Leonel Brizola, havia publicado uma série de artigos, na grande imprensa, denunciando o caráter conservador da política econômica do governo Lula. Em um deles, chegou a fazer a seguinte denúncia:

Tal como Fernando Henrique, Lula, desde o primeiro dia, dedicou-se a fazer aquilo que, em campanha, jamais disse que iria fazer. Não foi pela vontade do povo brasileiro que seu Governo dedicou todas as suas energias e força política a taxar os aposentados, arrochar os trabalhadores públicos e privados, anistiar os sonegadores da Previdência, adular o "mercado", aumentar os juros e os impostos e endividar mais ainda o país. A vontade do povo brasileiro era ter mais escolas, mais salário, mais saúde, mais direitos, mais empregos e mais soberania para nosso país.⁴⁵⁷

No final de 2003, as tratativas em torno da aliança com o PMDB consolidaram-se. Sabe-se que, mesmo antes de Lula chegar ao governo federal, José Dirceu vinha sustentando a necessidade de o PT formar uma aliança com o PMDB. No entanto, é preciso observar que a concessão de apenas dois ministérios a esse partido – Previdência Social (Amir Lando) e Comunicação (Eunício Oliveira) – estava longe de garantir ao governo federal o apoio efetivo do PMDB, que contava com uma das maiores bancadas no Congresso Nacional: a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e a maior bancada no Senado Federal.

As dificuldades do governo federal de promover reformas no modelo neoliberal e contemplar os interesses materiais da base aliada adensaram as insatisfações e as pressões sobre o governo em 2004. Entregue à lógica de geração de *superávit* primário, o governo Lula imprimiu uma política de cortes no orçamento, criando óbices à aprovação de emendas de parlamentares. Comparando as conjunturas dos anos de 1996 e 1997, que antecederam as denúncias de compra de votos da emenda da reeleição, e dos anos de 2003 e 2004, que foram a antessala das denúncias de Roberto Jefferson, o estudo elaborado por Miranda e outros indica que um dos motivos que diferenciaria os governos FHC e Lula na tentativa de evitar a instauração de CPIs estaria ligado à proporção de emendas parlamentares executadas por esses governos. Enquanto que o governo FHC chegou a executar, nos exercícios de 1996 e 1997, respectivamente, 40,9% e 64% dos valores aprovados de emendas parlamentares, houve uma redução significativa dessas taxas ao longo dos dois primeiros anos do governo Lula, que só logrou executar 18,5% (2003) e 36,9% (2004) dos valores aprovados de emendas parlamentares.⁴⁵⁸

⁴⁵⁷ Ver: Leonel Brizola. “Governo da decepção”, 16 out. 2003. Publicado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora* e *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/ultimo-tijolaco-artigo/governo-da-decepcao>

⁴⁵⁸ Geralda Luiza de Miranda; Sabino José Fortes Fleury; Marcelo Bernardes. “Governo, base aliada e crise política no Brasil”. *Revista do Legislativo* (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), n. 40, 2006.

Outro aspecto a ser salientado foi a discrepância existente entre o número de cadeiras ocupadas pelo PT na Câmara dos Deputados, cerca de 20%, e o número de assentos disponíveis ao partido nos ministérios: 60%. Como se sabe, tal qual a aprovação de emendas parlamentares, a composição ministerial é uma das moedas de troca utilizadas pelos governos brasileiros para compor alianças no Congresso Nacional. No entanto, o governo federal não logrou realizar uma política de distribuição de pastas ministeriais à base aliada. Somados os três elementos: manutenção da política neoliberal, baixa execução de emendas parlamentares e reduzida distribuição de pastas ministeriais, gerou-se um processo de desarticulação política no governo federal.

Em dezembro de 2004, o PPS aprovou, em Convenção Nacional, a saída do partido da base aliada do governo, prometendo entregar os cargos federais e o Ministério da Integração Nacional, ocupado por Ciro Gomes. O ministro encenou a renúncia do cargo, mas sob pressão de Lula e do governo federal, permaneceu no governo, filiando-se, em meados de 2005, ao PSB. O PPS saía da base aliada apresentando críticas à política econômica do governo Lula. Em entrevista realizada em maio de 2004, Roberto Freire, presidente nacional do partido, já indicava claramente sua insatisfação com a política macroeconômica do governo Lula, que, para ele, era uma continuidade do governo FHC:

no segundo turno, nós apoiamos o Lula, que imaginávamos que iria mudar essa política macroeconômica, [mas] não mudou. E aí a posição nossa é uma posição crítica e interessante porque ela foi feita em junho de 2003, quando o governo estava no auge da popularidade e ninguém mais ou menos contestava. Admitia que a coisa ia bem, ou imaginava que, em algum momento, poderia ter alguma correção de rumo, mas ali em junho a gente já dizia que aquilo que foi prudente quando da posse, em função da crise cambial, do surto inflacionário, da necessidade de demonstrar que o governo deveria ter o respeito, porque era um governo sério e não iria fazer nenhuma ruptura, aquela prudência, em junho já começava a ficar demonstrado que era uma adesão [à política econômica anterior].⁴⁵⁹

Ao mesmo tempo em que o PPS tomava a decisão de se retirar da base aliada do governo Lula, o PMDB passava por fortes tensões internas que o levavam a debater também sua saída do governo no final de 2004. Apesar de a grande imprensa abordar essas disputas internas ao PMDB como um conflito entre governistas e oposicionistas, não há evidências empíricas que comprovem a formulação de uma proposta de efetiva ruptura com o governo. Na verdade, tais disputas indicavam a iniciativa de alguns setores do PMDB de pressionarem o governo por mudanças na política econômica, pela obtenção de mais cargos no primeiro escalão da equipe

⁴⁵⁹ Ver: Roberto Freire. *Programa Roda Viva da TV Cultura*, exibido em 24 maio 2004. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/788/entrevistados/roberto_freire_2004.htm

governamental e também pela ampliação de verbas federais às emendas apresentadas pelo partido no Congresso Nacional. O grupo que fazia esse tipo de pressão era liderado pelo presidente nacional do partido, Michel Temer, e pelos presidentes do partido nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, Orestes Quércia e Anthony Garotinho.

Na proposta de reforma ministerial, o governo Lula prometia ceder um terceiro ministério ao PMDB a fim de neutralizar as iniciativas do grupo que exigia que esse partido saísse do governo. No entanto, por solicitação e convocação de uma dezena de diretórios estaduais, o PMDB realizou uma Convenção Nacional, no dia 12 de dezembro de 2004, para debater e aprovar o desligamento do PMDB da base aliada do governo Lula. As forças mais alinhadas ao governo federal, como os senadores Renan Calheiros (AL) e José Sarney (AP) e uma série de outros diretórios estaduais tentaram boicotar a realização da Convenção Nacional que aprovou com mais de 50% dos votos a saída do governo. Os setores “governistas”, porém, conseguiram anular tal decisão do partido, dando entrada a uma liminar no STJ – que foi, posteriormente, arquivada por esse tribunal –, indicando irregularidades no processo de convocação da Convenção Nacional que, segundo o Estatuto do PMDB, deveria ter sido feita pela Executiva Nacional e não pelos diretórios estaduais, aos quais estava assegurado apenas o direito de solicitar a convocação, desde que conseguissem reunir o número mínimo de dez diretórios. Tal episódio aprofundou as cisões no interior do PMDB, que não logrou ampliar o número de pastas ministeriais com a minirreforma realizada pelo governo federal, em março de 2005 – através da qual Paulo Bernardo Silva (PT-PR) foi alçado à condição de ministro do Planejamento e Romero Jucá (PMDB-RR), ao cargo de ministro da Previdência Social, em substituição ao colega de partido Amir Lando.⁴⁶⁰

Na virada de 2004 para 2005, armou-se uma estrutura de pressões de membros da base aliada sobre o governo federal, questionando o caráter conservador da política econômica vigente e buscando chantageá-lo, em troca de cargos e verbas federais, com o anúncio de desligamento do governo e de apresentação de candidatura própria nas eleições presidenciais de 2006. Além disso, tais forças políticas demonstravam estar descontentes com o forte predomínio do PT no primeiro escalão governamental – política, aliás, que foi alterada durante o segundo mandato, quando ocorreu uma diminuição significativa da presença do PT na equipe ministerial. É importante salientar que tal predomínio do PT nos ministérios estava muito distante de se

⁴⁶⁰ Romero Jucá ocupou o cargo de ministro da Previdência Social entre os meses de março e julho de 2005, sendo removido do Ministério após várias denúncias divulgadas pela grande imprensa, atestando seu envolvimento com práticas de corrupção, tais como: desvio de dinheiro público, pagamento de propina, etc.

caracterizar como uma forma de aparelhamento do Estado pelo partido.

O fato político mais importante que antecedeu o ponto culminante da crise política, iniciada em meados de 2005, foi a eleição do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara dos Deputados no mês de fevereiro do mesmo ano. Tal fato viria a confirmar o processo de erosão da base aliada do governo e somar-se ao rol de insatisfações dessa base com os rumos da política econômica. Em meio às cizânias resultantes dos efeitos da política econômica e da ausência de iniciativa do governo federal para promover uma efetiva reforma ministerial que acomodasse os partidos de aluguel aliados, o PT dividiu-se na disputa para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Rompendo com a tradição dessa casa legislativa, segundo a qual o partido com maior bancada indicaria o presidente da Câmara Federal, o PT acabou lançando dois candidatos: o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, indicado pela cúpula do governo e do PT e que se empenhava, na época, para aprovar uma lei flexibilizando o conceito de trabalho escravo – para regozijo da bancada ruralista –, e o deputado Virgílio Guimarães, indicado pela base e ameaçado de expulsão do partido por contrariar as decisões da cúpula e apresentar-se como candidato avulso, e que acabou sendo suspenso, por um ano, a partir de maio de 2005. Tal cisão no partido do governo acabou sendo explorada por uma figura de pouca expressividade na Câmara Federal: o deputado federal Severino Cavalcanti (PP-PE), caracterizado pela grande imprensa e pelo núcleo duro do governo como um personagem folclórico, pitoresco, fisiológico e representante das forças políticas mais arcaicas no país.⁴⁶¹ Após a vitória de Cavalcanti, alguns dirigentes do PT procuraram atenuar a crítica ao presidente da Câmara Federal eleito, sustentando que ele representava a terceira candidatura do governo federal no pleito em questão, tendo em vista que Cavalcanti pertencia ao PP, que, na época, pertencia à base aliada do governo Lula, mesmo não possuindo nenhuma pasta ministerial. Os dirigentes petistas que criticavam Cavalcanti, somados aos membros do núcleo duro do governo e à grande imprensa, ao atacarem essa candidatura a partir de uma retórica anedótica, agregavam esforços para combater a figura de um dos representantes dos pequenos e médios empresários, que vinham tendo seus interesses vilipendiados pela política econômica editada por Palocci, Meirelles e seus consortes.⁴⁶²

⁴⁶¹ A caracterização de Cavalcanti como uma figura caricatural e anedótica pelos órgãos de imprensa, em especial, pelas revistas *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *Istoé*, foi analisada por: Diana Teixeira Barbosa. *Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (UnB), 2006.

⁴⁶² A relação entre a eleição de Severino Cavalcanti e as insatisfações da pequena e média burguesias com a política do capital financeiro foi analisada primeiramente por: Armando Boito Jr. “A eleição de Severino Cavalcanti e a operação cortina de fumaça”. *Espaço Acadêmico*, n. 46, mar. 2005. [Disponível em:

O deputado Severino Cavalcanti apresentava-se como um representante do pequeno e médio capital, na conjuntura em questão, por ter participado de atividades políticas, juntamente com várias associações comerciais que haviam sido penalizadas pela MP 232/2004, que ampliara de 32% para 40% a base do cálculo para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas prestadoras de serviços tributadas sobre o lucro presumido.⁴⁶³ A relação constituída por Cavalcanti e os empresários ligados às associações comerciais gabaritava-o para barrar a aprovação dessa matéria no Congresso Nacional. Assim, sua candidatura acabava atraindo para si, além dos parlamentares que se identificavam com os interesses do pequeno e médio capital, todos aqueles que expressavam insatisfação com o conteúdo da política econômica. O discurso de Cavalcanti pronunciado na abertura dos trabalhos do Legislativo, em 2005, continha elementos que incomodavam aqueles que queriam deixar intocados os interesses do grande capital, em particular, os da grande burguesia financeira. Nessa ocasião, Cavalcanti manifestou duras críticas à ação legiferante do Executivo de editar medidas provisórias e neutralizar o papel do Congresso Nacional de legislar, o que o levou a sustentar uma posição mais pró-ativa e independente do Legislativo diante do Executivo. Na prática, tal posicionamento implicava o questionamento dos superpoderes confiados ao núcleo duro da equipe governamental, que executava a política de interesse da grande burguesia financeira. Cavalcanti foi mais além nas críticas, sustentando que, porquanto não conseguisse tirar do COPOM a prerrogativa exclusiva de decidir sobre a política de juros, iria convidar o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre as decisões que vinham tomando no COPOM, em especial, em relação aos aumentos das taxas de juros “draconianamente impostos à sociedade brasileira” e que penalizavam o setor produtivo no país.⁴⁶⁴ Na esteira das críticas ao monetarismo, Cavalcanti também se pronunciou contra a autonomia do Banco Central.⁴⁶⁵ O pronunciamento de Cavalcanti em defesa do setor produtivo não deixa dúvidas sobre o folclore que ele queria difundir: “Não vou aceitar que a classe produtiva seja prejudicada. Quero ser intérprete dos que trabalham pela geração de empregos e pelo desenvolvimento econômico”.⁴⁶⁶ Tal discurso de Severino Cavalcanti estava

<http://www.espacoacademico.com.br/046/46cboito.htm>

⁴⁶³ Segundo a Receita Federal: “O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.”

Ver: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>

⁴⁶⁴ Severino Cavalcanti. “Íntegra da fala do presidente”. *Jornal da Câmara*, 28 abr. 2005, p. 3.

⁴⁶⁵ Sobre isso, ver: Severino Cavalcanti. “Presidente da Câmara propõe limites ao uso de medidas provisórias (Entrevista)”. *Jornal da Câmara*, 17 fev. 2005.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 4.

bem distante de agradar aqueles que se situavam nos bastidores do Congresso Nacional, isto é, os setores ligados à atividade improdutiva e que vivem dos rendimentos dos juros.

O protagonismo do novo presidente da Câmara, na conjuntura em questão, e a ausência de iniciativas do governo para acomodar os membros do PP numa pasta ministerial levaram esse partido a tomar a decisão, em Convenção Nacional realizada no início de abril de 2005, de se desligar da base do governo e atuar como partido independente no Congresso Nacional, ainda que não acenasse para se postar como oposição ao governo.⁴⁶⁷ Foi somente no contexto agudo da crise política que o governo Lula resolveu ceder às pressões do PP por cargos na esfera federal e substituir o reputado militante histórico do PT gaúcho, Olívio Dutra, por Márcio Fortes no Ministério das Cidades. Apesar de o PP manter a política aprovada na Convenção Nacional e de Fortes não ser filiado ao partido, ao menos chegava ao ministério por indicação do PP, por intermédio de Severino Cavalcanti. Cabe ressaltar, no entanto, que, em meio à crise política, a figura de Cavalcanti foi afetada por denúncia de que, na condição de primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, em 2001, o deputado do PP havia se aproveitado da prerrogativa de negociar contratos de uso dos espaços para estabelecimentos comerciais na Câmara e cobrado propina de um dos donos de restaurante para renovação de contrato. Tal episódio ficou conhecido como “mensalinho” e levou Cavalcanti a renunciar do cargo de presidente da Câmara dos Deputados em 21 de setembro de 2005. Na época, outros membros do PP foram denunciados por envolvimento no escândalo do mensalão, em especial: o líder do partido na Câmara dos Deputados, José Janene (PP-PR), que se afastou por licença médica e depois foi absolvido; o deputado Pedro Henry (PP-MT), que também foi absolvido; e o deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que teve seu mandato cassado. Salientamos ainda que, com a saída de Cavalcanti, o governo conseguiu reassumir a presidência da Câmara dos Deputados pela eleição de um nome de maior confiança e vinculado aos interesses da grande burguesia interna: o deputado Aldo Rebelo (PCdoB), que venceu, por uma diferença de apenas 15 votos, o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) no segundo turno da disputa. Resta-nos lembrar que, há poucos dias dessa eleição da

⁴⁶⁷ Um pouco antes do desligamento do PP, o PCB aprovou o rompimento com o governo Lula, em seu XIII Congresso Nacional, realizado no final de março em Belo Horizonte (MG). Tratava-se de uma ruptura pela esquerda, pois o governo Lula passava a ser caracterizado pelo PCB como um governo conservador, ou, como constam nas resoluções: “O PCB rompe com o governo Lula, em função de este governo estar a serviço do grande capital, não havendo no que se refere aos interesses dos trabalhadores a possibilidade de disputa em seu interior. Estaremos ao lado das lutas populares e não deixamos de apoiar pontualmente, se justo for, medidas que venham ao encontro das demandas dos trabalhadores e da soberania nacional. Não rompemos com o PT e os demais partidos do campo da esquerda que seguem apoiando o governo federal. Desejamos manter um relacionamento político intenso, com estas forças, em todas as frentes onde houver convergência de posicionamentos, incluindo, inclusive, a possibilidade de alianças eleitorais pela esquerda nos Estados e Municípios”. Partido Comunista Brasileiro. *Resoluções do XIII Congresso Nacional*. Belo Horizonte, mimeo, 2005, p. 48.

Câmara dos Deputados, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, liberou o montante de R\$ 500 milhões para atender emendas parlamentares individuais, configurando-se numa tática explícita de amealhar apoio político para Aldo Rebelo entre os parlamentares das mais diferentes correntes ideológicas do espectro político.

Com a eleição de Rebelo, o governo federal ganharia forças para dificultar a tática de sangria adotada pelos parlamentares da oposição de direita contra o governo. Pode-se questionar as implicações imediatas da eleição do deputado do PCdoB como solução para a crise política. No entanto, numa perspectiva de médio prazo, é possível entrever que a situação política enfrentada pelo governo federal, no final de 2005, era muito diferente da situação do começo do mesmo ano, uma vez que o governo começava a tomar iniciativas para promover realinhamentos político-partidários no Congresso Nacional e a recuperar forças para conter os efeitos da crise. A decisão de ampliar a representação do PMDB no primeiro escalão governamental, em meados de 2005, foi fundamental para a constituição de um realinhamento partidário no processo político em questão.

2. A deflagração da crise do partido do governo

A crise política seria efetivamente deflagrada a partir de matérias divulgadas pela revista *Veja*, imprensa de oposição ao governo, levando ao aprofundamento das cisões no interior da base aliada do governo federal e à abertura de duas CPIs. Em matéria publicada em 14 de maio de 2005,⁴⁶⁸ essa revista denunciou a existência de um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, envolvendo um de seus diretores, Maurício Marinho, e outros diretores indicados pelo PTB, que manteriam um processo escuso de licitação com algumas empresas, visando garantir benefícios a alguns diretores dos Correios e ao próprio PTB. Na denúncia, a *Veja* apontava o deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, como um dos artífices e organizadores do esquema. Na edição seguinte, Jefferson foi acusado de cobrar R\$ 400 mil de mesada do presidente da empresa estatal Instituto Resseguros do Brasil (IRB), o economista Lídio Duarte, para manter esse diretor no cargo e para garantir, com esse montante, o financiamento de campanha do PTB. Duarte ocupava a presidência da estatal por indicação do

⁴⁶⁸ Trata-se da matéria “O homem chave do PTB”, publicada no número 1.905 da revista, que circulou no dia 14 de maio, mas que tinha como data de capa o dia 18 de maio. Vale mencionar que as denúncias contra Roberto Jefferson foram precedidas pelas denúncias de corrupção envolvendo Romero Jucá (PMDB), que ocupava o ministério da Previdência, e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central.

adversário de Jefferson e líder do PTB, José Carlos Martinez, falecido em acidente aéreo em 2003. Pressionado desde então a pagar a mesada, Duarte pediu demissão, e seu cargo foi ocupado por um homem de confiança de Jefferson, Luiz Apolonio Neto. Na edição de 1º. de junho de 2005, a revista *Veja* noticiava o esquema de corrupção arquitetado por Jefferson e Apolonio Neto para garantir a Henrique Brandão, dono da seguradora Assurê e amigo pessoal de Jefferson, a preferência dessa empresa nos processos licitatórios do IRB com algumas importantes empresas estatais, como: Eletronuclear, Eletronorte, Infraero e Furnas. Tais relações seriam mediadas por diretores, assessores ou “laranjas” indicados por Jefferson.

Os efeitos dessas denúncias foram avassaladores, tendo em vista que fizeram ruir todo o castelo de cartas sob o qual se estruturava a distribuição de cargos e verbas federais entre os membros da base aliada. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 6 de junho de 2005, Jefferson denunciou a existência de um esquema de compra de votos, arquitetado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que, segundo a acusação, pagava uma mensalidade de R\$ 30 mil aos parlamentares do PP e do PL para que votassem favoravelmente às propostas do governo, daí advindo a criação de um neologismo por Jefferson que acabou dando nome à própria crise: “mensalão”. Nessa entrevista, o deputado explicitou as dificuldades do governo em pactuar e distribuir cargos federais: “É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso. Quem é pago não pensa”.⁴⁶⁹ Embora fizesse alusão à discussão de um projeto de governo, o discurso do deputado do PTB manifestava descontentamento com a “super-representação” do PT nos cargos federais e com a necessidade de seu partido ter de dividir as migalhas com outros partidos de aluguel da base aliada. O assim chamado “homem bomba” expressava na entrevista a própria lógica de funcionamento dos partidos de patronagem, entre os quais podemos também incluir o PTB – interessados na pilhagem dos recursos públicos, submetem os governos de plantão à chantagem política, especialmente quando o governo não lhes permite obter cargos e verbas federais. Eis aqui uma das causas da crise política deflagrada no governo Lula: a formação de uma coalizão governamental com partidos de patronagem. É interessante observar que a constituição da frente que dava sustentação política a tais interesses era demasiadamente frágil, porque se estruturou fundamentalmente em torno de um discurso difuso, exigindo reformas no modelo neoliberal, e materializou-se, no campo parlamentar, sob a lógica da distribuição de cargos e verbas federais.

⁴⁶⁹ Roberto Jefferson. “Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 6 jun. 2005.

Em meio a essas denúncias, a bancada parlamentar formada por sete deputados do PV anunciou o desligamento da base aliada do governo federal, para atuar de maneira independente. Através de nota pública, além de declarar apoio à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)⁴⁷⁰ dos Correios, a bancada do PV caracterizava a política ambiental como um “retrocesso” por não cumprir uma série de compromissos programáticos socioambientais, permitindo, a “importação de pneus usados”, a “legalização de transgênicos”, a execução do “projeto de transposição do São Francisco” e de uma “política industrial equivocada no Pantanal”, o “desmatamento de 26.130 km²”, a “morte por desnutrição de 38 crianças guarani-cauiás em Dourados”, caracterizada como resultante da ausência de uma política indigenista, e a concretização de “projetos para a construção de mais uma usina nuclear”.⁴⁷¹ De acordo com os parlamentares do PV, o que fortaleceu a decisão de sair do governo teria sido o anúncio pelo Ministério do Meio Ambiente do aumento de 6,2% dos índices de desmatamento na área da Amazônia Legal, no período 2003/2004. Na época, o único membro do PV que ocupava pasta ministerial era Gilberto Gil, ministro da Cultura, que havia chegado ao posto sem ser indicado pelo PV e permaneceu no cargo mesmo com o desligamento de sua bancada de parlamentares.

Diante desse quadro político no qual as cisões na base do governo se processavam com intensa velocidade, as condições objetivas para inviabilizar a abertura de CPMIs para apurar esquemas de corrupção no governo eram bastante reduzidas. É certo, no entanto, que o governo federal logrou assegurar relativo controle sobre as CPMIs ao indicar os nomes do senador Delcídio Amaral (PT-MS) e do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) para ocuparem as funções de presidente e relator, da CPMI dos Correios, instaurada no dia 9 de junho de 2005; e do senador Amir Lando (PMDB-RO) e do deputado federal Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), respectivamente, para presidente e relator da CPMI da Compra de votos, instaurada no dia 20 de julho do mesmo ano.

Entre as denúncias de corrupção, destaca-se a realizada por Roberto Jefferson para a edição de 12 de junho de 2005 do jornal *Folha de S. Paulo*. Em entrevista, Jefferson indicava os responsáveis pela compra de votos no Congresso Nacional. Primeiramente, denunciou Delúbio Soares, tesoureiro do PT, por usar dinheiro de empresas do governo e empresas privadas para pagar parlamentares no Congresso Nacional e também financiar campanhas eleitorais da base

⁴⁷⁰ Trata-se de Comissão Mista, pois envolve parlamentares das duas casas legislativas: do Senado e da Câmara dos Deputados.

⁴⁷¹ Ver: “Nota da Bancada Parlamentar do PV”. *Ata da 101ª. Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados*, 19 maio 2005, p. 170. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/extraord/ev190505.pdf> Parlamentares signatários da nota: Marcelo Ortiz, Edson Duarte, Leonardo Mattos, Jovino Cândido, Fernando Gabeira, Vittorio Medioli e Sarney Filho.

aliada. Marcos Valério foi acusado de ser o distribuidor de recursos, e José Dirceu, José Genoíno e Silvío Pereira foram apresentados como lideranças do PT que tinham pleno conhecimento do esquema e participado ativamente das negociações. No entanto, Jefferson poupou o presidente Lula de críticas.

A sequência de depoimentos coletados a partir dessas denúncias e das duas CPMIs promoveu uma avalanche de pedidos de demissão/renúncia de cargos, principalmente daqueles ocupados por conhecidos dirigentes petistas com presença nos ministérios ou na própria direção do PT, assim como de parlamentares dos partidos aliados ao partido do governo. Sem dúvida, foi a maior crise enfrentada pelo governo Lula e pelo PT em toda a sua história. Aqui, não queremos sugerir, como faz a imprensa marrom, que o escândalo de corrupção no governo Lula foi o maior de toda a história brasileira, pois desconhecemos a existência de um mecanismo de averiguação de corrupção (corruptômetro) que possa atestar, com base em critérios objetivos, a intensidade e a extensão da corrupção nos diferentes períodos históricos, de modo que possamos comparar os diferentes governos e indicar qual é o mais corrupto. Na verdade, essa ideia difundida pela grande imprensa foi o meio encontrado pela oposição para desgastar ou fazer sangrar o governo, enquanto se ocultavam os casos de corrupção publicamente conhecidos e existentes nos governos anteriores, apoiados pela mesma imprensa.

Embora seja importante mencionar os nomes dos principais acusados que abandonaram seus cargos, faz-se necessário entrever os aspectos históricos e organizacionais que levaram o PT, considerado, até então, o principal defensor da ética na política, a se envolver com práticas de corrupção, a garantir o financiamento de campanha por meio de recursos ilícitos não declarados à Receita Federal e a promover os interesses da grande burguesia interna através do apoio dos partidos de patronagem (PL, PP e PTB).

De acordo com Saes, a existência de corrupção nos partidos social-democratas, em geral, e no PT, em particular, decorreu dos seguintes fatores: da adesão desses partidos à estratégia pacífica de transição ao socialismo – isso os levou a aderirem à lógica de funcionamento do Estado burguês que “determina que todos os meios são válidos para a conquista e o exercício do poder de Estado, mormente a corrupção, a fisiologia, o cartorialismo, o empreguismo, etc.”⁴⁷²; e da opção pela estrutura federativa, não centralizada, abrindo espaço para que as instâncias deliberativas superiores, os dirigentes nacionais, a bancada parlamentar, etc. passassem a agir com liberdade, sem se submeterem a qualquer tipo de controle da base, deslizando, assim, mais

⁴⁷² Décio Saes. “As razões da crise atual”, *op. cit.*, p. 2.

facilmente para a corrupção, independentemente do perfil moral original de suas lideranças.⁴⁷³ No que se refere ao financiamento ilícito das campanhas eleitorais, Saes observa que a questão principal a ser debatida é menos a sonegação fiscal e mais o fato de os doadores de campanha submeterem os receptores à chantagem política:

A partir do momento em que a estratégia política de um partido de esquerda definiu a eleição nacional como a prioridade número um (coisa que aconteceu com o PT a partir de algum momento da década de 90), torna-se quase inevitável o recurso ao financiamento ilícito. E, mais importante que a implicação legal, é a implicação política do financiamento ilícito: o partido se torna refém dos grupos que cedem esses recursos.⁴⁷⁴

Quanto à questão das alianças com partidos de patronagem, Saes argumenta que a análise do caráter de classe do governo Lula atesta a hegemonia da burguesia interna, que, por seu turno, é uma “fração burguesa economicamente instável e oscilante” e “fragilmente representada no plano político-partidário”, tendo em vista que os principais partidos (PFL, PSDB e parte do PMDB) estão voltados para representar os interesses da burguesia associada. De acordo com esse autor, o PT ousou, ao evitar o rateio dos cargos com os partidos de patronagem, preferindo comprar o apoio de seus parlamentares, tática politicamente arriscada, que levou o partido do governo a se submeter às chantagens desses partidos.⁴⁷⁵ Discordamos do argumento de que o primeiro governo Lula pode ser caracterizado pela hegemonia da burguesia interna, pois julgamos que esse governo apenas acomodou interesses dessa fração de classe no núcleo hegemônico, sem, com isso, colocar em xeque o predomínio político da grande burguesia financeira internacional. Ademais, consideramos que a burguesia interna logrou obter protagonismo no terreno dos partidos, nessa conjuntura, e que seus interesses passaram a ser representados pelo PT e, de maneira mais difusa, por vários partidos da base aliada, além de parcelas da oposição, em certo sentido, visto que a defesa de uma política voltada para a exportação e para o setor produtivo estava bastante disseminada na cena política do período. Nesse sentido, é possível dizer que a crise política chegaria a seu ponto culminante muito menos em função da compra de votos do que da própria fragilidade governativa e representativa dos partidos. Isso significa que, para implantar as políticas de interesse da burguesia interna, o partido do governo teve que se aliar a partidos de patronagem, optando por não franquear amplamente muitos cargos e verbas federais a esses partidos, e enfrentando a oposição dos interesses da burguesia associada, presente não só no parlamento, mas também nos altos escalões do governo.

A dinâmica da crise política atesta que a queda de Dirceu, Genoíno, Silvinho, Delúbio e

⁴⁷³ *Ibidem.*

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁷⁵ *Ibidem.*

parlamentares da base aliada não foi apenas resultante de conflitos individuais ou da falta de escrúpulos dessas lideranças políticas, mas fundamentalmente das disputas entre as classes que desejavam reformar o modelo neoliberal ou resistir às mudanças nele. Salvo raras exceções e casos de pronunciamento individual de algumas lideranças políticas ou intelectuais de renome favoráveis ao *impeachment* do presidente Lula, por reconhecerem que este tinha conhecimento dos casos de corrupção em seu governo e em seu partido,⁴⁷⁶ no geral, os setores da oposição ao governo mais alinhados aos interesses da burguesia associada não lograram transcender a crítica moralista do governo. Impedidos de confrontar a política econômica que, em grande medida, dava sequência à assim chamada herança maldita, a atuação da oposição partidária concretizou-se por meio das tentativas de evitar o pedido de *impeachment* de Lula, blindar ataques às figuras de Meirelles e Palocci e realizar uma oposição de caráter cooperativo com a manutenção da política estatal e do regime político democrático. Nenhum movimento expressivo se ergueu para tentar emplacar um golpe de Estado, como sugeriam setores da esquerda e de centro-esquerda, em especial, os dirigentes do PT, do PCdoB, da UNE, da CUT e do MST. Se analisarmos as votações das contrarreformas neoliberais do governo Lula, observaremos que, em grande medida, a oposição partidária ao governo agiu de maneira cooperativa para aprová-las, pois tais contrarreformas atendiam os interesses de classe aos quais tais partidos estavam vinculados. A propósito, vale a pena retomar um dos apontamentos de Miliband acerca da relação entre os partidos inseridos na esfera parlamentar e o executivo político:

Não se trata de uma questão de divisão entre uma ala pró-governo e outra antigoverno. *Ambas* as alas refletem tal dualidade, pois os partidos oposicionistas não podem ser totalmente não cooperativos. Pelo simples fato de tomar parte dos trabalhos legislativos, eles auxiliam a tarefa do governo.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ Entre os pronunciamentos públicos favoráveis ao *impeachment* de Lula, destacam-se os realizados por Roberto Mangabeira Unger, César Maia e Alvaro Dias. Em setembro de 2005, com o clima de revolta e indignação em relação à continuidade da política neoliberal e às denúncias de corrupção envolvendo membros da burocracia estatal, parlamentares e dirigentes de alguns partidos, um grupo de cerca de 150 intelectuais, professores e profissionais liberais, entre os quais se incluía o autor desta tese, subscreveu o manifesto “Pela investigação rigorosa da corrupção, pela punição dos envolvidos e pela democracia” que foi divulgado, inclusive, no jornal *Folha de S. Paulo*. Ainda que acertasse na crítica à política neoliberal, aos limites da democracia no Brasil e à corrupção no governo e no Congresso Nacional, exigindo rigor nas investigações dos casos de corrupção e punição aos culpados, o manifesto apontava para a defesa de instauração de processo de *impeachment* contra o presidente Lula, caso se confirmasse o seu envolvimento com os escândalos de corrupção, como podemos observar no seguinte trecho: “Exigimos que as investigações prossigam até o fim, inclusive aquelas que apontem em direção à Presidência da República e possam redundar na instauração de um processo de *impeachment*.” Passados oito anos desse episódio, julgamos ser necessário fazer a autocrítica e indicar o nosso equívoco em assinar esse manifesto, pois a possibilidade da aprovação do *impeachment*, naquela conjuntura, só interessava às forças políticas desejosas de resistir a qualquer tipo de reforma ou mudança progressista em relação à política neoliberal. Ver manifesto na íntegra em: “Intelectuais de esquerda criticam blindagem de Lula”. *Folha de S. Paulo*, 17 set. 2005.

⁴⁷⁷ Ralph Miliband. *O Estado na sociedade capitalista*, op. cit., p. 72.

No que se refere à atuação do principal partido de oposição ao governo Lula na crise, o PSDB, observamos que, em nenhum momento, esse partido publicizou uma posição favorável ao *impeachment* de Lula, mesmo quando a crise política atingiu seu ponto mais agudo, com o depoimento do marketeiro Duda Mendonça na CPMI dos Correios, em 11 de agosto de 2005, afirmando ter recebido dinheiro oriundo de esquema de caixa dois na campanha presidencial de Lula de 2002. Embora houvesse provas concretas que poderiam abrir precedente para a solicitação do *impeachment* de Lula, o PSDB não contava com apoio político no Congresso Nacional nem em setores do empresariado nacional ou nas manifestações de rua para levar adiante essa bandeira. Restava-lhe tentar aproveitar a crise para antecipar o debate eleitoral de 2006. Assim, o PSDB lançou-se à construção da candidatura de Geraldo Alckmin, que, imediatamente após as denúncias de Roberto Jefferson em maio de 2005, começou a difundir material de campanha, apresentando-se como bom gerente, que iria conduzir com eficiência a política nacional a ponto de tirá-la da situação de ingovernabilidade criada pelo PT no país. Seu *slogan* de campanha expressava claramente a forma como os tucanos explorariam a debilidade política do governo naquele momento: “O Brasil precisa de um gerente. Geraldo presidente”.⁴⁷⁸ É importante lembrar que, no mesmo período, FHC não descartava a possibilidade de enfrentar mais uma eleição presidencial, caso fosse necessário: “Não sou candidato, embora muitos assim o desejem. Alguns até pediram para que assinasse um compromisso dizendo que não sou candidato à Presidência. Isso não farei. Sei dos meus propósitos, mas a política muda”.⁴⁷⁹ O PSDB ainda tentou fazer Lula desistir da disputa presidencial de 2006. Em matéria do jornal *Valor Econômico*, os articulistas Cristiano Romero e Raymundo Costa reconstruíram um diálogo entre FHC e Aldo Rebelo, no qual o ex-Presidente da República colocava em evidência a tática da oposição naquele momento: “Nós não queremos fazer o *impeachment* do presidente. Para nós, basta o *impeachment* moral do Lula, para ele chegar às eleições sem condições de concorrer”.⁴⁸⁰ No fundo, o principal porta-voz do PSDB, o tucano FHC, reconhecia as dificuldades de derrotar o governo nas ruas, dado os vínculos estreitos que Lula tinha com os setores organizados dos trabalhadores, mesmo o governo encontrando-se em forte processo de queda de sua popularidade.⁴⁸¹ Tal posicionamento levou o PSDB a investir na crítica moralista da corrupção

⁴⁷⁸ Ver matéria assinada por Luiz Alberto Weber. “História reescrita”. *Carta Capital*, 1º. jun. 2005.

⁴⁷⁹ Fernando Henrique Cardoso. “Há risco de uma crise institucional (entrevista)”. *Conjuntura Econômica*, maio, 2005, p. 16.

⁴⁸⁰ Ver matéria assinada por Cristiano Romero e Raymundo Costa. “Como Lula superou o mensalão”. *Valor Econômico*, 21 maio 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/825891/como-lula-superou-o-mensalao>

⁴⁸¹ De acordo com pesquisa do Datafolha, o percentual de pessoas que consideravam o governo Lula ótimo ou bom despencou de 45%, registrados em dezembro de 2004, para 35%, momento em foram divulgadas as denúncias

como meio de desgastar o governo. No entanto, tal tática não conseguiu ser bem-sucedida, tendo-se em vista que, se o objetivo era sangrar o governo para derrotá-lo nas eleições presidenciais de 2006, na prática, o presidente Lula fortaleceu-se politicamente, no segundo turno do pleito presidencial, amealhando 60,83% dos votos válidos, contra 39,17% de seu adversário Geraldo Alckmin (PSDB). Outra estratégia do PSDB foi a proposta de anulação das eleições de 2002, com a posse de José Serra, segundo colocado no pleito. Isso ocorreu depois das denúncias de Duda Mendonça sobre o uso de caixa dois para o financiamento de campanha do PT nas eleições de 2002.

Cabe observar ainda que, mesmo nos momentos mais dramáticos da crise política, o governo Lula procurou adotar táticas para neutralizar a oposição. Uma delas foi o próprio discurso de Lula, buscando se apresentar como uma liderança política acima de qualquer suspeita e como referência de comportamento ético.⁴⁸² Como já observamos, no contexto da crise, o governo recuperou a Presidência da Câmara dos Deputados, com a saída de Cavalcanti e a entrada de Rebelo. Outro expediente usado foi o das denúncias das relações de Marcos Valério com o presidente nacional do PSDB, Eduardo Azeredo, na campanha para governador do estado de Minas Gerais, ocorrida em 1998 – o que teria dado origem ao mensalão tucano, marcado pelo desvio de recursos públicos de empresas estatais para o financiamento de sua candidatura nesse pleito. Tal denúncia intimidou a oposição tucana, tornou ainda mais remota a proposta do *impeachment* de Lula e acarretou na renúncia de Azeredo da presidência do partido, no final de outubro de 2005. Aqui, é preciso salientar que o PT optou por não levar às últimas consequências as denúncias do mensalão tucano, tendo em vista que, a despeito das evidências concretas que havia para propor a cassação do senador Azeredo, o PT preferiu deixar a resolução do caso com a CPMI da Compra de Votos, fazendo uma espécie de armistício com o PSDB.⁴⁸³

Além disso, o governo realizou, em julho de 2005, uma reforma ministerial, admitindo maior presença do PP e do PMDB em seu alto escalão. Também já mencionamos que o PP

de Roberto Jefferson em maio de 2005, atingindo 31%, após as denúncias de Duda Mendonça na CPMI da Compra de votos, e 28%, no final de 2005. No ano seguinte, o índice retomou crescimento, recuperando o nível dos 45%, em agosto de 2006, e girando em torno dos 48% nos meses seguintes. Em relação ao percentual dos que avaliavam o governo Lula como ruim ou péssimo, é possível observar uma elevação de 13% para 18%, entre dezembro de 2004 e maio de 2005, até atingir o nível máximo de 29%, em dezembro do mesmo ano. No ano seguinte, salvo algumas pequenas oscilações, esse índice caiu progressivamente até atingir a marca dos 14%, em dezembro. Ver dados em: Datafolha. “Avaliação Lula 17 a 19/11/2010”. Disponível em:

http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf

⁴⁸² Para uma análise do discurso de Lula no contexto da crise política, ver: Eric Duarte Ferreira. *A parrêsia em Foucault e a exigência da verdade na democracia*: uma análise da demiurgia de si na fala do presidente Lula. Florianópolis, Tese de Doutorado em Linguística (UFSC), 2011.

⁴⁸³ Ver matéria assinada por Leandro Fortes. “Dois pra cá, dois pra lá”. *Carta Capital*, 16 nov. 2005.

ganhou a vaga do Ministério das Cidades, com a nomeação de Marcio Fortes no lugar de Olívio Dutra. O PMDB, que havia perdido o Ministério da Previdência por conta das denúncias contra Romero Jucá, substituído por Nelson Machado (PT), realizou uma troca de nomes no Ministério das Comunicações – Hélio Costa assumiu o lugar de Eunício Oliveira – e recebeu mais dois postos ministeriais: Minas e Energia, para o qual foi nomeado Silas Rondeau, no lugar de Dilma Rousseff, transferida para a Casa Civil após a renúncia de Dirceu; e Saúde, com a nomeação de José Saraiva Felipe no lugar de Humberto Costa (PT), que assumiu o cargo de Secretário de Comunicação do PT, com a saída de Marcelo Sereno, acusado de estar envolvido no esquema de corrupção. Foi realizado ainda um acordo com a finalidade de neutralizar as vozes dissonantes no PMDB que exigiam a saída do governo, como era a política defendida pelo presidente nacional do partido e atual vice de Dilma Rousseff, Michel Temer. Para estabelecer o acordo com o governo, as bancadas do PMDB na Câmara e no Senado exigiam: a) uma maior presença nos ministérios; b) uma maior presença dos parlamentares do partido na elaboração das políticas públicas; c) a divisão de responsabilidades entre as esferas executiva e legislativa; d) a apuração das denúncias de corrupção e punição dos responsáveis; e) a garantia da estabilidade política; e f) a “manutenção das bases econômicas”.⁴⁸⁴

As demais trocas ministeriais foram endógenas aos partidos da base aliada e ao próprio PT, assim: o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB), foi substituído por Sérgio Rezende (PSB); Fernando Haddad (PT) assumiu o Ministério da Educação no lugar de Tarso Genro (PT), que se tornou presidente interino do PT após a saída de Genoio; e Luiz Marinho (PT) foi acolhido no Ministério do Trabalho, no lugar de Ricardo Berzoini. Dessas mudanças endógenas, sem dúvida, a mais importante foi a nomeação de Luiz Marinho, que, nesse período, exercia a função de presidente da CUT. Tal mudança ministerial pode ser caracterizada como uma tentativa de recompensar o sindicalismo cutista pelo apoio concedido ao governo em meio à crise e de cooptar e neutralizar as resistências desse sindicalismo ao governo, na medida em que a nomeação de Marinho produzia o efeito de reconhecimento, mesmo que formal, dos interesses dos trabalhadores no alto escalão do governo, no aparelho de Estado. Tal política adotada pelo governo Lula produziu muito mais impacto sobre o movimento sindical do que sobre o próprio governo, ao engendrar relações diretas entre as burocracias sindical e estatal e neutralizar, com isso, as críticas mais radicais advindas do sindicalismo cutista à política econômica executada pelo governo Lula. A decisão desse governo foi fundamental para fortalecer o apoio do

⁴⁸⁴ Ver: Ricardo Amaral e Tiago Pariz. “Bancadas do PMDB anunciam acordo e Lula concluirá a reforma”. *Uol notícias*, 29 jun. 2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2005/06/29/ult27u49759.jhtm>

movimento sindical no processo de crise política e cimentar a política de reformas no modelo neoliberal, tendo em vista a relação política que vinha se consolidando entre a aristocracia dos trabalhadores assalariados e a grande burguesia interna. Outro fato que confirma a busca do governo Lula por reaproximação do movimento sindical foi a nomeação de Paulo Vannuchi, que tinha vínculos com o movimento sindical e com a esquerda católica, para o cargo de secretário de Direitos Humanos, em dezembro de 2005. Seria equivocado sustentar que foi apenas a nomeação de lideranças do movimento sindical que garantiu o apoio dos trabalhadores organizados e desorganizados durante a crise. O aumento real do salário mínimo, o crescimento do emprego formal e a ampliação dos recursos destinados ao Bolsa Família, a partir de 2005, podem ser considerados elementos importantes – diríamos, a base material – do apoio concedido a Lula, especialmente, nas eleições de 2006.⁴⁸⁵

Depois do fatídico 11 de agosto, quando as vinculações entre o Presidente com o esquema de caixa dois passaram a ser evidenciadas, com o depoimento de Duda Mendonça, o presidente Lula enfrentou o momento mais difícil de seu governo. Por um lado, a ideia de *impeachment* começava a ventilar como hipótese na grande mídia, embora nenhum órgão de imprensa tenha sugerido efetivamente essa solução para o caso em tela. No dia seguinte ao depoimento, o editorial da *Folha de S. Paulo* sustentava o seguinte: “O Presidente da República pode considerar-se favorecido pela sorte se conseguir terminar seu mandato, pois a hipótese de *impeachment*, remota até poucos dias, tornou-se possibilidade palpável”.⁴⁸⁶ Lula não renunciou ao cargo nem à candidatura presidencial, embora tenha mantido contatos com Palocci e Ciro Gomes, para tentar construir uma alternativa eleitoral, caso seu nome se tornasse inviável com as severas críticas que vinha sofrendo, sobretudo das provenientes da grande mídia. Segundo matéria publicada no *Valor Econômico*, em meio ao período mais agudo da crise, Lula teria afirmado em uma das reuniões que: “Se eles estão pensando que vão me tirar daqui no tapetão, nem pensar! Vou pra rua”.⁴⁸⁷ Se a possibilidade de Lula levar as massas populares para as ruas em apoio ao seu governo atemorizava a oposição de direita, é preciso dizer que a queda progressiva de sua popularidade, o reduzido número de participantes nas manifestações de rua realizadas pelas forças sociais que o apoiavam e as disputas internas que se processavam no interior do próprio governo e do partido de Lula podem ser considerados indicadores de fraqueza

⁴⁸⁵ André Singer já havia observado essa questão em: *Os sentidos do lulismo*, *op. cit.*

⁴⁸⁶ *Folha de S. Paulo*. *Apud*: Eduardo Yoshio Nunomura. *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação (USP), 2012, p. 15-16.

⁴⁸⁷ Cristiano Romero e Raymundo Costa: “Como Lula superou o mensalão”, *op. cit.*

política do governo naquele momento.

Em linhas gerais, os meses de maio a dezembro de 2005 podem ser considerados os mais dramáticos para o governo Lula, já que, nesse período, ocorreram os seguintes fatos: difundiram-se as principais denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, da base aliada ou do PT; instituíram-se duas CPIs para averiguar essas denúncias, a CPI dos Correios (8 de junho) e a CPI da Compra de votos (20 de julho); divulgaram-se documentos atestando ligações entre Marcos Valério e dirigentes do PT; ocorreram as renúncias de José Dirceu, do cargo de ministro da Casa Civil (16 de junho), de Silvio Pereira, do cargo de secretário Geral do PT (4 de julho), com posterior solicitação de desligamento do PT (22 de julho), de Delúbio Soares, do cargo de Tesoureiro do PT (5 de julho), sendo expulso do partido meses depois (22 de outubro), de José Genoíno, da presidência do PT (9 de julho), todos acusados de envolvimento em casos de corrupção; as acusações de Duda Mendonça sobre o envolvimento da campanha presidencial de Lula com o esquema de caixa dois (11 de agosto); ressurgiram as denúncias de financiamento ilegal de campanha para a reeleição ao governo do estado de Minas Gerais, em 1998, as quais envolviam Eduardo Azeredo, presidente nacional do PSDB, e indicavam relações deste com as empresas de Marcos Valério (julho), levando-o a renunciar a esse cargo em outubro; realizou-se a reforma ministerial que ampliaria a base de apoio partidário ao governo (julho); houve pronunciamentos de Lula em rede nacional nos quais o Presidente da República insinuou que o culpado seria Delúbio Soares, afirmou que o seu governo e o seu partido deveriam pedir desculpas à sociedade brasileira pelo ocorrido, e que se sentia traído pelos seus aliados políticos por conta do envolvimento destes em esquemas de corrupção (17 de julho e 12 de agosto);⁴⁸⁸ registrou-se a renúncia ao cargo de deputado de Valdemar Costa Neto (PL-SP), na época, presidente nacional do PL (1º. de agosto); tornou-se público um pedido de desculpas à sociedade brasileira por parte da Executiva Nacional do PT (17 de agosto); foram publicadas pela revista *Veja* denúncias de ex-assessores de Palocci que o responsabilizavam por envolvimento em

⁴⁸⁸ Citamos aqui as principais passagens do pronunciamento de Lula feito por meio de rádio e TV à sociedade brasileira no dia 12 de agosto de 2005: “Estou consciente da gravidade da crise política. [...] Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. [...] Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. [...] Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação. [...] Mesmo sem prejudgá-los, afastei imediatamente os que foram mencionados em possível desvio de conduta para facilitar todas as investigações. [...] Quero, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas, porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil, e que sonha com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e distribuição de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o nosso país está vivendo. Quero dizer a vocês: não percam a esperança. Eu sei que vocês estão indignados e eu, certamente, estou tão ou mais indignado do que qualquer brasileiro.” Ver íntegra do pronunciamento em: “Contra impeachment, Severino vê Lula ‘sério’”. *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 2005.

superfaturamento em processos licitatórios de empresas de lixo, quando era prefeito de Ribeirão Preto (1993-1996); foram aprovados os relatórios das duas CPIs (Correios e Compra de Votos), sugerindo a cassação de 18 parlamentares envolvidos em casos de corrupção (1º. de setembro);⁴⁸⁹ deu-se o desligamento de José Alencar do PL, por conta dos processos movidos contra os parlamentares desse partido (2 de setembro); formalizou-se a renúncia do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ); ocorreu a cassação do deputado Roberto Jefferson (14 de setembro); registrou-se a renúncia de Severino Cavalcanti do posto de presidente da Câmara dos Deputados, após ter sido denunciado em esquema de cobrança de propina de estabelecimento comercial no Congresso Nacional (21 de setembro); foi eleito o novo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, mais fortemente vinculado à base política do governo (28 de setembro); elegeu-se, por meio de Processo de Eleições Diretas, o novo presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, reafirmando a hegemonia do chamado campo majoritário em meio à crise política (11 de outubro); e ocorreu a cassação do deputado José Dirceu (1º. de dezembro).⁴⁹⁰

Esse quadro político configura claramente uma situação de crise política na qual o empurra-empurra das forças políticas, realizado fundamentalmente pela crítica despolitizada da corrupção, demonstra que não havia condições para derrubar o Presidente da República naquele momento, por mais que ocorressem tentativas de desgastá-lo, aventando-se que Lula teria

⁴⁸⁹ Do total de 18 parlamentares, sete pertenciam ao PT: João Magno (MG), João Paulo Cunha (SP), José Dirceu (SP), José Mentor (SP), Josias Gomes (BA), Paulo Rocha (PA) e Professor Luizinho (SP); quatro ao PP: José Janene (PR), Pedro Correia (PE), Pedro Henry (MT) e Vadão Gomes (SP); quatro ao PL: Carlos Rodrigues (RJ), Sandro Mabel (GO), Valdemar Costa Neto (SP) e Wanderval Santos (SP); dois ao PTB: Roberto Jefferson (RJ), Romeu Queiroz (MG); um ao PMDB: José Borba (PR); e outro ao PFL: Roberto Brant (MG).

⁴⁹⁰ O deputado José Dirceu recebeu diversas manifestações de apoio político, mas que não lograram reverter a decisão tomada pela Câmara dos Deputados que aprovou, no dia 1º. de dezembro de 2005, por 293 a 192 votos a cassação de seu mandato e a sua inelegibilidade por oito anos. O livro de homenagem ao deputado cassado registra nove atos públicos de apoio a Dirceu: no dia 17 de dezembro, foi realizado, no Rio de Janeiro, o ato “Em defesa da justiça, da democracia e da constituição”, organizado pelo movimento Amigos do Zé Dirceu e que contou com a presença de intelectuais, artistas, sindicalistas, lideranças populares, dirigentes do PT e do PCdoB; no dia 18 de novembro, mais de 600 pessoas compareceram à Câmara Municipal de São Paulo para prestar apoio ao deputado, contando com a presença de Marta Suplicy, Eduardo Suplicy, Luiz Marinho, Marco Aurélio Garcia, representantes da UNE, do MST e da CUT, entre outros; no dia 19 de dezembro, mais de 300 pessoas fizeram-se presentes no ato realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, do qual participaram lideranças do PT, entre elas, o prefeito Fernando Pimentel, do PTN, do PCdoB e do PL; no dia 22 de novembro, mais de 400 pessoas marcaram presença no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em Brasília, entre elas, destacavam-se José Alencar, Ricardo Berzoini, Jaques Wagner, Nelson Machado e Patrus Ananias; no dia 25 de novembro, foi realizado um ato em Campo Grande (MS), organizado pelo diretório municipal do PT; no dia 26 de novembro, foi realizado ato de desagravo ao presidente Lula em defesa da Legalidade e da Democracia na Câmara Municipal de Santos (SP), que prestava solidariedade também a Zé Dirceu, tendo sido organizado pelo diretório municipal de Santos; no dia 27 de novembro, foi a vez dos petistas de Olinda (PE) organizarem um ato de solidariedade ao deputado; no dia 28 de novembro, novo ato foi organizado na Assembleia Legislativa da Paraíba, em João Pessoa, com a presença de mais de 150 pessoas; por fim, no dia 29 de novembro, mais de 100 juristas e advogados assinaram o manifesto em defesa do “Estado Social e Democrático de Direito”. Entre os signatários, encontravam-se os nomes de Aldo Lins e Silva, Dalmo Dallari e Helio Bicudo. Cf. *Em defesa de José Dirceu*, jul., 2007, pp. 12-16.

conhecimento dos esquemas de corrupção e deveria, assim, ser responsabilizado. Não havia, de fato, movimentos organizados na sociedade pedindo a saída do presidente – anulando-se, assim, a tese levantada do golpe das elites. Neste ponto, é interessante notar que as cizânias produzidas em torno da manutenção ou mudança da política econômica levaram os principais partidos brasileiros a recorrerem à tática dos ataques mútuos, a partir de críticas moralistas e individualizadas que nada contribuíam para a politização do debate. O prosseguimento desse tipo de crítica, após o momento mais agudo da crise, é sintoma de que esta não se manifestava como uma crise do bloco no poder, mas estava relacionada ao processo de reformas do modelo neoliberal e, portanto, vinculada às mudanças e acomodações de interesses de classe no núcleo hegemônico, assumindo a forma de uma crise do partido do governo. Sua eclosão deveu-se sobretudo às resistências da burguesia associada a qualquer tipo de mudança na política neoliberal. Se não fossem essas resistências e as iniciativas do governo Lula de reformar o neoliberalismo no Brasil, possivelmente a crise política não teria sido desencadeada naquele contexto.

Aqui, é preciso indicar a fragilidade dos partidos, tendo em vista que o partido do governo não logrou, nessa conjuntura, implementar a hegemonia política da grande burguesia interna a qual passou a representar, vindo sempre a adotar políticas que não se chocavam com a hegemonia da burguesia financeira internacional e nacional. Na verdade, a grande burguesia interna apresentava-se como fração de classe reinante, tinha o PT como seu fiel escudeiro no governo e sua representatividade garantida pelos demais partidos, de maneira difusa, a partir da crítica que faziam à política neoliberal e das reivindicações que apresentavam para reformá-la. Havia, portanto, um quadro político em que as funções de classe reinante e classe hegemônica eram ocupadas por distintas frações de classe que, embora não expressassem efetivo antagonismo no processo político, procuravam sustentar plataformas distintas de política estatal, manifestando, assim, os interesses da burguesia associada, defensora do neoliberalismo extremado, e da grande burguesia interna, que apoiava o neoliberalismo moderado ou social-liberalismo.

É preciso observar como esse social-liberalismo se gestaria nessas circunstâncias, produzindo efeitos sobre a política estatal e logrando obter apoio de parcelas consideráveis do movimento sindical e popular. As manifestações de rua e os atos ocorridos durante o período mais agudo da crise política indicariam o ziguezague conjuntural e os limites das forças políticas no sentido de promoverem mudanças profundas na política econômica ou mesmo de destituírem Lula da Presidência da República.

3. O posicionamento da burguesia interna e as manifestações ocorridas durante a crise

Na conjuntura da crise política, havia um entendimento da grande burguesia de que as denúncias de corrupção não poderiam criar óbices à continuidade da política econômica. Nesse sentido, empresários influentes defendiam a realização de acordo político para frear o denunciamento. O que houve foram movimentações para defender a ampliação das reformas no modelo neoliberal, mas nenhum encaminhamento para um golpe político. As declarações do ex-presidente FHC dadas à imprensa, durante a crise política, especialmente a afirmação de que Lula não deveria sair a candidato em 2006, foram interpretadas por setores da esquerda e de centro-esquerda, vinculados ao governo, como manifestação de uma articulação golpista. No entanto, o posicionamento de representantes da grande burguesia interna, em especial, do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, explicitaria que o golpe não era uma opção para parte das “elites” naquele momento. Esse empresário paulista apontou a necessidade de se garantir a governabilidade e, além disso, manifestou-se a favor da implementação de uma “agenda de desenvolvimento” – amparada numa política de crédito para financiar a produção, a inovação e o consumo, numa política fiscal de incentivo ao crescimento econômico, na modernização da infraestrutura, na ampliação do acesso à saúde e à educação, na redução da taxa de juros e numa política cambial que viabilizasse as exportações. Para Skaf, fazia-se necessário punir os corruptos e implementar a agenda de desenvolvimento, ou seja, as denúncias de corrupção não poderiam obstruir o processo em curso de reformas do modelo neoliberal.⁴⁹¹

Muito distante de ser uma posição isolada de um empresário paulista ou da Fiesp, os argumentos sustentados por Skaf estava em plena sintonia com o que pensava parcela significativa da burguesia brasileira acerca da crise política instaurada no país naquele momento. Foi a partir desse entendimento que seis entidades de diferentes setores do empresariado (CNI, CNA, CNF, CNC, CNT e Ação Empresarial) deram publicidade ao documento “Uma agenda mínima para a governabilidade”, em 5 de agosto de 2005, numa reunião realizada, em Brasília, com o presidente Lula, poucos dias antes das denúncias de Duda Mendonça sobre o caixa dois.⁴⁹²

⁴⁹¹ Paulo Skaf. “O Brasil não pode parar”. *Folha de S. Paulo*, 4 set. 2005.

⁴⁹² Fizeram-se presentes no encontro os empresários representantes das entidades patronais signatárias do documento citado: Armando Moreira Neto (CNI), Jorge Gerdau Johannpeter (Ação Empresarial), Antônio de Oliveira Santos (CNC), Antonio Ernesto de Salvo (CNA), Gabriel Jorge Ferreira (CNF) e Clésio Andrade (CNT). No mesmo dia 5 de agosto, no período vespertino, o presidente Lula realizou outra reunião de portas fechadas com 25 empresários de peso na política nacional, entre os quais, destacavam-se: Paulo Skaf (Fiesp), Márcio Cypriano

Nesse documento, as entidades empresariais signatárias manifestavam-se favoráveis à “investigação rigorosa das denúncias”, mas entendiam que o cenário aberto pela crise não poderia levar o governo, o Congresso e as demais instituições políticas à paralisia. Além disso, os empresários identificam os juros altos como o mal a ser combatido naquela conjuntura, como fica evidente na passagem a seguir:

O setor empresarial reforça a importância da estabilidade e aponta para a necessidade de uma ação mais sistemática e ambiciosa da criação de condições para a redução das taxas de juros reais. Esta agenda passa necessariamente pelo aprofundamento do ajuste fiscal e pela revisão da cunha fiscal sobre a intermediação financeira.⁴⁹³

O documento fazia ainda referência a uma série de leis e regulamentações aprovadas durante o governo Lula e consideradas como “avanços conquistados”, mas que mereceriam aperfeiçoamentos e modificações. Ainda que seja difícil extrair do documento o detalhamento das diversas propostas apresentadas pelo empresariado, em linhas gerais, os pontos considerados essenciais para o estabelecimento de uma agenda mínima da governabilidade seriam basicamente os seguintes: a) ampliação do investimento e criação de incentivos para a participação da iniciativa privada na área de transporte por meio de maior independência das agências reguladoras, da criação do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, do estabelecimento de condições institucionais que viabilizassem a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, da liberação de recursos e da agilidade na execução orçamentária da área de transportes, da constituição de um marco regulatório para o setor de gás natural visando integrá-lo ao setor elétrico; b) mudanças no sistema tributário visando reduzir a cumulatividade de impostos, criar mecanismos de refinanciamento dos débitos contraídos pelas empresas, desonerar os investimentos e as exportações e ampliar os prazos de recolhimento dos tributos federais; c) consolidação de um marco regulatório que estabelecesse um ambiente favorável à atividade das micro e pequenas empresas, à gestão ambiental, à política de defesa da concorrência, ao tratamento dos débitos na recuperação judicial e às práticas contábeis e demonstrações financeiras; d) concretização da reforma administrativa e realização de mudanças na gestão estatal, aumento do *superávit* primário em relação à meta vigente, redução de gastos públicos e cumprimento rigoroso das metas fiscais; e) incentivos à política de inovação e regulamentação de

(Febraban e Bradesco), Emílio Odebrecht (Odebrecht), Roger Agnelli (Vale do Rio Doce), Benjamin Steinbruch (CSN), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Fábio Barbosa (ABN Amro), entre outros.

⁴⁹³ CNI, CNA, CNF, CNC, CNT e Ação Empresarial. *Uma agenda mínima para a governabilidade*, ago., 2005, p. 1. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01445CD8E01144C1DD93A17E2/AgendaM%C3%ADnimaCNI%202005.pdf>

pesquisas e comercialização de organismos geneticamente modificados; e f) implementação de reforma política que visasse promover a redução dos custos das campanhas, maior transparência no financiamento de campanhas eleitorais e estimular a fidelidade partidária.⁴⁹⁴ Deve-se salientar que, em nenhum momento, as entidades signatárias do documento responsabilizam o governo Lula pelo cenário de crise política instituído no país. Muito pelo contrário, o documento sinalizava os avanços conquistados pelo empresariado do setor produtivo durante esse governo e indicava a necessidade de realizar a reforma política – e não o desgaste ou *impeachment* do presidente Lula – com a finalidade de criar-se um ambiente político estável e favorável ao setor produtivo.

As matérias publicadas, durante a crise, pela *Revista da Indústria*, ligada à Fiesp, confirmam o que vimos afirmando até aqui: a grande burguesia interna não queria saber de prolongar a crise. Ou, como sintetiza Boito Jr., com base no estudo dessas matérias, o bordão defendido pelos industriais era mais ou menos o seguinte: “Chega de falar em crise, vamos trabalhar!”.⁴⁹⁵ A capa da edição de agosto de 2005 da *Revista da Indústria* expressava bem esse posicionamento dos industriais. Além de conter o desenho de uma locomotiva com a inscrição da palavra indústria em letras maiúsculas, a bandeira do Brasil na parte dianteira da locomotiva e a sigla de alguns estados nos vagões do trem, entre os quais se destacavam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, essa capa continha um título que sinalizava a vontade dos industriais de encerrarem logo a discussão sobre a crise e avançar na implementação de políticas favoráveis ao setor produtivo: “Acima das crises. O Brasil que não para”.⁴⁹⁶ Na entrevista intitulada “O tempo não espera”, o presidente da Fiesp ratificava as ideias do documento “Uma agenda mínima para a governabilidade” de dar continuidade aos trabalhos da CPI, mas sem gerar paralisia no Executivo e no Congresso Nacional, e afirmava, como consta na epígrafe deste capítulo, que a crise política não pode ser motivo para frear as forças favoráveis ao crescimento econômico – isto é, os setores ligados à atividade produtiva.⁴⁹⁷ Na matéria “Nada segura a indústria”, a articulista Jane Soares salientava: “O empresariado defende que Executivo e Legislativo saiam do atual imobilismo e adotem as medidas necessárias para a produção”.⁴⁹⁸ Entre tais medidas ganhavam destaque: a redução da carga tributária, a queda dos juros e da taxa de câmbio, a realização de uma reforma política com vistas a reforçar a fidelidade partidária e a

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ Armando Boito Jr. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” In: Armando Boito Jr. e Andreia Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012, p. 89.

⁴⁹⁶ *Revista da Indústria*, ano 5, n. 110, ago. 2005.

⁴⁹⁷ Paulo Skaf. “O tempo não espera” (entrevista). *Revista da Indústria*, ano 5, n. 110, ago., 2005.

⁴⁹⁸ “Nada segura a indústria”. *Revista da Indústria*, ano 5, n. 110, ago., 2005, p. 42.

transparência nos financiamentos de campanha, a adoção de uma meta de *superávit* primário equivalente a 4,25% do PIB. Ou como concluiu Yvoncy Ioschpe, vice-presidente do Conselho Superior de Economia da Fiesp: “É preciso estabelecer um acordo nacional para criarmos uma nova política econômica e realizarmos as reformas necessárias para fazer do Brasil um país mais produtivo e justo”.⁴⁹⁹ Na edição do mês seguinte, a *Revista da Indústria* não apontaria o *impeachment* ou a renúncia de Lula como solução para a crise política, mas a bandeira da reforma política, demonstrando, assim, que o governo Lula não era um entrave para seus interesses. O título da matéria central indicava claramente a posição da Fiesp diante da crise: “Ninguém pode ser contra”, em alusão à reforma política.⁵⁰⁰

Nos pronunciamentos feitos à imprensa, o presidente do Bradesco e da Febraban, Márcio Cypriano, defendeu a necessidade de que se resolvesse rapidamente a crise política para que a economia não ficasse parada. Alinhava-se, portanto, às teses sustentadas pelos industriais. O banqueiro manifestou em diversas ocasiões a defesa da queda dos juros e a ampliação do crédito como mecanismos fundamentais para fazer a economia crescer. No fundo, Cypriano não tinha do que reclamar do governo Lula, tendo em vista que, no ano de 2005, o lucro líquido obtido pelo Bradesco cresceu 80% em relação ao registrado em 2004. Situação não muito diferente ocorreu com outros bancos privados, como o Itaú e o Unibanco, que viram seus lucros líquidos elevarem-se 39,1% e 43,32%, respectivamente, no mesmo intervalo de tempo.⁵⁰¹ Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, em meio à crise política, o banqueiro fez a defesa da queda de juros, ainda que não se declarasse favorável a uma queda acentuada (tal queda acabou ocorrendo progressivamente, de agosto de 2005 até o final do primeiro mandato de Lula):

A partir de agosto, acho que deve começar a queda dos juros. Já está na hora de baixar os juros. Acredito que é possível uma redução de meio ponto percentual na taxa em agosto. A ata do Copom já indicou essa possibilidade. A redução dos juros é importante para o país voltar a crescer. [...] A economia vai bem. Os fundamentos estão sólidos. Este problema que está havendo tem que ter uma solução rápida. Temos que trabalhar para sair dessa crise. O país precisa crescer a um ritmo de 4% ao ano.⁵⁰²

A avaliação do banqueiro em relação ao governo Lula era de tamanho entusiasmo que ele chegou até mesmo a declarar, no início de agosto de 2005, que, em vez de a política contaminar a economia, seria a economia e seus bons resultados que contaminariam a política no país.⁵⁰³ No

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 47.

⁵⁰⁰ *Revista da Indústria*, ano 5, n. 111, set. 2005.

⁵⁰¹ “Lucro do Bradesco cresce 80% e vai a R\$ 5,5 bi”. *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 2006.

⁵⁰² Márcio Cypriano. “Cypriano defende queda da taxa de juros já” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 2005.

⁵⁰³ “Cypriano fala em 'contaminação positiva' da economia sobre a política”. *Valor Econômico*, 8 ago. 2005.

discurso do banqueiro estava presente não só a ideia de cooperar com o governo, como também com o próprio setor produtivo. A partir desse entendimento, foi construída, no auge da crise, uma agenda mínima entre os empresários a qual se tornou fundamental para dar sustentação política ao governo Lula. Ao tomarmos como referência a análise do posicionamento dos banqueiros no primeiro governo Lula, é possível afirmar que as reivindicações apresentadas por eles se aproximavam daquelas sustentadas pelos industriais. Na verdade, para promover a queda da taxa de juros e do *spread* bancário, medidas que consideramos de interesse dos industriais, os banqueiros exigiam como contrapartida do governo a redução do depósito compulsório, a aprovação da Lei de Falências e a ampliação do crédito e da bancarização da economia. Como observa Dias:

A opção discursiva de apresentar pedidos de redução da taxa de juros e políticas de diminuição do “spread” bancário pode ser interpretada, primeiro, pela segurança que os banqueiros tinham em relação à política governamental, de que não haveria mudanças bruscas que fossem opostas aos seus interesses. E segundo, porque dentro do discurso de pedido de diminuição de juros e “spread” havia reivindicações que lhes seriam benéficas. Em relação aos juros, era frequente encontrarmos ao lado do pedido de redução de juros também pedidos de redução de compulsório, sob o argumento de que as taxas de inflação permitiriam um relaxamento da política monetária. Existia efetivamente uma preocupação dos banqueiros em relação à inflação, mas quando esta diminuía e pressões a favor da diminuição da taxa de juros surgiam, os banqueiros buscavam apresentar uma defesa de uma redução conjunta do depósito compulsório. Já em relação aos “spreads”, o que é exigido é: condição jurídica para evitar a inadimplência; e a política de aumento do volume de recursos disponíveis aos bancos. Nesse segundo tipo de reivindicação entra novamente o pedido de redução do depósito compulsório.⁵⁰⁴

Isso significa que as questões dos juros e do *spread* bancário não podem ser analisadas em separado do conjunto de compensações que os banqueiros poderiam conquistar do governo – como de fato ocorreu – para tocarem adiante os seus negócios de maneira lucrativa.

Diante dessas constatações, é possível afirmar que as chamadas “elites” não estavam vinculadas aos interesses da burguesia como um todo nem mesmo ao grande capital em geral, mas representavam os interesses de uma parte do grande capital, isto é, da burguesia financeira internacional. Vale observar, aqui, que a defesa do golpe político estava descartada por essa fração de classe justamente por poder criar uma situação de divisões incontroláveis no seio do grande capital, abrindo, assim, espaço para um processo de politização das massas populares, o que tornaria a continuidade da política econômica, e até mesmo as reformas no modelo neoliberal, algo incerto. Nessa conjuntura, as resistências da burguesia associada às mudanças na

⁵⁰⁴ Rodolfo Palazzo Dias. *Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2012, p. 136.

política econômica defendidas pela burguesia interna manifestavam-se muito mais sob a forma de sangria/desgaste do governo do que de enfrentamento aberto. Se nem mesmo o *impeachment* do Presidente da República chegou a ser exigido publicamente, que dizer da tese que denunciava a existência de um golpe político no país? Em linhas gerais, a crise política de 2005 caracterizou-se como uma crise política positiva para as classes dominantes, inviabilizando, assim, o surgimento de movimentos de massa defensores de uma plataforma antiliberal que promovessem mudanças substanciais no bloco no poder, ainda que nos marcos do desenvolvimento de tipo capitalista, ou, em tom radicalizado, críticos do caráter de classe da política estatal.

Faz-se necessário apontar as divisões em torno do apoio, ou da negativa deste, ao governo Lula, nas manifestações públicas ocorridas no processo de crise política. Em linhas gerais, as mobilizações estiveram muito aquém de atingir o caráter de massas existente na conjuntura do “Fora Collor”. É possível até mesmo afirmar que, em termos de participação, as mobilizações que animaram a luta contra a reforma da Previdência do governo Lula envolveram um contingente maior de participantes. Logo, podemos já indicar que as manifestações ocorridas durante a crise política estiveram longe de ser as mais importantes do primeiro mandato de Lula. Salientamos, ainda, que, embora tenha sido difundida por algumas organizações políticas a tese de que “Lula sabia” da corrupção em seu governo, não há evidências entre as forças de oposição ao governo, sejam elas de direita ou de esquerda, da defesa do *impeachment* do presidente, tal como sucedera em 1992.

Entre as manifestações realizadas por setores de esquerda e de centro-esquerda, ganharia destaque a “Carta ao povo brasileiro”, redigida pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), organização criada em abril de 2003 e que vinha se posicionando criticamente em relação à política econômica do governo Lula, exigindo mudanças. Compunham a CMS importantes organizações e entidades do movimento sindical e popular, entre as quais se destacavam a CUT, o MST, a UNE, a CPT. Nessa carta, lançada no simbólico dia 22 de junho de 2005 – mesma data de lançamento da Carta aos banqueiros em 2002 –, as 43 entidades signatárias manifestavam-se contrárias às tentativas de setores de oposição ao governo de desestabilizá-lo, defendiam a necessidade de se investigarem rigorosamente as denúncias de corrupção nos governos Lula e FHC, com a punição dos responsáveis, e exigiam mudanças na política econômica, com a construção de uma “plataforma antineoliberal”, baseada na crítica às altas taxas de juros e à manutenção da política de superávits primários, e na defesa de aplicação prioritária de investimentos públicos em direitos sociais, tais como: “emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação de terras indígenas e

quilombolas”.⁵⁰⁵

Pereira caracteriza o conteúdo desse manifesto como “defensivo e contraditório” por considerar que o texto propunha-se a defender a apuração das denúncias de corrupção e a punição dos culpados, e, ao mesmo tempo, oferecer apoio ao governo Lula. Além disso, salienta que a tese de que as denúncias teriam sido fabricadas pelas elites ou por articulações golpistas estava descartada, por entender que a crise política nasceu da própria base de sustentação do governo. Por fim, sustenta a ideia de que a resistência popular não poderia separar a luta contra o neoliberalismo da luta contra o fisiologismo, haja vista o caráter indissociável dessas lutas na política atual.⁵⁰⁶ Domingues indica que o manifesto expressa a impotência da esquerda governista, pois compreende que, a despeito de Lula receber as lideranças das principais entidades signatárias em seu gabinete e saudar o apoio a seu governo, nenhum compromisso assumiu em torno da mudança da política econômica. Na verdade, para esse autor, o que ganha destaque são as concessões que o governo fez ao PMDB, colocando em evidência um aspecto que consideramos decisivo para compreender o jogo político naquela conjuntura: “É um erro a ideia de que a política de alianças tenha levado à adoção de políticas econômicas neoliberais. O oposto é verdadeiro”. Isto é, a adoção de práticas econômicas neoliberais é que teria levado à política de alianças. Não se trata apenas de uma simples permuta de termos, pois, para ele, a assim chamada governabilidade do governo Lula estava ancorada no apoio aos interesses do capital financeiro nacional e estrangeiro, e do grande capital exportador.⁵⁰⁷

O debate sobre a Carta nos leva novamente à discussão do posicionamento das forças de esquerda e de centro-esquerda no apoio ao governo e, ao mesmo tempo, no combate às supostas articulações das elites engajadas na concretização de um golpe político. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a proposta de *impeachment* não foi defendida por nenhuma entidade representativa ou, de maneira coletiva, por nenhuma força social relevante. Analisando o editorial de três jornais da grande imprensa – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – no período mais agudo da crise (maio a dezembro de 2005), Miguel e Coutinho indicam que a menção ao *impeachment* apareceu apenas uma vez.⁵⁰⁸ Isso significa que havia certa impotência da chamada oposição de direita para derrubar o governo Lula. Em segundo lugar, vale a pena

⁵⁰⁵ A carta pode ser lida em: Coordenação dos Movimentos Sociais. “Carta ao povo brasileiro”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_ms.htm

⁵⁰⁶ Ver: Duarte Pereira. “Manifesto defensivo e contraditório”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_pereira.htm

⁵⁰⁷ Ver: Sérgio Domingues. “A ‘Carta ao povo brasileiro’: a favor das elites ou dos trabalhadores?”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_polly.htm

⁵⁰⁸ Ver: Luiz Felipe Miguel e Aline de Almeida Coutinho. “A crise e suas fronteiras: oito meses de ‘mensalão’ nos editoriais dos jornais”. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 1, 2007.

ressaltar um aspecto decisivo e que é ignorado propositalmente pelos defensores da tese do golpe das elites, ou seja, a resposta à seguinte pergunta: se havia em curso um golpe das elites, isso significa que o governo representava o interesse dos trabalhadores? Ou ainda, esse governo representaria os interesses de uma frente política que abrangia os trabalhadores e as pequena e média burguesias? A análise do processo feita até aqui nos permite concluir que essas polarizações sustentadas pelas teses do governo em disputa e da existência de elites golpistas ocultam o caráter de classe do governo que representava os interesses do grande capital financeiro internacional, distinguindo-se do governo antecessor por realizar reformas no modelo neoliberal que contribuíram para acomodar os interesses da grande burguesia interna no núcleo hegemônico da política estatal. Em outras palavras, se as forças de esquerda e de centro-esquerda alinhadas ao governo encontravam-se num estado de impotência política, o mesmo se pode dizer da oposição de direita, já que setores importantes da grande burguesia brasileira vinham dando sustentação ao governo Lula, entre os quais os vinculados às finanças, como ficou comprovado na defesa que faziam dos nomes de Meirelles e de Palocci, que também estavam sob suspeita de praticar atos ilícitos. As denúncias contra Meirelles surgiram antes da crise, mas as dirigidas contra Palocci apareceram no decorrer da própria crise, tendo ele sido acusado, como já apontamos, de envolver-se num esquema de propinas com a “Máfia do Lixo”, quando era prefeito de Ribeirão Preto. Cabe ressaltar, aqui, que PFL e PSDB, os principais partidos de oposição ao governo, procuraram preservar, durante a crise, a imagem de Meirelles e Palocci.

Leher apresenta outros fatos que indicam a impossibilidade de haver um golpe das elites no Brasil. O autor coloca em evidência o apoio dado a Palocci, quando da denúncia desse ministro da Fazenda por envolvimento em corrupção, ocorrendo-o o empresário Antônio Ermírio de Moraes, a Febraban, representantes do agronegócio e lideranças do PSDB, como o governador de Minas e o líder desse partido no Senado. Esse autor destaca ainda os contatos mantidos por Furlan com investidores em Nova York, durante a crise, assim como a visita do secretário do Tesouro dos EUA, John Snow, que chegou a afirmar que mantida a estabilidade econômica, o governo não precisaria se preocupar com as denúncias de corrupção e com a crise política.⁵⁰⁹

Os signatários da Carta ao povo brasileiro realizaram o primeiro ato mais expressivo no dia 6 de julho, aproveitando a realização do Congresso da UNE na cidade de Goiânia. De acordo com estimativa da PM, o ato contou com cerca de 17 a 20 mil manifestantes, que levantaram

⁵⁰⁹ Roberto Leher. “Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula e no PT e as lutas sociais”. *Observatório Social de América Latina (OSAL)*, Clacso, ano VI, n. 17, maio-ago. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110313053127/15surleher.pdf>

quatro reivindicações: mudanças na política econômica, fim da desestabilização do governo, apuração de todos os casos de corrupção e realização de reforma política democrática. Logo depois, no dia 11 de julho, CUT, CGT e CGTB realizaram ato no salão nobre do Palácio do Planalto, em Brasília. Força Sindical, Confederação Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e Social Democracia Sindical (SDS) não compareceram ao evento por considerá-lo uma forma de claqué do governo. Com a presença de Lula no ato, os manifestantes apresentaram a “Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira” que defendia a apuração dos casos de corrupção e a punição dos responsáveis, criticava a onda de denunciismo contra o governo, entendida como uma tentativa de “obstruir a construção do projeto histórico representado pelo companheiro Lula”, e apontavam como plataforma unificada de lutas os seguintes pontos:

Mudança da política econômica, com redução da taxa básica de juros, para gerar mais emprego e renda; Reforma política e eleitoral democrática; Aumentos reais de salário; Salário mínimo digno – política de reposição de seu valor real; Redução da jornada sem redução de salário; Reforma sindical democrática.⁵¹⁰

Na verdade, o ato constituía uma demonstração de força dos sindicalistas em face dos ataques que o governo vinha enfrentando. A despeito das considerações acerca da política econômica e da demanda de apuração dos casos de corrupção, o objetivo central do evento organizado por parte do movimento sindical brasileiro era a manifestação pública de apoio político ao “companheiro” Lula.

Setores de esquerda e de centro-esquerda não atrelados ao governo e ligados ao PSTU, PSOL, PDT, PPS e PCB realizaram um ato contra a corrupção e a política econômica, em 29 de julho, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, conseguindo reunir cerca de mil pessoas, entre as quais, a maioria era de servidores públicos e estudantes de universidades públicas. Nessa ocasião, os cinco partidos mencionados assinaram conjuntamente a “Carta do Rio Janeiro”, na qual faziam críticas à ortodoxia neoliberal e à corrupção no governo.⁵¹¹ Outros tantos atos e manifestações foram organizados em várias cidades do país, especialmente nas capitais dos estados, nos meses de agosto e setembro de 2005. No geral, procuravam denunciar a corrupção e a política econômica do governo, não atingindo, na grande maioria dos casos, um número superior a dois ou três mil participantes. As diferenças desses atos e manifestações com aqueles deflagrados entre os meses de agosto e setembro de 1992 são

⁵¹⁰ Ver: “Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira”, 7 jul. 2005. Disponível em: <http://www1.spbancarios.com.br/noticia.asp?c=422>

⁵¹¹ O conteúdo da carta pode ser encontrado em: PDT, PPS, PSOL, PCB e PSTU. “Carta do Rio de Janeiro”. *Jornal Adufpa*, jul-ago. 2005, p. 2. Disponível em: http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/ja2005/jornal_ed_07_julhoagosto_05.pdf

abissais, se tomarmos em consideração principalmente o caráter massivo das mobilizações pelo “Fora Collor”. Disso, depreende-se que a ausência de uma plataforma política concreta e alternativa à política neoliberal, limitava a adesão às manifestações, ou ainda, o discurso denunciante de corrupção no governo e no Congresso Nacional, somado à defesa difusa por mudanças na política econômica, indicava claramente a fragilidade e os limites da tática política adotada pelos setores alinhados ou não ao governo de efetivarem uma mudança no rumo da política nacional.

Os dois principais atos ocorridos na conjuntura mais aguda da crise política que fugiram um pouco à regra, em termos do números de manifestantes, foram os que indicavam com toda clareza as divisões políticas entre as forças de esquerda e centro-esquerda. No dia 16 de agosto, foi realizado, na Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF), um ato organizado por entidades que apoiavam o governo: CUT, UNE e MST, além de PT e PCdoB. O evento reuniu entre sete a dez mil manifestantes. Dentre essas entidades, aquela que realizava a crítica mais radical ao governo era o MST. Em documento lançado em 9 de agosto, o MST caracterizava o governo Lula como um governo de centro com uma política econômica controlada pela direita. Os sem-terra dirigiram críticas à forma de fazer política escolhida pelo PT e denunciavam a ausência de uma política de reforma agrária.⁵¹² No entanto, o MST, em conjunto com outras entidades, em especial, a CUT e a UNE, saíram às ruas em defesa do governo, combatendo sua desestabilização. Novamente, reafirmavam as teses de que o governo estaria em disputa e de que se fazia necessário apoiá-lo para evitar o golpe das elites. Aqui, é interessante salientar que, no mesmo dia do ato, a Executiva Nacional do PT aprovou resolução por meio da qual o partido pedia desculpas à nação pelos atos cometidos por seus dirigentes (financiamento paralelo de campanhas eleitorais) sem consentimento das instâncias partidárias. O conteúdo da resolução é bastante elucidativo, ao indicar os limites da democracia no interior do PT e revelar os interesses de classe aos quais o partido estava vinculado. Na passagem abaixo, o partido demonstra, com clareza, as raízes do déficit de democracia interna, que se encontrava principalmente na subordinação política do partido ao governo federal, imprimindo, assim, o que vimos chamando de lógica de estatização do PT ou de colonização do PT pela burocracia estatal:

Reconhecemos a necessidade de construir métodos mais democráticos de direção, maior respeito à pluralidade interna e também reconhecemos a exigência de promover o fim dos relacionamentos informais – por isso não transparentes – entre governo e partido, que só favorecem a manipulação das instâncias partidárias por dirigentes com mais acesso ao

⁵¹² Ver documento: “Posições políticas do MST nessa conjuntura”, 9 ago. 2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2938>

poder.⁵¹³

Em outro trecho da resolução, o PT ressalta os compromissos com a estabilidade macroeconômica, mas aponta para a necessidade de o governo contemplar medidas de interesse do setor produtivo (leia-se da burguesia interna) e dos trabalhadores:

São necessárias medidas imediatas que promovam altas taxas de crescimento e juros compatíveis com o alavancamento da produção e do consumo das classes trabalhadoras de baixa e média renda, sem comprometer a estabilidade macroeconômica.

É hora de combinar estabilidade com crescimento e distribuição de renda. Neste sentido, a saída política para a crise deve contemplar, sem demagogia, medidas de profundidade para estimular o setor produtivo e a melhoria dos padrões de consumo das classes assalariadas. Não se trata de uma polêmica entre direita e esquerda, mas de um cumprimento efetivo, ou não, das funções públicas do Estado.⁵¹⁴

Essa resolução somada ao pronunciamento de Lula em rede nacional, quatro dias antes, apresentando-se como um governante traído por membros de sua base aliada que se envolveram em negociações escusas, são demonstrações de que tanto o governo quanto o PT haviam sofrido um abalo sísmico derivado da forma de política que haviam adotado para se projetarem politicamente, ou seja, ao escolherem as eleições como único meio de garantir mudanças na sociedade brasileira, tanto um quanto outro, tornaram-se reféns da lógica de funcionamento do aparelho de Estado, reproduzindo todos os seus vícios, inclusive a prática de corrupção. Além disso, observamos que a opção do partido de dar centralidade à conquista do Executivo, em detrimento da tática de acúmulo de forças no Parlamento, acabou reforçando a prática de governar apoiando-se em alianças com partidos de patronagem e, com isso, reduzindo as chances de realizar mudanças mais substantivas, seja no conteúdo da política governamental, seja na própria forma de implementá-la. Isso quer dizer que, com a adoção de tal prática, o PT tornou-se refém e agente da política presidencialista e de sua dinâmica legiferante que tende a neutralizar ou anular a prerrogativa legislativa do Parlamento, deixando, com isso, de tomar iniciativas que contribuíssem para conter a lógica de reprodução do “autoritarismo civil” no país.

No dia 17 de agosto, foi organizada outra marcha no mesmo local, na Esplanada dos Ministérios, agregando CONLUTAS, ANDES-SN, setores da esquerda da CUT e da UNE, PSOL e PSTU. A manifestação reuniu entre 12 a 15 mil pessoas. Os manifestantes apresentavam críticas à política econômica neoliberal e à corrupção no governo Lula. Nas passeatas e atos, entoavam cantos que traduziam tais críticas: “Ô Lula já deu para ver, o teu governo é igual ao de FHC” e

⁵¹³ Ver: Resolução da Comissão Executiva Nacional do PT, 16 ago. 2005. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2005/08/17/senadores-do-pt-fazem-reparos-a-nota-da-executiva-nacional>

⁵¹⁴ *Ibidem.*

“Ô Lula, que traição, tira do povo para botar no mensalão”. O lema principal defendido era “Fora todos”. O significado dessa expressão, contudo, não era unívoco, variando de acordo com as organizações. Tomemos como exemplo as duas principais forças partidárias organizadoras do ato e que se encontravam na vanguarda da oposição de esquerda ao governo Lula: o PSOL e o PSTU. Ambos partidos procuraram criticar a corrupção no governo, a política neoliberal do governo Lula e denunciar os partidos da oposição burguesa por quererem cinicamente se apresentar como paladinos da ética quando, na verdade, estavam submersos na corrupção. Além disso, o PSOL e o PSTU pregavam a anulação de todas as votações no Congresso Nacional aprovadas com a compra de votos, em especial, a reforma da Previdência, que atingiu o funcionalismo público, uma das bases principais dessas organizações.

A palavra de ordem sustentada pelo PSOL era a seguinte: “Fora todos os corruptos e o plano econômico do Lula/FMI”, o que colocava em evidência a articulação entre a crítica à corrupção e a crítica ao neoliberalismo.⁵¹⁵ Entre as propostas apresentadas para sair da crise, o PSOL apostava na realização de um plebiscito nacional que ficou conhecido como plebiscito revogatório e que visava a aprovar a antecipação das eleições de 2006 para a Presidência da República e para o Congresso Nacional.⁵¹⁶ O partido chegou até mesmo a encaminhar a PEC 463/2005 à Câmara dos Deputados, em setembro de 2005, com o objetivo de garantir a realização de plebiscitos sobre qualquer matéria. No documento, elaborado pelos deputados Babá (PSOL-PA), Luciana Genro (PSOL-RS) e João Alfredo (PT-CE), constava uma proposta de acréscimo ao texto da Constituição Federal que determinava que:

Em se tratando de convocatória que implique a antecipação das eleições, caso esta venha a ser aprovada em plebiscito, o decreto legislativo de que trata este artigo deverá fixar desde logo a data do novo pleito, que não poderá exceder o prazo de noventa dias, a contar da data do plebiscito, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização do plebiscito e das eleições antecipadas, se aprovadas, respeitada a legislação vigente.⁵¹⁷

Essa Proposta de Emenda Constitucional não chegou a ser votada pelo Congresso Nacional, tendo sido arquivada em janeiro de 2007, desarquivada três meses depois, a pedido da

⁵¹⁵ Ver: Comissão Nacional do PSOL. *Fora todos os corruptos e o Plano econômico de Lula/FMI* (Resolução política), 26 jun. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/06/26/fora-todos-os-corruptos-e-o-plano-economico-de-lulafmi/>

⁵¹⁶ Tal proposta foi aprovada na reunião da Executiva Nacional, realizada em 18 de agosto de 2005, na qual o PSOL reafirmou o lema “Fora todos os corruptos” e defendeu a “derrota do plano neoliberal de Lula/FMI”. Ver: Executiva Nacional do PSOL. *Resolução Política*, 18 ago. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/08/18/resolucao-politica-da-executiva-nacional-do-p-sol/>

⁵¹⁷ Ver a PEC na íntegra em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2C45E4C1F6CB725223C8C302FA3BA308.node2?codteor=341741&filename=PEC+463/2005

deputada Luciana Genro, e novamente arquivada em janeiro de 2011. A defesa da antecipação das eleições gerais procurava, em certo sentido, politizar o debate acerca da corrupção no governo e no Congresso Nacional, mas encontrava-se inserida num contexto de refluxo do movimento de massas no país, o que poderia abrir espaço para as forças políticas mais alinhadas aos interesses do capital financeiro internacional assumirem, de novo, o governo federal. Nessa conjuntura, o PSOL fazia suas apostas para se projetar politicamente, já que sua intervenção estava limitada a representar as insatisfações das classes médias ligadas ao funcionalismo público, e lançar a candidatura da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) para a Presidência da República, tendo em vista que seu nome já aparecia nas pesquisas eleitorais com 10% das intenções de voto.⁵¹⁸

O PSTU sustentou, na conjuntura, a bandeira “Fora todos! Fora Lula, o Congresso, PT, PFL e PSDB... pela construção de uma greve geral”. Embora considerasse que Lula sabia da corrupção, esse partido, tal como o PSOL, procurou descartar a tese do *impeachment* de Lula, por entender que o Congresso Nacional, formado por corruptos, não estava em condições políticas de fazer uma avaliação rigorosa do caso. O partido questionou a tática de antecipação das eleições gerais, levantada pelo PSOL, por acreditar que não havia condições para a vitória eleitoral das forças de esquerda, já que a candidatura tucana despontava naquele período como a possível vencedora, e as forças de esquerda que se situavam na oposição ao governo Lula, não tinham condições de se apresentar como alternativa eleitoral viável. Para o PSTU, nesse contexto, fazia-se necessário somar esforços para promover o acirramento da crise. Nesse sentido, seria preciso construir condições para se deflagrar uma greve geral com a perspectiva da criação de um governo dos trabalhadores:

É preciso construir uma nova alternativa, a partir da mobilização direta dos trabalhadores e da juventude, apontando para uma greve geral no país, rumo à construção de um governo verdadeiramente dos trabalhadores, que, apoiado na mobilização (e não no parlamento), derrote a burguesia e aplique um plano econômico dos trabalhadores, apontando para o socialismo.⁵¹⁹

Na compreensão do PSTU, estava em curso um processo de “rupturas de massas com o PT” e o fim de um ciclo histórico que levou o PT a hegemonizar a esquerda. Um dos principais intelectuais do PSTU, o historiador Valério Arcary, chegou até mesmo a vaticinar a “morte” ou “crise terminal” do PT, ponderando, contudo, que: “O PT poderá, talvez, subsistir como um

⁵¹⁸ Ver: Direção Nacional do PSOL. *Resolução política*, 2 out. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/10/02/resolucoes-da-direcao-nacional/>

⁵¹⁹ Manifesto do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado aos participantes do ato de 17 de agosto. “Contra o neoliberalismo e a democracia dos ricos e corruptos”, 2005. Disponível em: http://www.pstu.org.br/cont/2005ago_boletim_marcha.pdf

partido eleitoral, ainda assim, se expulsar grande parte da sua direção histórica, mas nunca mais poderá ocupar o papel que teve junto aos setores organizados das classes trabalhadoras e aos movimentos sociais”.⁵²⁰ Tal diagnóstico mostrou-se até aqui totalmente equivocado, na medida em que o governo Lula recuperou e ampliou significativamente sua popularidade nos meses e anos seguintes, e o PT logrou derrotar os ataques que vinha sofrendo, apresentando-se, no período posterior à crise, como principal referencial político do movimento organizado dos trabalhadores. Enfim, as rupturas com o PT ocorreram de maneira muito fragmentada e localizada no tempo e no espaço, inviabilizando-se a criação de uma força alternativa e efetiva de esquerda, já que, tanto em 2006 quanto em 2010, as principais e maiores organizações atuantes no movimento de massas deram apoio às candidaturas de Lula e Dilma, opondo-se às candidaturas tucanas de Alckmin e Serra. Além disso, é preciso salientar que o número de filiados do PT cresceu cerca de 56,82%, entre novembro de 2005, quando o partido registrou 989.399 filiados, e março de 2013, quando atingiu o número de 1.551.626 filiados.⁵²¹ A central sindical mais próxima do PT, a CUT, também esteve muito distante de entrar em “crise terminal”, já que ainda representa o maior número de sindicatos entre as centrais sindicais: 2.242 sindicatos.⁵²² Com base nesses dados e sem o propósito de superestimá-los, podemos concluir que, mesmo considerando o “eleitoralismo” do PT e o “governismo” da CUT, tais entidades não deixaram de ser importantes referências para parcelas significativas das classes trabalhadoras no Brasil.

É importante ressaltar que, nessa conjuntura, o PSOL e o PSTU procuravam interpelar fundamentalmente os servidores públicos, com vistas a explorar as insatisfações dessa categoria (que abrange trabalhadores de classe média) contra o governo Lula. Isso, em alguma medida, impunha certas limitações à ação política dessas organizações, já que, seja para promover a politização efetiva do adiantamento das eleições gerais proposta pelo PSOL, seja para a

⁵²⁰ Valério Arcary. “O dia em que o PT morreu: quando nem os fins nem os meios se justificam” In: *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo, Instituto José e Rosa Sundermann, 2011, p. 97. Esse artigo foi publicado pela primeira vez em 2005.

⁵²¹ Com exceção do ano de 2003, é possível encontrar o número de filiados por partido entre os anos de 2002 e 2013 no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nessa conjuntura, observamos a queda do número de filiados no PT em dois momentos: na comparação entre 2002 e 2004, quando o número de filiados caiu de maneira expressiva de 1.160.607 para 828.781, e, na virada de 2006 para 2007, quando passou de 1.054.671 para 1.047.851. Em 2010, último ano de governo Lula, o PT alcançou a marca de 1.193.792, garantindo, a partir de então, o posto de segundo maior partido em termos de número de filiados no Brasil, ficando atrás apenas do PMDB que, no mesmo período, registrou 2.361.583 de filiados. Ver dados em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/filiados>

⁵²² A Força Sindical aparece em segundo lugar com 1.681 sindicatos, vindo, na sequência: a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) com 1.078 sindicatos, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) com 1.068 e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) com 678 sindicatos, para tomarmos como referência as centrais que possuem mais de 500 sindicatos filiados. A CSP-Conlutas, que possui mais proximidade com o PSTU, vem ampliando sua representatividade nos últimos anos, mas conta com apenas 87 sindicatos. Cf. Sistema Integrado de Relações do Trabalho, Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, MTE, dados atualizados até 23/07/2013. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>

realização de uma greve geral objetivando a construção de um governo dos trabalhadores, tais partidos precisariam conseguir ampliar suas bases sociais de referência, representadas, sobretudo, por segmentos de classe média, e alcançar a representação da grande massa de trabalhadores, sob pena de acabarem entregando o futuro governo à oposição de direita. Ambas as soluções apresentadas naquele contexto pareciam superestimar a força de tais organizações nos termos de se constituírem como força alternativa ao governo Lula e à oposição de direita. No fundo, com o discurso das eleições gerais ou do “*que se vayan todos*”, respectivamente, PSOL e PSTU tinham como limites de suas ações a tentativa de ampliar a influência no movimento de massas, disputando politicamente os setores insatisfeitos com o governo Lula, em particular, os setores da esquerda da CUT, da UNE e do próprio PT, o que foi motivo de conflitos entre os dois partidos no processo da crise política, enfraquecendo ainda mais as possibilidades de uma politização das massas populares, em relação a uma crítica ao caráter de classe da política estatal. Aqui, é importante observar que, após o primeiro turno do Processo de Eleições Diretas (PED) para a presidência do PT, mais especificamente no final de setembro de 2005, cerca de 400 militantes petistas saíram do PT e somaram-se ao PSOL. Entre eles, destacavam-se militantes históricos do PT, tais como Plínio de Arruda Sampaio, Ivan Valente, Chico Alencar, Orlando Fantazzini e Maninha.

Outras iniciativas políticas foram tomadas durante a crise política. A mais importante delas foi a organização, em meados de julho de 2005, do “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção”. Esse movimento era integrado por mais de 40 entidades e encabeçado principalmente pela Força Sindical, pela OAB-SP e pela Fiesp, incluindo outras organizações relevantes – tais como as seguintes entidades empresariais: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FCESP); além de entidades do movimento sindical: Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT). Ainda que se apresentasse como suprapartidário, esse movimento contava com o apoio de parlamentares do PPS, PV, PSDB e PFL. No manifesto de criação do movimento, as entidades signatárias questionavam “as inúmeras denúncias de corrupção envolvendo autoridades brasileiras”, acusavam a Polícia Federal (PF) de cometer excessos em investigações de empresários e advogados paulistas, e afirmavam compromisso com a Constituição Federal, a legalidade, o Estado democrático de Direito para resolver os problemas de corrupção que se

apresentavam na conjuntura.⁵²³ A referência aos “excessos” da PF tinha relação com as prisões preventivas da dona da loja Daslu, de sete diretores da Schincariol e de outros 24, entre os quais, encontravam-se advogados e empresários de São Paulo acusados de envolvimento em esquemas de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Na época, a PF chegou a fazer buscas e apreensões em cinco escritórios de advocacia para apurar a existência desses esquemas.

Nesse movimento, havia forças políticas que eram contrárias às manifestações de rua, como, por exemplo, a OAB-SP e a Fiesp, que entendiam que o momento era de cautela e só se deveria ir às ruas, caso as instituições democráticas como a CPI, a Comissão de Ética e o Ministério Público deixassem de funcionar. No final de agosto de 2005, Luiz Flávio Borges D'Urso e Paulo Pereira da Silva, que eram, respectivamente, presidentes da OAB-SP e da Força Sindical, publicaram texto no jornal *Folha de S. Paulo* caracterizando a crise vigente como uma “crise moral e ética” e apontavam para a possibilidade de lutar pelo fim da corrupção no Brasil: “Queremos atingir o 'Grau Zero de Corrupção' para criar um país mais justo e melhor para todos”.⁵²⁴ No fundo, o discurso utilizado por esse movimento aproximava-se bastante do posicionamento udenista, chegando, inclusive, a retomar a expressão “mar de lama”, empregada pela UDN para fazer oposição à política de Vargas. Cabe destacar, porém, que embora se colocasse na perspectiva de fazer sangrar o governo, tal movimento não propôs o *impeachment* de Lula.

No dia 6 de setembro, contrariando certas orientações acerca da inviabilidade de se realizarem manifestações de rua, o “Movimento pela Legalidade, contra o Arbítrio e a Corrupção” realizou uma passeata em São Paulo, contando com um número muito reduzido de participantes (cerca de três mil), demonstrando, assim, as dificuldades desse movimento em adquirir uma feição de massa. Nesse dia, os organizadores da mobilização lançaram um novo manifesto intitulado “O grito do silêncio: queremos a verdade!” – em alusão ao nome do Grito dos Excluídos organizado anualmente pelos movimentos sociais e populares no dia 7 de setembro –, no qual questionavam a morosidade dos trabalhos da CPI, salientavam os riscos de que a paralisia do governo e do Congresso Nacional atingisse a economia, e caracterizavam a crise como a “maior crise política” da história do país.⁵²⁵ Contudo, o movimento estava longe de se

⁵²³ Ver manifesto em: Adriana Aguiar (repórter do jornal DCI). “Fiesp apoia combate à corrupção mas condena excessos da PF”. *Revista Consultor Jurídico*, 18 jul. 2005. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2005-jul-18/fiesp_apoia_combate_corrupcao_condena_excessos_pf

⁵²⁴ Luiz Flávio Borges D'Urso e Paulo Pereira da Silva. “Luta para zerar a corrupção”. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3008200509.htm>

⁵²⁵ Ver manifesto em: “Manifesto contra corrupção reúne 40 entidades em São Paulo”. *Revista Consultor Jurídico*, 6 set. 2005. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-set->

apresentar como defensor das políticas favoráveis aos interesses do capital financeiro. O texto do manifesto indicava a necessidade de se realizarem mudanças na política econômica para assegurar a concretização de reformas no modelo neoliberal:

Precisamos de um projeto de Nação e não de tomada e aparelhamento do poder. O país espera o cumprimento de fato de um programa de governo, alterando com segurança a política econômica. Não há outro meio de reduzir os juros, renegociar a dívida pública sem desprezitar contratos, e executar o Orçamento da União com responsabilidade fiscal. Exausta de promessas não cumpridas, a Nação exige transparência e ética na política e nas relações do Estado com a sociedade civil. Exige desenvolvimento e emprego. Exige Justiça Social. Nossa manifestação hoje, na véspera do Dia da Independência, se expressa por um indignado silêncio. O silêncio da vergonha.⁵²⁶

Dessa perspectiva, se na forma de fazer a crítica à corrupção no governo e no Congresso Nacional, esse movimento encabeçado pela OAB-SP, pela Força Sindical e pela Fiesp se aproximava da crítica udenista à corrupção, o seu posicionamento acerca do conteúdo da política estatal estava distante de cerrar fileiras com o liberalismo ortodoxo, tal como faziam os udenistas, e representar os interesses do capital financeiro. Por outra via, esse movimento acabava se engajando também na luta por reformas no modelo neoliberal. Cabe salientar aqui que, ao longo de 2005, uma das principais bases da Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, vinha realizando protestos contra a política de juros altos, implantada pelo governo Lula, e fazendo críticas à alta carga tributária e à política de abertura econômica aos produtos chineses. Isso levava os metalúrgicos de São Paulo a se unirem aos industriais na luta pela redução dos juros e dos impostos, na defesa de medidas de incentivo à indústria e à criação de empregos. Como observa Trópia:

Em junho de 2005, em meio à crise do mensalão, o SMSP lança a campanha “Acorda, Lula!”, uma metáfora em alusão ao crescimento das denúncias de corrupção no entorno do presidente e à política de juros que estaria enforcando os trabalhadores, ameaçados de perder o emprego e constrangidos pela política salarial.⁵²⁷

É importante observar também que a metáfora do acordar ou despertar era elemento presente discurso da Fiesp, que vinha apresentando “propostas idênticas” às dos metalúrgicos de São Paulo ao governo Lula. Entre estas, destacavam-se as reivindicações de redução do custo do emprego, da carga tributária e da taxa de juros, e de adoção de medidas protecionistas diante da entrada de mercadorias chinesas no país e dos efeitos da crise de 2008-2009, alguns anos depois

06/manifesto corrupcao reúne 40 entidades sp

⁵²⁶

Ibidem.

⁵²⁷

Patrícia Vieira Trópia. “A atuação dos metalúrgicos da cidade de São Paulo no Brasil contemporâneo: luta reivindicativa e conservadorismo político” In: Davisson Charles Cangussu de Souza e Patrícia Vieira Trópia (orgs.). *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 190.

da crise de 2005.⁵²⁸ Como já indicamos, as forças que reivindicavam reformas no modelo neoliberal desejavam que o governo Lula acordasse para cumprir essa tarefa, ou, como afirmou o presidente da Fiesp: “O momento é importante para o despertar. O Brasil não pode ficar somente por conta da apuração de denúncias de desvios ou privilégios”.⁵²⁹

Apenas no final de 2005, estudantes ligados ao PDT, PMN, PSC, PV e PMDB organizaram, na zona Sul do Rio de Janeiro, uma manifestação que contou com cerca de dois mil participantes reivindicando o “Fora Lulla”, com dois “l” em alusão ao nome de Collor. No entanto, por ter sido uma manifestação que tinha como uma das principais lideranças a filha do líder do PDT, Anthony Garotinho, consideramos que seu objetivo era, mais propriamente, de antecipação do debate das eleições presidenciais de 2006, quando Garotinho poderia se apresentar como candidato, do que de reunião de forças para derrubar o Presidente da República naquele momento.

4. As disputas internas no PT em meio à crise política

Tornou-se lugar comum nas falas de muitas lideranças e militantes petistas, o discurso de que, no primeiro mandato de Lula, o PT teria sido incapaz de praticar uma ação política autônoma em relação ao governo federal, visto que as decisões tomadas pelas instâncias principais de deliberação do partido – o Diretório Nacional e a Comissão Executiva Nacional – tornaram-se reféns da política adotada pelos dirigentes do partido ocupantes de altos cargos ministeriais e pelo próprio governo Lula. Esse fenômeno caracteriza o que vimos chamando de colonização do PT pela burocracia estatal e está diretamente ligado à crise de representação política pela qual o partido passaria nos primeiros anos da década de 2000, o que o levou, uma vez no governo, a representar os interesses da grande burguesia interna. No entanto, dada a fragilidade dos partidos políticos no Brasil, não conhecemos, no país, a experiência de governos partidários, mas sim de partidos de governo. Dessa perspectiva, é possível dizer que o primeiro governo Lula acomoda os interesses da grande burguesia interna no núcleo hegemônico do bloco no poder, mas sem colocar em questão os interesses da grande burguesia imperialista.

No empurra-empurra da conjuntura da crise política de 2005, é interessante entrever como a crise repercutiu no seio do partido do governo. Como já observamos, em meio às denúncias de

⁵²⁸ *Ibidem.*

⁵²⁹ Paulo Skaf. “O tempo não espera” (entrevista). *Revista da Indústria, op. cit.*, p. 44.

corrupção, o então presidente nacional do PT, José Genoíno, renunciou ao cargo, no início de julho de 2005, sendo substituído por Tarso Genro, que se desligou da função de ministro da Educação para assumir a presidência interina do PT.

Genro assumiu a presidência nacional PT com o discurso de que o partido precisaria ser refundado. Para ele, o PT passava por uma “crise ético-política”, oriunda da constituição por parte de alguns membros do partido de “redes clandestinas de sustentação de campanhas eleitorais” (crise ética) e também derivada da crise de direção política (crise política), tendo em vista que “determinados companheiros excederam o mandato específico concedido pelo partido para exercer determinadas funções”. A refundação do PT implicaria a constituição de um “novo tipo de projeto para o país” e de um “novo pacto político interno”, pautados, respectivamente, em “altas taxas de crescimento, profundo processo de recoesão social, de inclusão social e de redução gradativa, consciente e planejada das diferenças sociais” e numa direção menos exclusivista que conseguisse ampliar as relações com as bases. Como observava o dirigente petista:

Não adianta entregar duas ou três cabeças em uma bandeja e dizer que estamos todos purgados. Temos de dizer à sociedade e à nossa base quais foram os processos internos, os descuidos, as irregularidades, a falta de controle ou, quem sabe, até os autoritarismos involuntários ou voluntários que permitiram que o PT se metesse na enrascada em que se encontra hoje.⁵³⁰

Em outra entrevista, Genro indicaria outros problemas que alimentavam a crise do PT, tais como: a) a incapacidade do PT de implantar um modelo econômico distinto do modelo neoliberal herdado dos governos anteriores; b) a dificuldade do partido de enfrentar o caráter sistêmico da corrupção do Estado brasileiro, demonstrada pela não aplicação de medidas preventivas contra irregularidades e uso privado dos recursos públicos; c) as hesitações do PT em romper com a tradição “socialista autoritária, estatista e dirigista” e conseguir viabilizar o “socialismo democrático”, pautado nas “potencialidades individuais” e na elaboração de uma “visão de desenvolvimento produtivista, com coesão social e liberdade”.⁵³¹

Ainda que se possa questionar a efetiva existência de um antídoto ao neoliberalismo na proposição de um socialismo democrático respaldado pelo discurso das liberdades individuais e pela crítica difusa do intervencionismo estatal, foram marcantes, nas entrevistas de Genro, as críticas à política econômica do governo Lula, o que o levava a defender a transição imediata

⁵³⁰ Tarso Genro. “O PT tem de ser refundado” (entrevista). *Teoria e debate*, ed. 63, 1º. jul. 2005. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/o-pt-tem-de-ser-refundado>

⁵³¹ Tarso Genro. “Além da corrupção” (entrevista). *Carta Capital*, 20 jul. 2005.

para um “novo modelo de desenvolvimento”. No campo das disputas internas do partido, Genro atacou a política adotada nos últimos anos pela *Realpolitik* do chamado “Campo Majoritário”, chegando a sugerir publicamente que José Dirceu não entrasse na disputa por cargos de direção do partido. Para o presidente interino do PT, o partido tinha duas opções: ou fazia uma transição negociada com o grupo dirigente anterior, ou escolhia efetivamente a política da refundação e da ruptura com o antigo grupo dirigente: “Estamos diante de dois caminhos. Ou vamos fazer uma composição sem uma visão crítica do sistema de comando que vigorava ou vamos refundar profundamente o PT com autocrítica.”⁵³² Com a permanência de Dirceu na condição de suplente da chapa do Campo Majoritário – que passaria a se chamar “Construindo um novo Brasil” – na disputa do Processo de Eleições Diretas (PED) de 2005 para os cargos da direção nacional do partido, Genro renunciou à candidatura à presidência do partido pelo Campo Majoritário, faltando 20 dias para a realização desse PED. Além disso, retirou seu nome da chapa “Construindo um novo Brasil” por entender que tal grupo não representava a ideia de refundação do PT e por divergir da candidatura de Ricardo Berzoini, apontada como alternativa após a desistência de Genro ao pleito para a vaga de presidente nacional do PT.

No dia 18 de setembro, quando ocorreram as eleições internas, o partido encontrava-se bastante dividido. Para a formação do 11º. Diretório Nacional (DN) do PT, concorreram dez chapas – o maior número de chapas registrado até aquele momento na história petista.⁵³³ As dez chapas inscritas e suas respectivas votações foram as seguintes: Construindo o novo Brasil,⁵³⁴ 115.510 votos (41,9% dos votos válidos); Coragem de mudar,⁵³⁵ 33.480 votos (12,2%); A Esperança é vermelha,⁵³⁶ 32.603 votos (11,8%); Movimento PT,⁵³⁷ 31.712 votos (11,5%); Esperança militante,⁵³⁸ 25.176 votos (9,1%); Socialismo e democracia,⁵³⁹ 16.120 votos (5,8%); O

⁵³² “Missão impossível”. *Carta Capital*, 31 ago. 2005.

⁵³³ Na formação dos outros 10 diretórios nacionais anteriores, o número de chapas concorrentes havia atingido o máximo de sete nos anos de 1999 e 2001. Cf. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2010, p. 143.

⁵³⁴ Tratava-se aqui de tese apresentada pelo grupo que constituía o ex-Campo Majoritário, tendência situada à direita no espectro político petista.

⁵³⁵ Tese apresentada pela tendência Democracia Socialista e que recebeu apoio do agrupamento Tendência Marxista, de grupos regionais, como, por exemplo, o “Construção: democracia e socialismo” do Distrito Federal. Todas essas tendências eram tendências de esquerda no PT.

⁵³⁶ Tese apresentada pela tendência Articulação de Esquerda e que contou com o apoio de grupos regionais, como a Esquerda Democrática, ligada ao deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), e o grupo ligado ao prefeito de Recife, João Paulo. Agrupamentos situados à esquerda no PT.

⁵³⁷ Tendência situada no centro no espectro político petista.

⁵³⁸ Tese apresentada pela antiga Força Socialista, cuja principal liderança era Plínio de Arruda Sampaio, por militantes independentes, como o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ), pela tendência Ação Popular Socialista, liderada pelo deputado federal Ivan Valente (PT-SP), e pela tendência Brasil Socialista, organizada pelo líder sem-terra Bruno Maranhão. Todas pertenciam à esquerda do partido.

Partido que muda o Brasil,⁵⁴⁰ 8.494 votos (3,1%); Terra, trabalho e soberania,⁵⁴¹ 5.392 votos (1,9%); Movimento popular,⁵⁴² 5.085 votos (1,8%); O Brasil agarra você,⁵⁴³ 2.338 votos (0,9%).⁵⁴⁴ Com esses resultados, as tendências de esquerda do partido obtiveram um total de 36,8% dos votos, preenchendo 30 vagas no DN; as tendências de centro angariaram 20,4% dos votos e preencheram 16 cadeiras do DN; e a tendência Construindo um Novo Brasil alcançou a marca dos 41,9% dos votos, assegurando 34 vagas no DN.⁵⁴⁵ Uma das vagas do DN havia sido conquistada pela tese “Brasil agarra você”, constituída por militantes do PT cearense.

No que se refere à eleição para presidente nacional do PT, os resultados foram os seguintes: Ricardo Berzoini obteve 122.745 votos (42% dos votos válidos); Raul Pont, 42.857 votos (14,68%); Valter Pomar, 42.782 votos (14,65%); Plínio de Arruda Sampaio, 39.096 votos (13,4%); Maria do Rosário, 38.662 votos (13,2%); Markus Sokol, 3.953 votos (1,4%); e Gegê, 1.940 votos (0,7%).⁵⁴⁶ Compareceram ao primeiro turno do PED 2005, 314.692 eleitores filiados ao partido, ou seja, aproximadamente 88 mil eleitores a mais do que o registrado no PED 2001 que reelegera José Dirceu para presidente nacional do partido, com 113.713 votos (55,5% dos votos válidos), e dera vitória, no primeiro turno, ao Campo Majoritário – que obteve maioria automática no Diretório Nacional por conseguir 51,6% dos votos válidos.⁵⁴⁷

Entre o primeiro e o segundo turno do PED 2005, militantes vinculados às tendências Ação Popular e Socialista e à antiga Força Socialista, que haviam se aliado em torno da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, e setores da Democracia Socialista e da Articulação de Esquerda anunciaram saída dos quadros do PT por entender que a continuidade do atual grupo dirigente no partido garantia a manutenção da política neoliberal no governo Lula e da corrupção.

⁵³⁹ Tese apresentada pela tendência PT de Luta e de Massas, ligada aos irmãos Tatto de São Paulo e à ex-prefeita Marta Suplicy. Tendência de centro no PT.

⁵⁴⁰ Tendência de centro no PT e muito próxima da tendência Construindo um Novo Brasil.

⁵⁴¹ Tese apresentada pela tendência O Trabalho, vinculada à esquerda do PT.

⁵⁴² Tese apresentada pela Central dos Movimentos Populares, liderada por Luiz Gonzaga “Gegê” e situada à esquerda no PT.

⁵⁴³ Tese apresentada por militantes do PT do Ceará que são próximos da tendência Construindo um Novo Brasil.

⁵⁴⁴ As informações acima apresentadas sobre o cômputo de votos e sobre a caracterização dos grupos proponentes das chapas foram extraídas das seguintes referências: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. “Caminhando para o centro: uma análise da conjuntura interna do Partido dos Trabalhadores no Processo de Eleições Diretas de 2007”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 78, nov. 2007. Oswaldo Amaral. “Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, jul-dez. 2010, p. 121; Lincoln Secco. *História do PT 1978-2010*. Cotia, Ateliê Editorial, 2011, p. 224.

⁵⁴⁵ Cf. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. “Caminhando para o centro: uma análise da conjuntura interna do Partido dos Trabalhadores no Processo de Eleições Diretas de 2007”, *op. cit.*

⁵⁴⁶ Informações retiradas de: Lincoln Secco. *História do PT 1978-2010*, *op. cit.*, p. 222.

⁵⁴⁷ Dados retirados de: Rachael Meneguello e Oswaldo E. do Amaral. “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. *Brazilian Studies Programme Occasional Papers*, University of Oxford, n. 2, 2008.

Boa parte dos militantes que saíram do PT, ingressaram no PSOL, outros se desvincularam da militância partidária nesse momento. Depois da expulsão dos parlamentares petistas em 2003, esse foi o principal momento de debandada de militantes das fileiras do PT, durante o primeiro governo Lula, o que sinalizava as dificuldades de setores da esquerda socialista em se manterem no partido quando sua política passou a se orientar fundamentalmente pela via eleitoral e pela ocupação de cargos e posições no aparelho de Estado. Lembramos aqui que processo similar ocorreu no início dos anos 1990, quando o PT conquistou prefeituras, resultando na saída de tendências socialistas dos quadros do partido, como foram os casos da Causa Operária e da Convergência Socialista, entre outros agrupamentos, ao longo dos anos 1990. Tais fenômenos indicam a difícil convivência entre forças políticas que se reivindicam socialistas e revolucionárias e organizações que adotam como estratégia política a conquista de espaços no interior da institucionalidade burguesa. Tudo leva a crer que as primeiras experiências de governo do PT, seja com as prefeituras, no final dos anos 1980, seja com o ingresso no Executivo federal, no início do ano 2000, foram traumáticas para o partido, tendo como consequência processos de expulsão e saídas voluntárias de militantes do partido, rearranjos políticos internos entre suas tendências políticas e, em linhas gerais, o fortalecimento de uma linha política mais direcionada para jogar o jogo da política burguesa do que para questionar suas regras, tornando, assim, cada vez mais restrita a presença de forças socialistas e revolucionárias em sua composição interna.

No segundo turno do PED 2005, com a presença de 232.701 eleitores e com o apoio da chapa PT de Luta e de Massas, que havia aderido à campanha de Valter Pomar no primeiro turno, a candidatura de Ricardo Berzoini foi vitoriosa, conquistando 51,6% dos votos válidos. Comparando-se os dados do primeiro turno dos PEDs de 2001 e 2005, é possível notar que, em termos quantitativos, Berzoini obteve uma votação superior à de José Dirceu. Foram quase 10 mil votos a mais, oriundos, provavelmente, da própria elevação do número de participantes no pleito. No entanto, em termos proporcionais, a votação do candidato do Campo Majoritário caiu cerca de 10% de um PED para o outro, obrigando Berzoini a disputar o segundo turno com Raul Pont. Além disso, é preciso observar que a chapa Construindo um novo Brasil (ex-Campo Majoritário) não conseguiu alcançar a maioria automática das vagas do DN no PED 2005. Nesse sentido, como observou Ribeiro:

A correlação de forças que emergiu do PED 2005 não permitiu a construção de uma clara maioria que substituísse a antiga e sólida coalizão dominante. No entanto, os acordos em torno da CEN inauguraram uma nova era do PT, encerrando a década de domínio absoluto do Campo Majoritário. Deixou de existir uma coalizão dominante sólida e estável; nenhum grupo saiu das eleições com condições de governar, sozinho, o partido. A partir do PED 2005, compromissos e negociações entre as correntes voltaram a ser necessários

para a condução do PT. Pactos *ad hoc* se tornaram regra, estabelecendo compromissos instáveis entre as facções. No entanto, as previsões de *débâcle* total do ex-Campo Majoritário não se concretizaram. Seu recuo não abriu a possibilidade de formação de coalizões alternativas, que excluam o antigo grupo hegemônico, dada a extrema heterogeneidade das demais facções.⁵⁴⁸

Nos anos seguintes, novos arranjos das forças que compunham o PT seriam realizados. O mais expressivo deles ocorreu no 3º. Congresso Nacional, realizado em 2007, quando setores remanescentes da tendência Democracia Socialista (DS), como Raul Pont, Miguel Rosseto, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães e outros, aliaram-se a figuras como Paul Singer, José Eduardo Cardozo, Tarso Genro, Fernando Haddad, Elói Pietá, Eduardo Suplicy, Marcelo Deda, Marilena Chauí, Maria Victória Benevides e outros, tornando-se a segunda principal força no partido depois da corrente Construindo um novo Brasil e apresentando a tese “Mensagem ao Partido”. Nesta, procuravam fazer a defesa do resgate da ética, da revolução democrática e do republicanismo, além da crítica ao neoliberalismo,⁵⁴⁹ Em face das informações acima indicadas, é possível dizer que a crise política produziu impacto imediato sobre a correlação de forças no interior do PT, ao retirar do Campo Majoritário a maioria automática das vagas da Direção Nacional e provocar a saída de setores da esquerda do partido. Contudo, salientamos que, ao contrário das expectativas da oposição de direita, o PED 2005 não criou um acirramento incontornável dos conflitos no interior do PT, já que assegurou não só uma maior participação de filiados no PED, como também a vitória eleitoral das forças políticas ligadas ao antigo grupo dirigente.

É preciso lembrar também que o PED 2005 expressou, entre os militantes, o desejo de mudança dos rumos do partido e do governo federal. Apesar da permanência no poder do antigo grupo dirigente, havia certo consenso no partido sobre a necessidade de transitar para outro modelo de desenvolvimento. Amaral sustenta que, das chapas que concorreram ao PED 2005 do PT, apenas a chapa Construindo um novo Brasil não apresentou críticas à política econômica do governo Lula, tendo as nove chapas restantes oscilado entre a crítica e o apoio crítico a tal política. É certo que a tese apresentada pela chapa Construindo um Novo Brasil não realizava uma crítica frontal à política econômica do governo. Tal posicionamento se justifica em parte por causa da inserção de vários de seus integrantes no alto escalão do governo, inclusive,

⁵⁴⁸ Cf. Pedro Floriano Ribeiro. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, EdUFSCar, 2010, p. 306.

⁵⁴⁹ No PED de 2009, a tendência CNB recuperaria a maioria no Diretório Nacional e conquistaria 22 dos 27 Diretórios Regionais do PT. Sobre isso, ver: <http://www.construindounovobrasil.com.br/index.php/cnb/quemsomos/>

com participação na equipe econômica do governo, e do processo de desgaste do PT alimentado pelas denúncias de corrupção contra vários membros do partido, o que levava a corrente majoritária a ter certa cautela com a crítica. No entanto, o aspecto fundamental desse posicionamento encontra-se justamente na formulação de uma perspectiva política que se baseia na ideia de que as mudanças promovidas pelo governo Lula, com vistas à superação da herança dos governos FHC e à constituição de um “novo modelo de desenvolvimento”, deveriam ocorrer por meio de uma transformação processual e gradual (sem rupturas). Ou seja, primeiro seria necessário apropriar-se da herança de FHC, para não causar pânico no mercado, e, em seguida, realizar gradualmente pequenos ajustes e reformas até que o novo modelo de desenvolvimento pudesse ser efetivamente constituído. A passagem a seguir sintetiza bem o que a chapa Construindo um novo Brasil entendia por “novo modelo de desenvolvimento”:

O novo modelo de desenvolvimento que adotamos se assenta sobre os seguintes pressupostos: crescimento econômico com geração de emprego, distribuição de renda e sustentabilidade ambiental; papel ativo do Estado na construção de um projeto estratégico de desenvolvimento do país; incremento dos setores produtivos intensivos em tecnologia, inovação e conhecimento; expansão e melhoria da qualidade do ensino; políticas externa e de comércio internacional ativas, visando expandir e consolidar a presença do Brasil no mundo globalizado; investimentos nos setores estratégicos da infraestrutura e logística; destinação de crédito para os setores produtivos, principalmente para os pequenos e médios empreendimentos e para a agricultura familiar; busca de um novo marco regulatório submetido a mecanismos de controle social; e estabilidade econômica, com a busca do equilíbrio fiscal e da redução da dependência financeira do país, especialmente da redução da relação dívida/PIB.⁵⁵⁰

Como se pode notar, embora a chapa do ex-Campo Majoritário não arriscasse fazer críticas à política econômica do governo Lula, é importante salientar que, em meio à crise, a tendência política hegemônica no PT apontou para a necessidade de realizar mudanças na política econômica e social do Estado brasileiro, de modo a promover crescimento econômico, distribuição de renda, maior intervenção do Estado na economia, política externa ativa e incentivos ao setor produtivo. Todos esses elementos se casavam com as reivindicações de segmentos da sociedade que cobravam do governo Lula reformas no capitalismo neoliberal. Em síntese, seria muito difícil esperar da tendência hegemônica do partido, que funciona como uma espécie de correia de transmissão do governo federal, uma crítica direta à política econômica. A crítica está implícita quando se compara o conteúdo da política implantada pela equipe econômica Palocci-Meirrelles e o que a chapa Construindo um novo Brasil apontava como perspectiva de programa de governo. Como dissemos, o discurso está distante de propor efetiva

⁵⁵⁰ “Tese Construindo um novo Brasil” In: Oswaldo Martins Estanislau do Amaral. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*, op. cit., p. 384. (Original em negrito.)

ruptura, pois a CNB defendia a realização de mudanças processuais e graduais, mas o horizonte apontado era o de, no mínimo, flexibilizar o conteúdo da política implantada pelos governos anteriores. A passagem abaixo confirma o que vimos afirmando sobre a crítica indireta da política econômica:

Com efeito, durante oito anos no comando do País, contando com uma esmagadora maioria no Congresso e a cumplicidade do capital financeiro nacional e internacional, o governo Fernando Henrique Cardoso, com exceção da relativa estabilidade de preços – ainda assim sujeita a frequentes sobressaltos –, não só não contribuiu ao progresso social como aprofundou as debilidades estruturais e restrições ao nosso desenvolvimento. Ao final de seus dois mandatos, o país tornou-se muito mais vulnerável e dependente do capital externo, com acentuada perda de autonomia na formulação e manejo de sua política econômica; nosso endividamento interno e externo se expandiu espetacularmente, sem nenhuma contrapartida relevante em termos de expansão da base produtiva nacional ou da criação de condições materiais para alavancar nosso crescimento futuro; o sistema produtivo regrediu em termos da integração e complementação de suas cadeias setoriais e intersetoriais e de sua capacidade de geração de empregos; a formação bruta de capital e, em particular, o investimento público reduziram-se significativamente, com o que se acumularam atrasos notáveis na infraestrutura energética e logística; muitas empresas privadas sofreram sérios desequilíbrios patrimoniais, decorrentes do aumento do seu endividamento no exterior e da instabilidade inerente ao mercado financeiro desregulado e globalizado; o Estado foi financeira e institucionalmente desestruturado, limitando-se extraordinariamente sua capacidade de executar políticas públicas e diminuindo sensivelmente seu poder real de exercer sua autoridade político-institucional e coordenar e articular os interesses dos diversos setores da sociedade; a privatização de grande parte do patrimônio público não significou, na maioria dos casos, melhoramento dos serviços ou da capacidade instalada e, junto com a aquisição de um número significativo de empresas privadas nacionais por parte de grupos estrangeiros, aprofundou o processo de desnacionalização da economia brasileira. O equilíbrio dos preços internos foi obtido às custas da criação de fortes tensões inflacionárias em outras dimensões da economia, particularmente nos seus equilíbrios externo e interno.⁵⁵¹

A crise política de 2005 provocou realinhamentos políticos internos no PT, o que acabou repercutindo sobre o posicionamento político desse partido, como se pode notar nas resoluções do 13º. Encontro Nacional do PT, realizado no final de abril de 2006. Nesse Encontro, o partido apontava a necessidade de que o país transitasse para um “novo modelo econômico e social”, que seria garantido pela vitória nas eleições presidenciais e pela ampliação da influência política do partido e de outras forças progressistas. Além disso, o PT indicava a necessidade de polarizar o pleito presidencial, de modo a demarcar as diferenças entre as “forças populares”, ligadas ao campo político do PT, e a oposição neoliberal, encabeçada pelo PSDB. Nesse sentido, o partido estabeleceu dois desafios de médio prazo a serem enfrentados pela esquerda brasileira:

a) superar, através de reformas estruturais, a tragédia social produzida pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista e pela aplicação do receituário neoliberal;

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 388.

b) superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político.⁵⁵²

É bastante questionável a aplicação dessas diretrizes políticas nos mandatos subsequentes de Lula e Dilma. Também é possível discutir o caráter da polarização política prometida para a disputa eleitoral de 2006, tendo em vista que a despolitização dos debates tem sido a marca registrada das últimas eleições presidenciais no país. No entanto, observamos que, embora de maneira tímida, a candidatura presidencial de Lula valeu-se de um discurso mais ofensivo contra as privatizações do governo FHC, o que a levou a se distanciar do tom “meloso” do Lulinha “Paz e Amor” que havia marcado a propaganda eleitoral de 2002.⁵⁵³ Portanto, o conteúdo das resoluções do 13º. Encontro Nacional do PT produziram algum efeito sobre a propaganda eleitoral de Lula em 2006.

5. A queda de Antonio Palocci e a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda

Outra questão que ganhou repercussão política, no contexto de encerramento da crise política, foi a saída de Antonio Palocci e a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda. Palocci renunciou ao cargo de ministro sob as acusações de envolvimento em esquema de corrupção e de quebra ilegal do sigilo bancário de seu denunciante, o caseiro Francenildo Santos Costa. Este havia afirmado à imprensa e à CPI dos Bingos que Palocci teria realizado reuniões com lobistas numa mansão em Brasília, na qual praticavam negócios escusos e organizavam festas com garotas de programa.⁵⁵⁴ Palocci pediu demissão do cargo de ministro da Fazenda no dia 27 de março de 2006. Um dia depois, ocorreria a demissão de Jorge Mattoso, que presidia a Caixa Econômica Federal e havia autorizado ilegalmente a quebra de sigilo bancário da conta do caseiro Francenildo.

Após a renúncia de Palocci e Mattoso, outros membros da equipe do Ministério da Fazenda e alinhados à linha ortodoxa pediram demissão, como foram os casos de Murilo Portugal

⁵⁵² Resoluções do 13º. Encontro Nacional do PT, p. 24. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/2006_XIII_Encontro%20Nacional.pdf

⁵⁵³ Essa questão foi observada por: Perry Anderson. “O Brasil de Lula”. *Novos Estudos* – Cebrap, n. 91, 2011.

⁵⁵⁴ A quebra do sigilo bancário da conta de Francenildo foi autorizada, pois setores do governo suspeitavam que ele havia sido financiado pela oposição de direita para fazer intriga contra Palocci e, com isso, desestabilizar o governo. No entanto, não foi comprovada a referida associação entre Francenildo e a oposição de direita.

Filho, que ocupava o cargo de secretário executivo do Ministério da Fazenda, e Joaquim Lévy, que presidia a Secretaria do Tesouro Nacional. Ambos haviam participado da equipe econômica do governo FHC – o primeiro, como representante do Brasil no FMI e como secretário executivo do Ministério da Fazenda; e o segundo, como membro da equipe de trabalho dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Com a chegada de Mantega ao Ministério, novos nomes de formação não ortodoxa passariam a compor áreas estratégicas da equipe econômica, entre os quais, destacavam-se os economistas Bernard Appy – que foi reconduzido ao cargo de secretário executivo do Ministério da Fazenda após ter sido substituído dessa função por Murilo Portugal Filho, em abril de 2005 – e Júlio Gomes de Almeida – que passou a ocupar o cargo de secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.⁵⁵⁵

Os investidores estrangeiros expressaram publicamente preocupação com a troca de ministros, visto que, diferentemente de Palocci, Mantega não era tido como um homem de confiança para os banqueiros internacionais. O conteúdo da matéria “After Palocci”, publicada três dias após a renúncia do Ministro na revista *The Economist*, indica claramente as dúvidas que os banqueiros internacionais tinham em relação à política econômica a ser executada por Mantega. Para eles, a economia brasileira tornou-se mais sólida graças às medidas adotadas por Palocci e à confiança nele depositada pelos investidores: "Mantega promete seguir o mesmo caminho na economia. Mas há dúvidas sobre o seu comprometimento". Tais dúvidas eram alimentadas pelas posições assumidas por Mantega na presidência do BNDES, quando ele havia dirigido críticas ao excesso de zelo anti-inflacionário e responsabilizado o Banco Central pelo reduzido crescimento econômico do país em 2005, bem como se opusera à elevação do *superávit* primário defendido por Palocci como mecanismo de contenção da dívida pública. A referida matéria ainda caracterizava Mantega como “mais inclinado a encarar o Estado como promotor do crescimento do que um obstáculo”.⁵⁵⁶ Esse exemplo indica as resistências às mudanças no capitalismo neoliberal, manifestadas pelos representantes da burguesia imperialista.

Com todas as limitações, a nomeação de Mantega tinha um significado político positivo para as forças políticas que reivindicavam reformas no capitalismo neoliberalismo, como se pode entrever nas manifestações públicas de entidades patronais e dos trabalhadores, no momento em que ocorria a nomeação deste para o cargo de ministro da Fazenda. Em tom respeitoso, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, lamentou a

⁵⁵⁵ Sobre a composição da equipe econômica do primeiro governo Lula, ver: José Marcos Novelli. “A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006)”, *op. cit.*

⁵⁵⁶ “After Palocci”. *The Economist*, 30 mar. 2006. Disponível em: <http://www.economist.com/node/6750284>

saída de Palocci e teceu alguns elogios à sua gestão, mas avaliou a nomeação de Guido Mantega como positiva para o setor produtivo, caracterizando-a como uma “escolha feliz” feita pelo presidente Lula.⁵⁵⁷ Monteiro Neto manifestou à imprensa que, com o novo ministro, haveria condições bastante propícias para a queda dos juros. Meses depois, ao ser inquirido sobre as eleições presidenciais, esse presidente da CNI, que era também deputado federal do PTB de Pernambuco, afirmou o seguinte: “Eu não tenho candidato à Presidência da República enquanto presidente da CNI. Agora, o Armando Monteiro, como político e como cidadão, tem a sua preferência. Como meu partido é da base do governo, me alinho à candidatura do presidente Lula.”⁵⁵⁸ O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, não chegou sequer a lamentar a saída de Palocci. Preferiu observar que era de competência do Presidente da República aceitar pedido de demissão e nomear ministros e dizer que o país deveria estar acima dos nomes. Tal como o presidente da CNI, Skaf manifestou expectativas positivas em relação ao novo ministro: “Para a entidade, seja quem for o ministro, será mantido o diálogo hoje existente e prevalecerão, sempre, os interesses do Brasil. O ministro Mantega, desde a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem excelente relacionamento com a Fiesp”.⁵⁵⁹ A Fiesp ratificou seu entusiasmo com a nomeação do novo ministro quando publicou matéria na edição dos meses de abril-maio de 2006 da *Revista da Indústria*, que tinha como título de capa a frase “Um desenvolvimentista na Fazenda” e a foto de Mantega sorridente segurando o queixo com o punho direito. Como observa Boito Jr., nessa matéria, a Fiesp reconhecia duas vertentes no governo: “Uma, que ela denomina monetarista, representada por Palocci, e outra, com a qual a Fiesp identifica-se, que ela denomina desenvolvimentista, representada por Guido Mantega”.⁵⁶⁰ Ou seja, os industriais procuravam indicar que as altas taxas juros, as promessas de redução de tarifas de importação e as reduzidas taxas de crescimento econômico alcançadas com Palocci à frente do Ministério da Fazenda não interessavam ao setor produtivo. Apostavam, portanto, que, com Mantega no comando desse Ministério, poderia ocorrer uma aceleração na queda dos juros, e o país poderia retomar os rumos do desenvolvimento. Um trecho da matéria “Novo comando, mudanças possíveis” publicada nessa edição e assinada por duas jornalistas da revista não deixa

⁵⁵⁷ Ver nota da CNI em: “CNI lamenta saída de Palocci, e elogia escolha de Mantega”. *O Globo Online*, 28 mar. 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/cni-lamenta-saida-de-palocci-elogia-escolha-de-mantega-4592804>

⁵⁵⁸ Armando Monteiro Neto. “Empresariado está dividido entre Lula e Alckmin, afirma Monteiro” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 22 jul. 2006.

⁵⁵⁹ Ver nota da Fiesp em: “Fiesp entende que economia não será abalada com mudança de ministro”. *O Globo Online*, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/fiesp-entende-que-economia-nao-sera-abalada-com-mudanca-de-ministro-4592728>

⁵⁶⁰ Armando Boito Jr. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”, *op. cit.*, pp. 93-94.

dúvidas sobre a preferência dos industriais:

A escolha de Guido Mantega para substituir Antonio Palocci no Ministério da Fazenda foi bem recebida pelos industriais paulistas. Os motivos da acolhida se relacionam à palavra desenvolvimentista que define o perfil do economista formado pela Universidade de São Paulo e em teoria se contrapõe à ortodoxia do médico de Ribeirão Preto. Para o setor, o termo soa como (boa) música: pode significar principalmente queda mais acentuada dos juros reais – do ângulo dos empresários, o remédio mais eficaz contra a inflação.⁵⁶¹

O presidente da Febraban, Marcio Cypriano, lamentou a saída de Palocci, por entender que este havia conseguido conduzir a economia com segurança, e apontou a necessidade de Mantega dar continuidade à “responsabilidade fiscal, liberdade cambial e política de metas de inflação”.⁵⁶² No final de abril de 2006, Mantega manifestou discordância em relação à política de juros altos sustentada pelo COPOM e assinalou ser preciso promover a redução dos juros. No início de setembro, esse ministro da Fazenda apresentou um pacote para promover a redução do *spread* bancário, criando um clima de tensão com o presidente e o economista-chefe da Febraban, respectivamente, Marcio Cypriano e Roberto Luís Troster. Enquanto o governo estabeleceu um mecanismo de redução do *spread* bancário pautado em

obrigatoriedade de criação da “conta salário” para todos os bancos; implementar o chamado “cadastro positivo”; [...] redução pela metade da alíquota de contribuição dos bancos ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC); incentivar a portabilidade do crédito e do cadastro bancário,

os banqueiros sustentavam que a condição para promover a redução do *spread* bancário era a redução do depósito compulsório.⁵⁶³ Pouco tempo depois do conflito entre Febraban e governo ter ido a público, Troster foi desligado do cargo e Cypriano pediu desculpas ao governo. Além disso, é preciso observar que o presidente da CNF, Gabriel Jorge Ferreira, e o diretor de Relações com Investidores da Itaú Holding Financeira, Alfredo Setúbal, haviam manifestado concordância com a proposta do governo de redução do *spread* bancário, o que demonstra os conflitos mencionados estiveram muito distantes de colocar os banqueiros nacionais em flagrante oposição ao governo Lula.⁵⁶⁴

As principais entidades representativas dos trabalhadores no meio sindical e popular também receberam como positiva a mudança ministerial. Na nota pública divulgada pela CUT, a entidade manifestou-se criticamente em relação à quebra ilegal de sigilo bancário praticada por

⁵⁶¹ “Novo comando, mudanças possíveis”. *Revista da Indústria*, n. 177, abr-maio, 2006, p. 20.

⁵⁶² Ver nota da Febraban em: “Cypriano: esperamos continuidade”, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/arquivo/Destaques/destaque-Palocci.asp>

⁵⁶³ Ver: Rodolfo Palazzo Dias, *op. cit.*, pp. 115-116.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

Palocci e Mattoso; denunciou as tentativas da oposição, com apoio da mídia, de aproveitar a saída de Palocci para dar sequência à campanha de desestabilização do governo Lula; e depositou esperanças em que Mantega pudesse implantar medidas como “a redução das taxas de juros e do superávit primário, implantação de metas de geração de emprego e crescimento e a priorização dos investimentos em políticas sociais”.⁵⁶⁵ No plano mais geral, a CUT não apresentou nenhuma crítica mais incisiva à política econômica, talvez por acreditar que isso pudesse contribuir para desestabilizar o governo. Comparada à nota pública da CUT, a posição assumida pela Força Sindical foi mais crítica em relação à era Palocci no Ministério da Fazenda. Assinada por Paulinho Pereira da Silva, presidente nacional dessa central sindical, a nota salientava que o governo federal deveria aproveitar a saída de Palocci para promover mudanças na política econômica, buscando enfatizar o crescimento econômico, as políticas voltadas ao setor produtivo e à geração de emprego, e promover a queda das taxas de juros. Em tom crítico, o presidente da Força Sindical salientou que

a Força Sindical sempre criticou a forma como foi conduzido o Ministério da Fazenda nos últimos anos. Palocci se curvou aos especuladores de forma vergonhosa, com uma política extremamente perniciosa para todos os trabalhadores. Uma política nefasta para o setor produtivo, com um estrondoso contingenciamento de verbas públicas e juros em patamares estratosféricos. [...] A saída de Palocci só trará benefícios para o País.⁵⁶⁶

Em entrevista concedida dois dias depois da renúncia de Palocci, Marina dos Santos, uma das integrantes da coordenação nacional do MST, avaliou como positiva a saída de Palocci do Ministério da Fazenda, por entender que ele era um dos responsáveis pela continuidade da política econômica de FHC. Embora tenha preferido não tecer nenhum comentário sobre o novo ministro, a liderança dos sem-terra observou que a saída de Palocci poderia provocar mudanças na política de juros altos e de exportações, e abrir espaço para a resolução de questões sociais, tendo em vista que a política econômica vigente vinha criando óbices à pequena agricultura e emperrando a reforma agrária no país.⁵⁶⁷

A análise do posicionamento das diferentes entidades tanto no auge da crise política em 2005, como em seus últimos suspiros, no início de 2006, permite-nos afirmar que a grande burguesia interna apresentou-se como força social e comandou a frente política que exigia reformas no capitalismo neoliberal. A crise política de 2005 provocou realinhamentos no campo

⁵⁶⁵ Ver nota da Direção Nacional da CUT em: “CUT emite nota sobre afastamento de Palocci”, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.spbancarios.com.br/ImprimirNoticia.asp?c=2098>

⁵⁶⁶ Ver nota da Força Sindical em: “Força Sindical: denúncias forçaram saída de Antonio Palocci”, 28 mar. 2006. Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=30133>

⁵⁶⁷ Entrevista com Marina dos Santos. “Governo ainda não resolveu a questão agrária”, 29 mar. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1858>.

sindical, na base do governo e no interior do PT, e aproximou setores do movimento sindical e popular aos interesses da grande burguesia interna. Tal frente política precisaria vencer mais um obstáculo com vistas a se fortalecer politicamente e superar a crise que tomou conta da política brasileira nos últimos dois anos do governo Lula. Tratemos de analisar o pleito presidencial de 2006.

6. A disputa presidencial de 2006 e os realinhamentos eleitoral e político

Ao comparar os resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2002 e 2006, Hunter e Power observam que a diferença entre o candidato do PT e do PSDB manteve-se a mesma: 61 a 39% dos votos válidos.⁵⁶⁸ No entanto, ao tomarem como referência os dados de intenção de voto e cruzá-los com os critérios de renda, escolaridade e distribuição regional dos eleitores, é possível entrever que, no segundo turno das eleições de 2006, a candidatura Lula passou a ter forte adesão de eleitores que possuíam renda inferior a dois salários mínimos ou que recebiam entre dois e cinco salários mínimos, alcançado, respectivamente, a preferência de 69% e 59% dos eleitores.⁵⁶⁹ Entre os eleitores situados na faixa de renda de cinco a dez salários mínimos ou superior a dez salários mínimos, Lula foi preterido em relação a Alckmin, obtendo, respectivamente, 49% e 44% de intenções de votos. No quesito escolaridade, Lula absorveu a adesão de 67% dos eleitores com ou sem ensino primário completo, 59% dos eleitores com ensino médio completo e 47% dos eleitores que cursavam universidade ou possuíam ensino superior completo. Tais dados revelam que quanto maior o nível de escolaridade, menor era o apoio à candidatura de Lula. No tocante à distribuição regional do voto, Lula teve forte aceitação no Nordeste (com 76% de preferência), Norte e Centro-Oeste (com 61%) e em menor proporção no Sudeste (com 57%). Apenas na região Sul, Lula obteve uma aceitação menor que a de seu oponente, atingindo 48% das intenções de voto. Os autores chamam a atenção também para o fato de que o voto em Lula, até 2002, identificado com o PT, passou a dissociar-se do partido, em 2006. A partir desses dados, Hunter e Power concluem que a candidatura Lula foi vitoriosa por conta do apoio do eleitorado mais pobre que possui menor renda e escolaridade e habita as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, tendo, no entanto, se distanciado do eleitorado que lhe

⁵⁶⁸ Wendy Hunter e Timothy J. Power. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, 2007.

⁵⁶⁹ A referência dos dados é a da pesquisa realizada pelo Datafolha, entre os dias 27 e 28 de outubro de 2006, com 12.561 eleitores. Nesse ano, o segundo turno da eleição ocorreu no dia 29 de outubro, e os resultados gerais da distribuição de votos válidos foram idênticos ao alcançado pela referida pesquisa.

deu suporte nas eleições anteriores, identificados como “classes privilegiadas” ou “profissionais de classe média”. Para os autores, três fatores explicam esse realinhamento eleitoral: a) a assimetria regional do acesso à informação sobre os escândalos de corrupção, mais favorável à população das regiões Sudeste e Sul; b) as mudanças econômicas ocorridas no primeiro mandato de Lula, tais como: o crescimento econômico registrado entre 2004 e 2006; a queda da inflação nos dois últimos anos de governo; a queda dos juros a partir de agosto de 2005; a expansão do crédito; o aumento do salário mínimo; a ampliação dos programas de transferência de renda, que produziram efeitos macroeconômicos importantes sobre as condições de vida da população mais pobre e praticamente deixaram estagnada a posição das classes médias; e c) as políticas sociais focalizadas que marcaram uma diferença qualitativa em relação ao governo FHC, caracterizado como “governo de reformas”, na medida em que o governo Lula tornou-se um “governo de programas”. No governo de reformas, o Executivo precisa negociar com o Congresso Nacional para adotar medidas impopulares. No governo de programas, o Executivo não precisa negociar com o Congresso e assume o controle dos programas.⁵⁷⁰

Para analisar o realinhamento eleitoral numa perspectiva mais ampla, faz-se necessário não apenas entrever o perfil do eleitorado, mas também as mudanças ocorridas no financiamento de campanha, em especial as contribuições dadas pelas empresas às candidaturas presidenciais, e o próprio comportamento político de lideranças empresariais em relação ao processo eleitoral. Ou ainda, entendemos que o realinhamento eleitoral atinge também o bloco no poder no país. É o que buscaremos colocar em evidência a seguir.

O montante total das contribuições financeiras recebidas pelas duas principais candidaturas presidenciais no pleito de 2006 mais do que duplicou em relação ao da eleição de 2002, passando de R\$ 55,76 milhões para R\$ 120,8 milhões.⁵⁷¹ Isso demonstra o papel crescente do financiamento privado nas campanhas eleitorais brasileiras. Ao se comparar as contribuições financeiras nessas duas eleições, é possível observar mudanças importantes de um pleito para outro, entre as quais destacamos:

a) Em 2006, a candidatura do PSDB (Alckmin) perdeu considerável influência que detinha junto ao setor financeiro. As contribuições recebidas desse setor ampliaram-se aproximadamente R\$ 700 mil, mas a importância delas sobre o total recebido pelas candidaturas tucanas caiu de 45,86%, registrados em 2002, para 29,4%. Além disso, a candidatura do PT passou a disputar o

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 18.

⁵⁷¹ Os dados de financiamento de campanha foram extraídos de: Rodrigo de Almeida. “Caixa 1 dos interesses”, *op. cit.*

espaço ocupado pelo PSDB junto ao setor financeiro, atingindo a cifra de R\$ 12,7 milhões, em 2006, número muito próximo ao que o PSDB logrou obter na mesma eleição (R\$ 13,46 milhões) e muito superior ao alcançado pelo PT na eleição anterior (R\$ 6,08 milhões).

b) Em 2006, a candidatura Lula recebeu forte apoio financeiro do setor de construção civil e imobiliário, que não só figurou como o principal contribuinte dessa candidatura, como ampliou em sete vezes o montante de recursos em relação às eleições de 2002. Esse setor marcou também presença entre os seis principais setores contribuintes⁵⁷² da candidatura Alckmin, mas a preferência por Lula era nítida, já que o PSDB recebeu dos empreiteiros e proprietários de imóveis um valor 3,5 vezes menor do que o recebido pelo seu oponente.

c) O setor de bebidas e alimentos também ampliou consideravelmente o apoio financeiro à candidatura Lula, atingindo uma contribuição 5,7 vezes superior à registrada em 2002. Esse setor também marcou presença entre os seis principais contribuintes da candidatura Alckmin, ficando no posto de terceiro maior contribuinte das duas candidaturas, mas expressando clara preferência por Lula, que recebeu mais do que o dobro de Alckmin.

d) Como consta nas tabelas 9 e 10, a posição dos seis principais contribuintes das candidaturas do PT (Lula/Lula) e do PSDB (Serra/Alckmin) alterou-se significativamente. No caso do PSDB, com exceção dos setores financeiro e siderúrgico, que mantiveram, respectivamente, o primeiro e o quinto lugares, todos os demais foram preenchidos por contribuintes novos. No caso do PT, o setor de construção civil e imobiliário transformou-se no principal contribuinte, ocupando a posição antes preenchida pelo setor financeiro, que passou para o segundo lugar. Ademais, o setor de têxtil, couro e vestuário deixou de figurar entre os seis principais contribuintes, sendo substituído pelo setor de bebidas e alimentos. O mesmo ocorreu com o setor de comunicações, que cedeu espaço para o setor de mineração. Os setores siderúrgico e químico e petroquímico mantiveram-se nas cinco primeiras colocações.

⁵⁷² Em sua pesquisa, Almeida divide as contribuições dos empresários em 22 categorias: açúcar e álcool; agropecuário; bebidas e alimentos; comércio; comunicações; construção civil e imobiliário; eletroeletrônico; energia; fabricação de veículos e peças; farmacêutico; financeiro; madeireiro; metalúrgico; mineração; papel e celulose; plásticos e borrachas; químico e petroquímico; serviços; siderúrgico; têxtil, couro e vestuário; transporte; e outros. Ver: *Ibidem*. Em contato por email, Almeida nos informou que elaborou o artigo com base nos dados que lhe haviam sido repassados pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, na época, editor da revista eletrônica *Insight Inteligência*, na qual o artigo foi publicado.

Tabela 9 - Financiamento de campanha - Seis principais setores contribuintes – candidatura Lula – eleições 2002 e 2006

2002			2006		
Setor	Contribuição (R\$)	% de contribuição	Setor	Contribuição (R\$)	% de contribuição
Financeiro	6,08 milhões	21,74%	Construção civil e imobiliário	18,02 milhões	24,02%
Têxtil, couro e vestuário	2,65 milhões	9,47%	Financeiro	12,7 milhões	16,93%
Químico e petroquímico	2,63 milhões	9,40%	Bebidas e alimentos	9,13 milhões	12,16%
Construção civil e imobiliário	2,49 milhões	8,9%	Siderúrgico	6,35 milhões	8,46%
Siderúrgico	2,05 milhões	7,33%	Químico e petroquímico	4,97 milhões	6,62%
Comunicações	2,05 milhões	7,33%	Mineração	4,55 milhões	6,06%
Total	17,95 milhões	64,17%	Total	55,72 milhões	77,25%

Elaborada com dados de: Rodrigo de Almeida. “Caixa 1 dos interesses”, *op. cit.*

Tabela 10 - Financiamento de campanha - Seis principais setores contribuintes – candidaturas Serra/2002 – Alckmin/2006

2002			2006		
Setor	Contribuição (R\$)	% de contribuição	Setor	Contribuição (R\$)	% de contribuição
Financeiro	12,75 milhões	45,86%	Financeiro	13,46 milhões	29,4%
Papel e celulose	3,89 milhões	13,99%	Construção civil e imobiliário	5,05 milhões	11,03%
Comunicações	1,91 milhão	6,87%	Bebidas e alimentos	4,15 milhões	9,06%
Químico e petroquímico	1,7 milhão	6,11%	Mineração	3,7 milhões	8,08%
Siderúrgico	1,68 milhão	6,04%	Siderúrgico	3,6 milhões	7,86%
Comércio	1,15 milhão	4,13%	Açúcar e álcool	2,96 milhões	6,46%
Total	23,08 milhões	83%	Total	32,92 milhões	71,89%

Elaborada com dados de: Rodrigo de Almeida. “Caixa 1 dos interesses”, *op. cit.*

e) Quando comparadas as seis maiores contribuições destinadas às duas candidaturas nas eleições de 2002 e 2006, observa-se certa dispersão delas no caso da candidatura Alckmin – de 83% caíram para 71,89% – e uma maior concentração das destinadas à candidatura Lula – passando de 64,17% para 77,25%. Isso significa que um número menor de setores tornou-se responsável por uma fatia maior do total de recursos financeiros recebidos por esta candidatura.

f) Diferentemente do que as lideranças empresariais sustentariam na grande imprensa, no processo eleitoral de 2006, o empresariado não estava tão dividido na escolha do futuro Presidente da República, visto que a candidatura Lula ganhou de longe da candidatura Alckmin no quesito financiamento privado oriundo de empresas, tendo recebido cerca de R\$ 75 milhões contra R\$ 45,78 milhões da candidatura tucana. Tomando-se como base a soma dessas contribuições e calculando-se o percentual destinado a cada uma das candidaturas, chega-se, curiosamente, a um dado muito próximo ao registrado pelas votações de Lula e Alckmin no segundo turno, já que Lula obteve 62,1% das contribuições e Alckmin 37,9% delas, e, no pleito presidencial, os percentuais atingidos pelos dois candidatos foram, respectivamente, de 60,83% e 39,17%.

Chamamos a atenção para o fato de que, mesmo sob o impacto da crise política, o governo logrou se fortalecer politicamente e ganhar o apoio de parte considerável do empresariado. Se faz sentido falar em divisão do empresariado em 2002, é possível dizer que o cenário político era outro nas eleições de 2006: a grande burguesia interna elegeu Lula para realizar as reformas “possíveis” no modelo neoliberal. Diniz e Boschi sustentam que o empresariado não revelou grandes expectativas de mudanças políticas e econômicas com os resultados eleitorais, mas também salientam que havia certo entendimento entre os empresários sobre a necessidade de o futuro governo colocar em prática uma política econômica distinta daquela referenciada no Consenso de Washington. Como salientam esses autores, numa conjuntura em que a economia mundial vinha demonstrando sinais de crescimento, registrando taxa média de 4,8%, em âmbito mundial, e de 7,2%, nos países emergentes, o Brasil ainda atingia magros 2,3% de crescimento econômico. Daí advinha o discurso de que o país não poderia perder o ambiente econômico favorável para realizar mudanças. A CNI e as várias federações estaduais da indústria formularam uma “agenda comum” pautada nas seguintes diretrizes: “redução das taxas de juros, da carga tributária e dos encargos trabalhistas” e “ênfase na necessidade de adoção de políticas de aumento dos investimentos, melhoria das condições de infraestrutura, especialmente nas áreas de energia e transportes, além de outras iniciativas para a promoção do crescimento sustentado”.⁵⁷³

A postura de crítica à ortodoxia neoliberal também foi defendida por entidades do movimento sindical e popular nas eleições de 2006. Enquanto CUT e MST sustentaram

⁵⁷³ Eli Diniz e Renato R. Boschi. “Os empresários e as eleições presidenciais de 2006” In: *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007, p. 131.

publicamente apoio à candidatura Lula, a Força Sindical liberou suas lideranças para o voto. No 9º. CONCURT, realizado em junho de 2006, a CUT aprovou resolução com cinco eixos fundamentais. O primeiro deles tratava especificamente das eleições de 2006 e do apoio que a entidade daria à reeleição de Lula. A CUT reconhecia as limitações da política econômica baseada em juros altos e na geração de *superávit* primário, mas pontuou que os avanços do primeiro mandato do governo Lula eram “inequívocos”, entre os quais se destacavam:

o aumento do emprego formal, com a criação de aproximadamente 4 milhões de empregos com carteira assinada; o investimento de mais R\$ 15 bilhões entre 2004 e 2005 na agricultura familiar; a promulgação do Estatuto do Idoso; o combate ao trabalho escravo; a luta contra a discriminação por sexo e raça nas relações de trabalho; a contratação de funcionários públicos por concurso; o aumento real de quase 20% do salário mínimo, que hoje compra duas vezes mais produtos da cesta básica do que no início do governo; a ampliação do ensino público universitário; a não assinatura do tratado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); o fortalecimento dos laços com outros países do Sul do mundo e, em especial, com os da América Latina e a reorientação de empresas públicas (como Petrobrás e BNDES), são alguns exemplos dentre outros importantes. Além disso, a democracia estabelecida através de abertura de inúmeros canais de diálogo, se não atingiu ainda a qualidade e institucionalidade que reivindicamos, propiciou uma melhora substancial nas relações do Estado com o movimento sindical, que precisa ser aperfeiçoada, a exemplo dos Conselhos Nacionais, Mesas de Negociação e Fóruns Públicos.⁵⁷⁴

Nesse Congresso, a CUT firmou também dois objetivos táticos a serem alcançados: impedir a vitória da candidatura Alckmin e apoiar a reeleição de Lula. Tal tática foi sintetizada no lema: “Para impedir o retrocesso e avançar nas mudanças, reeleger Lula Presidente”.

O MST apresentou uma posição mais crítica sobre o processo eleitoral, ao salientar que as eleições de 2006 não alterariam a correlação de forças no país e ao denunciar o caráter despolitizado das campanhas presidenciais. Os sem-terra indicavam a necessidade de o país romper com o modelo neoliberal e entendiam que os inimigos a serem combatidos eram a grande imprensa, o agronegócio e o capital financeiro. Mesmo reconhecendo que o primeiro governo Lula não havia rompido com o modelo neoliberal, o MST depositou expectativas de mudanças no segundo mandato:

Esperamos que o governo Lula se reeleja no segundo turno, mas com compromissos e propostas mais claras de mudanças e de enfrentamento ao neoliberalismo. Desejamos que em um segundo mandato se realize a Reforma Agrária; que se criem mais empregos em especial para os jovens; que se valorize a educação e a saúde pública; que se reduza o superávit primário. Enfim, esperamos um governo que defenda os interesses da classe

⁵⁷⁴ Resoluções 9º. CONCURT (Trabalho e democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras), jun., 2006, pp. 7-8. Disponível em: http://www.cut.org.br/downloads/sistema/documentos_oficiais/54/livro-resolucoes-9concut.pdf/resolucao-do-9-congresso-nacional-da-cut.pdf

trabalhadora.⁵⁷⁵

No caso da Força Sindical, a despeito de a entidade defender reformas no modelo neoliberal, o que poderia aproximá-la da candidatura Lula, sua direção nacional não chegou a um consenso sobre a escolha presidencial. Em pronunciamento público, Paulinho da Força afirmou que 70% da direção apoiava Alckmin, entre os quais ele se incluía, e 30% apoiava Lula, entre os quais se vinculava outra importante liderança da central: o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna).⁵⁷⁶ Em entrevista concedida, um pouco antes do primeiro turno, Juruna sustentou que a adesão à candidatura Lula vinha se ampliando entre as lideranças da Força Sindical, que chegaram a se reunir com Lula num encontro em São Paulo. Inquirido a dar uma explicação sobre a ampliação do apoio a Lula na entidade, o secretário-geral da Força Sindical respondeu:

Primeiro, porque houve uma valorização das centrais sindicais nas negociações de interesse dos trabalhadores, como o salário mínimo, o reajuste dos aposentados. A medida provisória da legalização das centrais sindicais também contribuiu muito para isso. Isso do ponto de vista mais geral. Do ponto de vista social, observamos uma melhoria da renda, do salário mínimo. Nos últimos três anos, houve uma melhoria dos acordos salariais que as entidades levaram a cabo com os empresários. Essa melhoria é fruto também da melhoria da situação econômica do país. Por esse motivo, lideranças nossas vão dar esse apoio. Haverá um outro encontro com o Lula, no sentido de que haja um aumento da participação das instituições nas negociações que haverá no governo nos próximos anos.

A posição final da direção da Força Sindical foi a de liberar o voto de suas lideranças no segundo turno das eleições de 2006. Mesmo havendo divergências entre as principais lideranças quanto à escolha do futuro presidente, é preciso observar que tanto Paulinho da Força quanto Juruna concordavam que, a partir da chegada de Luiz Marinho no Ministério do Trabalho, havia melhorado a relação das centrais com o governo federal.⁵⁷⁷ É interessante observar, ademais, que, no segundo mandato de Lula, a Força Sindical foi incorporada ao governo federal, pois Luiz Antonio Medeiros assumiu o cargo de secretário de Relações de Trabalho e Carlos Lupi, ligado ao partido de Paulinho da Força, o PDT, tornou-se ministro do Trabalho. Enfim, ao longo do segundo mandato, as relações entre Força Sindical e governo Lula estreitaram-se, mas vale observar que as condições que propiciaram tal aproximação foram constituídas ainda no primeiro mandato.

⁵⁷⁵ Direção Nacional do MST. “As eleições no processo de mudança no Brasil”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, n. 266, out. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/266/editorial>

⁵⁷⁶ “Força Sindical deve liberar lideranças para escolha entre Lula e Alckmin no 2º turno”. *O Estado de S. Paulo*, 6 out. 2006. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2006/not20061006p68029.htm>

⁵⁷⁷ Juruna (entrevista). “Lula tem apoio inédito de lideranças da Força Sindical no 1º turno”, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://votolula.blogspot.com.br/2006/08/lula-tem-apoio-indito-de-lideranas-da.html>

Com base no que discutimos até aqui, é possível concluir que a vitória da candidatura Lula não foi meramente eleitoral, visto que também significou uma derrota política da tática de sangria adotada por setores de oposição de direita ao governo. Apesar das tentativas da oposição em desgastar o governo, mesmo após a vitória eleitoral em 2006, a exemplo do movimento *Cansei*, organizado em 2007, na prática, a conjuntura revelou a fraqueza política dos grupos sociais que tentavam resgatar o neoliberalismo ortodoxo. No segundo governo Lula, o país chegava à fase de consolidação do social-liberalismo que, sem retirar do grande capital financeiro internacional a hegemonia política, lograria acomodar os interesses da grande burguesia interna e ter uma forte base de apoio da aristocracia dos trabalhadores assalariados, situada na burocracia das principais centrais sindicais: CUT e Força Sindical, e dos trabalhadores pauperizados aos quais eram asseguradas as políticas compensatórias. Seria justamente a convergência dessas forças políticas que faria o governo dar a volta por cima e impor sérias dificuldades para a organização política das forças de oposição que passavam, há algum tempo, por processo de instabilidade interna, não logrando apresentar uma alternativa política nem afirmar uma identidade política com lastro social.

A análise da crise política de 2005 permitiu-nos identificar a grande burguesia interna como a força dirigente desse processo político que provocou a crise de representação política do PT no governo, que passou a representar os interesses dessa fração de classe. A elevação da grande burguesia interna à condição de fração reinante foi o primeiro passo para fortalecer o movimento de reformas no modelo neoliberal. A despeito das resistências a essas reformas, a burguesia imperialista não logrou conter o fortalecimento político da grande burguesia interna na conjuntura em questão. Por mais que tentassem desgastar o governo com as denúncias de corrupção, o movimento mais significativo foi o da defesa de mudanças na política econômica, visando a flexibilização do neoliberalismo *tout court* (exagerado). Para conseguir impor seus interesses, essa força dirigente da crise política valeu-se de uma força motriz (base social) importante: os trabalhadores pauperizados, contemplados pelas políticas compensatórias; a aristocracia dos trabalhadores assalariados situada nas burocracias sindicais, no movimento sindical e popular claramente identificado com o governo federal; a representação das pequena e média burguesias no Congresso Nacional; e, contraditoriamente, até mesmo os setores de classe média vinculados ao funcionalismo público, que, apesar de realizarem protestos contra a corrupção e a política econômica, acabaram reforçando a onda política de desgaste do neoliberalismo – o que, na prática, significou o questionamento dos interesses da grande

burguesia financeira. Enfim, a base social, a força motriz da crise política, era bastante diversa, mas suficientemente coesa para sustentar a defesa de reformas no modelo neoliberal.

A queda de Palocci e a eleição de Lula, em 2006, são indicadores importantes dos resultados dessa crise política e das mudanças na correlação de forças na conjuntura em questão. Nesse sentido, é possível dizer que a crise política foi marcada pela presença de uma força social, a grande burguesia interna, que, com o respaldo de uma base social bastante diversificada, logrou impor algumas derrotas aos interesses do capital financeiro sem, com isso, promover a superação do modelo neoliberal. Diversamente de uma conjuntura de instabilidade política, marcada pela ausência de uma força social organizada com base social, o desfecho desse processo político indica mudanças significativas nas relações de classe no país. O fim da crise política manifesta simultaneamente a vitória do governo, a derrota da oposição, o avanço do processo de reformas no modelo neoliberal e, com isso, o fortalecimento político da grande burguesia interna.⁵⁷⁸ São essas questões que a crítica moralista da corrupção, a análise institucionalista e muitos dos críticos de esquerda do governo Lula deixaram de observar na caracterização da crise política de 2005.

⁵⁷⁸ Não é o propósito desta tese analisar os três governos petistas nos anos 2000. No entanto, cabe esclarecer que as mudanças ocorridas do primeiro para o segundo mandato de Lula não nos permite identificar a predominância da visão desenvolvimentista na política econômica, como defendem Barbosa e Souza, nem sustentar a ideia de que nada mudou e que os governos petistas contribuíram apenas para aprofundar o “modelo liberal periférico”, como afirma Gonçalves. No nosso entendimento, o conceito que melhor caracteriza tais mudanças e indica a ocorrência de reformas (sem ruptura) no capitalismo neoliberal é o de social-liberalismo. Portanto, inserimos a nossa análise num ponto intermediário entre a abordagem “rupturista” e a abordagem “continuista”, observando que, do ponto de vista da hegemonia política, o social-liberalismo combina manutenção da hegemonia do capital financeiro internacional com fortalecimento político da grande burguesia interna. Ver: Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda” In: Emir Sader e Marco Aurélio Garcia (orgs.). Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo, Boitempo, 2010; Reinaldo Gonçalves. “Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores”, maio 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf

CONCLUSÃO

“A nova carne é comida com os velhos garfos”

(Bertolt Brecht, As novas eras)

Ao longo desta tese, analisamos as crises políticas ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro a partir de quatro perspectivas: da relação entre crises políticas e processos de desenvolvimento capitalista no país; da natureza das crises políticas; da dinâmica interna das crises; dos efeitos e resultados de curto prazo das crises políticas.

No que concerne à *relação entre crises políticas e processos de desenvolvimento capitalista no país*, analisamos a transição ao capitalismo neoliberal e as reformas desse modelo, respectivamente, nos capítulos 1 e 3, para compreender quais eram e como se desenvolveram as contradições das quais emergiram as crises do governo Collor e do partido do governo (PT). Desse modo, caracterizamos essas crises como resultantes das contradições geradas pelos processos de transformação no capitalismo brasileiro nas conjunturas assinaladas.

Sob o enfoque *da natureza das crises políticas*, pudemos assinalar as classes e frações de classe que se encontravam em linha ascensional ou descendente nos processos políticos em questão, bem como caracterizar as formas de manifestação específicas das crises políticas, ora como crise de governo, ora como crise do partido do governo. No capítulo 2, indicamos que a ascensão do neoliberalismo, na formação social brasileira, representou o fortalecimento político dos interesses da burguesia imperialista, o que limitou a ação da burguesia interna a resistências seletivas e pontuais em relação ao programa neoliberal. No capítulo 4, salientamos que, no início dos anos 2000, estava em curso um processo de desgaste do neoliberalismo e, conseqüentemente, dos interesses da burguesia imperialista, abrindo-se, então, espaço para o fortalecimento dos interesses da grande burguesia interna na implementação da política econômica e social do governo Lula.

O exame *da dinâmica interna das crises* colocou-nos o desafio de analisar, em detalhes, os processos das crises e de periodizar os deslocamentos das relações entre as forças em conflito, indicando quais classes e frações de classe apresentaram-se como força dirigente e força motriz nesses processos políticos. Na conjuntura do governo Collor, observamos que os conflitos entre Executivo e Parlamento evidenciavam as tensões existentes entre os interesses da burguesia imperialista e os da burguesia interna. Foi a partir de ações promovidas no Congresso Nacional

que a burguesia interna, com apoio de representantes de segmentos das classes médias e do operariado, conseguiu desgastar e isolar o Presidente da República e apresentar-se como força dirigente do *impeachment* dele. As manifestações massivas realizadas principalmente por estudantes de classe média desempenharam o papel de força motriz do movimento “Fora Collor” e fizeram ruir a própria base aliada do governo, que, em sua grande maioria, votou pelo *impeachment* do presidente Collor. Na conjuntura do primeiro governo Lula, constatamos que a crise política revelou as relações de representação do partido do governo com os interesses da grande burguesia interna. Embora as denúncias de corrupção contra membros do governo e do PT tenham provindo dos próprios partidos de patronagem aliados que reivindicavam mais verbas e cargos federais, a oposição de direita, alinhada aos interesses da burguesia imperialista, procurou aproveitar-se dessa situação, adotando a tática de sangria para tentar inviabilizar a candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 2006 e neutralizar as reformas no modelo neoliberal que o governo vinha promovendo. Na ausência de um grande movimento de massas, o governo Lula conseguiu contornar a situação, abrindo maior espaço para o PMDB nos ministérios, promovendo encontros e assumindo compromissos com representantes da grande burguesia interna, substituindo Palocci por Mantega no Ministério da Fazenda.

A análise dos efeitos e resultados de curto prazo das crises políticas propiciou-nos entrever as mudanças na política implementada pelo governo Itamar, que passou a atender, de maneira limitada, algumas reivindicações dos segmentos que reclamavam dos efeitos deletérios promovidos pela política neoliberal de Collor. Quanto ao governo Lula, observamos a realização de reformas no modelo neoliberal, processo que se fortaleceria especialmente no segundo mandato. Tais mudanças surtiram efeitos nos pleitos presidenciais de 1994 e 2006, como pudemos assinalar na última parte dos capítulos 2 e 4.

Foi a partir da articulação dessas quatro dimensões apontadas que logramos atingir uma visão mais abrangente das crises políticas ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro. Do ponto de vista metodológico, sustentamos, portanto, que a análise das crises políticas deve combinar o exame de suas causas, natureza, dinâmica interna e resultados.

A análise das crises políticas de 1992 e 2005 permitiu-nos também observar alguns pontos em comum existentes entre elas, tais como: sua caracterização como crises políticas positivas para as classes dominantes e sua relação com o processo de desenvolvimento do capitalismo neoliberal no Brasil.

Caracterizamos as referidas crises como crises positivas para as classes dominantes pelos

seguintes motivos:

a) Não observamos, nessas conjunturas, a ocorrência de uma crise na cúpula ou de um efetivo acirramento nos conflitos intraburgueses. Na conjuntura do governo Collor, a burguesia interna apenas fez resistências pontuais e seletivas ao programa neoliberal sustentado pela burguesia imperialista, demonstrando sua fragilidade político-ideológica no contexto de ofensiva neoliberal. No caso das classes dominadas, a despeito da existência de um forte movimento grevista, predominou o discurso contra os efeitos da política neoliberal implementada por esse governo. Na conjuntura do primeiro governo Lula, foi a burguesia imperialista que resistiu às reformas no capitalismo neoliberal, reivindicadas pela grande burguesia interna e também por amplos segmentos do movimento popular e sindical e dos trabalhadores desorganizados. Diante desse quadro, muito distante de colocar em xeque a hegemonia política do capital financeiro internacional, a grande burguesia interna procurou acomodar seus interesses nas zonas de menor tensão com a burguesia imperialista.

b) Não havia nenhum movimento expressivo e inclinado a realizar a crítica popular do caráter de classe do Estado. Em termos gerais, observamos o caráter despolitizado das manifestações realizadas nas duas conjunturas históricas analisadas, a despeito das manifestações massivas que tomaram as ruas de várias brasileiras, nos meses de agosto e setembro de 1992. Não foi por acaso que a crítica moralista contra a corrupção ganhou centralidade no debate público, assumindo uma feição mais progressista no contexto da crise do governo Collor, quando se manifestou também como uma crítica difusa aos efeitos deletérios produzidos pela política desse governo. Também não foi fortuita a feição conservadora da crítica, na conjuntura da crise do partido do governo em 2005, sendo utilizada como tática de sangria pela oposição de direita para inviabilizar a candidatura de Lula em 2006 e conter o avanço das reformas no modelo neoliberal que visassem ampliar, ainda que de maneira comedida, a intervenção do Estado na economia e a abrangência das políticas de transferência de renda. Em ambos os casos, a crítica moralista da corrupção serviu como instrumento de desgaste dos governos de plantão, sendo bem-sucedida no intento de remover Collor do cargo de Presidente da República e malsucedida na tentativa de evitar a vitória eleitoral de Lula em 2006;

c) O enquadramento constitucional da crise de 1992 e a blindagem do presidente Lula são outros indicadores da positividade das crises para as classes dominantes. Em 1992, o processo político que levou ao *impeachment* de Collor, seguiu à risca a Constituição brasileira e a tradição despolitizadora relacionada ao *impeachment*, dispositivo que só é acionado quando o Presidente

da República é acusado de cometer crime de responsabilidade. Após as denúncias de Pedro Collor, foi aberta a CPI do caso PC Farias, a qual, no curso das investigações, identificou a relação do presidente Collor com esquemas de corrupção. Tal descoberta possibilitou à CPI sugerir a abertura de processo de *impeachment* do Presidente, votado e aprovado no final de setembro pelo Congresso Nacional, assegurando a posse de Itamar Franco. Em 2005, a despeito das pressões da grande imprensa para envolver o presidente Lula nos esquemas de corrupção, com o conhecido mote “Lula sabia”, não observamos qualquer medida tomada por parte das CPIs que pudesse incriminar o Presidente da República. Na verdade, enquanto que vários membros do partido de Lula foram defenestrados dos altos cargos que ocupavam no governo federal e na direção nacional do PT, a figura de Lula foi preservada. Vale lembrar que as denúncias de corrupção advindas da própria base do governo, como a levada à imprensa pelo deputado Roberto Jefferson, não apontavam o envolvimento de Lula nesses esquemas de compra de votos de parlamentares ou de uso de caixa dois no financiamento de campanha. Ainda sobre a questão da corrupção, é preciso chamar a atenção para o fato de que tanto Collor quanto Lula procuraram governar amparados por alianças com partidos de patronagem, o que tornou tais governos muito vulneráveis à chantagem política. No caso do governo Collor, essa opção teve um agravante, visto que o próprio partido do presidente, o PRN, era uma legenda de aluguel, levando-o a se isolar politicamente até ser destituído pelo Congresso Nacional do cargo para o qual fora eleito. No caso do governo Lula, a crise estourou inicialmente na própria base governamental, com denúncias de corrupção feitas por lideranças dos partidos de patronagem aliados. A oposição de direita, que tentou se aproveitar desses conflitos, foi malsucedida quanto a inviabilizar a candidatura de Lula em 2006.

No que se refere à relação entre crise política e capitalismo neoliberal, procuramos demonstrar como a implementação da política neoliberal foi atravessada, de ponta a ponta, por conflitos de classes, estando longe de se caracterizar como um processo inelutável. Isso pode ser evidenciado no próprio pleito presidencial de 1989 quando Collor aderiu efetivamente ao neoliberalismo, no segundo turno, e teve muita dificuldade de vencer seu oponente em meio a uma crise nas relações de representação política. No decorrer do mandato, o governo eleito enfrentou muitas resistências derivadas do quadro de recessão econômica existente no país, das pressões dos países imperialistas pela implementação do programa neoliberal, da explosão das greves, ou melhor, Collor governou numa situação de instabilidade hegemônica que acabou se transfigurando na crise política de 1992. Como já repisamos acima, a burguesia interna marcou

presença como força dirigente do processo de crise e logrou, por meio de ações junto ao Congresso Nacional, minar a base de sustentação política do governo Collor. Para tanto, contou com o apoio das manifestações estudantis massivas, com predomínio de estudantes secundaristas e de classe média, que insatisfeitos com os efeitos deletérios produzidos pela política do governo Collor sobre suas condições de vida, reivindicavam o *impeachment* do Presidente da República e formavam a força motriz do “Fora Collor”. Com a posse de Itamar, o novo governo teve que fazer concessões às forças atuantes na crise, para garantir a estabilidade política. Isso explica a relutância do governo Itamar em aplicar o programa neoliberal, na íntegra, nos moldes preconizados pela burguesia imperialista. O desgaste do neoliberalismo, no final dos anos 1990, e a vitória eleitoral de Lula, em 2002, abriram um novo cenário para mudanças na política estatal. No entanto, a gestação de reformas no capitalismo neoliberal foi marcada também por conflitos. A crise política deflagrada em 2005 pôs a nu as relações políticas de representação existentes entre o partido do governo (PT) e os interesses da grande burguesia interna. O apoio dessa fração de classe ao governo Lula reduziu significativamente a possibilidade de vitória política da oposição de direita com a adoção da tática de sangria. A crise desarticulou politicamente o PT, mas, ainda assim, Lula conseguiu se reeleger em 2006 com folga de votos sobre Alckmin. Nessa conjuntura, a burguesia interna se fortaleceu politicamente diante dos interesses do capital forâneo graças ao apoio de amplos setores dos trabalhadores desorganizados e de parcelas significativas do movimento sindical e popular, sem, contudo, conseguir fundar um “novo modelo de desenvolvimento” pós-neoliberal.

Em síntese, o nosso ponto de partida teórico nos permitiu evidenciar que as crises políticas, muito distantes de serem concebidas como uma anomalia ou como um fenômeno sempre presente, podem ser abordadas a partir do exame das contradições presentes em determinada situação histórica na qual ocorre a constituição de uma força social capaz de promover mudanças nas relações de classe e na implementação da política estatal. Além disso, esperamos ter conseguido demonstrar as diferenças existentes entre o nosso enfoque teórico e a perspectiva institucionalista que, embora seja bastante influente na Ciência Política contemporânea, não logra demonstrar de maneira satisfatória os nexos existentes entre política e economia ou entre instituições e relações sociais. Ao realizar a análise sistemática dos processos de crise política no capitalismo neoliberalismo brasileiro, consideramos que a nossa pesquisa contribui em, alguma medida, para resgatar a tradição de estudos das crises políticas que abordava tais fenômenos a partir de explicações de caráter macrossocial e macropolítico.

Não poderíamos encerrar esta tese sem tecer alguns breves comentários sobre a atual conjuntura, em face dos protestos que tomaram as ruas de várias cidades brasileiras, em junho de 2013, e sobre seus desdobramentos até o início de agosto de 2013.

Até o momento, não presenciamos a deflagração de uma crise política, visto que não observamos a constituição de uma força social com capacidade de provocar mudanças nas relações de poder no país.

Os referidos protestos nasceram da ação organizada de movimentos que defendiam a redução das tarifas de ônibus e questionavam a malversação de dinheiro público destinado a eventos esportivos. As manifestações de maior visibilidade foram as realizadas nas cidades em que estavam ocorrendo os jogos da Copa das Confederações ou nas quais o Movimento Passe Livre apresentou-se de maneira mais organizada e com força política suficiente para obter a conquista da redução das tarifas de ônibus. Na medida em que o movimento foi se ampliando, a base social e as pautas reivindicativas tornaram-se cada vez mais heterogêneas. Embora o movimento tenha sido vitorioso, quando logrou tornar pautas concretas suas insatisfações difusas – a exemplo da redução das tarifas que foi adotada em várias cidades no país –, os protestos assumiram forte feição de movimentos espontaneístas, conseguindo agregar desde setores que empunhavam cartazes reivindicando a revolução socialista até segmentos que pregavam o retorno imediato aos porões da ditadura.

Nesse processo, chama-nos a atenção a presença da bandeira pela ampliação do intervencionismo estatal, a qual tem ganhado adesão considerável dos manifestantes, como demonstram as reivindicações por mais verbas para a educação e para a saúde, pela redução da jornada de trabalho, pela derrubada do projeto de lei que permite a terceirização das atividades-fins das empresas, ou mesmo, pela implementação do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Essas pautas parecem sepultar a possibilidade de retomada do neoliberalismo extremado na conjuntura atual, o que não significa que a superação do capitalismo neoliberal esteja já dada.

Ainda é cedo para discutirmos os rumos políticos que tomarão tais manifestações. Já se percebem claros sinais de descenso momentâneo do movimento, mas que pode vir a configurar-se por novos protestos de grande amplitude. Consideramos, porém, que, no curto e médio prazos,

não se divisa a possibilidade de eclosão de uma “primavera árabe”, como pregam setores da esquerda. Tampouco conseguimos observar a sociedade brasileira funcionando sob a lógica da passividade política, como desejam parcelas significativas do núcleo duro do governo federal. Sem a organização e unificação do movimento em torno de pautas concretas, dificilmente os protestos lograrão adquirir feição de massa e promover mudanças na política econômica e social.

Assim, prognosticamos que uma nova onda de protestos poderá contribuir para a concretização de reformas fundamentais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores no país, sem que tal processo se traduza, no curto e médio prazos, numa situação revolucionária. Mesmo conseguindo se prover de nova carne, por um bom tempo os trabalhadores brasileiros ainda terão que se servir com velhos garfos.

REFERÊNCIAS⁵⁷⁹

a) Livros, artigos e trabalhos acadêmicos

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. “O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical”. *Revista Katálysis*, vol. 10, n. 1, jan/jun. 2007.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; MOYA, Mauricio. “A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 34, 1997.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niterói, Tese de Doutorado em História (UFF), 2010.
- ALMEIDA, Rodrigo de. “Caixa 1 dos interesses”. *Insight Inteligência*, n. 36, Ano IX, jan-mar. 2007. Disponível em: http://www.insightinteligencia.com.br/36/PDFs/mat_03.pdf
- ALTHUSSER, Louis. “A propósito da ideologia”. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. “Sobre o Jovem Marx' (Questões de teoria)”. *A favor de Marx* (2. ed.). Rio de Janeiro, 1979.
- _____. *Lo que no puede durar en el Partido Comunista*. Madri, Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. *Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos*. Lisboa, Presença, s/d.
- AMARAL, Oswaldo. “Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, jul-dez. 2010.
- _____. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2010.
- ANDERSON, Perry. “O Brasil de Lula”. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 91, 2011.
- _____. “Balanço do neoliberalismo”. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (6a. ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- _____. “As antinomias de Antonio Gramsci”. *Crítica Marxista*, São Paulo, Joruês, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas,

⁵⁷⁹ Confirmamos o acesso e as informações de todos os sites citados nesta pesquisa no dia 3 de agosto de 2013 e não identificamos nenhum problema de funcionamento nessas páginas eletrônicas.

- Autores Associados, 2004.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. “Avaliação do emprego e dos salários no contexto de lançamento do Programa de Estabilização Econômica”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 22, n.1, 1994.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Veras de. “El sindicalismo brasileño en la era de Lula” . *Revista Trabajo*, ano 5, n. 8, 2011.
- ARCARY, Valério. “O dia em que o PT morreu: quando nem os fins nem os meios se justificam” In: *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo, Instituto José e Rosa Sundermann, 2011.
- ARCEO, Enrique Arceo; BASUALDO, Eduardo. “Documento inicial: Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo” In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Clacso, 2006.
- ARIAS, Santiane. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. Campinas, Doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2011.
- AVERBUG, André. “Abertura e integração comercial brasileira na década de 90”, 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Comercio_Exterior/199910_7.html
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambiguidades no pensamento petista*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.
- BARBOSA, Diana Teixeira. *Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (UnB), 2006.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Brasília, Tese de Doutorado em Direito (UnB), 2009.
- BARBOSA, Nelson Barbosa; SOUZA, José Antonio Pereira de. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda” In: SADER, Emir ; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- BELLO, Teresinha da Silva. “Sobrevalorização cambial: causas e efeitos”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1554/1923>
- BIANCHI, Alvaro. *Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*

- nas crises dos anos 1980 e 1990. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 2003.
- _____. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. *Novos Rumos*, ano 17, n. 36, 2002.
- _____. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo, Xamã. 2001.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (6. reimp.). São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1999.
- BNDES. Privatização no Brasil (1990-1994 e 1995-2002). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/Priv_Gov.PDF
- BOCCHI, Carmen Priscila. *Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 1996.
- BOITO JR., Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- _____. “O conceito de crise revolucionária: a França de 1789” In: *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.
- _____. “O populismo no Brasil: natureza, forma de manifestação e raízes sociais” In: *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Gráfica IFCH/Unicamp, Coleção Trajetória 8, 2005.
- _____. “O governo Lula e a reforma do neoliberalismo”. *Revista da Adusp*, n. 34, maio 2005.
- _____. “A eleição de Severino Cavalcanti e a operação cortina de fumaça”. *Espaço Acadêmico*, n. 46, mar. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/046/46cboito.htm>
- _____. “A grande ilusão da elite sindical” (entrevistado por Otto Filgueiras). *Gazeta Mercantil*, 13 out. 2004.
- _____. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003.
- _____. “A reunião de Cancún e o nacionalismo de fazendeiro”. *Boletim da Adunicamp*, Unicamp, Campinas, n. 30, 2 out. 2003.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Xamã, 1999.
- BORON, Atílio A. “Os 'novos Leviatãs' e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina” In: SADER, Emir; GENTILI,

- Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. “A 'juventude' é apenas uma palavra” In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. “A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e justiça social”. *Revista Katálysis*, vol. 10, n.1, jan/jun. 2007.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. “Sobre o conceito de crise do Estado e sua história” In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Esquerda nacional e empresários na América Latina”. *Lua Nova*, n. 70, 2007.
- CAMPOS FILHO, Antonio Claret. *Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no município de Nova Lima*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Saúde Pública (Fiocruz), 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/Tese_Claret.pdf
- CANO, Wilson. “Brasil: o sonho acabou?” In: *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, Ed. Unesp, 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. “As origens e a gênese do Plano Collor”. *Nova Economia*, n. 16, 2006.
- CARVALHO, Rodrigo de. *A Era Collor: da eleição ao impeachment*. São Paulo, Fund. Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2012.
- CARVALHO E SILVA, Rodrigo Freire de. “Caminhando para o centro: uma análise da conjuntura interna do Partido dos Trabalhadores no Processo de Eleições Diretas de 2007”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 78, nov. 2007.
- CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CLACSO. *Brasil – Cronologia del conflicto social* (enero-abril de 2003; mayo-agosto de 2003;

- septiembre-diciembre de 2003). Disponível em:
<http://www.clacso.org.ar/institucional/1h.php?idioma=port>
- CODATO, Adriano. “A elite estatal no governo dos 'trabalhadores’”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 44, jan. 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder. “O processo de impeachment e a importância constitucional do caso Collor” In: ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- COUTINHO, Marcelo. “Em caminhos opostos: uma análise comparativa das crises brasileira e peruana de 1992”. *Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires, Programa Regional de Becas CLACSO. 2002 Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2001/coutinho.pdf>.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2009.
- DATAFOLHA. “Avaliação Lula 17 a 19/11/2010”. Disponível em:
http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf
- DIAS, Luiz Antonio. “Política e participação juvenil: os 'cara-pintadas' e o movimento pelo impeachment”. *História Agora – a revista de história do tempo presente*, jan. 2008.
- DIAS, Rodolfo Palazzo. *Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2012.
- DIEESE. “Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2011”. *Estudos e pesquisas*, n. 59, mar. 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq59balNego2011final.pdf>
- _____. “Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º. de janeiro de 2012”. *Nota técnica*, n. 106, jan. 2012. Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec106PoliticaSalarioMinimo.pdf>
- _____. “Fusões no setor bancário: emprego e concorrência”. *Nota técnica*, n. 55, nov. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>
- DINIZ, Eli Diniz; BOSCHI, Renato R. “Os empresários e as eleições presidenciais de 2006” In: *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.
- DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques: La dynamique des mobilisations multisectorielles* (2. ed.). Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques,

1992.

- DOMINGUES, Sérgio. “A 'Carta ao povo brasileiro': a favor das elites ou dos trabalhadores?”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_polly.htm
- DRUCK, Maria da Graça. “Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência”. *Observatório Social da América Latina (OSAL)*, CLACSO, ano VI, vol. 19, 2006.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “O imperialismo na era neoliberal”. *Crítica Marxista*, n. 18, 2004.
- ENGELS, Friedrich. “Friedrich Engels to Karl Marx in Margate, 13 April 1866”. http://www.marxists.org/archive/marx/works/1866/letters/66_04_13.htm
- _____. “Introdução à edição inglesa de 1895 da obra As lutas de classes na França de 1848 a 1850” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos* (vol. III). São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. “A nova lei de falências”, 15 jul 2003. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2003/08/02/fattorelli.html>
- FERREIRA, Eric Duarte. *A parrêsia em Foucault e a exigência da verdade na democracia: uma análise da demiurgia de si na fala do presidente Lula*. Florianópolis, Tese de Doutorado em Linguística (UFSC), 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “As medidas provisórias e o papel do Congresso na aprovação dos planos Verão e Collor” In: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.
- FILGUEIRAS, Luiz. *A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições* (1a. reimp.). São Paulo, Boitempo, 2001.
- FIORI, José Luís. “A globalização e a novíssima dependência” In: *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Nacional, 1965.
- FORTES, Leandro. “Caso Lunus: a verdade dos fatos”. *Carta Capital*, 17 ago. 2010. Disponível

em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/caso-lunus-a-verdade-dos-fatos>

_____. “Dois pra cá, dois pra lá”. *Carta Capital*, 16 nov. 2005.

FRANZOI, Ricardo; HERRLEIN JR., Ronaldo; HORN, Carlos Henrique; CALVETE, Fernando da Silva. “Salários e sindicatos sob o Plano Collor”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 18, n. 4, 1991.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. “A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências”. *Economia e Sociedade*, n. 17, 2001.

GALVÃO, Andréia. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 18, 2009.

_____. “Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista” In: DIAS, Edmundo Fernandes (coord). *Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade*. Campinas, Adunicamp, 2007.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

_____. “A CUT na encruzilhada: impacto do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”. *Ideias* (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, organizado por Armando Boito Jr.), ano 9, 2002.

_____. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1996.

GARAGORRY, Jorge Alano Silveira. “A independência do Banco Central em debate”. *Lutas Sociais*, n. 11/12, 2004.

GIANNOTTI, Vito. *Collor, a CUT e a pizza*. 2. ed. São Paulo, Página Aberta, 1993.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. “A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora”. *Revista Agrária*, n. 8, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. “Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores”, maio 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf

_____. *Globalização e desnacionalização*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. (3a. reimp.). São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2002.

- GORENDER, Jacob. “A hegemonia burguesa - reforçada pela prova eleitoral de 94”. *Crítica Marxista*, n. 2, 1995.
- _____. *A burguesia brasileira* (8a. ed.). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- GRACIOLLI, Edilson José. *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda 1989-1993)*. Campinas, Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 1999.
- GRAMSCI, Antonio. “Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel” In: *Cadernos do Cárcere* (vol. 3). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- GROHMANN, Luís Gustavo Mello. *O veto presidencial no Brasil: 1946-1964 e 1990-2000*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciência Política (IUPERJ), 2003.
- GROPPO, Luís Antonio. “As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens 'carapintadas” In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife, Ed. UFPE, 2008.
- GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História (UFF), 2006.
- GUTIERREZ, Andriei C. G.; MARTUSCELLI, Danilo E.; CORRÊA, Fernando. “PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil”. *Ideias* (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, organizado por Armando Boito Jr.), ano 9, 2002.
- HABERMAS, Jürgen; FRIEDEBURG, Ludwig von; OEHLER, Ch.; WEITZ, Friedemann. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, 2007.
- IANNI, Otávio. “O jovem radical” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: um panorama, ago. 2006*. Disponível em: www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060804_ide.pdf

- JARDIM, Maria Aparecida Chaves. “‘Domesticação’ e/ou ‘moralização do capitalismo’ no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 52, n. 1, 2009.
- _____. “‘Nova elite’ no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro”. *Sociedade e Estado*, vol. 24, n. 2, 2009.
- _____. “Fundos de pensão no Brasil: novo *ethos* sindical”. *Colóquio Internacional Saber e Poder*, Focus/Unicamp, 2008.
- KLIASS, Paulo. “Privatização e concessão: sutilezas de uma falsa polêmica”. *Carta Maior*, 23 ago. 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5740
- _____. “Prorrogação da DRU: Nada a comemorar!”. *Carta Maior*, 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5312
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes. *A CUT no governo Lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia (USP), 2010.
- LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.
- LEHER, Roberto. “Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula e no PT e as lutas sociais”. *Observatório Social de América Latina (OSAL)*, Clacso, ano VI, n. 17, maio-ago. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110313053127/15surleher.pdf>
- LENIN, Vladimir Ilyich. “*KOMMUNISMUS*. ‘Revista de la Internacional Comunista para los países de Europa Sudoriental’ (en alemán). Viena, cuadernos 1-2, del 1 de febrero de 1920, al 18, de 8 de mayo de 1920” In: *Obras completas*, vol. XXXIII (mar-out de 1920). Madri, Akal Editor, 1978.
- _____. “La bancarrota de la II Internacional” In: *Obras completas*, vol. XXII, Madri, Akal Editor, 1977.
- LÍCIO, Elaine Cristina; RENNÓ, Lucio R.; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. “Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, vol. 15, n.1, 2009.
- LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; KONRAD, Diorge Alceno. “Estudantes, trabalho e classes sociais”. *Revista Latino-Americana de História*, vol. I, n. 3, mar. 2012.

- LIPSET, Seymour Martin. “O comportamento da juventude universitária” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais (UFRGS), 2007.
- MACHADO, Ralph. *Lula A. C. - D. C.: política econômica antes e depois da “Carta ao Povo Brasileiro”*. São Paulo, Annablume, 2007.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. “O Social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 1, 2006.
- _____. “O governo Lula e a contra-reforma previdenciária”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 18, n. 3, 2004.
- MARTÍNEZ, Juan; SANTISO, Javier. “Financial Markets and Politics: The Confidence Game in Latin American Emerging Economies”. *International Political Science Review*, vol. 24, n. 3, jul. 2003.
- MARTINS, Luciano. “Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral”. *Cadernos ENAP*, n. 8, 1997.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Unicamp), 1986.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “A ideologia do 'presidencialismo de coalizão’”. *Lutas Sociais*, n. 24, 2010.
- _____. “O PT e o impeachment de Collor”. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2, 2010.
- _____. “A burguesia mundial em questão”. *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.
- _____. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2005.
- MARX, Karl. “As lutas de classes na França de 1848 a 1850” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos* (vol. III). São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- _____. “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos* (vol. III). São Paulo, Ed. Sociais, 1977.

- MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. “A reforma da previdência em dois tempos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, n. 2, 2005.
- MELO, Marcos André de; AZEVEDO, Sérgio de. “O processo decisório da reforma tributária e da previdência social – período de 1994 a 1998”. *Cadernos Enap*, n. 15, 1998.
- MELLO, Anamaria Ruivo de. *O modelo das parcerias público-privadas: reconstrução de sua lógica e de seu percurso*. Niterói, Dissertação de Mestrado em Sociologia e Direito (UFF), 2006.
- MENEGUELLO, Rachael; AMARAL, Oswaldo. “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. *Brazilian Studies Programme Occasional Papers*, University of Oxford, n. 2, 2008.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. “A crise e suas fronteiras: oito meses de 'mensalão' nos editoriais dos jornais”. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 1, 2007.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- MINELLA, Ary Cesar. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros”. *Ensaio*, FEE, 1994.
- _____. “Empresariado Financeiro: organização e posicionamento no início da década de 1990”. In: DINIZ, Eli (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis, Ed. UFSC/IDACON, 1993.
- MIRANDA, Geralda Luiza de; FLEURY, Sabino José Fortes; BERNARDES, Marcelo. “Governo, base aliada e crise política no Brasil”. *Revista do Legislativo* (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), n. 40, 2006.
- MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, 1997.
- MOISÉS, José Alvaro. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades”. *Lua Nova*, n. 22, 1990.
- MOLIN, Naiara Dal. “O Fórum Nacional do Trabalho e as centrais sindicais brasileiras”. *Revista Latino-Americana de História*, col. 1, n. 3, 2012.
- NOGUEIRA, Eduardo Barbosa. *Marco regulatório do investimento de portfólio no Brasil dos anos 90*. Campinas, Trabalho de Conclusão de Curso em Economia (Unicamp), 2001.
- NORONHA, Eduardo Garuti. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-

- 2007”. *Lua Nova*, n. 76, 2009.
- _____. *Greves na transição brasileira*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1992.
- NOVELLI, José Marcos Nayme. “A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995 e 2006)”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n. 36, 2010.
- NUCCI JR., Renato. “Possíveis razões para a oposição de direita do governo Lula”, ago., 2007. Disponível em: http://resistir.info/brasil/a_oposicao_de_direita.html
- NUNOMURA, Eduardo Yoshio. *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação (USP), 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas” In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- _____. “O momento Lênin” In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- _____. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil” In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Clacso, 2006.
- _____. “O ornitorrinco” In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- _____. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. “Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas”. *Tempo Social – USP*, vol. 15, n. 2, nov. 2003.
- PACHECO FILHO, Calino. “Emprego e salário: versão Collor II”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 19, n. 1, 1991.
- PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. *A economia política do governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (USP), 2008.
- PAULANI, Leda Maria. “O Brasil como plataforma de valorização financeira internacional (um

- balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” In: *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- PEREIRA, Duarte. “Manifesto defensivo e contraditório”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_pereira.htm
- PEREIRA, Raimundo. “O Banco Central dos fora-da-lei”. *Rebellion*, 4 fev. 2004 Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/040204pereira.htm>
- PIERSON, Paul; SMITH, Miriam. “Bourgeois revolutions? The policy consequences of resurgent conservatism”. *Comparative Political Studies*, vol. 25, n. 4, 1993.
- PIVA, Otávio. *Presidencialismo sem coalizão: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor*. Porto Alegre, Mestrado em Ciências Sociais (PUC-RS), 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012
- POERNER, Artur José. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado” In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, François Maspero, 1975.
- _____. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*. Paris, Maspero, 1974.
- _____. “As classes sociais”. *Estudos Cebrap*, n. 3, 1973.
- _____. *Pouvoir politique et classes sociales* (vols. I e II). Paris, Librairie François Maspero, 1972.
- _____. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo* (vol. 1). Porto, Portucalense, 1972.
- POWER, Timothy J. “Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à brasileira?” In: TAVARES, José Antonio Giusti (org.). *O que esperar da social democracia no Brasil?* Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- PRATES, Daniela Magalhães. “A inserção externa da economia brasileira no governo Lula” In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- PUGA, Fernando Pimentel. “Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada”. *Visão do desenvolvimento (BNDES)*, n. 9, 18 ago. 2006.

- RADERMACHER, Reiner; MELLEIRO, Waldeli. “Mudanças no cenário sindical brasileiro sob o governo Lula”. *Nueva Sociedad*, n. 211, 2007.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, EdUFSCar, 2010.
- RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia (Unicamp), 1997.
- ROMA, Celso. “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, 2002.
- ROMERO, Cristiano; COSTA, Raymundo. “Como Lula superou o mensalão”. *Valor Econômico*, 21 maio 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/825891/como-lula-superou-o-mensalao>
- SAES, Décio. “Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência” In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.
- _____. “Classe média e escola capitalista”. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.
- _____. “As razões da crise atual” (Palestra proferida na Universidade Metodista de São Paulo), mimeo, 21 set. 2005.
- _____. *República do capital*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- _____. “Estado e classe dominante”. *Crítica Marxista*, n. 12, 2001.
- _____. “A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês” In: *Estado e democracia: ensaios teóricos* (2. ed.). Campinas, IFCH-Unicamp, 1998.
- _____. “Marxismo e história”. *Crítica Marxista*, n. 1, 1994.
- _____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- _____. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 2, 1978.
- _____. “Entrevista: Cara a Cara com Décio Saes”. *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 1, 1978.
- SALLUM JR., Brasília; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. “O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo”. *Lua Nova*, n. 82, 2011.
- SALLUM JR., Brasília. “Liberalismo e desenvolvimentismo no Brasil dos anos 90” In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOWAY, Ricardo (orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Unesp/Edusp, 2001.

- SAMUELS, David. “A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT” In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, EDUFSCar, 2009.
- SANDOVAL, Salvador. “The crisis of Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s”. *Revista Psicologia Política*, vol. 1, n.1, jan-jul. 2001.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SAUNDERS, Peter. *Social theory and urban question* (2. ed.). London/New York, Routledge, 1989.
- SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia, Ateliê Editorial, 2011.
- SILBER, Simão Davi. “Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento”, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/simao.pdf>.
- SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel, Ediunoeste, 2009.
- SIMÕES, Julio Assis. “A maior categoria do país’: notas sobre a constituição do aposentado como ator político”. *Anais do 18º Encontro Nacional da Anpocs*, 1994.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.
- _____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativos e de reserva*. São Paulo, Tese de Doutorado de Sociologia (USP), 2010.
- TAPIA, Jorge Rubem Biton. *A trajetória da política de informática brasileira (1977-1991): atores, instituições e estratégias*. Campinas, Papyrus/Ed. Unicamp, 1995.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 1998.
- TAVARES FILHO, Newton. “Excesso na edição de medidas provisórias”. *Consultoria Legislativa*, Câmara dos Deputados, janeiro, 2008.
- TONELLI, Flávio Tonelli; QUEIROZ, Antônio Carlos. “Trabalho e sindicalismo no governo Lula” In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro,

- Garamond, 2010.
- TORRE, Juan Carlos. “O encaminhamento político das reformas estruturais”. *Lua Nova*, CEDEC, n. 37, 1996.
- TOSI RODRIGUES, Alberto. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2002.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- _____. “A atuação dos metalúrgicos da cidade de São Paulo no Brasil contemporâneo: luta reivindicativa e conservadorismo político” In: SOUZA, Davisson Charles Cangussu de; TRÓPIA, Patrícia Vieira (orgs.). *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.
- _____. *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará; Campinas, Ed. Unicamp, 1997.
- _____. “O impeachment: uma crise singular” In: *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64* (Coleção Trajetória 3). Campinas, Gráfica do IFCH/Unicamp, 1997.
- VELASCO JR., Licínio. “Privatizações: mitos e falsas percepções”, 1999. Disponível em: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_06.pdf
- VILAS, Carlos M. “¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del 'neopopulismo' latinoamericano”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 22, 2004.
- WEBER, Luiz Alberto. “História reescrita”. *Carta Capital*, 1º. jun. 2005.
- WEBER, Max. “Concepto y naturaleza de los partidos”. *Economía y sociedad*. México (D.F.), Fondo de Cultura Económica, 2004.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- WEYLAND, Kurt. “The rise and fall of President Collor and its impact on Brazilian democracy”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 35, n. 1, 1993.
- ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda não-socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Campinas,

Dissertação de Mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2003.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

b) Documentos e resoluções de entidades e instituições, pronunciamentos, artigos e entrevistas de lideranças

“ABAIXO A AUTOCRACIA”. *Revista da Indústria*, n. 106, abr. 2005.

AMATO, Mario. “Painéis de comunicação empresa/imprensa (24 de fevereiro de 1992)”. *Revista da Indústria*, ano 1, n. 2, abr-jun. 1992.

_____. “As novas relações capital-trabalho (Palestra proferida no Seminário sobre Desenvolvimento Industrial, realizado no palácio das Convenções do Parque Anhembi, em 14 de agosto de 1991, promovido pela Anhembi Turismo e coordenado por Lula)”. *Revista da Indústria: nova série*, n. 1, ano 1., jan-mar. 1992.

_____. “Acabar com a quadrilha”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 23, n. 259, nov., 1990.

_____. “Novo desafio”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 23, n. 254, jun., 1990.

ANGELO, Ivan. *Febraban: 40 anos de participação*. São Paulo, DBA, 2007.

ATA DA 10ª. REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES), realizada em 10 nov. 2004. Disponível em: www.cdes.gov.br

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Contra a inflação, o ataque frontal” (entrevistado por Carlos Eduardo Carvalho e Fernando Haddad). *Teoria e debate*, n. 23, dez. 1993/fev. 1994.

BRIZOLA, Leonel. “Governo da decepção”, 16 out. 2003. Publicado nos jornais *Folha de S. Paulo, O Globo, Zero Hora e Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/ultimo-tijolaco-artigo/governo-da-decepcao>

BUSH, George H. W.; COLLOR, Fernando. “Remarks at the Welcoming Ceremony for President Fernando Collor de Mello of Brazil” (18 jun. 1991). Disponível em: http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=3107&year=1991&month=all

CARDOSO, Fernando Henrique. “Há risco de uma crise institucional (entrevista)”. *Conjuntura Econômica*, maio, 2005.

CARTA DE BRASÍLIA, 22 fev. 2003. Disponível em:

- <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/r030222.asp>
- CARTA AOS TRABALHADORES E À SOCIEDADE BRASILEIRA, 7 jul. 2005. Disponível em: <http://www1.spbancarios.com.br/noticia.asp?c=422>
- CAVALCANTI, Severino. “Íntegra da fala do presidente”. *Jornal da Câmara*, 28 abr. 2005.
- _____. “Presidente da Câmara propõe limites ao uso de medidas provisórias (Entrevista)”. *Jornal da Câmara*, 17 fev. 2005.
- CENTRO PASTORAL VERGUEIRO (CPV). Dossiê: Os sindicalistas e o impeachment de Collor, abr. 1995.
- “CYPRIANO: ESPERAMOS CONTINUIDADE”, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/arquivo/Destaques/destaque-Palocci.asp>
- CNI, CNA, CNF, CNC, CNT E AÇÃO EMPRESARIAL. *Uma agenda mínima para a governabilidade*, ago., 2005. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01445CD8E01144C1DD93A17E2/AgendaM%C3%ADnimaCNI%202005.pdf>
- “CNI LAMENTA SAÍDA DE PALOCCI, E ELOGIA ESCOLHA DE MANTEGA” . *O Globo Online*, 28 mar. 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/cni-lamenta-saida-de-palocci-elogia-escolha-de-mantega-4592804>
- COCHRANE JR., Léo Wallace. “Elites não têm vocação suicida”. *Folha de S.Paulo*, 17 mar. 1990.
- _____. (entrevista). “PT não me mete medo”. *Veja*, ed. 1.108, 6 dez. 1989.
- COMISSÃO NACIONAL DO PSOL. *Fora todos os corruptos e o Plano econômico de Lula/FMI* (Resolução política), 26 jun. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/06/26/fora-todos-os-corruptos-e-o-plano-economico-de-lulafmi/>
- CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL. BRASIL. “Quem somos”, ago. 2013. Disponível em: <http://www.construindounovobrasil.com.br/index.php/cnb/quemsomos/>
- COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. “Carta ao povo brasileiro”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_ms.htm
- CYPRIANO, Márcio. “Cypriano defende queda da taxa de juros já” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 2005.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 28 mai. 1992.

_____. 19 abr. 1990.

_____. 12 abr. 1990.

_____. 8 abr. 1990.

DIREÇÃO NACIONAL DA CUT. “CUT emite nota sobre afastamento de Palocci.”, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.spbancarios.com.br/ImprimirNoticia.asp?c=2098>

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. “As eleições no processo de mudança no Brasil”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, n. 266, out. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/266/editorial>

DIREÇÃO NACIONAL DO PSOL. *Resolução política*, 2 out. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/10/02/resolucoes-da-direcao-nacional/>

D’URSO, Luiz Flávio Borges; SILVA, Paulo Pereira da. “Luta para zerar a corrupção”. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3008200509.htm>

EXECUTIVA NACIONAL DO PSOL. *Resolução Política*, 18 ago. 2005. Disponível em: <http://psol50.org.br/blog/2005/08/18/resolucao-politica-da-executiva-nacional-do-p-sol/>

RESOLUÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 16 ago. 2005. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2005/08/17/senadores-do-pt-fazem-reparos-a-nota-da-executiva-nacional>

FARIAS, Lindberg. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 12 jul. 2005. Disponível em: www.mme.org.br.

_____. “Invertendo prioridades”. *Folha de S. Paulo*, 4 maio 1993.

“FIESP ENTENDE QUE ECONOMIA NÃO SERÁ ABALADA COM MUDANÇA DE MINISTRO” . *O Globo Online*, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/fiesp-entende-que-economia-nao-sera-abalada-com-mudanca-de-ministro-4592728>

FIESP. *Livre para crescer*. São Paulo, Cultura, 1990.

“FORÇA SINDICAL: DENÚNCIAS FORÇARAM SAÍDA DE ANTONIO PALOCCI”, 28 mar. 2006. Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=30133>

FRANCO, Albano. “Os salários brasileiros são injustos”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 24, n. 267, jul. 1991.

_____. “Agilidade é essencial”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 21, n. 237, jan, 1989.

FRANCO, Itamar. *Mensagem n. 473*, de 31 de julho de 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/VETO_TOTAL/1993/Mv473-93.htm

GENRO, Tarso. “Além da corrupção” (entrevista). *Carta Capital*, 20 jul. 2005.

_____. “O PT tem de ser refundado” (entrevista). *Teoria e debate*, ed. 63, 1º. jul. 2005.

Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/o-pt-tem-de-ser-refundado>

GENOÍNO, José. *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda através das memórias de José Genoino* (depoimentos a Denise Paraná). São Paulo, Geração, 2006.

_____. “Liberdade de opinião e disciplina partidária”. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2003.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1212200310.htm>

JEFFERSON, Roberto. “Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT” (entrevista).

Folha de S. Paulo, 6 jun. 2005.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. “ Preciso ter pressa (Entrevista)”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 25, n. 274, set.-nov., 1992.

JURUNA (entrevista). “Lula tem apoio inédito de lideranças da Força Sindical no 1o turno”, 18

ago. 2006. Disponível em: <http://votolula.blogspot.com.br/2006/08/lula-tem-apoio-indito-de-lideranas-da.html>

LEITÃO, Sérgio S; AXT, Barbara (org.). *Fora Collor: a incrível aventura da geração que derrubou um presidente*. Rio de Janeiro, Diagrama, 2002.

LESSA, Carlos. “Lessa diz ter sido censurado ao sair do BNDES” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2005.

_____. “Agradecimento ao apoio popular”, 2004. Disponível em: <http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/chamadas/lessa2.htm>

LULA PRESIDENTE – PROGRAMA DE GOVERNO: 2007-2010, 2006. Disponível em:

http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

MACHADO, João. “Debate econômico na campanha Lula”. *Teoria e debate*, n. 27, dez.

1994/fev. 1995. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/economia-debate-economico-na-campanha-lula>

MANIFESTO DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO aos participantes do ato de 17 de agosto. “Contra o neoliberalismo e a democracia dos ricos e corruptos”, 2005. Disponível em:

http://www.pstu.org.br/cont/2005ago_boletim_marcha.pdf

MANTEGA, Guido. “As fantasias do Real”. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 1994.

MANTEGA, Guido; MATTOSO, Jorge Eduardo. “O PT, o Plano Real e as eleições”. *Folha de S Paulo*, 5 dez. 1994.

MEDEIROS, Luiz Antônio de. “Ou tudo ou nada”. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1993.

MELLO, Fernando Collor de. *Mensagem n. 364 da Presidência da República ao Senado Federal*, 12 abr. 1990.

MELLO, Fernando Collor; SILVA, Luiz Inácio Lula da. (entrevista) “Duelo de argumentos”. *Veja*, ed. 1.107, 29 nov. 1989

MERCADANTE, Aloizio. “Aloizio Mercadante Oliva (1954)” In: MANTEGA, Guido; REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros* (vol. II). São Paulo, Editora 34, 1999.

MERCADANTE, Aloizio. “O real e a belíndia”. *Folha de S. Paulo*, 17 jul. 1994.

MONTEIRO NETO, Armando. “Empresariado está dividido entre Lula e Alckmin, afirma Monteiro” (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 22 jul. 2006.

MONTENEGRO, Darlan. Entrevistado por Ana Paula Goulart e Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 22 jul. 2004. Disponível em: www.mme.org.br.

NEVES, Jones Santos. “Tributo e caráter”. *Revista Indústria e Produtividade*, ano 24, n. 267, jul., 1991.

NEWTON, Carlos. “Há algo de podre no BNDES, que atua em favor dos banqueiros, ao invés de servir ao desenvolvimento do país”, 30 jul. 2012. Disponível em: <http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=43417>.

_____. “Demissão de Carlos Lessa no BNDES foi uma grande vitória dos banqueiros, protegidos por Palocci e Mantega”, 31 jul. 2012. Disponível em: <http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=43593>.

“NOTA DA BANCADA PARLAMENTAR DO PV”. *Ata da 101ª. Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados*, 19 maio 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/extraord/ev190505.pdf>

“NOVO COMANDO, MUDANÇAS POSSÍVEIS”. *Revista da Indústria*, n. 177, abr-maio, 2006.

“O GRITO DO SILÊNCIO: QUEREMOS A VERDADE!”. *Revista Consultor Jurídico*, 6 set. 2005. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2005-set-06/manifesto_corrupcao_reune_40_entidades_sp

PALOCCHI, Antônio. *Sobre formigas e cigarras*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

_____. “Pronunciamento do ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV”, 28 fev. 2005.

- Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r280305b.asp>
- PALOCCI, Antonio; MEIRELLES, Henrique. *Carta enviada ao Diretor-gerente do FMI Horst Köhler*, 28 maio 2003. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030613.PDF
- _____. *Carta enviada ao Diretor-gerente do FMI Horst Köhler*, 28 fev. 2003. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030317.asp
- PANZERA, Mauro. Entrevistado por Angélica Müller. *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 1º. maio 2005. Disponível em: www.mme.org.br.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resoluções do XIII Congresso Nacional*. Belo Horizonte, mimeo, 2005.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 13º. Encontro Nacional do PT*, Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/2006_XIII_Encontro%20Nacional.pdf
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002*, 12º. Encontro Nacional do PT, Recife, dez. 2001. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/pt-programas-de-governo>
- PARTIDO DOS TRABALHADORES: *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1998.
- PDT, PPS, PSOL, PCB e PSTU. “Carta do Rio de Janeiro”. *Jornal Adufpa*, jul-ago. 2005. Disponível em: http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/ja2005/jornal_ed_07_julhoagosto_05.pdf
- PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS. “Mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico”. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57382.shtml>
- POMAR, Valter (org.). *Socialismo ou barbárie: documentos da Articulação de Esquerda (1993-1999)*. São Paulo, Viramundo, 2000.
- “POSIÇÕES POLÍTICAS DO MST NESSA CONJUNTURA”, 9 ago. 2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2938>
- PROGRAMA DE GOVERNO 2002 – COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE – UM BRASIL PARA TODOS. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/pt-programas-de-governo>
- PROGRAMA DO GOVERNO JOSÉ SERRA. *Trabalho e progresso para todos*. (mimeo.) ago.

2002.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, instalada de acordo com o Requerimento n.º. 52/1992.

RESOLUÇÕES DO 9.º. CONGRESSO NACIONAL DA CUT (Trabalho e democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras), jun., 2006. Disponível em: http://www.cut.org.br/downloads/sistema/documentos_oficiais/54/livro-resolucoes-9concut.pdf/resolucao-do-9-congresso-nacional-da-cut.pdf

RESOLUÇÕES DO 8.º. CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 2003 Disponível em: <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais-16>

REVISTA DA INDÚSTRIA, ano 5, n. 111, set. 2005.

REVISTA INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE, contracapa das edições 259 e 260, nov. e dez. 1990.

ROSSI, Alencar. “As novas tendências nas relações de trabalho”. *Revista da Indústria*, n. 25, ano II, 1.º. trim. 1990.

SANTOS, Marina dos. “Governo ainda não resolveu a questão agrária” (entrevista), 29 mar. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1858>.

SKAF, Paulo. “O Brasil não pode parar”. *Folha de S. Paulo*, 4 set. 2005.

_____. “O tempo não espera” (entrevista). *Revista da Indústria*, ano 5, n. 110, ago., 2005.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. “Contra impeachment, Severino vê Lula ‘sério’” (íntegra de pronunciamento) . *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 2005.

_____. “Carta ao Povo Brasileiro”. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>

_____. “Íntegra do discurso de Lula na televisão”. *Folha de S. Paulo*, 29 nov. 1989.

SILVA, Paulo Pereira da. *Nota da Força Sindical*, mar. 2006. Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=30133>

SINGER, Paul. “A batalha decisiva”. *Teoria e debate*, n. 25, jun. 1994. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/batalha-decisiva-limitacoes-do-cenario?page=full>

_____. “A paulada na inflação saiu pela culatra”. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 1994.

SOARES, Jane. “Nada segura a indústria”. *Revista da Indústria*, ano 5, n. 110, ago., 2005.

SUPLICY, Eduardo Mattarazzo; BATISTA JR., Paulo Nogueira. “A campanha de Lula, o PT e os desafios do real”. *Folha de S Paulo*, 8 nov. 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. “A novela do Plano Real ainda continua”. *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 1994.

_____. “Semana de cão prepara entrada do real”. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1994.

_____. “O Plano, a URV, o real e os economistas”. *Folha de S. Paulo*, 15 maio 1994.

TOMAR O RUMO DO CRESCIMENTO, JÁ!, 29 maio 2003. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136446.doc>

c) Matérias publicadas na imprensa:

“ABC TAMBÉM PROTESTA”. *Jornal do Brasil*, 27 ago. 1992.

“AFTER PALOCCI”. *The Economist*, 30 mar. 2006. Disponível em:
<http://www.economist.com/node/6750284>

AGUIAR, Adriana. (repórter do jornal DCI). “Fiesp apoia combate à corrupção mas condena excessos da PF”. *Revista Consultor Jurídico*, 18 jul. 2005. Disponível em:
http://www.conjur.com.br/2005-jul-18/fiesp_apoia_combate_corrupcao_condena_excessos_pf

“ALTA FORTE DO EMPREGO FAZ MASSA SALARIAL SUBIR 7,6%”. *Valor Econômico*, 19 jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/868107/alta-forte-do-emprego-faz-massa-salarial-subir-76>

AMARAL, Ricardo; PARIZ, Tiago. “Bancadas do PMDB anunciam acordo e Lula concluirá a reforma”. *Uol notícias*, 29 jun. 2005. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2005/06/29/ult27u49759.jhtm>

“BANCOS QUEREM ZÉLIA FORA DO ACERTO DA DÍVIDA”. *Folha de S. Paulo*, 15 fev. 1991.

“CGT DE MAGRI ADERE AO PRN E PROMETE EVITAR GREVES”. *Folha S. Paulo*, 21 nov. 1989.

“CORRUPÇÃO CERCA O GOVERNO”. *Folha de S. Paulo*, 15 mar. 1992.

“CYPRIANO FALA EM 'CONTAMINAÇÃO POSITIVA' DA ECONOMIA SOBRE A POLÍTICA”. *Valor Econômico*, 8 ago. 2005.

“DE CAIXA ALTA”. *O Globo*, 22 ago. 2010.

“EMPRESÁRIOS CRITICAM APOIO DE AMATO A COLLOR”. *Folha S. Paulo*, 21 nov. 1989.

“EMPRESÁRIOS PAULISTAS ANUNCIAM APOIO A COLLOR”. *Folha de S. Paulo*, 21 nov. 1989.

“FIESP DECIDE LIBERAR O PONTO DOS TRABALHADORES PARA ATO PÚBLICO NO DIA 11”. *Gazeta Mercantil*, 1º. set. 1992.

“FMI APROVA CARTA DE INTENÇÕES DO BRASIL”. *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 1992.

“FMI SUSPENDE ACORDO COM O BRASIL ATÉ INÍCIO DE NEGOCIAÇÃO COM OS BANCOS”. *Folha de S. Paulo*, 21 set. 1990.

“FORÇA SINDICAL DEVE LIBERAR LIDERANÇAS PARA ESCOLHA ENTRE LULA E ALCKMIN NO 2º TURNO”. *O Estado de S. Paulo*, 6 out. 2006. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2006/not20061006p68029.htm>

“GESTÃO DE MEIRELLES É 'PESADELO', DIZ LESSA”. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2004.

“GRAVAÇÃO REVELA ATRITO ENTRE FURLAN E LESSA”. *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 2004.

“INTELECTUAIS DE ESQUERDA CRITICAM BLINDAGEM DE LULA”. *Folha de S. Paulo*, 17 set. 2005.

“ITAMAR PODE REINTEGRAR DEMITIDOS POR COLLOR”. *Folha de S. Paulo*, 5 out. 1993.

“LUCRO DO BRADESCO CRESCE 80% E VAI A R\$ 5,5 BI”. *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 2006.

“MEDEIROS MEDE SUA FORÇA HOJE NA SÉ”. *Jornal do Brasil*, 11 set. 1992.

“MEDEIROS ROMPE COM MAGRI POR CAUSA DE APOIO A COLLOR”. *Folha S. Paulo*, 15 dez. 1989.

“MERCADANTE ELOGIA ZÉLIA PELO PLANO”. *O Globo*, 19 mar. 1990.

“MISSÃO IMPOSSÍVEL”. *Carta Capital*, 31 ago. 2005.

“OPERÁRIOS DO ABC SAEM ÀS RUAS”. *Diário Popular*, 27 ago. 1992.

“OPERÁRIOS PROTESTAM EM OSASCO”. *Diário Popular*, 3 set. 1992.

“PARA GOVERNO, ENCONTRO COM PRESIDENCIÁVEIS MARCOU 'VIRADA'”. *Valor Econômico*, 20 ago. 2002. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/307669/para-governo-encontro-com-presidenciaveis-marcou-virada>

“PT APLAUDE O PROGRAMA E APRESENTA SUGESTÕES”. *Jornal do Brasil*, 19 mar. 1990.

“ZÉLIA CARDOSO CAI DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E MARCÍLIO MOREIRA ASSUME O CARGO”. *Folha de S. Paulo*, 9 mai. 1991.

“ZÉLIA DIZ QUE CREDORES TENTAM DERRUBÁ-LA”. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 1990.

d) Site de dados e de informações gerais

BANCO CENTRAL DO BRASIL: <http://www.bcb.gov.br>

BRASIL FATOS E DADOS: <http://brasilfatosedados.wordpress.com>

CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS, MTE:
<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>

DATAFOLHA: <http://datafolha.folha.uol.com.br/>

DATALUTA: www.fcl.unesp.br/nera

DIEESE: <http://www.dieese.org.br/>

FERNANDO NOGUEIRA COSTA: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com>

MUSEU DA CORRUPÇÃO: <http://www.muco.com.br/>

PRONAF, MDA: <http://www.mda.gov.br/portaf/saf/programas/pronaf/2259286>

RECEITA FEDERAL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>

TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/filiados:>

e) Vídeos

FREIRE, Roberto. *Programa Roda Viva da TV Cultura*, exibido 24 maio 2004. Disponível em:
http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/788/entrevistados/roberto_freire_2004.htm

GRAJEW, Oded. *Programa Roda Viva da TV Cultura*, exibido em 26 ago. 2001. Disponível em:
<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0763>

KANDIR, Antonio. *Programa Roda Viva da TV Cultura*, exibido em 22 de julho de 1997.
Disponível em:
http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/465/entrevistados/antonio_kandir_1996.htm

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *O primeiro programa de Lula no segundo turno – 1989*. Disponível em:
http://www.youtube.com/watch?v=kSbX1d2mqkq&feature=results_video&playnext=1&list=PLACE3EA28BE598219